

***TURISMO ECOLÓGICO: UMA VIA PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE***

**Brígida Rocha Brito**

no quadro do Doutoramento em

***Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais***

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

**Orientador: Prof. Doutor Rogério Roque Amaro**

**Junho de 2004**

	Pg.
Agradecimentos .....	IV
Abreviaturas Utilizadas .....	VI
Índice de Quadros, Gráficos, Mapas e Esquemas .....	VII
Introdução .....	1
1. Breve Justificação do Tema .....	2
2. Da Epistemologia à Metodologia .....	5
3. Apresentação do Estudo .....	13
PRIMEIRA PARTE – Desenvolvimento e Turismo: Contributos para a Teorização .....	16
I. Desenvolvimento - Análise Crítica da Evolução do Conceito .....	18
1. O Surgimento do Conceito Desenvolvimento .....	19
2. Breve Referência aos Principais Paradigmas de Desenvolvimento até à Década de 80 .....	23
2.1. As Abordagens Economicistas e o Paradigma da Modernização .....	24
2.2. A Dependência e o Desenvolvimento .....	29
2.3. Do Sistema Mundo à Globalização da Economia .....	32
3. Novos Conceitos de Desenvolvimento .....	36
3.1. Do Desenvolvimento Comunitário ao Desenvolvimento Local .....	37
3.2. Da perspectiva “Basic Needs” ao Desenvolvimento Humano.....	45
3.3. Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável.....	49
3.4. Pistas dos Novos Conceitos de Desenvolvimento .....	53
4. As Economias de Pequena Dimensão .....	57
4.1. Tentativa de Caracterização dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento .....	58
4.2. Questões em Discussão – sobre o Desenvolvimento dos PEID .....	65
II. Turismo: Actividade Promotora de Desenvolvimentos .....	72
1. Evolução Histórica do Turismo .....	73
1.1. Do Lazer à Prática Turística .....	74
1.1.1. Considerações sobre a Problemática do Lazer .....	75
1.1.2. A Emergência do Turismo como Prática de Lazer .....	79
1.2. A Evolução do Fenómeno Turístico .....	83
1.2.1. A Importância do Turismo ao Longo da História .....	84
1.2.2. Tipologias de Turismo .....	90
1.3. Tendências do Turismo e Importância Económica .....	96
1.3.1. Tendências do Turismo Mundial .....	97
1.3.2. A Importância do Turismo em África .....	102
2. A Emergência do Turismo Alternativo .....	109
2.1. As Novas Formas de Turismo .....	110
2.2. Principais Efeitos das Novas Formas de Turismo .....	114
3. Do Turismo Sustentável à Responsabilização .....	120
III. Conclusão .....	128
SEGUNDA PARTE - Aspectos Metodológicos e de Enquadramento .....	133
I. Justificação Metodológica .....	135
1. As Técnicas de Recolha de Informação .....	135
2. Justificação Analítica e Definição de Critérios .....	142
II. Enquadramento e Caracterização Geral de São Tomé e Príncipe .....	148
1. Contextualização Geográfica, Histórica e Política .....	148
1.1. Caracterização Geográfica do Arquipélago .....	149
1.2. Breve Traçado Histórico .....	151
1.3. Breve Evolução do Sistema Político e Principais Opções .....	155
2. Caracterização da População e da Sociedade Santomense .....	160
2.1. Caracterização Social de São Tomé e Príncipe .....	161
2.1.1. Indicadores Sociodemográficos .....	161
2.1.2. Indicadores Socioculturais .....	167
2.2. Caracterização Socioeconómica .....	171
2.2.1. Enquadramento Macroeconómico .....	172
2.2.2. O Empobrecimento Socioeconómico .....	177

3. A Especificidade Ambiental .....	180
3.1. Ecossistemas Terrestres e Marinhos .....	181
3.2. Identificação dos Principais Problemas e Riscos Ambientais .....	185
III. Turismo em São Tomé e Príncipe .....	191
1. A Importância do Turismo em São Tomé e Príncipe .....	192
1.1. Breve Caracterização Geral do Sector .....	192
1.2. Potencialidades de um Destino Turístico .....	199
1.3. Principais Constrangimentos ao Incremento do Sector .....	207
2. As Políticas Nacionais de Incremento do Sector .....	209
2.1. O Estado e o Sector Privado .....	210
2.2. Enquadramento Legal do Sector .....	215
2.3. Planeamento da Actividade .....	220
2.4. Avaliação Prospectiva e Resultados Esperados .....	222
IV. Pistas Fundamentais decorrentes da Caracterização de São Tomé e Príncipe .....	225
TERCEIRA PARTE – Turismo Ecológico em São Tomé e Príncipe: Estudos de Caso .....	228
Introdução .....	229
1. O Papel do Estado na Dinamização do Turismo .....	231
1.1. As Iniciativas Públicas de Promoção Ecoturística .....	232
1.2. O Papel do Estado face ao Envolvimento Comunitário.....	238
2. Iniciativas de Observação e Outras de Natureza Ecológica sem Alojamento .....	243
2.1. Mistral Voyages .....	245
2.2. Navetur .....	248
2.3. ECOFAC .....	253
2.4. Iniciativas Informais .....	256
2.5. Latitude Zero Equatorial Challenge .....	262
3. Alojamentos Ecoturísticos Rurais .....	266
3.1. Roça Bombaim .....	267
3.2. Roça S. João .....	272
3.3. Roça Monte Forte .....	278
3.4. Roça Colónia Açoreana .....	282
3.5. Roça Chamiço .....	285
4. Outros Alojamentos Ecológicos: Rotas D'África .....	289
5. Iniciativas Turísticas Concorrenciais .....	294
5.1. TAP Air Portugal .....	295
5.2. Air Luxor STP .....	298
6. Iniciativas Ecoturísticas Projectadas .....	301
Conclusão Final .....	310
Bibliografia Consultada .....	338

O presente Doutoramento em Estudos Africanos foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCES – *POCTI – Formar e Qualificar, Medida 1.1., Praxis XXI/DB/21478/99.*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa um dos marcos mais importantes, no meu percurso académico e na minha vida pessoal, resultando da conjugação de diferentes aspectos – esforço, empenho, dedicação, vontade de aprender, interesse pelo tema e pelo país estudado. Além do pressuposto científico, reflecte sentimentos que emergiram da experiência vivida e da possibilidade de contactar directamente com as comunidades locais e com os diferentes meios naturais.

No período que decorreu entre a decisão de me inscrever no Programa de Doutoramento até hoje, vivi momentos de dúvida e de angústia, que foram ultrapassados pela satisfação da descoberta, do conhecimento e pelo prazer da pesquisa no terreno. Mas foram principalmente vencidos graças ao apoio de pessoas especiais, que se revelaram importantes, contribuindo, directa e indirectamente, para a conclusão do estudo, pelo que não poderia deixar de lhes dedicar umas palavras de agradecimento.

Ao Professor Doutor Rogério Roque Amaro, que me tem acompanhado e orientado, desde o mestrado, expressando confiança no meu trabalho, transmitindo-me segurança, sobretudo nos momentos críticos, com uma tranquilidade inigualável, e apoiando-me, de forma incondicional, mesmo à distância. Mas sobretudo, pelas recomendações e pelos conselhos científicos, metodológicos e até pessoais, pela permanente leitura crítica e construtiva, que efectuou aos meus textos, anotando-os de forma sistemática e exaustiva, obrigando-me a repensar algumas questões, a reformular e a dar-lhe quase sempre razão.

Ao Professor Doutor Luís Moita, que acompanhou os meus percursos académico e profissional, desde a licenciatura, incentivando-me para o processo da “aprendizagem ao longo da vida”. A ele devo as primeiras leituras sobre África e o Desenvolvimento, que originaram um interesse apaixonado pelo “mágico Continente”.

A todas as pessoas que me disponibilizaram, ainda em Portugal, documentos vários: Jaime Duarte, Gerhard Seibert, Xavier Torrent e Rui Andrade.

Em São Tomé e Príncipe, são incontáveis as pessoas que comigo colaboraram, disponibilizando informações. Não as podendo nomear todas, particularizo: Eng. Gaudêncio Costa, Director de Turismo e Hotelaria, Dr. Rafael Branco e Dr. Arlindo Carvalho, do Ministério das Infraestruturas, Obras Públicas, Recursos Naturais e Ambiente.

Aos representantes das iniciativas estudadas, sem os quais não teria sido possível efectuar os estudos de caso: Carlos Vila Nova, da Mistral; Bibi e Luís Beirão, da Navetur; Eugénio Lopes Pereira, da

TAP; João Fialho, da Air Luxor; João Carlos Silva, da Roça S. João; D. Veva, da Roça Bombaim; Adozinda, da Roça Chamiço; Sr. Jerónimo, da Roça Monte Forte; D. Alda, da Roça Colónia Açoreana; João Brito e Faro, do LZEC. E a todos os representantes das comunidades locais contactadas.

Ao IPAD, nomeadamente ao Dr. Fernando Pires, gestor do Bairro da Cooperação Portuguesa no arquipélago, pela possibilidade de alojamento, no decorrer das estadias na cidade de São Tomé.

À Embaixada de Portugal: Eng. António Machado e Dra. Patrícia Gaspar.

Ao: João Paulo Curto, pela disponibilização de documentos, pelos contactos efectuados, pela disponibilidade e pela amizade que foi sendo sedimentada com o tempo; Abílio Coutinho, de Trilhos da Gravana, pelo apoio e incentivo; Alejandro Diz, do PNUD, por facilitar a consulta do documentos e Stefan Cocco, da ECOFAC.

Ao “Meu Grupo” que residiu em São Tomé no período da minha permanência no arquipélago. Em particular ao Carlos, pela preocupação e interesse permanentes em relação à continuidade deste trabalho, acompanhando-me e dinamizando algumas actividades informais, debatendo comigo ideias e fazendo-me questionar procedimentos. Mas também por me ter ouvido pacientemente nos momentos de incerteza, revelando-se um grande e verdadeiro Amigo.

Aos meus amigos de sempre – Antónia, Del, Pedro, Manel e Teresa – pela preocupação constante, mesmo nas minhas ausências. Ao colega Orlando, pelas inúmeras demonstrações de amizade e ao Carlos Marcelo pela disponibilidade permanente.

À minha família. Em especial à minha Mãe e irmãs, João e Cristina, que têm como lema “Nunca Desistas de um Sonho” e que respeitam incondicionalmente as minhas opções, mesmo discordando... Obrigada por me apoiarem nas minhas decisões e por saber que posso contar sempre com vocês. Ao Mário, pela preocupação reservada e ao “Pequeno-Grande” António, pela alegria e alento que me transmitiu, nos momentos mais desgastantes.

Dedico este trabalho ao meu Pai que, em conjunto com a minha Mãe, me ensinou que a melhor forma de aprender é viver, e que o verdadeiro conhecimento é um processo interminável de construção, dentro de cada um de nós. Relembrando uma das frases que me dizia: “caminhante: a caminhar se faz o caminho”.

A Ti, que sei, que onde estiveres, estás feliz, por mim.

### ABREVIATURAS UTILIZADAS

AMI – Associação Médica Internacional	OCDE – Organization for Economic Co-operation and Development
AOSIS – Alliance of Small Island States	OIM – Organização Internacional para as Migrações
BAD – Banco Africano de Desenvolvimento	OIZC – Ordenação Integrada de Zonas Costeiras
BISTP – Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	OMT – Organização Mundial do Turismo
BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa	WTO – World Tourism Organization
CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central	ONGs – Organizações Não Governamentais
CIDAC – Centro de Investigação e Documentação Amílcar Cabral	ONU – Organização das Nações Unidas
CITUR – Conselho Interministerial do Turismo	OUA – Organização de União Africana
CLSTP – Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe	PAE – Programas de Ajustamento Estrutural
CODO – Coligação Democrática de Oposição	PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações	PCD-GR – Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão
DTH – Direcção de Turismo e Hotelaria	PEDTSTP – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em São Tomé e Príncipe
ECOFAC – Ecosystemes Forestiers d’Afrique Centrale	PEID – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
EN – Estrada Nacional	PIB – Produto Interno Bruto
ENASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea	PNADD – Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável
ENCO – Empresa Nacional de Combustíveis e Óleo	PNB – Produto Nacional Bruto
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations	PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
FDC/PSU – Frente Democrata Cristã/Partido Social da Unidade	RDSTP – República Democrática de São Tomé e Príncipe
FDT – Fundo de Desenvolvimento Turístico	SIDSNET – Small Island Developing States Network
ICP – Instituto da Cooperação Portuguesa	STPETRO – Companhia Nacional de Petróleo de São Tomé e Príncipe
IDF – Instituto Diocesano de Formação	TAAG – Linhas Aéreas de Angola
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano	TAP – Transportes Aéreos Portugueses
IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical	UDEAC – União Aduaneira e Económica da África Central
INE – Instituto Nacional de Estatística	UE-ACP – União Europeia-África, Caraíbas e Pacífico
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento	UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development
ISCTE – Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa	UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ISP – Instituto Superior Politécnico	UNICEF – United Nations Children’s Fund
LZEC – Latitude Zero Equatorial Challenge	WADCO – Western African Development Corporation Ltd.
MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe	WTTC – World Travel and Tourism Council
MLSTP/PSD - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata	ZFBAOBAB – Zona Franca em Baobab Beach
MPF – Ministério do Plano e Finanças	
NFT – Novas Formas de Turismo	
NOEI – Nova Ordem Económica Internacional	

## ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS, MAPAS E ESQUEMAS

	PG.
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b>	
Quadro 1 - <i>Apresentação das medidas estratégicas face às principais vulnerabilidades dos PEID</i> .....	68
Quadro 2 - <i>Tipologias de práticas e actividades de lazer e de ocupação de tempos livres</i> .....	81
Quadro 3 - <i>Diferenças entre turismo de massas e turismo alternativo, segundo Weaver</i> .....	90
Quadro 4 - <i>Tipologia de turistas com base na selecção dos destinos turísticos</i> .....	95
Quadro 5 - <i>Taxa de crescimento médio das chegadas internacionais e das receitas, 1950-1998</i> .....	98
Quadro 6 - <i>Importância relativa dos destinos turísticos por Continente, por chegadas internacionais em Milhares e em % e das receitas turísticas em milhões de dólares EUA e em % (1997)</i> .....	99
Quadro 7 - <i>Taxa de crescimento médio anual das chegadas internacionais por região</i> .....	99
Quadro 8 - <i>Taxa de crescimento médio anual de receitas turísticas por região</i> .....	100
Quadro 9 - <i>Tendência das chegadas de turistas internacionais a África por subregiões</i> .....	104
Quadro 10 - <i>Evolução das receitas turísticas no continente africano, em milhões de dólares EUA</i> .....	104
Quadro 11 - <i>Evolução das despesas da actividade turística em África, em milhões de dólares EUA</i> .....	105
Quadro 12 - <i>Evolução das chegadas internacionais de turistas a alguns países da África Central e das Receitas em milhões de dólares EUA</i> .....	107
Quadro 13 - <i>Comparticipação das receitas turísticas nas exportações de bens e na prestação de serviços em %</i> .....	108
Quadro 14 - <i>Análise comparativa da estratégia turística antes e depois da Conferência de Manila</i> .....	109
Quadro 15 - <i>Tipologia de indicadores do turismo segundo Jennifer Craik</i> .....	119
Quadro 16 - <i>Evolução da distribuição da população por distritos entre 1940 e 2001 em %</i> .....	162
Quadro 17 - <i>Evolução da produção de produtos agrícolas em toneladas, entre 1995 e 1999</i> .....	173
Quadro 18 - <i>Identificação e caracterização dos tipos de floresta em São Tomé e Príncipe</i> .....	182
Quadro 19 - <i>Identificação das regiões da zona de protecção em São Tomé e Príncipe</i> .....	183
Quadro 20 - <i>Sistematização das ameaças ambientais e principais causas</i> .....	188
Quadro 21 - <i>Identificação dos problemas ambientais por prioridade</i> .....	189
Quadro 22 - <i>Origem dos passageiros entrados e saídos do aeroporto de São Tomé em %</i> .....	194
Quadro 23 - <i>Capacidade de alojamento no arquipélago entre 1996 e 2000</i> .....	197
Quadro 24 - <i>Identificação e classificação dos quartos por hotel, categoria e ilha</i> .....	197
Quadro 25 - <i>Identificação da potencialidade turística heliotrópica por região no arquipélago</i> .....	202
Quadro 26 - <i>Principais regimes fiscais para investimento privado</i> .....	216
Quadro 27 - <i>Identificação das zonas para novos projectos de turismo balnear</i> .....	302
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS</b>	
Gráfico 1 - <i>Evolução das chegadas de turistas internacionais, em milhares e das receitas do turismo Internacional, excluindo transporte, em milhões de dólares EUA</i> .....	97
Gráfico 2 - <i>Evolução da capacidade de alojamento por região, em milhares de camas</i> .....	101
Gráfico 3 - <i>Evolução das chegadas de turistas internacionais a África, em milhares e das receitas em milhões de dólares EUA</i> .....	102
Gráfico 4 - <i>Importância das despesas turísticas e das receitas em África em 1997, em milhões de dólares EUA</i> .....	106
Gráfico 5 - <i>Evolução da população entre 1901 e 2001</i> .....	162
Gráfico 6 - <i>Importância dos sectores de actividade económica no PIB, em 1990 e 2000, em %</i> .....	176
Gráfico 7 - <i>Repartição da entrada de turistas estrangeiros por origem, em 2000</i> .....	195
Gráfico 8 - <i>Evolução da taxa de ocupação hoteleira</i> .....	198
Gráfico 9 - <i>Análise prospectiva da oferta hoteleira em função do tipo de procura até 2010</i> .....	223
<b>ÍNDICE DE MAPAS</b>	
Mapa 1 - <i>Representação geográfica do Parque Natural Obô nas ilhas de São Tomé e do Príncipe</i> .....	203
<b>ÍNDICE DE ESQUEMAS</b>	
Esquema 1 - <i>Surgimento das Novas Formas de Turismo</i> .....	113
Esquema 2 - <i>Impacto do turismo responsável nas comunidades de acolhimento e no meio ambiente</i> .....	126



# INTRODUÇÃO

## 1. BREVE JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A temática em estudo é o Turismo Ecológico como forma de promover o Desenvolvimento Sustentável na República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP), enquadrando-se no programa de doutoramento em “Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais”.

Com a presente investigação procuramos apresentar um contributo no sentido de repensar o conceito de desenvolvimento de um Pequeno Estado Insular Africano em Desenvolvimento a partir da dinamização do turismo, porque entendido como sector prioritário dado ser:

- um factor de promoção do crescimento económico,
- um meio que favorece a modernização das infra-estruturas internas,
- um factor de ligação entre o país e o mundo, minimizando os constrangimentos impostos pelo isolamento, pela distância em relação aos principais centros internacionais e pela reduzida dimensão,
- um sector que requer o aumento e a diversificação dos conhecimentos, da qualificação da mão-de-obra, gerando a criação de novos postos de trabalho com aperfeiçoamento das práticas,
- quando planeado, um mecanismo de valorização das potencialidades naturais e culturais reduzindo os efeitos da degradação e da destruição decorrentes da exploração não controlada.

Assim, procuramos analisar a importância dos produtos turísticos alternativos existentes, comprovando a sua relevância para o desenvolvimento económico do país, tal como para a proliferação dos processos de mudança na sociedade santomense. O ponto de partida foi a identificação de relações de interdependência entre diferentes níveis de análise, considerando que o turismo alternativo e o desenvolvimento sustentável são susceptíveis de estudos multidimensionais e interdisciplinares.

Para a abordagem multidimensional pretendida, identificámos três níveis de análise conceptual considerados como principais, perspectivados de forma entrecruzada porque implícitos ao desenvolvimento da actividade turística, enquanto via possível para a sustentabilidade: o nacional, o internacional e o local (cf. Anexos). Apesar de terem sido identificados três níveis de análise, a nossa abordagem privilegia a dimensão local concebendo os níveis nacional e internacional como importantes porque contextuais e de enquadramento.

Em muitas situações, o desenvolvimento está referenciado em realidades nacionais, sendo possível identificar um conjunto de dimensões internas específicas, tais como a política, a económica, a social e a cultural, susceptíveis de desagregação numa diversidade de subdimensões. Este é o nível nacional da análise, que enquadra e legitima o incremento da actividade turística, mediante processos vários, entre os quais a regulamentação legal. As realidades nacionais mantêm múltiplas e constantes relações, de diversa natureza, com outros países: de cooperação, mas por vezes também de conflitualidade, requerendo adaptações múltiplas e sucessivas, podendo identificar-se um nível internacional de análise do desenvolvimento.

A dimensão internacional está ainda presente no desenvolvimento da actividade turística, não só tendo em conta as entradas de turistas internacionais e as divisas retidas no decurso das visitas, como também pelos investimentos efectuados por grupos privados estrangeiros no incremento do sector e ainda pelas iniciativas promocionais externas, evidenciadas nas parcerias estabelecidas com operadores internacionais.

Por fim, podemos identificar o nível local, por nós privilegiado e objecto de aprofundamento teórico no decorrer do estudo, visto que do ponto de vista interno, o país é constituído por regiões que contribuem para o desenvolvimento nacional, através do incremento de uma multiplicidade de actividades económicas e de uma diversidade de processos produtivos. Por outro lado, permite a preservação da identidade social e cultural das populações que é, ora transmitida ora recriada, traduzindo-se localmente num conjunto de comportamentos, de práticas sociais e de sistemas simbólicos específicos susceptíveis de serem definidos como autênticos. O sector do turismo é essencialmente implementado e desenvolvido ao nível local, apesar de regulamentado a um nível nacional e promovido, em certa medida, e em muitos casos, por agentes económicos internacionais.

Assim, os níveis nacional e internacional da análise são, por nós e neste estudo, considerados como contextuais e de enquadramento, enquanto que a dimensão local é a privilegiada, sem que seja nosso objectivo hierarquizar numa escala de importância os três níveis identificados:

- o nacional enquadra, fundamenta e legitima o desenvolvimento da actividade turística e a preservação ambiental,
- o internacional reveste um carácter ambíguo, representando simultaneamente ameaças e oportunidades, incrementando e investindo localmente num conjunto de iniciativas

turísticas, promotoras de desenvolvimentos vários e representando a procura, em termos ambientais e culturais da autenticidade e da identidade, traduzidas nos traços característicos, entendidos como tradicionais e diferentes. As particularidades funcionam simultaneamente como oferta e procura de produtos turísticos específicos,

- o nível da localidade é o privilegiado na nossa análise, por ser entendido como o início e o fim do processo de desenvolvimento, ou seja fundamentado nas comunidades locais e no meio ambiente natural pré existente, na utilização preservada dos recursos, mas antes de mais requerendo a participação das populações locais em todo o processo.

Com base na análise relacional, multissetorial, dimensional e disciplinar do processo de mudança, procurámos compreender e caracterizar a importância do turismo, como sector promotor de transformações qualitativas e quantitativas, no desenvolvimento africano e particularmente da África Central, com base no caso da RDSTP. Assim, privilegiámos a vertente ecológica da prática turística, considerando ser a que revela maior potencial para a promoção do desenvolvimento sustentável, perspectivado no longo prazo, com um carácter duradouro, a partir das características socioculturais e ambientais pré existentes.

O caso do turismo integrado, do ponto de vista ambiental e cultural, relacionado com as práticas de lazer e com as representações culturais revestiu um interesse particular para o presente estudo. Por um lado, porque partimos do pressuposto que as motivações da procura de complexos turísticos alternativos remetem, naturalmente e de forma espontânea, para a preservação do meio ambiente e para a salvaguarda cultural. Por outro lado, porque entendemos que apelam, de forma imediata, para a responsabilização, implicando o estabelecimento de relações de integração e de complementaridade entre visitantes e visitados, bem como a partilha de espaços e de actividades. Neste sentido, é possível identificar, nomeadamente na sua perspectiva económica, uma interdependência entre o meio ambiente natural, a cultura característica das comunidades de acolhimento e a promoção da actividade turística.

A relação de interdependência entre as três dimensões pareceu-nos importante numa época em que se regista uma valorização, cada vez maior, da natureza e do ambiente, da localidade e das comunidades, atendendo às particularidades no que respeita à identidade social, histórica, cultural e territorial. Por outro lado, é a época por excelência em que algumas concepções adquirem uma importância crescente, tais como a autenticidade sociocultural, as concepções

do visitante por oposição ao turista, as qualificações do selectivo e do personalizado em contraponto com o massificado.

A relação que se pode estabelecer entre o turismo de natureza, promotor das potencialidades ecológicas caracteristicamente entendido como responsável, e o desenvolvimento económico, o lucro e a rentabilização imediata de recursos não nos pareceu, inicialmente, linear porque pouco directa, sendo comparativamente mais evidente nas práticas estandardizadas e de turismo massificado em que o controle, ou a possibilidade de o efectivar, é maior. Assim, procuramos, antes de mais, demonstrar como a actividade e a prática turística com estas características podem ser promotoras de mudanças várias, ao longo do tempo e de forma sustentável.

De uma forma sintética, podemos dizer que as justificações da pertinência do tema prendem-se com quatro aspectos principais: a relevância científica, traduzida na análise crítica dos conceitos de desenvolvimento e de turismo e na apresentação das novas propostas conceptuais e estratégicas; relevância social, evidenciada pela relação entre o incremento do sector do turismo e o aumento das oportunidades para uma população que vive maioritariamente em situação de pobreza; a relevância política, manifestada pela possibilidade de identificação e apresentação de sugestões e de propostas, viabilizadas pelos contactos directos com os representantes políticos; a relevância motivacional, relacionada não só com o tema, mas também e sobretudo com o país em estudo.

## **2. DA EPISTEMOLOGIA À METODOLOGIA**

Do ponto de vista epistemológico, privilegiámos o critério da interdisciplinaridade, com o objectivo de recolher contributos de diferentes disciplinas científicas de índole social, de forma articulada, tornando exequível a adequação do estudo aos objectivos do programa de Doutoramento em curso. O processo de desenvolvimento de um qualquer país tem características sistémicas e multidimensionais, remetendo para uma análise integrada dos vários aspectos que o constituem.

Epistemológica e metodologicamente, procurámos não sobrevalorizar apenas uma das disciplinas científicas de índole social, conjugando-as por entendermos que, apenas de forma entrecruzada, é possível analisar, compreender e explicar um qualquer país e o seu processo de desenvolvimento específico. Neste sentido, partimos do pressuposto que um país é constituído por uma diversidade de dimensões, que o particularizam, podendo ser sistematizadas a partir do agrupamento em cinco grandes níveis<sup>1</sup> de análise prioritários – o político, o económico, o social, o cultural e o ambiental. Estes níveis, estando interrelacionados entre si, viabilizam a caracterização do país tendo, qualquer um deles, um duplo carácter, interno e externo<sup>2</sup>.

Do ponto de vista epistemológico, numa fase inicial e como ponto de partida para o estudo, procurámos manter-nos fiéis à epistemologia dominante, evidenciando uma preocupação acrescida com a adopção de critérios que permitissem valorizar a objectividade da pesquisa no terreno. Assim, procurámos uma ruptura inicial com o senso comum<sup>3</sup>, de forma à efectivação de uma análise isenta, minimizando os valores subjectivos e as ideias pré concebidas acerca da realidade santomense.

À medida que o estudo se desenvolveu, constatámos que as tentativas de garantir a racionalidade objectiva resultaram insuficientes na prossecução da pesquisa e na análise dos dados recolhidos, pelo que adoptámos a terminologia, bem como as fundamentações de Santos (1989; 1994) relativamente ao conceito de “segunda ruptura epistemológica”. Neste sentido, procurámos adequar os princípios da objectividade, vulgarmente defendidos no meio científico, ao conhecimento obtido através do senso comum, com a revisão dos pressupostos inerentes à investigação, em função do paradigma pós-moderno (Santos, 1987: 55). Por um lado, aquando das deslocações a São Tomé e Príncipe, das visitas e do acompanhamento dos grupos, sentimos dificuldades em garantir o distanciamento suposto e a objectividade tradicionalmente conotada com os princípios da racionalidade. Por outro lado, pela tomada de

<sup>1</sup> No âmbito dos níveis de análise político, económico, sociocultural e ambiental podem ser identificadas diferentes subdimensões, também interrelacionadas e interdependentes.

<sup>2</sup> Os pressupostos da opção epistemológica e metodológica para a realização do estudo estão conforme ao exposto na Parte I do presente texto, nomeadamente no que respeita à abordagem do conceito de desenvolvimento e à valorização do sector do turismo com base na perspectiva da sustentabilidade, da longa duração, da equação e de integração das diferentes dimensões consideradas relevantes para o processo de mudança.

<sup>3</sup> Inicialmente, sentimo-nos influenciados pelas abordagens tradicionais, no que respeita à adopção de uma atitude científica, distanciada das abordagens do senso comum pela identificação de critérios objectivos (Santos, 1987; 1994).

consciência que o envolvimento pessoal, resultante do conhecimento anterior da realidade ambiental e social santomense, influenciava a recolha de informação e a própria análise.

A necessidade sentida de proceder a uma “segunda ruptura” (Santos, 1987; 1994) derivou da percepção que nenhum conhecimento científico é totalmente racional, não sendo viável a prossecução de análises desprovidas de subjectividade (Amaro, 2004), visto valorizarem a própria pesquisa.

Na sequência das rupturas epistemológicas, não procurámos estabelecer a dicotomia tradicionalmente defendida e aceite, que separa a racionalidade da subjectividade, qualificando a primeira como cientificamente oportuna e desejável e a segunda como negativa e evitável. Ao contrário, defendemos a ideia que a objectividade total e a isenção de avaliações subjectivas, em ciências sociais, não são totalmente possíveis ou viáveis. A fundamentação radica no pressuposto que o investigador se encontra condicionado, à partida, pelo seu quadro valorativo de referência, do qual não se consegue, integralmente, destituir ou libertar no decurso das leituras, das observações, das análises e das avaliações que efectua no decurso da investigação. Assim e de forma consequente, consideramos que a atitude científica requer associação entre as diferentes formas de entender e de dar seguimento à pesquisa, resultando numa “racionalidade emocional” (Damásio, 1994; Amaro, 2004), em que a subjectividade ganha progressivamente importância.

É princípio epistemológico de base, no presente estudo, que uma investigação é um processo que se caracteriza pela complexidade, do qual fazem parte diferentes momentos, podendo destacar-se a observação, a reflexão, a interpretação e a avaliação de uma determinada realidade. Da mesma forma, quem observa, reflecte e avalia, sobre um qualquer problema, está, antes de mais, condicionado pela leitura possível da realidade observada. Esta percepção inicial está sempre carregada de subjectividade, atendendo ao quadro valorativo de referência, aos conhecimentos e à experiência pessoal do investigador. Assim, mesmo que seja procurada a racionalidade objectiva, controlando a margem de subjectividade implícita, não será possível, na totalidade e de forma isenta, interpretar a realidade.

Estes pressupostos presentes na investigação remetem para a ideia que o conhecimento não é um estágio apenas conseguido através da racionalização de todos os procedimentos. Antes de mais, implica um processo crítico de aprendizagem pressupondo uma entrega e um

envolvimento por parte do investigador, com base na percepção individual das realidades em análise e com as quais contacta; uma vivência com um carácter sensorial e emotivo que permite equacionar o conceito de “inteligência emocional”<sup>4</sup>.

No presente estudo, a lógica do conhecimento decorrente da “primeira ruptura epistemológica” está traduzida na operacionalização dos conceitos – desenvolvimento, turismo e sustentabilidade, pelo que recorremos a um conjunto de abordagens teóricas, tradicionalmente aceites e que deram origem a escolas e a paradigmas. Esta análise permitiu-nos traçar, de forma evolutiva, o quadro teórico de fundamentação conceptual, mas sobretudo repensar um conjunto de princípios, vulgarmente aceites, e que na nossa perspectiva não permitiam mais do que uma interpretação limitada da realidade. A “primeira ruptura epistemológica” deu origem à segunda, lançando novas pistas na explicitação dos conceitos, bem como no que respeita à identificação e à definição das estratégias mais adequadas.

A “segunda ruptura epistemológica” foi prosseguida de forma natural com base na primeira, evidenciando-se no decorrer da preparação da pesquisa no terreno e tendo-se destacado aquando da realização do estudo de caso. A subjectividade foi valorizada no decurso do trabalho de terreno, nomeadamente na realização dos percursos, no contacto com os grupos de turistas, com as comunidades locais, com os agentes e promotores turísticos, com as elites políticas, mas também e de forma particular com o meio ambiente natural, no que respeita à observação da diversidade de espécies animais e florestais. Neste contexto, sentimo-nos envolvidos pelo meio social e ambiental, pela intensidade das vivências resultantes do contacto directo com as populações autóctones e com os grupos de turistas, na partilha de dificuldades em situações concretas e no usufruto de momentos, que para nós, se revelaram únicos a nível pessoal. Assim e em parte, a análise traduz uma percepção e uma leitura marcadas por experiências pessoais vividas no decorrer das diferentes estadias na RDSTP.

Desta forma, podemos afirmar que, sistematicamente:

1. Procurámos efectuar uma abordagem temática interdisciplinar, dadas as características e os objectivos do programa de Doutoramento em que o projecto se enquadra, Assim, tanto a problemática do turismo como a referente ao desenvolvimento sustentável apresentam

---

<sup>4</sup> O conceito de “inteligência emocional” foi largamente abordado por Damásio (1994), na valorização de uma multiplicidade de factores, além da inteligência intelectual, tais como as relações interpessoais, a motivação, o trabalho em grupo, a emotividade, os sentimentos, entre outros, traduzindo o conceito de “inteligência emocional”. Neste contexto é valorizado o equilíbrio entre os sentimentos, a intuição e a racionalidade



complexidade, requerendo um estudo multivariado, entrecruzado e fundamentado na interdisciplinaridade.

A análise do conceito de desenvolvimento é justificada dado ser entendido como um processo de mudança complexo, que procura a melhoria das condições de vida das populações abrangidas, nas vertentes social e humana, económica, financeira e de acesso a bens de consumo, cultural, relacionada com a formação e a qualificação, bem como no que respeita à garantia das liberdades individuais e dos direitos universais.

O turismo enquanto actividade económica e como prática requer integração entre diferentes áreas e sectores, nomeadamente no que respeita à formação, à adequação entre as qualificações e as funções, as relações entre a produção e o consumo, a rentabilidade económica e a preservação ambiental, a modernização, a preservação da identidade cultural e a tradição.

A perspectiva da interdisciplinaridade defendida e, por nós, adoptada evidencia uma preocupação com a recolha sistemática dos contributos das diferentes disciplinas que têm estudado as duas temáticas, possibilitando o desenvolvimento de uma análise integrada dos dois conceitos, dada a sua complexidade. As abordagens teóricas implicadas como fundamentação da análise requerem um enquadramento interrelacionado entre áreas científicas sociais, como a Sociologia, a Economia, a História, a Demografia e a Estatística.

2. Apesar de ser privilegiada e defendida uma abordagem interdisciplinar, a área científica e metodológica considerada principal é a Sociologia, dado o contexto e os objectivos do estudo, a formação e a experiência profissional da investigadora. No entanto, este “regresso” a uma abordagem de base disciplinar resulta obviamente alterado, uma vez que a análise interdisciplinar referida obrigou a reformular perspectivas e a considerar novas interrogações e interrelações em relação ao ponto de partida. No contexto da ciência sociológica, foram valorizadas as abordagens no âmbito da Sociologia do Desenvolvimento e da Sociologia do Turismo, sendo complementadas com leituras relacionadas com as disciplinas de Sociologia do Ambiente, Sociologia da Cultura e Sociologia Rural.
  - 2.1. Procurámos dar continuidade à formação universitária inicial de base, Sociologia, bem como à posterior frequência do Mestrado em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais com especialização em Desenvolvimento Social e Económico em África<sup>5</sup>;
  - 2.2. O presente estudo enquadra-se no âmbito da actividade profissional considerada principal, que tem sido desenvolvida<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> No âmbito do Mestrado em Estudos Africanos (ISCTE) foi elaborada e defendida, em 1998, a dissertação sobre a temática “A Importância dos Sistemas Participativos no Desenvolvimento Local da Guiné Bissau” sob orientação do Prof. Doutor Rogério Roque Amaro.

<sup>6</sup> A actividade profissional principal tem sido desenvolvida, entre 1992 e 2002, na Universidade Autónoma de Lisboa, com a leccionação de disciplinas no curso de Sociologia (Sociologia do Desenvolvimento e da Mudança Social e Seminário de Investigação) e de Gestão (Sociologia das Empresas). Desenvolvemos actividades pedagógicas, científicas, de investigação e de consultoria no âmbito da UAL e de outras organizações, entre as quais a Organização Internacional para as Migrações, os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e da Administração Interna e o Banco Mundial.

- 2.3. A Sociologia é uma disciplina científica que tem como objecto de estudo o homem integrado em meios sociais, procurando compreender e explicar as relações sociais estabelecidas e enquadradas, a vários níveis – económico, político, social, cultural e ambiental – mas também, por um determinado contexto e época histórica.
- 1.4. Procurámos desenvolver, de forma prioritária e dadas as características da investigação, uma análise microssociológica, privilegiando a metodologia de estudo de caso intensivo. Assim, procedemos à enumeração e à análise exaustiva das iniciativas de turismo ecológico, entendidas como promotoras de desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe e que, em algumas situações, têm uma reduzida dimensão, sendo principalmente geradoras de efeitos localizados. Contudo, não só não desvalorizámos o enquadramento macrossociológico, como o adoptámos como meio de contextualização e de fundamento dos casos em estudo, viabilizando a sua caracterização.
3. As áreas científicas auxiliares consideradas prioritárias foram a Economia, a História, a Estatística e a Demografia – por entendermos que, globalmente, são as que nos permitem caracterizar, em termos de tendências evolutivas, os níveis social e económico do país em estudo.
- 3.1. A ciência económica é valorizada pelos contributos, no que respeita às análises teórica e conceptual desenvolvidas sobre as problemáticas do Desenvolvimento, do Turismo e da Sustentabilidade. A Economia foi a ciência social que, historicamente, desenvolveu mais cedo estudos sobre os três principais conceitos explorados no decorrer da investigação. A adopção dos contributos da ciência económica justifica-se, também e de forma prioritária, pela necessidade sentida em relação à caracterização da economia santomense, aos ritmos de crescimento, ao longo do tempo, com particularização do sector turístico que, enquanto actividade promotora de desenvolvimento, é ainda recente.
- 3.2. A Ciência Histórica permite contextualizar, descrever e compreender a realidade santomense com base na identificação, na definição e na caracterização ao longo dos tempos. Assim, procurámos adoptar uma abordagem que viabilize a definição do traçado evolutivo dos principais conceitos, a caracterização da sociedade santomense e a relevância do sector do turismo na transformação social e económica.
- 3.3. A Estatística e a Demografia são áreas científicas consideradas relevantes por permitirem caracterizar, com base num fundamento quantitativo, a sociedade santomense, a partir dos diferentes níveis de análise, evidenciando a importância da actividade turística no desenvolvimento social e económico do arquipélago.

Visto a opção epistemológica se fundamentar numa perspectiva interdisciplinar, procurámos não incorrer em superficialidades temáticas e analíticas resultantes da possível dispersão da análise, face à diversidade de questões abordadas, de natureza teórica e conceptual. Assim, optámos pela recolha dos contributos de cada uma das disciplinas científicas referidas, tornando viável um tratamento conjugado, integrado e complementar, apresentando uma

maior complexidade e permitindo, simultaneamente, uma maior profundidade nas problemáticas em estudo.

De acordo com os princípios apresentados, podemos afirmar que o quadro epistemológico determinou a escolha dos conceitos teóricos e a selecção das principais referências bibliográficas, resultando nas opções metodológicas adoptadas (cf. Segunda Parte, I.).

De forma paralela, partimos de uma abordagem complementar, com um carácter, não só dedutivo mas principalmente, indutivo. A abordagem dedutiva decorre das leituras e da análise de estudos e de investigações anteriormente realizadas por outros autores (Albarello, 1997: 97), tendo como objectivo prioritário a definição de bases teóricas e de exploração conceptual aprofundadas, permitindo a fundamentação da pesquisa.

O carácter indutivo que procurámos desenvolver, por considerarmos ser o mais adequado aos objectivos da investigação, defende a empiria (Ruquoy, 1997: 97), nomeadamente através da adopção da metodologia de estudo de caso, pressupondo a captação no terreno de algumas interrogações que permitam repensar os pressupostos teóricos anteriormente apresentados, abrindo pistas de reflexão fundamentadas na pesquisa exploratória, o que significa que as hipóteses e os pressupostos previamente enunciados foram permanentemente sujeitos a uma postura revisionista e não determinista. A abordagem da pesquisa no terreno implicou incursões iniciais com um carácter exploratório e de despistagem e uma fase posterior de investigação propriamente dita.

Fomos levados a colocar algumas questões que estão presentes ao longo do estudo, estabelecendo um fio condutor em toda a análise, bem como um conjunto de hipóteses de trabalho com o objectivo de ser validado. Do ponto de vista metodológico, procurámos que as perguntas de partida<sup>7</sup> fossem concisas, claras, precisas, directas e pertinentes face ao tema principal em análise e ainda exequíveis, ou seja que o presente estudo lhes pudesse dar resposta.

Assim, as principais questões que se colocaram, de imediato, aquando da escolha do tema foram as seguintes:

1. De que forma a proliferação e a diversificação das formas turísticas alternativas podem promover o desenvolvimento e a mudança na República Democrática de São Tomé e Príncipe?

<sup>7</sup> As qualidades das perguntas de partida são caracterizadas com base na descrição apresentada por Quivy (1992: 30-42).

- 1.1. Que impacto tem tido o turismo na sociedade santomense e, em geral, no seu desenvolvimento?
- 1.2. Como, e em que medida, é que as comunidades locais são envolvidas no incremento e na valorização da oferta turística?
- 1.3. Como são conciliados os interesses, tantas vezes contraditórios, do Estado, da iniciativa privada estrangeira e das comunidades locais?
- 1.4. Qual a relação entre o turismo alternativo, dito de natureza, verde, ecológico e responsável e a rentabilização dos recursos disponíveis, necessária ao crescimento económico?
- 1.5. Quais os efeitos reais das iniciativas de turismo ecológico no ambiente e nas comunidades locais santomenses?
- 1.6. Quais as condições necessárias para que as novas formas de turismo, ditas alternativas, produzam efeitos no sentido do desenvolvimento, na sociedade santomense?

Com base nas questões de partida definidas e apresentadas, procurámos enunciar hipóteses e subhipóteses de trabalho, enquanto proposições relacionais hipotéticas, sujeitas a verificação e a confirmação no decorrer da investigação (Bell, 1997: 35 e Quivy, 1992: 137). As hipóteses definidas reflectem a relação entre as diferentes variáveis e os principais conceitos analisados na Primeira Parte do estudo. Por outro lado, as hipóteses foram definidas de forma articulada, para que fosse assim possível alcançar os objectivos propostos e previamente definidos.

Visto que normalmente, uma única hipótese não permite responder na totalidade à pergunta de partida identificada e, por termos definido, também de forma desagregada, várias perguntas de partida, confrontámo-nos com a necessidade de enunciar diferentes hipóteses e subhipóteses de pesquisa. Este pressuposto permitiu-nos abordar os vários conceitos e as diferentes dimensões do tema em estudo.

- A. Na República Democrática de São Tomé e Príncipe, a partir da década de 90, a oferta de produtos turísticos alternativos é um dos factores de desenvolvimento local sustentável.
  - A.1. Os complexos turísticos criam novas condições para as comunidades locais através da diversificação dos processos produtivos, até aqui tradicionais, do aumento da qualificação da mão-de-obra local e da consequente diversificação das experiências profissionais.
  - A.2. Através da criação de novos postos de trabalho e da dinamização da produção agrícola, o turismo alternativo promove uma melhoria qualitativa das condições de vida das populações das comunidades locais, nomeadamente mediante o aumento e a diversificação das fontes de rendimento.

- A.3. A identidade cultural das comunidades locais é respeitada, preservada, transmitida e divulgada através de actividades explicitamente orientadas pelos promotores turísticos ao visitante que procura autenticidade e especificidade cultural.
- B. Na República Democrática de São Tomé e Príncipe, o turismo alternativo é particularmente apropriado pelas iniciativas privadas requerendo, nesta fase, a intervenção e o apoio por parte do Estado.
- C. A proliferação das iniciativas privadas neste sector, na República Democrática de São Tomé e Príncipe, está a ter como resultado o aumento da qualidade dos serviços prestados, da concorrência e da competitividade relativamente às formas turísticas tradicionais.

### **3. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO**

O trabalho encontra-se estruturado em três partes principais e um conjunto de anexos. Assim:

- Primeira Parte – são apresentados, do ponto de vista conceptual, os principais conceitos – desenvolvimento e turismo. O desenvolvimento é analisado com uma dupla preocupação, histórica ou evolutiva e crítica, sendo fundamentado nas principais escolas e paradigmas. Assim, privilegiámos numa fase inicial as abordagens, vulgarmente denominadas de economicista por valorizarem o crescimento económico relativamente a outras dimensões, as análises da Escola da Dependência e do Sistema Mundo. Seguidamente apresentámos os novos conceitos do desenvolvimento, tanto no que respeita às abordagens socioculturais como ambientais. Assim, no que respeita à vertente sociocultural, foram analisados os conceitos de desenvolvimento comunitário, local e humano, fazendo-se também referência à “basic needs strategy”. No que concerne às perspectivas ambientalistas abordamos os conceitos de ecodesenvolvimento e de desenvolvimento sustentável. A análise conceptual e teórica do desenvolvimento é concluída com uma reflexão conjugada das principais questões emergentes e que são consideradas pertinentes para a fundamentação do estudo.
- As economias de pequena dimensão são também estudadas, no que respeita às principais características, factores contingentes e potencialidades, procurando-se destacar as questões evidenciadas pela análise conceptual e teórica antes apresentada, no sentido da explicitação do processo de desenvolvimento das realidades insulares, que se destacam pela particularidade.

O conceito de turismo é apresentado, também com a preocupação da definição do traçado evolutivo das formas que a prática revestiu ao longo do tempo, pelo que explicitámos a problemática do lazer, de forma a contextualizar a prática turística e a compreender as principais tendências do fenómeno, ao nível mundial. Dadas as características do estudo, tivemos a preocupação de centrar a análise na região africana, particularizando a subregião da África Central, através de análises comparativas.

A explicitação do conceito ao longo do tempo e a apresentação das principais formas que a actividade turística revestiu, permitiu-nos caracterizar o denominado turismo alternativo, evidenciando novos pressupostos conceptuais e metodológicos, relacionando os diferentes actores envolvidos.

- Segunda Parte – são apresentados os aspectos metodológicos e de enquadramento, nomeadamente no que respeita às principais técnicas de recolha de informação seleccionadas e adoptadas, bem como à explicitação e justificação dos critérios presentes na análise. De uma forma genérica, foram privilegiadas as técnicas qualitativas, tendo tido a preocupação de associar de forma complementar algumas de natureza quantitativa.

De seguida, procedemos ao enquadramento do caso em estudo, com a apresentação e a contextualização a partir de critérios pré-definidos, como o histórico-geográfico, o político, o sociocultural, o económico e o ambiental, destacando-se a especificidade dos ecossistemas e a identificação dos principais riscos.

A segunda parte é concluída com a análise da importância do turismo na RDSTP, recorrendo: à caracterização do sector do ponto de vista quantitativo; à identificação das principais potencialidades do arquipélago enquanto destino turístico, mas também dos constrangimentos ao incremento do sector; à explicitação das políticas nacionais vigentes, com identificação dos principais intervenientes, e das medidas tendentes à planificação da actividade.

- Terceira Parte – são apresentados os estudos de caso, a partir da identificação e caracterização do papel do Estado e dos agentes públicos na promoção do ecoturismo, destacando o papel das comunidades locais em todo o processo. Os estudos de caso foram sistematizados com um princípio temático: as iniciativas ecológicas de observação, entre as quais incluímos a actividade turística formal desenvolvida por agentes e promotores

turísticos, as iniciativas informais e o turismo de aventura; os alojamentos ecoturísticos rurais; os alojamentos ecológicos não rurais, tendo sido ainda objecto de análise as situações em que se verificaram indícios de competitividade. A terceira parte do estudo é concluída com a apresentação das principais iniciativas ecoturísticas previstas e projectadas

- Conclusão do Estudo – são lembrados os principais conceitos estudados, bem como os aspectos metodológicos adoptados, de forma a contextualizar a análise das hipóteses e das subhipóteses enunciadas na Introdução.

## **PRIMEIRA PARTE**

### ***DESENVOLVIMENTO E TURISMO: CONTRIBUTOS PARA A TEORIZAÇÃO***

*“Bem sugestiva é (...) a imagem da semente lançada à terra  
e «envolvida» por esta,  
que vai realizar um processo esforçado de des-envolvimento,  
rompendo com os obstáculos (...) até se libertar para o exterior,  
tornando-se planta,  
flor e/ou fruto,  
de acordo com as suas potencialidades,  
atingindo a sua realização nos centímetros ou metros que alcançar  
e nos gramas ou quilos que pesar (dimensões quantitativas),  
mas também na sua estética, aroma e sabor (dimensões qualitativas).”*

Rogério Roque Amaro (2004)



Na Primeira Parte do estudo, procuramos apresentar um contributo para a operacionalização dos principais conceitos, Desenvolvimento e Turismo, partindo da análise da relação existente entre os dois. É apresentado um quadro teórico evidenciando uma evolução do conceito que tende a complexificar-se, à medida que as perspectivas conceptuais são alvo de revisões, no sentido da interacção entre diferentes dimensões e factores.

A problemática do desenvolvimento é abordada, no capítulo I da Primeira Parte, tendo sido adoptada uma perspectiva histórica, com o objectivo da apresentação das tendências mais recentes do conceito, tendo presente uma dupla preocupação de análise sincrónica e diacrónica.

Do ponto de vista histórico, e numa fase inicial, começamos por caracterizar o desenvolvimento (Amaro, 1990: 451) com base na identificação com o ideal economicista, de crescimento económico, tendo como principal pressuposto o quantitativismo, normalmente, de origem e de natureza industrial, tendo a inovação tecnológica adquirido uma importância determinante enquanto factor de dinamização produtiva. Este pensamento estratégico, unidimensional e de base produtivista, que sobredimensiona o incremento do consumismo, entrou em falência dando origem, de forma progressiva, à valorização de um outro conjunto de variáveis que se afastam da lógica puramente económica.

Neste contexto, apresentamos as concepções alternativas do conceito, tendentes a novas formulações, nomeadamente com valorização das capacidades atribuídas às comunidades locais e com preocupações de salvaguarda dos recursos para as gerações futuras. Na sequência do entendimento que, no desenvolvimento e na efectivação do processo de mudança, intervêm diferentes actores, emergiram, de forma associada e interligada, novos conceitos, tais como de localidade e de participação.

Procuramos também apresentar o conceito de desenvolvimento com base numa análise contextualizada, tendo como referência a especificidade das economias insulares e de pequena dimensão, dadas as contingências resultantes da situação de isolamento e da distância.

No capítulo II da Primeira Parte exploramos o conceito de turismo, enquanto forma privilegiada de lazer, com base em dois critérios principais – o traçado evolutivo das

principais formas que a prática revestiu ao longo dos tempos e a identificação de tipologias classificatórias, que permitem uma melhor compreensão do fenómeno.

Do ponto de vista da evolução das práticas, equacionamos três épocas principais na história do turismo: a fase inicial, caracteristicamente elitista; o período da turistificação ou da massificação da prática, evidenciando um traço de democratização e de generalização no acesso aos produtos oferecidos; a emergência de formas alternativas no desenvolvimento e na prática da actividade.

Conceptualmente, destacamos as recentes abordagens, denominadas de novas formas de turismo, pela valorização da responsabilização dos diferentes actores intervenientes, apostando na sustentabilidade. O turismo é analisado em função das principais tendências a nível mundial, destacando-se a realidade africana, particularizando-se a sub-região da África Central, e tendo como ponto de referência, para o estudo, os benefícios decorrentes do desenvolvimento da actividade nas sociedades de acolhimento. A Primeira Parte é concluída com a articulação entre os dois conceitos em análise, fundamentada nos princípios estratégicos apresentados pelas principais abordagens consideradas.

## **I. DESENVOLVIMENTO - ANÁLISE CRÍTICA DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO**

No capítulo – Desenvolvimento - Análise Crítica da Evolução do Conceito – procuramos analisar, de forma evolutiva mas crítica, escolas e paradigmas que se dedicaram ao estudo da problemática do desenvolvimento. A nossa preocupação recaiu na explicitação teórica, desde a emergência do conceito, evidenciando os mecanismos que desencadearam a formação das sociedades ditas industriais, vulgarmente identificadas com processos de mudança, de crescimento, ou seja com a acepção tradicional de desenvolvimento.

Assim, começamos por apresentar o conceito, desde o seu surgimento, destacando a transição para as sociedades industriais, por a entendermos como um marco de importância determinante, pela valorização da noção de crescimento económico associada ao enriquecimento, à acumulação e mesmo ao investimento de capital com expectativas de novos e futuros ganhos. Neste contexto, foi considerado que o sucesso do crescimento,

fundamentado em processos produtivos industriais, dependia da capacidade produtiva, entendida como o meio ideal de atingir o desenvolvimento.

No segundo ponto procuramos analisar o conceito a partir dos diferentes contributos teóricos historicamente introduzidos pelas principais escolas e paradigmas. A análise conduziu-nos ao paradigma da modernização, que entendia o desenvolvimento de forma diferenciada, sendo as características internas e de natureza sociocultural concebidas como um factor de bloqueio para a mudança. Esta perspectiva, de natureza eurocêntrica, foi conceptualmente contraposta por novos modelos, privilegiando as dimensões histórica e de relacionamento externo, em detrimento das características internas.

No terceiro ponto, apresentamos as novas análises e as revisões conceptuais produzidas pelas propostas teóricas e estratégicas emergentes, que valorizavam a adopção de medidas tendentes à promoção do homem e das suas necessidades, das comunidades e dos grupos, da localidade e do meio natural. A preocupação passou, não só por assegurar a sobrevivência e o conforto presentes como também, pela capacidade de garantir o bem estar das gerações futuras.

No último ponto, e tendo presente o estudo de caso a desenvolver nas Segunda e Terceira Partes, a análise centrou-se, de forma particular, nas realidades socioeconómicas e políticas de pequena dimensão, destacando-se as especificidades insulares, porque entendidas como condicionantes do processo de desenvolvimento.

## 1. O SURGIMENTO DO CONCEITO DESENVOLVIMENTO

A partir do séc. XVIII, a História (Dockès e Rosier, 1988: 43) passou a ser perspectivada com base na fundamentação evolucionista, associada a uma concepção linear, tendo um sentido positivo e ascendente, relacionado com a noção de progresso e podendo ser explicada pela evolução das mentalidades. Este foi o período<sup>8</sup>, por excelência, do surgimento e da alteração

---

<sup>8</sup> A sociedade industrial dos séculos XVIII e XIX é identificada com a sociedade inglesa por ter sido a pioneira do industrialismo e da Revolução Industrial. O caso inglês tem sido particularmente estudado de forma crítica (Bairoch, 1988a) e referido (Murteira, 1990) como modelo de desenvolvimento e de crescimento, numa época em que as sociedades agrícolas associadas ao sector mercantil predominavam na Europa. Resultou de um conjunto de condições propícias à inovação e à utilização produtiva das invenções, à criação de uma população urbana e industrial, operária, ao

de padrões de comportamento e de valores referenciais em que o racionalismo e o desenvolvimento da ciência passaram a dominar a vida económica, social e política, ao nível interno e no que respeita ao relacionamento internacional. Directamente associada a estes ideais esteve a lógica produtivista, de carácter industrial, tendente à acumulação de capital, ao investimento, à inovação técnica e ao enriquecimento, à dinamização do consumo e à criação permanente de novas necessidades na população, o denominado consumismo.

O séc. XVIII, denominado por Dockès e Rosier (1988: 45) o “Século da História”, foi determinante enquanto período de transição e de mudança socioeconómica, concebida como positiva, com um sentido ascendente e tendente ao progresso. Este foi o período que marcou o início do industrialismo, através da Revolução Industrial, passando a ser entendida como o principal símbolo de abundância, de riqueza, de prosperidade (Amaro, 1990a: 450) e de crescimento. Os valores deixados pela Revolução Industrial foram entendidos, por vários autores, como paradigmáticos, no sentido da prossecução do desenvolvimento.

De forma sequente, o desenvolvimento de base industrial deu origem ao surgimento da problemática social, pela tomada de consciência dos custos humanos decorrentes dos princípios adoptados nestes processos produtivos. A lógica da rentabilização assentava num princípio produtivista associado à inovação tecnológica, à absorção de matérias primas em abundância e ao aproveitamento de numerosa mão-de-obra assalariada, pouco dispendiosa do ponto de vista salarial e pouco reivindicativa.

Os custos sociais e humanos da Revolução Industrial acabaram por se revelar muito elevados (Bairoch, 1988a: 389) pelas precárias condições salariais e laborais, com aproveitamento de mão-de-obra infantil e feminina, que acumulava o desempenho de tarefas domésticas e pelo aumento progressivo do desemprego. Associado ao industrialismo evidenciou-se o crescimento do urbanismo (Bairoch, 1988a: 341), originado pela transferência em massa de população rural, com características laborais agrícolas, para zonas urbanas industriais, formando-se as novas cidades, criadas pelos fluxos migratórios.

---

investimento de capital e ao enriquecimento que, do ponto de vista económico, alcançou resultados positivos de acumulação apesar das dinâmicas sociais não terem sempre acompanhado o ritmo ascendente da economia.

Este foi um período de mudança socioeconómica e política marcado por uma nova ética, traduzida na transformação dos quadros valorativos de referência, adquirindo maior importância a apetência para o lucro e o enriquecimento individual<sup>9</sup>.

A fase inicial do industrialismo tem sido, na maioria dos casos, analisada e explicada com base no pressuposto da inovação técnica orientada para a produção (Dockès e Rosier, 1988: 119), passando a existir uma relação directa entre a invenção técnica, a introdução de novas máquinas, em determinados processos produtivos, e os consequentes aumentos de produtividade. Numa fase posterior e de forma progressiva, o trabalho humano passou a ser parcial ou totalmente substituído por outras fontes de energia mais rentáveis. A lógica produtivista e tendente ao lucro encerrava a noção de “ordem produtiva” (Dockès e Rosier, 1988: 168) pressupondo a necessidade de uma ordem social global coerente, que permitisse a acumulação de capital a partir do aumento contínuo da produtividade.

A problemática do desenvolvimento adquiriu uma importância crescente, do ponto de vista da ciência económica, após a Segunda Guerra Mundial, estando directamente relacionada com a apetência para o crescimento, dependente das lógicas produtivas industriais e ainda condicionada pelo contexto internacional vocacionado para a mudança.

O conceito surgiu associado a factores contextuais históricos (Amaro, 2004), tais como:

- A reconstrução económica europeia após 1945, com a adopção de um conjunto de medidas de incentivo aos acréscimos quantitativos de produtividade, com o objectivo de retomar os ritmos de crescimento anteriormente conseguidos;
- O dinamismo das economias dos países industrializados, entendido como paradigmático para os países do Sul, que o procuravam seguir, a partir da concepção da existência de um modelo aplicável, independentemente dos factores contextuais histórico e internacional, das características internas e das potencialidades locais;
- A adopção do modelo paradigmático de base keynesiana conferindo um forte protagonismo ao Estado no que respeita à dupla função económica, regulação e intervenção, mas também de ordem social, o Estado Providência e as políticas de pleno emprego, entendido como economicamente mais vantajoso do que o modelo liberal, na definição e no prosseguimento de estratégias de desenvolvimento;
- O contexto vivido a nível internacional, definido e caracterizado pela expressão guerra fria, estabelecendo a oposição entre o leste e o oeste em relação, entre outros aspectos, ao

---

<sup>9</sup> Existe uma multiplicidade de referências teóricas que exemplificam e fundamentam os novos valores e ideais - Auguste Comte, Max Weber, Adam Smith, Malthus, David Ricardo, Rousseau, Hobbes, Locke, David Hume entre outros - ideais de enriquecimento individual e de acumulação, de liberdade, de democracia e de parlamentarismo, de separação de poderes, de acordos sociais, de tolerância e de capitalismo.

desenvolvimento económico, tendo acelerado a concorrência entre os dois blocos e alterado a própria concepção do desenvolvimento;

- A multiplicação de movimentos pró-independentistas e de cariz nacionalista protagonizados pelos países do Sul, as independências políticas sucessivas em vários territórios criando expectativas de ligação entre a autonomia política e o crescimento económico, com a conseqüente geração de riquezas. Estas preocupações foram evidenciadas na Conferência de Bandung e, na década de 60, pela denominada década do desenvolvimento, sendo entendido como o principal factor contextual histórico explicativo;
- A ideologia, resultante da Segunda Guerra Mundial, tendente ao progresso e à paz entre povos, evidenciada em declarações internacionais.

O conceito surgiu directamente associado a questões nacionalistas e independentistas. A independência política era perspectivada como a principal via para o desenvolvimento económico, passando o modelo paradigmático pela concepção do Estado-Nação politicamente independente e promotor da dinamização económica. Esta foi a fase de valorização dos princípios eurocêtricos, presentes nas teorias iniciais da problemática do desenvolvimento.

Numa fase inicial (Arndt, 1987: 1), o crescimento económico surgiu relacionado com ideais de riqueza e de progresso, adquirindo um sentido material, tal como já estava evidenciado pelas abordagens de Adam Smith e de David Ricardo. Estas concepções passaram a ser consideradas como o principal mecanismo susceptível de melhorar as condições de vida (Arndt, 1987: 13), esforço que adquiriu um sentido positivo e universal abrangendo a generalidade da população.

Contudo, a corrente liberal atribuiu menor importância à prossecução do processo de desenvolvimento do que às questões directamente relacionadas com o equilíbrio do mercado, representando estas a principal preocupação evidenciada.

Por influência das características das sociedades industriais o conceito de desenvolvimento<sup>10</sup> foi associado a um conjunto de noções básicas relacionáveis e que, de acordo com Amaro (1990a: 451; 2004), podem ser sistematizadas da seguinte forma:

1. Crescimento económico: o desenvolvimento assentava em aumentos quantitativos de capital, de investimento, de instrumentos técnicos de apoio, de produção, de vendas, de lucro e de acumulação de capital possibilitando o enriquecimento;

---

<sup>10</sup> O conceito de desenvolvimento é entendido de forma unilinear e universal, com um carácter etapista (Rostow, 1978).

2. Industrialismo: a fábrica era entendida como o local privilegiado, o principal promotor e o dinamizador de crescimento, sendo o sector industrial, o ponto de partida para o desenvolvimento económico;
3. Tecnologismo: o aumento quantitativo de bens produzidos dependia da contínua inovação técnica e dos instrumentos utilizados;
4. Produtivismo: a promoção de aumentos produtivos de forma a obter lucros e crescimento;
5. Consumismo: a tendência para incentivar a população a consumir todo o tipo de bens produzidos pelos processos produtivos industriais, criando novas necessidades;
6. Etnocentrismo e ocidentalização: a ideia do modelo industrial produzir efeitos lineares e qualitativamente positivos em qualquer tipo de sociedade, independentemente das características internas da região, dos processos produtivos e da população;
7. Urbanismo: o mito da cidade estar associado a ideais desenvolvidos, abertos à inovação, receptivos à mudança e à diferença, símbolos de dinamismo, de evolução, de melhoria das condições de vida das famílias e de riqueza, enquanto que o campo e as zonas rurais eram identificadas, por oposição, com o atraso, a paragem, as sociedades estáticas e fechadas sobre si mesmas adoptando lógicas e estratégias de subsistência;
8. Individualismo: a valorização dos interesses pessoais relativamente ao colectivo;
9. Racionalismo: a forma privilegiada de conhecimento através do estudo, da pesquisa, do experimentalismo associado por vezes à filosofia.

Os ideais anteriormente referidos como traços caracterizadores da fase industrial eram entendidos, quando conjugados, como potenciadores de expansão económica, concepções que passaram a denominar-se de abordagens economicistas, por privilegiarem e sobrevalorizarem as dinâmicas económicas em relação a qualquer outra, equiparando-se com o desenvolvimento, em detrimento das características e potencialidades socioculturais.

## **2. BREVE REFERÊNCIA AOS PRINCIPAIS PARADIGMAS DE DESENVOLVIMENTO ATÉ À DÉCADA DE 80**

Ao longo do tempo, a problemática do Desenvolvimento foi alvo de diferentes abordagens teóricas com os objectivos da explicitação do conceito e da identificação de estratégias que, uma vez aplicadas, seriam promotoras de processos de mudança.

O presente ponto procura apresentar criticamente, e com um carácter revisionista, diferentes perspectivas conceptuais e teóricas que fizeram escola. Começamos por destacar os principais

traços caracterizadores das abordagens economicistas evidenciando as particularidades e as inovações teóricas introduzidas pelo paradigma da Modernização, no que respeita às dinâmicas socioculturais. Seguidamente analisamos, de forma global, os principais contributos apresentados pela Escola da Dependência, pelo conceito de Sistema-Mundo e por fim pela Globalização.

## 2.1. AS ABORDAGENS ECONOMICISTAS E O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO

As abordagens economicistas<sup>11</sup> (cf. I., 1.) fundamentavam-se numa perspectiva dicotómica e tipológica, com distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, apresentando modelos estratégicos dotados de lógicas económicas próprias. Era atribuída uma excessiva valorização ao conceito de Estado-Nação<sup>12</sup> porque considerado o promotor por excelência do crescimento, sendo entendido como a condição e a via para o desenvolvimento<sup>13</sup>. Estas abordagens centravam-se no princípio económico da optimização das escolhas (Figueiredo, 1982: 73), aproveitando racionalmente os recursos escassos para uma múltipla utilização.

Os países subdesenvolvidos caracterizavam-se pela existência de factores produtivos abundantes, tais como matérias primas e mão-de-obra pouco qualificada, mas não aproveitada na totalidade pelo sector económico predominante, o primário<sup>14</sup> (Gélédan, 1988: 73), não apresentando as condições de incentivo imediato ao crescimento económico. Assim considerava-se que,

1. não permitia aumentos produtivos significativos, constantes e estáveis, não promovendo a absorção de mão-de-obra excedentária e subaproveitada,
2. era um segmento produtivo particularmente dependente de factores condicionantes externos ao processo, nomeadamente as condições climatéricas e geográficas,
3. não dinamizava a procura interna, visto que a produção conseguida era, maioritariamente, destinada ao exterior em detrimento do consumo interno, implicando um sacrifício por parte das populações locais, incluindo o destinado à satisfação das necessidades essenciais,

---

<sup>11</sup> As abordagens economicistas, apesar de apresentarem como traço comum o crescimento, enquanto condição necessária e suficiente para o desenvolvimento, não revelavam homogeneidade teórica, existindo uma multiplicidade de formulações, tais como os clássicos, os neoclássicos, as abordagens keynesianas e as teorias marxistas, paradigmas apresentados em 2.

<sup>12</sup> O modelo paradigmático passava pela concepção do Estado-Nação independente do ponto de vista político e interveniente na vida económica, de forma a incrementar o crescimento.

<sup>13</sup> Ideais nacionalistas e independentistas traduzidos na Conferência de Bandung, a 1ª Conferência Afro-Asiática em 1955.

<sup>14</sup> Actividades de agro-pecuária, exploração de recursos naturais e culturas de exportação.



4. os preços das matérias primas e dos produtos agrícolas não eram estabilizados originando uma degradação dos termos de troca e a perda no comércio internacional.

Para a maioria das abordagens economicistas<sup>15</sup> ao Estado era atribuído um papel determinante na criação, aplicação e controle de medidas promotoras de crescimento, sendo considerada necessária a existência de uma instituição dotada de poder, reconhecida e aceite pela generalidade da população, revelando capacidade para gerir e planificar, delimitando objectivos, identificando os meios e absorvendo os recursos necessários. A prioridade do Estado passou a ser o crescimento e o meio de o efectivar a industrialização pelo que, em países fundamentalmente agrícolas, tornou-se necessária a adopção de medidas que viabilizassem o investimento.

Um dos principais problemas que se colocavam aos países subdesenvolvidos era a fraca apetência para a poupança e conseqüentemente para o investimento. As populações, apesar de viverem da produção agrícola e das exportações, mantinham uma lógica económica de subsistência associada a uma estrutura social que favorecia o aprofundamento das redes de solidariedade em detrimento do lucro.

Tal como comprovam as experiências vividas nos países desenvolvidos, esperava-se que o Estado tivesse um duplo papel (Iovane, 1982: 37), de regulação e de intervenção na economia. Por um lado, através da procura efectiva ou fonte autónoma de procura, por outro mediante a criação de uma política de pleno emprego, passando a ser concebido com base nos atributos vulgarmente atribuídos ao Estado Providência. O Estado adquiriu um papel dinâmico ao nível económico e, conseqüentemente, social através da criação de infraestruturas, de obras públicas e da promoção de um conjunto diversificado de mecanismos de assistência social.

O sector económico a privilegiar, como motor do desenvolvimento, era a indústria por apresentar viabilidade económica, fundamentada no sector rural, nomeadamente na cobrança de impostos, nas receitas de exportação das matérias primas e na absorção de mão-de-obra subaproveitada. Os meios internos de acumulação de capital que permitiam o investimento no sector industrial revelaram-se insuficientes evidenciando a necessidade de recorrer a

---

<sup>15</sup> Neste caso estão excluídas as perspectivas teóricas defendidas pelos Clássicos e Neoclássicos.

mecanismos de ajuda pública e ao investimento privado estrangeiro, factores que, mais tarde, acabaram por se revelar prejudiciais para as economias mais pobres.

A industrialização sem progresso técnico perdeu sentido, evidenciando-se uma necessidade permanente de inovar como meio de obtenção de aumentos quantitativos de produção e de lucro. Schumpeter (Murteira, 1990: 105) estabeleceu uma relação directa entre o desenvolvimento capitalista, marcado pelo crescimento económico, e o tecnológico possibilitado pela inovação ao nível produtivo<sup>16</sup>. Na abordagem schumpeteriana das sociedades capitalistas (Birou, 1988: 154), o empresário dinâmico e promotor de mudança era considerado um elemento fundamental para o crescimento económico, pela introdução de factores de inovação, com o objectivo do lucro, resultado da aplicação de invenções, sobretudo tecnológicas (Gélédan, 1988: 340).

O modelo tradicionalmente conotado com o economicismo evoluiu, fazendo emergir reformulações teóricas e conceptuais. As novas abordagens introduziram novos conceitos, dado que, mesmo nas situações em que se efectivaram aumentos quantitativos, do ponto de vista económico, não foram registadas, de forma directa e imediata, transformações sociais com um carácter duradouro e de permanência, pelos processos de indução esperados. Assim, foram introduzidas novas perspectivas, sem se registarem rupturas conceptuais.

Foi neste contexto que surgiram as teorias da modernização defendendo uma base económica directamente associada a dimensões socioculturais, consideradas responsáveis pelo percurso e pelo estado de desenvolvimento de cada país. Esta perspectiva teórica registou uma rápida difusão e aceitabilidade, após a Segunda Guerra Mundial<sup>17</sup>, passando a ser entendida como o paradigma dominante até à década de 70. A análise passou a estar dependente de novos pressupostos até aqui não considerados (Figueiredo, 1982: 156), os obstáculos socioculturais. As teorias da modernização continuaram profundamente marcadas por pressupostos economicistas, dado que a base económica surgiu como uma das partes constituintes da

---

<sup>16</sup> Para Schumpeter (Murteira, 1990: 105) a inovação podia assumir diferentes formas, como a adopção e a implementação de novas técnicas no processo produtivo, a utilização de novas matérias primas, o lançamento de novos produtos ou de outros já introduzidos no mercado, mas com diferenças na qualidade, a abertura ou a criação de novos mercados.

<sup>17</sup> Historicamente a Escola da Modernização pode ser entendida como o resultado de três acontecimentos principais, de âmbito internacional (So, 1990: 17), coincidentes com o final da segunda Guerra Mundial: o advento dos EUA como potência mundial; a difusão do modelo socialista de origem soviética para além das fronteiras territoriais e continentais; a desintegração dos impérios coloniais de origem europeia na África, Ásia e América Latina.

cultura tornando-se, por esta razão, importante para o desenvolvimento<sup>18</sup>. A análise das Teorias da Modernização recaiu no nível nacional, privilegiando as variáveis internas, sendo evidenciados os valores culturais e as instituições sociais, que permitiam dissociar o tradicional do moderno (Larrain, 1989: 87). O sector tradicional era, vulgarmente, considerado como um obstáculo ao desenvolvimento tornando-se fundamental a sua modernização.

As sociedades tradicionais<sup>19</sup> eram predominantes nas regiões subdesenvolvidas, por serem caracterizadas por um conjunto de traços, tais como a ruralidade e a preponderância de actividades do sector primário, das quais se destacavam as agrícolas, associadas a um bloqueio dos ritmos de desenvolvimento económico e à fraca receptividade para a mudança. A sociedade tradicional era assim entendida pela negativa (Figueiredo, 1986: 58), dado que o que a caracterizava era um conjunto de aspectos não modernos e não desenvolvidos.

As sociedades modernas existiam, com maior peso, em zonas desenvolvidas e internamente urbanizadas, caracterizando-se por processos produtivos industriais, evidenciando ritmos de crescimento regulares, marcados pela intensidade e reveladores de propensão para a mudança. A transição para a sociedade moderna pressupunha a adopção de valores, de hábitos, de atitudes e de comportamentos implicando inovação, optando-se pela valorização do trabalho industrial. A transformação requeria mudança de mentalidades e de hábitos das populações, não só em relação ao trabalho e às formas de produção como também aos hábitos de consumo.

Numa perspectiva funcionalista pode-se dizer, utilizando os critérios propostos por Parsons (1952; So, 1990: 21; Hoselitz, 1986: 296), que algumas características permitiam distinguir as sociedades tradicionais das modernas, por estarem centradas em comportamentos, valores e normas específicos. Assim, foram identificadas cinco dicotomias de indicadores:

---

<sup>18</sup> A base conceptual da abordagem centrava-se na dicotomia estruturalista que distinguia as estruturas internas das externas, valorizando as primeiras, por se entender serem constituídas por sociedades duais - tradicionais e modernas.

<sup>19</sup> A caracterização das sociedades tradicionais era efectuada por oposição às sociedades modernas a partir de um conjunto de traços específicos comuns (Figueiredo, 1986: 18): a organização social fundamentada no predomínio da família alargada representando uma estrutura social fechada; a valorização da lógica de subsistência associada à satisfação de necessidades básicas em detrimento do lucro (princípio das necessidades limitadas); a reduzida capacidade e apetência para a poupança familiar; o predomínio do consumo familiar caracteristicamente rígido; a fraca dominação humana sobre o meio físico e natural; a fraca especialização das unidades produtivas e económicas e a ausência de atitudes favoráveis ao incremento do processo produtivo industrial; as relações de poder baseadas na hierarquia e na autoridade, associadas à concepção transcendente e religiosa.

- atribuição-realização: os papéis sociais tinham um estatuto adequado ao tipo de sociedade, tornando-se a realização a principal característica das sociedades desenvolvidas;
- afectividade-neutralidade afectiva: os papéis e as relações sociais eram carregados de afectividade ou de impessoalidade sendo o comportamento do homem civilizado entendido como racional e desprovido de carga afectiva;
- difusão-especificidade: as relações sociais eram difusas abarcando um conjunto de dimensões como a amizade, enquanto que as especificadas eram definidas, tais como os papéis burocráticos e hierarquizados;
- particularismo-universalismo: as relações sociais podiam ser efectivadas no interior de grupos restritos e em função de uma situação particular enquanto que outras eram estabelecidas independentemente dos intervenientes;
- orientação para interesses colectivos-orientação para interesses privados.

Com base nas dicotomias apresentadas por Parsons (1952; Hoselitz, 1986: 296), nas sociedades tradicionais: os papéis sociais tendiam a ser atribuídos, difusos, particularistas e afectivos; as relações eram pessoais e emocionais, carregadas de afectividade; as pessoas associavam-se em grupos, nos círculos sociais aos quais pertenciam, relacionando-se numa base de confiança, fundamentando os contactos em redes de solidariedade comunitária.

Nas sociedades industriais e desenvolvidas: a orientação era tendente ao universalismo, à neutralidade afectiva e à especificidade; as relações eram caracteristicamente impessoais e indirectas, valorizando-se, de forma prioritária, o individualismo.

As teorias da modernização apresentavam uma abordagem optimista quanto à possibilidade de acesso das populações dos países pobres aos padrões de vida característicos dos países desenvolvidos (Figueiredo, 1982: 173). Assim seria possível e necessária a transformação das estruturas socioculturais das sociedades tradicionais em modernas, o entendimento das dinâmicas económicas como um dos factores implicados no processo de transformação societal, sendo o crescimento concebido como um dos aspectos da mudança.

A modernização<sup>20</sup> era perspectivada como um processo faseado, gradual e unidireccional, lento e irreversível (So, 1990: 33), através do qual as sociedades “viajavam” transformando-se, de um estágio simples porque definidas como primitivas e tradicionalmente não

---

<sup>20</sup> O processo de modernização remetia para princípios evolucionistas e funcionalistas que estavam na base de toda a escola (So, 1990: 33-37), podendo-se referir dois dos principais mentores das Teorias da Modernização – Levy, M. (1955) *Some Social Obstacles to Capital Formation in Underdevelopment Areas*. University Press e Rostow (1978).

diferenciadas para a complexidade avançada, definida pela moderna diferenciação<sup>21</sup>. Este era um processo de homogeneização que promovia a convergência de factores caracterizadores com identificação das diferentes sociedades por proximidade de traços, tendente à europeização e à sobrevalorização da ideia de progresso, podendo ser considerado como um processo sistemático, transformativo e com efeitos de permanência (op. cit.: 35).

A modernização podia efectivar-se a partir de factores internos como os valores culturais e as instituições sociais (So, 1990: 60 e seg.), sendo vulgarmente considerados três níveis de análise (Germani citado por Larrain, 1989: 90): a estrutura social incluindo a acção social, as atitudes face à mudança e a especialização das instituições; a cultura; a personalidade.

As populações das sociedades tradicionais eram caracterizadas por acções de tipo normativo, reguladas pelo costume e pela tradição, verificando-se uma tendência para o conservadorismo e para a fraca receptividade para a mudança. As instituições eram plurifuncionais sendo a reprodução social e a produção económica asseguradas no âmbito da família. Ao contrário, nas sociedades modernas, coexistiam diferentes modos de produção, sendo a acção social de tipo electivo pela predisposição para a mudança, a transformação permanente e as instituições caracterizavam-se pela especialização funcional e pelo fim específico a que se destinavam.

## 2.2. A DEPENDÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO

Por oposição às abordagens da Modernização, surgiram as Teorias da Dependência que concebiam a mudança social a partir da influência do contexto internacional em que o país se inseria e da especificidade das relações externas estabelecidas. As Teorias da Modernização (So, 1990: 96) foram contestadas com base em 3 críticas principais:

- Por se considerar que a abordagem do desenvolvimento até aqui adoptada era etnocêntrica;
- Dado que o subdesenvolvimento era explicado exclusivamente com base em causas factoriais internas, como a cultura tradicional, o crescimento demográfico e o fraco investimento, com minimização das relações internacionais, marcadas pela historicidade e condicionadas por mecanismos vários, entre os quais o colonialismo;
- Visto as análises não darem conta da complexidade e da diversidade que o estado de subdesenvolvimento implicava.

---

<sup>21</sup> Levy (So, 1990: 33) comparava o processo de modernização a uma estrada ligando os pontos, tradicional e moderno.

A Escola da Dependência caracterizou-se pela diversidade de formulações<sup>22</sup> e de abordagens (Figueiredo, 1986: 77), com base em pressupostos teóricos e conceptuais iniciais, comuns a qualquer uma das formulações específicas e decorrentes de duas linhas ideológicas:

1. os países constituintes do Terceiro Mundo dependiam dos países desenvolvidos,
2. a relação de dependência historicamente estabelecida agravou o estado de uns países fomentando o desenvolvimento de outros.

Os teóricos da Dependência concebiam as relações internacionais como a causa por excelência do subdesenvolvimento, dada a relação historicamente criada e agravada, pelo sistema capitalista mundial<sup>23</sup>, de dominação-subordinação. Durante o período de expansão imperialista, caracterizado pelo processo da colonização, verificou-se o aparecimento, a promoção e a sobrevalorização de uma metrópole que manteve ligações de exploração com as colónias, legitimadas pelo poder institucionalizado. Estas relações tiveram continuidade após as independências políticas das regiões coloniais, enquadradas pelo sistema capitalista mundial (Proença, 2003: 137) resultando na exploração dos países periféricos, caracterizados pelas baixas produtividade e rentabilidade económica, pelos países centrais que concentravam o capital financeiro e a inovação tecnológica.

De uma forma geral, consideraram-se três formas históricas de dependência<sup>24</sup> - a colonial, a financeiro-industrial e a tecnológico-industrial (Santos, 1971: 226; So, 1990: 99). Na primeira, os capitais financeiros e de origem comercial eram controlados à imagem do monopólio pelos países dominantes e em associação com os estados coloniais; na financeiro-industrial, as economias centravam-se numa exportação rígida e especializada de matérias primas e produtos agrícolas, fundamentada em monoculturas e permitindo o fomento do desenvolvimento industrial dos países europeus, com os quais mantinham relações

---

<sup>22</sup> Os principais autores de referência são Baran (1957), Amin (1975; 1990), Frank (1966), Santos (1971) e Cardoso (1973).

<sup>23</sup> A base teórica deste pressuposto radicou na concepção de Baran (1957) e nos contributos neo-marxistas: a existência de sociedades imperialistas representando o estado supremo do capitalismo e de sociedades atrasadas relacionando-se entre si (Figueiredo, 1986: 80). As sociedades imperialistas estabeleceram alianças, através das relações entre as elites capitalistas e pré-capitalistas, de forma à obtenção de recursos abundantes nas sociedades atrasadas, sendo a mais valia gerada canalizada para o exterior e limitada a possibilidade de desenvolvimento. O capitalismo acabou por ser associado à ideia de estagnação das sociedades pré-capitalistas.

<sup>24</sup> Os factores que caracterizavam a dependência dos países do Terceiro Mundo foram agravados pela associação estabelecida entre classes e que se caracterizava pela prevalência dos interesses das burguesias dominantes.

comerciais; a terceira dependência emergiu a partir da segunda Guerra Mundial, no período do incremento industrial e da valorização deste tipo de estratégia em países subdesenvolvidos. As relações de dependência foram analisadas a partir de diferentes níveis, como a extracção e a exploração de recursos naturais em quantidade e a custos reduzidos, a exportação de produtos primários, nomeadamente agrícolas e a desigualdade na relação trabalho-salário.

A capacidade de acumulação dos países desenvolvidos, dependia da troca desigual (Amin, 1990), ou seja a não proporcionalidade (Murteira, 1990: 141) entre os níveis salariais praticados e os espaços geográficos. Este problema adquiriu maior relevância com a internacionalização dos processos produtivos, ou seja com a denominada transnacionalização do capital, e com os processos de massificação turística. Cardoso (1973) introduziu o conceito de “internalização dos interesses estrangeiros”, evidente em muitas actividades económicas, tais como as desenvolvidas pelas firmas transnacionais, de natureza industrial, comercial, turística e de prestação de serviços.

As relações das metrópoles com as colónias, também denominadas por satélites (Frank, 1986: 125; So, 1990: 97), consistiram em ligações de natureza comercial, no aproveitamento da força de trabalho e na exploração de recursos naturais, promovendo o desenvolvimento de uns, as metrópoles ou centros, e o atraso de outros, os satélites periféricos<sup>25</sup>. O subdesenvolvimento resultou como o motor do sistema capitalista mundial.

As relações estabelecidas e fundamentadas na lógica imperialista criaram uma rede complexa de relações, denominada de “cadeia de constelações”, estabelecendo elos entre o mundo capitalista, as metrópoles, os centros regionais, os centros locais e os proprietários rurais.

Os países subdesenvolvidos encontravam-se subordinados no processo de crescimento mundial, cuja característica principal era a situação de desigualdade fomentada entre desenvolvidos e subdesenvolvidos (Amin, 1975; Murteira, 1990: 134), podendo considerar-se dois modelos característicos de acumulação: um inerente ao capitalismo central; outro ao capitalismo periférico, estando o último dependente do primeiro (Amin, 1990). No

---

<sup>25</sup> Os satélites foram incorporados na economia mundial desde o período imperialista, mediante uma cadeia metrópole-satélite baseada em alianças estabelecidas entre duas classes principais, a burguesia das metrópoles e a burguesia dos satélites (Frank, 1966: 5). Os satélites (Figueiredo, 1986: 85) caracterizavam-se pelo predomínio do sector primário sendo maioritariamente, produtores e exportadores de matérias primas, conseguiram obter índices de crescimento em períodos em que os contactos com as metrópoles se atenuaram, verificando-se uma redução em épocas de incremento das relações em cadeia.

capitalismo central<sup>26</sup>, a acumulação tornou-se possível pela articulação entre os sectores produtor de bens de capital e produtor de bens de consumo de massa acessíveis à maioria da população, resultando num modelo autocentrado e dinâmico, que permitiu um nível de consumo crescente e diferenciado.

O capitalismo periférico era caracterizado pela extroversão (So, 1990: 102), sendo o aproveitamento e a absorção de recursos naturais determinado pela capacidade de exportação, sobretudo de produtos primários. O aumento de produção era destinado ao exterior já que o excedente propiciava a adopção de padrões de consumo característicos dos centros, com a criação de um modelo extrovertido bloqueado (Amin, 1975).

Nos países subdesenvolvidos existiam limites estruturais – o desenvolvimento industrial estava fortemente dependente de um sector exportador, susceptível de canalizar divisas estrangeiras para a aquisição de equipamentos industriais. Por outro lado, estava condicionado pela inovação tecnológica imposta pelos centros e pela lógica transnacional, vulgarizada pelas empresas multinacionais, independentemente do sector de actividade económica – agricultura e exploração de recursos naturais e energéticos, indústria, comércio ou viagens e turismo.

Este factor foi promotor de múltiplas dependências nos países do sul pela limitação de autonomia, imposição de padrões e modelos paradigmáticos, monopólio de exploração e consequente repatriamento de lucros e de mais valias, introdução de tecnologias, dominação do mercado de trabalho e criação de uma estrutura produtiva desigual e geradora de desequilíbrios, entre outros aspectos possíveis.

A proposta estratégica apresentada pelos teóricos da dependência (Murteira, 1990: 153; Amin, 1990) implicou um corte de relações entre as duas realidades através da ruptura total das periferias com os centros. A desconexão implicava a adopção de medidas estratégicas endógenas autocentradas, de base popular, fundamentadas na crítica à ordem internacional de natureza capitalista e entendida como a causa por excelência da dependência. Foi assim valorizado o conceito de “self-reliance”, no sentido da não dominação das periferias pelos centros, sem implicar um isolamento relativamente a outros Estados-Nação (So, 1990: 106).

---

<sup>26</sup> No capitalismo periférico predominava a articulação entre os sectores exportador - extroversão - e o produtor de bens de luxo (So, 1990: 102), a procura e o consumo eram limitados a uma minoria que dispunha de rendimentos elevados enquanto que a maioria da população procurava garantir a subsistência.



### 2.3. DO SISTEMA MUNDO À GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Com base numa sequência crítica<sup>27</sup>, e por oposição às abordagens anteriores, mas fundamentadas a partir delas, surgiram as perspectivas denominadas de sistema-mundo<sup>28</sup>, recorrendo a análises caracteristicamente globais (So, 1990: 200). O conceito economia-mundo foi apresentado de forma particular por Braudel (1985: 85) a partir de uma leitura sistémica da História Económica Mundial. Neste sentido, foi defendida a ideia que o desenvolvimento de um país só poderia ser avaliado (Wallerstein, 1979; 1987)<sup>29</sup> quando perspectivado no contexto da globalidade do sistema-mundo em que se encontrava inserido, sendo esta a unidade de análise privilegiada.

A abordagem era duplamente global, entendendo o mundo a partir de uma concepção de totalidade<sup>30</sup> sistémica, em que os diferentes países estabeleciam contactos permanentes e relações de diversa natureza, adaptando-se. Assim, considerava-se (Wallerstein, 1987: 313) que as três dimensões principais da vida em sociedade - a política, a económica e a sociocultural - não eram autónomas, estando interrelacionadas.

A História, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram entendidos a partir de uma concepção dinâmica (So, 1990: 201), caracterizada por ciclos rítmicos<sup>31</sup> e tendências seculares. De acordo com a análise de Wallerstein<sup>32</sup>, nas sociedades humanas existiram três sistemas principais (So, 1990: 177) podendo ser identificados com períodos históricos concretos – os mini sistemas, os impérios mundiais e as economias mundo. Assim:

---

<sup>27</sup> A Escola do Sistema-Mundo (So, 1990: 169) partiu da constatação que uma grande parte das actividades económicas de âmbito mundial não podia ser explicada com base na simplificação de variáveis enunciadas pela Escola da Dependência.

<sup>28</sup> A abordagem privilegiada é a de Wallerstein (1979; 1984; 1987; 1995) pela análise e descrição da economia-mundo capitalista com base numa visão global da realidade.

<sup>29</sup> Wallerstein foi particularmente influenciado pelas abordagens neo-marxistas e pelos contributos conceptuais da Escola da Dependência sobretudo em relação à troca desigual, à terminologia classificatória de centro e de periferia, de exploração e de mercado mundial (So, 1990: 171).

<sup>30</sup> A concepção de totalidade relembra a abordagem sistémica em relação à interdependência entre os subsistemas constituintes do sistema geral de acção e aos mecanismos de auto regulação endógena mediante processos de feed-back.

<sup>31</sup> A noção dos ciclos históricos remete para uma concepção histórica anterior, de Kondratieff e dos ciclos longos, em que se considerava que a História tinha um carácter cíclico, com períodos de crescimento e de progresso seguidos de recessão até à crise para se seguir um novo período de retoma, de crescimento e de progresso.

<sup>32</sup> Wallerstein concebeu o sistema-mundo (1979: 69) a partir de uma perspectiva trimodal e complexa em que o mundo era classificado em três níveis possíveis, o centro, a semi-periferia e a periferia.

1. Os mini-sistemas: caracterizaram-se pelo predomínio de sociedades primitivas e pré agrícolas (So, 1990: 177), limitadas no tempo e com um campo de abrangência espacial reduzido, apresentando homogeneidade em relação às estruturas cultural e política e sendo dotadas de uma lógica implícita de reciprocidade das trocas.
2. Os império mundiais: resultaram da evolução dos mini sistemas, vigentes até ao século XVI, caracterizando-se pela dimensão das estruturas políticas e administrativas, tendo por princípio a recolha de tributos da administração local e dos produtores para a gestão centralizada.
3. As economias mundo: surgiram após o século XVI com características capitalistas<sup>33</sup>, contendo cadeias integradas de estruturas produtivas e tendo por princípio de base a acumulação desigual e desequilibrada de mais valias, favorecendo os monopólios. Ao longo do tempo, o sistema sofreu evoluções podendo identificar-se dois grandes momentos, do século XVI até meados da década de 40 e após a segunda Guerra Mundial (So, 1990: 187).
  - 3.1. O início, a economia mundo capitalista caracterizou-se por cadeias de mercadorias<sup>34</sup> e de bens, em que o total de mais valia obtido se concentrava de forma desproporcionada. As periferias eram zonas de perda e os centros, regiões de acumulação, tendo capacidade acrescida de retirar mais valia das periferias pelas características monopolistas dos segmentos das cadeias de mercadorias.
  - 3.2. Após a segunda Guerra Mundial (So, 1990: 190) verificou-se uma profunda transformação da economia-mundo capitalista pela expansão demográfica, pelo valor produzido, pelas forças de produção e pela valorização crescente do bem estar e, por outro lado, pela força política emergente, incluindo a formação dos países socialistas.

Ao longo do tempo (So, 1990: 188), os centros retiraram benefícios do relacionamento com as periferias ao monopolizarem segmentos das cadeias produtivas, concentrando-se os lucros e as riquezas acumuladas desproporcionadamente nas regiões centrais, ocasionando de forma directa uma perda significativa para as periferias. Os países do centro tendiam a reduzir os custos de produção, aproveitando e estimulando a eficiência da mão-de-obra e da tecnologia, monopolizando segmentos da produção e do mercado global.

A par do relacionamento entre centro e periferia existiam as regiões intermédias, denominadas de semi-periféricas (So, 1990: 204) podendo ser de dois tipos, as que se encontravam em fase de declínio, assemelhando-se a zonas verdadeiramente periféricas e as que se encontravam em período de ascensão partilhando de algumas vantagens e benefícios dos países de centro.

---

<sup>33</sup> O capitalismo pode ser definido como um sistema baseado na livre concorrência e na competitividade entre produtores que, no decorrer das actividades económicas, recorriam a mão-de-obra livre (Wallerstein, 1987: 318).

A possibilidade de um país se transformar de periferia em semi-periferia (Wallerstein 1979: 76) dependia da capacidade evidenciada para adoptar uma estratégia de desenvolvimento promotora de “self-reliance” e de agressividade face ao exterior. A possibilidade de passar de semi-periférica a central pressupunha a existência de um mercado abrangente que justificasse a inovação tecnológica, permitindo a obtenção de produção com custos reduzidos.

A Escola do Sistema-Mundo articula-se com o conceito de globalização, não apenas pelo facto da unidade e do nível de análise serem globais, mas também pela forma como toda a economia passou a ser perspectivada. O conceito de mundo global derivou da (re)organização económica, social e política (Grupo de Lisboa, 1994: 25), da definição e caracterização dos processos de internacionalização empresarial e de transnacionalização do capital.

A globalização<sup>35</sup> pode ser definida como o resultado do incremento das relações de interdependência entre as diferentes sociedades (Giddens, 1998: 64), situação explicada pelo facto de nenhuma ter capacidade de auto-sustentação ou de autonomia total. O conceito encerra uma dimensão sistémica apelando para uma procura de maior eficiência e qualidade na exploração com utilização dos recursos disponíveis, na produção e no consumo (Grupo de Lisboa, 1994: 13). A análise fundamentou-se nas relações económicas<sup>36</sup>, de competitividade e de concorrência (Murteira, 1995: 63) evidenciando os benefícios económicos advindos das múltiplas trocas económicas, tendentes à disponibilização diversificada de bens e de serviços.

A globalização passou a ser entendida como um conjunto de processos diferenciados (Grupo de Lisboa, 1994: 55) promotor da concepção, da produção e do consumo de bens e de serviços a um nível mundial, permitindo satisfazer as diferentes necessidades do mercado internacional, através de múltiplas organizações, com fins específicos e dotadas de capacidade de actuação a nível mundial. Este conceito permitiu ainda ultrapassar a noção de Estado-Nação enquanto principal protagonista de desenvolvimento e de crescimento económico.

O conceito de globalização económica envolve três princípios fundamentais – a liberalização, a privatização e a desregulamentação como meios de promoção e de intensificação dos

---

<sup>34</sup> Wallerstein denomina as cadeias de mercadorias como Commodity Chains (So, 1990: 187).

<sup>35</sup> A globalização não é central neste estudo, não sendo nosso objectivo aprofundar o tema nas suas diferentes matizes.

<sup>36</sup> O processo foi-se verificando nos níveis financeiro, económico, produtivo, ideológico, comunicacional e informativo, social e cultural, pressupondo a existência de uma multiplicidade de relações entre Estados. Estes contactos não tornaram necessariamente o mundo mais homogéneo, verificando-se diferenças entre os Estados, em relação à forma como se processaram os contactos e aos resultados obtidos (Grupo de Lisboa, 1994: 47).

contactos entre Estados. Apesar das vantagens económicas reconhecidas a nível mundial, é um processo que, em função das situações, pode implicar a emergência de efeitos perversos. Assim, nem todos os países têm capacidade concorrencial e competitiva (Grupo de Lisboa, 1994: 64-74) ao nível produtivo, de oferecer e distribuir bens e serviços. Por outro lado, a ausência de medidas proteccionistas e a inexistência de políticas estratégicas pode potencializar o agravamento das desigualdades socioeconómicas, do desemprego e dos efeitos da pobreza. Por fim, porque sendo um processo que favorece a fragmentação do mundo, o incremento dos desequilíbrios entre grandes regiões, nomeadamente Norte-Sul e Este-Oeste, pode favorecer a desvalorização da localidade e da especificidade (Esteva, 1997: 277-289).

### 3. NOVOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

A industrialização foi conseguida em muitos países, mas nem sempre da forma esperada ou com os resultados ambicionados. Nalguns casos, as multinacionais protagonizaram o processo de industrialização, de investimento de capital, de transferência de tecnologia, de absorção de recursos naturais e de captação de mão-de-obra barata pouco ou nada especializada. O crescimento defendido pelas abordagens teóricas economicistas foi uma realidade mas não para os países subdesenvolvidos, tendo-se revelado particularmente proveitoso para as firmas transnacionais que conseguiram reduzir custos e riscos, penetrar em mercados externos à sua rede de influências e, ainda, aumentar a sua capacidade lucrativa.

Os Estados nacionais tenderam a viver situações de empobrecimento financeiro e de fragilidade atingindo um progressivo endividamento face ao exterior, as populações foram sacrificadas em favor de processos produtivos promotores de crescimento para entidades externas ao país e os recursos naturais devastados ou deteriorados. O desenvolvimento baseado no crescimento económico que, supostamente, produziria por indução mudança social foi alvo de críticas por não se verificar adequação entre as formulações teóricas gerais e as realidades específicas.

A conceptualização do desenvolvimento sofreu alterações ao longo do tempo, permitindo rever as formulações teóricas e as estratégias defendidas, até aqui marcadas pelo etnocentrismo. A revisão prendeu-se com a ineficácia dos modelos economicistas que originaram desilusão face às expectativas criadas aquando da proclamação da década do

desenvolvimento e com a tomada de consciência das crises com repercussões significativas de âmbito social e ecológico.

Paralelamente, registou-se uma drástica redução dos fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento, contrariando o compromisso dos países industrializados, como resultado da situação social e política vivida nos países do Norte<sup>37</sup>, evidenciando a emergência de problemas e de crises de diversa natureza. Nos finais da década de 60 tornou-se perceptível, ao nível internacional, uma crise económica de falência do modelo de acumulação e de produção, favorecendo o ressurgimento de princípios económicos liberais.

A crise económica sentida pelos países do Norte foi agravada, no início da década de 70, pela situação petrolífera<sup>38</sup>, os choques e as consequências decorrentes do excesso de petrodólares com acumulação concentrada, e sem que se verificasse o reinvestimento sequente. Por outro lado, o desenvolvimento foi alvo de uma nova problematização traduzindo a emergência de uma consciência ambiental, inicialmente ligada aos relatórios apresentados no Clube de Roma e à realização da Conferência de Estocolmo. No seguimento desta constatação, a abordagem do desenvolvimento dos países do Sul foi alterada (Samater, 1986: 76), passando a equacionar-se e a valorizar-se outros princípios conceptuais, que são objecto de aprofundamento ao longo deste capítulo, tais como a satisfação das necessidades básicas, o desenvolvimento humano, participativo, comunitário, local e ainda a sustentabilidade.

As abordagens recentes, que apresentamos no terceiro capítulo, pretendem demonstrar que os casos que obtiveram resultados positivos de crescimento económico não promoveram, de forma imediata, directa e linear, a minimização das situações de pobreza sentidas pelas populações ou a redução e o controle da degradação ambiental. Neste sentido são denominadas de alternativas.

Procuramos ainda identificar um fio condutor de articulação entre as estratégias participativas, o desenvolvimento local e a promoção da sustentabilidade, podendo perspectivar-se esta ligação como um dos principais contributos de valor acrescentado da presente pesquisa.

---

<sup>37</sup> Em alguns países do Norte foram criados movimentos de ordem social, cultural, económica e política como o Maio 68 em França e a reacção da Guerra do Vietname.

<sup>38</sup> No início da década de 70, a crise vivida nos países do Norte adquiriu uma dupla vertente, económica e ecológica, traduzida pela estagflação, associada ao aumento do desemprego da população activa e, pela problemática do Crescimento Zero, em particular nos primeiros Relatórios do Clube de Roma, *Limits to Growth* (1972) e *Mankind at the turning point* (1974).

### 3.1. DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O processo de desenvolvimento passou a ser equacionado com novos pressupostos centrados no Homem, em detrimento da dimensão económica anteriormente sobrevalorizada.

A nova abordagem do desenvolvimento passou a conceber o processo com uma base comunitária, fundamentado na atitude participativa e de actuação permanente das comunidades locais. Esta nova análise do processo de mudança deu origem às vulgarmente denominadas abordagens alternativas do desenvolvimento. As perspectivas emergentes valorizaram o progressivo envolvimento da população, através do incentivo para práticas participativas directas e individuais, associadas ao papel interventor dos diferentes grupos e instituições de âmbito local, nos sectores sociocultural, económico, ecológico e político.

O crescimento económico não foi desvalorizado pelas abordagens alternativas, o que as diferenciou das análises convencionais foi a forma de entender a problemática do crescimento. Não se podendo afirmar que existiu negação ou oposição relativamente ao crescimento contínuo numa determinada economia, apelou-se sobretudo para um cenário estratégico fundamentado numa política democrática, de base social equitativa e fundamentada num princípio de sustentabilidade económica. Desta forma, defendeu-se um crescimento económico apropriado otimizando a utilização dos recursos disponíveis e partindo do envolvimento comunitário.

Na década de 60, o Desenvolvimento Comunitário, enquanto técnica, foi proposto e reflectido por autores, como Manuela Silva (1962; 1964; 1965), e organizações, como as Nações Unidas, tendo, na sequência, surgido outros conceitos como o “village concept” apresentado pela OMS. À unidade territorial privilegiada foi atribuído o protagonismo do processo de desenvolvimento ou seja, a aldeia ou a comunidade local, concepção contrária às anteriores abordagens que evidenciavam o Estado-Nação.

A inovação conceptual e teórica radicou no princípio implícito de associação entre a população e os poderes públicos (Silva, 1999: 498) atendendo à melhoria das condições de vida das comunidades, nomeadamente económicas, o bem estar social, a valorização cultural,

a satisfação das necessidades básicas, a equidade, a justiça e a segurança. Esta perspectiva representou uma das primeiras tentativas de atribuição de protagonismo às aldeias comunitárias, com vista à identificação das necessidades sentidas localmente e ao seu envolvimento no processo de satisfação e de resolução de problemas (Dag Hammarsköld Foundation, 1982: 13; Amaro, 2004). O desenvolvimento comunitário apelava para um trabalho conjunto (Silva, 1965: 27) de parceria e de integração, com base em princípios de participação dos segmentos populacionais considerados, por diversas razões, minoritários.

O envolvimento comunitário passava ainda por uma outra dimensão, as necessidades básicas da população (Silva, 1965: 35), questão levantada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1976 e pelo Banco Mundial. Para que um indivíduo ou família pudesse subsistir de forma digna<sup>39</sup>, esta proposta estratégica defendia a cobertura de um conjunto de requisitos (Friedmann, 1992: 59) de consumo, mas também à participação na tomada de decisões.

A concepção alternativa do desenvolvimento comunitário deu origem à proliferação de novas perspectivas conceptuais de base territorial local, verificando-se com o tempo o surgimento de uma multiplicidade de iniciativas em que o campo de actuação era as unidades territoriais de pequena dimensão (Amaro, 1998).

Mais tarde, na década de 80, as abordagens tendentes ao desenvolvimento comunitário deram origem ao aparecimento de novas referências territoriais, no sentido da complementaridade do protagonismo tradicional atribuído ao Estado representando a lógica nacional, com os novos conceitos territoriais, o supranacional, o transnacional e o infranacional. Por um lado, foi evidenciada a valorização das tendências globalizantes através do supra e do transnacional e por outro, a importância crescente dos princípios localizantes pelas lógicas infranacionais.

O redimensionamento territorial apelava à diversificação das formulações teóricas e conceptuais alternativas, pela tomada de consciência da existência de uma multiplicidade de caminhos possíveis, desde que adequados e adaptados a situações históricas e geográficas concretas, no sentido da participação real e efectiva, referenciando-se na localidade (Dag

---

<sup>39</sup> Os requisitos mínimos respeitam ao consumo privado – alimentação e vestuário, ao consumo colectivo – água canalizada, saneamento básico, transportes públicos, saúde e educação; ao emprego e à participação na tomada de decisões importantes e que afectem as populações.

Hammaršköld Foundation, 1982: 24). Estrategicamente, o processo passou a ser concebido, promovido, mesmo que em parte, executado<sup>40</sup> e avaliado pela população alvo.

O surgimento de novas concepções territoriais, como via para o desenvolvimento, foi associado à reformulação conceptual das funções atribuídas ao Estado, até aqui entendido como regulador e interventor, em termos económicos, e providência do ponto de vista social.

As alterações introduzidas foram tendentes à repartição do protagonismo, com o surgimento de novos actores socioeconómicos, coincidindo com a denominada Sociedade-Providência, viabilizando o estabelecimento de parcerias e a mobilização dos diferentes agentes e organizações. As tentativas de envolver as populações locais implicaram uma nova perspectivação dos sujeitos, valorizando as capacidades endógenas e as potencialidades locais, em relação a recursos materiais e físicos e a recursos humanos (Korten 1992; 1994b). As linhas orientadoras e os traços estratégicos da prossecução da mudança tiveram o seu fundamento no Homem, nas comunidades, nas noções de parceria, de participação, de envolvimento e de integração, favorecendo o surgimento das abordagens do desenvolvimento local, participativo e de “empowerment”<sup>41</sup>.

As abordagens locais adquiriram importância na década de 80 (Syrett, 1995: 1-4; Stöhr, 1990: 33) porque identificadas com a chave para a minimização de problemas endógenos locais, sendo entendidas como o meio adequado para a promoção do desenvolvimento económico assente nas populações. A localidade (Syrett, 1995: 35; Duncan, 1986) evidencia uma preocupação de âmbito geográfico, pela identificação territorial dos problemas.

O desenvolvimento, definido e caracterizado como local e endógeno, passou a estar directa e intrinsecamente dependente de três princípios básicos e fundamentais (Korten, 1992: 61):

1. a justiça equitativa, permitindo assegurar os padrões mínimos exigidos em relação às condições de vida da população, perspectivando-a como uma prioridade do desenvolvimento,
2. a sustentabilidade, garantindo a utilização racional e local dos recursos pela população local, no presente e assegurando o bem-estar futuro, por não o pôr em causa,
3. a inclusividade, em que todos os indivíduos pertencentes a um dado grupo teriam a necessidade e a capacidade de ser reconhecidos como potenciais intervenientes no processo de mudança de um determinado período histórico considerado.

<sup>40</sup> As populações locais deixaram de ser entendidas apenas como receptoras das mudanças verificando-se uma alteração na concepção das atitudes, de passivas para proactivas.

<sup>41</sup> Podem referir-se como contributos teóricos mais importantes, Descamps no que respeita ao desenvolvimento local; Friedmann (1992) e Korten (1992) no referente ao desenvolvimento participativo e ao “empowerment”.



Nas propostas locais, o desenvolvimento não surgiu por oposição ao crescimento (Esteva, 1997) sendo necessário para a realização dos princípios de justiça equitativa, sustentabilidade e inclusividade defendidos. O crescimento partia de uma dimensão equitativa, respondendo (Korten, 1992: 53) aos principais problemas evidenciados pelas estratégias economicistas: reduzir a pobreza e incentivar a participação.

O desenvolvimento local foi entendido a partir de uma concepção multidimensional e integrada reunindo, de forma articulada, as diferentes dimensões da vida social, promovendo uma abordagem interdisciplinar, desde a identificação dos problemas e a mobilização de recursos até à intervenção e à execução. Assim, partia da identificação de uma multiplicidade de situações, actores sociais, enquadramentos, soluções e ritmos de prossecução (Amaro, 1999: 37). Esta é a perspectiva “from below”<sup>42</sup>, territorialista ou local com orientação ascendente, pressupondo uma maior proximidade da população em relação às carências, problemas e interesses locais, privilegiando o bem estar comunitário e associando-o ao crescimento económico.

O poder era descentralizado a partir de um conjunto de actividades de natureza económica, política e administrativa e mediante a criação de órgãos de poder local com capacidade autónoma para a tomada de decisões. A perspectiva “from below” era caracteristicamente ascendente, requerendo regimes políticos democráticos, sendo a população a base do exercício do poder, legitimando-o e fundamentando-o pela representatividade, liberdade e autonomia.

O desenvolvimento de base local partia da dimensão infranacional (Amaro, 1998), implicando a identificação de identidades comunitárias e grupais, o estabelecimento e o aprofundamento de redes de solidariedade promotoras, a longo prazo, do reforço identitário. Era ao nível local que se sentiam as maiores preocupações em relação às questões de ordem ambiental e consequentemente à qualidade de vida<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Tal como no que respeita ao “empowerment”, também neste caso optámos por adoptar a expressão anglo-saxónica.

<sup>43</sup> É na sequência da valorização do desenvolvimento local que é possível o surgimento do marketing e das estratégias promocionais de interrelação entre o local e o global – a identidade sociocultural e a preservação ambiental da localidade inserida numa concepção mais abrangente e, por isso, global.

A abordagem territorialista<sup>44</sup> (Amaro, 1991a) previa um planeamento regional e local pressupondo a tomada de consciência, por parte das comunidades, com consequente mobilização efectiva das populações, de forma a solucionar os problemas mais prementes a nível local. Era um modelo que privilegiava as necessidades básicas sentidas pela população e os recursos locais considerados como potenciais promotores do desenvolvimento. A valorização do desenvolvimento local surgiu, em grande medida, pelo esgotamento da noção de soberania nacional, presente na concepção do Estado-Nação, originando uma crise conceptual, teórica e ideológica e fazendo emergir outras lógicas territoriais. A crise do Estado Providência permitiu o aparecimento de novas estratégias de prossecução do bem estar social, aliado aos efeitos negativos da transnacionalização do capital nos países mais pobres.

O Estado (Friedmann, 1992: 7) desempenhava um papel preponderante, enquanto coordenador e orientador e os direitos da população tornaram-se uma prioridade, cabendo-lhe a implementação de medidas que a favoreçam, adquirindo uma função de suporte, em que a gestão da localidade seria efectuada em conjunto com as comunidades apoiadas por organizações externas. Neste sentido, foi mais uma vez reforçado o ideal de parceria e de inclusão pela participação, com fomento da identidade comunitária.

O desenvolvimento local pode ser assim definido como o “processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir das capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, em articulação necessária e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspectiva integrada e integradora, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria, com um impacto tendencial em toda a comunidade e com uma grande diversidade de caminhos, protagonismos e soluções” (Amaro, 1999: 38).

Progressivamente, a estratégia participativa adquiriu uma importância crescente, visto que a população, com a sua característica de inclusividade, deixou de ser considerada apenas como beneficiária dos resultados do processo de desenvolvimento. As abordagens participativas conceberam a população, antes de mais, como o agente prioritário porque o promotor, por

---

<sup>44</sup> A perspectiva territorialista opõe-se à funcionalista (Amaro, 1990b; Henriques, 1990a; 1990b) que defende que o poder centralizado encerra a concepção ideal de unidade nacional, tendo por principal objectivo a prossecução do bem comum, sem esquecer a importância do crescimento económico. O poder nacional atribuído ao Estado é encarado como orientador dos desequilíbrios regionais mediante a tentativa de integração entre regiões, sendo a orientação dada do topo para a base. Este modelo pressupõe um duplo afastamento entre a tomada de decisões e a concepção de planos estratégicos relativamente aos problemas concretos e à realidade, bem como entre a população e a tomada de decisões.

excelência, da mudança social (Friedmann, 1992: 4) seja de âmbito político, económico ou sociocultural, com base no envolvimento directo, motivado e responsável, dos actores sociais em todo o tipo de actividades prosseguidas, de execução e de concepção. A participação no processo de mudança poderia ser efectuada em dois níveis principais susceptíveis de ser analisados individualmente ou de forma conjugada:

1. nível macro: em que um indivíduo participaria a nível nacional, recorrendo ao exercício do seu direito de voto em sistemas políticos democráticos,
2. nível micro: em que um indivíduo participaria a nível local, envolvendo-se directamente e colaborando em associações locais, em actividades desportivas, religiosas, recreativas, político-administrativas e económicas.

Além dos níveis acima enunciados que aludem à abrangência dos fenómenos participativos em termos macro-nacional e micro-local, podemos ainda pensar na participação em função das características da envolvimento individual ou em grupos mais ou menos organizados. Na participação individual é imprescindível o envolvimento pessoal e a manifestação do interesse pela vida comunitária local e nacional, dependendo na participação de grupo da intensidade e da frequência com que o indivíduo se relaciona com os outros membros. Em qualquer dos casos, é suposto que os indivíduos estejam motivados em atribuir prioridade à vida comunitária, facto de relevante importância pela natureza societal do Homem<sup>45</sup>.

A estratégia participativa pressupõe a identificação, o reconhecimento e o reforço identitário, a partilha de objectivos identificados como comuns e o trabalho colectivo para a prossecução de fins previamente definidos, traduzindo o sentimento de pertença e de autonomia. As acções participativas podem ser classificadas em função de três modalidades distintas:

1. a mobilização da população para a prossecução de projectos socioeconómicos através do contributo prestado em força física,
2. a participação efectuada pela descentralização e pela desconcentração do poder político pelo Estado, que o transfere de níveis hierarquicamente superiores para órgãos locais,
3. a delegação de poderes em grupos sociais, económicos e políticos permitindo o empenho individual na tomada de decisões que afectam o grupo no seu conjunto.

---

<sup>45</sup> A vida humana tem um carácter societal implícito caracterizado, habitualmente, pela aceitação de valores e a partilha de solidariedades de grupo.

Para as abordagens alternativas de natureza participativa, o envolvimento da população na mudança, efectivado de forma individual ou em grupo, é considerado como uma exigência e, mais do que um direito, um dever de cada cidadão enquanto membro da sociedade. O desenvolvimento requer a melhoria quantitativa e qualitativa das condições de vida e de trabalho da população de uma região, implicando a redução da pobreza, a minimização dos efeitos da desintegração social, da marginalidade e da degradação ambiental.

Um dos principais pressupostos desta abordagem radica na ideia que, cabe às populações locais e aos grupos comunitários a mobilização de capacidades e a dinamização da iniciativa, de forma a ser possível a promoção de estratégias integradas e inovadoras de desenvolvimento. É neste sentido que se fala em desenvolvimento participativo e centrado na população, considerando-se imprescindível o empenho e o envolvimento de todos, atribuindo prioridade aos recursos locais e às necessidades primárias, produzindo-se inicialmente, com base numa preocupação endógena, privilegiando os mercados internos, o auto-consumo e a satisfação das necessidades, e numa fase posterior, com o objectivo de alcançar o desejado crescimento económico e a expansão.

Staudt (1991: 14) aborda a temática da participação a partir da noção de envolvimento, utilizada por Friedmann como “empowerment”<sup>46</sup>, considerando que são as pessoas que estão na base do desenvolvimento. A participação passa pela escolha e pela tomada de decisões e, para que estas sejam possíveis, é imprescindível que a população esteja suficientemente informada acerca das diferentes possibilidades existentes.

A abordagem participativa (Friedmann, 1992: 1) implica, acima de tudo, autonomia na tomada de decisões promovendo um “self-reliance” social, cultural, identitário, político e económico ou seja, uma autonomia local e endógena, com a adopção de sistemas políticos democráticos, em que o ponto de partida é a localidade. A perspectiva do envolvimento e da participação sugere que as minorias sejam integradas nas formas e nos processos participativos para adquirirem um espaço próprio na vida societal

---

<sup>46</sup> A expressão “empowerment” utilizada por Friedmann (1992) não é traduzível para português numa única palavra. O termo em inglês revela-se mais expressivo e rico do que o simples envolvimento, visto pressupor, além do envolvimento e da participação, um processo de efectiva aquisição de poderes por parte da população, a valorização e o enriquecimento políticos e culturais além de económicos porque a longo prazo, o permitem alcançar. É um processo participativo no seu sentido mais global e completo permitindo a intervenção popular efectiva a nível local e regional.

Sendo um processo centrado nas comunidades territoriais implica a existência de um grupo, dotado de mecanismos identitários próprios e reconhecidos, fundamentados em redes de solidariedade, identificando as necessidades a satisfazer (Zapata, 2001). Assim, procura solucioná-las interna e autonomamente, com consciência dos factores de fragilidade e de fortalecimento, identificando as ameaças exteriores à prossecução do bem estar comum ao grupo. Tratando-se de um processo participativo, apela ao protagonismo dos actores sociais locais, recorrendo ao envolvimento e à intervenção sem minimizar os recursos exógenos e as potencialidades do meio envolvente. As principais vantagens do desenvolvimento participativo e local remetem para (Amaro, 1991b) um conjunto de factores, tais como:

1. requerem proximidade em relação aos problemas sentidos, com directa identificação das necessidades e dos meios adequados para a sua solução,
2. implicam a mobilização das capacidades e das potencialidades diversificando iniciativas,
3. possibilitam uma intervenção interdisciplinar complexa, de base sistémica e que envolve as dimensões quantitativa e qualitativa, sem privilegiar uma relativamente à outra,
4. reforçam as parcerias entre actores com intervenção territorial diferenciada.

Contudo, confronta-se com alguns aspectos limitativos (Amaro, 1991b), nomeadamente:

1. a incapacidade de envolver a totalidade das comunidades nas iniciativas promovidas,
2. o excessivo protagonismo de alguns elementos promotores com tendência para o localismo com fechamento e isolamento comunitário,
3. a inexistência dos recursos financeiros, naturais, materiais e humanos considerados necessários com conseqüente criação de dependências relativamente ao exterior,
4. a inadequação de algumas das medidas estratégicas defendidas e promovidas.

### **3.2. DA PERSPECTIVA “BASIC NEEDS” AO DESENVOLVIMENTO HUMANO**

A problemática das necessidades básicas adquiriu maior importância na década de 70, no contexto do pensamento reformista do desenvolvimento, através da chamada de atenção para alguns factores, considerados fundamentais, e que, apesar de se relacionarem com as dinâmicas do crescimento económico, não as consideravam a única prioridade. Os factores

que adquiriram importância foram o emprego, a desigualdade na repartição do rendimento, a pobreza, a desigualdade de acesso a bens e a capacidade de satisfazer necessidades básicas.

A “Basic Needs Strategy” foi incentivada, durante a década de 70, pelo Banco Mundial e pela OIT, com as intervenções de Robert McNamara e os projectos inseridos na estratégia de Luta Contra a Pobreza (Chenery, 1974; Proença, 2003: 140), tanto nos países mais pobres como nas regiões com desigualdades socioeconómicas mais marcantes dos países industrializados. A pobreza e as desigualdades sociais traduziram um problema característico das sociedades contemporâneas (PNUD, 1996: 18): a incapacidade evidenciada por uma parte da população mundial, em aceder a um conjunto de bens e de serviços susceptíveis de satisfazer necessidades sentidas diariamente.

A estratégia, entendida como meio prioritário para o desenvolvimento (Oman, 1991: 105), partia do princípio que era imprescindível providenciar medidas que, numa fase inicial, promovessem o desenvolvimento do indivíduo, em termos físicos, psíquicos e relacionados com o bem estar social. Independentemente do estado de desenvolvimento de um país, entendia-se que existia um conjunto de necessidades<sup>47</sup> que devia ser coberto porque essencial.

A “Basic Needs” apresentava alguns pressupostos para aplicação (Samater, 1986: 81), tais como: a existência de medidas de redistribuição de bens em busca de uma repartição mais justa e equitativa; a necessidade de orientar a produção para o consumo da população; a satisfação das necessidades e a capacidade de oferecer às comunidades um leque de serviços, variado e de fácil acessibilidade. As necessidades valorizadas pela estratégia concentravam-se exclusivamente na dimensão física e material do problema (Samater, 1986: 77), visto que as imateriais, como os direitos humanos, a segurança e a efectiva participação popular no poder político ou no processo de desenvolvimento, acabaram por ser pouco definidas.

A estratégia (Oman, 1991: 104) pressupunha como meio a redução da pobreza e a distribuição equitativa de riquezas, sem descurar o crescimento económico. Assim visava a satisfação da necessidade emprego (Oman, 1991: 103) como mecanismo e medida potenciadora de, no futuro, o indivíduo dispor de capacidades de satisfação de outras necessidades.

---

<sup>47</sup> A valorização das necessidades (Samater, 1986: 77) partiu de três organismos principais, a ONU, a UNESCO e o Banco Mundial, considerando-se que se deveria contemplar um conjunto de necessidades definidas como básicas: a alimentação, a habitação, o vestuário, a educação, o acesso generalizado a serviços públicos e o emprego.

Na sequência das abordagens da “Basic Needs” e com preocupações similares outro autor, Schumacher (1985: 146), evidenciou o desemprego crescente como um dos principais problemas das economias contemporâneas, em particular das que se encontravam em processo de desenvolvimento, defendendo a adopção de um conjunto de medidas, entre as quais:

1. a criação de um número elevado de postos de trabalho em zonas habitacionais,
2. o pagamento de salários baixos e a criação de novos postos de trabalho permitindo absorver a maior quantidade possível de mão-de-obra activa subaproveitada,
3. a utilização de instrumentos e de técnicas intermédias no processo produtivo,
4. a aplicação de matérias primas locais susceptíveis de transformação, no processo produtivo destinando-se ao consumo local.

Para que se registassem melhorias significativas no sector produtivo<sup>48</sup> era importante proceder a algumas alterações de âmbito tecnológico, pela introdução de novas técnicas e de instrumentos de trabalho, associando programas adequados de formação.

A tecnologia introduzida (Samater, 1986: 82) deveria ser caracteristicamente adaptada, de forma a promover aumentos da quantidade de bens produzidos, permitindo a criação de novos postos de trabalho e a utilização produtiva da mão-de-obra. Schumacher (1985) introduziu os conceitos de “tecnologia intermédia” e de “tecnologia apropriada”, contrariando o princípio da “tecnologia transferida/importada”, dependente do exterior, sem revelar preocupação com as reais necessidades, as matérias primas empregues, a mão-de-obra, o processo produtivo e os objectivos da produção.

A “tecnologia intermédia” (Schumacher, 1985) implicava a utilização de técnicas inovadoras promovendo a modernização do processo produtivo, com melhoria da qualidade e com aumentos das quantidades produzidas. Contudo, era defendido que não fosse de ponta, de forma a não se revelar inoperacional, dadas as contingências internas caracterizadoras das populações dos países mais pobres.

A “tecnologia apropriada”, além de um sentido de adequação e adaptação da técnica ao processo produtivo, às matérias primas, à mão-de-obra e ao produto final que se pretendia

---

<sup>48</sup> As melhorias e inovações técnicas no sector produtivo podiam respeitar a qualquer sector de actividade económica enquadrado pela tipologia enunciada por Collin Clark – primário, secundário e terciário.

obter, requeria a apropriação dos conhecimentos que a envolvem por parte da população local, que deveria dispor de conhecimentos para a correcta utilização e manutenção.

A importância das necessidades básicas como estratégia tendeu, com o tempo, a perder significado em termos de aplicabilidade, sobretudo quando utilizada isoladamente (PNUD, 1996: 48), por não gerar alterações de fundo e por ser, em alguns casos, conotada com o intervencionismo estatal no sector social<sup>49</sup>.

Apesar das críticas, o seu mérito é indiscutível pela capacidade de apelar para um conjunto de aspectos de suma importância, muitas vezes secundarizados, como a relação que tende a ser conflitual, e por vezes contraditória, entre o ambicionado crescimento económico, pelos países do Sul, e a redistribuição equitativa, considerada hoje de importância incontestável.

Os pressupostos conceptuais apresentados deram origem a duas grandes tendências:

- a abordagem do Desenvolvimento Humano (PNUD, 1996: 13), que foi pela primeira vez apresentada em 1990, evidenciando a questão das oportunidades. Em conformidade com os princípios defendidos, o PNUD promoveu a realização e a edição dos “Relatórios de Desenvolvimento Humano” (Proença, 2003: 141), fundamentando as estratégias nacionais de redução da pobreza.
- a problemática do Desenvolvimento Social, consagrada em 1995 na “Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social”, em Copenhaga<sup>50</sup>, nomeadamente com a introdução dos requisitos mínimos ou mínimos sociais.

O conceito de Desenvolvimento Humano centrou-se na constatação da existência de desequilíbrios no crescimento, no rendimento e na riqueza, ao nível mundial, promovendo o incremento de desigualdades de natureza socioeconómica. A base do processo eram as pessoas (Murteira, 1990: 216), atribuindo-se particular importância às necessidades da população local, aos seus desejos e aspirações, às escolhas e opções. O crescimento foi analisado com base nos acréscimos do rendimento, surgindo como um mecanismo que confere a possibilidade de escolha ao indivíduo, entre uma multiplicidade de opções, como forma de aumentar o seu bem-estar<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> A lógica inerente ao intervencionismo estatal teve que ver com a aceção keynesiana do Estado Providência, caracteristicamente de vocação assistencialista com exercício do poder político de forma descendente, “from above”, contrariando a perspectiva territorialista abordada anteriormente (Amaro, 1990a; Henriques, 1990a; 1990b).

<sup>50</sup> A Conferência teve como conceito de base o desenvolvimento social pressupondo o respeito pelos direitos humanos, a participação da sociedade civil e o diálogo entre diferentes parceiros sociais.

<sup>51</sup> A abordagem do desenvolvimento humano reduziu a importância do Estado Providência característico das abordagens keynesianas, chamando a atenção para uma nova concepção, a sociedade civil enquanto Sociedade-Providência.



O desenvolvimento passou a ser definido como um processo de alargamento de oportunidades e de escolhas, de valorização das capacidades (PNUD, 1998: 12), incluindo a longevidade, o conhecimento e a acessibilidade a recursos, que permitiam satisfazer as múltiplas necessidades sentidas individual, familiar e comunitariamente. Neste sentido, o Desenvolvimento Humano propôs a adopção de medidas tendentes à redução da pobreza (Proença, 2003: 142), contemplando um conjunto de princípios, entre os quais o aumento das oportunidades e a melhoria das capacidades dos mais pobres, mediante a criação de redes de solidariedade social, como meio de reduzir a vulnerabilidade.

A dimensão humana do desenvolvimento implicava, por um lado, a aquisição de capacidades e a sua valorização, de forma equitativa e sustentável, cabendo aos indivíduos a identificação das necessidades consideradas fundamentais e a promoção da sua satisfação; por outro lado, a garantia da segurança humana, nos diferentes níveis considerados. O facto do indivíduo ter capacidade e possibilidade de escolher implicava (PNUD, 1996: 55) que o desenvolvimento fosse relacionado com outros conceitos, como a participação, a equidade e a sustentabilidade (op. cit.: 56). As comunidades locais, sendo as principais beneficiárias, adquiriam um estatuto de protagonismo associado à participação (cf. I., 3.1.), em que as parcerias eram valorizadas através da adopção de medidas motivacionais e tendentes à responsabilização.

A abordagem reuniu três dimensões (PNUD, 1998a; 20): o desenvolvimento do ser humano em que o Homem se encontrava no centro das preocupações, do processo e das estratégias; o desenvolvimento para o ser humano em que o objectivo era o bem estar das populações; o desenvolvimento pelo ser humano em que as populações adquiriram um papel activo.

A equidade (op. cit.: 21) remeteu para a componente de igualdade de oportunidades e de acessibilidades na distribuição do rendimento, de bens e da riqueza, mas também de possibilidades independentemente do género, do estrato socioeconómico, da origem étnica, do escalão etário, das opções políticas, ideológicas ou religiosas ou da origem regional.

A participação pressupunha uma concepção tridimensional do processo do, para o e pelo Homem, reunindo os níveis individual e comunitário. A sustentabilidade implicava uma visão de longo prazo assente na responsabilização e na equidade inter-geracional, prevendo a utilização de recursos para a satisfação das necessidades sentidas de forma durável no tempo.

O Desenvolvimento Humano procurou defender, de forma interligada e interrelacionada, os objectivos do aumento das capacidades humanas, individuais e comunitárias, com princípios de sustentabilidade e atendendo ao longo prazo, sem aumentar os riscos presentes e futuros<sup>52</sup>. No conjunto, defendia a segurança humana, perspectivada em todas as dimensões possíveis, económica, alimentar, sanitária, ambiental, política e social.

### 3.3. DO ECODESENVOLVIMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao nível internacional, a década de 70 foi marcada por alterações sucessivas, no que respeita ao ordenamento mundial, à cooperação inter-Estados e à lógica económica e territorial. Foi um período em que se registou um aumento da importância relativa das economias de alguns dos países pobres, pela valorização repentina de certos recursos naturais energéticos, caracteristicamente esgotáveis e finitos, como são os casos do petróleo e do gás natural.

A valorização crescente (Teulon, 1992: 112), pelo mundo ocidental industrializado, destes recursos naturais e a sua sobre-exploração, principalmente promovida pela acção das empresas estrangeiras, evidenciou apreensão face à provável e rápida esgotabilidade. A preocupação ficou traduzida nos “Relatórios do Clube de Roma”<sup>53</sup>, sendo evidenciada uma tendência alarmante e, no início, profundamente alarmista da temática (Marques, 1998b). Este problema foi principalmente referido nos dois relatórios iniciais, dado que no último ficou equacionada a necessidade de uma “Nova Ordem Económica Internacional” (NOEI). A preocupação mais relevante foi a relacionada com o petróleo, enquanto fonte energética criadora de dependências fortíssimas em todos os países do mundo que o consomem a um ritmo acelerado e excessivo face à capacidade de o oferecer a longo prazo (Meadows, 1972).

A evolução histórica a partir da década de 70 conduziu assim a uma consciencialização pessimista, de base interdisciplinar, inspirada nos pressupostos da esgotabilidade dos recursos não renováveis face ao consumo e os problemas decorrentes da destruição ambiental. Este foi

---

<sup>52</sup> As questões da equidade e da sustentabilidade colocaram-se principalmente nos países pobres, aquando da promoção e do desenvolvimento de algumas actividades, como o turismo, pela inexistência de mecanismos equitativos de acessibilidade a bens e serviços e ao bem estar entre populações diferenciadas, a local e a visitante.

<sup>53</sup> MEADOWS, D. (1972) *The limits to growth*. New York, Universe Books; MERSAROVIC, M. et PESTEL, E. (1974) *Mankind at the turning point*. New York, Dutton; TINBERGEN, J. (1976) *RIO report: reshaping the international order*. New York, Dutton.

o período inicial da valorização das temáticas ambientais, em que a terra era associada a uma concepção limitada, pela reduzida disponibilidade de recursos que viabilizavam a prossecução dos processos de crescimento (Chaves, 1994: 104).

Viveu-se uma crise internacional<sup>54</sup> reflectindo contornos económicos e ecológicos, traduzida nas preocupações contidas e explicitadas na “Declaração de Estocolmo”, resultante da “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano” (1972), que introduziu a dimensão ambiental como condicionante do crescimento económico (Cotrim, 1993b).

As apreensões de natureza ecológica foram evidenciadas e reformuladas na “Declaração de Nairobi” (1982), no “Relatório Bruntland”<sup>55</sup>, que divulgava o conceito de Desenvolvimento Sustentável (Moreno, 2002: 151), na “Agenda 21” adoptada na “Cimeira da Terra”<sup>56</sup> no Rio de Janeiro (1992) e mais recentemente na “Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável” (2002) em Joanesburgo.

Foi a partir da tomada de consciência da existência de uma crise ecológica, e da sua problematização, que surgiu uma nova abordagem – o ecodesenvolvimento – procurando equacionar o objectivo económico com a preservação ambiental, integrando as sociedades humanas no meio natural. O ecodesenvolvimento pressupunha a procura de soluções para problemas específicos a nível local (Chaves, 1994: 106) tendo em conta as características ecológicas e culturais, as necessidades imediatas e futuras, remetendo, do ponto de vista teórico e conceptual, para o conceito de sustentabilidade.

Foi no âmbito da “Conferência de Estocolmo” que surgiu o conceito<sup>57</sup>, largamente desenvolvido por Sachs (1986), ao associar os princípios conceptuais do desenvolvimento económico ao ecológico. Na nova terminologia, foram contemplados os pressupostos relacionados com o necessário crescimento sem prejuízo do meio ambiente natural.

Nos países pobres, a degradação ambiental foi promovida tanto pela exploração intensiva de recursos com finalidades produtivas, como pela interacção de uma multiplicidade de factores

---

<sup>54</sup> No contexto da crise energética, destacaram-se os choques petrolíferos e os petrodólares. A crise ecológica foi um processo natural provocado pela acção humana não perspectivada a longo prazo, pelo que a conservação e a protecção da natureza se tornaram (Giri, 1987: 452) uma prioridade, valorizando a gestão dos recursos naturais, de forma a permitir o desenvolvimento sustentável e um planeamento a longo prazo, com carácter duradouro.

<sup>55</sup> O “Relatório Bruntland” contido na publicação da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (1987) *O Nosso Futuro Comum*. Lisboa, Liber.

<sup>56</sup> A “Agenda 21” apresentou um programa global de acção para a prossecução do desenvolvimento sustentável.

<sup>57</sup> Cf. SACHS, I. (1986) *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. S. Paulo, Vértice

contingenciais<sup>58</sup> relacionáveis com as actividades do sector primário, a produção agrícola e a extracção de matérias primas. Paralelamente, a utilização, cada vez mais frequente, de materiais poluentes (Korten, 1992: 54) sem o tratamento adequado foi um factor que pôs em causa a preservação ambiental, provocando o empobrecimento dos terrenos cultiváveis, a desflorestação, a desertificação e a perda das capacidades regenerativas dos recursos hídricos. O desenvolvimento económico requeria a utilização dos recursos existentes de forma a satisfazer as múltiplas necessidades enquanto que o desenvolvimento ecológico implicava a preservação ambiental. O ecodesenvolvimento (Sachs, 1986; Riddell, 1981) encerrava as duas dimensões, prevendo a utilização de recursos, de forma controlada e racional dada a escassez, minimizando os desperdícios e a degradação ambiental, passando a entender-se como fundamental a adopção estratégica de um “self-reliance” ambiental, que conduziria ao conceito de sustentabilidade: consumir racionalmente no presente para usufruir no futuro (Moreno, 2002: 145; Davis, 1999).

A principal preocupação realçada pela perspectiva ecológica, ecocêntrica ou promotora do ecodesenvolvimento foi evidenciar a necessidade de acautelar o desenvolvimento futuro evitando a destruição no presente de recursos não renováveis, visto existirem limites, não só físicos mas também sociais, para a sua exploração. O meio ambiente era encarado com um duplo valor (Cotrim, 1993d), instrumental e intrínseco, valendo por si mesmo e tendo como função a promoção do crescimento económico.

A problemática da sustentabilidade levantou pistas de reflexão relativamente aos efeitos futuros do vulgarizado ideal de rápido e intenso crescimento, dado que, de uma forma global, toda a actividade humana, depende do meio ambiente natural (Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, 1987: 12 e seg.) em que se insere e que a contextualiza.

A noção de desenvolvimento sustentável, decorrente da abordagem ecológica (Gulyurtlu, 1996: 140), implicava a exploração, a comercialização, a múltipla utilização, a transformação e o consumo dos recursos naturais existentes, permitindo satisfazer as necessidades sentidas pelas populações das sociedades actuais e sem pôr em risco a sua utilização no futuro. Desta forma, defendeu-se o “self-reliance” e a autonomia com base na identificação local dos problemas sentidos pela população (Chaves, 1994: 106) e dos meios para os solucionar.

---

<sup>58</sup> Podemos referir factores de contingência como os geográficos, os climatéricos, as pragas e as doenças parasitárias, as condições de inovação científica e técnica.

A concepção radicava na ideia que o desenvolvimento implicava mudanças de várias ordens, nomeadamente económicas (Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, 1987: 54), de forma sustentada, existindo uma relação, cada vez mais estreita, entre as duas áreas principais. As actividades económicas eram fundamentais para a prossecução do processo de desenvolvimento, pela capacidade de dinamização e de promoção do crescimento, assim como meio de minimização dos processos de pobreza.

A sustentabilidade foi entendida como mecanismo promotor de mudanças porque orientada para a utilização controlada de recursos, com o objectivo de garantir o bem estar social associado à preservação ambiental. Os objectivos (op. cit, 1987: 62; Dieren, 1995: 86; Pearce, 1996) remeteram para a redução de vulnerabilidades podendo ser encarada como a tendência de garantir a satisfação das necessidades de bem estar, mediante a integração de uma multiplicidade de variáveis interactuantes. A redução de vulnerabilidades (Redclift, 1992; Pearce, 1996) podia ser efectivada através da adopção de medidas tendentes a:

- incentivar o crescimento económico com alterações qualitativas,
- satisfazer as necessidades básicas referentes à alimentação, à disponibilidade de água potável, ao saneamento básico, à energia e ao emprego,
- estabilizar os índices de crescimento demográfico minimizando as pressões sobre o meio,
- conservar e preservar os recursos naturais integrando as dimensões económica e ambiental,
- orientar a inovação tecnológica de forma alternativa, intermédia e apropriada, minimizando os riscos da não adaptabilidade à realidade,
- promover a intervenção das comunidades recorrendo a processos participativos na tomada de decisões e na gestão de recursos.

A sustentabilidade global foi definida com base na conjugação de várias dimensões (Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, 1987: 17; Harris, 2001) - humana, sociodemográfica, económica, ambiental e política, pressupondo a capacidade de responder às necessidades presentes sem ameaçar a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas (op. cit.: 54). O conceito pressupunha ainda uma dimensão temporal, de perpetuação e de longo prazo porque de durabilidade (Hantem, 1990).

De forma conclusiva podemos afirmar que o desenvolvimento que se fundamenta na ecologia subentende três aspectos fundamentais – a equidade económica, o equilíbrio ambiental e a harmonia social (Chaves, 1994: 107; Moreno, 2002: 154; Harris, 2001).

### 3.4. PISTAS DOS NOVOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com as abordagens teóricas mais recentes e denominadas de alternativas, o processo de desenvolvimento não é apenas entendido como sinónimo de crescimento ou definido como o resultado da simples equação de traços socioculturais. Tem um carácter e um âmbito mais alargado do que qualquer uma das perspectivas anteriormente privilegiadas, resultando da inter-relação entre diferentes dimensões.

A mudança pode ser caracterizada em função de três aspectos principais (Perroux, 1987: 31) que lhe conferem uma dinâmica sistémica: a globalidade, a integração e a endogeneidade. É considerada: global porque, enquanto processo, pressupõe a existência de um conjunto de factores que o constituem; integrada por implicar a inter-relação entre as dimensões constituintes; endógena por se fundamentar nas características e nas potencialidades internas, atendendo aos objectivos identificados localmente.

O conceito é analisado com base num princípio sistémico, encerrando em si dois traços principais (Perroux, 1987: 56), a articulação das partes constituintes e a adaptação às mudanças operadas através de mecanismos próprios de regulação. O desenvolvimento deixa de ser considerado a partir de um único pressuposto teórico paradigmático, passando a equacionar-se a possibilidade da relativização teórica em função das determinadas situações vivenciadas, das características demográficas e sociais, do ambiente natural, das actividades económicas predominantes, do sistema político e ideológico, entre outros aspectos.

Através dos contributos apresentados pelas abordagens alternativas, o processo de desenvolvimento deixa também de ser definido e caracterizado em função de um único factor ou dimensão para passar a ser equacionado com base numa perspectiva multidimensional, global e integrada (Amaro, 1998; 1999; Silva, 2000), pressupondo a existência de factores condicionantes<sup>59</sup> internos e externos. Os primeiros respeitam ao passado histórico, às condições geográficas e climatéricas, à estrutura social e ao sistema político dominante, por

---

<sup>59</sup> As dimensões condicionantes internas e externas relacionam-se de forma contínua e permanente na medida em que, se houver alterações ao nível de um qualquer factor interno, os externos são influenciados, situação idêntica quando perspectivada de forma inversa, requerendo a existência de mecanismos reguladores das mudanças provocadas.

exemplo, enquanto que como factores externos, podemos considerar as condições regionais ou continentais e as relações internacionais estabelecidas.

A multidimensionalidade conceptual (Amaro, 1999) pressupõe uma perspectiva interdisciplinar, dada a diversidade de componentes interrelacionadas que o caracterizam. Esta abordagem tem implicações metodológicas a vários níveis, no que respeita às formas produtivas, aos postos de trabalho e às relações culturais, sendo incentivadas as análises científicas interdisciplinares, com cruzamento de informações, de dados e de metodologias.

O desenvolvimento deixa de ser concebido como um processo exclusivamente quantitativo para passar a ser perspectivado a partir de indicadores qualitativos e de ordem eminentemente social, recorrendo à integração de todas as dimensões que o constituem. É, antes de mais um processo crítico e complexo, não pressupondo necessariamente um carácter linear e um sentido positivo, progressivo e ascendente, sendo contudo esperado e desejável, implicando continuidade e uma margem de incerteza. Assim, podemos caracterizar o desenvolvimento como um processo no qual ocorrem mudanças sociais de variada natureza, originadas por causas diferenciadas e com múltiplas implicações.

O desenvolvimento é um conceito multidimensional e polissémico (Silva, 2000) podendo ser considerado em função de diferentes perspectivas e assumindo sentidos diversos. É um processo integrado de mudança, pelo qual uma qualquer sociedade, inserida num determinado meio natural, e através de um conjunto de relações estabelecidas com outras sociedades, procura assegurar as condições de produção e de reprodução, de modo a satisfazer as necessidades sentidas pelas suas populações, prosseguindo os seus valores e dotando-se de instituições particulares para a obtenção desses fins. Esta definição encerra um conjunto de dimensões interactuantes, das quais podemos destacar a económica, a social, a ecológica, a simbólica, a cultural e a institucional.

De acordo com a definição apresentada por Silva (2000) o desenvolvimento só pode ser analisado e perspectivado se tivermos em consideração uma multiplicidade de variáveis em constante relação, que conferem especificidade e unicidade a cada região, permitindo caracterizá-la em períodos históricos concretos.

Do ponto de vista estratégico, as abordagens alternativas viabilizaram a emergência de novas propostas, adaptadas às realidades, defendendo a adopção de medidas sectoriais

fundamentadas na identificação de prioridades e com base nas características locais (Friedmann, 1992; Amaro, 1999; Syrett, 1995; Moreno, 2002). O protagonismo na condução do processo foi alvo de revisões, fundamentando-se no acréscimo da importância atribuída às necessidades sentidas pela população (Silva, 1999) associada à revalorização das capacidades reconhecidas às comunidades locais (Friedmann, 1992; Zapata, 2001), bem como das potencialidades endógenas de âmbito regional e local (Amaro, 1999; Henriques, 1990a; Syrett, 1995). Esta ideia foi reforçada pelo conceito de “empowerment” (Friedmann, 1992; Korten, 1992; 1994b) sobretudo no que respeita ao reforço das competências. Os novos conceitos de desenvolvimento equacionam, neste contexto, o ideal de participação e de protagonismo activo da população.

Paralelamente, registou-se um apelo à emergência de novas referências territoriais, com base na perspetivação local do desenvolvimento, fundamentado na lógica infranacional (Amaro, 1991a, 1998, 1999; Henriques, 1990a, 1990b; Stöhr, 1990; Syrett, 1995), muitas vezes em parceria com a supranacional, podendo promover uma perda da importância relativa do papel do Estado implícita ao anterior ideal do Estado-Nação.

Da nova abordagem emergiu uma nova relação com o meio ambiente (Sachs, 1986; Marques, 1998b; Davis, 1999; Moreno, 2002), com a revalorização dos recursos naturais e a preocupação com a preservação da fauna e da flora, atribuindo-se atenção particular aos recursos hídricos, à envolvente balnear, às florestas e regiões montanhosas.

Os princípios equacionados pelas novas abordagens do desenvolvimento foram tendentes ao ideal teórico e conceptual de sustentabilidade (Pearce, 1990, 1996; Dieren, 1995; Harris, 2001), defendendo a implementação de um conjunto de medidas estratégicas, no sentido da promoção do desenvolvimento no presente, concebendo-o como meio de o garantir no futuro.

De acordo com o exposto (cf. I., 3.) e a título de síntese, as pistas enunciadas pelos novos conceitos de desenvolvimento, denominados de alternativos, podem ser sistematizadas com base na classificação, em “fileiras ou famílias conceptuais”, apresentada por Amaro (2004) – a ambiental, a das pessoas e das comunidades e a dos Direitos Humanos. Assim, consideramos:

- a valorização da multidimensionalidade conceptual e o respeito pela diversidade de opções e de escolhas estratégicas,



- a identificação do ideal estratégico e metodológico participativo, entendido como o principal mecanismo promotor de inovação, de mudança e de diversificação de iniciativas, através do exercício da cidadania e do envolvimento comunitário, pela consciencialização da existência de direitos e de deveres,
- a prioridade atribuída às capacidades das populações locais, permitindo o reconhecimento das características emancipadoras e promotoras de autonomia, originando alterações estratégicas na concepção do processo do desenvolvimento,
- o reequacionamento da promoção do desenvolvimento, com emergência de novos protagonismos, individuais e colectivos, públicos, privados e associativos, ligados às comunidades e aos grupos locais permitindo a dinamização das potencialidades reais, recorrendo ao conceito de “empowerment”, no sentido do reforço das capacidades dos diferentes actores socioeconómicos e políticos envolvidos,
- o apelo para novas referências territoriais com valorização da localidade, nomeadamente no que respeita à prossecução da melhoria das condições de vida das populações, fundamentada nas capacidades e nas potencialidades locais,
- o surgimento de uma nova relação com o meio ambiente natural, apelando para a noção de sustentabilidade, não apenas enquanto conceito puramente teórico, mas principalmente como um ideal exequível,
- a concepção da sustentabilidade assente numa tripla fundamentação – a solidariedade entre as gerações presente e futura, relação entre a gestão ambiental e o processo de mudança e a dimensão temporal da durabilidade.

#### 4. AS ECONOMIAS DE PEQUENA DIMENSÃO

A problemática dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID)<sup>60</sup> não é central para a presente investigação, sendo de destacar que a literatura específica sobre as realidades insulares não é extensa, existindo sobretudo análises sectoriais de países com problemas particulares, que não são sempre susceptíveis de generalização. Os estudos não apresentam assim consensualidade, se bem que a explicitação de algumas das principais características inventariadas pelos autores estudados possa ajudar a enquadrar e a compreender a realidade em estudo, nomeadamente o caso da RDSTP.

---

<sup>60</sup> A informação bibliográfica e documental sobre a problemática dos PEID é escassa, tendo-se efectuado uma pesquisa intensiva, com sistematização e análise das fontes disponíveis, privilegiando-se os documentos on line, de forma a minimizar as dificuldades sentidas. As Organizações Internacionais têm valorizado, nos seus estudos, a análise sobre as realidades insulares, nomeadamente a ONU através de agências especializadas (a UNESCO, o PNUD, o Fórum para os Estados Insulares, a UNCTAD), a União Europeia e o Banco Mundial. Apesar da distribuição deste países pelo globo, existe uma maior concentração de estudos sobre os PEID do Pacífico e das Caraíbas, em detrimento de países africanos.

Em termos imediatos, os PEID são identificados a partir de um conjunto de traços físicos como o meio ambiente natural, a fauna, a flora, as particularidades paisagísticas e a diversidade cultural, sendo qualificados como locais paradisíacos. Assim, é possível distingui-los pelas especificidades biofísicas, socioculturais, económicas e, por apresentarem<sup>61</sup> alguns traços comuns, independentemente da região geográfica em que se encontram inseridos, e que são normalmente referidos como constrangedores para a prossecução do desenvolvimento.

No capítulo referente às Economias de Pequena Dimensão procuramos inicialmente (cf. 4.1.) caracterizar, o mais pormenorizadamente possível, as realidades insulares e os factores entendidos como condicionantes do processo de mudança. Seguidamente (cf. 4.2.) equacionamos as principais questões que têm sido apresentadas e discutidas ao longo do estudo, com base nas realidades insulares e de pequena dimensão, nomeadamente fundamentadas em estratégias participativas, locais e sustentáveis.

#### 4.1. TENTATIVA DE CARACTERIZAÇÃO DOS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento das pequenas economias insulares tem sido condicionado por um conjunto de constrangimentos, particularmente relacionado com duas características principais, a insularidade e a dimensão, de acordo com a tipologia enunciada por Estêvão (2000)<sup>62</sup>. Quanto à condição de insularidade, podemos considerar que existem Estados Monoinsulares<sup>63</sup> e Estados Arquipelágicos, evidenciando-se alguns factores característicos e comuns, que passamos a sistematizar (Estêvão, 2000):

– a fragilidade dos ecossistemas e a vulnerabilidade face a catástrofes naturais,

<sup>61</sup> Cf. <http://www.sidsnet.org> e [www.un.org](http://www.un.org). Os PEID compreendem os Estados Insulares membros da ONU e das suas agências especializadas: Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Bahrain, Barbados, Cabo Verde, Comores, Ilhas de Cook, Cuba, Chipre, Dominica, República Dominicana, Fidji, Granada, Haiti, Jamaica, Kiribati, Maldivas, Malta, Ilhas Marshall, Maurícias, Micronésia, Nauru, Niue, Antilhas Holandesas, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Singapura, Ilhas Salomão, Saint Kitts e Nevis, Santa Lucía, São Vicente e Granadinas, Tokelau, Tonga, Trinidad y Tobago, Tuvalu, Ilhas Virgens Americanas e Vanuatu.

<sup>62</sup> ESTÊVÃO, João (2000) Pequenos Estados Insulares, Conferência proferida em 25 de Fevereiro de 2000, Lisboa, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/Centro de Estudos Africanos (CEA)

<sup>63</sup> Os Estados Monoinsulares são aqueles em que o território se encontra concentrado numa única ilha, sendo praticamente inexistentes nas regiões tropicais, a maioria dos PEID Estados Arquipelágicos é constituída por mais do que uma ilha.

- a inexistência de uma base produtiva sustentada anterior à independência,
- a ausência de um espaço económico regional envolvente, evidenciando dinamismo,
- o aumento dos custos da produção destinada ao consumo, originado pela distância, em relação aos principais centros comerciais internacionais e pela dependência externa,
- a fragilidade da rede de comunicações e a precariedade da rede de transportes,
- o isolamento.

Os PEID podem ainda ser definidos com base na dimensão e a partir dos seguintes traços caracterizadores (Estêvão, 2000):

- a fraca diversificação produtiva associada à concentração num reduzido número de bens;
- a fraca dimensão do mercado interno traduzida pela limitada capacidade de consumo das populações locais e a ausência de economias de dimensão adequada para a produção;
- os elevados custos dos investimentos em infraestruturas básicas e de ligação<sup>64</sup>;
- a excessiva dependência do comércio internacional<sup>65</sup>.

Os elementos caracterizadores relativos à insularidade e à dimensão são entendidos, de acordo com as fontes consultadas, como problemas estruturais comuns que conferem aos PEID um traço de fragilidade, tornando-os vulneráveis e a viverem situações de risco como consequência de um conjunto articulado de factores:

- a degradação ambiental resultante da desflorestação, do monocultivo para exportação<sup>66</sup>, da erosão, da degradação dos recursos marinhos, nas zonas costeiras e balneares e da contaminação da água, com perda da diversidade biológica animal e vegetal
- os fenómenos naturais<sup>67</sup>, muitas vezes imprevisíveis e de difícil controle;
- a distância em relação aos principais circuitos comerciais e financeiros, se bem que com as novas tecnologias esta questão seja minimizada e reduzida a sua importância.

---

<sup>64</sup> Infraestruturas como a educação e a saúde, o saneamento básico e a construção civil, os transportes e as comunicações.

<sup>65</sup> A inserção dos PEID no mercado internacional justifica-se pela incapacidade interna de produzir todos os bens consumidos e pela necessidade de exportar a produção nacional não escoada no mercado interno.

<sup>66</sup> O sector agrícola engloba ([www.fao.org](http://www.fao.org)) situações distintas: um grande número de pequenos agricultores tradicionais que praticam o cultivo misto, na maioria destinado ao consumo doméstico com acesso limitado a fontes oficiais de crédito; um número reduzido de pequenas explorações agrícolas orientadas para o comércio com acesso a crédito; um pequeno número de grandes explorações agrícolas comerciais com acesso a crédito dominando o sector agrícola e representando uma grande parte de cultivos de exportação tradicional; um pequeno número de grandes explorações agrícolas desactivadas actualmente.

<sup>67</sup> O desenvolvimento encontra-se condicionado por limitações naturais como a disponibilidade de recursos, como a terra, a água, as florestas e os recursos marinhos que sofrem a pressão da intensa competitividade entre o uso agrícola, piscatório, industrial e o turismo, associados a catástrofes naturais, às práticas extractivas desadequadas e à contaminação.

De forma a solucionar problemas ambientais localizados derivantes da contaminação, da pressão demográfica, da falta de ordenamento e de conservação de recursos naturais, tornou-se evidente a necessidade de adopção de medidas a nível local. Alguns PEID iniciaram, individual ou colectivamente, programas destinados a promover o desenvolvimento sustentável, mas apesar das intenções revelaram dificuldades em atingir os objectivos propostos pela limitação dos recursos disponíveis.

A agricultura e a criação de gado (FAO, 1999a, b, e) têm estado particularmente orientadas pela fraca diversificação, destinando-se de forma prioritária ao auto-consumo (raízes, legumes, hortaliças), estando as monoculturas dependentes do mercado de exportação tradicional (banana, açúcar, coco, café, cacau)<sup>68</sup>, sendo efectivadas por pequenos proprietários, sem capacidade de exploração com orientação comercial, pelo isolamento geográfico e pelos elevados custos de transporte.

Nos PEID com rendimentos mais elevados<sup>69</sup> (FAO, 1999b, e) a agricultura perde parte da sua importância no cômputo económico, contribuindo com menos de 10% para o PIB e empregando menos de 20% da população activa<sup>70</sup>. Ao contrário, a economia dos países menos desenvolvidos, com rendimentos inferiores a 1.500 dólares EUA, tem dependido da agricultura para a obtenção de 50% do PIB, empregando o sector cerca de 75% da população activa. Estes são os casos de Cabo Verde, das Comores, do Haiti, das Ilhas Salomão, das Maldivas, da Ilha Samoa, de São Tomé e Príncipe e de Vanuatu.

Actualmente, na maioria dos PEID a agricultura pode ser definida como um sector em transição e por vezes marginal, resultando da influência de um conjunto de factores, entre os quais as alterações do mercado internacional, os desequilíbrios comerciais, a procura de segurança alimentar e os acréscimos demográficos. Verifica-se ainda uma tentativa de incremento, a longo prazo, da capacidade competitiva, no sentido da exportação de produtos agrícolas tradicionais com diversificação da produção, de forma à obtenção de outros produtos básicos ou de maior valor no mercado internacional.

---

<sup>68</sup> As principais limitações da produção agrícola relacionam-se com o elevado custo e a reduzida disponibilidade de mão-de-obra, a ausência de programas eficazes de vigilância e de controle de pragas e a inexistência de práticas adequadas de conservação, armazenagem e transformação. A fraca disponibilidade de mão-de-obra agrícola é explicada por: emigração masculina e jovem, emergência de oportunidades alternativas de emprego, crescimento da urbanização e turismo.

<sup>69</sup> Situações em que o PIB per capita é superior a 6.000 dólares EUA ([www.fao.org](http://www.fao.org)).

<sup>70</sup> Antígua e Barbuda, Bahamas, Bahrain, Barbados, Chipre, Malta, Saint Kitts e Nevis e Seychelles.

As estratégias de diversificação orientam-se no sentido da planificação e da ordenação integradas de terras destinadas à agricultura, assim como da introdução e da difusão de culturas não tradicionais, com os objectivos do consumo interno e da exportação, recorrendo à intensificação da produção agrícola e à melhoria da que é efectuada localmente. A ordenação integrada de recursos naturais (FAO, 1999 a, b) recorre aos conhecimentos locais, evitando a degradação dos habitats, terrestres e marinhos, mediante a criação de reservas naturais.

O processo através do qual se adoptam medidas para a utilização, desenvolvimento e protecção dos recursos costeiros e para alcançar os objectivos nacionais denomina-se “Ordenação Integrada de Zonas Costeiras” (OIZC)<sup>71</sup>, vinculando as actividades sectoriais e permitindo formular e coordenar intervenções adequadas de ordenamento, especialmente no âmbito do sector primário e do turismo em rápido crescimento.

A maioria dos PEID<sup>72</sup> confronta-se também com um problema de escassez de água doce e potável, não revelando capacidades internas e auto sustentadas para o solucionar, tornando-se assim vulneráveis a situações de seca e de ausência de chuvas, por longos períodos de tempo, bem como de infiltração de água salgada. De forma complementar, a organização e a gestão dos serviços de abastecimento de água e de saneamento em territórios insulares é tecnicamente dificultada por ser também economicamente dispendiosa<sup>73</sup>.

Anteriormente à realização da “Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos PEID”, vulgarmente denominada por “Conferência de Barbados”, realizada em 1994 por iniciativa da ONU, com o objectivo de melhorar as condições económicas destas realidades, iniciaram-se projectos de abastecimento de água e de saneamento em alguns PEID, como são os casos das ilhas das Caraíbas e do Pacífico. Após a Conferência, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial apoiaram um conjunto de projectos sectoriais, de forma a melhorar as infraestruturas deficitárias.

---

<sup>71</sup> Os PEID têm assinado tratados e acordos ([www.fao.org](http://www.fao.org)) através da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS). Os Estados Membros da AOSIS são Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cabo Verde, Comores, Cuba, Chipre, Dominica, Fidji, Granada, Guiana, Ilhas de Cook, Ilhas Salomão, Ilhas Seychelles, Jamaica, Maldivas, Malta, Maurícias, Papua Nova Guiné, Saint Kitts e Nevis, Samoa, São Vicente e as Ilhas Granadinas, Santa Lucía, São Tomé e Príncipe, Suriname, Tonga, Trinidad e Tobago e Vanuatu

<sup>72</sup> Situação não verificada em São Tomé e Príncipe em que a água doce é abundante requerendo contudo tratamento adequado para a tornar potável. Por outro lado, verificam-se carências ao nível do saneamento básico.

<sup>73</sup> Os PEID têm dificuldades em reciclar detritos depositados no meio ambiente devido à falta de terrenos disponíveis e à incapacidade técnica e financeira, problemas agravados pela acção da população em contínuo crescimento e pelo incremento da actividade turística. O tratamento de águas residuais é reduzido, havendo a necessidade de descarregar detritos para o mar, com as consequências negativas que daí advém para o ambiente. Em alguns PEID, o sector privado iniciou um processo de participação activa na reciclagem de materiais como o plástico, o papel e os detritos do petróleo.

Da Conferência resultou a elaboração de um “Programa de Acção” fundamentando as actividades de apoio ao desenvolvimento, estando as medidas e as políticas orientadas para:

1. dotar os PEID de capacidades participativas em negociações multilaterais sobre agricultura e em futuros acordos comerciais regionais em que intervenham,
2. formular programas prioritários para a produção agrícola, silvicultura e pesca diversificada,
3. abordar os problemas de ordenação dos recursos naturais e da protecção do ambiente.

Na maioria das economias de pequena dimensão, o sistema de comercialização (UN, 1999a) interna baseia-se em mecanismos não institucionalizados, em que os intermediários privados<sup>74</sup> adquirem uma importância determinante – os produtores e os exportadores têm, muitas vezes, um conhecimento limitado do mercado não acedendo a economias de escala, pelo que não detêm a capacidade de negociação dos grandes empresários. De forma associada, evidencia-se um sector monetário de pequena dimensão caracterizado por investimentos privados locais limitados a actividades com riscos controlados, como o comércio local e os serviços. Na maioria dos PEID, a dimensão do sector público é uma característica, marcada pela fraca capacidade nacional de gerar rendimentos, pela forte dependência de direitos alfandegários e pelo peso das remessas financeiras enviadas por migrantes radicados no estrangeiro.

No que respeita à inserção das economias de pequena dimensão no mercado internacional, a maioria dos PEID recebeu um tratamento preferencial relativamente a alguns produtos básicos seleccionados, mediante acordos específicos como a “Convenção de Lomé”. Contudo, verificaram-se algumas limitações relativas à disponibilidade de transporte aéreo e marítimo e às deficientes condições de armazenamento de produtos frescos.

O processo de liberalização do comércio internacional (UN, 1999b) faz antever o término das preferências comerciais especiais, permitindo a exportação de produtos agrícolas tradicionais para os países desenvolvidos, a preços protegidos, limitando o incremento do comércio dos PEID<sup>75</sup>. A exportação (FAO, 1999a, c; UN, 1999a) de alguns produtos alimentares básicos –

---

<sup>74</sup> Nestas economias revela-se difícil o estabelecimento de sistemas de comercialização eficientes devido à distância das explorações agrícolas, à limitação de infraestruturas, aos elevados custos de transporte, à falta de investimentos em investigação de informação do mercado.

<sup>75</sup> Os PEID são economias potencialmente vulneráveis às flutuações do mercado internacional porque as suas exportações agrícolas estão dependentes de um limitado leque de produtos que se vendem num número reduzido de mercados.

frutas tropicais frescas de alto valor comercial e hortaliças para determinados mercados, sobretudo durante a estação do inverno nos países do norte, e alimentos elaborados com valor acrescido – são de grande importância para os produtores e exportadores, verificando-se a necessidade de incrementar sistemas de produção sustentável<sup>76</sup>.

A dependência em relação ao exterior encarece o custo de vida dos PEID e a fraca actividade comercial reduz a competitividade dos produtores agrícolas relativamente aos dos outros países, onde os custos de produção são mais baixos. A dependência sente-se na importação de recursos energéticos como o petróleo, para a satisfação das necessidades originada pelo excessivo consumo de lenha, em particular nas zonas rurais, promovendo a desflorestação.

No que respeita ao turismo é, em muitos países insulares, um dos pilares da economia enquanto fonte de rendimentos, públicos e privados, representando, muitas vezes, mais do que um terço do PNB e sendo entendido como promotor de rápido crescimento. Apesar da importância do sector, sem uma gestão adequada, a actividade turística pode ser prejudicial<sup>77</sup> gerando efeitos perversos no meio ambiente natural e na preservação da identidade sociocultural das populações autóctones, factores entendidos como os principais atractivos turísticos dos países do Sul. Neste sentido, em vários PEID<sup>78</sup> foram adoptados planos e regulamentos para o sector turístico, baseados em estudos e avaliações prospectivas dos impactos da actividade no meio ambiente.

O sector dos transportes e das comunicações representa um dos principais mecanismos promotores de relacionamento entre os PEID e o mundo exterior, aproximando-os e procurando fazer face à distância e ao isolamento, apesar dos elevados custos e da limitação

---

<sup>76</sup> De acordo com a FAO, tanto os produtos tradicionais como os recentemente introduzidos deveriam ser cultivados com base na ordenação integrada de culturas e na agricultura de conservação, de forma a alcançar uma produção sustentável e não prejudicial para o meio ambiente. Assim é proposto um conjunto de medidas:

1. o desenvolvimento de sistemas agro-florestais sustentáveis promotores de aumentos e de diversificação da produção, melhorando a fertilidade do solo, impedindo a degradação ambiental e reduzindo a dependência externa,
2. a introdução de culturas de cobertura e hortaliças de curta duração como meio fertilizante, conservando a humidade, reduzindo a dependência de produtos químicos importados e aumentando a disponibilidade de forragens verdes,
3. a avaliação de problemas socioeconómicos recorrendo a técnicas de investigação de sistemas agrícolas; transmitindo conhecimentos técnicos à comunidade local e utilizando a metodologia, agricultor a agricultor,
4. a investigação sobre culturas arbóreas, sistemas mistos de cultura perene, exploração de culturas múltiplas que utilizem sistemas agro-florestais e a criação de gado, como meio de melhorar a produção mantendo a produtividade do solo.

<sup>77</sup> Entre os efeitos negativos da prática turística contam-se a contaminação marinha originada pelas águas residuais dos hotéis e das embarcações, a degradação das zonas costeiras, a utilização excessiva de água potável e uma fuga substancial dos benefícios financeiros, repatriados para os investidores estrangeiros em vez de serem retidos por empresários locais.

<sup>78</sup> Casos como Maurícias, as Maldivas e as Antilhas Holandesas

das opções para muitas ilhas. A acção dos monopólios, tanto públicos como privados, que com frequência se concentram em companhias estrangeiras, resultou num elevado custo dos serviços de telecomunicações. Da mesma forma, a qualidade e a frequência dos serviços marítimos e aéreos internacionais escapam, na maioria das situações, ao controle dos Estados nacionais, dependendo da oferta internacional e dos interesses geoestratégicos.

No que respeita à investigação científica e ao pessoal local qualificado regista-se um êxodo intelectual com a saída e o não retorno de técnicos certificados do ponto de vista profissional<sup>79</sup>, a denominada “fuga de cérebros”, gerando sectorialmente situações de elevada dependência externa. As instituições nacionais requerem a criação de centros coordenadores regionais que viabilizem: a divulgação de informação sobre o meio ambiente costeiro e marítimo; o inventário da flora, da fauna e dos ecossistemas; a identificação dos indicadores de sustentabilidade; a aplicação dos mecanismos para partilha de informação entre ilhas; a produção e divulgação de cartografia de zonas vulneráveis; a identificação das redes de comunicação de forma a responder rapidamente a situações de emergência; a elaboração de avaliações completas a nível regional e sub-regional dos serviços meteorológicos e hidrológicos nacionais para determinar as necessidades em sectores específicos.

De uma forma geral, os factores contextuais caracterizadores dos PEID, em relação às condições de insularidade e de isolamento, além de serem entendidos como limitadores do desenvolvimento, são definidos como inibidores dos mecanismos participativos, tanto ao nível comunitário como nacional. Mas por outro lado, quando dinamizados podem ser equacionados como promotores de “empowerment” fazendo emergir novos protagonistas no processo de desenvolvimento, em alternativa à tradicional concepção do Estado.

No que respeita às possibilidades de desenvolvimento autónomo e autosustentado, as características de insularidade arquipelágica e de pequena dimensão podem actuar num duplo sentido – promovendo o isolamento e agravando a situação de precariedade económica e social. Contudo, se potencializadas podem ser entendidas como uma das formas dinamizadoras dos mecanismos identitários locais e nacionais, promotores de participação comunitária e de aquisição de poder por parte das populações locais.

---

<sup>79</sup> Tentando contrariar este movimento, diversos organismos e programas, como a OIM, a UNESCO e o PNUD, têm procurado melhorar a capacidade científica e de desenvolvimento tecnológico das regiões insulares, através de programas de retorno de quadros qualificados para o país de origem, com integração profissional.



Neste sentido, a actividade turística nos PEID pode ser concebida como uma forma de promover e de valorizar as características e as potencialidades locais do ponto de vista natural, ambiental, económico e sociocultural. Por outro lado, pode ser equacionada como um dos mecanismos de minimização dos efeitos negativos e perversos das contingências inerentes à sua situação – o isolamento, a dimensão e a insularidade. Por fim, é entendido como um meio de reforço das identidades locais e nacional, favorecendo o surgimento e o incentivo de sistemas participativos de desenvolvimento, assim como a emergência de novos protagonistas.

#### **4.2. QUESTÕES EM DISCUSSÃO – SOBRE O DESENVOLVIMENTO DOS PEID**

De acordo com o exposto, ao longo do tempo o conceito de desenvolvimento tem sido objecto de múltiplas análises, muitas vezes defendendo diferentes pressupostos teóricos e linhas de orientação estratégica divergentes. Verificou-se uma evolução, a partir de uma concepção inicial que o identificava, de forma linear, com o processo de crescimento económico, sobrevalorizando as estratégias de natureza industrial, em que era atribuído ao Estado um papel preponderante enquanto principal dinamizador, assumindo o protagonismo do processo. Posteriormente surgem abordagens fundamentadas numa perspectiva autocentrada, valorizando os recursos endógenos e as diferentes potencialidades internas – físicas, materiais e humanas – muitas vezes, optando por estratégias agrícolas e de base rural.

Mais tarde, e do ponto de vista estratégico, surgem as abordagens alternativas procurando, de forma operacional e pragmática, fazer face às ausências e à inoperacionalidade das teorias anteriores, com enfoque particular e privilegiando três grandes linhas de análise, que procuramos sistematizar de seguida – a localidade, a participação e a sustentabilidade.

Procurando apresentar uma sistematização, a localidade ou o desenvolvimento local, assenta e valoriza, entre outros, alguns aspectos que passamos a enunciar:

- A especificidade das regiões, no que respeita à existência de um leque diversificado de aspectos, tais como: as questões naturais, ambientais e paisagísticas; os recursos naturais predominantes; os sectores de actividade económica; as formas de organização social; os traços e as particularidades culturais; as características da região e da localidade; as concepções específicas de poder político e as formas de regulação social, por exemplo.

- O redimensionamento territorial fundamentado em lógicas infranacionais, na possibilidade de agrupamento pela pequena dimensão e pela definição de objectivos específicos, adequados à realidade estudada. Por outro lado, apostando na capacidade de identificação de medidas estratégicas funcionais e apropriadas às necessidades, bem como aos problemas vividos e localmente identificados.

A participação, também denominada por desenvolvimento centrado na população e “empowerment” fundamenta-se, entre outros, em aspectos como:

- O princípio da inclusividade associado ao reforço da identidade com o grupo. O primeiro implicando naturalmente o reconhecimento de um sentimento de pertença a uma comunidade, com identificação de problemas, de necessidades, de objectivos e de meios, comuns aos seus membros. O segundo traduzido na identificação com os valores, as normas, os traços e as práticas culturais, facilitando o estabelecimento de uma ligação entre o indivíduo e o grupo, promovendo a inclusividade e a participação.
- A valorização e a promoção da equidade entre os membros do grupo, não só no que respeita às necessidades sentidas, como também pela possibilidade de acesso a diversos mecanismos promotores das capacidades e da diversificação de iniciativas.
- A participação e o envolvimento responsável na identificação conjunta das necessidades, nas actividades promovidas e na prossecução do bem estar social.

A noção de sustentabilidade, vulgarmente denominada por desenvolvimento sustentável assenta, entre outros, em aspectos tais como:

- A perspectiva no longo prazo, valorizando o crescimento económico, entendido como necessário, sem descuidar a preservação ambiental, equacionada como a base do processo.
- O pressuposto da segurança ou seja, privilegiando o bem estar das populações presentes, sem que se verifique um incremento dos riscos no presente ou no futuro.
- O princípio sistémico da integração de factores que confere ao desenvolvimento um carácter multidimensional, multifactorial e multidisciplinar de complexidade.

Perante a especificidade dos PEID, nomeadamente face à vulnerabilidade permanente com que se confrontam, originada em grande medida pelas características de insularidade, de pequena dimensão e de isolamento, coloca-se a questão de qual a estratégia mais adequada, para a promoção do desenvolvimento no longo prazo. A partir das características principais (cf. I, 4.1.) que enunciamos de forma abreviada e com objectivos de sistematização:

- a vulnerabilidade ao meio ambiente natural,
- o isolamento face ao exterior com conseqüente fechamento,
- a distância em relação aos principais centros económicos internacionais,

- a dependência externa no que respeita aos sistemas de comunicações, transportes e produção,

podemos considerar que os PEID se confrontam com dificuldades, não só relacionadas com a subsistência das suas populações e com o desenvolvimento sociocultural, como também e sobretudo com a prossecução do ambicionado crescimento económico, entendido como promotor de bem estar social.

Após a análise teórica e conceptual crítica, enquadrada pela caracterização dos PEID, consideramos que as estratégias alternativas do desenvolvimento, nas três versões sintetizadas – local, participativa e sustentável – são as que mais se adequam, à especificidade das economias de pequena dimensão:

- Por um lado, porque, quando perspectivadas de forma conjugada, apresentam maior coerência nas análises estratégicas, do que as abordagens anteriormente consideradas, no sentido da prossecução da inovação e da mudança quantitativa, mas sobretudo da transformação qualitativa.
- Por outro lado, porque são estratégias que, no conjunto e de forma integrada, procuram promover um maior equilíbrio entre as diferentes dimensões constituintes do processo de desenvolvimento – social, política, ambiental e económica.
- Por fim, porque se trata de abordagens que procuram incentivar a mudança, não só de forma integrada como também, e principalmente, com um pressuposto de longo prazo e assente em princípios de durabilidade.

De acordo com a informação sistematizada no Quadro 1, podemos afirmar que os principais factores de vulnerabilidade identificados nos PEID podem ser minimizados e controlados através da adopção das estratégias defendidas, preferencialmente de forma conjugada. Consideramos que as medidas apresentadas podem essencialmente amenizar os principais problemas sentidos, não devendo ser entendidas, de forma linear, como solução para a totalidade das fragilidades. A título exemplificativo, passamos a fundamentar a análise de alguns pontos apresentados no Quadro 1.

No que respeita aos problemas ambientais, a associação estratégica entre a participação, a localidade e a sustentabilidade é entendida como globalmente vantajosa. Por um lado, dado que uma parte dos problemas sentidos, nomeadamente a degradação, a poluição, a desflorestação e a erosão, é originada pela própria actividade humana, de natureza produtiva e relacionada com a subsistência familiar. Por outro lado, problemas como o ordenamento

ambiental e a conservação de recursos naturais evidenciam ausência de enquadramento através de planeamento e de programas de ordenamento ambiental e paisagístico.

Quadro 1 – Apresentação das medidas estratégicas face às principais vulnerabilidades dos PEID

AMBIENTE	SISTEMA PRODUTIVO	ISOLAMENTO	DEPENDÊNCIA
<b>Catástrofes Naturais</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE	<b>Custos de Produção</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE	<b>Distância Centros Econ.</b>  LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE	<b>Investimento</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE
<b>Degradação/Poluição</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE	<b>Falta de Diversificação</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE	<b>Falta de Espaços Regionais</b>  LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE	<b>Import/Export</b> PARTICIPAÇÃO
<b>Desflorestação</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE	<b>Concentração Produtiva</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE	<b>Redes Comunicação</b>  LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE	<b>Intermediários</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE
<b>Erosão</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE	<b>Mercado Interno</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE		<b>Técnica/Ciência</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE
<b>Ordenamento Ambiental</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE	<b>Falta de Competitividade</b>  LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE		
<b>Conservação de Recursos</b> PARTICIPAÇÃO LOCALIDADE SUSTENTABILIDADE			

Nestes casos, a participação e o “empowerment” resultam positivamente, pelo necessário envolvimento comunitário associado aos mecanismos de responsabilização, que funcionam como meios de controle. Por outro lado, como acontece em situações de catástrofes naturais, as redes de solidariedade comunitária são reforçadas com o objectivo de ultrapassar as dificuldades sentidas, permitindo aprofundar o sentimento de identidade, de pertença, de inclusão e de autonomia.

Dado o âmbito local dos problemas ambientais sistematizados – a erosão, a desflorestação, a conservação de recursos, a poluição – consideramos que as medidas estratégicas, além de estarem fundamentadas nas comunidades, têm também um carácter de localidade, estando referenciadas na pequena dimensão.

O desenvolvimento de longo prazo das realidades insulares depende fortemente do meio ambiente natural, principalmente no que respeita a meios florestais e costeiros, pelo que a

identificação e a aplicação de estratégias pressupõe uma dimensão temporal dupla – presente e futura – sendo assim equacionada com a noção de sustentabilidade.

As vulnerabilidades relacionadas com o sistema produtivo podem ser minimizadas através da aplicação de medidas de âmbito local e atendendo para o longo prazo, podendo ser complementadas com o incentivo à participação e ao envolvimento comunitário. O sistema produtivo encontra-se maioritariamente fundamentado em lógicas de auto-subsistência, que associam a produção ao consumo directo, com comercialização dos excedentes.

As estratégias locais incentivam a diversificação produtiva, nomeadamente de base agrícola, orientada para o mercado interno, não requerendo a adopção de estratégias competitivas, mas permitindo criar cadeias de auto-sustentação endógenas, geradoras, no longo prazo, de autonomia comunitária. Neste contexto, defendemos que a sustentabilidade pode ser promovida interna e localmente, sendo efectivada mediante a criação de redes produtivas autónomas, diversificadas e direccionadas para o consumo das famílias.

O envolvimento comunitário e a responsabilização na prossecução de actividades produtivas diferenciadas são consideradas viáveis, porque complementares, representando a garantia local da efectivação do crescimento económico, a partir da valorização do mercado interno.

Os problemas relacionados com o isolamento, e agravados pela distância em relação aos principais centros económicos, podem ser amenizados através do incremento de redes locais geradoras de autonomia, abrangendo os diferentes sectores vulneráveis. Assim, defendemos que, se os PEID apostarem na implementação de medidas locais, a distância internacional e a ausência de espaços económicos regionais, podem ser minimizadas.

Paralelamente e de forma complementar, a sustentabilidade pode ser assegurada por via endógena, porque fundamentada nos princípios implícitos à localidade. Assim, através do fortalecimento das redes socioeconómicas e produtivas internas, do reforço da identidade e do sentimento de pertença, é possível aprofundar o sentido da autonomia face aos principais centros económicos mundiais.

Os problemas traduzidos na vulnerabilidade referente à dependência em relação ao exterior são susceptíveis de ser minimizados através do envolvimento efectivo da população, protagonizando localmente processos económicos e produtivos. Assim, as principais fragilidades respeitam à falta de capacidade financeira para investimentos avultados, à

dependência comercial de âmbito internacional, associada à existência de uma rede de intermediários nos circuitos financeiro e comercial e à reduzida capacidade técnica e científica de ordem interna.

Do ponto de vista estratégico, equacionamos a criação e o incentivo, a longo prazo, de sistemas interdependentes de qualificação profissional, científica e técnica, porque promotores de autonomia, reforçando a auto-estima das populações e assegurando a sustentabilidade nos diferentes níveis considerados – financeiro, produtivo e científico.

De forma conclusiva, e partindo da especificidade natural e cultural dos PEID, consideramos necessária a adopção de uma perspectiva de longo prazo, com valorização do conceito de sustentabilidade. Esta questão é, por nós considerada, de suma importância quando se abordam problemáticas como a ruralidade e os sectores adjacentes, mas sobretudo o turismo.

Este é um sector de actividade produtiva de natureza interdisciplinar, que simultaneamente influencia e depende do meio ambiente, promovendo permanentes contactos com o exterior, requerendo a criação de mecanismos de integração e de qualificação profissional da mão-de-obra local, implicando investimentos continuados em infraestruturas várias, directas e indirectas, que valorizam as iniciativas, mas também e sobretudo toda a região e as comunidades abrangidas.

As medidas estratégicas apresentadas e defendidas, no contexto dos PEID – participação, localidade e sustentabilidade – são susceptíveis de aplicação quando analisamos a actividade turística, dada a complexidade que envolve o sector.

A participação e o envolvimento comunitário nas iniciativas turísticas é considerada de importância determinante por serem as populações locais os agentes que:

- natural e ancestralmente contactam com o meio ambiente, contribuindo mesmo que incoscientemente para a sua degradação, promovendo, desde que de forma controlada, a preservação e a protecção dos meios,
- dispõem de conhecimentos mais aprofundados sobre a região, nomeadamente os pontos de interesse turístico e os meios de acesso,
- estabelecem contactos com os visitantes, directa e indirectamente,
- são os principais veículos da preservação cultural e da exteriorização das práticas, sob diversas formas.

Assim, podemos considerar que o processo de mudança privilegia as dimensões da localidade, da participação e do longo prazo, de forma conjugada e promovendo a articulação entre diferentes aspectos, valorizando os conceitos de integração e de sustentabilidade.

De acordo com o exposto (cf. Quadro 1), o desenvolvimento integrado e fundamentado na articulação entre os três princípios estratégicos apresentados é, em nosso entender, e atendendo às características de vulnerabilidade que lhes são inerentes, o mais adequado para a realidade dos PEID.

## II. TURISMO: ACTIVIDADE PROMOTORA DE DESENVOLVIMENTOS

Ao longo do tempo as práticas e as actividades turísticas têm sido objecto de inúmeros estudos e de diferentes abordagens, em função da(s): ideologia(s) dominante(s); das tendências e das variações do fenómeno a nível internacional, nacional, regional ou local; das motivações que levam o homem, cada vez mais frequentemente, a procurar ambientes diferentes do de residência habitual, e muitas vezes distantes no espaço, para estadias de duração limitada no tempo.

É um fenómeno que tem promovido formulações científicas e teóricas de diferentes origens disciplinares, que sendo transversais podem ser entendidas como complementares<sup>80</sup>.

A problemática do turismo tem evidenciado, de forma particular, o sujeito da prática - o turista - podendo estabelecer-se de forma natural e quase imediata uma relação directa entre o tipo de turismo e as características do seu praticante. Contudo, outros actores sociais, económicos e políticos se têm evidenciado por influenciarem, de forma positiva ou negativa, o desenvolvimento da prática, produzindo efeitos directos e indirectos nas sociedades de acolhimento. Referimo-nos a comunidades locais, muitas vezes entendidas unicamente como sinónimo de mão-de-obra, mas que ultrapassam em larga escala esta dimensão, aos dirigentes políticos locais e nacionais, aos agentes turísticos locais, nacionais e internacionais e aos outros operadores económicos, directa ou indirectamente ligados ao turismo.

Diversos autores e organismos internacionais, tais como Mathieson (1990), Kadat (1979), Vieira (1997), Baptista (1997) e a Organização Mundial do Turismo (OMT), definem o turismo como o conjunto de actividades desenvolvidas, no decorrer da deslocação e da estadia, fora do local fixo de residência, por um período superior a 24 horas e inferior a um ano, independentemente das motivações que estão subjacentes, não envolvendo a prossecução de actividades remuneradas e pessoalmente lucrativas, mesmo que temporárias (Cunha, 1997: 8), mas implicando o pagamento dos serviços prestados. O turismo (Vieira, 1997: 44) envolve um conjunto de actividades económicas relacionadas com a prestação de serviços aos turistas no decorrer da deslocação e estadia – actividades relacionadas com o transporte, o

---

<sup>80</sup> São diversas as disciplinas científicas que se têm dedicado a estudar a problemática turística, Economia, Gestão, Antropologia, Sociologia, Psicologia Social, Geografia, História, Ecologia, entre outras, podendo falar-se em análises pluridisciplinares, visto apresentarem características de transversalidade, complementando-se.



alojamento, a restauração, os serviços culturais e recreativos, a produção artesanal, entre outros.

Assim, ser turista ou fazer turismo não é um estado permanente (Vieira, 1997: 43 e seg.) porque profundamente marcado pela característica da efemeridade – é um período ocasional, passageiro e de duração limitada. Para os países de acolhimento, as consequências e os efeitos da actividade, quer positivos quer negativos, são determinantes implicando uma transformação e uma adaptação com carácter de permanência, não só no presente, mas também com efeitos para o futuro.

No primeiro ponto, começamos por abordar a problemática do lazer, como enquadramento para a explicitação do tema central em estudo, destacando a prática turística como forma privilegiada de ocupação dos tempos livres. O fenómeno turístico é analisado de forma aprofundada, no que respeita à evolução histórica e às principais formas que pode revestir. Seguidamente analisamos a importância do turismo ao nível mundial procurando identificar as principais tendências, nomeadamente na região africana e particularizando a África Central.

O segundo ponto é dedicado à análise das formas turísticas alternativas, explicitando o que se entende por Novas Formas de Turismo (NFT) e destacando os principais resultados esperados com o desenvolvimento da actividade. De forma consequente, analisaremos no terceiro ponto os conceitos de sustentabilidade turística e de responsabilização. O capítulo é concluído com a análise dos principais contributos decorrentes da explicitação dos conceitos de desenvolvimento e de turismo, no que concerne às vantagens das suas formas alternativas.

## **1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TURISMO**

O turismo pode ser definido (Joaquim, 1994: 11; 1997: 75) como um fenómeno social de origem recente, apresentando traços específicos (Baptista, 1990; Joaquim, 1994; Lanfant, 1991), independentemente das particularidades que permitem identificar cada segmento ou a época histórica. Assim,

1. é um fenómeno social, que pressupõe deslocação temporária e limitada no tempo, sem que se verifique, com carácter de permanência, transferência do local de residência do viajante,

2. a deslocação é efectuada por razões motivacionais não económicas e normalmente relacionadas com o lazer,
3. implica a descoberta de elementos culturais e valorativos diferentes do quadro de referência do viajante e o estabelecimento de relações com o meio natural envolvente,
4. é uma actividade que pressupõe relações económicas entre a produção e o consumo com a consequente troca entre quem visita e quem é visitado.

O turismo (Joaquim, 1994) pressupõe uma relação entre dois grupos humanos categoriais distintos, aos quais são atribuídas expectativas, atitudes e comportamentos próprios – o visitante ou turista e o visitado, residente ou comunidade local. Nesta relação, verifica-se uma troca de expectativas, com tentativa de rentabilização dupla e imediata: lazer para o que visita, com optimização do tempo, naturalmente escasso, valorização das expectativas, do ócio, da satisfação pessoal, da experiência e do conhecimento; trabalho para o que é visitado, com rentabilização dos recursos e aquisição de mais valias económicas.

Ao longo do tempo, as formas como o turismo e a viagem foram concebidos e perspectivados sofreram transformações. Inicialmente, a tendência foi no sentido da diversificação de uma prática entendida com base num princípio elitista e redutor, porque apenas acessível a uma classe social privilegiada e economicamente abastada. O fenómeno turístico evoluiu para a vulgarização da prática, passando a ser caracteristicamente massificada e de generalizada acessibilidade, perspectivada de forma padronizada como um direito de toda a população.

Actualmente verifica-se uma nova evolução tendente à personalização dos serviços, tanto no que respeita à procura como à oferta, no sentido da valorização da localidade, do meio ambiente natural e das características sociais e culturais das comunidades de acolhimento.

### **1.1. DO LAZER À PRÁTICA TURÍSTICA**

A viagem com fins turísticos é, na maioria das vezes, efectuada em períodos de férias, em contexto de tempos livres e enquanto prática de lazer, visto ser uma escolha individual através da qual, o actor social, definido como viajante ou turista, procura a satisfação pessoal e o bem estar físico, psíquico e emocional. A análise do fenómeno turístico remete-nos para uma breve contextualização do conceito de lazer, por ser neste âmbito que concebemos a prática

turística, o desenvolvimento da actividade e os efeitos que advém para as comunidades de acolhimento.

Inicialmente abordamos a problemática do lazer do ponto de vista conceptual e traçando a evolução histórica da forma como os tempos livres foram perspectivados. No segundo ponto procuramos analisar a emergência do fenómeno turístico como prática de lazer privilegiada.

### 1.1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DO LAZER

O termo lazer – “licere” em latim – significa ser permitido, por oposição ao trabalho, sendo definido com base na contextualização da vida social e dos modelos culturais dominantes (Birou, 1988). Do ponto de vista conceptual, tem sido alvo de diferentes tentativas de definição, a maioria com base no senso comum (Rojek, 1995: 1), sendo vulgarmente equacionado com princípios de liberdade, de escolha e de satisfação pessoal.

O lazer (Argyle, 1996: 3; Kelly 1996) pode ser definido como um conjunto de actividades desenvolvidas, individualmente ou em grupo por vontade expressa e com base em factores motivacionais diversos, no decorrer do tempo livre, sem constrangimentos ou pressões de origem externa e tendo objectivos específicos. A esta definição, pode acrescentar-se a característica da particularidade (Cuenca, 1995), pelo facto de ser uma vivência única e experimentada de forma diferente em função dos indivíduos, dos contextos e das épocas.

Segundo Dumazedier (1972; s.d.), é definido como um conjunto de ocupações a que o indivíduo se dedica voluntariamente, com o objectivo de descanso, diversão, desenvolvimento pessoal, formação desinteressada, participação voluntária e capacidade criativa, após o desempenho das actividades profissionais, familiares ou sociais consideradas obrigatórias.

Desta forma, podemos afirmar que são atribuídas funções ao lazer, dependendo dos objectivos com que as actividades são desenvolvidas: pessoais, sociais, educativas, culturais, aventura, risco e criatividade, sendo considerado um mecanismo privilegiado de promoção de coesão social e da tolerância, de realização, de cidadania e de responsabilização, de envolvimento pessoal, de incentivo à criatividade e de saúde.

As actividades podem revestir formas activas ou passivas: activas, quando o indivíduo assume um papel de actuação, podendo relacionar-se com o desporto e o risco, com a cultura e as artes valorizando-se a criatividade; passivas, nas situações em que o indivíduo assume o papel de espectador - cinema, teatro, espectáculos, exposições, museus, televisão e descanso (Birou, 1988; Durand, 1989: 518).

Quando se recorre à terminologia do lazer (“leisure”, “loisir”, “ocio”) a problemática dos tempos livres é evidenciada por se conceber as práticas com base no tempo de não trabalho, na ausência de obrigações, na eliminação ou na redução dos constrangimentos individuais e das tensões sociais identificadas com a rotina quotidiana. O lazer e os tempos livres<sup>81</sup> (Dunning, 1992: 139) passam a ser entendidos como o tempo privilegiado do prazer e da satisfação, da procura do bem estar, da escolha e da liberdade, sendo concebidos como tempos excepcionais e diferentes, pelo que valorizados enquanto experiências positivas<sup>82</sup>.

É assim vulgar estabelecer-se uma dicotomia de situações, por ocorrerem em momentos diferentes e caracteristicamente opostos (Pais, 1992: 101):

- o tempo quotidiano entendido como banal e rotineiro, conotado com o trabalho, preenchido com a satisfação de necessidades individuais e cumprimento de obrigações familiares,
- o tempo livre que permite o desenvolvimento de actividades de lazer, valorizado porque marcado pela diferença, privilegiando o bem estar (García, 1997: 20), pressupondo o reconhecimento e a identificação de quadros simbólicos e representacionais (Rojek, 1993), com valorização da imaginação, da criatividade, do sonho, da fantasia e da evasão.

Apesar da oposição conceptual, as práticas de lazer, a procura do prazer e do bem estar em espaços específicos bem delimitados, em tempos finitos e efémeros dão continuidade à vida quotidiana e às actividades rotineiras.

---

<sup>81</sup> Na maioria das vezes os termos lazer, tempos livres e ócio aparecem como sinónimos, se bem que, estando relacionados e não sendo possível tratar a temática do lazer sem fazer referência à ocupação dos tempos livres e ao ócio, podem ter significados diferenciados. As práticas pressupõem uma oposição à quotidianidade (Pais, 1992: 100) entendida como rotineira; o dia a dia deixa de ser vivido de forma repetitiva e monótona para passar a ser alvo de investimento, de envolvimento e de criatividade, por lhe passarmos a atribuir um valor até aqui não contemplado. O tempo de lazer começa a ser equacionado com momentos de descoberta de novas situações e de sensações nunca experimentadas.

<sup>82</sup> Dunning e Elias (1992: 146 e seg.) introduzem a expressão “espectro de actividades de tempos livres”, por analogia a uma paleta de pintura, identificando três categorias principais de actividades.

1. as “rotinas de tempo livre” - a satisfação de necessidades biológicas bem como as tarefas familiares,
2. as “actividades intermediárias de tempo”, o trabalho não profissional ou voluntário, as tarefas religiosas e formativas,
3. as “actividades de lazer” respeitantes à sociabilidade e convívio, aos jogos e actividades miméticas entre outras.

Actualmente, o tempo do ócio, entendido como livre e de lazer, perde a conotação negativa e estereotipada que o caracterizou durante um longo período, passando a estar associado a benefícios pessoais e sociais usufruídos pelo indivíduo. Este tempo (García, 1997: 18) é entendido como um dos meios mais eficazes de compensação das dificuldades e das carências com que o indivíduo se confronta no dia a dia, sendo considerado como necessário.

O lazer é entendido como a esfera privilegiada da autodeterminação (Rojek, 1993) e da valorização da livre escolha, da realização individual espontânea e desinteressada. Os períodos de lazer<sup>83</sup> são, por excelência, referenciados como tempos de liberdade individual<sup>84</sup> em que os comportamentos são mais permissivos, conduzindo ao desenvolvimento pessoal, à criação e ao reforço de identidades e ao aprofundamento do sentimento de pertença<sup>85</sup> (García, 1997: 53) a grupos específicos dotados de objectivos próprios e bem delimitados. Assim, adquire um sentido de subjectividade pela experiência pessoal, pela participação nas actividades, dependendo de factores sociais, económicos e culturais, temporais e espaciais.

Ao longo do tempo, o lazer tem sido entendido de forma diferenciada porque dependente dos contextos históricos, sociais, culturais e político-económicos, verificando-se uma progressiva diversificação das actividades enquadráveis nos tempos livres, tendentes à libertação, à redução das tensões e aos “estados de excitação”<sup>86</sup> referidos por Dunning e Elias (1986: 56).

As origens do ócio (Argyle, 1996) remontam às comunidades nómadas em que as actividades principais se concentravam na caça e na recollecção, sendo entendidas também como o principal meio de subsistência, os tempos livres abundavam, destinando-se ao desenvolvimento da vida social, com base em rituais.

---

<sup>83</sup> A concepção do tempo tem sofrido evoluções – “waste time”, “save time”, “spend time” e “invest time” (OMT, 1999b). O tempo é qualificado como precioso atribuindo-se um sentido perfeccionista à sua utilização.

<sup>84</sup> Nas sociedades modernas, o lazer hedonista é sobrevalorizado (Rojek, 1993), a busca do prazer é regulada por sistemas normativos de âmbito moral e ético que identificam e definem os limites dos comportamentos permitidos. O lazer valoriza a experiência num tempo economicamente livre, psicologicamente agradável com incentivo à recreação e ao desenvolvimento pessoal.

<sup>85</sup> O sentimento de pertença é muitas vezes traduzido na adopção de simbologias próprias como cores, roupas e representações gráficas, pela existência de códigos, regras, costumes, datas rituais e festivas.

<sup>86</sup> A valorização dos tempos de lazer e dos espaços reservados a este tipo de actividades é, ancestralmente, consagrada na obra de Thomas Moore em *A Utopia* (1515) e de Campanella em *Citta del Sole* (1602) em que o tempo dedicado ao trabalho tendia a ser progressivamente reduzido ao indispensável. No primeiro caso, a 6 horas diárias, e no segundo, a 4 horas diárias, de forma que os indivíduos pudessem utilizar o tempo livre em proveito da aprendizagem, do estudo, do convívio e do jogo.

Na Grécia Clássica<sup>87</sup> (García, 1997: 43), o lazer e o ócio adquiriram um sentido elitista, em que o trabalho era atribuído aos escravos, não sendo adequado aos homens livres que se dedicavam ao conhecimento, à contemplação e à filosofia, à música e ao desporto.

Com o mundo romano, surgiu o conceito de “otium”, entendido como o tempo destinado ao descanso físico, à recreação e à diversão espiritual, sendo também entendido de forma elitista porque representando um símbolo de estatuto social e de prestígio. Para as classes sociais altas, o lazer era sinónimo de vida social, de diversão e de descanso enquanto que para as classes sociais mais baixas era denominado por “ócio do povo”, não valorizado pelas elites sociais. A concepção evoluiu (Rojek, 1993) de um modelo fundamentado no poder senhorial e na organização feudal para um paradigma regulado pelo Estado, da valorização da prática organizada e administrada por saberes especializados ou profissionalizados até à actual concepção do lazer personalizado.

A problemática do lazer foi particularmente valorizada no decorrer do século XX. Inicialmente os estudos dependiam de temáticas laborais e culturais, adquirindo mais tarde autonomia. A preocupação com o lazer, os tempos livres e o ócio (Durand, 1989: 511; 520; García, 1997: 13) surgiu associada: ao crescimento económico após a 2ª Guerra Mundial; à prosperidade material; à rápida urbanização; à produção em larga escala com incremento da oferta de bens e serviços; à valorização e à maior acessibilidade ao consumo; à flexibilização e à redução dos horários de trabalho; ao aumento dos tempos livres e dos períodos de férias; à banalização das férias pagas; à proliferação da indústria do turismo; à procura de diversão e à diversificação da oferta de bens culturais com o surgimento de novos centros de interesse. Assim, podemos considerar que esta foi por excelência a fase da mercantilização do lazer.

No período moderno (Rojek, 1995: 38) o lazer passou a ser entendido como a ocupação de espaços e de tempos orientados para o “self”, fundamentados na revalorização do bem estar, da satisfação pessoal e do prazer, assegurado pelo próprio indivíduo (Dumazedier, 1972: 71; García, 1997: 20), como meio de complementar as actividades obrigatórias. Neste contexto, o lazer permite aumentar a qualidade de vida, o bem estar e a saúde proporcionando ao

---

<sup>87</sup> A “skholé” não significa não fazer nada mas antes um estado contemplativo dedicado à teoria (Munné, 1980: 46).

indivíduo uma diversidade de possibilidades e permitindo a selecção das actividades que considera mais adequadas às suas necessidades, interesses e preferências<sup>88</sup>

Nas sociedades modernas passou a entender-se que existem espaços e tempos próprios em que o lazer ocorre e é incentivado (Rojek, 1995: 39), ou seja os períodos de não trabalho, os fins de semana e as férias. O lazer assumiu um papel importante na vida do Homem promovendo uma ruptura com a vida quotidiana (Durand, 1989: 522), qualificada de banal e rotineira, dando origem ao surgimento de novos valores e de novos consumos. O lazer tem características próprias que (Dumazedier, 1972), podendo ser definido por ser:

- libertador, implicando a escolha individual a partir de critérios identificados pelo sujeito que desenvolve as actividades, rompendo com a rotina considerada constrangedora;
- desinteressado, por não ser entendido, por quem o pratica, com um sentido utilitarista ou com objectivos de lucro e de rentabilidade económica;
- hedonista, por se fundamentar na busca da felicidade, do prazer e do bem estar;
- pessoal, por satisfazer diversas necessidades individuais.

A qualidade de vida é assim entendida como o sinónimo da busca de felicidade, de satisfação e de bem estar, com base em indicadores subjectivos<sup>89</sup>, incentivando a criatividade e a inovação por serem promotores de satisfação pessoal e social e podendo, eventualmente, ser considerados como meios terapêuticos na busca da satisfação.

### **1.1.2. A EMERGÊNCIA DO TURISMO COMO PRÁTICA DE LAZER**

Actualmente, uma das formas mais valorizadas de lazer é o turismo, considerado por vários autores como o principal sector de actividade económica pela capacidade de promover desenvolvimento, inserindo-se na denominada economia dos serviços (Vieira, 1997).

---

<sup>88</sup> Desta forma, as práticas de lazer e de ócio promovem uma diminuição dos problemas estruturais de origem social, tais como a insatisfação, o stress, a agressividade, a violência e a criminalidade.

<sup>89</sup> Segundo Levy e Anderson (García, 1997: 68) os indicadores de qualidade de vida aos quais se atribui um peso relativo são: a saúde, o consumo de bens alimentares, o acesso à educação, as condições laborais, os mecanismos de segurança social e de assistencialismo, a capacidade de renovação de vestuário, a recreação, a ocupação de tempos livres e o respeito pelos direitos humanos. A carga subjectiva relaciona-se com o peso que atribuímos a cada indicador. O ócio não é entendido como ou indicador da qualidade de vida mas antes a sua essência, a sua base e o seu fundamento.

Em muitos países, principalmente nas economias de pequena dimensão como os PEID, acabou por se transformar, progressivamente e ao longo do tempo, na principal actividade económica, por razões diversas e com diferentes resultados (OMT, 1997; 1999d). O turismo é considerado como a “indústria com maior índice de crescimento e sem sinais de abrandamento, tendo as receitas do turismo internacional aumentado em média 9% ao ano nos últimos 16 anos” ([www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org)).

A vulgarização da prática turística resultou da conjugação de três factores principais – o aumento progressivo do tempo livre, a disponibilidade financeira e a vontade de mudar temporariamente de ambiente físico e social (García, 1997: 33). Foi principalmente através do turismo que os indivíduos tiveram a oportunidade de conhecer novas realidades, novos destinos e novas culturas, criando estímulos para a experimentação, por períodos de tempo limitados e desprovidos dos constrangimentos inerentes aos meios laboral e familiares impostos pela quotidianidade. A OMT define turista<sup>90</sup> como toda a pessoa que se desloca para um país diferente daquele onde tem residência habitual, por um período de tempo não inferior 24 horas e não superior a um ano, não sendo a principal razão da deslocação o exercício de uma actividade remunerada no país visitado (Vellas, 1996).<sup>91</sup>

A mobilidade turística (Krippendorf, 1987: 9) depende da apetência para a fuga ao quotidiano e à rotina, inserindo-se no âmbito da problemática do lazer, evidenciada pelas pequenas deslocações de fim de semana e pelas longas viagens proporcionadas pelos períodos de férias. O lazer e o turismo podem ser entendidos como questões relacionais e interdependentes<sup>92</sup>, dado que uma parte das actividades de lazer promovidas num tempo limitado são desenvolvidas no decorrer da viagem e, da mesma forma, uma parte significativa das viagens ocorre no âmbito do espaço e do tempo de lazer. As actividades de lazer podem ser classificadas a partir de tipologias diversas, nem sempre coincidentes nas terminologias adoptadas, não tendo a maioria das grelhas um carácter exaustivo.

---

<sup>90</sup> O turista é vulgarmente identificado com um conjunto de expressões (Vieira, 1997), os 10 ss – “sun, sea, sand, shopping, sanitary, search, scenery, sanctuary, saturnalia, schooling” – estando o seu comportamento e expectativas associados a: ambientes de praia, “sun, sea, sand”; paisagens naturais, “scenery”; bem-estar físico e psíquico, “sanitary”; conhecimento e cultura. “search, sanctuary e schooling”; diversão e vida social “saturnalia, shopping”.

<sup>91</sup> Desta definição estão excluídos os excursionistas por menos de 24 horas, apesar de contribuírem de forma significativa para a economia turística de muitas regiões fronteiriças ou de PEID, que recebem essencialmente turistas de cruzeiro.

<sup>92</sup> As actividades de lazer e as práticas turísticas resultam do sistema socioeconómico característico das sociedades industrializadas e modernas (Krippendorf, 1987: 18 e seg.).



Quadro 2 – Tipologia de Práticas e Actividades de Lazer e de Ocupação de Tempos Livres

TIPO DE LAZER	TIPO DE ACTIVIDADES
LAZERES LETRADOS	Imprensa, bibliotecas, trabalho intelectual
LAZERES DE FRUIÇÃO DE BENS CULTURAIS	Artes visuais, galerias e artes plásticas
ARTES DO ESPECTÁCULO	Cinema, teatro, tauromaquia, concertos, bailado e recitais
LAZERES MEDIÁTICOS RADIODIFUNDIDOS	Emissão televisiva e programas informativos
LAZERES DESPORTIVOS	Desporto federado, tiro, pesca desportiva, columbofilia
LAZERES DE CONFORTO CASEIRO	Telefone, equipamento doméstico de distração
LAZERES ARTESANAIS	Pintura, escultura sem fins comerciais
LAZERES DE MILITÂNCIA	Associações, actividade política
LAZERES CIRCUNSTANCIAIS/DEAMBULATÓRIOS	Variáveis em função das circunstâncias, não definidos
LAZERES OCUPACIONAIS	ATL e reformados
<b>LAZERES DE GOZO DE FÉRIAS</b>	<b>Férias no interior ou no exterior do país; de praia, montanha ou cidade; sozinho, com amigos ou família</b>

Fonte: Garcia (1992)

De acordo com o Quadro 2, e a título indicativo, a generalidade das categorias consideradas respeita ao desenvolvimento de actividades no seio dos diferentes grupos aos quais o indivíduo pertence, sendo possível estabelecer uma relação directa entre os “lazer de gozo de férias” e as actividades normalmente desenvolvidas neste contexto, independentemente do grupo de enquadramento e das características do meio

O turismo enquanto prática de lazer passou a ser concebido como um direito<sup>93</sup> de mobilidade, de usufruto de tempo livre e de busca de bem estar (Fortuna, 1996: 3), sendo também gerador e agravador de diferenciação socioeconómica evidenciada pelo desigual acesso à deslocação, à escolha dos destinos, ao consumo de produtos turísticos e à natureza das experiências.

Como vimos (cf. Primeira Parte, II, 1.1.1) as actividades de lazer representam uma ruptura com a rotina quotidiana e constrangedora na procura da satisfação e da felicidade, sendo a viagem marcada por motivações e expectativas, representando um mecanismo anti-quotidiano, anti-rotina e anti-constrangimentos<sup>94</sup>.

A prática turística promove o culto pela distração, enunciado por Kracauer (Fortuna, 1996: 10), traduzindo uma análise distorcida e desfocada da realidade em que o viajante se inseriu temporariamente e com expectativas específicas. Esta procura de animação e de fuga da

<sup>93</sup> Existe um elo de ligação entre o lazer e a prática turística com a valorização do ideal de felicidade, de bem estar e de direito a partir de uma concepção “cosmopolita da cidadania” (Fortuna, 1996: 4 e seg.), havendo referência à expressão utilizada por Lash e Urry (1994: 256) de “cosmopolitismo estético” – a capacidade de avaliação e de comparação dos viajantes, a partir de um quadro mental de base cultural, das realidades com que tomaram contacto, com evidência das diferenças relativamente a aspectos de âmbito social, cultural, histórico, natural, político e económico.

<sup>94</sup> Em situação de viagem, os comportamentos e as atitudes dependem das expectativas de satisfação e da sua realização, do ambiente que contextualiza as novas experiências, as novas sensações, as novas emoções e o relacionamento entre visitantes e visitados, que só por si têm uma dimensão caracteristicamente efémera.

realidade evidencia o problema da autenticidade (cf. Primeira Parte, II., 2.1.) colocado por McCannel (1973; 1989): o turista é motivado pela procura de ambientes autênticos traduzidos em comportamentos, atitudes e hábitos entendidos como espontâneos porque tradicionais e diferentes dos que encontra na sociedade de onde é originário. O reforço da identidade cultural pode provocar, em algumas situações, resistências face a influências externas exercidas pelo turista, sendo reconhecida uma tentativa de protecção<sup>95</sup> por parte das comunidades locais face aos elementos estranhos que possam alterar a ordem natural interna do grupo.

Mas, o turismo também pode incentivar a preservação cultural, sendo denominado como a via pacífica de expressão cultural pela valorização da autenticidade dos traços culturais existentes, sendo exaltada a originalidade, a diferença, a particularidade e a especificidade sociocultural.

Nas deslocações turísticas, visto existir contacto entre comunidades diferentes, com comportamentos, hábitos e atitudes específicas e dependentes das características culturais, verifica-se o desenvolvimento da denominada “civilização dos tempos livres” associada à “civilização do conhecimento”<sup>96</sup> (Vieira, 1997: 37). Neste contexto, no decurso da viagem, o turista procura a autenticidade e a informação verdadeira nas manifestações culturais, sendo evidente que o encontro entre o turista e o visitado depende de inúmeros factores contextuais, tais como históricos, culturais, políticos, económicos e geográficos.

Os turistas definem-se a partir de um conjunto de atitudes e de comportamentos que adoptam em viagem, existindo diversidade comportamental variável em função das situações, dos contextos e das relações sociais estabelecidas (Fortuna, 1996: 12). Por um lado, podemos classificar o turista a partir da forma como organiza e planeia a sua viagem – o turista individual, o turista em pequenos grupos ou o turista em viagem organizada. O primeiro é o que organiza a sua viagem, efectuando directamente as reservas através de contactos conseguidos com base em pesquisas individualizadas, valorizando a personalização dos serviços; o turista em pequenos grupos procura informalmente o apoio e a colaboração de agentes especializados, tentando minimizar os constrangimentos da eventual reduzida

---

<sup>95</sup> A preservação cultural é muitas vezes evidenciada através da língua e dialectos locais apenas conhecidos pelas populações autóctones, a religião, as festas e os rituais, os valores e a transmissão através do costume e da tradição oral, de forma a garantir a manutenção dos traços característicos, evitando alterações das práticas originais (Barré, 1997: 16)

<sup>96</sup> É valorizada a trilogia interrelacionada: TEMPOS LIVRES ↔ VIAGEM ↔ APRENDIZAGEM

eficiência dos contactos directos e personalizados; o turista em viagem organizada procura reduzir os custos e o tempo da viagem por se confrontar com limitações e constrangimentos, procurando rentabilizar ao máximo a sua experiência através do usufruto de um pacote turístico que lhe oferece tudo aquilo que ele considera necessitar.

O prazer pelo desconhecido está directamente associado ao gosto de desenvolver, no decurso dos tempos livres, actividades diferentes das quotidianas, a possibilidade de fomentar uma nova forma de conhecimento, bem como a vontade de aprender recorrendo a novas experiências, a novas sensações e ao contacto directo com outros povos e outras culturas.

## 1.2. A EVOLUÇÃO DO FENÓMENO TURÍSTICO

A análise das formas turísticas tem sofrido alterações ao longo do tempo, visto que as práticas e as motivações dos seus praticantes evoluíram. Na verdade, a deslocação turística, o gosto pelas viagens e pela descoberta de povos, de culturas e de paisagens diferentes, sempre existiram (Vieira, 1997: 25). Tal como as formas de lazer anteriormente analisadas, a partir de uma perspectiva histórica, a prática turística surgiu associada a um princípio caracteristicamente elitista, fundamentado no gosto, na curiosidade e no prazer de descobrir outras pessoas e outros lugares (op. cit.: 27), apenas acessível a uma faixa minoritária da população. Ao longo do tempo verificaram-se incrementos na actividade turística, considerada, por organismos internacionais e por estudiosos da matéria, como a principal actividade económica a nível mundial, promotora de crescimento e de mudança social, pelos rendimentos gerados, pela capacidade de criação de empregos directos e indirectos e pelas relações sociais estabelecidas.

É simultaneamente uma actividade e uma prática que registou acréscimos quantitativos na procura e melhorias qualitativas das potenciais ofertas (Silva, 1998). Por outro lado, é um sector que envolve, directa e indirectamente, um elevado número de indivíduos com diferentes expectativas, postos de trabalho, infraestruturas básicas e de ligação, estabelecendo relações com outros sectores de actividade económica, que dele dependem e que nele criam dependências, sendo um mecanismo gerador de riqueza para os países receptores.

O turismo pode ainda ser entendido, de acordo com os pressupostos enunciados por Smith (Vieira, 1997: 44), como o resultado de cinco aspectos fundamentais: a liberdade de escolha; o envolvimento emocional dos turistas; o elemento físico, incluindo a diversidade de recursos naturais, as infraestruturas disponíveis e os meios de transporte; os serviços prestados materializáveis na satisfação das necessidades dos turistas; a hospitalidade enquanto expressão de uma atitude acolhedora e de profissionalismo face ao estrangeiro. De acordo com a OCDE (Vieira, 1997: 45), o sector pode ser entendido como o conjunto de actividades que fornecem a maioria dos produtos adquiridos pelos turistas no decorrer das viagens.

Neste ponto, procuramos apresentar a importância da prática turística ao longo da História, evidenciando as alterações ocorridas. Seguidamente, apresentamos as principais tipologias de turismo com identificação do turista-tipo para cada categoria considerada.

### 1.2.1. A IMPORTÂNCIA DO TURISMO AO LONGO DA HISTÓRIA

A maioria dos autores identifica a origem da prática turística com as civilizações grega e romana, sendo a sua vulgarização o resultado da evolução ocorrida durante o século XX<sup>97</sup>.

Na primeira fase da deslocação turística (English, 1986: 2), nomeadamente na Grécia Clássica, os destinos privilegiados situavam-se na zona do Levante, Síria, Egipto e Mesopotâmia, com alteração no Império Romano, em que as deslocações à Grécia e à Ásia ganharam importância, pelos traços de diferenciação e pela riqueza cultural.

No decorrer do período entre a denominada Idade Clássica e o século XVIII, foi notória a mobilidade, em algumas regiões, principalmente com objectivos comerciais ou motivada pela aventura (English, 1986: 1), possibilitada, em determinados circuitos, pela invenção de instrumentos como a roda, o desenvolvimento da carruagem e a proliferação de estradas.

Associada (Cunha, 1997: 61) à mobilidade humana foi evidenciada a valorização da hospitalidade com o incremento do número de estalagens ao longo dos caminhos e de outras

---

<sup>97</sup> A expansão do turismo está directamente relacionada com a valorização do lazer anteriormente analisada, sendo possível enunciar três aspectos principais – o aumento dos tempos livres e dedicados ao lazer, o progresso dos transportes e sobretudo a banalização dos meios aéreos e a melhoria da qualidade de vida com disponibilização financeira (Vieira, 1997:25). Podem ainda referir-se outros aspectos, tais como a crescente urbanização e a concentração populacional, as alterações sociais ocorridas a partir do século XIX e o surgimento de uma nova estrutura de ocupação dos tempos livres. Contudo, do ponto de vista económico, é uma actividade característica do século XX (Cunha, 1997: 61 e seg.).

formas de alojamento. Este foi um período que se caracterizou pelo surgimento de instalações termais<sup>98</sup>, com revalorização das dimensões lúdica e recreativa da vida social associadas às novas formas de lazer, relacionadas com a saúde. As deslocações no âmbito das peregrinações religiosas e por motivações políticas adquiriram uma importância até aqui inexistente.

A partir do século XVIII e, principalmente com o século XIX, as mudanças do foro económico, tecnológico e social com repercussões na prática turística evidenciaram-se, sendo valorizadas, no decorrer deste período, as viagens de recreio, porque entendidas como o meio privilegiado para o aprofundamento de conhecimentos. Dadas as principais evoluções decorrentes do surgimento da sociedade industrial, desenvolveram-se os meios de comunicação e de transporte, com a construção de novas estradas e de vias férreas.

As consequências sociais e económicas da sociedade industrial promoveram, de forma natural, o incremento da actividade turística. Neste período, o indivíduo considerado civilizado e culto era o praticante do “Grand Tour”<sup>99</sup>, viagem com estadias de longa duração, cerca de 3 anos (Cunha, 1997: 65; Bull, 1994: 29), pelos centros culturais mediterrânicos, marcada por grandes distâncias, insegurança e acolhimento incerto (English, 1986: 1). A viagem adquiriu um carácter didáctico e pedagógico, sendo entendida como fundamental para o processo da aprendizagem das classes social e economicamente abastadas<sup>100</sup>.

No período do “Grand Tour” foram privilegiados os destinos europeus pelas características históricas, privilegiando-se Itália, por representar o retorno revivalista ao passado e um rito de passagem, só possível no meio aristocrático ou financeiramente abastado. Foi no decurso do século XIX que surgiram os primeiros hotéis e a primeira agência de viagens de Thomas Cook, traduzindo uma preocupação real relacionada com a organização da deslocação, a informação e a divulgação do destino<sup>101</sup> (Valls, 1996: 19).

---

<sup>98</sup> As instalações termais eram dotadas de equipamentos vocacionados para o bem estar físico, tais como piscinas, banheiras de água quente e massagens, mas também ao entretenimento, nomeadamente representações teatrais, jogos vários e corridas de cavalos sendo-lhes atribuída um função lúdica relacionada com a viagem.

<sup>99</sup> O “Grand Tour” originou as expressões “tourisme”, “touristique”, “touriste”. Inicialmente centrado em países europeus, nomeadamente, Itália porque o principal centro cultural, valorizando-se a viagem que cruzava várias capitais europeias implicando uma grande volta com o objectivo do conhecimento e da aprendizagem.

<sup>100</sup> Foi nesta época que surgiram os primeiros guias turísticos publicados, contendo informações e conselhos, elaborados por intelectuais que haviam realizado o “Grand Tour”.

<sup>101</sup> A primeira excursão em grupo organizada por Thomas Cook data de 1841, estendendo mais tarde a sua actividade para a Europa Continental (1855), para a América do Norte (1866), para a Palestina e Vale do Nilo (1869) e a volta ao mundo em 1872. Thomas Cook é considerado, para alguns autores, como o pai do turismo moderno (English, 1986: 3).

A situação de ir de férias, tirar férias ou fazer turismo tem sido, ao longo do tempo, fortemente condicionada pela disponibilidade monetária, traduzida na capacidade de poupança das famílias e no rendimento acrescido de subsídios. Estes factores têm sido condicionantes da escolha dos destinos turísticos, em função das épocas históricas consideradas.

No início do século XX (Cunha, 1997: 66) a valorização da viagem teve continuidade, visto que as inovações promotoras da alteração dos hábitos e das condições de vida das populações se sucederam. Foi o período da “Belle Époque” em que as comunicações passaram a ser consideradas como fundamentais, com a vulgarização do uso do telégrafo e do telefone e verificando-se um alargamento das redes viária e ferroviária. Paralelamente, com o incremento industrial, através da racionalização do trabalho e a introdução de novas formas de organização do processo produtivo, associadas ao início da actividade dos grupos sindicais, o período laboral foi reduzido, o descanso semanal e a concepção de lazer vulgarizados. De forma sucessiva no tempo foi reconhecido o direito a férias pagas proliferando, do ponto de vista turístico, as organizações com carácter não só nacional como também internacional, vocacionadas para o estabelecimento de contactos entre os turistas e os locais de destino.

Com o final da 1ª Guerra Mundial (Valls, 1996: 20) e a introdução de novas técnicas na navegação, o turismo foi alvo de um novo incremento pela criação de linhas de transporte regulares entre os diferentes continentes e a proliferação das viagens de cruzeiro marcadas por elevados padrões de qualidade.

Entre as décadas de 20 e de 40 verificou-se um aumento das viagens continentais propiciado pela vulgarização do transporte de autocarro e comboio, decorrentes da valorização do excursionismo, sendo o período histórico da valorização da aviação comercial, apesar de não ser ainda marcada pelos princípios económicos da competitividade. Os principais destinos eram as capitais políticas europeias ou cidades com importância cultural<sup>102</sup>.

Após a 2ª Guerra Mundial, os destinos turísticos diversificaram-se e a apetência pela viagem foi incrementada (Conceição, 1998: 68). O turismo passou a ser entendido como um fenómeno social associado a tempos e a espaços diferenciados dos que caracterizavam a vida

---

<sup>102</sup> Cidades como Paris, Roma, Praga, Moscovo, Berlim, Londres, Hamburgo, São Petersburgo, Veneza, Florença.

quotidiana, estando cada vez mais acessíveis à generalidade da população mundial. A prática turística elitista evoluiu, de forma progressiva, no sentido da democratização do acesso a bens e a serviços (Fortuna, 1996), propiciada pelo aumento dos tempos livres, pela valorização crescente do lazer associada à disponibilidade financeira permitindo deslocações, cada vez mais frequentes, mais distantes e por períodos de tempo mais prolongados.

A prática turística evoluiu no sentido da massificação com alargamento dos destinos de férias para toda a Europa, deixando de evidenciar a preocupação exclusivamente histórica, cultural e relacionada com o conhecimento, começando a privilegiar-se o turismo balnear no sul da Europa, na América Latina e em destinos tradicionalmente qualificados de exóticos<sup>103</sup>. A democratização turística foi incentivada pelo surgimento da “turistificação” (Joaquim, 1994: 42; Cunha, 1997: 72) ou “massificação turística” que apresentava um conjunto de traços:

- a vulgarização da acessibilidade a férias fora do local de residência habitual,
- a valorização da oferta padronizada à imagem europeia no que respeita a alojamentos,
- a oferta de produtos turísticos a baixos custos, tornando-se financeiramente acessíveis,
- as potencialidades balneares e de veraneio<sup>104</sup>, sem a preocupação explícita com a preservação ambiental e cultural das comunidades receptoras.

Estas eram as características do fenómeno em meados do século XX, aquando da banalização das férias pagas (Lanquar, 1985; Vieira, 1997), através dos subsídios financeiros que permitiam à maioria da população aceder a padrões de consumo e de vida, até aqui impensáveis porque característicos de uma minoria. De forma complementar, verificou-se a banalização do acesso a meios de transporte de longo curso, nomeadamente aéreos, surgindo associados à actividade turística e permitindo a passagem, da viagem de longa duração, elitista, individualizada e com um carácter restrito a grupos sociais abastados, para a institucionalização do turismo colectivo ou de massas (Fortuna, 1996; Lash et Urry, 1994).

Este foi o período por excelência do agravamento da carga nas três vertentes vulgarmente consideradas (Silva, 1998: 12; Joaquim, 1997; OMT, 1993) – ecológica, social e turística. A primeira significa o nível a partir do qual os impactos ecológicos negativos com

<sup>103</sup> O exotismo procurado nos destinos massificados, não passava de um exotismo controlado, evidenciando as diferenças culturais, sociais, naturais, económicas e, por vezes, políticas, mostrando ao viajante um cenário marcado pela diferença que o deslumbramento e o sentimento de evasão lhe provocava.

<sup>104</sup> Alguns autores classificam as práticas balneares, em que os destinos são escolhidos em função de serem propiciadores de ambientes de praia, como “turismo heliotrópico”.

consequências prejudiciais para o futuro ocorrem; a capacidade de carga social é o nível a partir do qual ocorrem mudanças sociais não desejáveis no grupo de origem, comunidade local ou de acolhimento; a capacidade de carga turística representa o nível a partir do qual as experiências dos visitantes se revelam insatisfatórias. À capacidade de carga é atribuída grande importância económica e social, por permitir a avaliação entre custos e benefícios integrando as diferentes dimensões em que o fenómeno turístico intervém.

As práticas massificadas e turistificadas passaram mais tarde a ser entendidas de forma negativa e prejudicial porque, apesar de promoverem uma rápida dinamização do país de acolhimento viabilizando o crescimento económico, foram muitas vezes equacionadas com a destruição do meio ambiente e com a degradação cultural.

A mudança da perspetivação do processo turístico foi consagrada pela “Conferência de Manila”<sup>105</sup> (Lanfant, 1991), em 1980, tendo-se procurado valorizar a promoção de uma nova concepção do turismo, ultrapassando os objectivos exclusivamente económicos, antes entendidos como prioritários<sup>106</sup>, equacionando um conjunto alargado de componentes ou dimensões, tais como a económica, a social, a cultural, a ecológica e a ambientalista.

A partir da “Conferência de Manila” surgiu uma nova terminologia, criando categorias tipológicas diferenciadas – o “antigo turismo” caracterizado pela massificação e o “novo turismo” representando uma postura mais consciente por parte dos diferentes actores socioeconómicos envolvidos. A nova procura turística resultou de um conjunto de alterações de âmbito político, económico, ecológico (Davidson, 1992), social e cultural, evidenciado a partir da década de 80 pela valorização da problemática ambiental, também no sector das viagens e resultante dos impactos negativos da anterior concepção turística, característica dos anos 70. A nova abordagem foi adaptada aos objectivos da “Conferência de Manila” (Joaquim, 1997: 75): a preservação ambiental, ecológica e patrimonial associada à optimização da utilização dos recursos turísticos, como o património natural e paisagístico, arquitectónico, histórico e cultural e a hospitalidade.

---

<sup>105</sup> A “Conferência de Manila” promovida pela OMT representou uma das primeiras tentativas de reinvenção das práticas turísticas, através da discussão de um conjunto de pressupostos conceptuais fundamentando a relação entre o turista, as comunidades locais e os agentes de desenvolvimento turístico.

<sup>106</sup> Os objectivos explicitados na “Conferência de Manila” foram a “protecção e preservação do meio ambiente, da estrutura ecológica e do património natural, histórico e cultural do país; a óptima utilização qualitativa de recursos turísticos existentes ou potenciais do país, compreendendo o conjunto do património cultural, histórico e espiritual, afirmando o princípio da autenticidade e evitando a sua deformação e a sua falsificação” (Joaquim, 1997: 75).



As décadas de 80 e de 90 foram consideradas como o período do “small is beautiful”<sup>107</sup> no que respeita ao turismo (Joaquim, 1997: 74), em que os denominados hotéis verdes<sup>108</sup> adquiriram um lugar de destaque. Assim, defendeu-se: a propriedade e a exploração nacional e local das unidades turísticas; a construção integrada, com materiais locais e característicos, a prévia planificação arquitectónica e a integração ambiental; o emprego de mão-de-obra local; a utilização de recursos alimentares produzidos localmente.

As novas concepções defenderam uma aplicação controlada, uma gestão apropriada e local dos recursos, sem pôr em causa o bem estar dos visitantes (Vieira, 1997), o conforto e a qualidade da prática turística, assegurando a preservação dos meios ambiental e sociocultural em que os complexos turísticos se inseriam e com base nos quais faziam o seu modo de vida.

De forma sucessiva no tempo, registou-se uma nova evolução, surgindo as formas alternativas, centradas na apresentação e na oferta de destinos com características opostas às anteriormente privilegiadas. A valorização recaiu sobre o personalizado, em vez do padronizado, o individual ou em pequenos grupos, em vez do massificado, permitindo a emergência de tipologias conceptuais, em função dos autores (Joaquim, 1997; Baptista, 1990), identificando e descrevendo categorias tendentes ao turismo sustentável porque alternativo.

Actualmente as práticas turísticas são diversificadas, sendo possível a coexistência de diferentes formas. Weaver (Vieira, 1997: 42) distingue o turismo de massas do alternativo, por oposição de traços característicos: o primeiro é heliotrópico, sendo os empreendimentos hoteleiros de alta densidade, de grande dimensão, situados em zonas costeiras, propiciando actividades exclusivamente relacionadas com ambientes balneares e nocturnos, de propriedade estrangeira, muitas vezes multinacional, e sendo marcado pela sazonalidade, verificando-se a existência de um mercado dominante, com um elevado volume de negócios, dependente da importação de bens para consumo, com o repatriamento dos lucros.

Quadro 3 – Diferenças entre Turismo de Massa e Turismo Alternativo segundo Weaver:

TURISMO DE MASSA CONVENCIONAL	TURISMO ALTERNATIVO
-------------------------------	---------------------

<sup>107</sup> Schumacher propôs o “small is beautiful” para a tecnologia dos países em desenvolvimento (cf. I., 3.2.), a partir de uma concepção intermédia e apropriada, com aplicação prática aos processos produtivos agrícolas e industriais, também se podendo falar no “small is beautiful” turístico no sentido intermédio e apropriado da concepção inicial.

<sup>108</sup> O turismo verde é equacionado com a expressão “take nothing but photographs, leave nothing but footprints”, no sentido da preservação ambiental e cultural, de forma a usufruir do bem estar, garantindo a durabilidade.

<b>ALOJAMENTO</b> PADRÕES ESPACIAIS ESCALA PROPRIEDADE	Costeiros/Alta Densidade Grande Dimensão/Integrados Estrangeira/Multinacional	<b>Dispersos/Baixa Densidade</b> <b>Pequena Escala/Tipo Caseiro</b> <b>Local/Familiar/PM Empresas</b>
<b>MERCADO</b> VOLUME ORIGEM SEGMENTO ACTIVIDADES SAZONALIDADE	Elevado Um Mercado Dominante Psicocêntrico Água/Praia/Vida Nocturna Inverno/Estação Alta	<b>Baixo</b> <b>Sem Mercado Dominante</b> <b>Alocêntrico</b> <b>Natureza/Cultura</b> <b>Sem Estação Dominante</b>
<b>ECONOMIA</b> ESTATUTO IMPACTO	Sector Dominante Sector Dependente de Importações e Repatriamento de Lucros	<b>Sector Suplementar</b> <b>Sector Não Dependente de</b> <b>Importações/Lucros Retidos no País</b>

Fonte: VIEIRA (1997)

O turismo alternativo é geograficamente disperso podendo ser encontrado em zonas costeiras, interiores, rurais ou mesmo urbanas, caracterizando-se sempre pela baixa densidade e pela existência de impactos controlados. Os empreendimentos são de pequena escala e a propriedade familiar ou de pequenas e médias empresas, sendo o mercado e o volume de negócios considerados baixos, não se identificando mercados dominantes, fundamentando-se no meio ambiente e promovendo actividades relacionadas com a envolvente natural e cultural. Por outro lado, não se encontra dependente da sazonalidade, sendo entendido como um sector económico suplementar, fundamentado noutros sectores produtivos, que o garantem sem necessidade de recorrer a mecanismos internacionais de abastecimento.

De uma forma genérica, os benefícios económicos advindos da actividade são retidos no país, podendo vir a ser canalizados para novos investimentos internos e locais.

### 1.2.2. TIPOLOGIAS DE TURISMO

A prática do turismo não tem apresentado, ao longo do tempo, homogeneidade no que respeita aos traços característicos, às formas que tem revestido, às atitudes e aos comportamentos do turista em situação de férias e às comunidades locais em relação ao visitante estrangeiro.

As formas turísticas podem ser distinguidas em função de critérios, como as características e as potencialidades do país de acolhimento, a viabilidade financeira interna, a origem dos turistas, o tempo de duração da viagem, entre outros aspectos. Os critérios subjacentes variam em função da perspectiva adoptada (Cunha, 1997: 11-15), podendo analisar-se tanto o turismo

emissor, “outbound tourism”, como o turismo receptor, “inbound tourism”<sup>109</sup>. Assim, como principais critérios podemos identificar:

- a origem dos visitantes: o turismo pode ser interno e nacional ou externo e internacional,
- a duração de permanência: turismo de passagem, implicando períodos de escala ou de permanência quando se trata do destino final,
- os meios de transporte utilizados: terrestre, náutico ou aéreo,
- o grau de liberdade administrativa e regulamentar: turismo dirigido quando implica a existência de controle ou ao contrário livre,
- a organização da viagem: individual, colectiva ou de grupo, podendo ser classificado como turismo de minorias ou de maiorias. O primeiro quando a organização é individual ou em pequenos grupos, implicando gastos elevados; o segundo quando se trata de turismo de massas, com custos controlados e com um maior grau de acessibilidade.

Os critérios para a classificação das formas de turismo e do turista que as pratica, podem ser diferenciados em função dos autores que os propõem, estando normalmente fundamentadas em factores de atracção, entre os quais o geográfico, o socioantropológico, o histórico, o desportivo, o religioso, a saúde, os negócios, o estudo e o lazer. O geográfico inclui as paisagens, os parques naturais, a fauna e a flora; o socioantropológico engloba os costumes, a gastronomia, o artesanato, as crenças, o folclore; o histórico respeita à arquitectura e aos monumentos; o religioso relaciona-se com as peregrinações; a saúde com o termalismo; os negócios com a realização de feiras e de convenções; o estudo com a participação em seminários e cursos; o lazer com os parques temáticos, de atracções e o entretenimento.

Assim, o turismo<sup>110</sup> pode revestir formas diferenciadas, que procuramos sistematizar:

1. Turismo de Recreio (Bull, 1994: 25; Cunha, 1997: 23 e seg.; Vieira, 1997: 49; Pearce, 1993: 36), apresenta heterogeneidade de características, sendo associado a destinos heliotrópicos, a diversão e lazer, em que o sol e o mar desempenham um papel de relevo, sendo equacionado com o “turismo azul”.
2. Turismo de Natureza, Ecológico e Rural (Vieira, 1997: 49), privilegia o contacto com a natureza, associando o lazer e a distração ao descanso e à aprendizagem cultural e etnográfica. É definido em função dos meios envolventes, verde (floresta, zonas rurais e campestres), branco (neve), azul (mar).

<sup>109</sup> Todos os países são emissores e receptores turísticos, estando a diferença no facto de uns serem predominantemente emissores e economicamente mais desenvolvidos e outros receptores e economicamente mais dependentes.

<sup>110</sup> Na sistematização apresentada confrontámo-nos com a ausência de referência a algumas formas de turismo que têm tido, ao longo do tempo, uma importância crescente, em função das épocas e das regiões, tais como o turismo cinegético, o turismo de neve e o turismo sexual.

3. Turismo de Repouso (Cunha, 1997: 23), sendo a principal finalidade o descanso físico e psíquico com busca do bem estar associada a ambientes tranquilos, integrados na natureza, estando relacionado com estâncias termais e a saúde.
4. Turismo de Negócios (Bull, 1994: 25; Cunha, 1997: 23), relacionado com reuniões científicas, congressos e convenções de âmbito internacional, feiras e exposições<sup>111</sup>.
5. Turismo Cultural Étnico e Histórico (Cunha, 1997: 23; Vieira, 1997: 49), em que o principal objectivo é o enriquecimento cultural e o aprofundamento dos conhecimentos sobre a História, a etnográfica e a cultura de outras regiões.
6. Turismo Desportivo e de Aventura (Cunha, 1997: 23; Vieira, 1997: 49), implicando a prática ou a assistência em encontros desportivos de natureza internacional ou actividades que envolvam risco físico e a descoberta pelo desconhecido.
7. Turismo Político (Cunha, 1997: 23), identificado pela participação em reuniões políticas ou encontros temporários.
8. Turismo Religioso (Vieira, 1997: 49), em que a deslocação se efectua por motivos religiosos, em peregrinação ou relacionada com promessas.

As formas de turismo privilegiadas dependem das motivações do turista que, segundo Pearce (1993: 36-40), podem ser caracterizadas pelo gosto pelas viagens, “wanderlust”, ou pelo gosto pelo sol, “sunlust”. Na realidade, a motivação turística é o factor que determina a decisão de um indivíduo mudar de ambiente, bem como a escolha do destino.

O gosto pelas viagens incentiva o indivíduo a deslocar-se independentemente da estação do ano, de forma sucessiva, para novos destinos em busca de traços culturais, instituições, particularidades físicas e ambientais diferentes das que caracterizam o seu local de origem. O gosto pelo sol tem um carácter sazonal pressupondo uma tipificação ideal de características naturais, requerendo um reduzido número de deslocações no interior do destino e tendo em conta que o objectivo é o usufruto dos recursos naturais heliotrópicos. Além dos factores motivacionais imediatos, relacionados com as características do local ou com a vontade de mudança de ambiente, o marketing turístico tem adquirido importância pela apresentação de programas de férias, recorrendo a medidas publicitárias assentes em estudos de mercado, que condicionam a apetência para a viagem e a escolha do destino.

Assim, os factores motivacionais podem ser denominados de endógenos ou de exógenos. Os primeiros fazendo parte do indivíduo e condicionando as suas escolhas (Cunha, 1997: 48-51)

---

<sup>111</sup> Encontram-se muitas vezes associadas actividades remuneradas, podendo existir uma contradição com a definição de turista vulgarmente apresentada. As deslocações são efectuadas por motivos profissionais e, nos tempos livres, o indivíduo transforma-se em turista.

em determinado período, por exemplo os gostos pessoais, a disponibilidade financeira, o significado emocional e afectivo atribuído a um destino. Os exógenos quando, sendo exteriores ao indivíduo, exercem influência sobre a sua vontade, por exemplo o caso do marketing turístico.

No que respeita às principais particularidades do destino, o turismo pode ser classificado (García, 1997: 41) com base num critério triplo:

- As particularidades naturais, quando os principais atractivos se encontram no meio ambiente, tais como o sol, o mar e as paisagens;
- Os elementos fabricados pelo homem, quando os factores particulares respeitam a museus, edifícios históricos e monumentos, cidades e ruínas;
- A hospitalidade, quando o traço mais valorizado respeita à forma como o turista é recebido e às relações interpessoais estabelecidas com as populações autóctones.

O que distingue o turismo de outras actividades, aparentemente similares ou coincidentes, no âmbito do lazer, é a necessidade da deslocação temporária para um local diferente do de residência habitual, permitindo a descoberta de elementos particulares e novos.

Alguns autores consideram que o turismo e as viagens são, não apenas o resultado motivacional mas também, a satisfação de um conjunto de necessidades sentidas pelo indivíduo<sup>112</sup>. Krippendorf (1987: 33) identifica três tipos de necessidades turísticas, em que a satisfação passa por rupturas com a vida quotidiana, tornando mais explícita a razão motivacional da escolha do destino:

- Distensão e repouso, cuja satisfação requer quebra física e intelectual na rotina quotidiana<sup>113</sup>;
- Mudança e compensação, com alteração de hábitos monótonos e repetitivos, muitas vezes identificados com a actividade profissional<sup>114</sup>;
- Fuga aos constrangimentos, em que o factor privilegiado é o prazer e o bem estar<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> Tendo uma função atribuída de satisfação de necessidades, o turismo é facilmente objecto de estudo económico – as necessidades são múltiplas e o produto turístico é um bem escasso.

<sup>113</sup> As necessidades de distensão e de repouso surgem através da identificação dos opostos – trabalho-repouso; vela-sono.

<sup>114</sup> As necessidades de mudança e de compensação são evidenciadas pelos opostos esforço-desconstracção, segurança-risco.

<sup>115</sup> As necessidades de fuga aos constrangimentos traduzem opostos: receitas-despesas; profissão-família; liberdade-obrigações.

De forma complementar, Laurent apresenta uma tipologia de necessidades turísticas (Cunha, 1997: 120) equacionando os factores social, cultural e ambiental:

- A necessidade de natureza, sendo explícito o desejo de contactar com o meio ambiente natural, fauna ou flora, em ambientes terrestres ou marinhos;
- A necessidade comunicacional, evidenciando a apetência para o conhecimento interpessoal, a descoberta cultural e etnográfica de costumes e hábitos diferenciados;
- A necessidade de mudança de meio natural e paisagístico ou de meio social e cultural;
- A necessidade de jogo, traduzindo a receptividade para a alternância de papéis e de funções sociais ou profissionais, assim como para a diversão e a recreação.

De forma consequente, e interligando as principais formas de turismo enunciadas, os factores motivacionais e as necessidades identificadas, traduzindo no conjunto a mudança, podem identificar-se turistas-tipo (Bull; 1994: 27–33) com base em traços característicos:

- O hedonismo quando o turista selecciona um destino em função da comodidade que espera encontrar e do prazer que lhe está intrinsecamente associado;
- A audácia se o destino ou as actividades desenvolvidas têm implícita a mudança através do factor risco e aventura;
- O intelectualismo quando os aspectos privilegiados se relacionam com o enriquecimento cultural, científico e etnográfico.

Urry e Crawshaw (1995: 56) identificam e distinguem o turista com base numa tipologia classificatória constituída por cinco níveis diferentes:

1. O turista romântico, por natureza solitário, que procura uma estadia prolongada;
2. O turista colectivo, que valoriza as actividades desenvolvidas em grupo e fundamentadas na ideia da visita a locais anteriormente explorados e conhecidos;
3. O turista espectador, que, valorizando a visita em grupo, não ultrapassa a impressão superficial obtida através de encontros de curta duração;
4. O ambientalista, que procura retirar da visita um sentido didáctico e pedagógico adoptando uma postura e uma atenção pormenorizada e atenta;
5. O antropológico, que coincide, muitas vezes, com o viajante solitário por procurar uma viagem prolongada no tempo em que a convivência e o contacto directo com os grupos visitados adquirem uma importância determinante.

De acordo com as tipologias enunciadas pelos diferentes autores, podemos classificar o turista a partir de um triplo critério (Pearce, 1993: 25; Ruschmann, 1997: 94):

1. Psicocêntrico, autocentrado (“Psyche”) – quando procura ambientes familiares, onde seja possível a prática de actividades habituais, associando as características dos destinos heliotrópicos à diversão, com possibilidade de repouso e de descontração, favorecidos pela mudança de ambiente e recorrendo a padrões de conforto ocidentais.
2. Mesocêntrico (“Meso”) – quando o aspecto valorizado é o meio, sendo praticado o turismo de massas com viagens organizadas e desenvolvendo actividades previamente programadas, recorrendo a infraestruturas e a empreendimentos hoteleiros de larga escala.
3. Alocêntrico, de formas variadas (“Allo”) – quando valoriza destinos pouco conhecidos, possibilitando a sensação da descoberta e da exploração, pelo prazer da novidade, da diferença e da aventura, com elevados índices de actividade e de contacto com a natureza, com as populações e com as culturas, sendo o alojamento de pequena ou média dimensão, de exploração local, de qualidade satisfatória, a organização de carácter elementar e perfazendo os requisitos mínimos para que a viagem seja possível.

Assim, são identificados tipos categoriais de turistas, tais como os sistematizados no quadro 4:

Quadro 4 – Tipologia de Turistas com base na selecção dos destinos turísticos

TURISTA		RECURSOS NATURAIS	CLIMA	DISTRACÇÃO	EQUIPAMENTOS CULTURAIS	CULTURA E COSTUMES	ACESSO
ALOCÊNTRICO	EXPLORADOR	Montanha Deserto Selva	Qualquer	Nenhuma	Nenhum	Qualquer	Remoto
ALOCÊNTRICO	AMANTE DA NATUREZA	Montanha Deserto Selva	Qualquer	Básica	Cultura	Diferente	Remoto
ALOCÊNTRICO	EXPERIMENTAL	Qualquer	Qualquer	Boa Individual	Museu Festival Teatro Arquitectura	Observar Interactuar	Qualquer
ALOCÊNTRICO	INDIVIDUAL	Pitoresco	Temperado	Boa Individual	Panorâmicos	Qualquer	Acessível Longínquo
MESOCÊNTRICO	GRUPO	Qualquer	Temperado	Alojamento	Secundário	Idêntico origem	Bom Seguro
PSICOCÊNTRICO MESOCÊNTRICO	MASSIVO	Mar Areia	Sol Calor	Organizado	Nenhum	Idêntico origem	Massivo
PSICOCÊNTRICO		Nenhum	Idêntico origem	Local	Local	Idêntico origem	Local

FONTE: Adaptado de BULL (1994)

### 1.3. TENDÊNCIAS DO TURISMO E IMPORTÂNCIA ECONÓMICA

Ao longo da História, mas principalmente a partir da década de 60, o turismo foi alvo de incrementos sucessivos, com ligeiras variações, em função das épocas, no que respeita aos destinos privilegiados e às formas prioritárias, sendo entendido (Pearce, 1993: 51) como um sector com potencialidades de crescimento ilimitado.

Por um lado, pela multiplicação de actores socioculturais, económicos e políticos envolvidos na prestação de serviços ao turista, tanto para a preparação e organização da viagem, como no

decorrer da mesma, de âmbito local, nacional e internacional. Por outro lado, pela possibilidade de diversificação da oferta, dado que os destinos turísticos passaram a ser cada vez mais variados, sendo a possibilidade de acesso numerosa. Por fim, pelo acréscimo da procura, pela disponibilidade financeira e pela vulgarização das deslocações.

A partir da década de 80, o turismo (Valls, 1996: 22) passou a ser entendido como um sector com maturidade, por um lado porque uma parte da população mundial passou a viajar no interior do país e para outras regiões, mais ou menos distantes em função das situações, permitindo a dinamização económica. Por outro lado, porque alguns destinos turísticos entraram em fase de saturação, causada pelo processo de “turistificação”, permitindo a valorização de outras opções geográficas para férias, assim como de novas formas de viajar.

Os processos de internacionalização, nomeadamente através das empresas hoteleiras, das agências, dos operadores turísticos e da aviação comercial, entre outros, foram ganhando terreno recorrendo à especialização e à qualificação sectorial, como meios de responder aos requisitos da procura. No que respeita às formas de turismo, a tendência foi no sentido da diversificação da oferta e das práticas pela especificidade e pelas particularidades do destino.

Neste ponto começamos por analisar as tendências a nível mundial, com base em análises quantitativas dos dados oficiais publicados pela OMT, de forma a identificar as principais mudanças na escolha dos destinos de férias. Seguidamente apresentamos a importância do turismo na região africana, destacando a relevância da sub-região da África Central, contextualizando o caso em estudo, RDSTP.

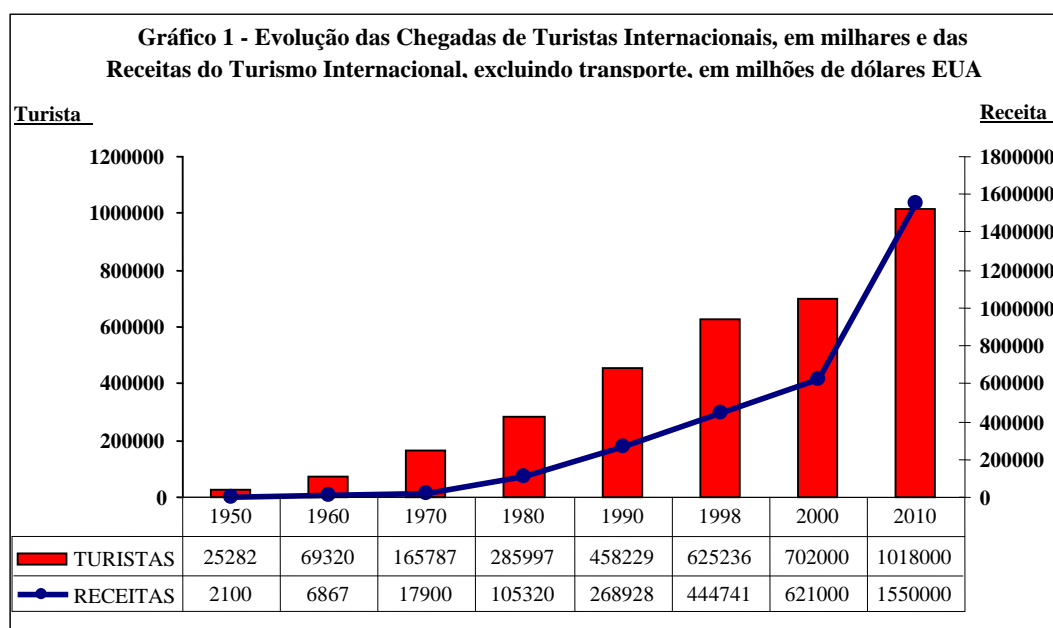
### **1.3.1. TENDÊNCIAS DO TURISMO MUNDIAL**

Após a 2ª Guerra Mundial (Barré, 1997: 6) o sector do turismo foi alvo de uma forte expansão, tendo as chegadas internacionais de turistas estrangeiros multiplicado em cerca de 25 vezes entre 1950 e 1995. A tendência, de acordo com as previsões da OMT, é de continuidade esperando-se que, em 2010, o número de chegadas internacionais de turistas ascenda a 937 milhões.



A OMT (1999c: 13) indica o turismo como um dos principais sectores socioeconómicos com importância ao nível internacional, tendo ultrapassado, em 1998, os 625 milhões de chegadas, geradoras de mais de 444.000 milhões de dólares EUA. A taxa média anual de crescimento tem sido ininterrupta, atingindo valores médios entre os 4% e os 5%, desde a segunda metade do séc. XX (OMT, 1999c: 15)

O Conselho Mundial das Viagens e Turismo (WTTC) refere-o como o único sector revelador de capacidades para fornecer, em 1995, 11.4% dos investimentos mundiais, ou seja 10.9% do produto mundial bruto, 10.7% dos empregos mundiais e 11.0% das receitas fiscais mundiais. A relevância da actividade ao longo do tempo tem sido reforçada, dado que, no período de 10 anos, a capacidade hoteleira aumentou de 9 para 13 milhões de quartos (Barré, 1997: 7).



Fonte: OMT (1999e)

De acordo com a análise do traçado evolutivo das chegadas de turistas internacionais (cf. Gráfico 1), constatamos que o turismo adquiriu uma importância crescente a partir de 1980, evidenciada por um crescimento significativo, principalmente a partir de 1985. O número de turistas internacionais cresceu, de forma progressiva e regular, sendo previsível que, entre 2000 e 2010 (OMT, 1999e), seja alvo de um acréscimo ainda mais relevante.

Da análise comparativa, pode evidenciar-se que o maior crescimento respeita às receitas que, particularmente, após 1990 se multiplicaram, prevendo-se ainda um forte incentivo a partir de

2000. Estes indícios permitem caracterizá-lo como sector em situação de expansão, pelo que de importância determinante do ponto de vista económico.

No que respeita às chegadas internacionais (cf. Quadro 5), as taxas médias de crescimento registadas foram intensificadas nos primeiros 20 anos considerados na análise<sup>116</sup>, em média 9.85%, sofrendo uma ligeira quebra no ritmo de crescimento, de 5.4% em média no período entre 1970 e 1990, para se registar um novo reincentivo, na ordem dos 7.0%, após 1990.

Ao contrário do verificado com as chegadas internacionais de turistas estrangeiros, a situação referente às receitas (cf. Quadro 5), evidencia uma tendência de crescimento acentuada até 1980, particularmente significativa entre 1970 e 1980, com abrandamento importante do ritmo de crescimento médio anual após essa data e até ao final da década de 90.

Quadro 5 – Taxa de crescimento médio de chegadas internacionais e de receitas, 1950-1998

	% Média de Crescimento Anual CHEGADAS	% Média de Crescimento Anual RECEITAS
1950-60	10.6	12.6
1960-70	9.1	10.1
1970-80	5.6	19.4
1980-90	5.2	9.8
1990-98	7.0	6.5

Fonte: OMT (1999f)

Quanto à importância relativa dos destinos turísticos, a partir do número total de chegadas internacionais, verifica-se que, em 1997 (cf. Quadro 6), o continente mais procurado para férias foi o europeu (59.3% do total da procura turística), seguido do americano (19.2%) e do asiático (15.2%). No que respeita ao continente africano (3.8%) e ao Médio Oriente (2.4%) é de destacar a reduzida importância como destinos turísticos, pelo baixo valor de chegadas internacionais.

A situação referente à análise das receitas turísticas por continente em 1997 é idêntica à apresentada para as chegadas internacionais de turistas (cf. Quadro 6), dado que 50% do total de receitas provenientes do sector turístico são retidas na Europa, seguida da América (27.2%), Ásia (18.6%), África e Médio Oriente (2.1% cada).

Quadro 6 – Importância relativa dos destinos turísticos por continente, por chegadas internacionais em milhares e em % e das receitas turísticas em milhões de dólares EUA e em % (1997)

<sup>116</sup> Em relação aos decénios considerados, não existe disponibilidade de dados por anos intercalares, podendo resultar num enviesamento da análise.

	CHEGADAS	%	RECEITAS	%
<b>ÁFRICA</b>	<b>23.157</b>	<b>3.8</b>	<b>9.018</b>	<b>2.1</b>
AMÉRICA	116.942	19.2	118.767	27.2
ÁSIA	92.783	15.2	80.906	18.6
EUROPA	361.509	59.3	218.155	50.0
MÉDIO ORIENTE	14.833	2.5	9.135	2.1
<b>MUNDO</b>	<b>609.224</b>	<b>100.0</b>	<b>435.981</b>	<b>100.0</b>

Fonte: OMT (1999f)

Relativamente à taxa de crescimento médio anual das chegadas de turistas internacionais (cf. Quadro 7), é possível constatar um significativo abrandamento ao nível mundial do período compreendido entre 1989 e 1993 (5.0%) para o período seguinte, entre 1994 e 1998 (3.2%).

Esta situação pode ser explicada pela conjuntura internacional da década de 90, marcada pela existência de conflitos vários e situações de instabilidade que desincentivaram as deslocações com fins turísticos, mesmo que regionalmente. Assim podemos referir acontecimentos, tais como: os conflitos asiáticos, nomeadamente nas regiões tuteladas pela Indonésia; a desintegração do Bloco de Leste associado aos consequentes conflitos nas Balcãs; a instabilidade do Médio Oriente e a questão israelo-palestiniana; a proliferação das guerrilhas, dos movimentos separatistas e o aumento dos actos terroristas.

Quadro 7 – Taxa de crescimento médio anual de chegadas turísticas internacionais por região

	1989-93	1994-98
<b>ÁFRICA</b>	<b>7.6</b>	<b>6.9</b>
AMÉRICA	4.5	3.1
ÁSIA	7.1	5.1
EUROPA	3.9	3.0
MÉDIO ORIENTE	7.4	5.1
<b>MUNDO</b>	<b>5.0</b>	<b>3.2</b>

Fonte: OMT (1999h)

A leitura é idêntica para a análise da situação vivida por continente (cf. Quadro 7), visto que independentemente do destino se registou uma quebra no ritmo de crescimento da procura turística para os dois períodos considerados, sendo uma situação particularmente mais acentuada nos países do Médio Oriente, da Ásia, e da América.

No período entre 1989 e 1993, as regiões que se destacaram, de forma mais positiva, em relação à média mundial (5.0%) foram, por ordem decrescente, África (7.6%), Médio Oriente (7.4%) e Ásia (7.1%). Apesar da quebra generalizada em todas as áreas geográficas, esta situação manteve-se no período entre 1994 e 1998, destacando-se positivamente, em relação à média mundial (3.2%), África (6.9%), Ásia (5.1%) e Médio Oriente (5.1%).

A análise pode ser complementada com a identificação de possíveis factores explicativos, associados aos apresentados para a análise global. Assim, os destinos europeus apresentaram índices de saturação por serem, do ponto de vista turístico, os mais antigos, situação coincidente na análise do continente americano. Paralelamente emergiram novos destinos turísticos, destacando-se os asiáticos e mais recentemente os africanos, por serem menos explorados e conhecidos, pelas particularidades ambientais e pelas diferenças culturais. Estes factores coincidiram também com a evolução ideológica do turismo, no sentido da apresentação dos novos modelos denominados de alternativos (cf. Primeira Parte, I. 3.).

No que respeita à taxa de crescimento médio anual das receitas provenientes do turismo internacional (cf. Quadro 8), registou-se um abrandamento significativo ao nível mundial do período compreendido entre 1989 e 1993 (10.0%) para o seguinte entre 1994 e 1998 (5.9%). Esta situação foi comum a todos os continentes com as excepções do africano que manteve a tendência de crescimento a um ritmo relativamente estável, se bem que com uma ligeira quebra e do Médio Oriente que, ao contrário das restantes regiões, registou um forte incremento.

Quadro 8 – Taxa de crescimento médio anual de receitas turísticas por região

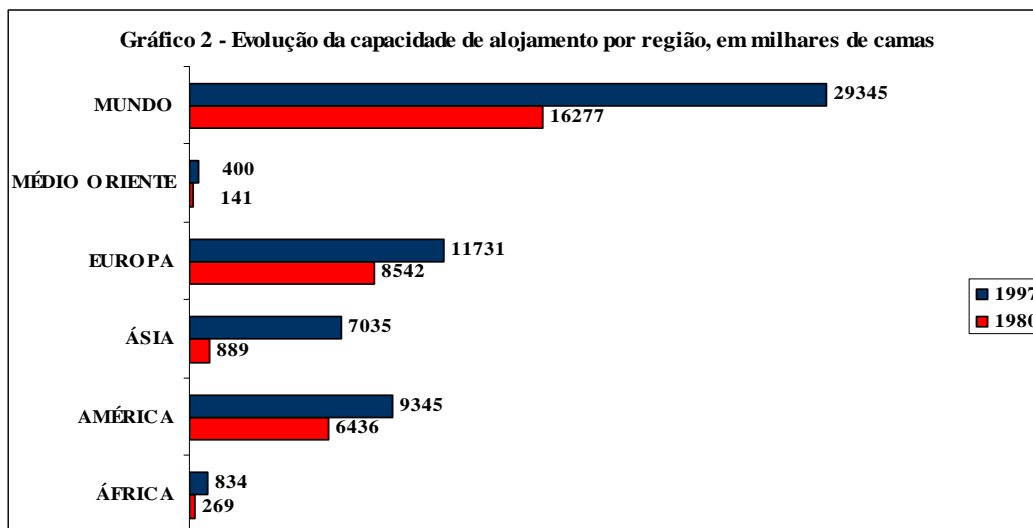
	1989-93	1994-98
<b>ÁFRICA</b>	<b>8.8</b>	<b>8.7</b>
AMÉRICA	10.9	6.2
ÁSIA	8.7	8.2
EUROPA	9.2	6.0
MÉDIO ORIENTE	6.1	11.0
<b>MUNDO</b>	<b>10.0</b>	<b>5.9</b>

Fonte: OMT (1999h)

Da análise apresentada podemos afirmar que a actividade turística tem sido promovida e dinamizada diferentemente, em função das regiões do mundo e do período histórico considerado. Com base na análise da capacidade de alojamento e de acomodação em estabelecimentos hoteleiros, constata-se a existência de uma preocupação no sentido do acompanhamento dos ritmos de crescimento da procura a nível mundial, entre 1980 e 1997 (cf. Gráfico 2).

No total mundial registou-se um aumento da capacidade hoteleira na ordem dos 45%, entre 1980 e 1997, evidenciando-se, para o mesmo período, um maior incremento na capacidade de

alojamento em países do continente asiático (87%), seguido do continente africano (67%), dos países do Médio Oriente (64%), da América (31%) e, por fim, da Europa (27%).



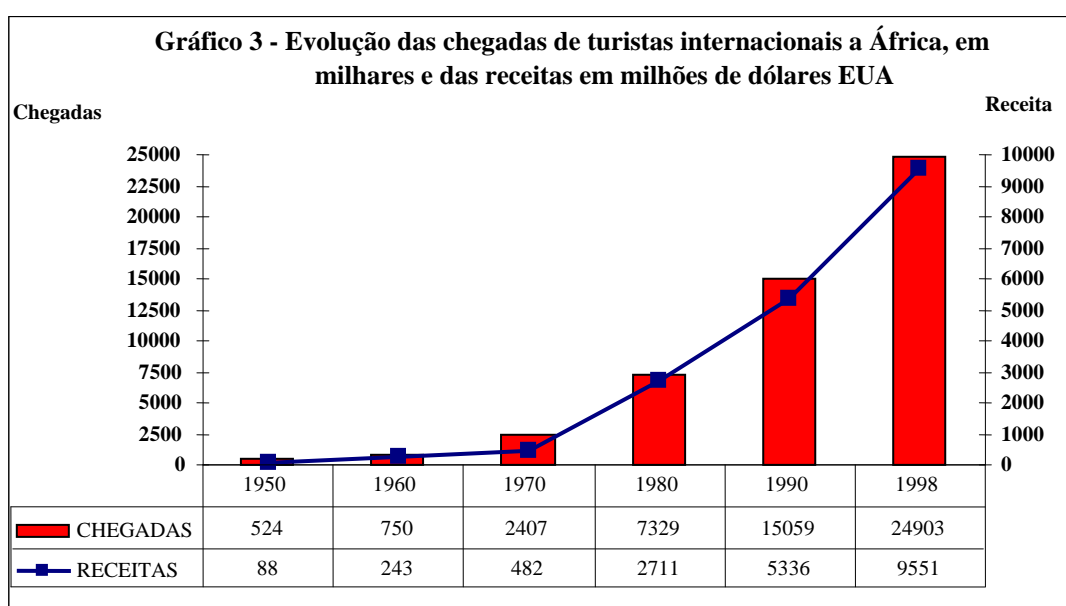
Fonte: OMT (1999h)

Da análise conjunta dos vários indicadores – chegadas internacionais, receitas turísticas e capacidade de alojamento – pode concluir-se que as regiões que revelaram maior preocupação com a criação de novas infraestruturas de apoio à procura turística e com a recuperação das existentes, e que consequentemente alargaram a sua capacidade hoteleira, entre 1980 e 1997, coincidiram com as zonas turísticas de menor procura até à década de 80. Assim, nesta situação encontram-se os países asiáticos, africanos e do Médio Oriente. Esta questão pode ser explicada por um conjunto de factores, tais como a adopção de políticas de incremento do sector, em algumas regiões, por ser entendido como promotor de mudança.

No sentido inverso, os países que apostaram menos no alargamento da sua capacidade de acolhimento, após 1980, foram os destinos privilegiados e que receberam maior fluxo de turistas estrangeiros após a década de 50, nomeadamente dos continentes europeu e americano. À partida, estes são os mais bem dotados de infraestruturas necessárias para o desenvolvimento da actividade ou que investiram mais cedo no incremento e na diversificação da oferta ao nível internacional.

### 1.3.2. A IMPORTÂNCIA DO TURISMO EM ÁFRICA

O turismo, além de ser considerado um sector em permanente crescimento e um dos principais promotores do desenvolvimento económico a nível mundial, no que respeita aos países em desenvolvimento e, particularmente aos africanos, tem registado uma expansão significativa, tornando-se, em muitas situações, e nomeadamente em alguns PEID, o principal segmento de actividade económica.



Fonte: OMT (1999f)

No que respeita à situação particular do continente africano, o turismo adquiriu uma importância crescente ao longo do tempo, principalmente desde 1980, registando-se um incremento significativo do número de chegadas internacionais, assim como da importância das receitas turísticas na contabilidade nacional (cf. Gráfico 3).

Entre 1950 e a década de 80, o continente africano era pouco procurado como destino turístico, sobretudo quando comparado com outras regiões, tendo os efeitos do sector na economia e na vida social um fraco significado. Esta situação deveu-se: ao facto de muitas das regiões estarem a passar por tardios processos de independência política, associados a eventuais conflitos internos, geradores de instabilidade e de insegurança; à inexistência dos

meios que permitiam acolher os fluxos de turistas em massa; à existência de múltiplas doenças endémicas que adquiriram importância crescente, entre as quais o paludismo.

Durante um período de cerca de 30 anos foram privilegiados outros destinos, nomeadamente e numa fase inicial, europeus devido à tradição turística e histórica advinda do período do “Grand Tour” e americanos que começaram a reunir as vantagens da estabilidade política associadas às potencialidades do lazer heliotrópico e à diversão.

Após a década de 80, os países africanos, então constituídos como Estado-Nação, deram continuidade aos processos de desenvolvimento económico e foi, principalmente, após a década de 90 que o turismo foi alvo de valorização porque concebido como um sector privilegiado na promoção de mudança social e do possível crescimento económico.

Por um lado, África revelou-se um continente dotado de um vasto e diversificado potencial natural (Lima, 1997: 53), vulgarmente conotado com o exotismo das paisagens tropicais com vegetação diferenciada em função das regiões e fauna abundante. Por outro lado, do ponto de vista turístico, o continente africano ficou marcado pela especificidade cultural, nomeadamente no que respeita à organização social, às tradições e às práticas culturais, entre outros aspectos.

Com base na análise das tendências das chegadas de turistas estrangeiros ao continente africano podemos afirmar que se registou um incremento significativo para o total do continente, bem como para a maioria das sub-regiões consideradas, com excepção do Norte de África que sofreu uma ligeira quebra no decorrer da década de 90 (cf. Quadro 9).

No que respeita à análise prospectiva, a OMT (1994; 1999c) prevê que a taxa de crescimento médio das chegadas internacionais de turistas estrangeiros ao continente africano, no decénio 2000-2010, seja (4.0%) superior ao total mundial (3.5%).

Da análise, constata-se a existência de variações positivas (cf. Quadro 9) para qualquer uma das sub-regiões consideradas, sendo de destacar que a taxa de crescimento mais elevada se regista na África Austral (5.4%), seguida da África Oriental (3.2%), da África Ocidental (1.9%), da África Central<sup>117</sup> (1.4%) e do Norte de África (1.0%). Apesar das variações, as

<sup>117</sup> A OMT (1999f) define como países pertencentes à **África Central**: Angola, Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro Africana, República Democrática do Congo, **República Democrática de São Tomé e Príncipe**, e Tchad. Os países pertencentes à África Ocidental: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Niger, Nigéria, Santa Helena, Senegal, Serra Leoa e Togo. Os países pertencentes ao Norte de África: Argélia, Marrocos, Sudão e Tunísia. Os países constituintes da África Oriental: Burundi, Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Tanzânia, Ilha da

sub-regiões africanas mais procuradas em 1997 foram, por ordem decrescente de importância o Norte de África (34.6% do turismo africano total), os países da África Austral (30.7%), da África Oriental (23.1%), da África Ocidental (9.7%) e, por fim, da África Central (1.9%).

Quadro 9 – Tendência das chegadas de turistas internacionais a África por sub-regiões

	1980		1993		1997	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>ÁFRICA – TOTAL</b>	<b>7329</b>	<b>100.0</b>	<b>18544</b>	<b>100.0</b>	<b>23157</b>	<b>100.0</b>
NORTE DE ÁFRICA	3973	54.2	8848	47.7	8000	34.6
ÁFRICA OCIDENTAL	790	10.8	1380	7.4	2253	9.7
<b>ÁFRICA CENTRAL</b>	<b>189</b>	<b>2.5</b>	<b>330</b>	<b>1.8</b>	<b>448</b>	<b>1.9</b>
ÁFRICA AUSTRAL	1118	15.3	4357	23.5	7107	30.7
ÁFRICA ORIENTAL	1259	17.2	3629	19.6	5349	23.1

Fonte: OMT (1999h)

No que respeita às receitas (OMT, 1999f) provenientes do desenvolvimento da actividade turística (cf. Quadro 10), constata-se, entre 1980 e 1997, um incremento para a maioria dos países das sub-regiões consideradas, com excepção dos países da África Central em que se registou uma evolução negativa (-0.3%).

Quadro 10 – Evolução das receitas turísticas no Continente Africano, em milhões de dolares EUA

	1980		1993		1997	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>ÁFRICA – TOTAL</b>	<b>2711</b>	<b>100.0</b>	<b>6302</b>	<b>100.0</b>	<b>9018</b>	<b>100.0</b>
NORTE DE ÁFRICA	1165	42.9	2418	38.4	2890	32.1
ÁFRICA OCIDENTAL	280	10.3	669	10.6	879	9.8
<b>ÁFRICA CENTRAL</b>	<b>117</b>	<b>4.3</b>	<b>101</b>	<b>1.6</b>	<b>78</b>	<b>0.8</b>
ÁFRICA AUSTRAL	697	25.7	1692	26.9	2877	31.9
ÁFRICA ORIENTAL	452	16.8	1422	22.5	2294	25.4

Fonte: OMT (1999f)

Em média, no período considerado, o continente africano evidenciou um crescimento anual positivo, na ordem dos 2.3%, sendo que a África Oriental foi a sub-região com um crescimento positivo mais significativo (4.1%) seguida da África Austral (3.1%), da África Ocidental (2.1%) e do Norte de África (1.5%).

Entre 1980 e 1997, e no que concerne às despesas<sup>118</sup> turísticas (cf. Quadro 11) pode concluir-se que, no continente africano e em qualquer das sub-regiões consideradas, se registou um

Reunião, Ruanda, Seychelles, Somália, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Os países pertencentes à África Austral: Botswana, Lesoto, Namíbia, Swazilândia e África do Sul.

<sup>118</sup> As despesas turísticas são os gastos efectuados pelo visitante, para e durante a sua viagem ou estada no lugar de destino (OMT, 1999f).



incremento. Esta situação resultou, não só da necessidade de acompanhamento do progressivo aumento da procura de destinos turísticos africanos, durante o período em análise como também, do crescimento das receitas registado na maioria das sub-regiões africanas.

Quadro 11 – Evolução das despesas da actividade turística em África, em milhões de dólares EUA

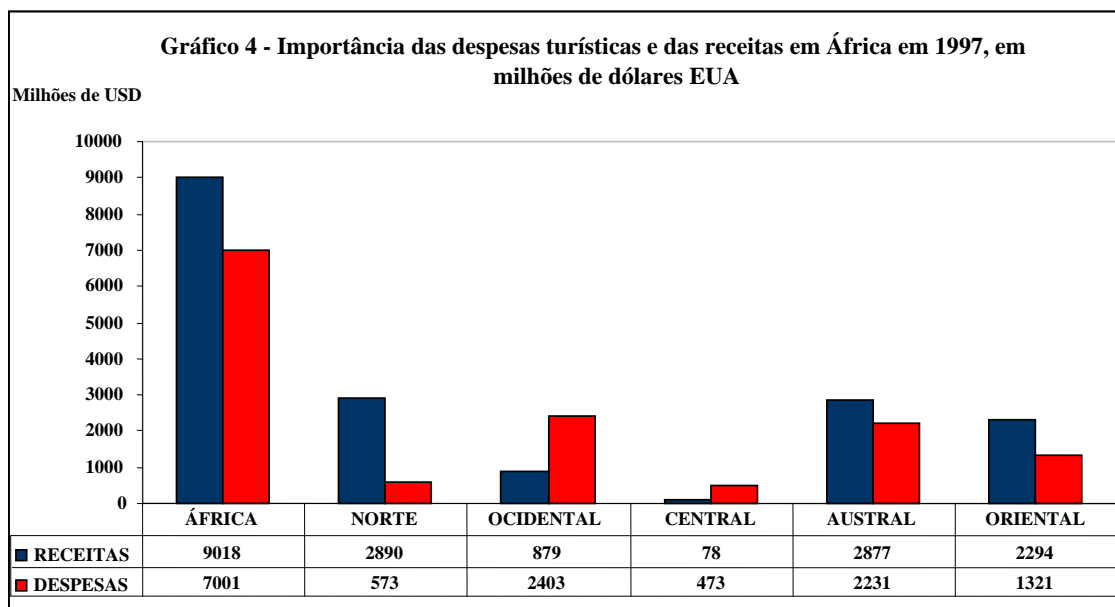
	1980		1993		1997	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>ÁFRICA – TOTAL</b>	<b>3191</b>	<b>100.0</b>	<b>4812</b>	<b>100.0</b>	<b>7001</b>	<b>100.0</b>
NORTE DE ÁFRICA	486	15.2	626	13.0	573	8.2
ÁFRICA OCIDENTAL	1244	39.0	808	16.8	2403	34.3
<b>ÁFRICA CENTRAL</b>	<b>278</b>	<b>8.7</b>	<b>675</b>	<b>14.0</b>	<b>473</b>	<b>6.8</b>
ÁFRICA AUSTRAL	806	25.3	2067	42.9	2231	31.8
ÁFRICA ORIENTAL	377	11.8	636	13.3	1321	18.9

Fonte: OMT (1999f)

Entre 1980 e 1997, as despesas turísticas anuais do continente africano aumentaram em média 1.2%, registando-se evoluções desequilibradas em função das sub-regiões consideradas. Assim, a sub-região com maior crescimento médio anual de despesas turísticas foi a África Oriental (2.5%) seguida de África Austral (1.8%), África Ocidental (0.9%), África Central (0.7%) e, por fim, o Norte de África (0.2%) evidenciando um fraco significado.

Apesar do crescimento das despesas turísticas ser uma constante, no período entre 1980 e 1997, podem perceber-se oscilações nas sub-regiões do Norte de África, com uma ligeira subida até 1993 seguido de uma quebra para 1997. Na África Central é de assinalar uma progressão entre 1980 e 1993 com regressão até 1997. Inversamente às situações anteriores, no caso da África Ocidental é evidente uma quebra em 1993 sendo que, para 1997, as despesas com o sector foram fortemente intensificadas.

Da análise comparativa entre as receitas e as despesas (cf. Gráfico 4), pode concluir-se que, no geral, o sector do turismo potencializa o lucro e a rentabilização dos investimentos efectuados. Assim no continente africano, em termos globais, as receitas foram superiores às despesas apesar de, regionalmente, se poderem identificar alguns desequilíbrios.



Fonte: OMT (1999f)

As sub-regiões que evidenciaram maior capacidade de rentabilização foram o Norte de África (2890 milhões de dólares EUA de receitas e 573 milhões de dólares EUA de despesas), a África Oriental (2294 milhões de dólares EUA de receitas e 1321 milhões de dólares EUA de despesas) e a África Austral (2877 milhões de dólares EUA de receitas e 2231 milhões de dólares EUA de despesas).

Da mesma forma, as sub-regiões que demonstraram maior fragilidade na gestão das receitas e das despesas turísticas, nomeadamente quanto à capacidade de rentabilização do sector, foram a África Central (78 milhões de dólares EUA de receitas e 473 milhões de dólares EUA de despesas) e a África Ocidental (879 milhões de dólares EUA de receitas e 2403 milhões de dólares EUA de despesas).

No que respeita à situação particular da África Central, percebe-se a existência de um desequilíbrio entre os diferentes países considerados na análise, com uma taxa de crescimento das chegadas de turistas estrangeiros seja de 0.3%. Assim, no arquipélago santomense, a evolução do turismo revelou-se particularmente limitada, mas superior à media regional, de 0.8%. É de destacar uma evolução positiva em relação ao número de chegadas internacionais, passando de 4.000 para 7.000 turistas entre 1990 e 2000 (cf. Quadro 12).

A situação da RDSTP é mais evidente quando comparada com outros países pertencentes à mesma sub-região, como é o caso do Tchad (ascendendo de 9 mil para 47 mil turistas entre 1990 e 1999), que regista a taxa de crescimento mais significativa no conjunto da região (4.2%).

Quadro 12 - Evolução das chegadas internacionais de turistas a alguns países da África Central em milhares e das receitas em milhões de dólares EUA

	CHEGADAS			RECEITAS		
	1990	1995	1999	1990	1995	1999
<b>ÁFRICA CENTRAL</b>	351	357	452	98	91	125
<b>ANGOLA</b>	46	9	45	13	10	13
<b>CAMARÕES</b>	89	100	---	53	36	---
<b>R. C. AFRICANA</b>	6	26	10	3	5	---
<b>TCHAD</b>	9	19	47	8	10	---
<b>CONGO</b>	33	37	5	8	14	12
<b>R. DEM. CONGO</b>	55	35	---	7	5	---
<b>GABÃO</b>	109	125	175	3	7	11
<b>STP</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: PNUD/OMT (2001)

\* No ano 1999 os dados referem-se a 2000 (PNUD; OMT, 2001).

Apesar de se registar um acréscimo no número de entradas de turistas estrangeiros, para a maioria dos países da sub-região, não se verificou um acompanhamento da tendência relativamente à geração de receitas, com o desenvolvimento da actividade. De uma forma genérica, a taxa de crescimento médio anual das receitas turísticas para a sub-região da África Central, entre 1990 e 1999, foi de 0.3% apesar de, no caso de São Tomé e Príncipe, ser evidente uma estabilização do valor em 2 milhões de dólares EUA anuais, para todo o período considerado, significando ausência de crescimento (PNUD, OMT, 2001). Esta situação traduz a fragilidade que caracteriza o sector do ponto de vista económico, nomeadamente no que respeita à capacidade nacional para reter os fundos com posteriores reinvestimentos.

As receitas turísticas são particularmente representativas (Quadro 13) quando analisadas em função da sua comparticipação para as exportações de bens e para a prestação de serviços. Da análise global do continente africano é de destacar a importância da comparticipação das receitas turísticas na prestação de serviços, 45.2% em 1997, sendo ainda de registar um aumento significativo do peso relativo, no período considerado entre 1989 e 1997. Contudo, quando analisado o contributo das receitas provenientes do sector turístico para as exportações de bens e de serviços, registou-se uma menor valorização e importância.

Quadro 13 – Comparticipação das receitas turísticas nas exportações de bens e na prestação de serviços em %

	EXPORTAÇÕES		SERVIÇOS	
	1989	1997	1989	1997
<b>ÁFRICA – TOTAL</b>	<b>6.5</b>	<b>8.2</b>	<b>35.1</b>	<b>45.2</b>
NORTE DE ÁFRICA	13.3	11.2	56.6	53.3
ÁFRICA OCIDENTAL	3.5	3.1	21.9	28.0
<b>ÁFRICA CENTRAL</b>	<b>1.4</b>	<b>0.6</b>	<b>9.8</b>	<b>6.8</b>
ÁFRICA AUSTRAL	3.5	8.4	27.1	50.1
ÁFRICA ORIENTAL	12.7	22.5	35.9	51.0

Fonte: OMT (1999h)

Da mesma forma, com base num critério regional e independentemente da região considerada em análise, constatou-se a existência de uma comparticipação mais significativa das receitas turísticas ao nível dos serviços do que das exportações.

No que respeita à análise evolutiva da participação nos serviços, entre 1989 e 1997, pode destacar-se que, regionalmente, a tendência foi no sentido de um acompanhamento em relação ao total do continente. No período considerado, é de assinalar um incremento da comparticipação das receitas no sector dos serviços na África Austral, na África Oriental e na África Ocidental, situação ligeiramente contrariada no caso dos países do Norte de África e da África Central.

No que concerne à comparticipação nas exportações, e para o mesmo período, verificou-se um incremento relativamente ao total do continente, bem como aos países da África Oriental e Austral. Nas restantes regiões – Norte de África, África Ocidental e África Central foram evidentes ligeiras quebras.

Apesar das potencialidades e do historial turístico do continente no sentido da valorização das sub-regiões, o turismo africano tem-se confrontado com um conjunto de constrangimentos de diversa ordem (Lima, 1997: 53; OMT, 1994) e que podem ser inibidores do desenvolvimento. Por um lado, a falta de segurança, principalmente nos centros urbanos, associada à instabilidade política vivida em alguns países, bem como os deficientes cuidados de saúde e de higiene, os precários meios de transportes e de comunicações, entre outros factores. Por outro lado, a ausência ou os reduzidos investimentos na criação e a reabilitação de infraestruturas associados a elevados índices de inflação. Por fim, o baixo nível de profissionalismo agravado por fracos graus de escolaridade e de formação, nomeadamente

quando comparados com outros destinos turísticos mundiais, que se revelam mais atractivos para o turista, e que são ainda mais competitivos do ponto de vista económico.

## 2. A EMERGÊNCIA DO TURISMO ALTERNATIVO

Após a realização da “Conferência de Manila”<sup>119</sup> em 1980, proliferaram reuniões e encontros científicos, de âmbito nacional, regional e internacional, promovidos pela OMT, evidenciando a necessidade de elaborar documentos oficiais, tais como declarações de intenções, códigos de conduta e relatórios reguladores da actividade e da prática turística. Neste contexto, foram traduzidas preocupações vinculativas, como são os casos da “Carta do Turismo” e do “Código do Turista” (1985) da “Declaração de Tamanrasset” (1989), da “Declaração de Haia sobre o Turismo” (1989), da “Declaração do Quebec sobre o Ecoturismo” (2002), entre outros. Estas iniciativas legitimaram o surgimento de NFT alternativas, diferenciando-se das anteriormente predominantes.

Quadro 14 – Análise comparativa da Estratégia Turística antes e depois da Conferência de Manila

ANTES DA CONFERÊNCIA	APÓS A CONFERÊNCIA
- DESENVOLVIMENTO ESPONTÂNEO	- <b>DESENVOLVIMENTO PLANIFICADO</b>
- INICIATIVA INDIVIDUAL	- <b>POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO ORIENTADA PARA EMPRESAS</b>
- VALORIZAÇÃO DA DIMENSÃO ECONÓMICA	- <b>VALORIZAÇÃO MULTI-FACTORIAL</b>
- FÉRIAS PASSIVAS	- <b>FÉRIAS ACTIVAS</b>
- OFERTA ESTEREOTIPADA	- <b>OFERTA DIFERENCIADA</b>
- PROMOÇÃO TURÍSTICA + PREÇOS	- <b>INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O TURISMO</b>
- AUSÊNCIA DE POLÍTICAS AMBIENTAIS	- <b>PROTECÇÃO AMBIENTAL</b>
- REDUZIDA COMUNICAÇÃO	- <b>VALORIZAÇÃO LINGUÍSTICA E COMUNICACIONAL</b>
- GUETOS TURÍSTICOS	- <b>INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA</b>

Fonte: Adaptado de Cunha (1997)

A “Declaração de Manila” (Cunha, 1997: 70) evidenciou a necessidade de implementar formas turísticas susceptíveis de promover a integração dos diferentes sectores de actividade económica, em função das características socioculturais e ecológicas pré existentes, de forma à obtenção de alterações sociais e económicas de longo prazo (cf. Quadro 14).

Os princípios defendidos e divulgados coincidiram com o conceito de turismo alternativo, respeitador do ambiente e das comunidades locais dos países de acolhimento dos fluxos de turistas (Joaquim, 1997) em todas as componentes possíveis – as práticas socioculturais, as

manifestações populares, e arquitectónicas no que respeita à integração ambiental, mas também a preservação ambiental relacionada com a fauna e a flora locais.

Neste capítulo abordamos o surgimento do conceito NFT, a partir da relação estabelecida entre três dimensões interactuantes – as comunidades locais, o ambiente e os turistas. Seguidamente apresentamos os principais efeitos da prática turística alternativa, evidenciando as principais vantagens para o país de acolhimento.

## 2.1. AS NOVAS FORMAS DE TURISMO

As NFT resultaram da evolução histórica do turismo enquanto processo dinâmico e promotor de mudanças, pressupondo novos desafios (Conceição, 1998: 68), tanto de âmbito laboral e produtivo como relacionado com o consumo e o lazer, traduzindo uma preocupação com as alterações ambientais e socioculturais (cf. Primeira Parte, II., 1.2.1.).

Após a “Conferência de Manila”, as expressões NFT e Turismo Alternativo foram formalmente adoptadas em documentos oficiais resultantes de encontros internacionais, como a “Declaração de Tamanrasset” (1989), que evidencia preocupações com a preservação patrimonial, natural e cultural das comunidades de acolhimento.

A expressão NFT tem sido alvo de diferenciadas análises em relação aos efeitos reais do ponto de vista do desenvolvimento sociocultural e do crescimento económico. Lanfant (1991) considera a terminologia atractiva porque diferenciadora das práticas até aqui vulgarizadas, remetendo para a responsabilização em favor da qualidade do produto oferecido, implicando a ideia de parceria entre os diferentes actores sociais, económicos e políticos envolvidos.

A ideia subjacente à denominação é que a viagem turística é, acima de tudo, para o turista um estado de espírito, manifestando-se num conjunto de atitudes e de comportamentos, com início no momento em que o indivíduo decide viajar e em que procede à organização da deslocação, tendo continuidade no decorrer da viagem, não terminando com o regresso, visto perpetuar-se no tempo nas recordações e relatos de viagem, permitindo a valorização de experiências futuras.

---

<sup>119</sup> A Conferência passou a ser entendida como um marco do ponto de vista estratégico e a um nível internacional.

A escolha de um destino turístico em detrimento de outros é um processo de antecipação (Urry, 1990) das experiências pela criação de expectativas com base em referenciais, tais como imagens, informações e relatos que se vão acumulando e interiorizando, podendo promover a mitificação das características do país de acolhimento pela valorização dos traços culturais ou ambientais (Conceição, 1998: 74).

As NFT valorizam as particularidades, o típico, o característico, o tradicional e o histórico (op. cit.: 77), os símbolos da “autenticidade procurada” pelo turista em tempo de viagem (McCannel, 1973), entendidos como traços perdidos nas sociedades de onde é originário, sendo o exotismo sobrevalorizado pela diferença.

As formas de turismo alternativo são associadas à noção de autenticidade, identificada com a identidade cultural (Joaquim, 1997: 77) e com a genuinidade dos comportamentos das comunidades de acolhimento. A autenticidade não é encontrada na totalidade, não passando, na maioria das situações, de uma representação (McCannel, 1973) do que se entende que o turista procura, sendo os ambientes recriados de forma artificial e promovidos com o objectivo de serem admirados pelo turista.

McCannel (1973) distingue as denominadas “regiões de fachada” das “regiões de bastidores”. As primeiras são encenadas e recriadas a partir da representação de situações reais, estando carregadas de artificialismo, enquanto que as segundas são autênticas e genuínas, vivenciadas pelas comunidades de acolhimento e fazendo parte do seu quotidiano (Fortuna, 1996: 10).

Na maioria dos casos, e sem ter consciência da diferença entre a representação e a realidade, o turista contacta apenas com situações de “autenticidade encenada”, criadas por imitação (Joaquim, 1997: 81) e seleccionadas com base em critérios puramente comerciais, que provocam sentimentos positivos e de satisfação emocional, por transmitirem a ideia de ser possível viver novas experiências geradoras de bem estar.

Na tentativa de ruptura com as obrigações da vida quotidiana, o turista deixa-se seduzir por imagens idílicas, procurando interiorizar todos os sinais de diferenciação, assumindo o papel de observador da realidade visitada, parcial e subjectivamente, com base no seu quadro cultural de referência (Fortuna, 1996: 9). Na verdade, verifica-se uma tentativa de reencontro com a cultura ancestral e com os traços tradicionais originários, através de manifestações

tangíveis e intangíveis (Fortuna, 1996: 11), nomeadamente monumentos históricos e culturais, assim como a recriação de momentos da vida comunitária traduzidos em práticas rituais.

O “ideal do retorno”, com possibilidade de contacto com culturas tradicionais, enquadra-se na denominada (Lanquar, 1985; Joaquim, 1997: 78) “Teoria do Encontro”, em que os contactos inter-culturais são promovidos pela prática turística. É no decorrer do período de férias que estão reunidas as condições para os encontros e a troca de experiências, envolvendo diferentes dimensões temporais em meios naturais paradisíacos porque pouco alterados pela acção humana, evidenciando o ideal mítico do retorno. O turista, porque mais consciente e responsável, exige um elevado grau de qualidade nos serviços prestados, traduzido na valorização da interacção com o meio ambiente (García, 1997: 34), entendido como objecto de conhecimento e de compreensão e não apenas campo de simples contemplação (Gaburn, 1989: 46).

Vários autores (Teifer, 1985; Urry, 1990; Rojek, 1993; Fortuna, 1996) identificam um novo nível turístico categorial, “o pós turista” definido como o viajante consciente e realista da sua dupla condição, actor e espectador, derivando a duplicidade do facto de se encontrar conscientemente envolvido na prática turística, aceitando que esta é uma experiência comercializada, e valorizando a dimensão lúdica, de animação e de distracção. Esta é uma nova forma de conceber a viagem por parte do turista, mas também pelos restantes actores envolvidos – agentes e operadores turísticos internacionais, nacionais e locais, proprietários de empreendimentos hoteleiros e de restauração, funcionários diferenciados, comunidades locais e outros elementos que tornam viável o desenvolvimento do sector.

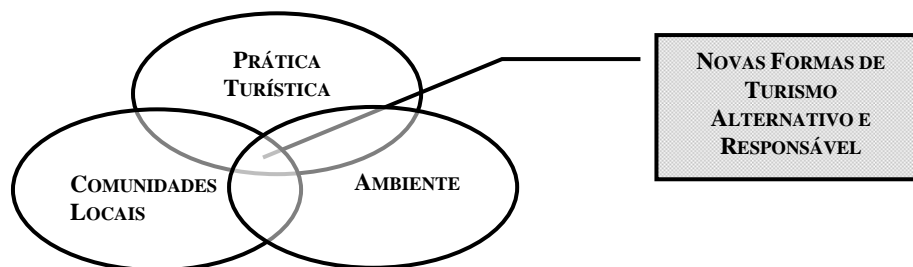
No decorrer da viagem são estabelecidos contactos inter-culturais (García 1997: 34) entre dois actores sociais, económicos, políticos e culturais distintos: o turista ou “outsider” e a população local ou “insider” (Sutton, 1967: 20). Os actores interagem numa rede de relações, fundamentadas em expectativas e motivações próprias, atitudes e comportamentos que os caracterizam: busca de descanso, de diversão e de ambientes diferentes, e trabalho, aumento dos rendimentos e melhoria das condições de vida das famílias (Vieira, 1997: 21).

As NFT (cf. Esquema 1) resultam da articulação entre três grandes dimensões, concebidas com uma base equitativa, não hierárquica e intercruzada: o turista, as comunidades locais e o



meio ambiente natural, implicando uma atitude de co-responsabilização, no sentido da preservação ambiental e cultural, de forma partilhada por parte dos actores envolvidos.

Esquema 1 – Surgimento das Novas Formas de Turismo



O turismo só existe porque um ou mais indivíduos se deslocam para um local, que não o de residência habitual, por um período de tempo pré determinado e com objectivos específico, inserindo-se, no decorrer da sua estadia, em meios naturais, tendo a possibilidade de usufruir em favor do bem estar, contactando com comunidades locais, visitadas ou de acolhimento. É no contexto da relação entre as três variáveis que surgem as NFT, não privilegiando nenhum dos segmentos turísticos em detrimento dos restantes, permitindo uma lógica flexível a partir de uma multiplicidade de práticas e de formas de viajar. As práticas alternativas e responsáveis de lazer turístico respeitam ao descanso e à diversão e ao conhecimento, independentemente do meio ambiente que caracteriza o destino: praia, campo ou cidade.

A diferenciação entre as formas não é efectuada apenas com base nas características da envolvente natural do país de destino, mas sim pela forma como o viajante se comporta e se relaciona com o meio natural, social, cultural e histórico. As tipologias tendem à não saturação em períodos pré determinados (Lanfant, 1995: 66) implicando deslocções, ao longo do ano, que reúnem as características da envolvência ambiental, da aventura e do exotismo, recriando relações de sociabilidade entre os visitantes e as comunidades locais.

A OMT identificou sete grandes tendências (Lanfant, 1995: 68) relacionadas com as NFT e que permitem sistematizar a análise até aqui desenvolvida:

1. A renovação e o contraste, na tentativa de ruptura com a rotina quotidiana, na evasão, na procura de locais com características ambientais e sociais diferentes das habituais.
2. O meio natural de qualidade, pouco explorado: paisagens, parques e áreas protegidas.

3. A cultura e o património arquitectónico relacionado com a promoção dos traços culturais das comunidades receptoras, que traduzem a noção de identidade.
4. O turismo rural em ambientes diferentes: quintas e casas rurais.
5. A espiritualidade e a saúde, através de actividades de manutenção da forma física: o desporto e o desenvolvimento de actividades recreativas ou de recuperação.
6. Os acontecimentos e o espectáculo, valorizando concertos musicais, espectáculos e festas.
7. Os congressos e as conferências.

De acordo com a sistematização apresentada, podemos afirmar que as NFT implicam um maior grau de exigência e de rigor, não apenas no que respeita aos padrões de conforto oferecidos no destino, mas principalmente em relação às manifestações de autenticidade e à disponibilidade de informação susceptíveis de promover satisfação no turista.

O turista é definido como um multiconsumidor (Lanfant, 1995: 66) de produtos turísticos ou seja, em momentos diferentes pode ter apetência para a prática de actividades diversas: neve, mar ou montanha, podendo associar estes consumos ao turismo cultural (cf. Primeira Parte, II., 1.2.). Neste sentido, é bem informado, revelando-se exigente e responsável, no que concerne à capacidade de satisfação promovida pelas actividades, sendo consciente, do ponto de vista ambiental, e procurando a intensidade das experiências.

## 2.2. PRINCIPAIS EFEITOS DAS NOVAS FORMAS DE TURISMO

O turismo é intrinsecamente uma actividade portadora de riscos e de oportunidades (Barré, 1997: 7), enquanto fenómeno multidimensional que engloba várias vertentes, tais como a económica, a política, a ambiental, a demográfica, a social e a cultural (Pearce, 1988: 3) e com repercussões a todos os níveis. Mas, não é uma actividade com características puramente económicas, revelando importância no que respeita às trocas culturais<sup>120</sup>, ao conhecimento e ao estabelecimento de relações interpessoais que provocam transformações no visitante e no visitado. A cultura representa, em muitos casos, um factor motivacional importante e um

---

<sup>120</sup> A cultura pode ser entendida como um modelo paradigmático, para as comunidades de acolhimento e para o visitante, de atitudes comportamentais reguladas por crenças, valores, normas, tradições, modos de vida, formas de relacionamento, modos de produção, gestão e regulação do poder político (Barré, 1997: 11).

estímulo para a viagem, entendida como mecanismo propiciador de descobertas, de alargamento do conhecimento e de aprendizagem (Barré, 1997: 10), porque característica e caracterizadora de uma determinada comunidade, diferenciando-a de todas as outras a partir de processos identitários.

Para que um país seja potencialmente considerado destino turístico é fundamental que reúna três condições principais (Cunha, 1997: 152): ser atraente no que respeita a um conjunto de aspectos, tais como o meio ambiente natural, as características culturais, a estabilidade política e as vantagens económicas; ser acessível relativamente à distância e à acessibilidade a meios de transporte externos, assim como nas formas de deslocação internas; reunir internamente as condições que permitem estadias por um período de tempo desejado.

As principais finalidades da actividade turística, no contexto das NFT, podem ser classificadas (Cunha, 1997: 232) em social, económica, territorial, patrimonial e cultural. A finalidade: social respeita à possibilidade das populações autóctones acederem a melhores condições de vida; a económica relaciona-se com a contribuição do sector para a resolução de problemas pela dinamização global da actividade produtiva; a territorial refere-se à possibilidade de minimizar os desequilíbrios regionais; a patrimonial à capacidade de valorização do património nacional; a cultural com a possibilidade de promover a cultura pré existente.

A rentabilidade da actividade turística alternativa pode ser avaliada pela influência exercida em diferentes níveis: o rendimento nacional e o equilíbrio na distribuição, a criação de novos postos de trabalho, a capacidade de modificação da estrutura profissional, a estabilidade dos preços e da balança de pagamentos, podendo ser classificados com base em dois critérios (Valls, 1996: 45):

- os efeitos globais sobre o desenvolvimento nacional com repercussões no equilíbrio da balança de pagamentos, na redução da dependência externa,
- os efeitos parciais na economia com implicações no crescimento dos sectores produtivos, público e privado, e na ordenação do território com adequada utilização dos recursos.

O sector turístico, no geral, é dotado de um efeito dinamizador (Valls, 1996: 55), podendo ser transformado no motor de desenvolvimento de outros sectores produtivos. Esta evidência é reforçada pelas NFT, pelo sentido de responsabilização implícito, pelos objectivos e pela

metodologia adoptada. Por um lado, estimula os sectores próximos do ponto de vista produtivo e que o fundamentam, tais como a construção civil e as obras públicas, o mobiliário, o comércio, as infraestruturas, os transportes e a agricultura, o artesanato e a animação. Por outro lado, caracteriza-se por um efeito difusor, ao serem gerados benefícios emergentes da actividade, nomeadamente pela promoção de rendimentos complementares.

Pelas características inerentes à actividade turística, um país receptor transforma-se a partir do momento em que recebe fluxos anuais de turistas. O contacto entre povos com traços culturais diferenciados, relacionando-se de forma particular e com entendimentos próprios do valor do ambiente e das características socioculturais, é determinante para a evolução comunitária.

As NFT (García, 1997: 77) influenciam as comunidades de acolhimento a dois níveis: macrossocial, com transformações globais de ordem social, cultural e económica e, microsocial, com efeitos imediatos, pela interacção directa entre turistas e comunidades locais, sendo evidentes os impactos decorrentes da actividade e da prática turística, no meio:

- ambiente natural, tais como a preservação ou, pelo contrário, a degradação dos recursos florísticos e faunísticos com perda de biodiversidade ou a poluição,
- sociocultural pela valorização da identidade comunitária através da divulgação da organização social e das práticas tradicionais ou pela alteração de práticas decorrentes de processos de aculturação e da introdução de novos hábitos com eliminação dos ancestrais,
- económico com a introdução de padrões de consumo criando novas necessidades que, se não houver controle, podem gerar desequilíbrio.

O desenvolvimento do sector, através das NFT, contribui para a produção nacional (Cunha, 1997: 245) pela criação de uma procura suplementar, interna e externa, promotora de desenvolvimento regional (op. cit.: 284), que pode ser integrado quando entendido como o principal elemento dinamizador da mudança. Assim, é “catalítico” quando as actividades desenvolvidas são complementares de outras, consideradas como estimuladoras de processos de mudança ou “créstico” quando as actividades tendem para o desenvolvimento regional, sem influenciar directamente o crescimento económico.

A importância do sector para a economia dos países receptores repercute-se positivamente e a vários níveis (Trindade, 1997: 9; Valls, 1996: 42; OMT, 1999d: 30; Lima, 1997: 11):

- Favorece a criação de emprego, a reconversão dos postos de trabalho e a (re)qualificação profissional da mão-de-obra, independentemente do género, da idade e da origem étnica.
- Permite a criação de empresas turísticas locais gerando lucros com retenção.
- Possibilita a concentração de impostos através de cobrança para a criação e a melhoria de infraestruturas e de equipamentos sociais de apoio aos grupos desfavorecidos.
- Permite equilibrar a balança de pagamentos representando uma fonte de rendimentos.
- Induz o crescimento de outros sectores produtivos visto deles depender, criando novas e futuras dependências: sector agrícola e produção animal, pescas, sector extractivo, construção civil e obras públicas, transportes, produção têxtil, mobiliário e artesanato.
- Promove a criação de novos mercados abastecedores para actividades produtivas tradicionais com valorização dos sectores minoritários.
- Pode ajudar a corrigir e a minimizar as assimetrias regionais criando condições para que o desenvolvimento se processe de forma mais equitativa, homogénea e integrada.
- Permite diversificar a oferta adequando-a às necessidades e às aspirações dos visitantes, incentivando a valorização profissional da mão-de-obra, através de qualificação, fomentando a competitividade e a melhoria dos serviços e produtos oferecidos.

O turismo, através das NFT, é um sector com potencialidades reconhecidas e susceptíveis de gerar benefícios para o desenvolvimento global das comunidades e não apenas efeitos sectoriais. O incremento do sector requer planificação e investimentos, com base nas características ancestrais e tradicionais, de forma a integrar as diferentes dimensões da vida comunitária (Cunha, 1997: 233): culturais, ambientais, sociais, políticas, religiosas, produtivas, entre outras. Por um lado, contribui para a preservação da diversidade cultural, minimizando os preconceitos, funcionando como meio de troca de informação, de conhecimentos e de valores. Por outro lado, favorece a valorização da qualidade ambiental relacionada com o ordenamento do território, a conservação de zonas naturais, culturais e históricas, reforçando o sentimento identitário.

A qualificação e a formação profissional, a promoção e a valorização da imagem do país, do ponto de vista natural e paisagístico, social e cultural, político, económico e de serviços centra-se nas potencialidades locais, com o objectivo da promoção da região.

O desenvolvimento da actividade pode ter efeitos perversos, promovendo alterações estruturais negativas (Cunha, 1997: 233), aos níveis social, económico e ambiental, reflectindo-se através de processos de internacionalização dos circuitos turísticos, criando

dependências em relação ao exterior e gerando um reduzido valor acrescentado para as comunidades.

Os principais efeitos negativos decorrentes da actividade turística (Valls, 1996: 42; OMT, 1999d: 32; Vellas, 1996: 15) podem ser sistematizados de acordo com os seguintes itens:

- A descaracterização dos traços culturais das comunidades de acolhimento pela imposição de comportamentos, originando a emergência de conflitos entre os padrões culturais tradicionais e os do turista, com eventual perda de identidade cultural;
- A criação de expectativas de aquisição de riqueza num curto espaço de tempo;
- O aumento dos preços dos produtos incluindo para o consumo autóctone;
- A excessiva dependência de um único sector de actividade no que concerne à criação de emprego e à manutenção dos postos de trabalho existentes;
- A perda de controle na exploração de recursos locais e regionais passando a ser efectivado por interesses estrangeiros com baixo retorno dos investimentos efectuados;
- O aumento das importações destinadas ao consumo turístico;
- O agravamento de uma estratificação socioeconómica com confrontação entre os valores dos proprietários e dos não proprietários, podendo incentivar os processos migratórios;
- A emergência de problemas sociais conducentes a situações de exclusão, prostituição, alcoolismo, toxicodependência e outras formas diversificadas de delinquência;
- O desenvolvimento urbanístico não controlado e não planeado;
- A ameaça de desequilíbrios ambientais podendo o turista, a longo prazo, ser encarado, pelas comunidades, como um intruso que invade a privacidade;
- A pressão sobre os recursos com a contaminação da fauna e da flora;
- A vulnerabilidade de alguns destinos, particularmente condicionados pela sazonalidade.

Para que os efeitos negativos possam ser minimizados (Cunha, 1997: 233), evitando-se as situações de dependência sectorial em relação ao estrangeiro ou a interesses multinacionais, é necessário criar condições para que a promoção do desenvolvimento através das NFT seja integrada. Os efeitos podem ser considerados globais, sendo possível equacionar as concepções do desenvolvimento de longo prazo.

Os impactos do turismo podem assim ser avaliados a partir de um conjunto de indicadores propostos por Craik (Vieira, 1997: 40 e seg.) e sistematizados no Quadro 15:

Quadro 15 – Tipologia de Indicadores de Impactos do Turismo segundo Jennifer Craik

<b>DEPENDÊNCIA ECONÓMICA</b>	- Sobrevalorização económica do turismo
------------------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação de oportunidades e custos</li> <li>- Medidas de sustentabilidade e lucro</li> <li>- Disponibilização e custos de infraestruturas</li> <li>- Tendências nos impostos e taxas locais</li> </ul>
<b>BENEFÍCIOS ECONÓMICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicadores dos lucros</li> <li>- Oportunidades de emprego na comunidade</li> <li>- Estrutura do desemprego</li> <li>- Impacto nas pequenas empresas</li> <li>- Disponibilização de novos serviços para os residentes</li> <li>- Aumento do custo de vida</li> <li>- Tendência dos preços das propriedades</li> <li>- Disponibilidade e custo do alojamento</li> </ul>
<b>ENVOLVIMENTO PÚBLICO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planeamento responsável</li> <li>- Consulta e audição públicas</li> <li>- Direito a crítica pública</li> <li>- Avaliação de impacto social e ambiental</li> <li>- Informação e educação</li> <li>- Profissionalização governativa</li> </ul>
<b>COMERCIALIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento cultural e na produção artística</li> <li>- Novas actividades culturais e produtos</li> <li>- Atracções e locais de memória colectiva</li> </ul>
<b>DEGRADAÇÃO AMBIENTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impactos em parques naturais e áreas protegidas</li> <li>- Valores ambientais</li> <li>- Poluição, lixo e vandalismo</li> <li>- Multidões e congestionamento de tráfego</li> <li>- Poluição visual</li> </ul>
<b>AUTONOMIA E IDENTIDADE CULTURAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estímulo e orgulho cultural</li> <li>- Formas únicas de turismo local</li> <li>- Perfil cultural e capacidades locais</li> </ul>
<b>CONFLITOS E HOSTILIDADE A HÁBITOS E COMPORTAMENTOS DOS TURISTAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Hostilidade e tensão para com os turistas</li> <li>- Preocupação pública sobre os hábitos dos turistas</li> <li>- Expressão de sentimentos anti-turismo</li> </ul>

Fonte: Vieira (1997)

O desenvolvimento com base nas NFT é exequível se atender à dimensão humana, ou seja os grupos em que o indivíduo se encontra inserido e com base nos quais desenvolve um conjunto de actividades com repercussões económicas, culturais e ambientais.

### 3. DO TURISMO SUSTENTÁVEL À RESPONSABILIZAÇÃO

A conceptualização do Turismo Alternativo evoluiu no sentido da valorização das características do país considerado como destino turístico, tais como a localidade, o meio ambiente natural e as comunidades de acolhimento. A estratégia defendida apela para princípios de preservação ambiental, de respeito pelas diferenças e de perpetuação dos traços culturais numa perspectiva de localidade. Neste contexto, surge o conceito de turismo

sustentável, associado ao discutido e defendido, por motivos vários, desenvolvimento sustentável<sup>121</sup> (cf. Primeira Parte, I., 3., 3.3.). A problemática turística é influenciada pelas mudanças conceptuais e teóricas, de âmbito sociológico e ecológico (Davidson, 1992: 127), traduzidos no ideal do “small is beautiful”.

A prática turística e o meio ambiente são realidades interdependentes (Valls, 1996: 42), dinamizando-se mutuamente: se a envolvente natural estiver conservada, o destino turístico torna-se, de forma consequente, mais atractivo e procurado; se a actividade turística for planeada e o crescimento controlado, o meio ambiente resulta preservado e valorizado.

Como vimos anteriormente (cf. Primeira Parte, I., 3.3.), a emergência das preocupações ambientais remonta à década de 70 com os estudos do Clube de Roma, a problemática do crescimento zero e os alertas face à provável esgotabilidade dos recursos naturais. Com o tempo, o turismo de massa (cf. Primeira Parte, II., 1.2.) evidenciou a emergência de problemas até então não valorizados (Joaquim, 1997: 93): a concentração turística num pequeno número de destinos a nível mundial; a existência de um reduzido número de operadores turísticos com capacidade monopolista; os impactos ambientais com consequências negativas no desenvolvimento global.

A problemática evoluiu até ao pensamento ambientalista e ecologista (cf. Primeira Parte, I., 3.3., 3.4.) com o surgimento dos conceitos de ecodesenvolvimento e de “self-reliance” ambiental, pressupondo equidade económica, equilíbrio ambiental e bem-estar social (Chaves, 1994). Mais tarde, a temática da sustentabilidade relacionada com o turismo foi explorada em inúmeros encontros de carácter internacional, sendo evidenciada nas conceptualizações teóricas produzidas pelos principais estudiosos.

O turismo sustentável foi oficialmente (Cunha, 1997: 198) consagrado na “Carta do Turismo Sustentável”<sup>122</sup>, preconizando-se que o desenvolvimento do sector deveria assentar num conjunto de critérios multivariados, promotores de sustentabilidade, coincidindo com os pressupostos apresentados para o conceito de desenvolvimento sustentável (cf. Primeira Parte, I. 3.): ser viável do ponto de vista económico e integrado sectorialmente; garantir o bem estar ecológico a longo prazo; ser socialmente equitativo. As preocupações dominantes,

---

<sup>121</sup> O termo desenvolvimento durável ou sustentável deriva da terminologia original “développement durable” ou “sustainable development”.

<sup>122</sup> A “Carta do Turismo Sustentável” resultou da 1ª Conferência Mundial sobre o Turismo Sustentado realizada em 1995 e promovida pela Ecotourism Society.



evidenciadas na “Carta do Turismo Sustentável”, tendem para uma crescente responsabilização de três actores principais:

- o turista, entendido a partir de uma dimensão hedonista, de exclusivo usufruto dos recursos disponíveis na busca do bem estar e do prazer,
- os profissionais do sector, enquanto principais promotores da actividade,
- as comunidades locais, definidas como principais beneficiárias da dinamização turística e um dos seus protagonistas.

O turismo é entendido como um sector promotor de crescimento e de benefícios múltiplos, de índole socioeconómica e cultural, mas na concepção da sustentabilidade pressupõe um carácter duradouro e de longo prazo, sem gerar problemas ambientais ou de assimilação cultural. Ao contrário das práticas massificadas, o turismo sustentável procura promover o desenvolvimento de forma ininterrupta (OMT, 1999d: 9), contínua, com optimização dos recursos, minimizando os resíduos dos excedentes e promovendo a melhoria da qualidade ambiental, associada ao elevado índice de satisfação procurado.

O desenvolvimento turístico sustentável pode ser definido (OMT, 1999d: 22) como aquele que privilegia a satisfação das necessidades dos turistas e das comunidades de acolhimento, protegendo e fomentando as potencialidades a valorizar no futuro (cf. Primeira Parte, I., 3.; II., 2.). Por um lado, favorece a gestão de recursos tornando possível a satisfação das múltiplas necessidades actuais, respeitando a integridade cultural e as características eco-ambientais. Por outro lado, os recursos utilizados, naturais, históricos e culturais, são preservados de forma a poderem ser reutilizados com um carácter de continuidade.

O turismo sustentável está interrelacionado com as NFT ao defender: a pequena dimensão e a localidade das características dos complexos, as energias alternativas; a produção local; o contacto directo com as comunidades locais, tentando conhecê-las e com elas relacionar-se, por representarem e simbolizarem o exótico, o primitivo, a tradição, a identidade comunitária e a autenticidade, traços perdidos pelas sociedades ocidentais às quais o viajante pertence e que procura recuperar (cf. Primeira Parte, II., 2.2.). Na realidade, a “autenticidade procurada”

pelo praticante das NFT revela-se superficial, não passando de uma “encenação” (cf. II., 2.2.) e reprodução de práticas rituais<sup>123</sup>, sendo entendida como uma exteriorização espontânea.

A análise do conceito parte de três níveis interdependentes (cf. Primeira Parte, I., 3.3.; II., 2.1.) – o sociocultural ou comunitário, o ecológico e o económico (OMT, 1993; Scott, 1999). O comunitário é representado por um grupo directa e indirectamente envolvido nas actividades turísticas e dotado da capacidade de impor limites à actuação turística, como forma de manter a integridade cultural e identitária. Com o turismo sustentável, a preservação das identidades passou a ser entendida como uma questão fundamental (Joaquim, 1997: 75), sendo considerada como um produto turístico. O ecológico ou ambiental é constituído por um conjunto alargado de recursos que valorizam, do ponto de vista turístico, uma região, criando condições para que seja considerada zona de atracção. A rentabilização dos recursos financeiros e a concentração de lucros, equacionados com o nível económico, são o objectivo das empresas turísticas em actividade porque geradoras de riqueza.

O desenvolvimento turístico sustentável é um processo com tripla acção (OMT, 1993) – a sustentabilidade sociocultural, permitindo que o controle e a gestão dos recursos disponíveis sejam efectivados localmente pelas populações autóctones, de acordo com os traços culturais e os padrões valorativos de referência; a sustentabilidade ecológica, garantindo a adequação entre o desenvolvimento e a preservação ambiental; a sustentabilidade económica permitindo a eficiência económica sem ameaçar o crescimento futuro.

A relação entre as três dimensões é conseguida, através da garantia de preservação ambiental, atribuindo autonomia às comunidades locais, respeitando a cultura e os valores de origem, reforçando a identidade comunitária, salvaguardando o desenvolvimento económico mediante a gestão dos recursos disponíveis, assegurando a sua utilização pelas gerações futuras.

O turismo denominado alternativo (cf. Primeira Parte, II., 2.1.) implica uma dimensão da responsabilização, sendo concebido como prática responsável<sup>124</sup> e sustentável, implicando a valorização da procura turística presente sem comprometimento da possibilidade de

---

<sup>123</sup> O conceito de “autenticidade encenada” apresentado por McCannel (1973) foi anteriormente abordado, a propósito da confrontação entre as expectativas do turista e as experiências vivenciadas e reais.

<sup>124</sup> O turismo responsável foi formalmente ratificado na “Conferência de Tamanrasset” em 1989, respeitando não apenas à prática turística em si, atribuível ao visitante, mas passando também pela produção e pelo conjunto variado de infraestruturas que lhe são subjacentes e que permitem a existência de visitantes num determinado local.

deslocações no futuro. Este critério requer que localmente, por parte do visitante, sejam valorizadas as características ambientais e os traços culturais encontrados aquando da visita.

O turismo fundamentado em princípios de responsabilização (cf. Primeira Parte, II., 2.1.) é qualificado de adequado, preocupado, sustentável, suave e não agressor, privilegiando: o individual em relação ao grupo organizado; o agente local especializado que personaliza os serviços prestados ao operador multinacional, (Joaquim, 1997) ao qual se atribui a anterior promoção da turistificação.

O viajante, vulgarmente denominado de “novo turista” (Lima, 2002: 7-10; Ruschmann, 1997: 94) ou “alocêntrico” (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2.), procura viver experiências únicas em destinos pouco explorados, utiliza recursos locais, geridos pelas comunidades de acolhimento, privilegia o contacto directo com as populações locais (cf. Primeira Parte, II., 2.1.), partindo do pressuposto que são parceiros com expectativas diferentes mas complementares, sem pôr em causa o meio ambiente natural (Davidson, 1992; Joaquim, 1997).

No âmbito da problemática das NFT, surgiram classificações valorativas de visitantes, alternativas à tradicionalmente utilizada de turista, passando este a ser referenciado de forma negativa por ser praticante do turismo massificado e depredador, enquanto que o viajante é conotado positivamente porque defensor das formas alternativas e responsáveis de viajar<sup>125</sup>.

O turismo responsável é relacionado com o consumo responsável (Lima, 2002: 10), no sentido da flexibilidade, da consciencialização dos riscos, da informação<sup>126</sup> e da motivação para o conhecimento e a aprendizagem, da apetência para a descoberta, entre outros aspectos.

O turista responsável é o que se preocupa com a viagem, informando-se sobre as características do país a visitar, os traços geográficos, o clima, as condições sanitárias e de saúde pública, a fauna e a flora existentes, a organização social, a religião e as práticas sociais de forma, a não degradar o ambiente e a respeitar os autóctones, minimizando os riscos à sua própria pessoa.

O “Novo Turista” pode ser então denominado de viajante, o indivíduo que se desloca com o objectivo de visitar destinos diferentes do de residência habitual, por períodos de tempo

---

<sup>125</sup> Neste sentido e de acordo com o “World Tourism and Travel Council” (1999) faz sentido falar-se não só do turista e do viajante mas também no sector do turismo e das viagens, visto que a cada estrato categorial corresponde um actor específico, com características próprias, tratando-se de indivíduos que se deslocam no espaço para além do local de residência habitual, por períodos variáveis de tempo e com objectivos relacionados com o lazer.

<sup>126</sup> Cf. art. 1º, Código Ético Mundial para o Turismo, documento aprovado pela OMT ([www.wto.org](http://www.wto.org)). .

limitados, em lazer e tempos livres, desenvolvendo actividades propícias ao conhecimento e ao enriquecimento pessoal, recorrendo a mecanismos de auto-aprendizagem, com contacto directo e fundamentado no respeito pelas diferenças entre povos, culturas e ambientes naturais. Por ser responsável, o contacto assenta no reconhecimento das diferenças, sem incorrer em avaliações qualitativas discriminatórias e hierarquizáveis (Brito, 2000b).

O conceito de Turismo Responsável foi apresentado no “Código Ético Mundial para o Turismo”, com o objectivo da promoção de uma ordem turística mundial equitativa e sustentável: Neste sentido, foi proposta e aprovada uma regulamentação das práticas turísticas com identificação de procedimentos a seguir, pelos diferentes actores envolvidos, na actividade turística: agentes e operadores turísticos, viajantes e comunidades de acolhimento.

A prossecução do desenvolvimento económico, social e cultural, com um carácter de longo prazo<sup>127</sup>, com base na actividade turística responsável e respeitadora das diferenças é entendida como viável, porque fundamentada num sector que potencialmente incentiva o estabelecimento da paz internacional, pela troca de experiências, conhecimentos e culturas. O código dá assim continuidade aos pressupostos contidos na “Conferência de Manila” de 1980 e 1997, sobre o turismo mundial e os impactos sociais do turismo, bem como à “Carta do Turista” e ao “Código do Turista” também aprovados pela OMT, em Sofia em 1985.

Para que a sustentabilidade<sup>128</sup> seja conseguida, a OMT defende que as viagens turísticas devem ser planeadas, geridas e controladas, sem dependência da sazonalidade, de forma a minimizar os impactos ambientais e culturais. Por outro lado, é considerado que os empreendimentos turísticos deverão estar enquadrados na envolvente, no que respeita aos materiais utilizados<sup>129</sup>, não degradando, do ponto de vista ambiental, visual e arquitectónico.

A planificação do turismo (OMT, 1999d: 23) é uma forma integrada e responsável de desenvolver o sector, procurando não criar problemas ambientais ou socioculturais, valorizando os recursos disponíveis, criando factores de atracção e estimulando o aumento da diversidade e da qualidade da oferta. Assim, deve ser (OMT, 1999d: 45) flexível, realista, referenciada comunitária e localmente, integrada ambiental e economicamente, global e com efeitos de sustentabilidade. Por fim, requer a participação comunitária, na execução dos

---

<sup>127</sup> Cf. art. 3º, Código Ético Mundial para o Turismo.

<sup>128</sup> Cf. art. 3º, Código Ético Mundial para o Turismo.

<sup>129</sup> Cf. art. 3º, Código Ético Mundial para o Turismo.

planos de desenvolvimento turístico, na gestão e na planificação, já que os conhecimentos autóctones são vistos como uma mais valia.

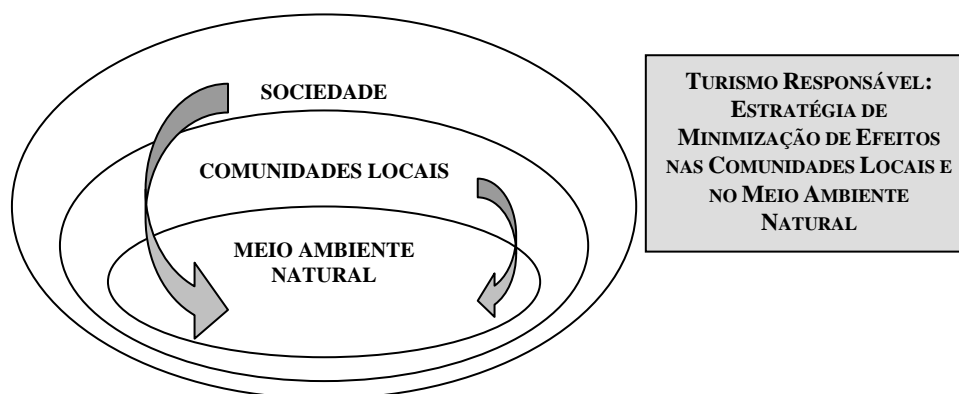
A planificação turística requer a identificação detalhada das potenciais atracções (OMT, 1999d: 81), primárias e secundárias, fundamentadas na localidade, nomeadamente:

- A disponibilidade natural traduzida na diversidade de fauna e flora, nos ecossistemas e nos locais arqueológicos ou marcos históricos importantes;
- A identificação da capacidade de carga em todas as vertentes;
- A criação de infraestruturas e de instalações de pequena escala, adaptadas aos ambientes, recorrendo a materiais disponíveis localmente e arquitectonicamente integradas;
- A produção de guias regulamentares do comportamento dos turistas, disponibilizando informação sobre a diversidade biológica e as técnicas mais adequadas de conservação.

O desenvolvimento turístico planificado requer análises do mercado, do produto e das potencialidades, definição de objectivos e identificação de metodologias (OMT, 1999d: 69).

As práticas turísticas responsáveis e sustentáveis relacionam o desenvolvimento com a promoção da localidade, conjugando o factor natural e ambiental com o humano e comunitário. O crescimento económico não é minimizado, já que é defendida a ideia que apenas com crescimento económico é possível investir localmente na preservação ambiental, humana, social e cultural. É privilegiada a prosperidade económica, presente e futura dos países receptores dos fluxos turísticos, baseados no contacto entre culturas diferentes, no respeito pela identidade e pela autenticidade das comunidades locais, na tolerância mútua entre visitantes e visitados, na salvaguarda do meio natural e arquitectónico.

Esquema nº 2 – Impacto do Turismo Responsável nas Comunidades de Acolhimento e no Meio Ambiente



Os recursos turísticos, naturais e culturais, são património comum da humanidade<sup>130</sup>, defendendo-se os direitos mas acima de tudo, os deveres dos actores envolvidos para a preservação ambiental, arquitectónica e cultural com redução do desgaste. Os operadores turísticos<sup>131</sup> são actores privilegiados na prática do turismo alternativo e responsável, já que dispõem de informações sobre as características do país e da sua população, fornecendo-as ao viajante para que, desta forma, possa adoptar os comportamentos adequados. Os agentes deverão respeitar os turistas e acolhê-los de forma hospitaleira<sup>132</sup>, garantindo a sua segurança e bem-estar<sup>133</sup>, assegurando o respeito e a preservação ambiental e cultural<sup>134</sup>. As comunidades locais deverão respeitar os modos de vida dos turistas, os gostos e expectativas e as especificidades culturais que os diferenciam<sup>135</sup>, dado que é um dos actores envolvidos no turismo responsável, sendo-lhe atribuídos deveres, no que respeita à preservação e à manutenção dos monumentos naturais ou arquitectónicos e à gestão dos recursos locais

O turismo é o resultado do intercâmbio, da troca de bens, de serviços, de conhecimentos e de experiências, em que todos os actores, por estarem envolvidos, têm direitos e deveres, desempenhando uma função imprescindível. A estratégia de desenvolvimento turístico ideal (Barré, 1997) combina a satisfação das populações locais, o sucesso da experiência turística nas suas diversas dimensões e a salvaguarda do património cultural e ambiental.

O visitante responsável procura qualidade nos serviços prestados, autenticidade no sentido da cultura permanecer viva e ainda preservação natural. A população local deve poder retirar vantagens económicas e satisfação da actividade, aperfeiçoando os saberes fazer, no que respeita às actividades artesanais tradicionais. As autoridades locais devem conseguir retirar mais valias económicas através da cobrança de impostos directos e indirectos. O que está em causa não é a simples adequação do visitado ao turista, ou do turista às comunidades de acolhimento, de forma unidireccional, mas antes a inter-relação e interdependência entre os actores envolvidos na prática, de forma bidireccional e promotora de mudanças integradas.

O nível local passou a ser objecto de interesse turístico – as aldeias comunitárias, as áreas rurais e as comunidades piscatórias (OMT, 1993). Das formas de turismo alternativo e

---

<sup>130</sup> Cf. art. 4º, Código Ético Mundial para o Turismo.

<sup>131</sup> Cf. art. 6º, Código Ético Mundial para o Turismo.

<sup>132</sup> Cf. art. 1º, Código Ético Mundial para o Turismo.

<sup>133</sup> Cf. art. 6º, Código Ético Mundial para o Turismo.

<sup>134</sup> Cf. art. 3º, Código Ético Mundial para o Turismo.

<sup>135</sup> Cf. art. 1º, Código Ético Mundial para o Turismo.

sustentável, as práticas ecológicas e as culturais encontram-se em valorização (OMT, 1999d: 21), revestindo o ecoturismo uma forma privilegiada de turismo natureza, por:

- atender prioritariamente à conservação e à preservação do meio ambiente, incluindo a diversidade biológica, a fauna e a flora,
- promover a educação ambiental, não só das comunidades locais de acolhimento, como também dos turistas (OMT, 1999d: 69 e seg.),
- requerer uma planificação detalhada por parte dos promotores, no sentido da adequação às características e às potencialidades regionais
- implicar o envolvimento das comunidades locais no processo recorrendo à participação.

O turismo ecológico é particularmente valorizado nas regiões que dispõem de meios ambiente-naturais compatíveis com a fixação de grupos caracterizados por particularidades étnicas e culturais que os diferenciam<sup>136</sup>.

---

<sup>136</sup> O turismo sustentável não se limita aos subsectores verde, azul ou branco, sendo possível encontrá-la em meios rurais urbanos. O que distingue o turismo ecológico, responsável e sustentável não é necessariamente o meio onde é promovido mas o comportamento do praticante, do promotor e da comunidade envolvente. De qualquer forma, é mais vulgar encontrar estas iniciativas em meio não urbano, dada a preocupação ecológica e ambientalista que o caracteriza.

### III. CONCLUSÃO

Na Primeira Parte do estudo procurámos apresentar os principais contributos teóricos introduzidos, ao longo da História, e que nos permitem definir e caracterizar os conceitos de desenvolvimento e de turismo. Neste sentido, adoptámos uma perspectiva entrecruzada e crítica, com o principal objectivo de explicitar a noção de sustentabilidade, a partir das temáticas em análise. Os dois principais conceitos referidos foram estudados com uma tripla preocupação, que resulta de forma conjugada:

1. Proceder à operacionalização conceptual, de forma a identificar e a compreender as diferentes dimensões que os constituem e que por isso são susceptíveis de os explicar;
2. Definir um quadro evolutivo, relativamente às principais escolas e aos paradigmas teóricos mais importantes, mediante a identificação das diversas estratégias seguidas ao longo dos tempos, evidenciando as revisões e as reformulações analíticas e a apresentação de novas propostas conceptuais;
3. Identificar as relações entre o turismo, entendido simultaneamente enquanto prática, sector de actividade económica e estratégia, e o desenvolvimento, perspectivado como um processo de mudança, que resulta na melhoria das condições de vida das populações.

No que respeita ao conceito de desenvolvimento, após uma apresentação sintética das principais escolas, procurámos realçar as abordagens alternativas, pelas quais optámos do ponto de vista analítico, implicando uma reavaliação dos pressupostos defendidos pelos paradigmas anteriores, nomeadamente pelas perspectivas economicistas ou caracteristicamente unidimensionais.

Desta forma, privilegiámos uma abordagem multidimensional, fundamentada na análise interdisciplinar e de base sistémica, por permitir a identificação de múltiplas relações entre diferentes dimensões, com valorização da humana, da comunitária e da participativa, requerendo envolvimento na prossecução dos processos de mudança. Evidenciámos o papel dos “novos protagonistas”, atribuindo valor às comunidades a um nível de intervenção local.

Assim, o desenvolvimento é, por nós, concebido de forma complexa e crítica, não apresentando linearidade – os intervenientes ou promotores envolvidos são múltiplos, sendo de valorizar as comunidades locais perspectivadas, mais do que como simples beneficiárias ou população alvo, enquanto protagonistas e actores socioeconómicos e políticos privilegiados.



O desenvolvimento é prosseguido, do ponto de vista estratégico, a partir do envolvimento efectivo das comunidades, adquirindo um conjunto de traços, entre os quais, a localidade, a responsabilização, o reforço identitário e o “empowerment”. Estes pressupostos remetem para um conjunto de traços característicos, implícitos ao desenvolvimento local, nomeadamente:

- A existência e a valorização de um sentimento de pertença a um grupo;
- A equidade no que respeita à capacidade de satisfazer as necessidades sentidas, bem como no que respeita às oportunidades;
- A autonomia;
- A sustentabilidade pressupondo a possibilidade de assegurar o bem estar presente sem pôr em causa o das gerações futuras, apelando para uma concepção de longo prazo.

De forma complementar, associámos à abordagem do conceito de desenvolvimento a análise ambiental, que adquiriu, com o tempo, uma dimensão ecológica, tendente à preservação do meio natural, evidenciando preocupação com a produção de transformações várias com efeitos de longo prazo, ou seja com uma base sustentável.

A concepção do desenvolvimento fundamentada nos pressupostos sintetizados não só não elimina, como reforça, a necessidade de adopção de uma estratégia adequada, que viabilize o crescimento económico. Este é entendido como fundamental para que o processo de mudança se torne exequível, a partir da adopção dos três grandes princípios – a inclusividade, a equidade e a sustentabilidade.

O segundo conceito analisado foi o de turismo que é simultaneamente um sector de actividade económica e uma prática de lazer, privilegiada pelas sociedades contemporâneas. Assim, tem sido vulgarmente entendido como um dos sectores prioritários para a promoção e a efectivação da mudança socioeconómica, perspectivada no longo prazo, adquirindo por isso uma dimensão de sustentabilidade na acepção mais abrangente do termo, e equacionando três grandes níveis – o social, o económica e o ambiental.

Das diferentes formas possíveis, privilegiámos as actividades turísticas alternativas, equacionando as práticas que reúnem algumas características, entre as quais o facto de ser geograficamente disperso e de fraca densidade, permitindo controlar os impactos gerados pela carga exercida, aos níveis ambiental, económico e cultural. Assim, valorizámos as iniciativas de pequena dimensão geridas localmente, fundamentadas nas potencialidades ambientais,

permitindo o desenvolvimento de actividades relacionadas com o meio envolvente, sem esquecer a especificidade cultural e o contacto permanente com as comunidades locais.

Após a década de 80, o sector do turismo, ao nível internacional, registou um incremento significativo, tanto no que respeita às chegadas como às receitas geradas, situação reforçada no decorrer da década de 90. No continente africano, as taxas de crescimento das chegadas internacionais, das receitas e da capacidade hoteleira ultrapassaram as médias mundiais. Contudo e dadas as especificidades regionais, a sub-região da África Central tem registado um menor índice de crescimento e de valorização até à data, no que respeita aos indicadores da procura turística e das receitas geradas.

No caso particular em estudo, de São Tomé e Príncipe, evidencia-se uma situação atípica em relação à sub-região em que se insere, tendo-se verificado um desequilíbrio entre as chegadas internacionais de turistas, cujo número tem aumentado, e a geração de receitas, que ao longo da década de 90 estabilizou, pelo que sendo um destino que apresenta potencialidades requer planeamento e maior atenção no que concerne à promoção e implementação.

Os pressupostos enunciados no decorrer da análise dos conceitos, em nosso entender e dadas as vantagens que encerram e que foram apresentadas anteriormente, são considerados de forma particular, quando a abordagem recai nas economias de pequena dimensão, nomeadamente nas que encerram os efeitos negativos decorrentes das situações de insularidade e de isolamento.

Os PEID requerem a adopção e a implementação de estratégias adequadas às especificidades próprias, principalmente porque se caracterizam por uma fragilidade económica, traduzida num sector produtivo incipiente e pouco diversificado, associado a um limitado mercado interno e a um sistema monetário instável, prevalecendo a ausência de investidores privados nacionais com capacidade de dinamização económica, gerando uma conseqüente dependência em relação ao exterior. Dadas as características e as particularidades socioculturais das populações autóctones, bem como as especificidades do meio ambiente natural, da diversidade paisagística e faunística, a estratégia, por nós, defendida, para estas realidades, é naturalmente de longo prazo e, de forma reforçada, tendente à sustentabilidade.

Tendo em conta as especificidades insulares e os pressupostos teóricos apresentados em relação aos conceitos de desenvolvimento e de turismo, equacionamos a estratégia turística de

natureza alternativa e ecológica, incentivando a adopção de mecanismos de responsabilização. As medidas tendentes à responsabilização são promovidas com múltiplos sentidos, entre os quais:

- A preservação ambiental, principalmente respeitante à flora e à fauna com valorização da endemidade;
- A identidade social e cultural das comunidades locais;
- A criação de autonomia.

Neste contexto, a responsabilização deverá ser estrategicamente atribuída aos três actores principais envolvidos – o turista, as comunidades locais e os promotores turísticos – permitindo atingir melhores resultados.

O turismo é entendido como um sector estratégico visto reunir um conjunto de actividades de natureza económica, interdependentes e promotoras de processos de mudança, tanto de âmbito social como económico. Por um lado, é uma actividade que encerra múltiplas oportunidades, dado o contexto internacional, tendentes à diversificação da oferta e à proliferação de destinos, permitindo uma mais fácil integração no mercado internacional, face à tendência para a globalização da economia. Por outro lado, porque torna exequível a modernização interna, tendo em conta a multiplicidade de dimensões que engloba e, por fim por resultar num mecanismo gerador de influências ao nível das comunidades de acolhimento propiciando a interacção com grupos e culturas diferentes.

O desenvolvimento do turismo pressupõe ainda a realização de investimentos multi-sectoriais, que favorecem a criação e a melhoria das infraestruturas de apoio e de ligação, nomeadamente as relativas ao alojamento e à restauração, ao transporte e à produção local, à produção artesanal e às actividades culturais e recreativas.

O turismo, enquanto sector de actividade, pode ser entendido como estratégico para o desenvolvimento, visto que os benefícios gerados no sentido da modernização são múltiplos. Assim, permite a dinamização de diferentes actividades, nomeadamente o desenvolvimento regional, com a minimização dos efeitos das assimetrias, mediante a criação de empresas exploradas localmente e que procurem efectivar a retenção local de lucros. De forma associada, viabiliza o reincentivo do mercado através da criação de uma procura suplementar,

tanto de âmbito nacional como externo, situação idêntica no que concerne à oferta, através da sustentação da actividade.

No que respeita às questões socioculturais, apesar do intercâmbio resultante do contacto entre povos com traços caracterizadores diferentes, a actividade turística pode ser um mecanismo de valorização da diversidade cultural e de troca de experiências. Apesar da pressão constantemente exercida sobre o meio ambiente natural, a prática turística pode ser um veículo de preservação das características ambientais, de conservação e de protecção de zonas naturais, no caso de existir uma estratégia planeada e controlada de utilização.

De forma conclusiva, consideramos que o desenvolvimento sustentável dos PEID pode ser dinamizado por uma estratégia turística planeada, sectorialmente integrada, viabilizando o controle da pressão exercida sobre o meio ambiente e fundamentada na valorização das culturas tradicionais. Por um lado, o incremento do turismo e a transformação de um país em destino privilegiado, favorece a minimização dos efeitos decorrentes da situação insular – a distância e o isolamento – por permitir uma aproximação entre povos e culturas. Por outro lado, porque requer a criação e a modernização de infraestruturas várias, representando um incentivo para que outros sectores de actividade económica sejam dinamizados.

Genericamente, o turismo, podendo ter efeitos imediatos, é um sector de actividade que, pelas características de interdependência com outros segmentos produtivos, pressupõe a adopção de medidas de longo prazo, implicando neste contexto uma estratégia sustentável do ponto de vista económico, ambiental ou social.

## **SEGUNDA PARTE**

### ***ASPECTOS METODOLÓGICOS E DE ENQUADRAMENTO***

*“Atravessado pela linha imaginária que divide a terra  
em hemisfério norte e sul,  
o arquipélago de São Tomé e Príncipe  
é mais do que uma reminiscência do império colonial português.  
É um daqueles raros países  
que ainda conservam lugares intocados pelo homem,  
a imagem terrena da ideia de paraíso,  
com praias de sonho  
e uma floresta exuberante e misteriosa  
e um povo dócil e generoso,  
embora pobre.”*

Pedro Garcias in Fugas, Jornal Público, 25-10-2003

Na Segunda Parte do estudo, “Aspectos Metodológicos e de Enquadramento”, temos uma tripla preocupação: por um lado, de proceder à apresentação e à justificação das opções metodológicas; por outro lado, de traçar a caracterização da sociedade santomense, com base num conjunto de critérios previamente definidos; por fim, de analisar a importância estratégica do sector do turismo para o desenvolvimento do arquipélago.

No que respeita à metodologia adoptada, procuramos, a partir das questões epistemológicas apresentadas na Introdução, justificar a selecção das técnicas de recolha e de tratamento da informação, que viabilizaram o estudo de caso (cf. Terceira Parte) e a prossecução da pesquisa no terreno.

O capítulo I da Segunda Parte é dedicado à apresentação e à justificação: das técnicas de pesquisa, nomeadamente a análise bibliográfica e documental que permitiu o enquadramento teórico e conceptual (cf. Primeira Parte), bem como a caracterização e o enquadramento apresentados na Segunda Parte, a entrevista e a observação directa; dos critérios que estiveram presentes na identificação e na escolha dos interlocutores, tanto para os contactos informais estabelecidos, como para a recolha formal de informação.

No capítulo II procuramos apresentar os principais elementos de enquadramento, que nos permitem caracterizar o arquipélago de São Tomé e Príncipe. Assim: os factores de contextualização privilegiados são o geográfico, o histórico e o político; os indicadores de caracterização da sociedade santomense são os sociodemográficos, os socioculturais e os socioeconómicos; os dados ambientais respeitam à identificação dos principais ecossistemas, terrestres e marinhos, e dos problemas com que o país se confronta.

No capítulo III analisamos a importância do turismo em São Tomé e Príncipe, procurando estabelecer o traçado evolutivo do sector, assim como proceder à identificação das principais potencialidades e dos constrangimentos.

De forma complementar, procuramos abordar as políticas nacionais de incremento do sector, com particularização do papel do Estado, nomeadamente do ponto de vista regulamentar e relacionado com o planeamento. O capítulo é concluído com a avaliação prospectiva e com a apresentação dos resultados esperados.

## **I. JUSTIFICAÇÃO METODOLÓGICA**

De acordo com a Introdução (cf. Introdução, 2.), a metodologia adoptada decorre dos critérios epistemológicos apresentados, nomeadamente relacionados com a interdisciplinaridade e com a associação entre a objectividade, esperada numa investigação científica, e a racionalidade emocional, derivante do envolvimento pessoal da investigadora, no decorrer das estadias no arquipélago.

Neste capítulo, apresentamos e justificamos as técnicas de recolha de informação privilegiadas, por as considerarmos as mais adequadas ao presente processo de investigação, bem como à realidade estudada. Por fim, identificamos as categorias de informantes privilegiados, nomeadamente para a realização de entrevistas, procurando abranger os representantes do Estado, os promotores turísticos e os representantes das comunidades envolvidas.

### **1. AS TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO**

Metodologicamente, optámos pela conjugação de diferentes técnicas de recolha e de tratamento de informação (Albarello, 1995: 15-47), procurando atender para as vantagens acrescidas resultantes do cruzamento de métodos qualitativos e quantitativos. No decorrer do estudo, e tendo presentes as características da investigação, privilegiámos as abordagens qualitativas, por considerarmos que são as que melhor se adequam.

As investigações fundamentadas em abordagens metodológicas qualitativas, podendo ser caracteristicamente dedutivas, tendem a privilegiar a lógica indutiva (Maroy, 1997: 117), por implicarem a pesquisa de campo, verificando-se uma inter-relação permanente entre os pressupostos de base da investigação, as hipóteses e a própria pesquisa no terreno.

Particularmente na fase inicial, e apesar de ser uma preocupação que esteve presente no decorrer de todo o estudo, foi valorizada a análise intensiva de fontes escritas oficiais e não oficiais, de índole bibliográfica e documental, com a finalidade de procedermos a uma contínua revisão dos conceitos abordados. Assim, procurámos uma adequada justificação teórica do tema proposto mediante a recolha, a sistematização e a reflexão crítica de fontes escritas, principalmente de âmbito bibliográfico.

A fundamentação conceptual e teórica procurou enquadrar a evolução da abordagem do desenvolvimento e do incremento da actividade turística, particularmente quando equacionada como via para a sustentabilidade e para a mudança perspectivada no longo prazo, com efeitos duradouros e com um carácter de permanência.

De forma complementar, privilegiámos: por um lado, a análise de fontes escritas documentais não oficiais<sup>139</sup>, primárias e secundárias, tais como publicações periódicas informativas e de divulgação; por outro lado, valorizámos fontes documentais escritas oficiais, particularmente a regulamentação do sector ambiental e de enquadramento da actividade turística.

No sentido de proceder à análise de fontes escritas, foram privilegiados Centros de Documentação e Bibliotecas, entre os quais:

- em Lisboa – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT), Centro de Investigação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC)
- na cidade de São Tomé – Centro Cultural Português, delegação do PNUD, Arquivo Histórico e Biblioteca Nacional.

De forma a darmos continuidade à caracterização da realidade africana, identificada a partir de um critério geográfico e regional<sup>140</sup>, valorizámos a recolha e a sistematização de fontes estatísticas, nas três concepções (Albarello, 1995: 15-47) vulgarmente aceites – estatísticas correntes, análises estatísticas e estatísticas resultantes de investigações anteriores. Visto a disponibilidade estatística e a sua fiabilidade serem reduzidas, na RDSTP, sobretudo no que respeita ao turismo, confrontámo-nos com limites na caracterização da sociedade santomense. Atendendo aos constrangimentos relacionados com a selecção de dados, privilegiámos as publicações promovidas por diferentes organismos oficiais, tendo sido valorizados os estudos quantitativos realizados por instituições santomenses, tais como: o Instituto Nacional de Estatística (INE); os diferentes Ministérios, com particular atenção para os do Plano e Finanças e da Indústria, do Comércio e do Turismo, destacando-se a Direcção de Turismo e Hotelaria (DTH). De forma a podermos complementar alguns indicadores, recorreremos com

---

<sup>139</sup> Como fonte escrita não oficial, foram privilegiados os jornais on-line, produzidos por jornalistas santomenses e com edição diária, “Téla Nón (Nossa Terra)”, “A Vitrine” em <http://www.stome.net>, “Jornal” em <http://www.jornal.st>, bem como outros meios escritos de comunicação social, entre os quais jornais e revistas periódicas africanas.

<sup>140</sup> A análise dos dados estatísticos tendente à caracterização partiu de um critério de focalização da realidade macro para a micro, sectorialmente e do ponto de vista socioeconómico, evidenciando a importância do sector do turismo. Assim, foram analisados dados referentes ao continente africano, à região da África Central e por fim a RDSTP.



frequência a dados fornecidos: pela ECOFAC; pelo Banco Mundial, pelo PNUD, pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

A análise dos dados foi realizada com o objectivo de caracterizar a sociedade e a economia santomenses, traçando um quadro evolutivo das tendências sociodemográficas, culturais e económicas, procurando evidenciar a importância relativa da actividade turística no cômputo da economia nacional.

Neste contexto, foram privilegiados os dados sistematizados nos relatórios produzidos por um conjunto de organismos, santomenses e estrangeiros<sup>141</sup>:

No decorrer dos trabalhos, e de forma a tornar viável a confrontação entre as concepções teóricas, enunciadas e apresentadas, e a realidade prática observada, optámos pela adopção da técnica da pesquisa no terreno, com um carácter intensivo, da totalidade de iniciativas de turismo ecológico. De forma a complementar o estudo do universo, tivemos a preocupação de recorrer à metodologia do estudo de caso, fundamentada na conjugação de diferentes técnicas para a recolha de informação e para o tratamento.

A metodologia do estudo de caso tem sido definida por alguns autores (Bell, 1997: 22) como um conjunto de técnicas de investigação que viabiliza a análise de casos específicos, não se limitando à simples descrição dos acontecimentos e pressupondo uma perspectiva analítica. As principais vantagens que reúne podem ser apresentadas de acordo com a seguinte sistematização, que a define como uma metodologia que:

- pelas suas características, se revela adequada a estudos conduzidos por investigadores isolados no decurso de pesquisas individuais,
- pressupõe uma recolha sistemática e permanente de informação relacionada com o caso em estudo, previamente identificado e seleccionado, com base no plano de trabalho definido,
- permite a utilização e a conjugação de diversas técnicas de pesquisa enquanto metodologia qualitativa e o estabelecimento de interacções entre as diferentes variáveis contextuais e explicativas do problema em análise,
- proporciona um estudo aprofundado de casos concretos, num período de tempo considerado, permitindo que o investigador se concentre em situações específicas, com o objectivo de identificar os processos em interacção.

---

<sup>141</sup> Para a identificação das fontes consultadas por cada organismo, cf. Bibliografia Consultada.

Tendo em conta as características inerentes à metodologia adoptada, a identificação de uma amostra representativa da prática de turismo ecológico na RDSTP e dos seus efeitos nos três níveis estudados – a sociedade, a economia e o meio ambiente – procurando a posterior generalização parcial ou total, dos resultados verificados nos casos em estudo para a totalidade do universo, não se revelou viável.

As razões que nos levaram a não optar pela definição de uma amostra prenderam-se com o facto do turismo ser uma actividade que se encontrava em fase de dinamização com diversificação dos diferentes segmentos, pelo que ainda numa fase inicial e incipiente. Os projectos em curso caracterizam-se pela reduzida dimensão e os efeitos gerados têm tido apenas um reflexo localizado. Assim, para que não incorrêssemos em análises redutoras, pouco significativas ou em superficialidades analíticas, resultantes da eventual não representatividade dada a reduzida dimensão das iniciativas em estudo, optámos por analisar o universo das iniciativas de turismo ecológico santomense, referenciando as projectadas.

O estudo recaiu no universo das iniciativas existentes, na sua diversidade, incluindo não só os complexos turísticos dotados de alojamento, e em funcionamento, como também os percursos de observação, terrestres e marítimos, organizados formal e informalmente pelos diferentes promotores. Esta opção fundamentou-se no facto de entendermos que as diversas iniciativas eram complementares e dinamizadoras de mudança, sempre que analisadas com base numa perspectiva de conjunto. Assim, rejeitámos a generalização das conclusões evidenciadas pela análise de um único caso, visto termos adoptado o estudo aprofundado da totalidade das situações que apresentavam características diferenciadas de intervenção.

Em nossa opinião, esta escolha justificou-se, apesar das iniciativas em análise se encontrarem dispersas no território, espalhadas pela ilha de São Tomé e ainda pelo Ilhéu das Rolas, existindo projectos para o Príncipe. Assim:

- na RDSTP os complexos de turismo alternativo e ecológico, bem como as iniciativas de lazer e de observação eram em pequeno número, pelo que de possível identificação, sendo o contacto com os promotores facilitado à partida,
- os complexos turísticos tinham uma taxa de ocupação reduzida quando comparados com outros destinos que apresentavam as mesmas características,
- as iniciativas de turismo ecológico na RDSTP não revelaram sazonalidade dado ser uma actividade cuja procura evidenciava fracas oscilações ao longo do ano,

- nas ilhas santomenses, a actividade turística alternativa ultrapassava o campo de actuação dos hotéis e dos complexos turísticos, sendo, particularmente, incentivada pelas agências de turismo e a partir de mecanismos informais ou de contactos personalizados.

A pesquisa no terreno pode ser definida (Costa, 1987: 138) como “a arte de obter respostas sem fazer perguntas”, recorrendo frequentemente à informalidade e à observação directa para a recolha e para a selecção de informação. Esta é uma metodologia que se caracteriza pela flexibilidade (Costa, 1987: 133) nos procedimentos e na identificação das técnicas a adoptar, no decurso da investigação.

A principal finalidade da adopção da metodologia de pesquisa intensiva de terreno com um carácter sistemático, mediante a realização de estudo de caso, foi, de forma directa e recorrendo à observação, apreender os efeitos reais no desenvolvimento local santomense no quotidiano das populações, provocados pelo incremento da actividade turística, assim como o impacto das práticas ao nível ambiental.

Estes objectivos pressupuseram que as mudanças e as alterações verificadas pudessem ser qualificadas de positivas, podendo também revelar-se negativas, se não houvesse uma linearidade na análise, por ser entendida como eminentemente crítica. Desta forma, não partimos do pressuposto que as transformações operadas com o incremento do turismo tiveram necessariamente um carácter linear, positivo ou um sentido ascendente, como seria, naturalmente, desejável. Procurámos, antes de mais, adoptar uma perspectiva analítica e crítica no decorrer tanto da observação como da análise dos resultados.

Dadas as contingências inerentes à natureza do estudo não se revelou viável a adopção da técnica da observação participante<sup>142</sup>, apesar de termos procurado valorizar e recorrer à técnica da observação, sempre que se reuniram as condições que a permitiram durante a investigação no terreno. A pesquisa a que nos propusemos implicou a visita e o estudo da totalidade de complexos, dos promotores e das iniciativas de turismo alternativo existentes, de forma a dispormos de um campo de análise mais abrangente e representativo que conferisse fiabilidade e permitisse a fundamentação das situações analisadas.

Esta opção ficou à partida condicionada pelas características do arquipélago, nomeadamente pelas dificuldades de comunicação e de acessibilidade, dado que as iniciativas nem sempre se

encontravam concentradas, do ponto de vista territorial, mas antes dispersas. Assim, a observação participante não se revelou exequível quando procurámos proceder a uma pesquisa intensiva com cobertura de todas as iniciativas.

A nossa opção recaiu na observação não participante através do estabelecimento de contactos vários com as populações locais, com os promotores e representantes do Estado, sem esquecer os visitantes. Assim, recorreremos à observação directa procurando recolher informações e opiniões, mas também testemunhar (Peretz, 2000: 24), de forma directa e no terreno, comportamentos e atitudes relacionados com a prática e a actividade turística.

Procurámos adaptar-nos aos meios em análise, de forma a minimizar as interferências e os efeitos negativos, na recolha de informação, resultantes do facto da nossa presença ser externa aos diferentes grupos em análise (Costa, 1987: 135). Assim, procurámos identificar inicialmente informantes privilegiados e com eles manter um contacto permanente, durante todo o período da pesquisa no terreno, de forma a facilitar a interacção com os grupos.

Durante o período de tempo em que decorreu o trabalho de campo, observando a realidade envolvente, os espaços e os objectos, bem como os diferentes comportamentos e atitudes dos actores sociais envolvidos, recorreremos a um múltiplo registo de informação – escrito, gravado e fotográfico – permitindo-nos a posterior análise da informação, de forma mais completa. Assim, procurámos observar para compreender, descrever, caracterizar e analisar, sem que fosse nossa intenção induzir comportamentos (Peretz, 2000: 28; Costa, 1987: 132) em situações determinadas.

Pelas razões apresentadas, a técnica da observação teve um carácter contínuo e sistemático, em que a investigadora se deslocou, em diferentes momentos, a todas as iniciativas de turismo estudadas – na ilha de São Tomé e no Ilhéu das Rolas. Neste sentido procurámos apreender a realidade e as eventuais mudanças operadas (Peretz, 2000: 14) através da observação directa, da elaboração de um diário de pesquisa ou de campo, da realização de entrevistas e, de forma complementar, mas não enquanto técnica principal, da aplicação de inquéritos por questionário. Esta metodologia foi seguida para as iniciativas informais e para as promovidas pelos agentes turísticos aquando da realização de percursos de “trekking” e de observação de espécies endémicas.

---

<sup>142</sup> A observação participante enquanto técnica requer a inserção do investigador no grupo, a partilha de actividades, a aceitação por parte dos outros membros, a vivência no meio e nas mesmas condições por longos períodos de tempo.

Além das visitas para observação e de estadias em complexos de turismo ecológico, foram efectuados os percursos pedestres e as visitas marítimas com grupos, com os quais foram desenvolvidas, em conjunto, as actividades promovidas, podendo com eles contactar directamente de forma a recolher informalmente impressões e observar comportamentos.

No que respeita à observação, procedemos a duas deslocações principais<sup>143</sup> e outras de permanência breve. A primeira teve uma duração reduzida, visto que a finalidade foi o estabelecimento de contactos informais com informantes privilegiados, a negociação da pesquisa com promotores turísticos, a recolha de dados quantitativos específicos e que nos permitiram proceder à caracterização do país. A segunda deslocação deu continuidade à primeira, tendo uma duração prolongada e contínua, apenas intercalada para as reuniões de orientação, no sentido de proceder à pesquisa no terreno e ao estudo de caso, ao acompanhamento das actividades desenvolvidas através de observação directa.

No decorrer das deslocações, foi elaborado um diário de pesquisa ou de campo, no qual foram diariamente registados e sistematizados: os contactos efectuados; os percursos realizados e as actividades desenvolvidas; as histórias relatadas e ouvidas; as curiosidades observadas, mas também as dificuldades sentidas nas diferentes fases do trabalho<sup>144</sup>.

No que respeita à prossecução do estudo de caso, adoptámos um critério pluri-metodológico, privilegiando a conjugação de técnicas de natureza qualitativa por serem as que, em nossa opinião, evidenciaram maiores potencialidades para o estudo de caso intensivo. Além da observação directa de situações concretas e do acompanhamento das iniciativas, adoptámos a técnica da entrevista, tendencialmente semidirectiva.

A entrevista foi valorizada como técnica de pesquisa principal no decurso do trabalho de campo, visto ser a que permite realçar a importância da comunicação, oral e gestual, assim como a expressividade transmitida, no decorrer da recolha de informações. Da mesma forma, é uma técnica que permite obter, explícita e implicitamente, uma maior diversidade e riqueza de informações acerca do tema em análise (Albarello, 1997: 86), sendo possível complementar a informação através de observação, registo e análise da linguagem não oral.

---

<sup>143</sup> As deslocações principais à RDSTP, com o objectivo da pesquisa, tiveram lugar entre 10 de Fevereiro e 4 de Março de 2002, bem como entre Outubro de 2002 e Agosto de 2003. Posteriormente foi efectuada uma deslocação para confirmação de alguns dados e rectificação final entre Setembro e Dezembro de 2003. Contudo, a investigadora já havia efectuado deslocações anteriores em Setembro de 2000 e entre 24 de Novembro e 17 de Dezembro de 2001.

<sup>144</sup> Em algumas situações recorremos à observação directa referida por Costa (1987: 136) pressupondo a recolha de informação através de mecanismos não formalizados, muitas vezes não verbais e apenas visuais e auditivos.

## **2. JUSTIFICAÇÃO ANALÍTICA E DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS**

A escolha da entrevista como técnica principal justificou-se pelas vantagens que apresenta, desde a fase exploratória até à pesquisa no terreno propriamente dita (Ruquoy, 1997: 84). Por um lado, por permitir o estabelecimento, entre o entrevistador e o entrevistado, de uma relação marcada pela informalidade, favorecendo a troca de informações, precisa e completa (op. cit., 1997: 86), já que o momento da entrevista é sentido, para ambos, com menor constrangimento. Por outro lado, por ser o instrumento que melhor permite recolher dados acerca de representações, de valores, de opiniões, de pensamentos e de práticas que caracterizam um dado grupo<sup>145</sup>.

A técnica da entrevista implica a conjugação de um conjunto de princípios metodológicos, tais como a existência de uma relação verbal entre o investigador e o entrevistado, a apresentação inicial do tema e a utilização de um guião previamente estruturado, de forma a viabilizar a recolha do máximo de informação possível em função dos objectivos do estudo.

De entre os diferentes tipos de entrevistas optámos pela semidirectiva por considerarmos que era a que apresentava mais vantagens acrescidas para a recolha de informação no decurso do trabalho de campo, bem como para o tratamento e para a análise final. A semidirectividade permitiu que a recolha fosse efectuada de forma estruturada em função do tema (Ruquoy, 1997: 87), sem que ocorresse a possível fuga de respostas, tal como acontece com frequência nas não directivas, ou o controle excessivo, com o constrangimento da informação condicionada pela directividade.

A semidirectividade (Albarello, 1997: 87) na condução da entrevista foi valorizada pelos traços inerentes à própria técnica. Por um lado, por permitir que a conversa fosse conduzida com base no aprofundamento de determinados assuntos que iam sendo abordados, a partir de um guião, e sem que houvesse dispersão do tema proposto. Por outro lado, porque o discurso do entrevistado foi valorizado, sendo-lhe conferida alguma margem de liberdade, de forma a estruturar o raciocínio e as respostas. O papel do investigador enquanto entrevistador foi

---

<sup>145</sup> Os entrevistados são identificados por tipologias de informantes privilegiados que, de alguma forma, caracterizam as comunidades locais, profissionais ou outras.

delimitado (Ruquoy, 1997: 95), sendo o objectivo acompanhar o pensamento e o discurso do entrevistado, tendo presente o objecto da pesquisa e o guião da entrevista. Neste sentido, foi importante o estabelecimento de uma relação de confiança e de interacção<sup>146</sup>.

No decorrer do trabalho de campo, e mediante a adopção das técnicas de recolha qualitativas, nomeadamente nos contactos que efectuámos com os informantes privilegiados, com os entrevistados e com as comunidades, procurámos adoptar uma postura de acordo com o conjunto de procedimentos habitualmente defendidos (Ruquoy, 1997: 108). Assim,

- revelar interesse pelo tema e pelos casos estudados e explicar a sua pertinência e os objectivos da recolha da informação,
- motivar os informantes privilegiados e os entrevistados para o diálogo e a troca de informações, clarificando os factores que condicionaram a escolha do interlocutor,
- ter receptividade para a percepção de uma série de sinais que pudessem reforçar algumas afirmações, ou pelo contrário a postura de retracção face a algumas temáticas abordadas no decurso da entrevista,
- minimizar os receios e as apreensões dos entrevistados de forma que as informações que pudessem fornecer fossem o mais completas possível.

Apesar de privilegiarmos as metodologias de natureza qualitativa, não excluimos a necessidade de recorrer a alguns procedimentos de quantificação, entendidos como complementares, de forma a permitir uma comprovação mais fundamentada das hipóteses de trabalho enunciadas. Desta forma, e procurando uma sistematização, a pesquisa assentou num conjunto associado de técnicas de recolha com posterior tratamento entrecruzado.

1. Numa fase inicial, mas também no decorrer de todo o estudo, foi privilegiada a recolha e a posterior análise de fontes, principalmente escritas, oficiais e não oficiais, bibliográficas e documentais, primárias e secundárias, nomeadamente livros, legislação, documentos oficiais, jornais e artigos de revistas, prospectos e folhetos caracterizadores e de apresentação, entre outros. Foram particularmente valorizadas e seleccionadas, sempre que possível, as referências primárias de forma a minimizar as leituras e as interpretações particulares de outros autores, eventualmente marcadas pela subjectividade, sendo que, as fontes secundárias foram utilizadas de forma complementar, viabilizando a análise conceptual e a definição da grelha teórica de fundamentação dos estudos de caso.

---

<sup>146</sup> Na situação de entrevista, não são apenas as emoções, os sentimentos e as crenças do entrevistado que emergem no discurso. A visão subjectiva do entrevistador, as suas crenças, ideias, concepções e sentimentos em relação ao tema e à abordagem do entrevistado também estão presentes, condicionando, em certa medida, a recolha de informação e toda a pesquisa. Além do quadro cultural de referência poder apresentar diferenças que dificultem a comunicação, há ainda que considerar o contexto e o meio social que contextualiza a realização da entrevista, podendo ser entendidos como factores limite e, por essa razão, constrangedores (Ruquoy, 1997: 96-100) à pesquisa.

2. A pesquisa sistemática e intensiva de sites com selecção de informação na World Wide Web foi valorizada, sobretudo no que respeita a temáticas específicas, tais como os PEID, a caracterização quantitativa da realidade santomense e a temática ecológica na África Central, e em particular na RDSTP, em muitos casos com um carácter eminentemente introdutório e de despistagem. Recorremos ainda a informação publicitária, também em suporte electrónico (CD-Rom<sup>147</sup>), e de divulgação da imagem do país como destino turístico evidenciando as potencialidades naturais, de fauna e de flora, culturais e arquitectónicas.
3. Foi efectuada uma recolha intensiva e posterior análise de fontes estatísticas<sup>148</sup>, disponibilizadas em relatórios oficiais e produzidas pelos organismos santomenses e internacionais já referenciados, como meio de enquadramento, de contextualização e de caracterização, tanto da sociedade santomense como dos sectores de actividade económica preponderantes, equacionados numa perspectiva evolutiva. De forma consequente a possibilidade de recorreremos a dados quantitativos permitiu-nos identificar a importância relativa da actividade turística no cômputo geral da economia e a valorização crescente da dimensão ambiental. Neste sentido, sempre que possível, foram privilegiadas as fontes de informação nacionais.
4. No arquipélago<sup>149</sup> confrontámo-nos com a ausência de uma identificação oficial, bem como de uma listagem das iniciativas e dos complexos turísticos existentes, com particularização, discriminação, caracterização e categorização por tipologias. Assim, e de forma a tornar exequível a identificação e a posterior selecção das iniciativas de turismo ecológico, que viabilizaram a adopção da metodologia do estudo de caso e da pesquisa intensiva no terreno, como metodologia principal, confrontámo-nos com a necessidade de, numa primeira incursão no terreno, proceder à elaboração de uma listagem. De forma consequente procurámos, em função das categorias tipológicas apresentadas pela OMT e pelo PNUD, classificar as diferentes iniciativas de turismo existentes (cf. Anexos), destacando as que se podem considerar no âmbito do conceito de turismo ecológico e promotoras de desenvolvimento sustentável, enunciando as projectadas e com previsão de implementação no decurso de 2004.
5. Numa fase de despistagem, e aquando da visita inicial, procurámos recolher toda a informação disponível, não só mediante o estabelecimento de contactos personalizados com organismos vários, como através de observação directa da realidade. De forma complementar, realizámos entrevistas exploratórias e estabelecemos contactos informais com informantes privilegiados<sup>150</sup> que, por um lado, forneceram informações relevantes

---

<sup>147</sup> Estes materiais foram disponibilizados por Manuel Rolo, enquanto representante do Equator's Line (em Fevereiro de 2002) e por Carlos Vila Nova da Mistral Voyages (Fevereiro de 2002).

<sup>148</sup> Os dados apresentados e descritos como caracterizadores da realidade santomense, do ponto de vista socioeconómico, foram analisados de forma cuidada, crítica e com algumas reservas, dado o carácter precário e por vezes sectorial da maioria dos dados recolhidos, reflectindo uma prévia selecção de fontes por comparação.

<sup>149</sup> Na RDSTP (Fevereiro de 2002) contactámos a DTH e reunimo-nos com o então Director, Jorge Correia que, tendo disponibilizado dados e informações, se confrontava com a inexistência de tipologias categoriais e estatísticas de turismo com especificação da origem dos turistas por entradas, tempo de permanência, tipo de alojamento, entre outra informação que existindo, seria de grande utilidade para a dinamização do sector.

<sup>150</sup> Os informantes privilegiados foram identificados pelas características evidenciadas, nomeadamente pelo conhecimento profundo da realidade envolvente, pela capacidade de inserção no interior do grupo em análise, pelo estatuto e posição social no contexto do grupo (Costa 1987: 139).



para a análise e, por outro lado, nos permitiram, numa fase posterior, proceder à análise intensiva e ao estudo de caso. Estes contactos foram realizados no âmbito de Ministérios na Cidade de São Tomé, Embaixadas da RDSTP em Lisboa e de Portugal na Cidade de São Tomé, representantes da DTH de São Tomé e Príncipe, representantes de agências de viagens e promotores turísticos em São Tomé, destacando os dedicados à prática de turismo ecológico. Esta foi a fase da negociação da pesquisa garantindo a autorização para realizar a investigação, com promotores turísticos, agentes de viagens e operadores.

6. Numa fase posterior, que coincidiu com uma estadia de longa duração, recorreremos, de forma prioritária, à observação directa, procedendo de forma complementar à realização de entrevistas semidirectivas, a partir de uma selecção prévia dos complexos e das iniciativas de turismo ecológico a:
  - 6.1. Representantes de institutos públicos e outros organismos (cf. Anexos), de forma a obtermos, não só a perspectiva institucional nacional, como também dos principais organismos que têm apoiado a implementação do turismo como actividade principal e promotora de desenvolvimentos.
  - 6.2. Promotores ou seus representantes dos projectos de turismo ecológico (cf. Anexos) estudados, de forma a recolher informação qualitativa, através da realização de entrevistas, referentes a: caracterização dos projectos; principais objectivos presentes aquando do planeamento e da implementação; principais dificuldades sentidas, bem como apoios recebidos; formas de divulgação e de marketing turístico, nacional e internacional; identificação dos principais parceiros; caracterização das actividades desenvolvidas, das formas de interdependência e de relacionamento com as comunidades locais, bem como com a envolvente natural; identificação das formas de preservação cultural e ambiental, de divulgação das características locais entendidas como susceptíveis de valorização do ponto de vista turístico.
  - 6.3. Líderes locais<sup>151</sup>, nomeadamente, representantes e dirigentes comunitários, associações ou organizações locais, de forma a tornar possível a análise das principais mudanças e alterações, qualificadas de positivas e negativas, sentidas pelas comunidades locais a partir da implementação e da dinamização da actividade turística na região, efeitos ao nível do emprego com a geração de novos postos de trabalho, directos e indirectos, criação de novas necessidades nas populações locais, diversificação da produção e sua canalização para o desenvolvimento do projecto, evidência de factores de perturbação e da criação de disfunções sociais, culturais e ambientais, existência de envolvimento das populações locais na implementação e no desenvolvimento da iniciativa.
7. Ao longo do estudo de caso, adoptámos a observação directa no terreno, com a finalidade de identificar e de confrontar as actividades promovidas por iniciativa. De forma complementar, procurámos analisar, descrever e caracterizar criticamente o relacionamento entre os promotores das iniciativas e as comunidades locais, tal como a identificação dos efeitos gerados pelo desenvolvimento da actividade, tanto ao nível da

---

<sup>151</sup> Foram entrevistados os representantes das comunidades locais da Roça de S. João, Chamiço, Monte Forte, Bombaim e Colónia Açoreana.

promoção como no que respeita ao próprio turista, através da observação da relação estabelecida entre o turista, as populações autóctones, os promotores e os agentes.

No que respeita à análise de dados, preocupámo-nos, numa primeira fase, em contextualizar os casos estudados, apresentando as principais características associadas a fundamentações quantitativas e a elementos descritivos. De forma complementar, procurámos relacionar e cruzar a informação descritiva com informações várias e dados observados no terreno. No que respeita à análise das entrevistas, optámos pela técnica de análise de conteúdo<sup>152</sup>, partindo de uma descrição analítica da informação (Bardin, 1979: 34) e dos seus significados. Desta forma, recorreremos a análise temática, a partir de um critério de tratamento da informação sistemático e objectivo, por considerarmos ser o que melhor permite a identificação e a caracterização de atitudes e de comportamentos que traduzem processos de mudança.

A análise qualitativa das entrevistas (Maroy, 1997: 118) permitiu identificar tipologias e categorias adequadas, estabelecendo uma rede de relações, com base nas afirmações emitidas no decurso das entrevistas. Inicialmente, a análise permitiu uma descrição simples, facilitando a identificação dos principais conceitos, com base numa grelha construída. Com o decorrer da investigação, foi possível proceder a uma descrição analítica, tendo em conta que muitas das categorias acabaram por surgir do próprio discurso, ou seja com um pressuposto indutivo, de base exploratório e revisionista.

Durante o processo de análise das entrevistas (Maroy, 1997: 123) foram evidenciados três momentos principais, distintos mas que se complementam: a redução dos dados, a organização da informação e a sua interpretação ou validação. No primeiro momento procurámos seleccionar e simplificar a informação focalizando-a em função do objectivo da pesquisa, sendo um trabalho eminentemente de descoberta, de identificação de categorias e de seu aperfeiçoamento. No segundo momento, a informação foi reorganizada, a partir de uma codificação que permitiu organizar o material recolhido, de forma a facilitar a terceira fase, caracteristicamente de interpretação e de validação da informação recolhida.

A informação das entrevistas foi tratada e descodificada com base na elaboração de uma grelha de análise (Maroy, 1997: 129) traduzindo a relação entre os diferentes conceitos e

---

<sup>152</sup> Bardin (1979: 31) considera a análise de conteúdo como um conjunto de apetrechos e não como uma única e simples técnica de tratamento de informação.

dimensões, tendo presente o objectivo do estudo. A grelha de análise resultou da elaboração de grelhas de registo, pelo que tivemos a preocupação de a construir de forma simples para que fosse possível estabelecer um fio condutor entre as categorias consideradas, facilitando a leitura. Assim, no presente estudo acabámos por recorrer às grelhas de registo, para cada caso em análise ou seja para cada entrevista, resultando destas uma grelha de análise que permitiu comparar a informação referente a cada conceito, e entrevista a entrevista.

A elaboração das grelhas de análise (Maroy, 1997: 134) pressupôs a identificação e a definição de um conjunto de procedimentos metodológicos, entendidos como necessários, para que a sistematização da informação fosse concluída. Assim, recorremos ao preenchimento de folhas resumo, sistematizando temas e questões abordadas porque consideradas mais relevantes, à elaboração de comentários analíticos, muitas vezes sob a forma de anotações, à sistematização de informação diversa num diário de pesquisa que permitiu a reconstituição do historial da investigação no terreno e à produção de uma síntese ou de um memorando com explicitações entendidas como úteis para a análise.

## **II. ENQUADRAMENTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

A RDSTP é um Estado africano insular, de natureza arquipelágica (cf. Primeira Parte, I., 4.), com ligação histórica a Portugal, podendo denominar-se por democracia recente. Do ponto de vista produtivo, o arquipélago tem-se caracterizado pelo predomínio do sector primário, destacando-se as actividades agrícolas, pecuárias e piscatórias, maioritariamente destinadas ao autoconsumo.

Pela fragilidade socioeconómica, a actividade produtiva não tem evidenciado planeamento, pelo que os problemas e os riscos de natureza ambiental têm emergido.

O capítulo “Enquadramento e Caracterização Geral de São Tomé e Príncipe” é iniciado com a contextualização geográfica, histórica e política deste PEID. Seguidamente, é efectuada a caracterização da sociedade santomense, com base num conjunto de indicadores, tais como os sociodemográficos, os socioculturais e os socioeconómicos. O capítulo é concluído com a apresentação das principais especificidades ambientais, destacando-se as zonas florestais.

### **1. CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E POLÍTICA**

A RDSTP é um PEID situado geograficamente na região da África Central, de natureza arquipelágica (cf. Primeira Parte, I., 4.), referenciado a partir do Oceano Atlântico e constituído por duas ilhas principais – São Tomé e Príncipe – e um conjunto de Ilhéus, não sendo a maioria destes habitada<sup>153</sup>.

O arquipélago foi descoberto e colonizado pelos portugueses na segunda metade do século XV, tendo tido, no contexto colonial, importância económica tardia para a metrópole, caracterizada pela existência de ciclos, sendo alvo de evoluções ao longo do tempo, até se tornar politicamente independente em 1975.

Em termos de características, a RDSTP distingue-se da maioria dos Estados Africanos, não apenas pelos traços relacionados com a situação de insularidade, de isolamento e de dimensão, mas pelo percurso histórico de dominação colonial portuguesa de cerca de 500

---

<sup>153</sup> Os ilhéus habitados são o Ilhéu das Rolas (a sul de São Tomé) e o Ilhéu Bombom (junto ao Príncipe), sendo os não habitados – o Ilhéu de Santana, Ilhéu das Cabras, Sete Pedras (adjacentes à Ilha de São Tomé) e Ilhéu Carçoço ou Boné de Jóquei, Pedras da Galé, Tinhosas e Mosteiro (adjacentes à Ilha do Príncipe)

anos, pela evolução de âmbito sociodemográfico, cultural e político, pelas particularidades ambientais e pela especificidade do sector económico e produtivo.

Neste ponto, começamos por apresentar as principais características geográficas do país, que podem ser entendidas de forma dupla e oposta – por um lado como potenciais, atendendo à estratégia turística de contornos ecológicos, por outro lado como factores constrangedores para o desenvolvimento do país, dado o isolamento, a distância e a reduzida dimensão. Seguidamente, procuramos efectuar um breve traçado histórico do arquipélago, evidenciando os principais períodos, que permitem compreender a realidade santomense dos dias de hoje, do ponto de vista social, político e económico. Por fim, apresentamos as principais características da gestão do poder político e económico, destacando o momento da independência política e, posteriormente, da transição para a democracia e a liberalização económica.

### **1.1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ARQUIPÉLAGO**

Em termos de localização geográfica, o arquipélago situa-se na região do Equador<sup>154</sup>, sendo um território constituído, no total, por 1.001 km<sup>2</sup> desigualmente repartidos – à ilha de São Tomé correspondem 859 km<sup>2</sup><sup>155</sup>, representando 85.8% do território, e à ilha do Príncipe<sup>156</sup> apenas 142 km<sup>2</sup>, ou 14.2% do total (ONU 2001: 1). A RDSTP situa-se na sub-região da África Central, no Golfo da Guiné<sup>157</sup>, distando as ilhas, uma da outra, de 160 km. A Ilha de São Tomé dista da costa africana em 360 km e a Ilha do Príncipe em 270 km (PNUD 2001: 2), sendo o Gabão o país de maior proximidade geográfica.

O clima é definido como equatorial oceânico (ONU, 2001: 1; PNUD, 2001: 2) ou tropical húmido (PNADD, s.d.: 19), em função das tipologias adoptadas, podendo identificar-se duas

---

<sup>154</sup> O arquipélago situa-se entre as latitudes 0°01'S e 1°44'N e entre as longitudes 6°28'GE e 7°28'EG (INE 1999:6).

<sup>155</sup> Os 859 km<sup>2</sup> da Ilha de São Tomé estão distribuídos por distritos (INE 1999: 6) – Água Grande (16.5 km<sup>2</sup>), Mé Zochi (122 km<sup>2</sup>), Cantagalo (119 km<sup>2</sup>), Caué (267 km<sup>2</sup>), Lembá (229.5 km<sup>2</sup>) e Lobata (105 km<sup>2</sup>).

<sup>156</sup> A Ilha do Príncipe (INE 1999: 6) é constituída por um único distrito Pagué (142 km<sup>2</sup>).

<sup>157</sup> Os territórios que constituem as chamadas Ilhas do Arquipélago da Guiné são – São Tomé e Príncipe, Fernando Pó, actual Bioko e Anno Bon, actualmente designadas de Ilhas Pagalú (Serrão, 1979: 488; [www.stome.net](http://www.stome.net)).

estações<sup>158</sup> principais – a estação fresca e seca, denominada de Gravana que ocorre sensivelmente entre Maio e Agosto e a Estação das Chuvas, durante os restantes meses do ano<sup>159</sup>. Em termos médios, as amplitudes térmicas anuais são fracas, podendo-se registar oscilações em cerca de 5° C, mas sem que se verifiquem alterações climáticas significativas. A RDSTP é um país insular que se caracteriza, antes de mais, por elevados índices de pluviosidade ao longo do ano, variáveis consoante as regiões, nomeadamente entre os 600 mm (a nordeste) e os 6.000 mm (a sudoeste) anuais (PNUD, 2001: 2). Assim, registam-se níveis de humidade muito elevados, independentemente da época considerada, sendo em média de 70 a 80%, ultrapassando, na época das chuvas, os 90% (PNADD, s.d.: 21).

As ilhas são de origem vulcânica sofrendo a acção da erosão costeira e dos solos, o que, em termos paisagísticos, lhes confere um relevo acidentado e irregular (PNUD, 1998b: 10), com predomínio de picos e de grandes elevações montanhosas, intercalados pela existência de vales profundos<sup>160</sup>, de baías recortadas e de praias de diferentes dimensões.

As ilhas são caracterizadas por uma vegetação abundante e diversificada e, dada a existência de cursos de água, sob a forma de rios<sup>161</sup>, ribeiros e cascatas, a vegetação é perene não variando muito ao longo do ano. Os abundantes cursos de água conferem ao relevo e à paisagem um traçado irregular visto estarem fortemente dependentes da pluviosidade, encontrando-se desigualmente distribuídos pelo território<sup>162</sup>.

Os pontos mais elevados das Ilhas estão distribuídos pela região centro e sul, prevalecendo em São Tomé ([www.stome.net](http://www.stome.net); INE, 1999: 6) – Pico de São Tomé (2.024 metros de altitude), Pico de Ana Chaves (1.636 metros), Pico Pinheiro (1.613 metros), Pico do Calvário (1.600 metros), Lagoa Amélia (1.488 metros) e Pico Cabumbé (1.405 metros). No Príncipe, as maiores elevações são o Pico do Príncipe (948 metros), Pico Mencorne (935 metros) e o Pico Carriote (839 metros). A irregularidade do relevo é variável em função da zona:

---

<sup>158</sup> As estações vulgarmente consideradas são a Estação das Chuvas e a Gravana, se bem que alguns autores indiquem a existência de uma estação intermédia (entre Janeiro e Fevereiro), caracterizada por um ligeiro abrandamento das temperaturas com menor precipitação, o chamado Gravanito ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

<sup>159</sup> As temperaturas médias oscilam entre os 22° e os 28°C no período da Gravana ascendendo aos 30°C na época das Chuvas, sendo de referir que a temperatura do ar varia, não só em função da estação do ano mas também da altitude e da proximidade em relação ao mar. Assim, em termos médios a temperatura ronda os 27.7°C.

<sup>160</sup> Cf. [www.stome.net](http://www.stome.net); [www.equatorsline.com](http://www.equatorsline.com); PNADD (s.d.); PEDTSTP (PNUD/OMT, 2001); [www.ecofac.org](http://www.ecofac.org).

<sup>161</sup> Os principais rios de São Tomé são o Rio Grande, Rio do Ouro, Rio Manuel Jorge e Abade, Rio Contador, Rio Lembá, Rio Quija e Rio Xufexufe. No Príncipe o principal rio é o Papagaio (PNADD, s.d.: 22).

<sup>162</sup> No que respeita à distribuição espacial dos rios, verifica-se desigualdade – cerca de 60% dos caudais situa-se na região sudoeste-sul, correspondendo à zona onde se regista um maior índice de pluviosidade anual.

- nas regiões Noroeste e Sudoeste, o relevo apresenta irregularidades até à costa;
- na zona Nordeste e Sul, as terras são predominantemente planas;
- a Oeste existem as principais cadeias montanhosas, as maiores elevações (Picos de São Tomé, Ana Chaves, Calvário, Charuto, Cabumbé, Cão Grande e Novo Brasil) e os importantes acidentes no relevo (Lagoa Amélia, Macambrará, Bombaim);
- A Ilha do Príncipe é particularmente menos acidentada do que São Tomé, sendo de registar ainda os Picos Papagaio, João Dias Pai e João Dias Filho.

No geral podem ser consideradas três regiões, relacionando o relevo e as condições climatéricas: a zona nordeste que se caracteriza por terrenos pouco acidentados e reduzida precipitação; a região oeste, particularmente montanhosa, com baixas temperaturas e elevada precipitação; a zona sul, caracterizada por um predomínio de terras baixas e elevados índices de pluviosidade durante todo o ano.

## **1.2. BREVE TRACADO HISTÓRICO**

A data da descoberta do arquipélago não é consensual, visto que os registos da época referem apenas o dia e o mês – alguns autores referem o dia 21 de Dezembro de 1470<sup>163</sup> e outros de 1471 para o “achamento” da Ilha de São Tomé e cerca de um mês mais tarde para a Ilha do Príncipe, 17 de Janeiro de 1471 ou 1472 – pelos navegadores portugueses João de Santarém e Pêro de Escobar, ao serviço de Fernão Gomes, arrendatário das terras africanas de D. Afonso V ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

A maioria das descrições aponta para que, aquando da descoberta, as ilhas eram desertas sendo, por essa razão, denominadas por “terra de ninguém”. Contudo, permanece a hipótese<sup>164</sup> traduzida na “problemática dos Angolares”, largamente discutida mas não

---

<sup>163</sup> À primeira ilha descoberta foi dado o nome de São Tomé por ter sido descoberta no dia do apóstolo com o mesmo nome e à segunda ilha foi dado o nome de Santo Antão, passando mais tarde a denominar-se de Príncipe como referência ao herdeiro da Coroa (Serrão, 1980: 176).

<sup>164</sup> Curto ([www.stome.net](http://www.stome.net)) fundamenta a hipótese de existirem Angolares nas ilhas aquando das iniciais incursões de portugueses no território, pela existência, entre este grupo social, de um único idioma como forma de expressão – n’golá – traduzindo uma identidade cultural e histórica comum, pela aproximação da estrutura fisionómica da população à das tribos angolanas, Mussorongos e Quimbundos, pela localização inicial de fixação dos portugueses aquando da chegada à ilha de São Tomé, ao norte, tendo procedido à deslocação para sul mais tarde, enquanto os Angolares se haveriam fixado na região sul. Os portugueses poderiam desconhecer a sua existência, enquanto que as populações pescadoras do Golfo da Guiné conheciam o território onde se poderiam ter fixado de forma permanente em pequenas povoações.

confirmada, da ilha ser povoada por escravos que haviam sofrido um naufrágio acabando por se fixar na ilha de São Tomé, os Angolares ([www.stome.net](http://www.stome.net); PNUD, 1998b: 3).

O início do povoamento (Serrão, 1979: 489), é referenciado em 1485, durante o reinado de D. João II, tendo sido conduzido por João da Paiva<sup>165</sup> e, apesar de efectivado em dois períodos distintos (Seibert, 2001: 19; 32), teve objectivos económicos, de dinamização da produção, através da introdução de monoculturas tropicais.

Os primeiros povoadores foram colonos portugueses, degredados, escravos africanos de diferentes proveniências, entre as quais Congo, Benin, Angola, Gabão e Guiné, e crianças judias<sup>166</sup> (MPF, 1998: 9; Seibert, 2001: 35). Dadas as dificuldades de adaptação às ilhas<sup>167</sup>, a miscigenação foi incentivada pelo reino, originando o surgimento de uma nova estrutura social constituída por população mestiça (MPF, 1998: 9). O processo de miscigenação promoveu situações de aculturação através da assimilação, da consolidação e da integração de valores e de práticas culturais diferentes, bem como de um conjunto de línguas e de dialectos que foram evoluindo ao longo do tempo.

A RDSTP foi um importante entreposto comercial ([www.stome.net](http://www.stome.net)) entre os três principais pontos de valor económico para a metrópole, a Europa, o Continente Africano (Marques, 1978: 338) e o Brasil, representando um local de passagem para o comércio de escravos<sup>168</sup>. Do ponto de vista económico, a actividade agrícola associada à comercial caracterizou-se por ciclos de produtos, o ciclo do açúcar, o ciclo do café e o ciclo do cacau, sendo definida como a primeira economia de plantação dos trópicos (Seibert, 2001: 34).

No final do século XV, São Tomé tornou-se o maior produtor de cana de açúcar<sup>169</sup>, a seguir à Ilha da Madeira (Serrão, 1980: 200; [www.stome.net](http://www.stome.net)), situação favorecida pela fertilidade do solo. A partir de 1520, o açúcar tornou-se o produto mais importante e o principal promotor

---

<sup>165</sup> O povoamento da ilha de São Tomé teve início em 1485, a partir do desembarque de colonos portugueses e de escravos africanos oriundos do continente, capitaneados por João da Paiva, numa praia a norte da ilha, Anambó e o povoamento do Príncipe efectuou-se em 1500 por António Carneiro. O processo de povoamento e de colonização das ilhas efectuou-se em dois períodos distintos, a partir do século XVI e após o século XIX.

<sup>166</sup> As crianças judias castelhanas haviam sido retiradas às famílias que permaneceram no reino após o período estipulado e, que D. João II disponibilizara ao povoador. Em 1493, a ilha foi repovoada por Álvaro de Caminha com a deslocação do grupo inicial em direcção ao sul, para a actual Baía de Ana Chaves ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

<sup>167</sup> A vida nas ilhas foi dificultada pelo elevado índice de mortalidade, pela proliferação de doenças tropicais e pela dificuldade de adaptação à alimentação local associadas à precariedade dos meios disponíveis.

<sup>168</sup> A RDSTP teve o monopólio do tráfico (Seibert, 2001: 35; PNUD, 1998b: 4) oriundo do Golfo da Guiné, sendo tardia e progressiva a introdução de culturas agrícolas com valor comercial.

<sup>169</sup> Na carta foral de 16 de Dezembro de 1485, a coroa concedeu facilidades à instalação de engenhos para a produção de cana de açúcar, que foi sendo incrementada (Serrão, 1980: 200).



de rápido crescimento da economia colonial (Seibert, 2001: 36)<sup>170</sup>. De forma complementar à produção de açúcar e ao tráfico de escravos, as fontes de maior rendimento eram a pimenta e as madeiras.

O Ciclo do Açúcar, iniciado em 1501, foi marcado por fases de instabilidade interna, sendo influenciado por factores externos ([www.stome.net](http://www.stome.net); PNUD, 1998b: 4; MPF, 1998: 9): a tomada da cidade de São Tomé pelo líder dos Angolares, o Rei Amador, as revoltas de escravos e a presença de franceses, ingleses e holandeses (Seibert, 2001: 38) obrigando à transferência temporária da capital para a Ilha do Príncipe. Estas influências condicionaram o decréscimo produtivo<sup>171</sup>, no decorrer do século XVII, fazendo com que a produção de açúcar fosse parcialmente substituída por culturas alimentares de subsistência – milho, mandioca, legumes e frutas. Este foi um período que se caracterizou pela redução da agricultura de elevado rendimento originando a estagnação da actividade produtiva (PNUD, 1998b: 4), agravada pela incursão de corsários estrangeiros.

Do ponto de vista social e político os mulatos ou crioulos, de ascendência portuguesa, distinguiram-se pela disponibilidade de riquezas, adquirindo estatuto e prestígio, originando o surgimento de um novo grupo, os “filhos da terra” ou “forros” (MPF, 1998: 9; PNUD, 1998: 4), que se transformaram em proprietários de terras e de escravos, representando a aristocracia local, caracterizada pela criouliização e assumindo a gestão directa, incluindo administrativa.

No final do século XVIII, as ilhas sofreram processos de instabilidade económica, social e política originada pela diversidade racial, associada aos diferentes interesses subjacentes (MPF, 1998: 9). É nesta época que ocorreu o repovoamento, coincidindo com a transferência da capital para a Ilha do Príncipe (Seibert, 2001: 47).

Os Ciclos do Café, com início em 1787, e do Cacau, em 1822<sup>172</sup>, viabilizaram de novo as culturas de plantação destinadas à exportação, favorecidas pelas características do relevo e do clima. Data também deste período a valorização das grandes plantações, as roças, que

---

<sup>170</sup> Seibert (2001: 36) refere que em 1517 existiam apenas 2 engenhos na ilha de São Tomé com uma produção de 75 toneladas de açúcar, entre 1534 e 1542 a produção anual ascendera a 2.250 toneladas, equiparando-se à produção da ilha da Madeira e entre 1578 e 1582 a produção anual registava 12.000 toneladas.

<sup>171</sup> A partir do final do século XVI verificou-se um decréscimo na produção de açúcar de 4.500 toneladas para 900 toneladas em 1610 (Seibert, 2001: 39), situação condicionada pelo acentuado fluxo migratório efectivado para o Brasil derivante das revoltas sucessivas da mão-de-obra.

<sup>172</sup> O café e o cacau foram introduzidos a partir do Brasil, como tentativa de revitalização da economia das ilhas, sendo entendidas como culturas particularmente produtivas, pela quantidade e pela qualidade obtidas, e rentáveis.

adquiriram importância como unidades de organização produtiva e social (MPF, 1998: 31; Seibert, 2001: 47), sendo consideradas como “Estados dentro do Estado”<sup>173</sup> (PNUD, 1998: 5). Este processo produtivo assentava em largas extensões de terra, associadas a mão-de-obra abundante e barata, requisitos conseguidos pela limitada exploração da terra e a possibilidade de desflorestação para replantação, bem como pelo aproveitamento de mão-de-obra escrava importada ou retida (PNUD, 1998b: 5).

O cacau tornou-se rapidamente na principal produção das ilhas<sup>174</sup>, não só pelas características reprodutoras e pouco exigentes da planta, como também por não requerer mão-de-obra qualificada para o cultivo (Seibert, 2001: 51), o produto era bem cotado no mercado internacional, tendo uma procura elevada. Em 1918, os cacauzeiros sofreram os efeitos de doenças que resultaram no decréscimo da quantidade obtida, na perda de qualidade e na consequente depreciação do preço<sup>175</sup>.

Esta situação verificou-se de novo no decurso do século XX, com uma nova quebra do preço do cacau, então a principal produção das ilhas destinada ao mercado internacional, gerando um clima de instabilidade interna (Ambassade, 1994: 8). As roças, que permitiram obter elevadas margens de rentabilidade financeira entraram em decadência dada a dificuldade acrescida de contratar mão-de-obra.

No final do século XIX o regime escravocrata foi abolido e substituído por uma formalização contratual, com a introdução do regime de contrato, aumentando o número de “forros”<sup>176</sup> ou de cidadãos livres. O trabalho contratado foi assegurado, em larga medida, por trabalhadores africanos do continente, identificados e contabilizados como mão-de-obra estrangeira (Seibert, 2001: 55). A estratificação social e económica, associada ao sistema organizacional

---

<sup>173</sup> Controlado por famílias influentes, que dominavam os circuitos económicos, o sistema das roças era identificado com a classe social superior. Estas unidades produtivas eram dotadas de um sistema fechado de funcionamento, regendo-se por leis próprias e tendo autonomia, dispoendo de um processo produtivo próprio, de alojamentos, da senzala, da igreja, do hospital e da escola. Da diversidade de roças, destacavam-se pela dimensão e nível de produção obtido as unidades de Monte Café (1858), Rio do Ouro (1865), Água Izé, Colónia Açoreana, Uba Budo (1875), Santa Margarida, Bela Vista (1863), Boa Entrada (1870) e Bombaim.

<sup>174</sup> A produção de cacau foi de tal forma incrementada que, no início do século XX, atingiu um pico de produção de cerca de 30.000 toneladas (Seibert, 2001: 51).

<sup>175</sup> Segundo dados apresentados por Seibert (2001: 51) a exportação de cacau decaiu de 1921 (26.283 toneladas) para 1926 (12.470 toneladas) e 1940 (6.972 toneladas).

<sup>176</sup> Os “forros ou “filhos da terra” ([www.stome.net](http://www.stome.net)) eram assim designados por lhes ter sido concedida a carta de alforria, beneficiando de cartas régias. Geograficamente, não existe um referencial único para a identificação dos “forros”, oriundos de uma diversidade de roças e o resultado da miscigenação social, rática, cultural e linguística, designando os indivíduos negros e mulatos naturais de São Tomé. No que respeita às características laborais, os “forros” eram conotados negativamente (Seibert, 2001: 59) por revelarem resistência no desempenho de funções manuais e agrícolas.

e produtivo das roças, foi marcada por um conjunto de princípios relacionados com a origem racial, a disponibilidade económica e a influência política (MPF, 1998: 11; 32), sendo possível a identificação de quatro estratos socioeconómicos:

1. A Burguesia Roceira, constituída por grandes e médios proprietários de roças com elevadas margens de lucro e capacidade de investimento, sendo os grandes empregadores de mão-de-obra assalariada;
2. A Pequena Burguesia, constituída por pequenos comerciantes e agricultores independentes, sem capacidade de dinamização produtiva, com endividamentos sucessivos, não empregando de forma permanente mão-de-obra.;
3. Os Empregados Assalariados Rurais, representando a mão-de-obra assalariada e contratada pela Burguesia Roceira, através da prestação de serviços nas roças podendo ser contratados temporariamente, com exigência de obediência e fidelidade em troca de um salário, trabalho, alojamento, alimentação, assistência médica e apoio religioso;
4. Os Mendigos ou os Sem Domicílio

A independência política da RDSTP foi proclamada em 1975 como o resultado de um conjunto de factores interactuantes, de ordem interna e externa (PNUD, 1998b: 6). Na sequência da independência política, o regime ideológico, político e económico defendido e adoptado aproximou-se dos ideais socialistas, destacando-se o papel do Estado, com as iniciativas de colectivização e de nacionalização de empresas e dos meios de produção. A Roça como unidade estruturante da economia santomense perdeu a importância consolidada ao longo do tempo.

### **1.3. BREVE EVOLUÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO E PRINCIPAIS OPÇÕES**

A RDSTP passou, política e administrativamente, por mudanças sucessivas, situação iniciada com o processo de colonização, sendo possível identificar dois períodos, decorrentes da História de Portugal enquanto metrópole, anteriormente referidos (cf. Segunda Parte, I., 1.2.). Entre os séculos XVI e XIX, verificaram-se tensões<sup>177</sup> e um clima de instabilidade governativa marcado pela distância entre as ilhas e o poder central (Seibert, 2001: 42),

---

<sup>177</sup> Os conflitos políticos, baseados nas relações de poder, tiveram início no decurso do século XVI (Seibert, 2001: 43) com a revolta, conduzida por João Rodrigues Gato ou Yon Gato, com o objectivo de substituir juizes brancos por crioulos. Nos séculos seguintes, a instabilidade governativa sucedeu-se por motivos vários, com alternância nos cargos de poder.

agravada pela fragmentação do poder entre os representantes da Coroa<sup>178</sup>, da Igreja Católica e das Câmaras Municipais, associada à heterogeneidade característica da estrutura social.

Na sequência do declínio do ciclo do açúcar e dos fluxos migratórios massivos para o Brasil, a administração das Ilhas ficou a cargo de crioulos descendentes de portugueses (Seibert, 2001: 72). Com a evolução para os ciclos do café e do cacau, as elites crioulas foram substituídas por novos colonos portugueses, com capacidade financeira e disponibilidade para realizar investimentos na nova economia de plantação. Estes haviam recebido apoios do poder central português, sob a forma de favores associados à possibilidade de recorrer a sistemas de crédito, por parte do Banco Nacional Ultramarino, que excluía os forros destes benefícios. No final do século XIX, a população santomense estudantil concentrou-se em Lisboa, originando a criação da futura elite intelectual e política das Ilhas, com pretensões de ascensão ao poder.

Em 1953, sob o comando do Governador Sousa Gorgulho<sup>179</sup>, e mediante a adopção de um conjunto de medidas repressivas e pouco consensuais, com a finalidade de retomar os ritmos produtivos anteriores, gerou-se uma revolta de mão-de-obra, numa localidade limítrofe da capital, Batepá (Seibert, 2001: 76-91), resultando num massacre gerador de ideais nacionalistas. Na sequência criaram-se as condições para que, a partir do estrangeiro, se organizassem movimentos reivindicativos (MPF, 1998: 33) e nacionalistas, tendentes à viabilização da independência política, sendo entendido como um marco histórico que auspiciava a mudança. As tentativas do Governador Gorgulho (Seibert, 2001: 94) para a modernização das Ilhas foram equacionadas como um processo de aliciamento de portugueses brancos, associado à exclusão da elite dos “forros”, do poder económico e político. A população local, negra e crioula, manteve-se numa situação de subalternidade e dependência como mão-de-obra rural, sem possibilidade de ascender ao poder politicoeconómico.

No início da década de 60, como resultado da tomada de consciência dos ideais nacionalistas favoráveis à negociação da independência política, foi criada a primeira organização política, constituída por exilados santomenses (Seibert, 2001: 71; 94) na clandestinidade, o “Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP)”<sup>180</sup>, fortemente marcado por princípios

---

<sup>178</sup> Durante a influência colonial, São Tomé foi administrado por donatários, capitães-mor e governadores.

<sup>179</sup> Até à data do massacre, o Governador Gorgulho mantivera relações cordiais com as comunidades locais, procurando incentivar a urbanização e a modernização da ilha, como factor motivacional e de atracção de população com um grau educativo elevado (Seibert, 2001: 78).

<sup>180</sup> No início da década de 70 (Seibert, 2001: 101) o CLSTP foi reconhecido pela ONU e pela Organização para a Unidade Africana (OUA), sendo alterada a designação para “Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP)”, cujo

socialistas. Em 26 de Novembro de 1974, o governo português assinou o “Acordo de Argel” regulando o processo que conduziria à independência política e criando um governo de transição, (MPF, 1998: 37; Seibert, 2001: 109).

A independência política foi proclamada em 12 de Julho de 1975, com a adopção de um regime político e económico de orientação socialista, fundamentado no partido único ([www.stome.net](http://www.stome.net)), tendo o Estado adoptando uma postura interventora de gestão centralizada e de planificação da economia<sup>181</sup>, assumindo o controle das actividades económicas, através de medidas de nacionalização de empresas e da colectivização de terras e dos meios de produção.

Do ponto de vista político e administrativo (Seibert, 2001: 139), numa fase inicial, foi adoptado o critério de divisão por ilhas – São Tomé constituída por dez freguesias e o Príncipe apenas por uma. No final da década de 70, a organização administrativa foi reformulada com a introdução do conceito de poder local – a província de São Tomé foi organizada em quatro distritos e a província do Príncipe em dois, com subdivisões em cidades, bairros e “lúchans”, também denominadas de povoações<sup>182</sup>. Na década de 80 a complexa estrutura administrativa implementada foi substituída pelo sistema, que se mantém até à actualidade: sete unidades locais governativas em São Tomé – Água Grande, Mé Zochi, Cantagalo, Caué, Lembá e Lobata e uma no Príncipe – Pagué.

As principais instituições sociais foram nacionalizadas procurando-se o alargamento da prestação de serviços de saúde e de alfabetização gratuitos (Seibert, 2001: 140). A estatização da economia, mediante a adopção de processos de controle e de minimização da iniciativa privada, promoveu bloqueios no desenvolvimento das actividades económicas, no que respeita à diversificação, ao aumento de competências e à valorização da competitividade e da concorrência.

Com as nacionalizações das roças, enquanto empresas agrícolas, foram criadas as “Comissões Administrativas Provisórias”, tendo o Estado adquirido 92% do total das terras existentes (Seibert, 2001: 165-171) e passando os “forros” a explorá-las directamente. Assim, pela falta

---

programa e principais linhas de acção foram particularmente influenciados pelo “Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)”.

<sup>181</sup> Com o objectivo de motivar a população para o novo sistema político e económico, foram organizados encontros políticos destinados às massas, bem como criadas associações e organizações sectoriais (Seibert, 2001: 136).

<sup>182</sup> As províncias e os distritos foram coordenados por Comissários, deles dependendo Comissões Locais.

de experiência demonstrada, de conhecimentos e de interesse pelo trabalho agrícola, a rentabilização do processo produtivo evidenciou-se precária e com resultados irregulares<sup>183</sup>.

Um dos objectivos das políticas estatais foi a implementação de uma economia diversificada, com base na produção agrícola tradicional de cacau, apesar da iniciativa não ter resultado por se detectar uma ausência de quadros técnicos com qualificações adequadas para a integração na administração pública (Seibert, 2001: 172). Foram ainda criadas empresas e companhias de gestão estatal como medida de diversificação económica, ao nível dos transportes, da hotelaria e dos serviços públicos. Desde a independência, foi incentivado um sistema assistencialista que se revelou inoperante, gerador de disfunções e promotor de efeitos perversos do ponto de vista económico, social e relacionado com o exercício do poder político.

O Estado santomense tornou-se progressivamente dependente do exterior e dos mecanismos da cooperação internacional, bilateral e multilateral, recorrendo em 1987, a “Medidas de Estabilização” e a “Programas de Ajustamento Estrutural (PAE)”, promovidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, medidas que procuraram reabilitar a economia, no que respeita ao sector agrícola, através de reincentivos à produção de cacau a médio e a longo prazo, bem como à diversificação da agricultura destinada a consumo interno, ao incremento do sector das pescas e ao incentivo à promoção turística.

A iniciativa privada e a liberalização da economia foram progressivamente valorizadas, adoptando o Estado um sistema de criação de novos protagonismos com o objectivo do desenvolvimento nacional, apesar de se revelarem, com o tempo, desprovidos de capacidade de inovação, de dinamismo e de organização (Seibert, 2001: 24).

O sistema monopartidarista funcionou até 1990, altura em que a Constituição foi revista e aprovada, promovendo a adopção de um regime democrático que permitiu a emergência de novas forças políticas<sup>184</sup> com representatividade (MPF, 1998: 42). De forma consequente, foram consagrados na nova Constituição Política os órgãos de soberania nacional<sup>185</sup>,

---

<sup>183</sup> A produção de cacau decresceu de forma repentina (Seibert, 2001: 171), o número de trabalhadores diminuiu de 1979 (14.500) para 1984 (11.000) e de forma associada a quantidade de produção de cacau.

<sup>184</sup> Após 1990 surgem novas forças políticas como o MLSTP/PSD, a “Coligação Democrática de Oposição (CODO)”, o “Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão (PCD-GR)” e a “Frente Democrata Cristã/Partido Social da Unidade (FDC/PSU)”, valorizando a inovação, a mudança governativa e a modernização (Seibert, 2001: 222), tendo sido publicadas as Leis Eleitoral e dos Partidos Políticos.

<sup>185</sup> O Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais.

passando a denominar-se de ciclo da mudança (PNUD, 1998b: 6), no sentido político, pela abertura ao multipartidarismo, mas também em termos económicos pelo incentivo e pela valorização da iniciativa privada, da liberalização e da concorrência, fundamentadas nas leis do mercado. O Estado reduziu a sua actividade interventiva e supostamente dinamizadora, permitindo a emergência de agentes económicos individuais, procurando atribuir protagonismo aos empresários que evidenciavam capacidade de investimento.

A partir da década de 90, a economia santomense entrou num processo de progressiva liberalização, assente na diversificação produtiva e sectorial, passando a valorizar-se a iniciativa privada, nacional e estrangeira, que evidenciasse capacidade de investimento e de modernização. A população santomense passou a ser entendida como potencial mão-de-obra, não qualificada para as novas iniciativas produtivas, promovidas e geridas por interesses estrangeiros. Assim, foi tentada, sem resultados, a inserção no mercado internacional.

Na actualidade, São Tomé e Príncipe confronta-se com instabilidade política e governativa, caracterizada por sucessivos processos de alternância de poder, resultando numa sucessão de situações de conflitualidade<sup>186</sup>, com ou sem hostilidade directa. Estes processos são justificados por factores contextuais (Seibert, 2001: 288):

- a existência de uma estrutura de organização social assente em redes de solidariedade geradoras de dependências, muitas vezes vinculativas e de base pessoal ou familiar,
- a dificuldade em distinguir as prioridades e os objectivos pessoais dos nacionais,
- o decréscimo dos salários reais associado ao aumento do nível de vida, favorecendo a sedimentação da economia informal,
- a incapacidade estatal evidenciada no que respeita à implementação de mecanismos de controle e de fiscalização,
- a recente negociação dos recursos petrolíferos gerando um clima de descontentamento.

O resultado destas iniciativas foi o endividamento progressivo do país face ao exterior revelando incapacidade interna de solucionar autonomamente os problemas sentidos.

---

<sup>186</sup> A maioria das situações de alternância têm-se registado de forma pacífica, sendo que em 16/07/2003 se verificou um golpe de Estado com características militares, liderado pelo major Fernando Pereira, resultando na detenção de membros do governo de Unidade Nacional e na criação da “Junta Militar de Defesa Nacional”. Esta situação foi facilmente negociada. Em Março de 2004, a instabilidade política evidenciou-se uma vez mais com a reestruturação governamental, nomeadamente com a substituição de quatro ministros de áreas sectoriais determinantes, Saúde, Negócios Estrangeiros, Justiça e Recursos Naturais.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DA SOCIEDADE SANTOMENSE**

A RDSTP foi considerada, durante um longo período de tempo, como um país onde os indicadores sociais evidenciavam uma situação privilegiada em relação a outros países do continente africano (ICP, 2001), pelo facto da sua população não ter conhecido problemas de fome, de malnutrição ou de guerra. Actualmente a situação inverteu-se e o contexto social é marcado pela deterioração dos indicadores sociais, referentes à saúde e à educação.

A situação de precariedade social vivida no país tem sido condicionada pela ausência de programas de manutenção das infraestruturas existentes, sendo ainda agravada pelo insuficiente investimento interno no sector social. De forma paralela e complementar, registou-se um aumento significativo nos fluxos migratórios internos, no sentido de uma progressiva urbanização, sem que tivessem sido previamente criadas as condições de acolhimento habitacionais e laborais

Do ponto de vista socioeconómico, as famílias têm sofrido um agravamento das condições de vida e de subsistência, registando-se um aumento da pobreza – em 1996, 40% da população vivia abaixo do limiar da pobreza, dispendo de menos de 220 dólares EUA anuais (ICP, 2001: 5). Este valor aumentou no início do século XXI, ultrapassando os 55%.

Para a caracterização da população e da sociedade santomense, começamos, no primeiro ponto, por analisar, recorrendo a dados quantitativos e, sempre que possível, com apresentação das tendências ao longo do tempo, os indicadores sociodemográficos e socioculturais.

Seguidamente procuramos estabelecer a relação entre as dimensões social e económica, utilizando indicadores macroeconómicos, que permitem identificar as situações de empobrecimento que caracterizam o país.

### **2.1. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Ao longo do tempo, a população santomense tem evidenciado uma reduzida capacidade para melhorar as condições de vida, no que respeita à acessibilidade a bens que permitam assegurar a subsistência, à educação, à saúde e à participação na vida económica e política,



sobretudo quando analisadas em função do género e no longo prazo, ou seja com um carácter de sustentabilidade.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003), em 2001, a RDSTP estava classificado em 122, com um valor de 0.639, sendo assim definido como um país com grau de desenvolvimento humano intermédio<sup>187</sup>.

### **2.1.1. INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS**

A estrutura demográfica da RDSTP tem sido marcada pela evolução histórica do país ([www.stome.net](http://www.stome.net)), sendo possível identificar alterações em função do período considerado.

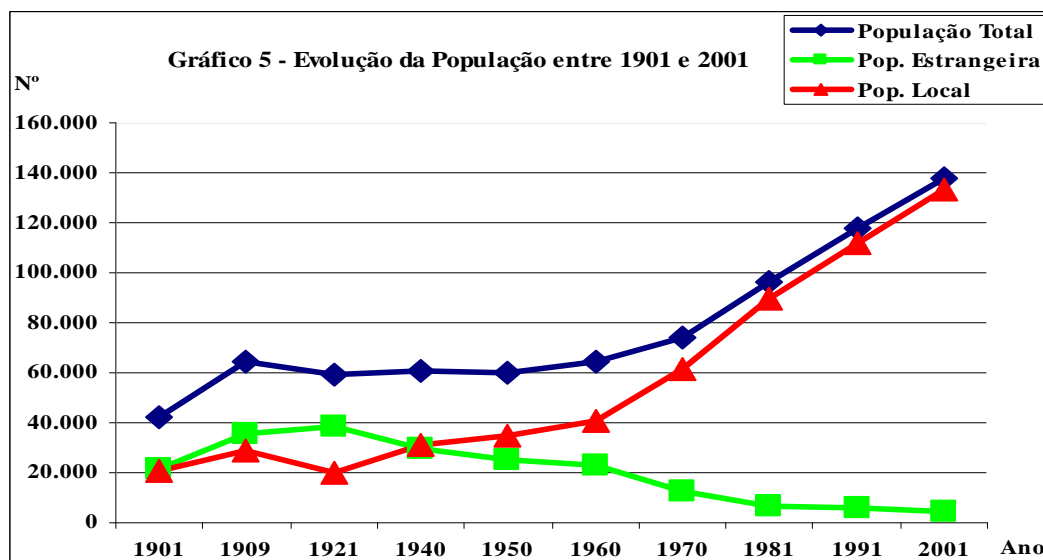
Até ao início da década de 1920, o número de estrangeiros era substancialmente superior à população local, situação facilmente explicável pelo elevado número de contratados oriundos do continente africano, nomeadamente de Angola e de Cabo Verde, tendo originado uma miscigenação sociodemográfica e cultural. Assim, entre 1901 e 1921 a população estrangeira ascendeu de 21.500 para 38.697 indivíduos, representando respectivamente 51.3% e 65.5% da população total (cf. gráfico 5).

De forma evolutiva, mas contrariando a tendência, a partir de 1940<sup>188</sup>, a população autóctone adquiriu uma importância crescente, manifestada até à actualidade, tendo os estrangeiros, no presente e no cômputo geral, uma importância relativa e comparativa com a população local, muito reduzida. Em 1940 a população santomense representava 51.3% do total, tendo aumentado em 1960 para 63.7%, em 1981 para 93.2% e totalizando 96.8% em 2001.

---

<sup>187</sup> De acordo com a tipologia apresentada pelo PNUD, no que respeita ao Índice de Desenvolvimento Humano, consideram-se três grandes níveis categoriais para classificar os países: Desenvolvimento Humano Elevado (entre 1 e 46); Desenvolvimento Humano Intermédio (entre 47 e 139); Desenvolvimento Humano Baixo (entre 140 e 174). São Tomé e Príncipe insere-se numa situação próxima do desenvolvimento humano baixo.

<sup>188</sup> De acordo com as fontes consultadas, as estatísticas demográficas eram pouco fiáveis até à década de 1940, altura em que foi evidenciada uma maior preocupação com a identificação e a quantificação da população, com base em variáveis pré-definidas. Os recenseamentos gerais da população só se efectuaram a partir de 1981, com um intervalo de dez anos, tendo-se realizado em 1991 e em 2001, pelo INE.



Fonte: [www.stome.net](http://www.stome.net), Ministério do Plano e Finanças (2001b), INE (2002)

\* A fonte dos dados anteriores a 1940 é [www.stome.net](http://www.stome.net), entre 1940 e 1991, o INE e de 2002 o Ministério do Plano e Finanças/INE (2002).

Em termos médios, o índice de crescimento demográfico, entre 1970 e 1981, foi de 2% ([www.stome.net](http://www.stome.net)), diminuindo na década seguinte em média para 1.6 (INE, 2002).

De acordo com os dados apresentados no Quadro 16, tem-se registado uma tendência de concentração demográfica na ilha de São Tomé (95.6% da população em 2001) em detrimento da ilha do Príncipe, tendência confirmada principalmente a partir da década de 1950.

Quadro 16 - Evolução da distribuição da população por distritos entre 1940 e 2001 em %

	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001
ÁGUA GRANDE	13.9	13.0	14.9	26.6	33.5	36.0	37.7
MÉ ZOCHI	30.4	30.0	31.7	27.9	25.1	25.3	25.5
CANTAGALO	12.9	14.2	15.2	13.1	10.8	9.7	9.6
CAUÉ	11.0	11.6	9.1	5.1	4.8	4.5	4.0
LEMBÁ	11.4	10.3	9.7	8.4	8.2	7.7	7.8
LOBATA	15.2	13.6	12.3	12.7	12.2	12.1	11.0
R. PRÍNCIPE	5.2	7.3	7.1	6.2	5.4	4.7	4.4

Fonte: [www.stome.net](http://www.stome.net) e INE (2002)

Ao longo do tempo tem-se registado um desequilíbrio na distribuição da população pelos distritos, situação evidenciada pela concentração urbana, principalmente no que respeita ao distrito de Água Grande, onde se situa a capital do país. Este é o distrito que, desde 1950

(13%) até 2001 (37.7%), registou um incremento populacional contínuo e mais significativo, quando comparado com outros, traduzido na criação de novos bairros habitacionais.

A população tendeu a concentrar-se nos distritos próximos da capital (cf. Anexos) ou que lhe são contíguos, nomeadamente no de Mé Zochi (25.5% da população, em 2001) e no de Lobata (11.0%, em 2001). Da mesma forma, os distritos com menor densidade populacional são os que mais distam da capital, coincidindo com os que estão mais desprovidos de vias de comunicação e que sofrem os efeitos de um maior isolamento.

A população tem-se distribuído diferentemente entre o meio rural e o meio urbano, tendo este evoluído no sentido de uma progressiva valorização – a população urbana tem registado um incremento significativo, de 35.1% (1970) para 45.7% (1981), de novo para 50.4% em 1991 e atingindo 54.5%, em 2001 (INE, 2002). Os dados confirmam a propensão para a mobilidade, por parte da população santomense, derivante da miscigenação entre povos com culturas diferenciadas e de origens também diversificadas. Podemos afirmar, a partir da análise dos dados apresentados, que se evidencia uma progressiva desertificação das zonas rurais (64.9%, em 1970 para 45.5%, em 2001).

As migrações não se efectivaram apenas internamente no sentido da urbanização verificando-se também ao nível externo. A RDSTP ([www.stome.net](http://www.stome.net)) é tradicionalmente um país de migrações, sendo as emigrações de maior relevo as que se destinam aos países africanos, tais como Angola, ou para a Europa, como é o caso de Portugal. A origem dos imigrantes (INE, 2002) era, em 2001 principalmente africana (91.5% dos imigrantes), sendo a maioria proveniente de Cabo Verde (em 2001, 63.6% dos imigrantes africanos), de Angola (17%) e do Gabão (11.5%). Dos imigrantes europeus, a origem principal é portuguesa (81.8%).

No que respeita ao género, a população tem-se repartido de forma desigual, desde 1940 até à actualidade. Assim (cf. Anexos), na década de 40, os homens (62.1%) eram predominantes relativamente às mulheres (37.9%), situação que pode ser explicada pelos fluxos de mão-de-obra estrangeira contratada. Esta situação de desigualdade na repartição da população por sexo, com prevalência do elemento masculino, mantém-se até 1960, se bem que com tendência para decréscimo, no sentido de um maior equilíbrio. Em 1960, a população masculina era de 55.4% e a feminina de 44.6%.

Em 1970, registou-se um equilíbrio entre os sexos que se manteve, ao longo do tempo, com tendência para uma valorização da população feminina relativamente à masculina – em 2001, a população feminina era de 50.4% e a masculina de 49.6% (INE, 2002). Esta evolução é explicada por um duplo factor: por um lado, visto que com a independência política e a desvalorização da unidade agrícola da roça, o trabalho contratado perdeu importância deixando de ser requerido; por outro lado, porque a RDSTP é caracteristicamente um país emigratório e, numa fase inicial, as deslocações efectuavam-se de forma particular por motivos de trabalho e, principalmente por homens<sup>189</sup>.

A população santomense é caracteristicamente jovem, visto que cerca de metade (cf. Anexos), em 2001, tinha idade inferior a 15 anos (42.1%), situação confirmada pela análise da repartição pelo género. Assim tanto no sexo masculino como no feminino manifestava-se uma prevalência de população jovem em detrimento das idades acima dos 60 anos, que tinham uma fraca representatividade (apenas 6.2% do total). No que respeita ao estado civil (INE, 2002), no período considerado, a maioria da população adulta santomense era solteira (40.2%), seguindo-se a casada ou a viver em regime de união de facto (no conjunto representando 29.2% do total).

A particularidade de se tratar de uma população jovem é confirmada pela análise dos dados referentes à taxa bruta de natalidade que se mantém elevada, apesar de ter sofrido um decréscimo, de 47.2% em 1970 (MPF, 1998: 16) para 35.3% em 2001 (INE, 2002).

A taxa de fertilidade mantém-se contudo elevada, dado que apenas 30.0% das mulheres seguiam, em 2000, um programa de planeamento familiar (MPF, 2001a), e tendo em conta que o número de nascimentos por mulher<sup>190</sup>, em 1999, foi, em média, de 4.5 filhos ([www.worldbank.org/data](http://www.worldbank.org/data)). De forma complementar, 91% das mulheres em estado de gestação (UNICEF, 2000: 34) recebeu cuidados pré natais, apesar da maioria recorrer apenas a parteiras ou enfermeiras para auxiliar o parto (75%). Podemos ainda referir que a taxa de lactentes com baixo peso no momento do nascimento (PNUD, 2000) era reduzida, 7%.

---

<sup>189</sup> Os fluxos migratórios podem ser classificados como de trabalho e de povoamento (Brito, 2000c: 4). O migrante de trabalho é motivado pela expectativa de auferir rendimentos elevados, com eventual regresso ao país de origem num futuro, muitas vezes, indeterminado, sendo principalmente o caso dos homens, podendo denominar-se esta situação por masculinização. O migrante de povoamento é motivado principalmente pela possibilidade de reconstituição dos laços familiares quebrados pela migração de trabalho efectuada pelos homens – é o caso das mulheres e das crianças que originam processos de feminilização e de rejuvenescimento. Neste caso verifica-se, muitas vezes, o desenvolvimento de actividades económicas remuneradas com o objectivo de aumentar o rendimento familiar.

<sup>190</sup> É ainda de registar a elevada taxa de mortalidade materna – 130 por 100.000 nados vivos ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

Os índices de mal nutrição<sup>191</sup> da população, em termos gerais e médios, atingiram os 16% no período entre 1990 e 1998 (PNUD, 2000), valor comparativamente inferior ao registado na África Subsaariana (31%). Da mesma forma, a capacidade de responder aos requisitos de hidratação oral<sup>192</sup> cobria 74% da população, considerando o mesmo período em análise, valor importante quando a maioria das crianças era portadora de parasitas intestinais<sup>193</sup>, com sintomatologia diversificada (PNUD, 1998b: 27). A acessibilidade a água potável, um dos requisitos considerados fundamentais para a manutenção do bem estar<sup>194</sup> social e humano, não se encontrava ainda generalizada à totalidade da população (UNICEF, 2000: 6; 21), principalmente água canalizada e disponibilizada pela rede pública (cf. Anexos). A acessibilidade a água potável era mais facilitada para a população urbana enquanto que as zonas rurais e, sobretudo do sul, se encontravam mais desprovidas pela situação de isolamento em que se encontravam. Independentemente da região, a taxa de cobertura de água canalizada era muito baixa (UNICEF, 2000: 21), recorrendo a maioria da população ao chafariz público, a cursos de água e a poços (75.8% da água consumida, em 2001).

De forma associada, identificavam-se problemas gerais de saneamento (UNICEF, 2000: 22) e de higiene, factores privilegiados para a transmissão de doenças. A maioria das famílias (75.1%, em 2001) não dispunha, nas suas habitações, de casa de banho, e cerca de 76.8% não acedia a qualquer sistema de esgotos (INE, 2002). É ainda de referir, mais uma vez, a existência de um desequilíbrio em termos regionais – o sul e as zonas rurais encontravam-se mais desprovidos de infraestruturas de saneamento.

No que respeita à taxa de cobertura imunitária das crianças, entre 1995 a 1998, registaram-se valores médios superiores aos da África Subsaariana, mas que comparativamente com os países desenvolvidos revelavam ainda deficiências de cobertura<sup>195</sup>.

---

<sup>191</sup> O consumo de calorias diárias per capita regista uma ligeira evolução positiva, entre 1970 e 1997 (PNUD, 2000), passando de 2.119 para 2.138 calorias, sendo estes valores inferiores aos verificados na África Subsaariana em termos médios e para o mesmo período (2.271 e 2.237 respectivamente). A dieta alimentar inclui peixe, em cerca de 90% da população, legumes em 70% e hidratos de carbono para 95% (PNUD, 1998: 27).

<sup>192</sup> Considera-se como requisitos de hidratação oral a possibilidade de ingestão de líquidos vários que reponham os níveis de sais minerais perdidos, provocados pela existência de diarreias consecutivas. Os valores considerados normais, em crianças, correspondem a 50ml/kg/dia ([www.who.int](http://www.who.int)).

<sup>193</sup> Em média, 8 em 10 crianças sofrem de diarreias recebendo tratamentos e requerendo água tratada para consumo e hidratação (UNICEF, 2000: 7).

<sup>194</sup> Assim como a água potável é uma das condições para a manutenção do bem estar, também a água poluída, contaminada ou não tratada é um meio de transmissão de doenças, eventualmente fatais, como a cólera, a febre tifóide, o shistosoma e o tracoma (UNICEF, 2000: 21).

<sup>195</sup> Em 1998, 80% das crianças eram imunizadas contra a tuberculose, aumentando (MPF, 2001a) para 95.1% em 2000; 59% em 1998 contra o sarampo e 78,4%, em 2000. O paludismo continua a ser uma das principais causas de morbilidade,

De forma complementar, a taxa bruta de mortalidade<sup>196</sup> tem registado decréscimos significativos – em 1970 era de 12.5% (MPF, 1998) e em 2001, de 8.3% (INE, 2002). É ainda de registar que a taxa de mortalidade infantil<sup>197</sup> tem acompanhado o ritmo de controle (MPF, 1998: 16; UN, 1998: 20), sendo que, em 1960, era de 132.4‰, decrescendo, em 1970, para 69.6‰, e em 1997, para 63.5‰. Procurando uma comparação, pode dizer-se que em 1998 (PNUD, 2000), a taxa de mortalidade infantil neonatal<sup>198</sup> era de 60‰, sendo significativamente inferior aos valores médios registados para a África Subsaariana (106‰). No que respeita à taxa de mortalidade infantil em menores de 5 anos de idade (UN, 1998: 21), detecta-se uma tentativa de controle do período de 1986-90 (148‰) para 1990-94 (108‰). Em termos médios, a taxa de crescimento demográfico rondava os 2% (em 1995 atingiu os 2.4% e em 1999, os 2.3%). A esperança média de vida aumentou, de 50 anos, em 1960 (UN, 1998: 19), para 62 anos, em 1970, sendo de referir que em 1995 (63.4 anos) o acréscimo foi ligeiro, apesar de revelar continuidade e um sentido positivo (63.9 anos) até 2001 (INE, 2002).

Na RDSTP, pode constatar-se, no geral, uma deficiente cobertura dos cuidados médicos e de assistência (cf. Anexos) pelo reduzido número de pessoal qualificado, tanto no que respeita a médicos como a enfermeiros, sendo de registar a deficitária disponibilidade de meios, traduzida no ratio do número das camas por habitante, em 1996 uma cama por 265 habitantes (PNUD, 1998b: 27).

No que respeita à repartição dos cuidados de saúde, nomeadamente de pessoal qualificado por distrito, registou-se uma maior concentração em Água Grande e em Mé Zochi, ou seja na zonas de maior densidade populacional. Pode ainda afirmar-se que os distritos mais distanciados da capital eram os mais desprovidos de pessoal e de meios técnicos.

No que respeita à cobertura populacional, em qualquer dos distritos existia uma elevada concentração populacional por médico ou por enfermeiro, sendo de destacar que o distrito

---

atingindo uma prevalência de 87%, em 1998 (PNUD, 1998b: 27), sendo considerado como a principal causa de mortalidade infantil.

<sup>196</sup> Em termos globais, em 1994, as principais causas de mortalidade são o paludismo, as doenças respiratórias, as diarreias, a hipertensão, as doenças pulmonares e cardiovasculares, as doenças hematológicas, as viroses, as deficiências nutricionais e as doenças bacterianas ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

<sup>197</sup> As principais causas de mortalidade infantil, principalmente em crianças com idade inferior a 1 ano de vida foram, em 1994, e por ordem de importância e incidência, o paludismo, as doenças respiratórias agudas, as doenças hematológicas, as deficiências nutricionais, as malformações congénitas, as doenças bacterianas e as viroses ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

<sup>198</sup> Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, face ao número de nados vivos do mesmo período ([www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

com menor concentração, Caué, era simultaneamente o menos habitado (cf. Quadro 16). Contudo, e apesar do contexto, o número de casos de paludismo diminuiu significativamente (ICP, 2001) entre 1997 (29.102 casos registados) e 2002 (9.856 casos estimados). Do ponto de vista geográfico-sanitário<sup>199</sup>, o país divide-se em quatro regiões, três das quais na ilha de São Tomé – norte, sul, centro – e uma na ilha do Príncipe, dotadas de um hospital principal, de dispensário e de centros de saúde primários, sendo gratuitos os cuidados prestados.

### **2.1.2. INDICADORES SOCIOCULTURAIS**

A língua oficial da RDSTP é o português, apesar de ser vulgarmente considerado um país bilingue, dado se falarem outros dialectos locais, além da língua oficial, entre os quais, o mais importante, o forro ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

O português é considerado o principal meio de comunicação verbal e de transmissão do saber, favorecendo a evolução científica e técnica através dos mecanismos formalizados de educação e de formação, recorrendo a formas de expressão comuns aos restantes países africanos de língua portuguesa, ao Brasil e principalmente a Portugal.

O forro é, por excelência, a língua tradicional que perpetua a identidade social e cultural do povo santomense, assegurada pela tradição oral e pelo costume e, em média, ([www.stome.net](http://www.stome.net); PNUD, 1998b: 60) conhecida por 85% da população (dados de 1981). Associados ao português e ao forro existem outros dialectos com menor importância, tais como o crioulo, dinamizado pelos migrantes cabo-verdianos e descendentes; o moncó (lung'lé) utilizado na ilha do Príncipe, mas com pouca representatividade na ilha de São Tomé, e o lingua n'golá que confere identidade aos angolares<sup>200</sup>.

---

<sup>199</sup> O Serviço Nacional de Saúde (MPF, 2001a) tem-se confrontado com limitações relacionadas com: a insuficiência de infraestruturas sanitárias e a inadequação às necessidades reais; desajustamentos organizacionais e funcionais, promovendo a ineficácia dos serviços; a insuficiência de quadros especializados agravada pela ausência de incentivos à qualificação, a dificuldade de financiamento público interno associada à fragilidade do investimento privado. O sector da saúde foi alvo de financiamento interno instável entre 1995 e 1999 (MPF, 2001a), registando-se um acréscimo de 1995 para 1997 (6.34% do PIB, em 1995 e 10.18% do PIB, em 1997) com diminuição para 1999 (8.95% do PIB).

<sup>200</sup> Em 1981, 95% da população falava a língua portuguesa, sendo prevalecente de forma particular na população com idade inferior a 60 anos (cf. Anexos). Da mesma forma, as línguas nacionais ou dialectos locais eram falados pela grande maioria da população, mas neste caso, principalmente nos estratos etários mais elevados (acima de 60 anos).

No que respeita à importância relativa das línguas faladas, constatava-se que em 1981: o português era particularmente mais falado nos distritos com proximidade da capital – Água Grande (97.0% da população do distrito), Cantagalo (97.3%), Mé Zochi (94.7%), Lobata (94.4%) e na Ilha do Príncipe (97.7%); o forro, era mais falado no distrito da capital (94.8%) e em Mé Zochi (97.7%); o moncó era praticamente nulo na ilha de São Tomé sendo um dialecto mais falado na ilha do Príncipe (24.6% da população da ilha).

A principal forma de comunicação entre a população santomense era através da oralidade, registando-se uma percentagem significativa de analfabetos (25.1% do total) em 1991. Quando analisada em função do género, constata-se que os homens eram em 2001, ligeiramente, mais alfabetizados do que as mulheres (52.5% contra 47.5%), podendo evidenciar a importância da tradição e a menor valorização do papel da mulher.

No cômputo geral, em 2001, da totalidade da população alfabetizada (80.1% da população total com idade igual ou superior a 5 anos), a maioria (83.2% em 2001) frequentava ou tinha frequentado um grau de ensino, nomeadamente o ensino primário (38.3%) ou o secundário básico (23.8%). A população com frequência de graus de ensino superiores é praticamente irrelevante (5.6% frequentou o ensino pré universitário e apenas 0.7% o ensino superior), sendo os homens mais qualificados do que as mulheres (cf. Anexos).

Na generalidade, o sistema de ensino da RDSTP pode ser qualificado de precário ([www.stome.net](http://www.stome.net); PNUD, 1998b: 61), visto que:

- as infraestruturas escolares e de apoio ao ensino são insuficientes face às necessidades, encontrando-se concentradas na capital, sobretudo no que respeita a bibliotecas<sup>201</sup>, salas de leitura e de estudo, não promovendo o estímulo e o incentivo à leitura,
- os materiais e os manuais didácticos são insuficientes estando, em grande medida, desactualizados face às necessidades e à realidade,
- a formação específica e pedagógica do corpo docente tem-se revelado desadaptada, favorecendo a desmotivação dos professores e limitando as possibilidades de estímulo dos alunos para a continuidade da formação escolar,
- o enquadramento legal não se encontra adaptado ao sistema educativo e às realidades, sobretudo no que respeita ao ensino técnico e profissional,
- não existem estabelecimentos de ensino superior<sup>202</sup>.

---

<sup>201</sup> Em 1998 existiam 6 bibliotecas, não tendo sofrido nenhum acréscimo desde 1994, o número de leitores era de 4.000 e o número total de volumes existentes de 100.000 (INE, 1999: 17). Da mesma forma, existia apenas um museu com uma frequência média de 1.100 visitantes.



A distribuição dos estabelecimentos de ensino pelo território tem sido desigual e em função das áreas distritais consideradas (cf. Anexos). Independentemente do grau de ensino registou-se uma maior concentração no distrito de Água Grande, seguido dos distritos com maior proximidade da capital – Mé Zochi, Cantagalo e Lobata, sendo Caué, Lembá e Príncipe os mais desprovidos de infraestruturas educativas, o que confirma serem regiões mais despovoadas e com maior incidência de desertificação. A análise do número de alunos complementa a do número de estabelecimentos de ensino<sup>203</sup>.

A taxa de alfabetização de adultos (ICP, 2001), ou seja, com idade superior a 15 anos, evoluiu positivamente, entre 1996 (77%) e 2002 (86%), situação comum à verificada para a taxa de frequência do ensino primário (64% em 1996 e 90% em 2002), sobretudo quando reforçada pela análise do índice de reprovações no ensino primário que comprova um decréscimo (em 1996 era de 30.5% e em 2002, de 20%).

Um dos problemas educativos, com que o país se tem confrontado<sup>204</sup>, tem sido as elevadas taxas de abandono escolar (MPF, 1998: 27), apesar de se ter verificado um ligeiro decréscimo. No ano lectivo 1986/87, a taxa de abandono relativamente à matrícula inicial (20.250 alunos matriculados) era de 3.86%, registando-se, em 1990/91 um incremento pouco significativo da população matriculada (20.577 alunos) e uma redução da taxa de abandono para 3.45%<sup>205</sup>.

O acesso a meios comunicacionais foi incrementado, nomeadamente pelo aumento de linhas telefónicas, passando de 2.554, em 1994, para 3.122, em 1998, sendo de registar uma concentração nas zonas urbanas. O número de telefones instalados aumentou (INE, 1999: 26), passando de 224, em 1994, para 474, em 1998, apesar do valor correspondente ao número de aparelhos por 1.000 habitantes ter apenas sofrido um ligeiro acréscimo (de 19.6‰, em 1994,

---

<sup>202</sup> O sistema de ensino baseia-se em: ensino pré-escolar, ensino primário, ensino básico secundário, ensino pré-universitário, formação técnico-profissional, formação de professores e educação de adultos ([www.stome.net](http://www.stome.net); PNUD, 1998b: 53). Além do Liceu Nacional, na cidade de São Tomé, foi criado o Instituto Superior Politécnico (ISP) com equivalência a bacharelato e o Instituto Diocesano de Formação (IDF). No âmbito do ensino técnico-profissional existe o Centro Politécnico com vocação para áreas técnicas, tais como a mecânica, a construção e a electricidade. No que respeita à formação de professores, existe o Centro Pedagógico-Didáctico e a Escola de Formação de Quadros Docentes.

<sup>203</sup> Com a excepção do número de alunos a frequentar jardins de infância em Mé Zochi e Lobata.

<sup>204</sup> O financiamento interno do sector educativo tem sofrido alterações ao longo da década de 90. Entre 1996 e 1998 registou-se um decréscimo do capital investido no sistema educativo – 8.5% em 1996, 7.2% em 1997 e 4.5% em 1998, tendência invertida após este período, atingindo 7.9% em 1999 e 11% em 2000 (ICP, 2001).

<sup>205</sup> Contudo, é ainda significativa a taxa de repetência que ultrapassa os 30% (PNUD 1998b: 27).

para 23.0‰, em 1998). De forma complementar, verificou-se uma fraca acessibilidade a novos meios comunicacionais, nomeadamente à internet, com uma adesão crescente entre 1998 e 1999 (de 4.5‰ para 17.3‰).

No referente aos meios de comunicação social, entendidos como veículo de transmissão de conhecimento, de informação e de divulgação (PNUD, 1998b: 62), percebe-se um forte constrangimento dada a fraca diversificação da oferta<sup>206</sup>:

Do ponto de vista sociocultural, as actuais práticas e representações santomenses resultaram da mistura de traços africanos e portugueses, evidenciando-se, cada vez mais, os efeitos das influências francófonas. A cultura santomense é tipicamente crioula e o resultado da miscigenação de diferentes povos e culturas (Ambassade, 1994: 26) apesar de apresentar traços particulares e distintos (Seibert, 2001: 45).

A vida cultural tem sido fortemente marcada pela tradição oral, perpetuada através dos contos, fábulas e relatos, da transmissão de geração para geração, sem que, na maioria dos casos, existam referências escritas e documentais. Actualmente, tem-se verificado uma maior preocupação, por parte da Direcção de Cultura e de ONGs, de associações várias e de particulares, com a sistematização de informações e documentos que relatam, não só os acontecimentos históricos marcantes, como principalmente práticas socioculturais que conferem identidade ao povo<sup>207</sup>.

Em termos culturais, o teatro popular tem tido uma importância determinante, enquanto factor de unidade nacional, pelas particularidades e especificidades da representação. As peças teatrais típicas são dançadas e animadas, com gestualização exagerada, retratando situações e

---

<sup>206</sup> A imprensa escrita tem fraca expressão, não havendo jornais diários, circulando apenas semanários, tais como a “Tribuna” e o “Notícias” – um quinzenário – o “Parvo” – e uma revista mensal, a “piá”, existindo um jornal on-line, o “Téla Non”; a emissão televisiva é assegurada pela “Televisão Santomense (TVS)” com emissão diária, pela “RTP África” e pela “CFI/TV5” através de emissão por satélite; as emissões radiofónicas são garantidas pela “Rádio Nacional” (RN), pela “RDP África”, pela “Voz da América” (em língua inglesa) e pela “RFI” (e língua francesa). No que respeita à imprensa escrita, é importante clarificar que existe uma fraca estabilidade dado que, com a mesma facilidade com que um jornal é editado também deixa de se produzir, não havendo procura suficiente.

<sup>207</sup> O Museu Nacional de S. Sebastião, no centro da capital, procura reunir um conjunto de elementos históricos, nacionais e culturais desde o período colonial até à independência política, o Arquivo Histórico concentra os principais documentos, mapas e cartografia vária e a Biblioteca Nacional tem procurado reunir obras com destaque para autores santomenses.

personagens tipificadas<sup>208</sup>. No que respeita à dança, existem vários estilos, em função do tipo de música, tendo a generalidade origem em outras regiões, principalmente africanas<sup>209</sup>.

Na RDSTP existem práticas culturais que se institucionalizaram através da música e da representação, da comemoração de datas com significado nacional<sup>210</sup>, por motivos históricos, de devoções religiosas<sup>211</sup>, tais como as procissões e as festas por comemoração em datas determinadas. Assim, a música, a dança e a representação são três formas de expressão cultural que se encontram particularmente ligadas ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

No que respeita às práticas culturais de âmbito religioso, a maioria da população é católica, se bem que sejam respeitados os cultos ancestrais, o animismo, as práticas de feitiçaria e a medicina popular, as manifestações ligadas às práticas e aos ritos<sup>212</sup>.

## **2.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA**

Do ponto de vista económico, o arquipélago de São Tomé e Príncipe pode ser caracterizado pelo denominado síndrome das pequenas ilhas (cf. Primeira Parte, I., 4.), decorrente das características principais, nomeadamente (ICP, 2001):

1. a insularidade, a dimensão e o isolamento,
2. a vulnerabilidade face a catástrofes naturais,
3. a fragilidade relativamente ao exterior,

---

<sup>208</sup> As práticas mais comuns ([www.stome.net](http://www.stome.net)) são o Txiloli ou a Tragédia do Marquês de Mantua e do Imperador Carlos Magno; o Auto de Floripes ou de S. Lourenço; a Dança Congo; a Dexe (dança típica do Príncipe); a Ússua (dança de salão); o Bulaué, as Tunas e os Conjuntos de Baile ([www.stome.net](http://www.stome.net)), o Socopé; o Bligá.

<sup>209</sup> As danças típicas são: Puíta (São Tomé); Kadance (São Tomé, Angola e Cabo Verde); Funaná (Cabo Verde); Cuduro (Angola); Dombolô (Congo); Kuassa-Kuassa (Congo); Rap; Pop.

<sup>210</sup> Os dias de comemorações por motivos históricos e nacionais são, em São Tomé, o dia 3 de Fevereiro (Dia dos Mártires ou do Massacre de Batepá), 12 de Julho (Dia da Independência), 6 de Setembro (Dia das Forças Armadas), 30 de Setembro (Dia da Nacionalização das Roças), 21 de Dezembro (Dia de São Tomé) e no Príncipe, 17 de Janeiro (Descoberta do Príncipe), 29 de Abril (Autonomia do Príncipe) e 15 de Agosto (Auto de Floripes).

<sup>211</sup> Por motivos religiosos, na RDSTP, comemoram-se os dias 10 de Janeiro (Santo Isidro, na localidade de Ribeira Afonso), 15 de Janeiro (Santo Amaro, em Santo Amaro), 1 e 2 de Maio (Deus Pai, na localidade da Trindade), 30 de Julho (Santa Ana, em Santana), 9 e 10 de Agosto (Nossa Senhora das Neves, em Neves), 15 de Agosto (Santa Peregrina, em Batepá), 1 de Setembro (Nazaré, na Trindade), 8 de Setembro (Madre Deus, em Madreus), 9 e 10 de Setembro (Bom Despacho, em São Tomé), 3 de Outubro (Nossa Senhora de Guadalupe, em Guadalupe), 2ª semana de Outubro (Santa Teresinha, em Madalena), 28 e 29 de Outubro (Santo Jordão, na Praia Melão), 8 de Dezembro (Nossa Senhora da Conceição, em São Tomé) e 21 de Dezembro (Santo Tomé, em São Tomé). No Príncipe comemora-se a 3ª semana de Junho (Nossa Senhora do Picão), Julho (Cruz Nascida) e Setembro (Nossa Senhora do Socorro).

<sup>212</sup> Realiza-se o D'Jambi, que é entendido como um ritual com poderes curativos, sendo conotado com práticas de feitiçaria e com os rituais animistas característicos do continente africano ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

4. as limitações no que respeita à disponibilidade de capital, à capacidade de investimento, ao envelhecimento do sector empresarial e à difícil modernização e diversificação da estrutura produtiva e ainda à reduzida dimensão do mercado interno, apesar de ter sofrido um acréscimo no PIB (2.5%, entre 1998 e 1999).

Entre 2001 e 2003, foram promovidas medidas várias de incremento dos sectores de actividade económica – agricultura e desenvolvimento rural, pesca, comércio, indústria e turismo.

### **2.2.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**

Em termos macroeconómicos ([www.stome.net](http://www.stome.net); MPF, 1998: 53), registou-se uma tendência de crescimento global, nomeadamente 1.8% em 1996, 2.5% em 2000 e 3% em 2001, situação conseguida, em parte, pelo perdão de cerca de 83% do valor total da dívida externa<sup>213</sup>.

Ao longo da década de 90, o Estado procurou incentivar a dinamização do sector primário, através da adopção de um conjunto de medidas, nas quais se insere a “Carta de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural”, o sistema de privatização das empresas agrícolas, com distribuição de terras e a tentativa de concessão de crédito agrícola a pequenos e médios agricultores. De forma complementar, registou-se uma diminuição dos valores referentes à taxa de inflação, de 13% em 1999 para 9.5% em 2000.

A composição do PIB evoluiu, entre 1996 e 2000, no sentido (ICP, 2001) de se evidenciar:

- uma diminuição da importância do sector primário, de 24.9% para 20.5%, apesar das tentativas de incremento da produção de cacau para exportação, da pesca e da pecuária, com melhorias da qualidade obtida;
- uma ligeira quebra do contributo do sector secundário, de 18.9% para 17.1%, sendo de destacar o peso da construção e das obras públicas;
- a valorização do sector terciário, de 56.3% para 61.4%, registando-se um incremento da importância do turismo, traduzido no aumento do fluxo de turistas, na ordem dos 25%;
- a negociação entre o governo santomense e a Nigéria, no que respeita à exploração de petróleo com a consequente criação de uma empresa mista – STPETRO – com capital público (51%) e da Móbil (49%).

A economia santomense é característica e historicamente dominada pela agricultura, sector que representava 20% da composição do PIB, em 2000 (ICP, 2001), sendo extremamente limitada do ponto de vista industrial e transformador<sup>214</sup> (MPF, 1998: 69; [www.stome.net](http://www.stome.net)).

Entre 1971 e 1990, a área total cultivada diminuiu de 49.675 para 41.367 hectares, continuando a tendência até 1998<sup>215</sup>, com 33.047 hectares, pelo que, aquando da adopção de medidas de privatização das terras, no âmbito da reforma fundiária, no início dos anos 90, foram parcelizadas empresas agro-pecuárias<sup>216</sup>, de forma a incentivar o incremento produtivo.

Quadro 17 - Evolução da produção de produtos agrícolas em toneladas, entre 1975 e 1999

	1975	1986	1991	1995	1999
<b>CACAU</b>	5800	2800	4188	4578	3161
<b>CAFÉ</b>	64	36	13	29	18
<b>COPRA</b>	3140	1230	679	750	---
<b>BANANA</b>	---	---	10000	12685	39785
<b>ÓLEO DE PALMA</b>	---	---	1095	720	915
<b>MATABALA</b>	---	---	1478	8245	24905
<b>FRUTA PÃO</b>	---	---	922	1600	3025
<b>TOMATE</b>	---	---	2000	4500	9054

Fonte: PNADD (s.d.)

Além das tradicionais culturas de exportação ou monoculturas, a população santomense tem-se dedicado principalmente à cultura de recolha, nomeadamente banana, fruta-pão e matabala ([www.stome.net](http://www.stome.net)) e à cultura diversificada com fins alimentares (cf. Quadro 17). Destas culturas, as que registaram um índice mais significativo de crescimento, num curto período de tempo, foram a banana (de 12.685 toneladas, em 1995, para 38.785 toneladas, em 1999) seguida de matabala (de 8.245 toneladas, em 1995, para 24.905 toneladas, em 1999).

No que respeita à criação de animais, a bovinicultura diminuiu perdendo a sua importância após a independência, sendo hoje praticamente inexistentes e encontrando-se referenciada em duas zonas principais – S. João dos Angolares e Bombaim.

---

<sup>213</sup> O valor da dívida externa perdoado pelo Banco Mundial ascendia aos 200 milhões de dólares EUA ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

<sup>214</sup> Além da produção de óleo de palma, o sector industrial tem características artesanais, dada a ausência de financiamento para a modernização do sector, de “know how”, de meios técnicos e de capacidade interna da procura para absorver a produção conseguida (MPF, 1998: 69).

<sup>215</sup> Entre 1993 e 1998, e após a reforma agrária com a privatização e distribuição de terras, 12.755 hectares estavam entregues a pequenos agricultores, 6.474 hectares a médios agricultores e 11.527 hectares correspondiam a grandes plantações. Do total de terra distribuída, foram beneficiadas 4.710 famílias (UN, 1998: 40).

<sup>216</sup> Destacam-se as de Água Izé, Colónia Açoreana, Santa Catarina, Milagrosa, Ponta Figo e Porto Real.

A suinicultura e os pequenos ruminantes têm consistido basicamente em produções familiares destinadas a consumo doméstico (MPF, 1998: 67; [www.stome.net](http://www.stome.net)), evidenciando tendência para aumentar dado que, em parte, constituem a dieta alimentar da população local<sup>217</sup>.

O sector das pescas<sup>218</sup> não tem sido alvo de incrementos, representando apenas 3% da composição do PIB ([www.stome.net](http://www.stome.net)), sendo uma actividade que permaneceu tipicamente artesanal, representada por 89% do total do sector (INE, 1999: 21). É ainda praticada em pequenas embarcações, tendo, nas situações em que se registaram tentativas de modernização, adquirido características semi-industriais, como forma de garantir a subsistência da população (MPF, 1998: 73), sendo responsável por 85% da proteína animal consumida, representando uma actividade importante enquanto garantia da subsistência<sup>219</sup> ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

A quantidade de peixe capturado aumentou, de forma pouco significativa, entre 1990 e 1995, de 3.572 para 3.585 toneladas, sofrendo novo incremento em 2000 e de forma continuada no decurso de 2001, nomeadamente para 3.756 e para 4019 toneladas ([www.stome.net](http://www.stome.net)). A distribuição do peixe, associada à pesca para consumo interno, tem sido assegurado por “palaiês”, as vendedeiras de peixe, introduzindo a produção nos mercados, urbanos e rurais.

A exploração florestal tem sido efectuada, em algumas regiões, de forma pouco controlada e fugindo ao planeamento, de forma a satisfazer as necessidades do consumo doméstico ([www.stome.net](http://www.stome.net)), originando uma excessiva e rápida desflorestação<sup>220</sup>.

Entre 1996 e 2000 registou-se uma tentativa de controle do abate de árvores por parte da Direcção Geral de Florestas (cf. Anexos), sendo uma grande parte da desflorestação efectuada clandestinamente. Esta situação tem adquirido características agravadas, prevendo-se no período dos próximos dez anos a replantação de uma área entre os 500 e os 700 hectares. Os distritos que têm sofrido maiores efeitos da desflorestação têm alternado, ao

---

<sup>217</sup> Entre 1994 e 1998 (INE, 1999: 19), o gado suíno quadruplicou (de 7.000 para 32.000 cabeças de gado), o gado ovino e caprino sofreu um incremento de 32.000, em 1994, para 45.405 cabeças, em 1998. Da mesma forma, a avicultura foi incentivada, passando para 148.756 cabeças (141.650 em 1994), situação que permitiu um aumento em oito vezes do número de ovos produzido (de 160 para 1.264).

<sup>218</sup> A pesca industrial (MPF, 1998: 74) teve apenas uma tentativa de dinamização, através da introdução na frota pesqueira de duas embarcações com elevada capacidade de produção anual – arrastões – mas sem obter resultados significativos. A capacidade de recursos piscatórios na zona económica exclusiva está estimada em 17.000 toneladas anuais de atum (tunídeos) e de 6.000 toneladas anuais de lulas (cefalópodes).

<sup>219</sup> Contribuiu em 1997, em cerca de 3% para o PIB e, por outro lado, emprega 5.2% da população activa total e 15% da população activa empregada no sector primário.

<sup>220</sup> A exploração florestal para fins domésticos destina-se principalmente a actividades de secagem de produção agrícola como o cacau, padarias, obtenção de carvão, carpintaria e marcenaria, artesanato.

longo do tempo, sendo que em 1996 foram Cantagalo e Mé Zochi, enquanto que em 2000, foi Lobata.

O sector secundário caracteriza-se por um nível de industrialização básico, com resultados pouco significativos ([www.stome.net](http://www.stome.net)) para a modernização da economia santomense, sendo que, na generalidade, a tendência traduz um sentido de regressão (cf. Anexos). Dos 14%, atribuídos ao sector na composição do PIB, 78.6% correspondiam a actividades de construção civil e 21.4% a actividades transformadoras e de produção industrial. Das actividades industriais, as que se destacam são as referentes à indústria alimentar, nomeadamente refrigerantes, cerveja e panificação e produção artesanal de bebidas alcoólicas como o vinho de palma e a cacharamba, a transformação de madeiras, a produção de móveis, a construção naval, a saponificação, as confecções e a produção energética.

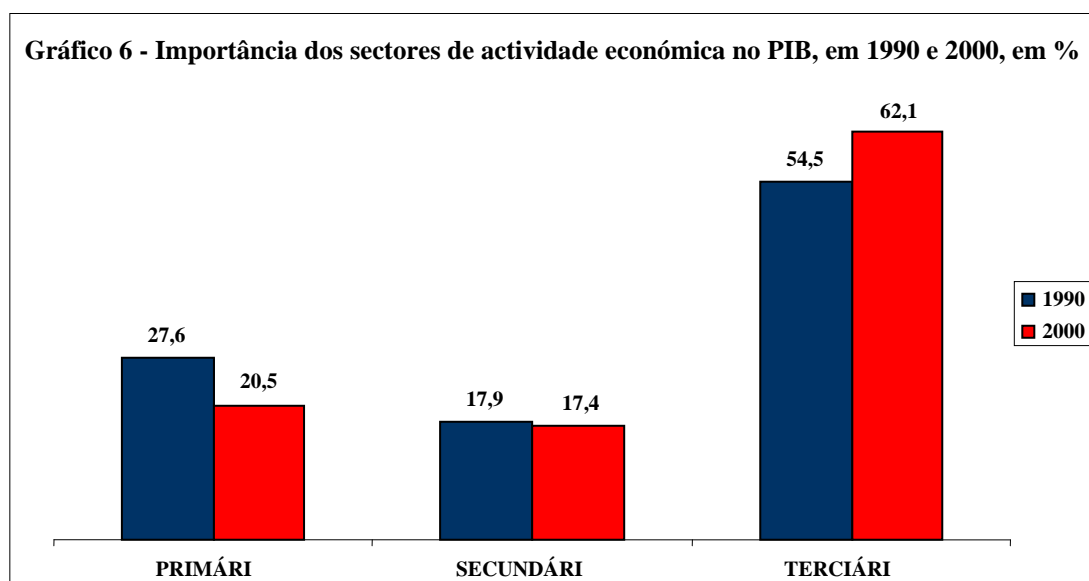
O país tem-se revelado deficitário relativamente à produção de energia eléctrica ([www.stome.net](http://www.stome.net)), dado estar dotado apenas de duas pequenas centrais hidroeléctricas, situadas nos Rios Contador e Manuel Jorge, não ultrapassando, em 1997, os 2,46 mil KW/ano de produção<sup>221</sup>. Em termos evolutivos (MPF, 1998: 78), verificou-se um acréscimo significativo de energia térmica, entre 1991 e 1996 (de 11.852 para 15.272 Mwh), tendo o número de clientes sofrido um acréscimo (de 9.500, em 1990, para 12.281, em 1995).

Com as políticas de privatização e de liberalização da economia, ao nível interno, o sector terciário foi alvo de maiores incrementos e preocupações, visto ser na área do comércio e dos serviços (cf. gráfico 6) que têm ocorrido os maiores investimentos (MPF, 1998:75). O sector terciário era o mais importante em termos de dinamização do PIB, ultrapassando, em 2000, os 60% da sua composição.

No período compreendido entre 1990 e 2000, registou-se um ligeiro decréscimo da importância do sector primário na composição do PIB, uma manutenção da fragilidade do sector secundário e um incremento, apesar do sector terciário ser inicialmente predominante, promotor de um maior afastamento em relação ao contributo dos restantes sectores de actividade na constituição do PIB.

---

<sup>221</sup> Apesar da deficitária produção hidroeléctrica por ausência de investidores, o arquipélago dispõe de recursos para efectivar 53.014 KW/ano ([www.stome.net](http://www.stome.net)).



Fonte: [www.worldbank.org/data](http://www.worldbank.org/data)

O sector informal da economia santomense tem sido alvo de expansão e de incremento (PNUD, 1998b: 39), dadas as dificuldades estruturais internas para solucionar o desemprego crescente, a falta de organização e de modernização do meio empresarial, bem como a incapacidade estatal de apresentar soluções micro-económicas viáveis. A informalidade passou a ser a tónica dominante da economia, principalmente no que respeita às redes de abastecimento do mercado interno de bens de consumo e aos postos de venda.

Ao nível internacional, a economia tem-se manifestado marcadamente deficitária ([www.stome.net](http://www.stome.net); MPF, 1998; 56), com uma balança comercial negativa pela excessiva dependência das importações. Entre 1988 e 1997 registou-se um decréscimo acentuado do total de exportações (de 10.8 para 5.3 milhões de dólares EUA), apesar de se evidenciar uma ligeira oscilação no período intermédio (cf. Anexos). No que respeita ao valor das importações, detectou-se uma subida contínua entre 1988 e 1994 (de 21.1 para 24.3 milhões de dólares EUA) para se registar um decréscimo em 1997 (19.2 milhões de dólares EUA). A maioria das importações respeita a bens alimentares, a produtos derivados do petróleo e a bens de equipamento e tecnologias várias, enquanto que o principal produto exportado pela RDSTP continua a ser o cacau (cf. Anexos).

A RDSTP é membro de um conjunto de organismos económicos internacionais, tais como a “Comunidade Económica dos Estados da África Central” (CEEAC), os “Acordos de



Cotonou”, estabelecendo a parceria entre UE-ACP (África, Caraíbas e Pacífico), da “Organização de União Africana” (OUA), o “Fundo Monetário Internacional” e o “Banco Mundial”, a “Associação Internacional de Desenvolvimento”, a “Aliança dos Pequenos Estados Insulares” (AOSIS), a “Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação” (FAO), tornando-se observador da “União Aduaneira e Económica da África Central” (UDEAC).

O principal importador da produção santomense tem sido a Holanda, independentemente do ano em análise (cf. Anexos) registando-se uma alteração entre 1991, em que a Alemanha era o segundo destino, e 1997 em que se evidenciou uma divisão equitativa entre a Alemanha e Portugal. No que respeita à origem das importações, verifica-se que, para o período em análise, os países europeus têm sido os privilegiados, situação aprofundada em 1997.

A balança de pagamentos, manifestava, em 2000, um défice de cerca de 23 milhões de dólares EUA, valor que, apesar de elevado, é menor do que o registado em 1990, de 33 milhões de dólares EUA, o que evidencia a tentativa de um maior equilíbrio ([www.worldbank.org/data](http://www.worldbank.org/data)). São Tomé e Príncipe é um país com uma dívida externa avultada (cf. Anexos), verificando-se um aumento muito intenso, entre 1980 e 2000 (24 milhões de dólares EUA e 310 milhões de dólares EUA respectivamente), do total do valor em dívida. No que respeita à composição da balança de capitais, os donativos têm tido um peso significativo, tal como os créditos, enquanto que os investimentos estrangeiros são recentes e posteriores a 1990.

### **2.2.2. O EMPOBRECIMENTO SOCIOECONÓMICO**

A RDSTP é considerado como um dos países mais pobres do mundo (PNUD, 1998b: 24), constituído por uma população que dispõe de um rendimento anual muito reduzido para fazer face à subsistência familiar, apresentando, conseqüentemente, dificuldades em garantir o ambicionado desenvolvimento humano sustentado (PNUD, 1998b).

O PNB per capita correspondia a 270 dólares EUA, em 1998 (PNUD, 2000), tendo diminuído desde o ano anterior em cerca de 20 dólares EUA, valor largamente inferior ao da média subsahariana que é de 480 dólares EUA ou dos países com baixos rendimentos, de 532

dólares EUA, no decorrer do mesmo período. Contudo, registou-se um acréscimo, ainda que pouco significativo, no rendimento familiar, entre 1990 e 1998, na ordem de 1.5%.

A população activa encontra-se inserida profissionalmente de forma diferenciada, em função do género ([www.un.org](http://www.un.org)). Em 1991, 77% da população masculina adulta desenvolvia uma actividade económica, enquanto que para a população feminina, a taxa não ultrapassava os 37%. Constatámos, em 2000, uma taxa de desemprego de 30% (ONU, 2001), sendo mais evidente e manifesta nas mulheres, atingindo 94.5% em 1991, do que nos homens, não ultrapassando os 6% em 1991 ([www.stome.net](http://www.stome.net)). As actividades profissionais têm sido desigualmente desenvolvidas (MPF, 2001a) em função do género (cf. Anexos), estando a população activa (MPF, 2001a: 46) maioritariamente inserida no sector privado (48%) ou no público (25%).

No que respeita à inserção profissional por sector de actividade económica, 45.8% dedicava-se a actividades do sector terciário, 37.7% ao primário e apenas 16.5% ao secundário<sup>222</sup>. Os salários médios, sendo reduzidos, estagnaram no ano de 1991, registando-se fracas evoluções relativamente a períodos anteriores. A população santomense pode ser, assim, considerada uma população pobre<sup>223</sup>, evidenciando inúmeras dificuldades de ordem económica e social para garantir a sobrevivência e o bem estar familiar.

Em 1996, cerca de 40% da população vivia no limiar da pobreza<sup>224</sup> (ICP, 2001), dispondo de um rendimento anual inferior a 220 dólares EUA, sendo de registar que um terço das famílias com estas características se classificam na categoria da extrema pobreza, dado o rendimento anual ser inferior a 171 dólares EUA. Em 2000, o valor relativo à população pobre aumentou para 53.8%, evidenciando precariedade da vida social e fragilidade económica (MPF, 2001b). Paralelamente à insuficiência do rendimento familiar, a ausência de diversificação produtiva de forma a tornar exequível a cobertura das necessidades da população, as degradadas condições de assistência médica, sanitária e de higiene e o processo acelerado de urbanização promovido pelo êxodo rural, agravaram a situação de um conjunto alargado de famílias, que se podem classificar como vulneráveis.

---

<sup>222</sup> Societat Antropogeografica a Barcelona, Centre d'Estudis Transfronterers, Universidade de Barcelona

<sup>223</sup> Os sinais iniciais da situação de pobreza vivida pela população, sem perspectivas a curto prazo de inverter a situação ocorrem no final da década de 80, aquando do ciclo da mudança com a privatização (MPF, 2001a).

<sup>224</sup> O Banco Mundial tem defendido o limiar da pobreza, a partir da relação entre consumo e rendimento, fixando o valor de 1 dólar EUA/dia, com referência do ano de 1985.

Do ponto de vista tipológico (MPF, 2001a; PNUD, 1998b: 68) podem enunciar-se situações de maior vulnerabilidade, com base nas seguintes categorias:

1. Trabalhadores ou Assalariados Agrícolas e famílias, sem capacidade de perfazerem as necessidades de habitação, não dispoendo de acesso a água potável e a condições de saneamento. Este é um grupo social que, em muitas circunstâncias não dispõe do rendimento para adquirir produtos alimentares que garantam a subsistência familiar;
2. Funcionários Públicos integrados em categorias profissionais mais baixas em que, dada a sobrecarga dos serviços públicos, muitos funcionários auferem salários reduzidos, não lhes permitindo assegurar a cobertura das necessidades familiares;
3. Pescadores e Palaiês, por serem populações muito dependentes da disponibilidade de peixe, bem como da capacidade de absorção do mercado;
4. Famílias dirigidas por Mulheres e os monoparentais, dependentes de um único rendimento, caracterizado por uma elevada margem de incerteza e pela irregularidade;
5. População com idade superior a 60 anos, a viver sozinha e sem forma de sustento.

Assim, é estatisticamente comprovado que a população rural se tem confrontado com situações de pobreza, sendo as famílias dirigidas por mulheres (55.7%) mais vulneráveis à precariedade do meio socioeconómico do que as famílias geridas por homens (53%). Na situação de famílias em que o elemento feminino se demarca relativamente ao homem, ou de famílias monoparentais, a vulnerabilidade tem sido agravada sempre que a dimensão familiar aumenta, nomeadamente com o número de filhos (em média a mulher santomense tem 4.5 filhos) ou em núcleos familiares alargados a mais de sete membros. Em muitos casos, a dimensão da família é inversamente proporcional à disponibilidade de rendimento (MPF, 2001a), o que favorece um aprofundamento da insustentabilidade socioeconómica.

A pobreza<sup>225</sup> é também traduzida na dificuldade e na ausência parcial ou total de condições de vida, consideradas básicas porque fundamentais à sobrevivência e à subsistência da população e, de forma particular, dos grupos vulneráveis (MPF, 2001a). Em São Tomé e Príncipe tem sido evidente uma deficiente acessibilidade a água potável, a infraestruturas de saneamento, a energia eléctrica e o consumo privado, sendo mais importante do que o

---

<sup>225</sup> A pobreza é um problema complexo e de contornos multidimensionais, podendo traduzir-se em quatro dimensões principais: a sobrevivência física; a propensão para o consumo; o desenvolvimento de capacidades criativas, a realização de projectos individuais com garantia de educação, formação e participação; as relações entre o indivíduo e a sociedade percebidas pelo respeito dos direitos humanos (MPF, 2001a). Além da dimensão económica mais evidente, pode classificar-se a pobreza a partir da tipologia que distingue a vertente social, cultural, política, ética e ambiental.

público, sofreu uma quebra significativa entre 1995 e 1999, passando de 50.2% para 37.3% ([www.afdb.org](http://www.afdb.org)).

No que respeita às despesas efectuadas, pela população no limiar da pobreza (MPF, 2001c), com a satisfação das necessidades básicas familiares, é evidente um incremento na aquisição de bens alimentares entre 1991 e 1994 (passando de 73% do rendimento, em 1991, para 84.1%, em 1994). Das restantes necessidades detecta-se uma estabilização das despesas efectuadas com a saúde (3.1%), um decréscimo com as realizadas com a habitação (de 6.3% para 2.7%) e um ligeiro acréscimo com a educação (de 0.8% para 1.2%), sendo este o sector menos valorizado.

Independentemente da gravidade do estado de pobreza, a parcela mais significativa do rendimento tem sido destinada à alimentação. A situação de pobreza (MPF, 2001d) é um problema presente em todo o território nacional, prevalecendo nos distritos de Lemba e de Lobata (70.6%), seguidos de Caué, de Cantagalo (65.1%) e do Príncipe (60.0%).

### **3. A ESPECIFICIDADE AMBIENTAL**

A RDSTP, enquanto micro Estado, sofre os efeitos resultantes de um conjunto de factores, caracterizadores e constrangedores do ponto de vista económico, tais como a pequena dimensão, o isolamento e a insularidade (cf. Primeira Parte, I., 4.). No que respeita à situação ambiental, o arquipélago tem recebido influências positivas destes traços característicos, entendidos como negativos e prejudiciais para o desenvolvimento, mas que resultam em ambientes naturais preservados e na diversidade de espécies, florísticas e faunísticas endémicas.

Assim, podemos considerar que o ambiente natural do arquipélago se caracteriza pela preservação dos ecossistemas, dada a reduzida actividade humana de exploração e de utilização de recursos naturais com fins económicos e turísticos, dispondo as ilhas de meios terrestres e marinhos dotados de grande diversidade de espécies, algumas únicas no mundo.

No ponto referente à especificidade ambiental, começamos por apresentar as principais características dos meios naturais mais relevantes – florestais e costeiros, no que respeita a

fauna e a flora. Seguidamente, identificamos os principais problemas ambientais, com base em critérios causais, prévia e localmente sistematizados, de âmbito geofísico, socioeconómico e humano e institucional.

### **3.1. ECOSISTEMAS TERRESTRES E MARINHOS**

O meio ambiente natural de qualquer uma das ilhas e ilhéus constituintes do arquipélago encontra-se preservado, quando comparado com outros países africanos ou com outros PEID. Dado se registarem elevados níveis de humidade associados a altas temperaturas, as características climáticas favorecem o desenvolvimento de vegetação tropical, densa e diversificada no que respeita a espécies endémicas, em grande parte reproduzindo-se de forma natural e espontânea, sem requerer a influência e a intervenção humanas.

São Tomé e Príncipe é um país rico do ponto de vista florestal, podendo identificar-se principalmente três níveis diferentes (MPF, 1998: 68): a “floresta natural virgem”, com uma superfície de 28.418 hectares e uma capacidade produtiva de 139 m<sup>3</sup> por hectare; a “floresta secundária”, com 30.111 hectares e uma capacidade produtiva de 106 m<sup>3</sup> por hectare; a “floresta de sombra”, com 32.289 hectares e uma capacidade produtiva de 132 m<sup>3</sup> por hectare. A cobertura florestal atinge 95% da superfície total das ilhas (PNUD, 2001: 2; PNADD, s.d.), podendo ser identificados e caracterizados diferentes tipos classificatórios de áreas arborizadas, em função da altitude e das características da vegetação (cf. Quadro 18).

Da área florestal do país, o Parque Natural Obô (Parque) tem sido objecto de atenção, evidenciada pela realização de estudos e pela adopção de medidas tendentes à protecção das espécies de fauna e de flora existentes.

O Parque é entendido como uma área de grande importância pelas características florestais, situando-se nas regiões centro e sudoeste de qualquer uma das ilhas, onde a penetração humana é mínima, pela densidade e inexistência de meios de ligação. Uma parte das espécies arbóreas tem sido aproveitada para transformação local e com fins comerciais<sup>226</sup>, representando algumas das espécies de árvores uma parte da cultura de recolha, destinada a

---

<sup>226</sup> Espécies, tais como o Pau Zatona, o Pau Branco, o Gogô, o Pau Figo e o Marapião.

perfazer necessidades alimentares (árvores fruteiras<sup>227</sup>), sem que a reprodução requeira a intervenção humana (PNADD, s.d.: 23).

Quadro 18 – Identificação e Caracterização de Tipos de Floresta na RDSTP

TIPO DE FLORESTA	ALTITUDE	CARACTERÍSTICAS
<b>DE NEVOEIRO</b>	1400-2024 m	- baixas temperaturas e elevada altitude - dificuldade de acesso - vegetação com máximo de 6-7 metros - área protegida e árvores endémicas - Parque Natural Obô
<b>HÚMIDA DE MONTANHA</b>	800-1400 m	- elevados índices de humidade - formações lenhosas, musgos e orquídeas - matagais e matos - Parque Natural Obô
<b>SECUNDÁRIA “CAPOEIRA”</b>	Até 100 m	- floresta húmida em regeneração - anterior desbaste para fins agrícolas com abandono posterior - encostas moderadas e íngremes de acesso facilitado
<b>DE SOMBRA</b>	Sombra	- plantações de cacau e de café - árvores fruteiras de valor comercial (jaca, cajamanga, manga)
<b>HÚMIDA DE BAIXA ALTITUDE</b>	Nível do mar até 1000 m	- árvores endémicas localizadas - plantações de cacau, café, banana, coco, frutas tropicais diversas
<b>SAVANA ARBORIZADA</b>	---	- terrenos abandonados de cana de açúcar

Fonte: Adaptado de PNADD (s.d.)

\* A tipologia classificatória apresentada é caracterizadora dos ecossistemas na Ilha de São Tomé. Na Ilha do Príncipe, visto que a elevação é menor (948 m), a floresta húmida apresenta traços semelhantes às “Florestas Húmida de Baixa Altitude” e “Húmida de Montanha”.

Uma parte da preservação ambiental tem-se efectivado de forma natural, resultando de uma renovação espontânea ([www.stome.net](http://www.stome.net)): os principais rios e cursos de água doce têm a sua origem no Parque, circulando no seu interior em direcção ao litoral; a acção humana é nula no interior do Parque, pelas dificuldades de penetração decorrentes da densidade florestal.

A flora é abundante e diversificada, encontrando-se, além de árvores, uma multiplicidade de plantas e de frutos tropicais, exóticos e endémicos (Vila Nova, 2001). O ecossistema pode ainda ser considerado, a partir da identificação de duas grandes zonas, em qualquer uma das duas ilhas (PNADD, s.d.: 32) – a “zona de protecção” e a “zona tampão”. A primeira ocupa 269.6 km<sup>2</sup> (32.2% da superfície da ilha), em São Tomé, e 40 km<sup>2</sup> (30% da superfície da ilha), no Príncipe, representando no conjunto o denominado Parque, ou seja a área mais conservada dos ecossistemas nacionais, pelo que sendo também as regiões de maior valor ecológico.

Quadro 19 – Identificação das Regiões da Zona de Protecção em São Tomé e Príncipe

SÃO TOMÉ
TRAÇOS PRINCIPAIS

<sup>227</sup> Fruteira, Amoreira e Jaqueira, por exemplo.

<b>REGIÃO DO OESTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 121.9 ha, a partir de 1500 m de altitude</li> <li>- parte ocidental do Parque Natural Obô (45.2%)</li> <li>- relevo acidentado e abrupto; floresta de tipo montanhoso conservada</li> <li>- bacia hidrográfica</li> <li>- velhas plantações de cacau e café</li> </ul>
<b>REGIÃO DO NORDESTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 40.1 ha, entre 1000 e 1500 m de altitude</li> <li>- parte nordeste do Parque Natural Obô (17.9%)</li> <li>- bacia hidrográfica (rios Contador, Manuel Jorge, Abade e Bomba) e cascatas</li> <li>- plantações activas de cacau, de café e produção hortícola</li> <li>- floresta de tipo montanha conservada com vegetação variada; savana</li> </ul>
<b>ZONA ECOLÓGICA DO NORTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lagoa Azul e Praia das Conchas</li> <li>- floresta seca primária; mangue</li> <li>- vegetação semi árida de savana com árvores e arbustos dispersos</li> <li>- actividade humana de desflorestação por queimada</li> </ul>
<b>REGIÃO DO SUDESTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 107.7 ha, parte sudeste do Parque Natural Obô (36.9%)</li> <li>- vales dos principais rios (Ana Chaves, Ió Grande e Quija)</li> <li>- paisagem abrupta e relevo acidentado coberto por área florestal</li> <li>- extensa área florestal de montanha de valor ecológico</li> </ul>
<b>ZONA ECOLÓGICA DO SUL OU MALANZA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- bacia do rio Malanza, entre Porto Alegre e a Praia Jalé</li> <li>- mangue e matagal</li> </ul>
<b>PRÍNCIPE</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 40 km<sup>2</sup> (30% da superfície da ilha, da parte central ao sul)</li> <li>- região montanhosa (Picos - Príncipe, João Dias Pai, João Dias Filho, Papagaio)</li> <li>- paisagem abrupta e de relevo acidentado</li> </ul>

Fonte: PNADD (s.d.)

A zona de protecção pode ser caracterizada com base na identificação de três regiões em São Tomé e uma no Príncipe (cf. Quadro 19): as regiões Oeste e Nordeste, na qual se destaca a “Zona Ecológica do Norte” e a Sudeste particularizando-se a “Zona Ecológica do Sul” ou Malanza. A zona tampão é considerada como limítrofe, envolvendo o Parque, separando-o da zona de exploração agrícola, onde é permitida a produção agrícola com fins alimentares, de forma compatível e integrada.

A floresta santomense é caracterizada pela existência de fauna diversificada, nomeadamente de espécies indígenas<sup>228</sup> de animais vertebrados e invertebrados. As aves<sup>229</sup> são consideradas como os principais vertebrados do arquipélago, sobretudo no que respeita a exemplares únicos ([www.stome.net](http://www.stome.net)). De acordo com investigações conduzidas por Jones e Tye, que permitiram classificar as espécies de aves<sup>230</sup>, encontram-se nas Ilhas, 26 espécies ornitológicas endémicas (PNADD, s.d.: 28), sendo o Papagaio do Príncipe uma das mais

<sup>228</sup> As espécies vertebradas são aves e mamíferos e as invertebradas, anfíbios, répteis (PNADD, s.d.: 31) e borboletas.

<sup>229</sup> Das aves mais características da Ilha de São Tomé podem enunciar-se a sécia, o periquito, o ossobó, o mocho e a coruja, o tordo, o beija-flor, o tacle-tacle, o olho branco, o tecelão, o torninho e o papa figos de São Tomé. Na Ilha do Príncipe encontra-se a sécia, o papagaio do Príncipe, o pica peixe e o chau-chau.

conhecidas. Este factor permite classificar a RDSTP numa posição de relevo, nomeadamente em segundo lugar numa listagem de 75 florestas-habitats de aves ameaçadas no continente africano.

No que respeita aos mamíferos<sup>231</sup>, foram introduzidos, em qualquer uma das Ilhas, após o período do povoamento, no decurso do século XVI, sendo de registar que, na actualidade se encontram populações importantes de algumas espécies<sup>232</sup>, principalmente nas regiões florestais próximas das plantações. Nas espécies de anfíbios e de répteis<sup>233</sup>, existe também endemidade, apesar da diversidade identificada nas inúmeras investigações prosseguidas ser menor do que nas aves e nos mamíferos terrestres.

Tal como em meio terrestre, o ecossistema marinho e aquático que envolve o arquipélago é abundante e diversificado em fauna e em flora, encontrando-se algumas espécies ameaçadas de extinção (PNADD, s.d.: 32). Em termos de características, o ambiente costeiro é dominado pela existência de praias, na maioria de pequena dimensão, rodeadas por coqueirais de densidade significativa (MPF, 1998: 72; PNADD, s.d.: 24) sofrendo o efeito da erosão costeira pela excessiva extracção de areia, com a finalidade de sustentar a construção civil.

A médio e a longo prazo, a erosão das costas põe em causa o habitat natural originando, de forma paralela, a perda da qualidade paisagística e balnear, provocando efeitos nefastos para o incremento do turismo e para a valorização do seu potencial. No que respeita ao ambiente marinho, o país situa-se num ponto de convergência de correntes marítimas de Benguela com o Golfo da Guiné, recebendo múltiplas influências destes meios ambientais.

As águas do arquipélago são vulgarmente caracterizadas como pobres no que respeita à existência de plancton, sendo as espécies de peixes<sup>234</sup> facilmente identificáveis como fauna marinha. Uma parte das espécies existentes nas águas da RDSTP é capturada com o objectivo alimentar e comercial<sup>235</sup>, encontrando-se algumas ameaçadas de extinção.

---

<sup>230</sup> A possibilidade de observar pássaros e espécies endémicas, únicas no mundo é, actualmente, uma das actividades privilegiadas pelo turismo de natureza, através da observação, sendo entendida como uma potencialidade das ilhas.

<sup>231</sup> Uma parte das espécies de fauna existentes na RDSTP é utilizada para consumo alimentar.

<sup>232</sup> Espécies tais como o macaco de São Tomé, o gato almiscareiro ou lagaia, os porcos selvagens, os ratos, as doninhas, os morcegos frugívoros ou guembus e os mussaranhos (op. cit.: 31).

<sup>233</sup> Da classe dos sáurios podem destacar-se a lagartixa, a osga e o lagarto sem patas. Das cobras destacam-se a cobra de duas cabeças, a cobra escavadora, a soá soá, a cobra bobó e a cobra preta.

<sup>234</sup> É possível identificar 82 espécies de peixes, pertencentes a 70 géneros e a 46 famílias. As espécies mais comuns são os golfinhos, as baleias, o tubarão, o peixe-voador, o peixe-pombo, o peixe-andala, a barracuda, o bonito, o peixe-fumo, o atum, o pargo, a garoupa, o badejo ([www.stome.net](http://www.stome.net); Vila Nova, 2001).

<sup>235</sup> Além do peixe, consideram-se espécies com valor alimentar e comercial, a tartaruga, os crustáceos, os ouriços do mar, os búzios, as estrelas e os caracóis do mar.



Uma das espécies marinhas abundantes no arquipélago é a tartaruga<sup>236</sup> que, ora habita as águas territoriais do arquipélago, ora utiliza as praias para a reprodução, desova e nidificação. Actualmente, das oito espécies de tartarugas marinhas conhecidas no mundo, cinco encontram-se nas águas do Golfo da Guiné e destas, quatro estão ameaçadas e em vias de extinção, dada a elevada incidência de capturas (cf. Anexos). A captura e o consumo excessivos de algumas espécies marinhas põem em risco a biodiversidade nacional, sendo particularmente motivados pela degradação da situação socioeconómica das famílias, promotora da sobrexploração dos recursos naturais existentes.

### **3.2. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS E RISCOS AMBIENTAIS**

Apesar de, no arquipélago, o ambiente se encontrar num estágio de preservação, internacionalmente considerado satisfatório, a actividade humana não planeada, de âmbito social e económico, tem agravado algumas situações que evidenciam o surgimento de problemas, no que respeita à possibilidade de extinção de espécies de plantas e de animais. Os problemas, que podem ser identificados, remetem a análise para a identificação de um conjunto de critérios causais, como o geofísico, o socioeconómico e o institucional (PNADD, s.d.: 98-107):

1. Geofísico – são os que respeitam, de forma directa e imediata, ao estado do meio ambiente natural, nomeadamente o aumento da erosão costeira e interior
2. Socioeconómico – são contextuais e influenciam o meio ambiente, tanto directa como indirectamente, emergindo do progressivo processo de exploração de recursos, gerando o aumento da degradação ambiental com a consequente perda de biodiversidade, assim como o baixo nível salarial que promove a desflorestação e a exploração de recursos naturais esgotáveis e a poluição de cursos de água.
3. Critério Institucional – remetem para factores de enquadramento, influenciando indirectamente o meio ambiente natural, como a ausência e a inadequação legislativa, a falta de adesão e ratificação de Convenções Internacionais.

---

<sup>236</sup> Encontrando-se ameaçadas de extinção e face à elevada procura, para fins alimentares, de transformação como material de artesanato, e comercial, as tartarugas são consideradas espécies protegidas pelo que a sua captura é proibida.

A RDSTP é um país que se caracteriza pela existência de áreas pantanosas, incluindo nas zonas urbanizadas, dada a ausência de rede de esgotos, com cobertura generalizada, para a evacuação de águas residuais, pluviais e dos detritos habitacionais. Paralelamente, as infraestruturas sanitárias são insuficientes gerando um agravamento da insalubridade, associada à limitada capacidade de recolha, transporte e tratamento de lixos<sup>237</sup>.

A distribuição de água potável pela população é deficitária, dada a reduzida capacidade das estações de tratamento – os recursos hídricos têm sido incorrectamente tratados, com descarga de resíduos químicos e hospitalares para os cursos de água que abastecem as principais povoações.

Do ponto de vista florestal, tem-se registado um excessivo abate de espécies arbóreas com o objectivo da transformação e comercialização de madeiras, associado à exploração agrícola inadequada, provocando uma desflorestação de áreas extensas com consequente erosão interior. Paralelamente a captura de espécies endémicas, como o papagaio e o macaco, para fins alimentares e comerciais tem sido elevada.

No que respeita ao ambiente costeiro tem sido evidente uma excessiva e rápida erosão, principalmente nas praias do norte do país, causada pela extracção de areia destinada à construção civil, sem planeamento prévio. Paralelamente tem-se registado o corte e o abate de algumas espécies arbóreas, na envolvência das zonas costeiras, com o objectivo da produção de carvão. O ambiente marinho tem também sofrido degradação causada pela extracção de corais para a produção de cal, bem como pela captura de algumas espécies que actualmente se encontram ameaçadas de extinção, tais como as tartarugas.

---

<sup>237</sup> A cooperação China-Taiwan introduziu e tem desenvolvido um programa de recolha de lixo urbano na capital.

Ao longo do tempo tem-se registado um incremento da urbanização, sem que existam políticas de planeamento e ordenamento do território, que perspectivem a criação controlada de infraestruturas. Os efeitos gerados pela não preservação e pela degradação física do meio ambiente têm-se revelado múltiplos, sendo sentidos a vários níveis. Assim:

- o agravamento da poluição ambiental, nomeadamente nas zonas urbanas, com perda de espaços verdes e das praias,
- a destruição de infraestruturas de ligação, como estradas e pontes, o aumento de bairros degradados, na envolvência das principais cidades, sem a criação de infraestruturas básicas,
- a poluição de recursos, com perda de potencialidades, em algumas situações, de forma irreversível, por se tratar de recursos não renováveis,
- o aumento da quantidade de mosquitos, nomeadamente dos resistentes aos antipalúdicos, com incremento do número de casos de paludismo,
- a proliferação de doenças intestinais e das parasitoses, directamente relacionadas com o consumo de água contaminada e não potável, pondo em risco a saúde pública,
- a alteração dos ecossistemas e dos habitats naturais com perda de espécies, ameaçando-as de extinção, o caso das tartarugas marinhas e dos papagaios,
- a perda da capacidade produtiva do solo gerando infertilidade, em algumas regiões.

A economia santomense fundamentou-se, durante um longo período de tempo, no sector primário de actividade produtiva, agricultura e pescas, com objectivos de comercialização, sendo de destacar a tendência para a inadequada e excessiva utilização de recursos naturais, promovendo efeitos nefastos nos ecossistemas terrestre e marinho.

O turismo, enquanto actividade económica em crescimento pressupondo o desenvolvimento de um conjunto de práticas, exerce uma pressão no meio natural, situação regionalmente agravada dado o desequilíbrio na distribuição da oferta de serviços. Algumas regiões sofrem os efeitos da concentração enquanto que outras se encontram totalmente desprovidas de meios turísticos.

O arquipélago encontra-se deficientemente provido de infraestruturas de ligação – estradas, pontes, meios de transporte internos – o que agrava a pressão ambiental em algumas áreas.

Os problemas de âmbito socioeconómico são fundamentados, não apenas em sectores produtivos, mas também nas condições de vida da população que, dada a precariedade

evidente<sup>238</sup>, promovem uma pressão acrescida sobre o meio. Assim, as deficientes condições habitacionais, os hábitos enraizados na população e a ausência de programas generalizados de sensibilização ambiental favorecem a progressiva degradação.

Os principais efeitos gerados resultam da excessiva e não planeada utilização de recursos naturais aumentando a probabilidade de sobrexploração, de erosão, de poluição e de degradação ambiental, associadas ao aumento do número de famílias em situação de pobreza. Do ponto de vista político e governativo, a RDSTP tem sofrido os efeitos da instabilidade causada por um conjunto de factores, tais como o inadequado funcionamento institucional, a fragilidade do sistema judiciário, a ausência de mecanismos sistémicos e de interdependência entre as diferentes instituições e a excessiva burocracia nos serviços públicos. O Estado não tem privilegiado a legislação ambiental de enquadramento, o posterior controle e a certificação, pelo que a preservação ambiental nem sempre tem sido entendida como uma prioridade.

Quadro 20 - Sistematização das ameaças ambientais e principais causas

AMEAÇAS DE DEGRADAÇÃO	CAUSAS DIRECTAS	CAUSAS INDIRECTAS
<b>ZONA ECOLÓGICA DO SUL (LAGOA MALANZA)</b>	- construção da estrada Ribeira Peixe–Portalegre - utilização inadequada de produtos químicos	- crescimento demográfico - incremento da construção civil - distribuição de terras - ausência legislativa e fiscal
<b>ZONA ECOLÓGICA DO NORTE (LAGOA AZUL E PRAIA DAS CONCHAS)</b>	- construção do porto de águas profundas em Morro Carregado	- circulação de maquinaria pesada (obras) - poluição marinha e costeira - ausência de legislação
<b>PERDA DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA</b>	- utilização maciça de pesticidas	- desflorestação - não adopção da legislação - crescimento demográfico
<b>FLORESTAS PRIMÁRIAS</b>	- apropriação de terras de reserva natural por agricultores	- ausência fiscal e de assistência técnica a agricultores
<b>ESPÉCIES AMEAÇADAS</b>	- captura e comercialização de espécies: papagaios e tartarugas marinhas	- aumento do índice de pobreza - ausência legislativa e fiscal
<b>FALTA DE ESPAÇOS PARA GERAÇÕES FUTURAS</b>	- ocupação desordenada do território	- crescimento demográfico - ocupação desordenada de espaços - ocupação anárquica de terras - construção horizontal - aumento de bairros degradados

Fonte: Adaptado de PNADD (s.d.)

A ausência ou a inadequação de legislação ambiental<sup>239</sup> de enquadramento favorecem a sobre-utilização de recursos naturais, com desequilíbrio em algumas regiões, gerando

<sup>238</sup> A precariedade socioeconómica, com influências sobre o meio, deriva do elevado índice de desemprego, do crescimento do sector informal e paralelo da economia, da estrutura habitacional tradicional sem condições sanitárias, do aumento de áreas pantanosas com águas estagnadas propícias à proliferação de mosquitos e parasitas, promovendo o aumento das doenças associado à degradação dos ecossistemas.

degradação. As ameaças ambientais<sup>240</sup>, com que a RDSTP se confronta, são múltiplas e afectam a generalidade do continente africano (cf. Quadro 20).

Os problemas ambientais, promovidos por factores vários e geradores de efeitos sociais, económicos e políticos, têm atingindo uma elevada dimensão. As causas, directas e indirectas, são diferenciadas, podendo resultar negativamente quando verificadas de forma conjugada.

Quadro 21 - Identificação dos problemas ambientais por prioridade

PROBLEMA	EFEITOS			PRIORIDADE GLOBAL
	SOCIAL	AMBIENTE	ECONOMIA	
<b>ÁGUA</b>				
QUALIDADE/DISPONIBILIDADE	ALTA	MÉDIA	ALTA	ALTA
POLUIÇÃO DE RIOS	ALTA	ALTA	ALTA	ALTA
<b>AR</b>				
QUALIDADE	BAIXA	BAIXA	BAIXA	BAIXA
<b>RESÍDUOS SÓLIDOS</b>				
TÓXICOS	ALTA	ALTA	ALTA	ALTA
NÃO TÓXICOS	ALTA	ALTA	MÉDIA	ALTA
<b>RECURSOS RENOVÁVEIS</b>				
DESFLORESTAÇÃO	MÉDIA	ALTA	ALTA	ALTA
EROSÃO COSTEIRA	MÉDIA	ALTA	ALTA	ALTA
FINS AGRÍCOLAS	BAIXA	ALTA	MÉDIA	MÉDIA
GESTÃO DA RESERVA	BAIXA	ALTA	MÉDIA	MÉDIA
<b>INSTITUCIONAL</b>				
FUNCIONAMENTO	ALTA	ALTA	ALTA	ALTA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	ALTA	ALTA	ALTA	ALTA
<b>ESPÉCIES</b>				
PERDA	BAIXA	ALTA	ALTA	ALTA
MODIFICAÇÃO DE HABITATS	BAIXA	ALTA	MÉDIA	MÉDIA
<b>SANEAMENTO</b>				
ÁREAS PANTANOSAS	ALTA	MÉDIA	ALTA	ALTA
<b>PESCAS</b>				
PERDA DE RECURSOS	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA

Fonte: Adaptado de PNADD (s.d.: 113)

O “Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável” (PNADD) identifica áreas sectoriais principais, classificando-as qualitativamente, como requerendo uma alta, média ou baixa prioridade no tratamento (PNADD, s.d.: 113). Da identificação das principais causas e

<sup>239</sup> A legislação ambiental referente à conservação da fauna, da flora e das áreas protegidas data de 1998, se bem que o decreto de classificação do parque natural aguarda ainda aprovação (ECOFAC, 2001: 142).

<sup>240</sup> Na Ilha do Príncipe estava prevista, em 1996, a criação de uma Zona Franca com Off-Shore na Baía das Agulhas, se bem que o projecto apesar de ratificado acabou por não surtir efeito até à data. A área prevista de ocupação rondava os 450 km (WADCO, 1998) e a concessão teria efeito por um período de 50 anos, permitindo o desenvolvimento e a rentabilização económica do turismo, da agricultura, das pescas, da construção civil, da indústria naval, dos transportes, da banca e serviços financeiros e do comércio pela criação de um conjunto diversificado de infraestruturas. Na eventualidade da Zona Franca ser implementada, os riscos ambientais seriam acrescidos por se tratar de uma zona em estado virgem. Da mesma forma, em São Tomé estava prevista a criação de uma Zona Franca em Baobab Beach (ZFBAOBAB).

dos problemas ambientais, pode identificar-se um conjunto de áreas com diferentes prioridades em termos de intervenção (cf. Quadro 21).

As áreas de alta prioridade – qualidade e disponibilidade da água, poluição de rios e cursos de água, utilização de resíduos tóxicos e não tóxicos, desflorestação, erosão costeira e tratamento de zonas pantanosas, funcionamento institucional e educação ambiental, perda da biodiversidade – são as que, de forma directa, relacionam as problemáticas económica, social e ambiental.

As situações que requerem uma atenção média são as relacionados com a gestão de recursos renováveis – nomeadamente os destinados para fins agrícolas, a gestão da reserva ecológica, a transformação dos habitats e a perda de recursos piscatórios – situação não definida como crítica mas pressupondo uma atenção continuada, tendo em conta o longo prazo.

As situações classificadas de baixa prioridade – qualidade do ar – apesar de serem importantes a longo prazo, não revelam, no presente, urgência de resolução por não se revelarem críticas.

### **III. TURISMO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

De acordo com a análise apresentada na Primeira Parte (cf. II., 1.3.), podemos considerar que, ao nível internacional, o turismo tem adquirido uma importância crescente enquanto potencial dinamizador da economia, de modernização das infraestruturas existentes, de criação de novos postos de trabalho e de requalificação da mão-de-obra.

Paralelamente, o sector é perspectivado como pólo de atracção do desenvolvimento socioeconómico, não só pelas receitas que permite gerar e reter nos países promotores, mas principalmente por poder depender de outros sectores de actividade económica, como o agro-pecuário e as pescas, o industrial, o comercial e os serviços. Por fim, tem requerido uma atenção particular no que respeita aos diferentes meios envolventes, natural e sociocultural, no sentido da sustentabilidade (cf. Primeira Parte, II., 3.).

A aposta no sector turístico pode contribuir para uma revalorização socioeconómica, cultural e ambiental, no sentido da melhoria nas condições de vida das famílias. A dimensão socioeconómica é priorizada pela capacidade de dinamização de actividades produtivas complementares, pela retenção de divisas, pela criação de postos de trabalho diversificados, pressupondo a requalificação da mão-de-obra, pela modernização das infraestruturas existentes e pelos investimentos efectuados, nomeadamente privados.

A revalorização sociocultural respeita à divulgação da cultura popular, das práticas tradicionais e das formas de expressão artística ancestrais, caracteristicamente baseadas na tradição oral e no costume e, por esta razão, ameaçadas de perda, à preservação patrimonial, histórica e arquitectónica, à promoção das novas formas artísticas emergentes, sem pôr em causa a identidade nacional. A vertente ambiental é traduzida na preocupação com a protecção ambiental, nomeadamente com áreas de reserva natural, como é o caso do Parque Natural Obô, no que respeita a espécies arbóreas e animais.

No capítulo III da Segunda Parte, começamos por abordar a importância do turismo em São Tomé e Príncipe, caracterizando-o, apresentando as principais potencialidades turísticas do arquipélago e identificando os principais factores de constrangimento à sua implementação. Seguidamente analisamos as políticas nacionais, existentes e planeadas, de incentivo ao incremento do sector, particularizando o papel das instituições públicas e da iniciativa privada, sem esquecer o enquadramento jurídico que regula o funcionamento da actividade. O

capítulo é concluído com a avaliação prospectiva, tendo em atenção os resultados esperados, com base no planeamento da actividade.

## **1. A IMPORTÂNCIA DO TURISMO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

De acordo com a caracterização apresentada anteriormente (cf. Primeira Parte, II., 1.3.2. e Segunda Parte I., 1.), a RDSTP insere-se na sub-região africana da África Central que, no cômputo geral, (PNUD, 2001: 50) tem sido alvo de desenvolvimento da actividade turística, traduzida no crescimento médio anual das chegadas de turistas internacionais (6.1% entre 1990 e 1999), implicando investimentos com a criação de infraestruturas e a melhoria das existentes.

Na RDSTP, o turismo é um sector que, apesar de potencial, dadas as características paisagísticas e culturais, tem tido um desempenho económico e uma importância marginais (ICP, 2001). Por um lado, como destino turístico, o arquipélago tem sido preterido a favor de outras regiões (cf. Primeira Parte, II., 1.3.), mais divulgadas nos meios internacionais, tais como a Europa (59.3% das chegadas internacionais, em 1997), a América (19.2%) ou a Ásia (15.2%). Por outro lado, a oferta interna, a criação de novas infraestruturas e a modernização das existentes têm-se revelado insuficientes e de grande precariedade e, por fim, dada a elevada dimensão dos custos de acesso e dos serviços prestados, sem que se verifique uma justa correspondência com os padrões de qualidade.

No ponto “A Importância do Turismo em São Tomé e Príncipe” tivemos a preocupação de caracterizar o sector, identificando as principais potencialidades, ambientais e socioculturais, sem esquecer os factores considerados como limitativos ao incremento da actividade.

### **1.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SECTOR**

Na RDSTP, o turismo é uma actividade potencial, mas que se tem mantido marginal enquanto estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável. A análise das tendências evolutivas da



importância do sector evidencia a existência de fragilidades, traduzidas na emergência de factores contextuais e de enquadramento, que têm desmotivado o investimento em infraestruturas promotoras de modernização.

Na realidade, percebe-se a existência de uma multiplicidade de constrangimentos ao investimento interno com o sector, resultando na ausência ou quando existente reduzida, melhoria das infraestruturas de ligação e de apoio. Paralelamente, tem existido investimento externo<sup>241</sup>, se bem que insuficiente face às necessidades, requerendo uma maior dinamização. No que respeita às infraestruturas de acesso e de ligação, o arquipélago encontra-se desprovido de meios de comunicação diversificados e operacionais promotores de acréscimos de turistas. O país é dotado de dois aeroportos<sup>242</sup>, tendo um deles capacidade para voos internacionais<sup>243</sup>, manifestando-se contudo insuficiente por não permitir a aterragem de aviões de grande porte (PNUD, 2001: 14). Do total de companhias aéreas a operar para o arquipélago registou-se, entre 1996 e 1997, um ligeiro incremento do número de passageiros<sup>244</sup> entrados e saídos do aeroporto de São Tomé.

Entre 1998 e 2001, verificou-se um decréscimo significativo no fluxo total de passageiros, independentemente da companhia aérea em análise, sendo a TAP a que revelou maior importância, no que respeita ao transporte de passageiros, independentemente do ano em análise (51.8% do total de passageiros entrados e saídos, em 2001), seguido da Air Gabon (25.4%, em 2001), da TAAG (14.3%, em 2001) e da Air São Tomé (8.5%, em 2001). A partir de 2002, com a entrada da Air Luxor na rota, efectuando ligações internacionais directas para a Europa, a situação referida sofreu uma alteração, com um acréscimo no número total de passageiros, de 20.161, em 2001 para 23.939, em 2002<sup>245</sup>.

Em 2002, a preponderância da TAP manteve-se, se bem que com flutuações (48.1%), seguida da Air Gabon (25.4%), da TAAG (14.7%), da Air São Tomé (9.4%) e da Panalpina (2.4%). É

---

<sup>241</sup> O investimento externo tem sido uma realidade – os casos do Hotel Miramar, do Hotel Marlin Beach, do Clube Santana na ilha de São Tomé, do Bom Bom Island Resort na Ilha do Príncipe e no Ilhéu das Rolas.

Em 2003 existem 5 companhias aéreas a operar com regularidade: a TAP Air Portugal com um voo semanal partindo de Lisboa, a Air Luxor, com dois voos semanais a partir de Lisboa, a Air Gabon com voos bi-semanais para Libreville e a TAAG, Linhas Aéreas de Angola, com uma periodicidade semanal para Luanda e a Air São Tomé que assegura as ligações internas diárias entre a Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe e 4 vezes por semana para Libreville.

<sup>243</sup> Dos 2 aeroportos existentes, apenas um é internacional (São Tomé), sendo dotado de pista de asfalto com 2.200 m por 45 m; o da Ilha do Príncipe é destinado a voos domésticos com uma pista de 1.200 m por 30 m.

<sup>244</sup> Na maioria de fontes consultadas, o número de passageiros referenciado como total não permite distinguir os turistas.

<sup>245</sup> A partir de meados de Dezembro de 2002, a Air Luxor deu início aos voos comerciais de Lisboa para São Tomé, com uma periodicidade bissemanal, sendo de registar que, a partir de Março de 2003, se associou a alguns empreendimentos turísticos, oferecendo serviços conjuntos a preços promocionais (cf. Parte III., Estudos de Caso).

ainda relevante destacar que, em 2003 e após a entrada da nova companhia aérea na rota de São Tomé, apenas com os dados disponíveis até ao mês de Outubro, o conjunto de passageiros transportados pela TAP e pela Air Luxor ascendia a 15.590<sup>246</sup>.

O número de lugares nos voos internacionais é limitado, porque a periodicidade é estipulada pelas companhias de aviação. A TAP Air Portugal dispõe, por percurso, de 10.192 lugares por ano (PNUD, 2001a: 107); a TAAG de 5.304, a Air Gabon de 4.212. A Air São Tomé, nas ligações inter ilhas, tem disponibilidade de 3.744 lugares anuais<sup>247</sup>.

Com base na confrontação dos dados de entradas e saídas de passageiros, constata-se que a capacidade anual não tem sido utilizada na totalidade, com excepção de épocas especiais, promocionais e festivas.

Quadro 22 – Origem dos passageiros entrados e saídos do aeroporto de São Tomé em %

<b>ORIGEM</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>50.3</b>	<b>45.4</b>
<b>CENTRO/SUL</b>	<b>43.3</b>	<b>36.9</b>
<b>NORTE</b>	<b>6.8</b>	<b>7.5</b>
<b>MADEIRA/AÇORES</b>	<b>0.2</b>	<b>1.0</b>
<b>UE</b>	<b>11.2</b>	<b>12.9</b>
<b>OUTROS EUROPA</b>	<b>1.6</b>	<b>1.3</b>
<b>STP</b>	<b>31.0</b>	<b>35.1</b>
<b>OUTROS ÁFRICA</b>	<b>3.7</b>	<b>1.3</b>
<b>AMÉRICA</b>	<b>1.8</b>	<b>2.4</b>
<b>ÁSIA</b>	<b>0.3</b>	<b>0.3</b>
<b>OUTROS NÃO ESPECIFICADOS</b>	<b>0.1</b>	<b>0.2</b>

Fonte: TAP Air Portugal (2002)

No que respeita à nacionalidade dos passageiros que viajaram para o arquipélago, independentemente da companhia de aviação, constata-se que a maioria, tanto em 1999 como em 2001 (cf. Quadro 22), era oriunda de Portugal (50.3% e 45.4% respectivamente).

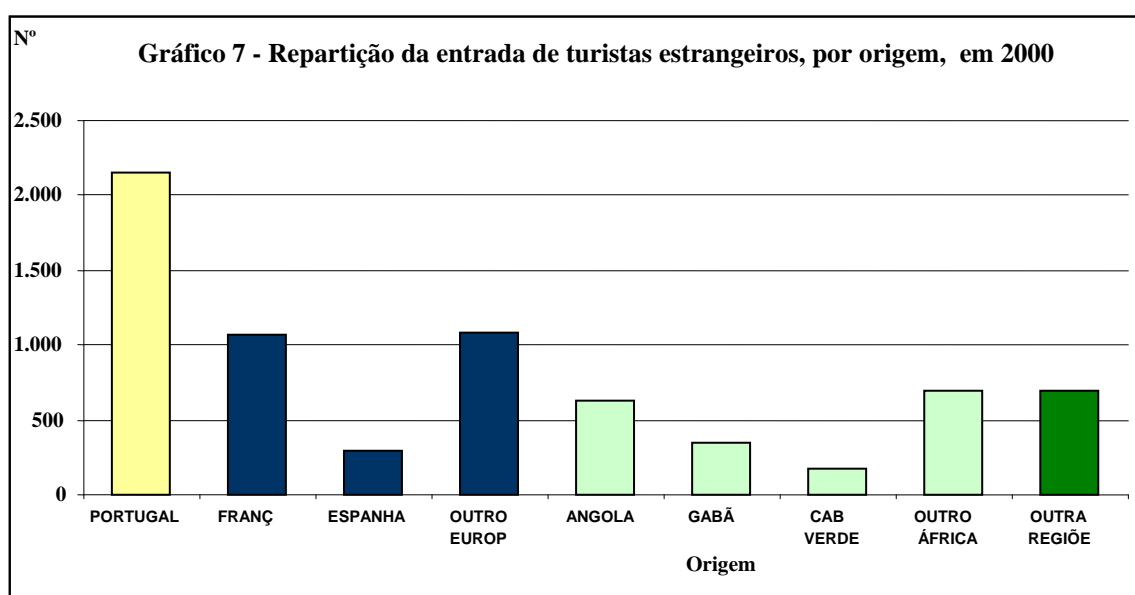
Da análise ressalta, como significativo, o acréscimo dos movimentos da população santomense (31.0%, em 1999 e 35.1%, em 2001) e, com um menor peso relativo, dos visitantes originários dos restantes países da União Europeia (11.2% e 12.9%

<sup>246</sup> O número de passageiros transportados pelas duas companhias aéreas em 2002 era de 10.867, de acordo com os dados disponibilizados pelo delegado da TAP em São Tomé, Eugénio Lopes Pereira (cf. Anexos).

<sup>247</sup> O “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em São Tomé e Príncipe (PEDTSTP)” (PNUD, 2001: 107) define como estratégia necessária o incremento do número de voos regulares para todas as companhias a operar para o arquipélago, no sentido de se conseguir oferecer cerca de 36.000 lugares aéreos por ano, entre nacionais e turistas estrangeiros.

respectivamente). As restantes regiões consideradas evidenciaram pouco significado, dado que no total não ultrapassaram os 8%, em 1999 e os 6% em 2000.

No que respeita aos viajantes estrangeiros<sup>248</sup>, no decurso do ano 2000, o número total não ultrapassou 7.137, sendo de destacar que a maioria teve origem em países europeus (cf. Anexos), apesar do decréscimo registado entre 1996 (64.6%) e 2000 (53.5%). Os africanos tiveram uma diminuta importância relativa, apesar de evidenciarem uma tendência de crescimento, tendo duplicado de 8.0%, em 1996 para 16%, em 2000<sup>249</sup>.



Fonte: PNUD/OMT (2001)

Dos europeus, pode-se destacar que os portugueses representaram a maioria (46.8%), seguindo-se os franceses (23.1%) e os espanhóis (6.5%), distribuindo-se, com dispersão, os restantes 23.6% pelos outros países da Europa (cf. gráfico 7).

A entrada de estrangeiros europeus, com maior destaque para os portugueses e os franceses, deveu-se, em grande medida, às ligações históricas, perpetuadas no período pós independência pelos mecanismos de cooperação internacional.

<sup>248</sup> É de registar a dificuldade na obtenção de dados oficiais que revelem a situação real do turismo, visto que o Serviço de Migrações e Fronteiras não dispõe de sistemas digitalizados de informação, situação idêntica para a DTH que não dispõe de uma listagem actualizada da capacidade da oferta hoteleira, encontrando-se a elaborar, em conjunto com o INE, uma listagem e classificação das unidades em 2003.

<sup>249</sup> A entrada de turistas estrangeiros no país requer um conjunto de requisitos, tais como a obtenção de visto e de passaporte válido por 6 meses de mínimo, certificado de vacinação contra a febre amarela, sendo aconselhada a profilaxia da malária. A saída do país requer também o pagamento de uma taxa de 20 dólares EUA.

Da mesma forma, da totalidade dos visitantes de países africanos, os angolanos são aqueles que mais viajaram para a RDSTP, representando 34.1%, seguindo-se os do Gabão (18.9%) e de Cabo Verde (9.3%).

Este facto é justificado, em parte, pelas ligações históricas estabelecidas durante o período colonial, nomeadamente promovido pelas migrações de mão-de-obra contratada, particularmente angolana e cabo-verdiana (cf. Segunda Parte, II. 1.), que incentivou as deslocações por motivações familiares. Por outro lado, é evidente a proximidade geográfica do Gabão e a importância da vertente turística de negócios.

A rede viária é deficitária e insuficiente, sendo constituída por um total de 221 km, entre estradas nacionais e principais, representando 61.1% do total, e estradas secundárias (cf. Anexos), correspondendo a 38.9% (PNUD, 2001: 16; MPF, 1998: 75). Estas estradas fazem parte da rede viária pública, estando a maioria da quilometragem, actualmente, alcatroada.

Paralelamente, existem estradas não alcatroadas, que consistem em pistas rurais e caminhos de acesso a explorações agrícolas, não havendo disponível uma contagem da sua extensão, na totalidade. Na Ilha do Príncipe a maioria das estradas são pistas rurais em piso de terra e, por isso, sem cobertura de alcatrão, dificultando o acesso a alguns pontos da ilha.

As principais estradas nacionais são a EN1, que liga a cidade de São Tomé a Ponta Furada, passando por Neves e por Santa Catarina (48 km), a EN2 entre São Tomé e Porto Alegre (71.6 km) e a EN3 entre São Tomé e a Boa Vista, passando pela Trindade (15.4 km). Qualquer uma das estradas é herança colonial, sendo de destacar que alguns troços foram renovados<sup>250</sup>.

Os transportes marítimos entre as ilhas são caracteristicamente incipientes e marcados pela irregularidade, assegurados, na maioria das vezes, por pequenas embarcações de pesca artesanal ou pequenas lanchas, utilizadas tanto no transporte de pessoas como de mercadorias ([www.stome.net](http://www.stome.net)).

Visto que a cidade de São Tomé não dispõe de um porto de águas profundas, os barcos de cruzeiro têm tido uma frequência reduzida e, quando existem, permanecem ao largo, sendo o transbordo dos passageiros pouco facilitado porque efectuado em pequenas embarcações.

---

<sup>250</sup> Os troços renovados foram entre São Tomé e Boa Vista (15 km), São Tomé e S. João dos Angolares (40 km), São Tomé e Ponta Furada (48 km), tendo sido construído o troço entre Ribeira Peixe e Porto Alegre (15 km).

A capacidade da oferta hoteleira no arquipélago tem-se revelado reduzida e limitada (cf. Quadro 23), registando-se oficialmente 18 unidades de alojamento, distribuídas entre hotéis, pensões e residenciais. Contudo é de referir a existência de uma evolução positiva, entre 1996 e 2000, apesar de pouco significativa, tanto no que respeita ao número de alojamentos (de 15 para 18) como à capacidade (de 394 para 495 camas).

Quadro 23 – Capacidade de alojamento no arquipélago entre 1996 e 2000

	1996		2000	
	ALOJAMENTO	Nº CAMAS	ALOJAMENTO	Nº CAMAS
<b>HOTEIS</b>	6	269	7	353
<b>PENSÕES</b>	6	66	7	73
<b>RESIDENCIAIS</b>	3	59	4	69
<b>TOTAL</b>	15	394	18	495

Fonte: INE (1999); PNUD/OMT (2001)

Assim, oficialmente, o arquipélago dispunha, em 2001, de um total de 249 quartos (cf. Quadro 24), dos quais 81.5% se concentravam na ilha de São Tomé, enquanto que apenas 18.5% da capacidade hoteleira se encontrava na Ilha do Príncipe (PNUD, 2001a: 7).

Quadro 24 - Identificação e classificação dos quartos por hotel, categoria e ilha

<b>HOTEL – SÃO TOMÉ</b>	<b>Nº QUARTOS</b>	<b>CATEGORIA</b>
MIRAMAR	59	****
MARLIN BEACH	30	****
CLUBE SANTANA	31	****
RESIDENCIAL AVENIDA	18	***
PHENÍCIA	14	***
LA PROVENCE	6	***
RESIDENCIAL BAÍA	11	**
OUTROS	34	
<b>SUBTOTAL</b>	203	
<b>HOTEL – PRÍNCIPE</b>	<b>Nº QUARTOS</b>	<b>CATEGORIA</b>
ILHÉU BOM BOM	25	****
OUTROS	21	
<b>SUBTOTAL</b>	46	
<b>TOTAL</b>	249	

Fonte: PNUD/OMT (2001)

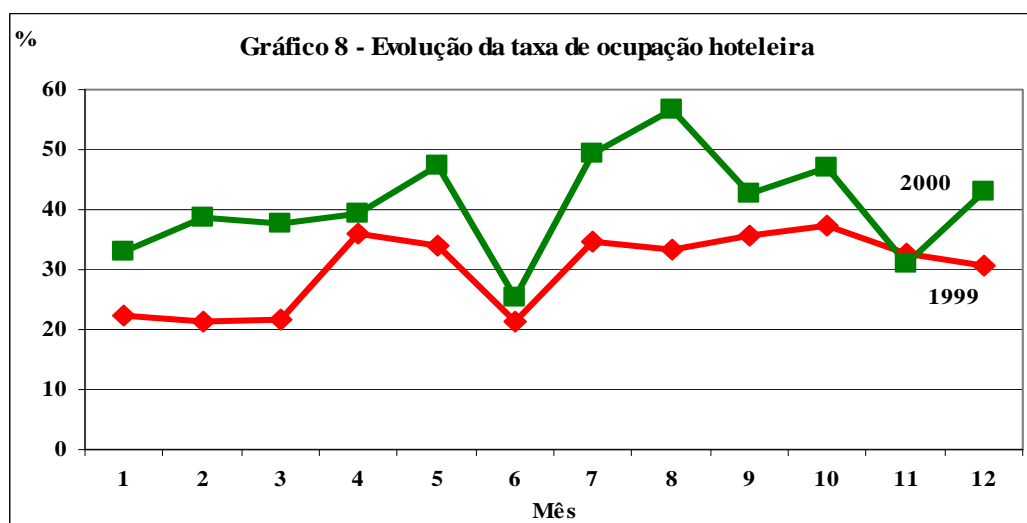
Da totalidade dos quartos de hotel considerados, 58.2% ofereciam um padrão classificado como “grande conforto”<sup>251</sup>, 19.7% “conforto intermédio” e 22.1% outras classificações.

A taxa de ocupação hoteleira tem sido relativamente estável ao longo dos dois anos considerados na análise (cf. gráfico 8), não sendo fácil a identificação de períodos mensais de procura excessiva ou de forte concentração, bem como quebras de grande significado, em

meses sequenciais. Contudo, é notório um abrandamento particular na taxa de ocupação hoteleira e consequentemente da actividade turística durante o mês de Junho, para qualquer dos anos em análise, mas de forma mais evidente em 2000. Em termos médios, a taxa de ocupação neste ano (40.9%) foi particularmente superior ao ano precedente (30.6%), evidenciando uma maior divulgação do arquipélago enquanto destino turístico.

Podemos afirmar que não é evidente a existência de sazonalidade, sendo a RDSTP um destino indiferentemente procurado, ao longo do ano. Por um lado, dadas as características climatéricas relativamente constantes; por outro lado, dado que uma parte das motivações para a ocupação hoteleira neste destino são identificadas com o turismo de negócios.

As práticas turísticas motivadas pela observação e pelo contacto com a natureza são menos representativas, enquanto que o turismo exclusivamente de lazer e de contornos heliotrópicos não está ainda globalmente divulgado e implementado, apesar das potencialidades evidentes.



Fonte: PNUD/OMT (2001)

Procurando apresentar uma sistematização das principais características do sector do turismo no arquipélago, podemos referir que:

- apesar da tendência, no sentido da diversificação e do aumento da capacidade, a oferta hoteleira permanece limitada, sem se verificarem investimentos significativos na construção de novos hotéis ou no alargamento e na modernização dos existentes,

<sup>251</sup> É de referir que não existem hotéis com classificações de luxo, vulgarmente denominados de \*\*\*\*\*.

- a oferta de restauração tem sido alvo de acréscimos e de diversificação, apesar de não existir uma estrutura organizativa ou promocional, no que respeita às características principais, e de articulação com os empreendimentos hoteleiros e de alojamento,
- apesar das melhorias e do alargamento, a rede rodoviária revela-se reduzida e largamente insuficiente, não permitindo a cobertura da totalidade das ilhas e dificultando a acessibilidade a algumas regiões, particularmente interiores e a oeste da ilha de São Tomé,
- o parque automóvel e os meios de transporte são insuficientes face às necessidades,
- a infraestrutura portuária, mesmo que apenas considerada como porto de passagem, é deficitária inviabilizando o incremento do sector turístico por via marítima,
- o espaço aéreo permanece centrado num conjunto limitado de companhias de aviação, não havendo condições para a recepção regular de voos de longo curso e mesmo para escalas,
- a ausência de medidas eficazes de saúde pública que permitam a erradicação do paludismo limitam o marketing turístico do arquipélago perpetuando a imagem de destino de risco.

## **1.2. POTENCIALIDADES DE UM DESTINO TURÍSTICO**

As ilhas são vulgarmente referenciadas e conhecidas, do ponto de vista turístico, pelas particularidades do meio ambiente natural e pelas especificidades sociais e culturais. A imagem turística divulgada assenta na concepção da beleza paisagística, do estado de preservação florestal, da densidade da vegetação, das praias desertas de areia branca e preta associadas a águas cristalinas e quentes. Por outro lado, são de realçar a simpatia e a simplicidade das populações, a capacidade de acolhimento, a forma de organização social, a gastronomia, a música, as danças e a arte emergente.

Actualmente, a RDSTP transmite para o exterior uma imagem de preservação ambiental em meio tropical (PNUD, 2001: 47; Romana, 1997: 148), propícia ao desenvolvimento da prática do turismo ecológico, alternativo e responsável (cf. Primeira Parte, II., 1.2., 2. e 3.), fundamentada em dois tipos distintos de paisagens, nem sempre encontrados de forma conjugada noutros destinos:

- florestas tropicais dotadas de vegetação exuberante, e em estado virgem, à qual se associa uma multiplicidade de espécies não só florestais, mas também faunísticas,
- praias em grande número e com traços diversos, enquadradas por coqueiros ou por formações rochosas, de areia branca e dourada, sendo possível encontrar também de areia preta, mas em menor número, extensas ou formando pequenas baías.

Do ponto de vista turístico, o arquipélago é susceptível de ser valorizado pela possibilidade que oferece, no que respeita ao desenvolvimento de práticas de lazer (cf. Primeira Parte, II., 1.), dadas as características ambientais e a diversidade de paisagens, favorecendo a promoção de actividades específicas e temáticas.

Relativamente às características naturais, é um destino com potencialidades heliotrópicas, onde é exequível o incremento de actividades várias, com base na valorização do descanso, do mergulho e do “snorkeling”<sup>252</sup>, podendo identificar-se, na RDSTP, quatro grandes regiões com potencialidade turística balnear (PNUD, 2001: 69), situando-se a maioria na ilha de São Tomé e apenas uma na ilha do Príncipe:

1. A região Norte da Ilha de São Tomé, desde a Praia da Juventude a Neves, incluindo as Praias da Juventude<sup>253</sup>, Tamarinos<sup>254</sup>, Conchas<sup>255</sup> e Lagoa Azul<sup>256</sup>. Esta região é entendida como potencial, pela dimensão das praias, pelas características do meio envolvente natural, pela qualidade da água e pela relativa proximidade do aeroporto e da cidade, sendo ainda dotada de vegetação do tipo savana arbustiva, a única em todo o arquipélago.
2. As praias do Este de São Tomé, entre a cidade e São João dos Angolares, incluindo as Praias da Colónia<sup>257</sup> e Micondo<sup>258</sup>, consideradas como de interesse turístico pelas particularidades da configuração e apesar da reduzida dimensão, têm fácil acessibilidade e são enquadradas por vegetação do tipo coqueiral. Esta é a região de toda a ilha onde se encontram praias de areia branca, preta e dourada.
3. As praias do Sul de São Tomé, incluindo as Praias Piscina<sup>259</sup>, Jalé<sup>260</sup> e Xixi<sup>261</sup>, pela qualidade da areia e da água e pela exuberância da vegetação, apesar do acesso difícil, são

---

<sup>252</sup> Por “snorkeling” entende-se a actividade de observação de espécies marinhas, faunísticas e florísticas, à superfície, recorrendo a máscara e a tubo, facilitando a respiração e sem necessitar de oxigénio.

<sup>253</sup> A Praia da Juventude situa-se a 13 km do aeroporto, tem fácil acesso (9 km de estrada e 4 km de picada) e é envolvida por vegetação arbustiva do tipo savana, com um areal de 300 metros, permitindo mergulho e pesca.

<sup>254</sup> A Praia dos Tamarinos situa-se a norte da cidade de São Tomé, a 16 km do aeroporto, de acesso fácil apesar de indirecto (12 km de estrada e 4 km de picada), é enquadrada por vegetação arbustiva de tipo savana intercalada por tamarineiras. É dotada de um areal com cerca de 400 metros e propicia o mergulho e a pesca pela transparência das águas.

<sup>255</sup> A Praia das Conchas situa-se ao norte da cidade de São Tomé, a cerca de 20 km do aeroporto (18 km de estrada e 2 km de picada), de acesso indirecto e pouco facilitado, tem um areal de cerca de 50 metros, sofrendo o efeito da extracção de areias; é enquadrada por uma baía rochosa, com águas serem cristalinas propícias ao mergulho, tendo ligação a outras praias.

<sup>256</sup> A Lagoa Azul é enquadrada por formações rochosas, tendo a particularidade de ter águas azuis e de grande transparência, é muito procurada para mergulho e pesca submarina, dada a quantidade de espécies que existem nas suas águas.

<sup>257</sup> A Praia Colónia localiza-se a este da ilha de São Tomé, a 35 km a sul do aeroporto (35 km de estrada e 500 metros de picada), tem um areal com 25 metros, envolvida por vegetação de tipo coqueiral, apesar da água ter qualidade não é das mais procuradas para actividades balneares, visto ter elevados índices de pluviosidade.

<sup>258</sup> A Praia Micondo situa-se a este da ilha e a sul do aeroporto (38 km), tem um areal de 300 metros, é enquadrada por vegetação densa e a tem a particularidade da água ser muito cristalina.

<sup>259</sup> A Praia Piscina situa-se a sul da ilha de São Tomé e a 90 km do aeroporto, tem um acesso difícil (5 km de picada), caracteriza-se por um areal com cerca de 100 metros, vegetação densa e qualidade da água permitindo actividades do tipo “snorkeling”, tem a particularidade de criar piscinas naturais com a entrada permanente de água do mar.



consideradas como a zona forte em termos de desenvolvimento do turismo balnear no futuro, dado serem as mais distantes da cidade capital. Nesta zona existe ainda a possibilidade de aceder ao Ilhéu das Rolas, em processo de desenvolvimento turístico.

4. A zona de Belo Monte a Príncipe, na Ilha do Príncipe, particularmente com a Praia Banana<sup>262</sup>, idílica mas de difícil acesso.

O PEDTSTP (PNUD, 2001: 91) identifica um conjunto de segmentos heliotrópicos potenciais, a partir dos quais é exequível promover o incremento rentável do sector, criando sustentabilidade a longo prazo. Assim, é definida uma tipologia classificatória possível de ser adoptada, identificando e distinguindo três níveis principais para a dinamização do turismo heliotrópico, que se caracterizam diferentemente (cf. Quadro 25):

- o Turismo Balnear de Alta Categoria, representando um segmento importante no contexto do mercado turístico internacional e potencial no arquipélago, até agora inexistente, dado que, pelas características das praias e do meio natural envolvente, se pode transformar numa alternativa para uma parte dos turistas internacionais que optam por destinos que oferecem serviços de natureza heliotrópica. A qualidade dos serviços, como critério de escolha do destino, é valorizada, associada à preservação ambiental e à autenticidade cultural. Na RDSTP, são os casos particulares da Praia Micondo, a Este da Ilha de São Tomé e da Praia Jalé, a Sul, podendo ser também implementado nas Praias dos Tamarinos, a Norte, da Colónia, a Este e na Praia Banana, no Príncipe,
- o Turismo Balnear de Média Categoria é uma opção possível em relação à categoria heliotrópica de alta gama, encontrando-se em expansão no mercado internacional. Apesar das características do destino serem semelhantes ao Turismo de Alta Gama, o que as distingue é o tipo de alojamento e as condições oferecidas. Este tipo pode ser implementado na Praia dos Tamarinos, bem como nas Praias da Juventude, a Norte, da Colónia, a Este, Jalé, a Sul da ilha de São Tomé e na Praia Banana, no Príncipe,
- o Turismo Balnear Temático assenta na valorização do ambiente, implementando e dinamizando actividades relacionadas com o meio natural, tais como o mergulho e a pesca. Este é o caso das Praias dos Tamarinos, a Norte e Piscina, a Sul de São Tomé e da Praia Banana, no Príncipe, podendo ainda ser implementado nas Praias da Juventude e das Conchas, a Norte, Colónia e Micondo, a Este e na Praia Jalé, a Sul da Ilha de São Tomé,






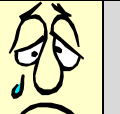


















Quadro 25 - Identificação da potencialidade turística heliotrópica por região no arquipélago

---

<sup>260</sup> A Praia Jalé localiza-se na zona oeste da ilha de São Tomé e a sul do aeroporto (95 km, sendo 10 km em picada), tem um extenso areal de 400 metros, é enquadrada por vegetação densa e tropical do tipo coqueiral, com água de grande qualidade permitindo o desenvolvimento de actividades desportivas e de lazer, tais como o “snorkeling” e o mergulho, apesar da agitação das águas dadas as correntes marítimas.

<sup>261</sup> A Praia Xixi, a oeste da ilha de São Tomé e a sul do aeroporto (100 km e 15 km de picada), tem um areal com 150 metros, enquadrada por vegetação, a água tem grande qualidade e limpidez, propícia a “snorkeling” e mergulho.

<sup>262</sup> A Praia Banana localiza-se na ilha do Príncipe, a 15 km do aeroporto, sendo o acesso por terra particularmente difícil, em picada, com um areal de 100 metros, é enquadrada por vegetação equatorial e densa, tendo a água uma grande qualidade e propícia a actividades de mergulho e de “snorkeling”.

	NORTE			ESTE		SUL		PRÍNCIPE
	Juventude	Conchas	Tamarinos	Colónia	Micondo	Piscina	Jalé	
<b>T. BALNEAR</b> Média Gama								
<b>T. BALNEAR</b> Alta Gama								
<b>T. TEMÁTICO,</b> <b>PESCA</b> <b>E</b> <b>MERGULHO</b>								

Fonte: PNUD/OMT (2001)

Além das potencialidades heliotrópicas, como destino turístico, a RDSTP adquiriu, de forma natural, os traços de um destino alternativo com características ecológicas, onde é possível desenvolver práticas de lazer responsável (cf. Primeira Parte, II., 2. e 3.).

O arquipélago é dotado de especificidades ambientais, propícias ao incremento de actividades de valorização de contacto com a natureza, tais como o “trekking”<sup>263</sup> e a observação de espécies endémicas – plantas e animais. Este enquadra-se, de forma particular na categoria do turismo de “randonnée”, que se fundamenta na possibilidade, oferecida pelo meio ambiente, de realizar actividades de contacto com a natureza, através de percursos e de passeios pedestres, de “trekking” e da valorização da inter-relação entre o indivíduo e o meio ambiente natural. Este é particularmente possível no centro das ilhas, bem como no maciço montanhoso, nas zonas florestais e no Parque Natural Obô.

Do ponto de vista paisagístico (PNUD, 2001: 72), o país é constituído por um maciço montanhoso (cf. Segunda Parte, II., 1.1. e 3.), no qual o meio florestal desempenha um papel preponderante, pela densidade e pela diversidade, intercalado pela existência de cursos de água, nomeadamente rios, ribeiros e cascatas. As principais áreas florestais, de maior densidade e diversidade, com espécies endémicas, coincidem com a área geográfica do Parque Natural Obô, tanto na ilha de São Tomé como na ilha do Príncipe (cf. mapa 1).

Mapa 1 – Representação geográfica do Parque Natural Obô nas Ilhas da RDSTP

<sup>263</sup> Por “trekking” entende-se a actividade pedestre em meios florestais, estando normalmente associada à observação de espécies faunísticas e florísticas.



Fonte: [www.stome.net](http://www.stome.net)

Os meios ambientes naturais – florestal, costeiro e marinho – das ilhas favorecem a dinamização de actividades recreativas (cf. Primeira Parte, II., 1.1., 1.2., 2.1. e 3), com um carácter pedagógico e educativo (PNUD, 2001: 69), fundamentadas na diversidade dos meios disponíveis para observação e estudo, permitindo realizar visitas aos parques naturais e às reservas ecológicas marcadas pela endemidade.

No arquipélago, estes são os casos particulares das orquídeas, dos hibiscos, particularmente do “*Hibiscus Mutabilis*”<sup>264</sup> e de outras espécies arbóreas, dos pássaros e das tartarugas marinhas, por exemplo. A promoção de actividades de lazer pode ter um carácter essencialmente formativo, mesmo que promovido informalmente.

Uma das características da cobertura florestal, que confere interesse turístico às ilhas, é o elevado grau de endemidade ([www.stome.net](http://www.stome.net)) susceptível de ser aproveitado e valorizado como imagem para divulgação e marketing do destino, sobretudo no que respeita às categorias de turismo de natureza, de observação e de ecoturismo (cf. Segunda Parte, II., 3.).

Uma das possibilidades é a dinamização pedagógica e a vertente educacional, dando a conhecer a diversidade de espécies arbóreas e vegetais e as suas múltiplas utilizações, por exemplo, ao nível alimentar e medicinal, com valorização das práticas tradicionais. Das

---

<sup>264</sup> O “*Hibiscus Mutabilis*” é conhecida como Rosa Louca, referida por Tavares (2003), pelas particularidades de mudança de cor ao longo do dia, em função das condições climáticas, da luminosidade, entre outras.

espécies animais, a actividade mais comum e divulgada no mercado turístico internacional é a observação de pássaros, se bem que comece a ser promovida a observação e o contacto com outros animais.

Associada às características e às potencialidades ambientais surge ainda a possibilidade de dinamizar um conjunto alargado de actividades, no âmbito dos subsectores do turismo de aventura e desportivo (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2), com a implementação de uma multiplicidade de práticas, desenvolvidas de forma organizada ou informal, entre as quais:

- o mergulho e o “snorkeling”, pela transparência da água, assim como pela qualidade dos corais e pela diversidade de fauna e de flora marinhas para observação, tais como as tartarugas marinhas e as espécies de peixes exóticos,
- a observação de diferentes espécies, tais como as baleias e os golfinhos,
- a possibilidade de realizar pesca desportiva, nomeadamente pesca grossa e de alto mar,
- o desenvolvimento de actividades físicas em destinos naturais pouco explorados que requerem esforço e preparação antecipada, nomeadamente no que respeita a caminhadas e a escaladas.

Assim, na RDSTP, o ecoturismo é uma prática viável, que existe actualmente, de forma localizada, procurando promover, em termos pedagógicos e educativos, a valorização do lazer, nos três segmentos possíveis (PNUD, 2001a: 69; [www.ecofac.org](http://www.ecofac.org)):

1. O “ecoturismo puro e duro” em que é identificado um tema ligado à natureza consagrando-se-lhe o essencial do dia. Não requer alojamento podendo ser desenvolvido através de visitas de duração limitada e pré definida.
2. O ecoturismo que associa a aproximação da natureza à estadia balnear introduzindo uma componente recreativa, aliada a padrões de conforto, apesar de excluir as unidades hoteleiras de grande dimensão. O turista escolhe prioritariamente alojamentos de pequena dimensão, do tipo “lodge”, visto atribuir prioridade ao enquadramento ambiental, à tranquilidade que a natureza lhe proporciona, às actividades de observação e aos percursos pedestres.
3. O ecoturismo como derivante de práticas de turismo de lazer, associando excursões de um dia ou apenas de partes de dia, não requerendo um enquadramento muito cuidado.

Independentemente de qualquer um dos três níveis apresentados, a prática do turismo natureza, no arquipélago, proporciona o desenvolvimento de quatro actividades principais:

- a observação de pássaros (“bird watching”), que é a actividade que está mais divulgada até hoje, tendo praticantes regulares, e programas organizados com acompanhamento de guias pré-definidos,
- a descoberta da floresta<sup>265</sup> e da sua vegetação que, na maioria das situações, é complementar com a observação de pássaros, existindo percursos de “trekking” e programas pré-definidos, bem como excursões organizadas em pequenos grupos,
- a observação de baleias (“whale watching”) e de golfinhos que, apesar de ser a actividade mais condicionada pelo carácter sazonal, tem adeptos, começando a ser divulgada,
- a observação de tartarugas marinhas, do processo de nidificação e nas épocas de largada para o mar, que é a actividade menos explorada turisticamente mas com potencial.

Os traços socioculturais (cf. Segunda Parte, II., 2.) são também, por nós, entendidos como potencialidades turísticas, visto que a população santomense é caracteristicamente miscegenizada, a partir de povos europeus e africanos, situação evidenciada de forma particular pelas práticas culturais e pelas crenças. Por um lado, a gastronomia adquiriu especificidades próprias revelando as fortes influências cabo-verdianas, angolanas e portuguesas. Por outro lado, as danças e a música que, tendo origem no continente africano, adquiriram identidade, podendo hoje identificar-se pelos estilos e pelos ritmos, as festas e as comemorações que reforçam também o espírito nacional. Mas ainda, por outro lado, apesar de relativamente ocidentalizada, no que respeita ao vestuário e à forma de relacionamento, a população perpetua práticas sociais e culturais próprias preservando a ancestralidade e a autenticidade, traços particularmente valorizados do ponto de vista turístico, sobretudo por algumas categorias de visitantes.

A imagem turística do arquipélago tem sido pouco promovida nos circuitos internacionais, sendo vulgarmente equacionada com duas ideias principais<sup>266</sup>:

- a descoberta de um território em estado virgem, e que se encontra por explorar, com características de exotismo e uma população dotada de uma cultura autêntica,
- a ideia mítica do paraíso perdido onde a civilização ainda não gerou efeitos negativos, e irreversíveis, permitindo reviver experiências consideradas como únicas.

---

<sup>265</sup> No que respeita à descoberta da floresta tropical, realizam-se actualmente percursos de iniciação e de descoberta da floresta primária de altitude, entre os 800 e os 1.400 metros de altitude, bem como da floresta húmida de baixa altitude, com a associação de turismo natureza a turismo cultural, com a visita a roças.

<sup>266</sup> Para a identificação e caracterização das ideias transmitidas foram analisados os prospectos turísticos distribuídos pelas agências de viagens em Portugal (Agência Abreu, Operadores 1840 e Soltrópico) e na RDSTP (Mistral Voyages, Navequatour, Flogá Excursões e Rotas de África – Equator’s Line) recolhidos no decurso dos anos 2001 e 2002, bem como obtidos na Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL (Janeiro de 2002).

A construção desta imagem fundamenta-se principalmente em cinco pressupostos iniciais – a insularidade, a proximidade geográfica do Equador, a potencialidade balnear pela diversidade de praias, a vegetação densa e de características tropicais propícia ao desenvolvimento de diferentes actividades e a especificidade cultural e histórica.

A avaliação do país como destino de férias pelos operadores turísticos internacionais foi, em 2001, globalmente positiva<sup>267</sup> (PNUD, 2001: 80), no sentido da identificação das principais potencialidades e na definição do arquipélago como destino turístico a explorar.

Os aspectos sobrevalorizados foram as características paisagísticas e ambientais, bem como o facto de não existir diferença horária significativa entre as ilhas e a maioria dos países europeus (cf. Anexos). Seguidamente foram referenciados os aspectos de: segurança humana, acolhimento, possibilidade de desenvolver actividades de lazer, as características da oferta de restauração e de alojamentos, os factores climatéricos e a estabilidade das temperaturas do ar. Os factores menos valorizados, e que requerem uma maior atenção, foram o marketing turístico e de divulgação da imagem do país, as condições de higiene e de saúde pública, os preços praticados, a qualidade dos serviços e a acessibilidade por via aérea.

### **1.3. PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS AO INCREMENTO DO SECTOR**

A valorização do sector do turismo e a divulgação da imagem do país nos circuitos internacionais, como destino de férias, têm sido particularmente dificultadas por um conjunto de constrangimentos que se interrelacionam, condicionando o crescimento da economia nacional e o desenvolvimento integrado do arquipélago, pela fraca promoção turística e modernização.

A RDSTP (Romana, 1997: 149) é um país que evidencia carências várias em relação à disponibilidade de infraestruturas turísticas e à capacidade nacional de potencializar as existentes. Assim e procurando uma sistematização dos principais constrangimentos ao desenvolvimento do sector, podemos referir:

---

<sup>267</sup> A classificação dos itens pelos operadores foi baseada numa escala pré definida entre 1 e 5 sendo 1 o menos valorizado e 5 o mais importante (PNUD, 2001).

- A ausência de investimento interno de âmbito nacional que, quando existente, é limitado e de reduzida importância, sem que se registre a obtenção de mais valias económicas, sociais e ambientais significativas, geradoras de mudança e de desenvolvimento.
- A dificuldade de viabilização de um sistema de créditos bancários, com capacidade de dinamização dos diferentes sectores de actividade económica, promovendo, de forma integrada, articulações com a actividade turística.
- Os limites evidenciados pelo sistema bancário, mas também a inexistência de um subsector segurador<sup>268</sup> privado que ofereça garantias às diferentes actividades económicas.
- A tardia definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentável do sector do turismo, com um enquadramento legal adequado, no que respeita aos investimentos e à exploração de recursos naturais. Em Maio de 2002<sup>269</sup> foi aprovado o PEDTSTP<sup>270</sup> definindo um objectivo (cf. Segunda Parte, III.) de 20.000 turistas para o ano 2010 (PNUD, 2001: 93).
- A inexistência de políticas de marketing turístico, de promoção da imagem do país para o exterior e a falta de estabelecimento generalizado e sistemático de parcerias, com operadores turísticos internacionais dotados de capacidade de dinamização da procura, com o direccionamento dos fluxos de turistas para a RDSTP, enquanto destino de férias privilegiado. As parcerias de âmbito internacional têm sobrevalorizado apenas algumas formas de turismo, nomeadamente de natureza e de observação, originando uma oferta superior à procura, principalmente no que respeita às práticas de lazer.
- As limitações do aeroporto internacional, requerendo a adopção de uma estratégia de redimensionamento através da reabilitação das infraestruturas existentes, tornando possível a aterragem de aviões de grande porte com alargada capacidade de transporte.
- A ausência de estratégias competitivas e concorrenciais do sector dos transportes, nomeadamente aéreos<sup>271</sup>, limitados três voos regulares, semanais, directos e a partir da Europa, com tarifas considerada ainda excessivas quando comparadas com as praticadas para outros destinos. A situação é idêntica para as ligações aéreas inter-ilhas estando o monopólio dos serviços prestados entregue à Air São Tomé<sup>272</sup>. Este é um problema que poderíamos considerar como duplo – o custo e a irregularidade, no que respeita à forma do turista entrar e sair da ilhas, gerando uma elevada margem de incerteza.

---

<sup>268</sup> O sistema bancário, nacional e estrangeiro, é extremamente limitado, tendo sido o sistema segurador inexistente até 2002, com instalação em 2003, mas de forma insuficiente.

<sup>269</sup> Cf. Têla Nón, nº 128 de 8 de Maio de 2002, nº 129 de 9 de Maio de 2002, nº 131 de 11 de Maio de 2002.

<sup>270</sup> O estudo foi promovido e realizado em 2001, pela delegação do PNUD na RDSTP e pela OMT, contando com a colaboração da DTH (Ministério do Comércio, Indústria e Turismo), tendo sido aprovado apenas em Maio de 2002.

<sup>271</sup> A tarifa média em classe económica cobrada pela TAP Air Portugal ronda os 700 dólares EUA, tendo a tarifa baixado desde Outubro de 2002 para Julho de 2003, com limite mínimo de uma semana e máximo de 1 mês de estadia, sendo o valor válido em 2003 e sujeito a alterações; o preço praticado pela TAAG, entre Lisboa e São Tomé com escala em Luanda é inferior em cerca de 200 dólares EUA. Em Maio de 2002 realizaram-se as primeiras negociações entre o Estado santomense e a companhia de aviação Air Luxor (Têla Nón nº 143 de 23 de Maio de 2002 e nº 196 de 15 de Julho de 2002), no sentido da viabilização do transporte entre as ilhas e a Europa, a partir de Lisboa, estando previsto o estabelecimento de uma filial administrativa na cidade de São Tomé. Por outro lado, foi criada uma nova companhia de aviação santomense, em Julho de 2002, Linhas Aéreas Santomenses (LAS), com a oferta de voos charter. a partir de Lisboa, oferecendo uma tarifa de 690 dólares EUA, se bem que esta companhia tenha operado apenas no curto espaço de tempo de um mês (Têla Nón nº 192 de 11 de Julho de 2002 e nº 198 de 17 de Julho de 2002).

<sup>272</sup> A Air São Tomé cobra uma tarifa entre São Tomé e o Príncipe, entre 100 e 150 dólares EUA para voos de ida e volta.

- A incapacidade portuária para o acolhimento de fluxos turísticos, de forma regular por via marítima, principalmente na chegada de barcos de cruzeiro, dada a inexistência de um porto de águas profundas.
- A inexistência de um sistema estruturado de transporte marítimo que promova as ligações inter-ilhas, particularmente de São Tomé para o Príncipe e para os Ilhéus das Cabras e das Rolas, no que respeita a deslocações diárias, de ida e volta, para visitas que não requeiram estadias com alojamento.
- A fragilidade do sistema rodoviário, não permitindo a cobertura da totalidade das ilhas, provocando isolamento em algumas regiões, constatando-se precariedade na cobertura rodoviária de piso pavimentado, com uma área significativa de piso de terra ou picada. Associado a este problema, podemos referir a limitada rede de transportes internos para o estabelecimento de ligações regulares entre diferentes pontos geográficos das ilhas.
- A ausência de um sistema ferroviário de aproveitamento das linhas férreas existentes na maioria das roças, possibilitando a incursão pelas regiões interiores florestais.
- A elevada política de preços praticada pelo sector das telecomunicações, dado o monopólio ter sido atribuído à Companhia Santomense de Telecomunicações (CST)<sup>273</sup>.
- A reduzida oferta hoteleira, apesar do surgimento recente de formas de alojamento diversas e alternativas à concepção tradicional, não se verificando uma correspondência entre a generalidade da oferta e os padrões turísticos praticados no ocidente e, em grande medida, procurados pelos turistas europeus e americanos. De forma complementar, os preços praticados são elevados face às condições oferecidas, não só no que respeita a instalações como principalmente à qualidade dos serviços prestados.
- O escasso aproveitamento das instalações das antigas explorações agrícolas, roças, como incentivo à promoção do turismo em espaço rural, valorizando a cultura através da recuperação arquitectónica e histórica<sup>274</sup>.
- A falta de qualificação e de profissionalização da mão-de-obra ligada ao sector, problema não solúvel com a valorização da capacidade de acolhimento da população, requerendo a frequência de programas de formação e de qualificação adequados às funções.
- A dificuldade em garantir o abastecimento regular e permanente de bens e serviços, visto a produção nacional evidenciar uma elevada margem de incerteza, particularmente no que respeita à agricultura e à pesca.
- A limitada capacidade interna de criação de uma procura turística dinâmica, sendo secundarizada, por se tratar de uma população pobre, com um rendimento anual reduzido e revelando dificuldades em fazer face às principais necessidades sentidas.

<sup>273</sup> A CST tem um capital repartido entre a Portugal Telecom (51%) e o Estado Santomense (49%), sendo o fornecedor exclusivo dos serviços de internet, de acordo com o tarifário válido em 2002: até 9 horas de utilização mensais o serviço é gratuito, entre as 10 horas e as 19 horas de utilização é cobrada uma taxa de 10 dólares EUA, entre as 20 horas e as 29 horas, 20 dólares EUA, entre as 30 horas e as 49 horas, 30 dólares EUA e acima das 50 horas, 50 dólares EUA. Este tarifário foi alterado em 2003, pelo que o preço varia em função do período horário, entre as 8h e as 19h.

<sup>274</sup> Actualmente (2003), começam a ser explorados com fins turísticos a Roça de S. João, de Bombaim, da Colónia Açoreana, de Monte Forte e do Chamiço em São Tomé.



- A ausência de uma política de saúde pública eficaz, vocacionada para o tratamento e para a prevenção, particularmente relacionada com a erradicação do paludismo, acrescendo o facto da ideia de segurança na saúde pública não ser divulgada de forma generalizada no meio internacional, factor condicionante na selecção de destinos turísticos.
- A difícil acessibilidade a mecanismos de saneamento e de preservação ambiental, o acesso a água potável e canalizada, a inexistência de uma rede de esgotos eficaz que permita a eliminação de lixos e de resíduos junto dos cursos de água, a proliferação dos mosquitos que, além de incomodativos para os turistas, são vectores de transmissão de doenças.

## **2. AS POLÍTICAS NACIONAIS DE INCREMENTO DO SECTOR**

De acordo com a análise apresentada na Primeira Parte (cf. I., 4.), nas economias insulares e de pequena dimensão, como é o caso da RDSTP, o turismo é, vulgarmente, entendido como um sector potencial, promotor de mudança e de desenvolvimento, porque perspectivado no longo prazo e dotado de sustentabilidade económica<sup>275</sup>.

No contexto da tendência para a liberalização económica, ao nível do mercado internacional, tem sido globalmente defendida a valorização da iniciativa privada nacional e estrangeira, caracterizada como dinâmica e revelando disponibilidade financeira propícia ao investimento e à mudança. A partir da década de 90 (cf. Segunda Parte, II., 1.3.), o Estado santomense optou por uma postura de receptividade em relação ao investimento estrangeiro, procurando minimizar os procedimentos burocráticos, em grande medida, decorrentes da “cultura de dependência”<sup>276</sup> criada, mantida e justificada pelo percurso histórico do país.

Ao longo do tempo, tem sido evidenciada, no âmbito do turismo, a necessidade de:

- planear o incremento do sector, através da elaboração de um diagnóstico situacional com carácter prospectivo, permitindo: uma programação minuciosa das regiões potenciais e a privilegiar; a identificação dos investidores e as condições para a posterior negociação; a definição dos apoios e das contrapartidas a conceder; as vantagens emergentes, os resultados esperados e a previsão dos efeitos perversos,

---

<sup>275</sup> A abordagem conceptual e teórica do desenvolvimento e do turismo foram apresentadas na Primeira Parte, I. e II.).

<sup>276</sup> O conceito de “cultura de dependência” é aprofundado por Romana (1997: 137), para explicar o percurso histórico do país no contexto socioeconómico e político, de longa dependência da ajuda internacional, pela incapacidade interna de criação de mais valias, a partir de um investimento inicial, originando uma concepção fatalista do desenvolvimento, sem evidenciar apetência real para a mudança.

- regulamentar o desenvolvimento da actividade mediante a adopção de códigos sectoriais vinculativos e de enquadramento da iniciativa privada nacional ou estrangeira e a reformulação dos instrumentos legais, em função das necessidades reais,
- legislar sobre a utilização dos recursos ambientais, terrestres e marinhos,
- apoiar o desenvolvimento dos recursos humanos, do ponto de vista formativo, por áreas de qualificação e por graus, bem como no que respeita às condições laborais.

No ponto “As Políticas Nacionais de Incremento do Sector” analisamos tanto a importância do papel do Estado como do sector privado na dinamização do turismo, apresentando as principais características do enquadramento jurídico-legal. Seguidamente são enunciadas as principais medidas tendentes ao planeamento do sector, associando a importância da análise prospectiva, como forma de identificação dos principais resultados esperados.

## **2.1. O ESTADO E O SECTOR PRIVADO**

O incremento do turismo implica a realização de investimentos a vários níveis com o objectivo da modernização e da criação de infraestruturas, vocacionadas para o sector, mas que evidenciem utilidade pública múltipla (cf. Primeira Parte), promovendo a melhoria das condições de vida das populações locais, o alargamento e a melhoria da capacidade de acolhimento<sup>277</sup> com diversificação dos serviços oferecidos.

Os investimentos necessários para a dinamização do sector, com base nos princípios enunciados revelam-se elevados, implicando a aplicação do capital disponível de forma dispersa pelos vários subsectores e implicando uma prévia avaliação.

Atendendo que se trata de um PEID, sofrendo o efeito de um conjunto de constrangimentos impostos ao desenvolvimento, qualificados como factores de bloqueio, a capacidade de investimento interna tem-se manifestado insuficiente. Este facto parte da constatação de que:

- o Estado não dispõe dos recursos financeiros necessários para viabilizar o incremento do sector, revelando-se incapaz de responder aos problemas socioeconómicos internos. Trata-se de uma sociedade caracteristicamente pobre com uma percentagem significativa de

---

<sup>277</sup> A capacidade de acolhimento respeita tanto às infraestruturas de entrada no país – aeroporto e porto – como à dimensão hoteleira e à qualidade dos alojamentos e da restauração, à recuperação arquitectónica de roças, viabilizando o turismo em espaço rural, à qualificação profissional da mão-de-obra. Os investimentos em infraestruturas de ligação respeitam não só a vias de comunicação, como também a meios de transporte inter-ilhas e no interior de cada ilha.

população a viver no limiar da pobreza (cf. Segunda Parte, II., 2.), evidenciando o crescimento dos processos de urbanismo associados a elevadas taxas de desemprego, salários médios reduzidos, incentivando o aumento das redes informais da economia, uma inflação elevada acompanhada de uma economia deficitária relativamente ao exterior e com ritmos produtivos internos instáveis,

- a iniciativa privada nacional caracteriza-se por uma classe empresarial que não evidencia capacidade financeira real para proceder a investimentos, no sentido da modernização dos sectores produtivos internos, associada a um baixo nível de qualificações, incluindo dos empresários nacionais, dificultando a reestruturação dos serviços nos diferentes sectores de actividade económica e principalmente do turismo.

A partir da década de 90<sup>278</sup>, com as tentativas de liberalização económica (cf. Segunda Parte, II., 1.3.) e as tendências progressivas de inserção na economia de mercado, a iniciativa privada foi valorizada, adquirindo uma importância crescente, até hoje<sup>279</sup>, enquanto agente económico, porque dotada de capacidade de modernização.

O empresariado nacional não tem revelado capacidade financeira para fazer face às múltiplas necessidades de criação de novas infraestruturas produtivas e de ligação, nomeadamente relativas à promoção turística e à revitalização dos meios. Por parte do Estado, tem-se verificado uma tentativa de atrair investimentos estrangeiros como forma de dinamizar a economia e produção, fundamentada na identificação de vantagens comparativas (FIAS, 2000: 1).

A fonte de financiamento da modernização produtiva santomense tem sido predominantemente estrangeira, encontrando-se, em algumas situações, associada a interesses nacionais<sup>280</sup>. Contudo, o clima dos investimentos (FIAS, 2000: 3) não se tem manifestado atractivo para a iniciativa privada estrangeira, com excepção de alguns segmentos no sector do turismo. Esta dificuldade pode ser justificada por dois aspectos principais que se interrelacionam:

---

<sup>278</sup> A Constituição Política da RDSTP, lei nº 7/90, prevê no artigo 9º, nº 2, a economia mista. Assim, “é garantido, nos termos da lei, a coexistência da propriedade pública, da propriedade cooperativa e da propriedade privada de meios de produção”.

<sup>279</sup> A valorização do sector privado requer a identificação de áreas de negócios prioritárias, com destaque para o turismo (Téla Nón nº 144 de 24 de Maio de 2002), desde que associado a outros como o comércio, a agricultura e as pescas.

<sup>280</sup> Em Julho de 2000 foi subscrito o contrato de promessa de constituição da Sociedade de Promoção de Investimentos (SPI), entre a APAD e o Estado santomense, com o objectivo de viabilizar oportunidades de investimento, reforçando a capacidade empresarial nacional, permitindo a inserção da economia no mercado internacional ([www.apad.pt/actinicesp.htm](http://www.apad.pt/actinicesp.htm); Despacho Conjunto nº 1181-A/2000, DR de Portugal nº 298 de 28 de Dezembro).

- as vantagens comparativas, no que respeita à implementação de estratégias competitivas, são limitadas pela excessiva burocracia regulamentar,
- a ausência de garantias económicas e a elevada margem de incerteza.

O sector privado tem sofrido a influência de constrangimentos que se relacionam com as características do país enquanto PEID (cf. Primeira Parte, I., 4.) – a dimensão, a insularidade e a distância. A captação de investimento estrangeiro, como meio de diversificação do sector produtivo (FIAS, 2000: 3-5), tem sido limitada pelas características da procura nacional, pela localização geográfica, associada ao distanciamento dos principais centros de negócios internacionais, sem que exista um eficiente e regular sistema de transporte e de comunicações, pela escassez de infraestruturas, pela reduzida qualificação da mão-de-obra, pelo burocrático e insuficiente sistema financeiro e bancário e pelo ausente sistema segurador.

O empresariado nacional tem evidenciado uma reduzida capacidade de iniciativa, como consequência da escassa disponibilidade financeira, situação agravada pela impossibilidade de recorrer a uma linha de crédito alargada, como meio de investimento interno. Este factor é associado à ausência de um sector segurador, limitando a iniciativa privada nacional pela inexistência de garantia financeira.

O empresariado estrangeiro confronta-se com um sistema bancário restrito, caracterizado pela ausência de concorrência no sector bancário comercial<sup>281</sup>, gerando a manutenção, pouco formalizada, do monopólio dos circuitos financeiros inter-bancários. As tentativas de investimento privado têm sido desincentivadas por sofrerem os efeitos da morosidade, da burocracia, do elevado custo inerente às transferências financeiras internacionais e da carência de modernização nos circuitos comunicacionais, perpetuando as transações financeiras realizadas através dos meios tradicionais.

O Estado santomense iniciou um processo tendente à reforma económica<sup>282</sup>, como meio de incentivar a diversificação económica e a modernização, na transição para o século XXI, prevendo, entre outras medidas:

---

<sup>281</sup> O Banco Internacional de São Tomé (BISTP) é uma sociedade privada em que o Estado dispõe apenas de 18%, o Banco Totta e Açores de 30% e o Banco Nacional Ultramarino de 22% (PNUD, 2001: 32). Em 2004, a Air Luxor abriu o National Investment Bank (NIB), com capital misto da Air Luxor STP, Air Luxor CV e Air Luxor SA.

<sup>282</sup> A procura de modernização e de diversificação produtiva passou por um processo de privatização com negociação entre o Estado santomense e a iniciativa privada estrangeira: a ENCO, empresa de exploração petrolífera em que o Estado detém apenas 49%; a EMAE, empresa de exploração de energia eléctrica; a CST de telecomunicações em que o Estado detém 49% e a Marconi 51%.

- a criação de incentivos vários aos investidores, incluindo os estrangeiros<sup>283</sup>,
- a definição de um enquadramento legal de regulamentação do direito de propriedade e da actividade empresarial,
- a operacionalização do Código de Investimento.

Na realidade, os objectivos da reforma económica<sup>284</sup> coincidem com a tentativa de diversificação produtiva, nomeadamente pela promoção e valorização do sector privado<sup>285</sup> nacional, tendo em conta que privilegiam:

- a criação de autonomia agrícola e a fixação da mão-de-obra rural, evitando os efeitos do contínuo processo migratório,
- o sector industrial a partir da dinamização das pequenas unidades locais de transformação,
- a privatização de empresas de serviços e a criação de uma rede alargada e diversificada de transportes de pessoas e de mercadorias, a nível interno e internacional,
- o apoio a micro empresas,
- a criação de um sistema organizado de actividades económicas informais.

No que respeita às iniciativas turísticas em curso no arquipélago, a generalidade dos empreendimentos hoteleiros e das agências turísticas, tem uma natureza privada, sendo em muitos casos dinamizada e promovida por interesses estrangeiros, no que respeita ao investimento e à gestão<sup>286</sup>. Os empreendimentos hoteleiros<sup>287</sup>, que revelam maior capacidade de negociação e com parcerias com promotores internacionais, são administrados e controlados por grupos privados estrangeiros de investidores (cf. Terceira Parte).

---

<sup>283</sup> De acordo com o artigo 16º, nº 1 da Constituição, os estrangeiros residentes na RDSTP gozam dos mesmos direitos encontrando-se sujeitos aos mesmos deveres que qualquer cidadão santomense. Da mesma forma, o artigo 47º, nº 2, prevê que o Estado autorize o investimento estrangeiro, desde que seja considerado de utilidade para o desenvolvimento económico e social do país.

<sup>284</sup> Cf. Programa do Governo para o período entre 1999 e 2004 (<http://212.54.130.168/sites/gabinetepm.htm>).

<sup>285</sup> De acordo com o artigo 47º da Constituição, o Estado protege as pequenas e as médias empresas, económica e socialmente viáveis, fiscalizando o respeito da lei (nº 1).

<sup>286</sup> Muitas unidades hoteleiras em actividade no território santomense são o resultado de acordos com o Estado, com a viabilização de concessões por períodos previamente definidos e que variam em função das situações. São os casos dos Hotéis Miramar, Marlin Beach, Rolas Island Resort, Bom Bom, Roça Belo Monte e Clube Santana.

<sup>287</sup> Na Ilha de São Tomé, o Hotel Miramar foi gerido durante um longo período de tempo pela joint venture ESTA – Gestão de Hotéis, SA, entre a TAP Air Portugal e o Grupo Estoril Sol passando, a partir de 1995, e por um período de 20 anos, para a alemã São Tomé Invest SA; o Marlin Beach tem sido gerido pelo empresário sul africano Herlinger, através da International Hotel Development Corporation; o Clube de Santana por um grupo angolano. Na Ilha do Príncipe o Bom Bom Island Resort pelo Hellinger, através da International Hotel Development Corporation e no Ilhéu das Rolas, o Rolas Island Resort, por um grupo português, o Equator's Line.

De acordo com os princípios regulamentares, a propriedade dos bens imobiliários utilizados e explorados pela iniciativa privada, particularmente a estrangeira, não pode ser adquirida pelos investidores (FIAS, 2000: 15), que procedem apenas à instalação temporária, sob a forma contratual. No decorrer do período da concessão, as melhorias efectivadas, bem como as mais valias obtidas, reverterem a favor do Estado, sem que este tenha de compensar o investidor. Nos acordos de concessão da exploração está ainda prevista uma retribuição ao Estado, por parte dos investidores, de uma quantia monetária anual<sup>288</sup> e que, regra geral, é enquadrada pelo Código de Investimento. Da mesma forma, os investidores podem beneficiar de reduções e de isenções fiscais, por períodos de tempo considerados, decorrentes do investimento directo e da importação de bens com utilidade para o projecto.

Na generalidade, a exploração de empresas santomenses pela iniciativa privada estrangeira não se revela linear, visto que a permissão para a concessão está, na maioria das situações, condicionada por procedimentos burocráticos que condicionam, em larga medida, os potenciais investidores. A instalação estrangeira é prosseguida através do enquadramento vinculativo de um regime jurídico contratual (FIAS, 2000: 15), com a duração máxima de 20 anos, possível de ser renovado pela negociação de um novo contrato.

## **2.2. ENQUADRAMENTO LEGAL DO SECTOR**

O Estado tem procurado enquadrar o desenvolvimento das actividades promovidas pela iniciativa privada, através da aplicação de legislação reguladora adequada aos investimentos estrangeiros. De forma progressiva, tem-se verificado uma preocupação com o incremento do turismo, através da definição de um plano director, materializado no PEDTSTP, aprovado em Maio de 2002.

No geral, o sistema jurídico santomense fundamenta-se no direito português, não sendo objecto de recentes revisões, continuando marcado por princípios burocráticos (FIAS, 2000: 9), existindo contudo textos legais específicos e sectoriais<sup>289</sup>. A burocracia é sentida, não só

---

<sup>288</sup> É o caso do Hotel Miramar, em São Tomé em que o acordo entre o grupo alemão de investidores e o Estado previa o pagamento duma taxa anual de 65.000 dólares EUA acrescida de 3,5 dólares EUA/noite/quarto ocupado (Seibert, 2001: 339).

<sup>289</sup> No contexto da regulamentação dos investimentos foram criadas a lei nº 13/92, ou “Código de Investimentos” e os decretos-lei nº 61/95, 62/95 e 33/98 que criam as zonas francas.

no enquadramento legal, mas também nos procedimentos administrativos, nos tempos de espera, na incerteza das respostas e na dificuldade de identificação funcional dos serviços públicos e de apoio (FIAS, 2000: 21).

Os investimentos privados são regulamentados pelo “Código de Investimento”, que procura promover uma abertura económica associada à política liberal (FIAS, 2000: 9), incentivando o investimento privado. O Código define os requisitos para a realização de investimentos<sup>290</sup> nacionais, estrangeiros ou mistos, regulamentando as garantias para os investidores.

Oficialmente, é definido a partir de uma dupla característica: por um lado, é um instrumento de atracção do investimento privado estrangeiro, através da concessão de benefícios fiscais, de redução e de isenção de impostos, em função das situações, permitindo repatriar uma parte dos lucros obtidos; por outro lado, representa um mecanismo de obtenção de mais valias económicas e financeiras, através da inovação e da modernização dos sectores de actividade abrangidos pelos novos processos produtivos.

Os princípios gerais valorizam a igualdade, a liberdade de empreendimento, a livre concorrência, o reconhecimento da propriedade privada e a não discriminação, aspectos entendidos como factores de desenvolvimento económico.

Como já referimos, as medidas de incentivo ao investimento<sup>291</sup> privado, particularmente estrangeiro, para a modernização económica e produtiva (FIAS, 2000: 11-14) são limitadas pelos burocráticos procedimentos de acesso<sup>292</sup>. Neste contexto, estão previstos três regimes principais: o simplificado, destinado prioritariamente a investidores locais, pelo fraco volume de capital envolvido; o geral, implicando um volume de investimento superior, esperando-se um nível de benefícios fiscais mais alargado e associado à possibilidade de recorrer a sistemas de crédito; o contratual é aplicado a investimentos elevados (cf. Quadro 26).

Quadro 26 – Principais Regimes Fiscais para Investimento Privado

REGIME	INVESTIMENTO	BENEFÍCIOS
SIMPLIFICADO	< 100.000 dólares EUA	- redução de 50% da sisa na aquisição de propriedade ou de bens

<sup>290</sup> O investimento é definido (lei nº 13/92) como a aplicação de recursos financeiros, humanos e tecnológicos que viabilizem a dinamização das actividades produtivas. Neste contexto, incentiva um conjunto de medidas que favoreçam a atracção de capitais para a modernização do tecido empresarial, promovendo o desenvolvimento.

<sup>291</sup> O conceito de investimento adquire um sentido duplamente económico e político, fundamentado na ideia de criação e incremento das actividades produtivas (FIAS, 2000: 10).

<sup>292</sup> A avaliação dos projectos valoriza, antes de mais, a viabilidade, percebida a partir da análise de informações, tais como as características dos promotores, os objectivos da iniciativa, as formas de investimento, os bens e serviços produzidos, os estudos de mercado efectuados, a dimensão do projecto, as áreas geográficas envolvidas, o impacto ambiental, o financiamento previsto, a análise prospectiva das receitas e das despesas (FIAS, 2000).

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- redução de 50% do imposto sobre rendimento nos primeiros 5 anos</li> <li>- isenção de direitos de importação de bens de equipamento</li> <li>- acesso a linhas de crédito até 70% do valor global</li> <li>- cedência de prédios rústicos e urbanos, propriedade do Estado, adequados à execução do projecto</li> </ul>
<b>DE DIREITO COMUM OU GERAL</b>	100.000–1 milhão dólares EUA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- redução de 75% da sisa na aquisição de bens integrados no projecto</li> <li>- redução de 50% do imposto sobre rendimento nos primeiros 7 anos</li> <li>- isenção de direitos de importação de bens de equipamento</li> <li>- amortização em 3 anos para formação e aperfeiçoamento de pessoal</li> <li>- acesso a linhas de crédito até 50% do valor total</li> <li>- cedência de prédios rústicos e urbanos, propriedade do Estado, adequados à execução do projecto</li> </ul>
<b>CONTRATUAL</b>	> 1 milhão dólares EUA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- vantagens do regime geral com aumento de isenções, taxas e prazos para projectos de interesse excepcional</li> <li>- acesso a linhas de crédito até 25% do valor total</li> </ul>
<b>INVESTIMENTO ESTRANGEIRO</b>	<b>Exclusivamente capital estrangeiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>vantagens do regime contratual</b></li> <li>- <b>isenção do imposto sobre rendimento</b></li> <li>- <b>isenção do imposto em operações bancárias de entrada de capital</b></li> <li>- <b>direito de transferência para o estrangeiro de benefícios gerados num limite de 15% pelo exercício do montante do investimento</b></li> </ul>
<b>TODOS</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- dedução do imposto em 30% dos benefícios reinvestidos</li> </ul>

Fonte: Adaptado de FIAS, IFC e The World Bank (2000) e Lei nº 13/92

Da análise, constatamos que o Código apresenta flexibilidade em relação aos investimentos estrangeiros, regulamentados pelo regime contratual, podendo também ser enquadrados pelo regime geral.

Os investidores estrangeiros usufruem de vantagens, tais como benefícios líquidos sobre lucros, desde que retidos no país, sob a forma de reserva de empresa, sendo operações bancárias de entrada de capital estrangeiro isentas de imposto (FIAS, 2000: 13).

De forma a ser enquadrado por um dos regimes previstos na lei, é requerido que o investidor disponha de uma percentagem de capital próprio, entre 30 e 50% (FIAS, 2000: 14), sendo considerado auto-financiador da actividade, por se envolver na implementação do projecto e minimizar os riscos<sup>293</sup>.

Na RDSTP, o sector do turismo é coordenado e fiscalizado pela DTH, dependendo do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, com atribuições sectoriais específicas (PNUD, 2001: 34), tais como a aplicação regulamentar, a classificação hoteleira, a concessão de licenças de exploração, a planificação da actividade, a emissão de pareceres sobre projectos, a

<sup>293</sup> A condução do processo está a cargo da Direcção de Planificação Económica, Ministério do Plano e Finanças, sendo consideradas condições de acesso, a viabilidade económica da empresa, sendo mesmo um requisito obrigatório para o regime contratual a apresentação de um estudo de viabilidade e de certificados a atestar a ausência de endividamento.



criação de organismos locais e regionais, a promoção turística e a representação internacional do país<sup>294</sup>.

Paralelamente, o Conselho Interministerial de Turismo (CITUR)<sup>295</sup> tem competências ao nível da melhoria das condições e das características da oferta turística, nas áreas da formação e da qualificação, da preservação patrimonial e da divulgação da imagem nacional, nos circuitos de marketing turístico internacional.

Ao longo do tempo, o sector tem sofrido os efeitos da ausência regulamentar, dado ser uma actividade económica com expressão limitada e secundarizada em relação a outros sectores (cf. Segunda Parte, II., 2.2. e III., 1.), tornando-se evidente a necessidade de criar uma Lei-Quadro que regule o turismo como actividade multisectorial<sup>296</sup> e interdisciplinar<sup>297</sup>, dinamizada pela iniciativa privada, equacionando a vertente da sustentabilidade, da geração de mais valias e da criação de novos postos de trabalho<sup>298</sup>. Neste contexto, ao Estado seriam atribuídas as funções de promover, de regular e de tutelar a actividade, bem como de legislar, concedendo facilidades e incentivos ao investimento privado.

A promoção do arquipélago como destino turístico<sup>299</sup> fundamenta-se na valorização das potencialidades ambientais e culturais (cf. Segunda Parte, II., 2. e 3.), orientando a procura em função das características da oferta, reduzindo os efeitos da dependência económica face ao exterior e potencializando a preservação da identidade nacional.

No projecto de Lei-Quadro é ainda considerada a necessidade de regulamentar as actividades empresariais associadas ao sector, desenvolvidas por profissionais de turismo<sup>300</sup>, relacionadas com alojamento e restauração, agentes de viagens e operadores turísticos, transportes, “rent-a-car” e promotores de jogos ou de espectáculos.

---

<sup>294</sup> O Director do Turismo e da Hotelaria (Jorge Correia, até 2002 e a partir de 2003, Gaudêncio Costa) é nomeado pelo Ministro (até Setembro de 2003, Arzemiro dos Prazeres e após, Júlio Silva) coordena o sector administrativo e o técnico.

<sup>295</sup> O CITUR tem uma composição mista – o Director do Turismo e Hotelaria, o Director das Alfândegas, o Director do Serviço de Migrações e Fronteiras, o Director dos Serviços de Saúde Pública, o Director da ENASA, os representantes dos hoteleiros, dos agentes de viagens, dos serviços de restauração e das companhias aéreas (PNUD, 2001: 36).

<sup>296</sup> O Art. 6º do projecto de Lei-Quadro identifica como áreas básicas do turismo a iniciativa privada, a qualificação profissional através de formação, a animação, a divulgação e a informação turísticas, as práticas culturais, a gastronomia, a valorização do património histórico, cultural e arquitectónico e o desporto.

<sup>297</sup> O Art. 5º do projecto de Lei-Quadro prevê que o turismo seja entendido como uma actividade multisectorial, atendendo ao conjunto de áreas consideradas tributárias: transportes, comunicações, saneamento básico, saúde pública, urbanismo.

<sup>298</sup> O projecto de Lei-Quadro do Turismo é apresentado no PEDTSTP (PNUD/OMT 2001, Anexo 3).

<sup>299</sup> É apresentado o conceito de oferta turística (Art. 12º e 13º), do qual fazem parte os alojamentos, as instalações de recepção e informação turísticas, as práticas culturais divulgadas e a restauração com valorização da gastronomia local.

<sup>300</sup> O Art. 19º prevê a necessidade de qualificação dos profissionais de turismo, tendo-se realizado algumas iniciativas de formação em subsectores da actividade turística – o artesanato, a hotelaria e a jardinagem, promovida por Christian Herlinger, (Téla Nón nº 166 de 15 de Junho de 2002) e por João Carlos Silva, com o CIAC, em S. João dos Angolares.

Paralelamente, foi apresentada uma proposta de regulamentação do conceito de “utilidade turística”<sup>301</sup>, definido como um atributo, concedido por despacho governamental, das iniciativas que perfaçam um conjunto de requisitos. A aquisição do estatuto permite beneficiar de diversas regalias, nomeadamente fiscais como: a isenção de sisa ou do imposto sobre o rendimento, durante um período mínimo de 5 anos, e reduções significativas nos anos seguintes; isenção de taxas de importação de bens e de equipamentos necessários à implementação do projecto; isenção de taxas locais.

A legislação de enquadramento do turismo é acompanhada de uma preocupação com os recursos naturais e, em particular, florestais, traduzida na tentativa de regulamentar o Parque Natural Obô, com a criação de uma reserva natural, protegendo espécies florísticas, como as árvores, que têm sofrido o efeito do abate não controlado, e faunísticas, em particular as tartarugas marinhas, o papagaio e os símios (cf. Segunda Parte, II.).

No que respeita à protecção ambiental e ao respectivo enquadramento jurídico, a ECOFAC<sup>302</sup> (cf. Terceira Parte) tem colaborado com o Ministério da tutela, no sentido de definir uma Lei-Quadro para o ambiente e legislação adequada para a conservação da fauna, da flora e das áreas protegidas (ECOFAC, 2001: 142). Paralelamente, tem sido tentada a implementação do Plano de Reflorestação<sup>303</sup> através da adopção de medidas de gestão e de conservação dos recursos naturais, sem contudo existir um enquadramento legal (ECOFAC, 2000: 181).

A situação legislativa do país, no que respeita à conservação dos recursos naturais, evidencia fragilidades (ECOFAC, 2000: 178; 2001: 144), visto que:

- o Código Florestal, aprovado em 1998, aguarda promulgação,
- a Lei das Pescas e do Espaço Marinho, aprovada em Conselho de Ministros, aguarda votação parlamentar,

---

<sup>301</sup> De acordo com os art. 3º, 4º e 5º da proposta de enquadramento regulamentar, a “utilidade turística” pode ser atribuída apenas a empreendimentos novos ou que foram alvo de remodelação ou de aumento da capacidade de acolhimento. Os estabelecimentos que podem ser contemplados são os hoteleiros (hotéis, pensões, estalagens, motéis, hotéis apartamentos, pousadas, aldeamentos e apartamentos turísticos), os de restauração, os complexos turísticos (núcleos de instalações independentes para alojamento não hoteleiro e destinados à prática desportiva), os parques de campismo (terrenos para instalação de tendas e caravanas), os equipamentos de animação sociocultural e desportivos (anfiteatros, piscinas, parques de diversão, marinas, portos de recreio), e as casas de turismo rural.

<sup>302</sup> É de referir que apenas em 2001 foi assinada uma convenção internacional para a protecção de espécies, tais como as tartarugas marinhas, apesar de não ser possível aplicá-la até à promulgação da lei das pescas (ECOFAC, 2001: 144).

<sup>303</sup> A ECOFAC (2000: 182) apoiou a Direcção das Florestas na execução do “Plano Nacional de Reflorestação” e nas campanhas de sensibilização sobre os efeitos negativos decorrentes da desflorestação, para a necessidade de restaurar os cacausais, para as vantagens do crescimento florestal de forma natural e para o desenvolvimento agrícola integrado.

- o Decreto de Lei referente às tartarugas marinhas e aos seus produtos, aprovado em Conselho de Ministro, aguarda a promulgação da Lei das Pescas
- a ausência da promulgação de textos legais relativos aos recursos florestais e ao Parque Natural Obô, apesar de reconhecida em 1993 a necessidade de criação de duas zonas de conservação com protecção dos ecossistemas montanhoso e de baixa altitude.

De acordo com a análise apresentada, podemos afirmar que a criação de áreas protegidas, promovendo o combate ao desaparecimento de espécies de fauna e de flora, dotadas de mecanismos de controle e enquadradas juridicamente, é uma prioridade, dado tratar-se da protecção da biodiversidade e dos diferentes recursos,.

### **2.3. PLANEAMENTO DA ACTIVIDADE**

O planeamento e a programação do desenvolvimento do turismo na RDSTP são naturalmente justificados pelos factores contextuais e de enquadramento, apresentados nos capítulos relativos à caracterização do país, bem como do turismo (cf. Segunda Parte, II. e III.). Assim:

- é um sector potencial, do ponto de vista ambiental e sociocultural, mas também gerador de impactos a vários níveis, positivos e negativos, requerendo gestão e controle adequados,
- a degradação ambiental, social e cultural decorrente da exploração turística não planeada, pode gerar efeitos com características irreversíveis,
- encontrando-se num estado embrionário, dada a reduzida dimensão e a antiguidade das infraestruturas, implica modernização, com base na aplicação de novos investimentos, que se têm revelado escassos, de forma a conseguir a diversificação,
- é promotor de crescimento económico, estando associado à mudança pela capacidade de difusão de efeitos e de inter-relação com outros sectores produtivos.

O planeamento turístico é particularmente valorizado em países com uma tradição turística incipiente, por implicar a realização de estudos prospectivos e de impacto ambiental, económico e cultural, resultando na racionalização do desenvolvimento turístico (Romana, 1997: 141). Assim, entende-se como um referencial, no que respeita à criação de novas infraestruturas ou à remodelação das existentes, à identificação das zonas geográficas mais propícias e a privilegiar, à definição de uma estratégia de marketing turístico adequado e à identificação das parcerias.

A programação e o planeamento da actividade turística implicam a articulação integrada de actividades, como a estruturação da oferta, a divulgação da imagem do país como destino, ou marketing turístico, a comercialização do produto e o acolhimento. Assim:

- a estruturação da oferta pressupõe a identificação dos locais de maior interesse turístico, a adopção da lei da “utilidade turística” e o planeamento da atracção dos investidores,
- o marketing turístico requer a prossecução de acções de sensibilização, a dinamização e o desenvolvimento das comunicações e a definição da imagem do país,
- a comercialização do produto implica a realização de um EDUTOUR, a negociação da tarifação aérea praticada, a prospecção de possíveis mercados regionais, a negociação com operadores internacionais e a realização de workshops em salões temáticos internacionais,
- a dinamização da capacidade de acolhimento obriga à reabilitação de locais e de edifícios históricos com valor patrimonial, a criação de novas infraestruturas de alojamento e de apoio e a abertura de percursos e de circuitos suplementares,
- o controle pressupõe a existência de serviços de apoio à actividade turística, como a realização regular de estatísticas e de boletins informativos.

A possibilidade de estruturar e de programar, de forma coordenada, o desenvolvimento do sector é actualmente entendido, pelo Estado santomense, como uma mais valia, visto ser um meio que permite a optimização dos benefícios e o controle dos efeitos não desejados, no que respeita à capacidade de carga económica, ambiental e cultural (cf. Primeira Parte, II.).

O turismo, sendo entendido como um sector potencial para o desenvolvimento integrado<sup>304</sup> (cf. Primeira Parte, II.) do país, tem carecido de uma estratégia global de investimento e de promoção turística (PNUD, 2001: 1). Neste contexto foi elaborado o PEDTSTP<sup>305</sup>, com o objectivo de promover o incremento do sector<sup>306</sup>, através da apresentação de medidas tendentes à modernização das infraestruturas e ao controle das mais valias geradas, estando previsto que o número anual de visitantes ascenda a 25.000, em 2010, sendo a maioria (20.000) de lazer e implicando uma alteração na prática de turismo predominante (cf. Segunda Parte, III., 1.).

---

<sup>304</sup> Cf. Têla Nón nº 128 de 8 de Maio de 2002, nº 129 de 9 de Maio de 2002, nº 131 de 11 de Maio de 2002.

<sup>305</sup> Colaboraram o PNUD e a DTH, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, a DOTMA, o Banco Central de São Tomé e Príncipe, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, as Companhias Aéreas, os Estabelecimentos Hoteleiros e as Agências de Viagens e representantes da cooperação internacional de Portugal, Espanha, França, União Europeia, ECOFAC e a Câmara de Comércio.

<sup>306</sup> Com a validação do PEDTSTP, foram formalizadas: a necessidade de definição da listagem de locais considerados prioritários para o incremento do turismo; a oficialização da criação de um Conselho Nacional de Investimento; a adopção da lei de “utilidade turística”.

Este subsector foi considerado como prioritário para o desenvolvimento do arquipélago, por reunir um conjunto articulado de vantagens (PNUD, 2001: 53): as económicas, porque dadas as características do país, permitem um crescimento contínuo mas progressivo; as tecnológicas, promovendo as novas formas de comunicação; as sociais, ao viabilizarem a redução dos períodos laborais, associando uma crescente valorização dos momentos de lazer (cf. Primeira Parte, II., 1.); as demográficas e as políticas pela minimização dos efeitos da conflitualidade internacional

O PEDTSTP resulta numa programação faseada das iniciativas, com base num diagnóstico de situação previamente efectuado, associada a uma estratégia de marketing promocional, em que as parcerias com operadores internacionais adquirem importância<sup>307</sup> (cf. Terceira Parte). Contudo, o planeamento turístico não tem ainda um carácter vinculativo e regulamentar, apesar do documento de base ter sido oficialmente validado, passando a ser considerado como orientador<sup>308</sup> das políticas de incremento do sector.

De forma a controlar os resultados económicos e os benefícios gerados pelo investimento estrangeiro, o PEDTSTP prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento Turístico (FDT), com as funções do controle das taxas hoteleiras e das taxas aeroportuárias (PNUD, 2001: 110).

#### **2.4. AVALIAÇÃO PROSPECTIVA E RESULTADOS ESPERADOS**

Da análise prospectiva e dos resultados do incremento do sector turístico, o PEDTSTP evidencia optimismo, sobretudo no que respeita ao médio e ao longo prazo, através do projecto de criação de um FDT, dotado de funções de recolha e de gestão dos diferentes recursos potenciais, dispondo de fundos permanentes baseados na cobrança de taxas, mas também em contribuições voluntárias (PNUD, 2001: 110).

---

<sup>307</sup> As principais agências de turismo na RDSTP são a Mistral Voyages, a Navetur-Equatour e a Flogatours que têm parceiros internacionais identificados, nomeadamente a Abreu (Clube 1840), a Space, a Top Tours, a Star Turismo, a Secrets d'Afrique, a Explorer, a Atalante, entre outras.

<sup>308</sup> Foram identificadas as zonas prioritárias e os recursos necessários para que a modernização seja efectuada, e apresentada uma estimativa dos montantes financeiros a investir, como forma de captar potenciais investidores.

A possibilidade de recolha de divisas como meio de obtenção de receitas traduz-se, de forma imediata, nas taxas de dormida cobradas por noite<sup>309</sup>, em função do tipo de unidade de alojamento, bem como nas taxas aeroportuárias de embarque. Há ainda que atender ao facto de, em relação aos acordos de concessão, o Estado receber uma contribuição, acordada inicialmente com os investidores turísticos. No que respeita às taxas aeroportuárias actualmente cobradas pela ENASA, o FDT cobraria uma taxa de 10%, correspondente a 2 dólares EUA.

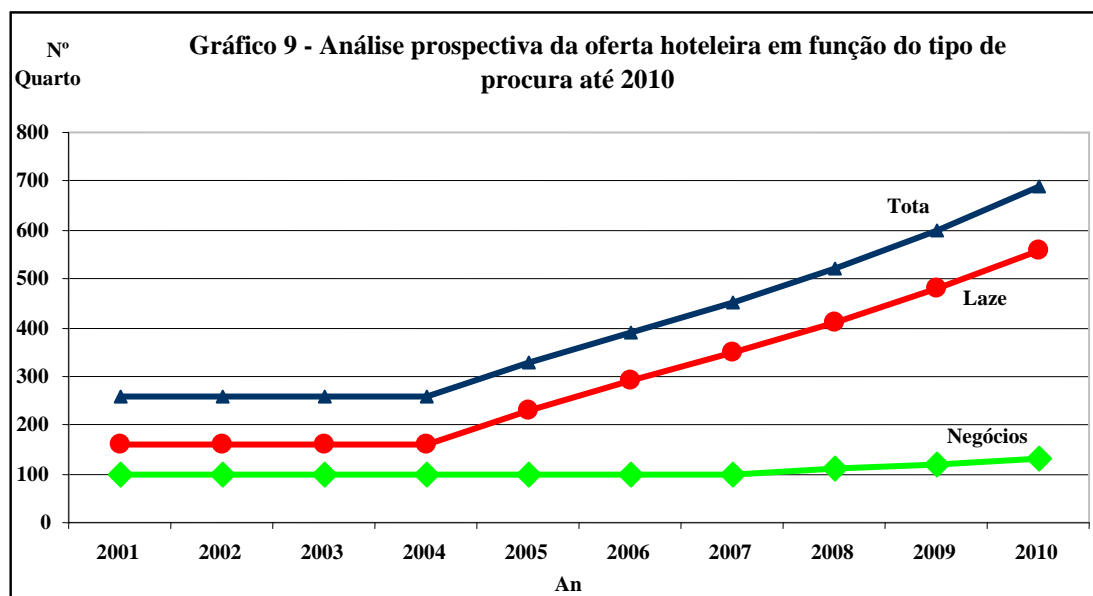
Visto que se espera uma evolução positiva de São Tomé e Príncipe como destino turístico, a diversificação da oferta de serviços aéreos que viabilizem a chegada é já uma realidade, verificando-se o surgimento de novas companhias a operarem para as ilhas (cf. Segunda Parte, III., 1. e Terceira Parte). Este facto requer o alargamento do aeroporto, nomeadamente o internacional, de forma a aumentar a capacidade de acolhimento de visitantes.

A análise prospectiva apresentada no Plano aponta para que, em 2010 o número médio anual de turistas atinja um total de 25.000, permitindo uma inversão das características predominantes, até aqui existentes. Assim espera-se que, do total, 80% se venham a enquadrar na categoria de turista de lazer, enquanto que apenas 5.000 viagem por negócios (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2.). Associado ao ritmo de crescimento esperado, prevê-se uma subida da taxa de ocupação para 60% em média, no decurso de 11 meses por ano (PNUD, 2001: 112).

De forma a ser possível o acompanhamento do ritmo da procura, prevê-se a criação de novos estabelecimentos hoteleiros, com características diferenciadas (cf. Segunda Parte, III., 1.), prioritariamente vocacionadas para estadias de lazer – em 2001 existiam 160 quartos dedicados ao turismo de lazer e a análise prospectiva indica que em 2010 existirão 560.

---

<sup>309</sup> O PEDTSTP propõe a aplicação de uma taxa: 1 dólar EUA por noite de ocupação por pessoa nos estabelecimentos hoteleiros classificados de categoria internacional (Miramar, Marlin Beach, Equator's Line, Club Santana e o Bom Bom Island Resort) e 0.5 dólares EUA para os estabelecimentos de categoria média (Residencial Avenida, Phenícia, Bahia, La Provence). As excepções à cobrança da taxa respeitavam a estabelecimentos sem conforto.



Fonte: PNUD/OMT (2001)

O ritmo de criação de novos espaços dedicados ao lazer não será acompanhado pelo subsector do turismo de negócios, que terá uma evolução com menor significado. Em 2001 existiam 100 quartos vocacionados para este segmento e em 2010 verificar-se-á um acréscimo apenas de 30 novos quartos (cf. gráfico 9).

Assim, é possível identificar alguns segmentos turísticos que, no período analisado e até 2010, se espera que venham a adquirir maior importância – o turismo balnear, o turismo de aventura, o turismo desportivo e o ecoturismo (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2. e 2.). Um dos segmentos que tem sido alvo de maior atenção no decurso de 2003 é o ecoturismo<sup>310</sup>, de vertente rural e em projectos integrados, vulgarmente denominado de agro-turismo (cf. Terceira Parte).

O “Ecoturismo, Chave para o Desenvolvimento Sustentável, Combate à Exclusão e à Tensão Social” foi o lema das medidas adoptadas no que respeita à promoção turística no arquipélago e que marcou a realização de encontros com especialistas estrangeiros e de debates temáticos, entre os quais: o “Seminário Internacional sobre o Ecoturismo”<sup>311</sup>, em 2003; a Mesa Redonda, sob o tema “O Desenvolvimento do Turismo em São Tomé e Príncipe”, em 2004.

<sup>310</sup> As tipologias de turismo e as suas principais características foram apresentadas na Primeira Parte, II.

<sup>311</sup> Colaborámos com a DTH na organização do seminário, participámos na sessão de abertura com a comunicação “Ecoturismo: Conceitos e Estratégicas”, assim como nos ateliers comunitários.

A principal preocupação evidenciada no decorrer dos encontros foi a recuperação e a reabilitação de casas das antigas unidades agrícolas, para fins turísticos, dado o potencial que apresentam<sup>312</sup>. Os resultados esperados respeitam à criação de novos postos de trabalho, à retenção de divisas e à participação do sector no PIB. A análise prospectiva (PNUD, 2001: 59) indica que, em 2010, o total de novos postos de trabalho gerados ascenderá a 1.460, dos quais 48%, empregos directos, o mesmo valor de empregos induzidos e 4% de empregos indirectos.

A criação de novos postos de trabalho é associada a acções de formação sectorial, permitindo que a população se qualifique de forma progressiva e em função de áreas identificadas como prioritárias no âmbito dos serviços. Consequentemente, as condições de vida da população serão alvo de melhorias qualitativas, introduzidas de forma progressiva, por indução.

No que respeita aos resultados financeiros, a análise apresentada sugere a possibilidade de obtenção de um valor próximo de 21 milhões de dólares EUA em divisas, através da intervenção permanente de operadores privados, eventualmente estrangeiros, permitindo que a representação do sector no PIB subisse para 4.4%.

---

<sup>312</sup> Nesta situação encontram-se as roças de S. João, Bombaim, Colónia Açoreana, Monte Forte e Chamiço, desenvolvendo actividade turística, com oferta de alojamento e de restauração (cf. Terceira Parte).



#### **IV. PISTAS FUNDAMENTAIS DECORRENTES DA CARACTERIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Na Segunda Parte, tivemos a preocupação de proceder à preparação da pesquisa no terreno, com base na qual realizámos o Estudo de Caso, que desenvolvemos na Terceira Parte. Assim, procurámos:

1. apresentar e justificar as opções metodológicas consideradas mais adequadas para a prossecução da pesquisa no terreno,
2. caracterizar São Tomé e Príncipe, partindo de um conjunto de critérios, entre os quais, a situação geográfica, a evolução histórica e política, os indicadores demográficos, sociais e económicos,
3. evidenciar as particularidades ambientais, destacando, por um lado, os traços específicos e caracterizadores dos meios terrestres e marinhos, de flora e de fauna, e identificando, por outro lado, os principais riscos ambientais com que o país se confronta,
4. explicitar a importância socioeconómica do turismo no arquipélago, recorrendo à caracterização do sector, à identificação das principais potencialidades e dos factores de constrangimento, bem como à clarificação das políticas nacionais de incremento do sector, nomeadamente relativas ao enquadramento legal, às medidas de planeamento e aos estudos prospectivos.

A RDSTP é um PEID arquipelágico, situado na região da África Central, mais precisamente no Golfo da Guiné, que tem sofrido os efeitos decorrentes da insularidade, do isolamento e da distância, associados ao percurso histórico, marcado pela longa influência colonial portuguesa (cf. II., 1.), que se continuou a sentir, após a independência política, em 1975.

Enquanto PEID, pode ser definida como uma jovem democracia, dado ter optado pelo sistema democrático na transição para a década de 90, após 15 anos de monopartidarismo, altura em que procedeu à liberalização da economia, mantendo-se contudo uma forte dependência em relação ao exterior.

Actualmente, o país é marcado pela instabilidade governativa, caracterizada pela alternância no poder, evidenciando situações latentes de conflitualidade, agravadas pela negociação da exploração dos recursos petrolíferos e, face ao descontentamento gerado, pelas sucessivas revisões das condições contratuais.

Do ponto de vista demográfico, o país é caracteristicamente jovem, já que cerca de metade da população tem idades infanto-juvenis, concentrando-se a população maioritariamente nas zonas urbanas, sobretudo na região da capital, Água Grande, ou nos distritos adjacentes,

situações que decorrem de processos migratórios internos, promotores do incremento do despovoamento de algumas zonas e da desertificação rural.

Paralelamente, tem-se verificado (cf. II., 2.) um agravamento das condições de vida das famílias, evidenciando um empobrecimento socioeconómico. A economia nacional continua excessivamente dependente do exterior, nomeadamente das importações de produtos industriais e transformados, dada a ausência de modernização do sector secundário, que permanece incipiente, não fazendo face às necessidades sentidas internamente.

A maioria da população continua dedicada a actividades do sector primário – agricultura e pesca artesanal – cuja produção se destina ao consumo e à satisfação das necessidades familiares, sendo os excedentes vendidos localmente, em mercados e feiras. Nos meios urbanos, verificou-se um incremento significativo das actividades relacionadas com o sector informal da economia.

De uma forma geral, podemos dizer que os sectores produtivo e empresarial caracterizam-se pelo envelhecimento das estruturas, resultando da limitada disponibilidade financeira e da frágil capacidade de investimento dos empresários nacionais, sem que existam mecanismos nacionais de apoio e de incentivo.

Do ponto de vista ambiental, o arquipélago caracteriza-se pela existência de diversidade de meios e de recursos, em estado preservado, nomeadamente florestais, costeiros e marinhos, de fauna e de flora. A preservação ambiental tem resultado, de forma natural e espontânea, pelas características geográficas e climatéricas. A flora é abundante e diversificada, bem como a fauna, existindo espécies endémicas, algumas ameaçadas de extinção pela contínua captura para consumo e comercialização.

Os riscos ambientais considerados resultam, de forma prioritária, da actividade humana não planeada. Assim, podemos referir: o excessivo abate de espécies arbóreas, eventualmente no espaço do Parque Natural Obô e nas regiões limítrofes; a extracção de inertes, com destaque para a areia das principais praias consideradas com interesse turístico, provocando erosão das zonas costeiras; a captura de espécies animais para comercialização e consumo directo, encontrando-se algumas ameaçadas de extinção – o macaco, a tartaruga marinha, algumas aves e répteis; a poluição ambiental, principalmente nas zonas urbanas e fluviais; a perda de espaços verdes urbanos.

Apesar das características do país, o turismo tem-se mantido marginal como actividade económica, tendo sido alvo de maior atenção, nacional e internacional, a partir de 2001.

No geral, podemos considerar que: as infraestruturas de apoio e de ligação – aeroporto, porto e estradas – são antigas, insuficientes e limitadas para o acolhimento de fluxos de turistas em quantidade; a disponibilidade de alojamentos revela fragilidades, sendo a oferta turística global limitada.

A RDSTP apresenta potencialidades turísticas, naturais e culturais, que viabilizam o desenvolvimento de actividades de lazer turístico, ambientalmente enquadradas, nomeadamente actividades balneares, o descanso, o “trekking”, o “snorkeling”, a observação de espécies faunísticas, tais como a baleia, a tartaruga marinha, os pássaros e o macaco, e de espécies arbóreas e florísticas, em particular no Parque Natural Obô.

## TERCEIRA PARTE

### *TURISMO ECOLÓGICO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: ESTUDOS DE CASO*

*“O escol de praias exóticas,  
com águas quentes e tão transparentes que deixam ver o fundo do mar  
e areais extensos bordados de coqueiros é infundável.  
O problema é escolher.  
(...) o turista tem a oportunidade de desfrutar de lugares  
cuja beleza supera as melhores imagens dos folhetos promocionais,  
alguns isolados de tudo (...).  
Tão inesquecível como entrar floresta adentro,  
naquele labirinto de árvores gigantes e outras mais pequenas  
que lutam por um pouco de luz,  
naquele mundo fantástico  
onde o silêncio só é quebrado pelo chilrear dos pássaros  
e do rumorejar das águas dos riachos,  
das lagoas e cascatas que as chuvas tropicais vão alimentando”*

Pedro Garcias in Fugas, Jornal Público, 25-10-2003

## INTRODUÇÃO

Na RDSTP, e dadas as características ambientais do arquipélago (cf. Segunda Parte, II., 3.), o turismo ecológico, tal como foi anteriormente caracterizado, a partir das dimensões de responsabilização e de sustentabilidade (cf. Primeira Parte, II., 2. e 3.) e requerendo meios ambientais preservados e traços culturais particulares, é um segmento que apresenta potencialidades, começando a ter expressão e representatividade, evidenciando-se uma tendência para o crescimento da sua importância. Esta situação é confirmada por um conjunto de aspectos que sistematizamos e que aprofundaremos no decorrer da análise. Assim,

- A preocupação manifestada, pelos organismos públicos e pelos diferentes representantes do Estado, contactados e entrevistados, no que respeita à necessidade de adopção e de implementação de uma estratégia integrada para a recuperação das infraestruturas rurais, tendo em vista o aproveitamento para fins turísticos, sem que seja esquecido o incentivo e a promoção das actividades agropecuárias tradicionais.
- A urgência de promover internamente a dinamização de um conjunto de iniciativas, de forma a recolher apoios externos a vários níveis, nomeadamente através da realização do EDUTOUR<sup>313</sup>, do “Seminário Internacional sobre o Ecoturismo”<sup>314</sup> e da Mesa Redonda<sup>315</sup>.
- A sensibilidade evidenciada, pelos representantes do poder político, pelos promotores turísticos e por organizações ambientalistas, em relação ao envolvimento comunitário nos projectos e às questões ambientais, tendo algumas adquirido uma dimensão preocupante, com consequências, a longo prazo, originadas pela falta de controle e planeamento.
- A existência de um número cada vez maior de iniciativas turísticas com capacidade de alojamento, oferecendo uma diversidade de serviços, nomeadamente de restauração, acompanhamento em percursos de reconhecimento e de observação e outras actividades de lazer. Apesar da implementação do sector estar ainda no início, contactámos e observámos as cinco unidades rurais hoteleiras em funcionamento, mesmo que numa fase inicial, na ilha de São Tomé e a unidade hoteleira, de natureza ecológica, que pode ser classificada de

<sup>313</sup> O EDUTOUR foi uma iniciativa com fins promocionais e de marketing turístico com visita aos pontos considerados com interesse em todo o arquipélago, reunindo 20 operadores turísticos internacionais oriundos de Portugal, França, Bélgica, Inglaterra e Alemanha. A iniciativa esteve prevista para Dezembro de 2002, mas por impossibilidade de reunir as condições necessárias, realizou-se apenas em 2004.

<sup>314</sup> O “Seminário Internacional sobre o Ecoturismo” realizou-se entre 9 e 14 de Junho de 2003, tendo sido promovido pela DTH, sob a presidência do Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, na altura, Arzemiros dos Prazeres. Participámos na totalidade do evento, nomeadamente nos ateliers comunitários desenvolvidos nas roças com projectos agro-turísticos, tendo também apresentado comunicação sob o tema “Ecoturismo: Conceito e Estratégias”.

<sup>315</sup> A Mesa Redonda realizou-se em Maio de 2004, sob o tema “O Desenvolvimento do Turismo em São Tomé e Príncipe”, contando com a participação da Primeira Ministra, Maria das Neves, Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, Júlio Silva, Director de Turismo e Hotelaria, Gaudêncio Costa, doadores internacionais e entidades privadas (Téla Nón, 11-05-2004), com o principal objectivo de angariar apoios financeiros que viabilizem a recuperação das roças destinadas ao desenvolvimento do turismo ecológico.

grande conforto, no Ilhéu das Rolas. Paralelamente listámos as unidades previstas e as projectadas para o ano de 2004.

- A proliferação de agentes turísticos e de viagens em actividade no decurso de 2003, tendo sido por nós privilegiadas as duas de maior dimensão, estando no activo há mais tempo e com forte implementação no mercado. Os serviços oferecidos respeitam à programação de estadias em qualquer uma das unidades em funcionamento, o acompanhamento de grupos em percursos de reconhecimento e de observação em meios terrestres e marinhos, com guias locais certificados.
- O número crescente de viajantes internacionais que procura o arquipélago evidenciado pelo surgimento de diferentes companhias de aviação, existindo, em 2003, três voos semanais directos, entre o arquipélago e a Europa, além de outros via capitais africanas. Privilegiámos a TAP, por ser a companhia aérea que assegura as ligações do arquipélago à Europa há mais tempo, e a Air Luxor, por ser uma companhia estrangeira que adoptou uma estratégia competitiva de implementação no mercado africano.
- A conjugação dos segmentos turísticos de negócios com lazer, através da valorização das ilhas como destino de férias, pelos turistas internacionais motivados pela possibilidade de praticarem e desenvolverem um conjunto de actividades, que podem ser classificadas como ecoturísticas. Por um lado, ao valorizarem a preservação ambiental e a procura de meios naturais exóticos e únicos, e por outro, por ser propiciada a busca pela autenticidade no contacto com comunidades locais, permitindo o aprofundamento dos conhecimentos no que respeita aos traços culturais tradicionais.

No decurso do trabalho de campo, procurámos seguir o critério da multidimensionalidade apresentado na Introdução, que identificava três níveis de análise principais: o nacional, representado pelo Estado; o internacional, traduzido pelo número visitantes, bem como pelos investimentos efectuados pela iniciativa privada estrangeira ou resultante de parcerias entre nacionais e estrangeiros; o local, equacionado com as comunidades envolvidas nos projectos estudados.

Na apresentação da informação recolhida e tratada, e de forma a respondermos aos níveis de análise considerados, sentimos a necessidade de distinguir os diferentes casos, com base num triplo critério – o Estado, os promotores das iniciativas de observação e outras de natureza ecológica sem alojamento, formais e informais, e os promotores dos alojamentos ecológicos, rurais e não rurais. Adoptámos esta classificação por considerarmos que estes são os três principais actores que, na RDSTP, têm desenvolvido esforços, no sentido da prossecução de uma estratégia tendente ao turismo ecológico.

Iniciamos a Terceira Parte do estudo com a análise da importância do papel do Estado na dinamização do Turismo, como actividade prioritária, sobretudo no que respeita ao segmento ecoturístico e ao envolvimento comunitário. Seguidamente analisamos: as iniciativas de observação e outras ecológicas, desenvolvidas formalmente ou através de mecanismos informais de organização e de promoção, especificando as particularidades e distinguindo cada caso estudado; os alojamentos ecológicos de natureza rural e não rural, identificando e caracterizando as diferentes situações observadas.

A vertente concorrencial e competitiva, principalmente evidenciada no sector dos transportes aéreos, é também apresentada, sobretudo como elemento de contextualização. Por fim, são referenciadas as iniciativas ecoturísticas previstas e projectadas, dando continuidade à estratégia de dinamização do turismo ecológico.

## **1. O PAPEL DO ESTADO NA DINAMIZAÇÃO DO TURISMO**

Na RDSTP, e de acordo com as declarações oficiais dos representantes do Estado, o turismo tem sido entendido, após 2002, como um sector estratégico susceptível de promover, a longo prazo, o desenvolvimento integrado, pela capacidade de criar novas oportunidades de negócio.

As actividades relacionadas com o sector passaram a ser oficialmente entendidas como transversais, influenciando os sectores de actividade económica, que delas dependem e que simultaneamente as potencializam, entre as quais, a pesca e a agropecuária, a saúde, o desporto e todos os serviços, de uma forma geral.

A estratégia nacional de dinamização do sector tem privilegiado o segmento do ecoturismo, através de um conjunto de actividades, entre as quais a parceria estabelecida com o PNUD e a OMT, com o objectivo da elaboração do PEDTSTP (cf. Segunda Parte, III., 2.), a realização de encontros internacionais, mas também a assessoria e o aconselhamento pontual aos promotores locais, de forma a viabilizar a recuperação das roças (cf. Terceira Parte, 3.).

Contudo e apesar dos propósitos evidenciados nos discursos proferidos pelos órgãos de soberania, com base na observação e nos contactos efectuados, no decorrer da pesquisa no

terreno, constatámos que a actuação dos organismos públicos, encontrando-se ou não directamente ligados ao sector, tem sido marcada pela excessiva burocracia. Esta situação tem sido particularmente agravada sempre que os empresários nacionais, mas sobretudo estrangeiros, recorrem ao enquadramento previsto no “Código de Investimentos”.

No primeiro capítulo da Terceira Parte começamos por analisar as iniciativas públicas de promoção do segmento do turismo ecológico, nomeadamente no que respeita ao enquadramento institucional e regulamentar. Seguidamente abordamos a relação entre o Estado e as comunidades locais, no sentido do incentivo ao seu progressivo envolvimento nas iniciativas de turismo ecológico.

### **1.1. AS INICIATIVAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO ECOTURÍSTICA**

No geral, a avaliação efectuada pelos organismos públicos contactados vai no sentido de definir o turismo como potencial, mas ainda em fase inicial de implementação, com uma exploração que evidencia fraca organização, caracterizando-se por uma procura reduzida, não apresentando regularidade, e estando apenas direccionada para alguns segmentos.

Oficial e explicitamente, o desenvolvimento do sector passou a ser entendido, pelos principais órgãos de soberania, como uma prioridade, sendo perspectivado a partir de uma concepção de sustentabilidade, porque de longo prazo. Com base nas afirmações proferidas pelo Ministro da Tutela, “o Governo decidiu no âmbito do seu programa atribuir o estatuto de prioridade às políticas que concorram para a promoção do turismo, com vista a transformar a breve trecho este sector na actividade económica principal do país, geradora de um desenvolvimento equilibrado e sustentado”<sup>316</sup>.

Os representantes do Estado têm, oficialmente, considerado o turismo como um sector que, pelas transformações que opera, a longo prazo, pode contribuir para a redução dos efeitos da situação de pobreza em que uma grande parte da população santomense se encontra<sup>317</sup>. A caracterização da situação de pobreza no arquipélago permite defini-la como um “fenómeno

---

<sup>316</sup> Discurso de Abertura de Arzemiros dos Prazeres, então Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, “Seminário Internacional sobre o Ecoturismo”, 9 de Junho de 2003, São Tomé.

<sup>317</sup> De acordo com as declarações proferidas por Maria das Neves, Primeira Ministra da RDSTP, no decorrer da Mesa Redonda realizada em Maio de 2004 (cf. jornal.st, de 8 de Maio de 2004).



complexo, multidimensional, estreitamente ligado aos factores como o desemprego, doença, o analfabetismo, a mortalidade infantil e a degradação do ambiente, entre outros”<sup>318</sup>.

Paralelamente, as directrizes governamentais foram tendentes à implementação de uma “Estratégia Nacional de Luta Contra a Pobreza”, concebendo como importante a promoção da melhoria das condições de vida da população. Apesar dos documentos oficiais reforçarem a necessidade de aplicação dos novos conceitos, tais como participação, envolvimento comunitário, parceria e sustentabilidade, os resultados decorrentes da implementação da estratégia revelam-se ainda diminutos. Ao contrário do desejado, evidencia-se um agravamento da precariedade socioeconómica das famílias, sobretudo a viver em meio rural, evidenciado pelos indicadores anteriormente analisados (cf. Segunda Parte, II., 2.).

Do ponto de vista estratégico, o crescimento económico contínuo, com utilização dos recursos necessários, associado à redução dos riscos de degradação ambiental, tem sido defendido, por se considerar que o meio natural é a base do desenvolvimento das gerações futuras. Neste contexto, o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, organismo público que tutela o sector, tem defendido a continuidade de uma estratégia turística, de natureza ecológica, que permita associar a promoção do crescimento económico à preservação ambiental.

O modelo estratégico defendido parte da filosofia da economização dos recursos naturais utilizados no decurso da actividade turística, tais como a água, a energia, nomeadamente eléctrica, o tratamento dos lixos e o reaproveitamento de materiais, sem esquecer a protecção da biodiversidade vegetal e animal, sobretudo no que respeita a espécies que possam estar ameaçadas ou que sejam endémicas (cf. Primeira Parte, II., 2. e 3.).

Com o objectivo de implementar o modelo que tem sido teoricamente defendido, o Ministro da Tutela propôs um maior protagonismo por parte do Estado, materializado na promulgação dos Projectos de Lei anteriormente apresentados, mas que aguardavam aprovação, bem como na implementação da legislação devidamente aprovada.

Na realidade, a ausência de enquadramento legislativo e de regulamentação sectorialmente adequada é um dos principais factores condicionantes ao desenvolvimento do turismo e à preservação ambiental, sendo referida pelos cinco representantes públicos contactados. A

---

<sup>318</sup> Discurso de Abertura de Arzemiro dos Prazeres, então Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, “Seminário Internacional sobre o Ecoturismo”, 9 de Junho de 2003, São Tomé.

legislação é largamente insuficiente e a existente é frequentemente definida como desactualizada, requerendo uma maior especificação, em função das necessidades.

Além da ausência regulamentar, é evidente a inexistência de mecanismos de fiscalização e de controle, adequados e sistemáticos, tanto no que respeita ao desenvolvimento das actividades económicas como à gestão da exploração dos recursos naturais.

As principais potencialidades turísticas do arquipélago, referidas pelos órgãos de soberania, relacionam-se, de forma prioritária, com elementos naturais e paisagísticos ou com as características culturais do povo santomense. Assim, o clima, a natureza e a biodiversidade foram classificados com as qualificações de “exuberante” e “invulgar”, enquanto que o carácter do povo foi considerado como “acolhedor”<sup>319</sup>.

De uma forma geral, os representantes dos organismos públicos contactados indicaram o sector como importante para a dinamização do país nos diferentes aspectos considerados, tais como a possibilidade de:

- preservar os recursos ambientais, criando Parques Nacionais e protegendo a endemidade,
- valorizar os traços culturais, investindo na educação das populações e da melhoria das condições de vida das comunidades, promovendo uma mudança nos hábitos e nas práticas.

Assim “a conservação da fauna e da flora selvagens e a diversidade biológica, inscrevem-se como dever do Estado santomense, pois trata-se de valores que se sobrepõem a quaisquer outros, tendo em conta o interesse colectivo que os caracteriza”<sup>320</sup>. As áreas que continuam a requerer maior atenção são as que respeitam à regulamentação florestal, nomeadamente ao abate de árvores e à desflorestação, bem como à caça e à captura de espécies ameaçadas, como é o caso das tartarugas marinhas.

O intervencionismo estatal foi largamente defendido por todos os institutos públicos<sup>321</sup> contactados no decorrer da investigação, particularmente no que respeita à adopção de medidas de incentivo financeiro aos promotores, tais como fiscais e de crédito, mas também tendentes à protecção e à preservação ambiental. De acordo com o Ministro da Tutela, a

---

<sup>319</sup> Declarações proferidas por Maria das Neves, Primeira Ministra da RDSTP, no decorrer da Mesa Redonda realizada em Maio de 2004 (cf. *jornal.st*, de 8 de Maio de 2004).

<sup>320</sup> Discurso de Abertura do Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, “Seminário Internacional sobre o Ecoturismo”, 9 de Junho de 2003, São Tomé.

<sup>321</sup> No decurso da pesquisa, os Organismos Públicos contactados foram a DTH, a Secretaria de Estado do Ambiente, a Direcção de Recursos Naturais, a Direcção das Florestas e a Direcção Geral da Agricultura.

intervenção estatal no incremento do sector requer investimento financeiro nacional, estando previsto que, no Orçamento do Estado de 2004, a atenção dada aos investidores nacionais seja particularizada, no âmbito do “Programa de Investimento Público”.

No que respeita aos investidores estrangeiros, apesar de ser reconhecido que detêm um papel de relevo na promoção e no desenvolvimento do sector, não estava inicialmente prevista a viabilização de projectos ecoturísticos rurais. Esta situação foi justificada pelo Ministro da Tutela, em funções até Julho de 2003, pelo facto de serem projectos externos, aos quais seriam essencialmente contempladas as iniciativas balneares, vocacionadas para o turismo heliotrópico, e que eventualmente conciliassem o segmento de negócios.

Na realidade, dadas as sucessivas alterações governamentais, o pressuposto da concentração dos projectos ecoturísticos no empresariado nacional foi alvo de revisão, pelo actual Ministro da Tutela, com a criação do departamento de apoio ao investidor e com a anunciada abertura de concurso público, para venda de unidades rurais com fins ecoturísticos.

O incremento do sector tem sido condicionado por alguns aspectos que foram referidos como factores-problema e que podemos classificar em:

- Factores administrativos e económicos: a ausência de envolvimento e a desarticulação da Administração Central do Estado; a falta de investimento, público e privado, de origem nacional e estrangeira; a insuficiência de parcerias internacionais; a fraca competitividade; a inexistência de um plano promocional e de divulgação do país; a carência de modernização das infraestruturas internas de ligação e a deterioração dos recursos existentes.
- Factores ambientais: a sobrexploração, não planeada mas confirmada, dos recursos florestais e de materiais inertes nomeadamente, e de forma agravada, de areia, com o objectivo da utilização na construção civil ou para comercialização.
- Factores estratégicos: a inexistência de uma estratégia sistemática de apoio à investigação científica e à formação, originando uma fraca qualificação da população e a insuficiência dos meios comunicacionais relacionados com os pontos de informação turística e com a sinalética informativa.

O principal incentivo concedido pelo Estado aos investidores, nacionais ou estrangeiros, tem sido o considerado no “Código de Investimentos” (cf. Segunda Parte, III., 2.), regulamentação antiga, vulgarmente referida como desactualizada face às necessidades, estando inclusivamente prevista a sua revisão. Além do aspecto da inadequação à realidade, é suposto

o cumprimento de um conjunto de procedimentos burocráticos, situação que tem desincentivado os possíveis investidores a recorrerem aos eventuais benefícios.

Em Maio de 2004, e na sequência da realização da Mesa Redonda, foi criado um departamento, na dependência da DTH, como meio de reduzir os procedimentos burocráticos e morosos que originaram, em algumas situações, o desinteresse por parte da iniciativa privada, sobretudo estrangeira<sup>322</sup>. Neste contexto, o Ministro da Tutela, Júlio Silva, equacionou a abertura de um concurso público para venda e recuperação de antigas residências coloniais, tendo por objectivo o desenvolvimento do meio rural através da implementação da estratégia ecoturística.

O PEDTSTP foi também, e de uma forma geral, considerado como um elemento de incentivo e de apoio ao desenvolvimento do sector, nas diferentes dimensões possíveis. O documento reúne um conjunto de aspectos positivos, sobretudo tendo em conta que se trata de um país onde o turismo tem sido uma actividade secundarizada, do ponto de vista económico, com investimentos mínimos e não evidenciando sinais de rentabilidade. Assim, pode ser entendido como uma tentativa inicial, orientadora e de estruturação da actividade, dado que:

- apresenta um levantamento dos recursos disponíveis, com interesse turístico, fundamentado num diagnóstico prospectivo das principais áreas geográficas onde o turismo pode ser implementado, por segmento,
- permite o planeamento e a programação da actividade a longo prazo, tendo presente como meta o horizonte temporal de 2010, não só em termos de alojamentos a recuperar ou a construir, mas essencialmente no que respeita ao número de turistas e às receitas esperadas,
- contribui para a identificação dos segmentos turísticos prioritários, e que requerem atenção imediata, prevendo-se a criação de um “Fundo de Turismo”, como meio de apoio aos promotores turísticos.

Associada à possibilidade de planificação da actividade, foi defendida uma articulação permanente e efectiva entre os diversos serviços da Administração Pública, sobretudo entre os institutos ligados ao sector e à protecção ambiental, através da criação do “Fundo Nacional do Ambiente” e da “Comissão Nacional do Turismo”.

Na verdade, a implementação do PEDTSTP, principalmente no que respeita à prossecução de medidas específicas (cf. Segunda Parte, III., 2.), tem sofrido atrasos, resultantes, entre outros

factores: da instabilidade governativa, traduzida nas crises políticas cíclicas vividas no arquipélago; do reduzido financiamento; das dificuldades sentidas no relacionamento entre os representantes do Estado e os diferentes actores intervenientes, nomeadamente no que respeita à constituição dos órgãos consultivos e ao conseqüente funcionamento.

De forma a exemplificar os problemas enunciados, podemos referir que o PEDTSTP previa a realização de um encontro promocional com operadores turísticos internacionais, com o objectivo da divulgação das potencialidades turísticas nacionais, visitando as duas ilhas principais e o Ilhéu das Rolas, o EDUTOUR. Contudo, e apesar da realização do encontro estar prevista para Dezembro de 2002, representando uma das primeiras iniciativas, que teria continuidade a partir do Seminário Internacional e posteriormente com a Mesa Redonda, acabou por coincidir, em Maio de 2004 com a última iniciativa programada. As razões apresentadas, pelos responsáveis, para o atraso resumiram-se à falta de colaboração das agências de aviação a operar para o arquipélago e entre as ilhas<sup>323</sup>.

As iniciativas previstas no PEDTSTP, e realizadas, foram o “Seminário Internacional sobre o Ecoturismo” e a Mesa Redonda sob o tema “O Desenvolvimento do Turismo em São Tomé e Príncipe”, dinamizadas pela DTH<sup>324</sup>. Nos dois encontros participaram técnicos nacionais directamente ligados ao sector, bem como de institutos e organizações nacionais das áreas do ambiente, dos recursos naturais e da agricultura, promotores turísticos nacionais, técnicos estrangeiros e representantes de operadores internacionais.

É de referir que, qualquer um dos encontros teve o mérito de associar a apresentação temática de natureza teórica e conceptual e de fundamentação da estratégia do ecoturismo, com a realização de ateliers comunitários, propiciando a confrontação de ideias e a apresentação de histórias de vida pessoais, bem como dos projectos em curso.

De forma coincidente, estava também prevista no PEDTSTP a aprovação e a implementação de um conjunto de medidas regulamentares, tais como a “Lei de Utilidade Turística”, que

---

<sup>322</sup> Cf. Téla Nón, 11-05-2004a.

<sup>323</sup> As razões explicativas para os atrasos na realização do EDUTOUR foram fornecidas, informalmente, pelo técnico e pelo Director residente do PNUD, Dr. Alejandro Diz e Dr. Christian Lehembre.

<sup>324</sup> Colaborámos com a DTH na organização do Seminário, nomeadamente nas questões de logística, tendo também apresentado a comunicação “Ecoturismo: conceitos e estratégias” e participado nos ateliers comunitários, nomeadamente nos momentos dedicados ao debate com os líderes comunitários, com os promotores e com os representantes do Órgãos Públicos que tutelam o sector do turismo.

aguarda ainda debate parlamentar para consequente aprovação, desde Maio de 2002, altura em que o documento foi formalmente aprovado pelos órgãos de soberania.

## **1.2. O PAPEL DO ESTADO FACE AO ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

Um dos princípios da filosofia nacional, e oficialmente defendida para o incremento do sector do turismo, é a participação e o envolvimento comunitário nos projectos turísticos, questões abordadas do ponto de vista conceptual e teórico na Primeira Parte do estudo (cf. I., 3. e II., 2. e 3.). Assim, é vulgarmente considerado que as comunidades locais desempenham um papel importante<sup>325</sup> para o sucesso das iniciativas de turismo ecológico, dado que a relação entre o Estado, os promotores e as comunidades é, antes de mais, perspectivada como uma parceria, fundamentando-se na colaboração permanente e mútua.

Os representantes dos institutos públicos contactados referiram a existência de acções, por vezes pontuais, direccionadas para questões temáticas e específicas, no sentido da sensibilização das comunidades locais, procurando a sua participação e envolvimento.

No decorrer do trabalho de campo, foi possível identificar diferentes programas de sensibilização vocacionados para a preservação ambiental, promovidos por organismos públicos em parceria com associações várias, com o objectivo de minimizar os efeitos do consumo e da comercialização excessiva, que, a longo prazo, podem desencadear a emergência de problemas de elevada dimensão.

As principais iniciativas de sensibilização comunitária e a realização de reuniões formativas, têm procurado responder aos problemas da sobrexploração de inertes, da desflorestação e da captura não controlada de espécies animais. Nestes programas têm sido abordados os problemas sentidos pelas comunidades, bem como valorizadas e explicitadas as vantagens inerentes ao aproveitamento de recursos potenciais com fins produtivos, como são os casos da agricultura e da pesca. As medidas de trabalho comunitário, defendidas e adoptadas, têm visado a preparação das populações locais para as actividades turísticas projectadas e em curso, mas também para o contacto com o turista.

---

<sup>325</sup> Discurso de Encerramento do Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, “Seminário Internacional sobre o Ecoturismo”, 14 de Junho de 2003, São Tomé.

Oficialmente, foi referida, pelos representantes do poder político, a adopção sistemática de metodologias participativas com líderes comunitários, com a finalidade de, em conjunto, se proceder à identificação dos principais problemas sentidos pelas populações, assim como das suas possíveis soluções. Assim, está prevista a participação dos líderes comunitários, no “Conselho Nacional de Turismo” e a realização de ateliers comunitários periódicos, como meio privilegiado de permitir, aos representantes do poder político, a auscultação das principais necessidades sentidas a nível local.

No decurso de 2003, foi dinamizado, pela DTH, um conjunto de actividades, integradas em ateliers comunitários, com múltiplos objectivos, envolvendo técnicos, agentes de turismo, promotores e líderes comunitários<sup>326</sup>. Assim, foi manifestada a preocupação de apresentar as iniciativas turísticas, de aconselhar os promotores sobre os materiais mais adequados a utilizar<sup>327</sup>, de auscultar a opinião e as preocupações dos líderes comunitários, sugerindo a melhor forma de contactar directamente com os turistas que se alojem nas unidades hoteleiras de natureza rural ou que apenas as visitem<sup>328</sup>.

Da observação aquando da realização dos ateliers comunitários, verificámos existir preocupação, por parte dos representantes do Estado, com a participação local e o envolvimento comunitário. Contudo, pudemos constatar que, as actividades desenvolvidas junto das comunidades, no sentido do aprofundamento da capacidade participativa das populações envolvidas, não têm coincidido com os princípios apresentados na Primeira Parte do estudo (cf. I., 3.), em que valorizámos a concepção do desenvolvimento “from below” e da perspectiva territorialista.

Na verdade, podemos afirmar que a promoção do desenvolvimento do sector, bem como das metodologias participativas, tendentes ao envolvimento comunitário têm tido, explicitamente, um sentido descendente, podendo ser classificadas como funcionalistas, dado que a

---

<sup>326</sup> Os líderes comunitários são entendidos como os representantes locais, muitas vezes eleitos, mas reconhecidos e aceites.

<sup>327</sup> Observámos os contactos estabelecidos entre técnicos, o Director da DTH e promotores das roças do Chamiço, Monte Forte, Bombaim e Colónia Açoreana, no sentido do aconselhamento dos materiais mais apropriados no decurso da fase de reconstrução e de reabilitação. Estes aconselhamentos e sugestões foram principalmente direccionados para o chão, cozinhas, casas de banho e varandas.

<sup>328</sup> Observámos as sugestões no sentido de desaconselhar os membros das comunidades residentes na envolvimento das unidades turísticas de pedirem dinheiro ou outros bens aos turistas, de serem cordiais e afáveis no trato, de responderem e serem solícitos no esclarecimento de dúvidas colocadas pelo turista, entre outras indicações.

intervenção comunitária apenas se verificou quando existiu interpelação directa<sup>329</sup>, não se manifestando de forma voluntária e espontânea.

Por um lado, a população santomense, sendo africana, não evidencia características naturais de participação, mesmo ao nível comunitário, podendo perceber-se uma tendência para a adopção de comportamentos reservados e para o fechamento, do ponto de vista relacional. Por outro lado, no que respeita à capacidade de iniciativa e de empreendimento, pudemos constatar que a concepção do Estado orientador, coordenador e interventor é ainda uma realidade, sendo-lhe imputadas funções económicas e sociais.

Do ponto de vista estratégico, a aposta nacional no turismo ecológico fundamenta-se, explicitamente, na promoção da ruralidade, sendo evidente uma atenção particular com as antigas unidades de exploração agrícola, as roças, dado que é considerado:

- estarem dotadas de importantes elementos arquitectónicos de interesse turístico, que retratam e caracterizam a História nacional, fazendo parte do seu património cultural,
- que nelas coabitam comunidades, algumas de grandes dimensões, com passado histórico, que perpetuam tradições e traços culturais ancestrais, promovendo alguma dinamização produtiva, sobretudo de âmbito agrícola e artesanal, com o objectivo principal da auto-subsistência porque destinada, de forma prioritária, ao próprio consumo, e com a finalidade secundária da comercialização.

A estratégia nacional de promoção do ecoturismo passa, assim e numa fase inicial, pela reabilitação das infraestruturas rurais das antigas roças coloniais<sup>330</sup>, sobretudo no que respeita à chamada “Casa Grande”<sup>331</sup> e eventuais anexos.

As roças caracterizaram-se, desde sempre, por serem unidades dotadas de uma organização económica, social e administrativa própria que, no decorrer do período colonial, apresentava autonomia em relação ao poder instituído. Na actualidade, se bem que de forma diferenciada, a especificidade organizativa das roças é muito evidente, requerendo a adopção e a implementação de iniciativas várias que possibilitem a sua dinamização, promovendo a

<sup>329</sup> Da observação, no decorrer dos ateliers comunitários pudemos perceber que a interpelação directa, por parte dos representantes do Estado, é, muitas vezes, entendida pelas comunidades como uma medida coactiva. Este entendimento foi essencialmente exteriorizado pelos comportamentos e atitudes, apesar de não ter sido explicitado nos discursos.

<sup>330</sup> Discurso de Encerramento do Ministro do Comércio, Indústria e Turismo, “Seminário Internacional sobre o Ecoturismo”, 9 de Junho de 2003, São Tomé.

<sup>331</sup> A “Casa Grande” era a denominação dada, no período colonial, à casa do administrador da roça, sendo ainda hoje utilizada para referir o espaço onde os projectos rurais de turismo ecológico estão a ser implementados.



fixação das populações rurais, e evitando os processos migratórios, em massa, em direcção à capital.

A realocação comunitária aos territórios de origem tem sido defendida, por ser considerado que permite minimizar os efeitos decorrentes do êxodo para as principais cidades e da consequente desertificação das regiões rurais mais isoladas. Neste sentido, tem sido reforçada a ideia que as populações devem estar repartidas pelo território nacional, mantidas no local de origem ou aliciadas a retornar, de forma a não agravar os desequilíbrios demográficos e produtivos existentes.

O incremento do turismo foi considerado, para a maioria dos organismos públicos consultados, como um mecanismo promotor de valorização generalizada das populações. Por um lado, por ser uma área específica, em termos funcionais e de conhecimentos, requerendo que a mão-de-obra adquira formação adequada e adaptada, promovendo de forma consequente a melhoria das qualificações profissionais. Por outro lado, dado ser considerado como um sector que necessita de mão-de-obra diversificada, pelo que gerador de emprego directo e indirecto, nomeadamente através da criação de novos postos de trabalho, associada à reconversão profissional, permitindo uma melhoria das condições de vida das famílias envolvidas, pelo natural incremento do rendimento familiar.

De acordo com os representantes dos organismos públicos consultados, as comunidades vão sendo envolvidas nos projectos turísticos e noutras actividades complementares que os sustentam, participando através do seu desempenho funcional e tomando parte do processo de desenvolvimento integrado do país, mesmo que de forma indirecta.

Mais uma vez, reforçamos a ideia que o conceito de participação, por nós inicialmente desenvolvido, requerendo envolvimento e autonomia, não se verifica. Por um lado, por estar dependente da promoção estatal, por outro lado, porque, de acordo com as práticas referidas, as comunidades são entendidas como executantes e não como promotores efectivos.

As comunidades locais são assim entendidas, pelos representantes públicos, como beneficiárias do desenvolvimento do turismo. O pressuposto subjacente é o da divulgação das características culturais e das práticas tradicionalmente desenvolvidas, nomeadamente no que respeita à gastronomia, ao aproveitamento medicinal de plantas, à dança e à música, às práticas religiosas, às técnicas artesanais de transformação de produtos, particularmente

agrícolas e ao artesanato, entre outros aspectos. No geral, é considerado que as mudanças positivas para o país, decorrentes do incremento da actividade são diversificadas, potencializando o desenvolvimento de uma multiplicidade de actividades indirectas.

As principais áreas complementares são as relacionadas com a produção agrícola, a construção e obras públicas, a indústria transformadora e os serviços de manutenção, o artesanato e a animação. À medida que as iniciativas vão sendo implementadas, os organismos públicos defendem a possibilidade de promover o desenvolvimento regional, reduzindo o isolamento sentido pelas populações rurais.

A dinamização dos pontos de interesse turístico e de comunicação, incluindo a sinalética, até aqui inexistente, resulta como uma necessidade evidente associada à melhoria das infraestruturas de ligação, que se encontram num elevado estado de degradação, dificultando as acessibilidades<sup>332</sup>.

Apesar dos inúmeros resultados positivos enunciados, pelos institutos públicos e representantes do poder político, não foram esquecidos os efeitos negativos, tanto para as comunidades locais como para o país no seu todo, sobretudo na situação do turismo ser implementado de forma descontrolada.

Para as comunidades locais, as principais mudanças negativas que podem ser enunciadas respeitam à alteração dos padrões culturais que caracterizam o povo santomense. Os processos de aculturação são evidentes com o incremento do turismo, sobretudo quando se perspectiva, conforme indicado no PEDTSTP, o aumento, para 25.000, no número anual de visitantes, com diversificação de origens. Neste contexto, colocam-se os problemas da aculturação e do aumento da capacidade de carga cultural e ecológica ou ambiental (cf. Primeira Parte, II., 2.). Assim, o incremento do turismo, de forma não controlada e não regulada, pode derivar na promoção de desequilíbrios comunitários com a perda de referências identitárias.

De uma forma geral, para o país, os principais impactos ambientais negativos respeitam à destruição de habitats naturais, à erosão e ao desgaste, principalmente de zonas marinhas e

---

<sup>332</sup> Na capital do país não existe qualquer sinalética indicativa, por exemplo, dos pontos culturais com interesse turístico, entre os quais, a Catedral e outras igrejas, o Palácio Presidencial, o Palácio do Povo, o Museu Nacional, o Porto, o Mercado Municipal, o Hospital Central Ayres de Menezes, o aeroporto, bem como as saídas da cidade para o norte, o sul, as principais praias, roças e o Parque Natural Obô. Paralelamente, a estrada nacional que liga a capital ao sul do país cobre cerca de 90 km de distância, mas dado o estado de degradação do pavimento, o percurso não demora menos de 2 horas a ser efectuado.

costeiras, à diminuição da qualidade ambiental, bem como ao agravamento das áreas desprovidas de manto florestal.

## **2. INICIATIVAS DE OBSERVAÇÃO E OUTRAS DE NATUREZA ECOLÓGICA SEM ALOJAMENTO**

As iniciativas de turismo ecológico, de contemplação e de observação de espécies (cf. Primeira Parte, II., 2. e 3.), que remetem teoricamente para os conceitos anteriormente analisados de sustentabilidade turística conseguida pela adopção de práticas responsáveis, têm sido promovidas e desenvolvidas, na RDSTP, por diferentes agentes socioeconómicos, através dos mecanismos vulgarmente considerados como oficiais e também mediante processos informais.

Na RDSTP, o desenvolvimento da actividade tem sido principalmente promovido por agências de viagens e operadores turísticos locais, de forma conjugada e em associação com gestores de alojamentos turísticos, associações, comunidades locais e guias certificados, que reúnem a qualificação decorrente da formação frequentada e os conhecimentos ancestrais transmitidos pela tradição oral e pelo contacto directo com os meios ambientes naturais.

No decorrer da investigação, e nas diferentes deslocações efectuadas ao arquipélago, registámos a existência de agências turísticas a desenvolver formalmente trabalho no terreno, com capacidade para oferecer uma grande diversidade de serviços.

Algumas agências e operadores turísticos encontram-se a desenvolver actividade há algum tempo podendo, por esta razão, classificar-se como bem implementados<sup>333</sup> no mercado nacional tendo ainda efectivado parcerias com operadores turísticos internacionais, nomeadamente vocacionados para o segmento ecológico.

As principais entidades promotoras de turismo ecológico que evidenciam capacidade para oferecer serviços diversificados, no que respeita à realização de percursos pedestres, à observação de espécies e à valorização do endemismo, mas também ao estabelecimento de

---

<sup>333</sup> As agências que classificamos como bem implementadas no mercado nacional, tendo parcerias efectuadas com operadores turísticos internacionais mas também contactos importantes com os promotores turísticos de alojamento e com guias locais são a *Mistral Voyages* e a *Navetur*. Qualquer uma das agências faz parte do universo de iniciativas consideradas como campo de estudo e conseqüentemente analisadas, mas também nos permitiram estabelecer novos contactos no decurso da investigação porque inicialmente considerados como informantes privilegiados.

contactos com as comunidades locais são as agências turísticas Mistral Voyages e Navetur, bem como a representação santomense da associação ambientalista ECOFAC.

À medida que a investigação foi sendo desenvolvida, constatámos que novas agências turísticas foram criadas, apesar de terem menor dimensão do que as duas por nós seleccionadas para o estudo e de não estarem vocacionadas apenas para o segmento ecológico, tendo menor peso no mercado nacional e internacional porque em início de actividade<sup>334</sup>.

Paralelamente à dinamização turística formal e oficial, identificámos a existência de uma multiplicidade de iniciativas informais e não oficiais que, pelas particularidades ambientais (cf. Segunda Parte, II, 3.) têm organizado a realização de percursos pedestres, valorizando a contemplação e a observação de espécies, bem como o contacto com as comunidades locais. Estes casos são particularmente evidentes no seio da comunidade estrangeira residente na RDSTP, estando a maioria dos participantes envolvida em programas de cooperação e tendo nacionalidade portuguesa, espanhola e francesa.

Nos anos de 2002 e de 2003, as iniciativas informais foram maioritariamente dinamizadas pela organização do projecto Trilhos da Gravana<sup>335</sup>, uma iniciativa ecoturística informal, que associava actividades desportivas à realização de percursos pedestres pelos caminhos e trilhos das antigas explorações agrícolas proporcionando a observação. Após o regresso do promotor a Portugal, foi dada continuidade à realização de iniciativas informais de natureza ecoturística, de observação e de aventura, através do Grupo Caminhadas e Descoberta<sup>336</sup>, nomeadamente com programas, em terra, privilegiando-se o “trekking” e os acampamentos na floresta, e em mar como a volta à ilha.

No decurso da pesquisa no terreno, percebemos que, em determinadas situações, o segmento ecológico pode surgir associado a outros, como são os casos do turismo de aventura,

---

<sup>334</sup> Podemos considerar como agências de menor dimensão a HBB, a Flogatours, a delegação da Algarvetur, entre outras.

<sup>335</sup> O projecto era uma iniciativa do Eng. Abílio Coutinho, então representante do programa da cooperação agrícola portuguesa, PAMEA, tendo as actividades ecoturísticas desenvolvidas terminado pela finalização do programa no arquipélago e pelo regresso do promotor a Portugal, em Junho de 2003.

<sup>336</sup> O Grupo Caminhadas e Descoberta resultou da iniciativa de um cooperante português da área técnico-militar, Tenente Coronel Carlos Rosa, que, entre 2003 e 2004, deu continuidade às actividades, anteriormente promovidas e desenvolvidas pelo Eng. Abílio Coutinho através dos Trilhos da Gravana. Das actividades prosseguidas, resultou a criação de um e-grupo com o objectivo da divulgação de informações, dos programas, da partilha de experiências, do relato descritivo e da apresentação de fotografias: <http://uk.groups.yahoo.com/group/caminhadasedescoberta>. Apesar de termos acompanhado, à distância, as actividades promovidas por este Grupo, não tivemos a oportunidade de as incluir no presente estudo, dado que adquiriram maior expressão após a finalização do trabalho de campo no arquipélago.

implicando o desenvolvimento de actividades que envolvam risco e em que as capacidades físicas e de resistência sejam postas à prova.

Neste capítulo começamos por apresentar as duas principais agências turísticas, que organizam formalmente actividades e que acompanham grupos. Seguidamente analisamos a actividade da ECOFAC no arquipélago, no que respeita à protecção de espécies, à preservação ambiental e à actividade ecoturística.

De forma sequencial, são abordadas as iniciativas informais, através da apresentação e da caracterização de um conjunto de actividades realizadas, em grupo, em meios principalmente florestais, implicando contactos com as comunidades locais de passagem. O capítulo é concluído com a apresentação de uma actividade relacionada com o turismo de aventura, que ocorreu em 2003, pela primeira vez, tendo resultado da parceria entre uma empresa portuguesa e o Estado santomense.

## **2.1. MISTRAL VOYAGES**<sup>337</sup>

A Mistral Voyages é uma agência de viagens com capital misto de origem francesa e santomense, com um volume de negócios elevado, superior a 1 milhão de dólares EUA por ano, podendo ser considerada como a maior agência turística a operar no arquipélago. A representação da agência foi criada na cidade de São Tomé em 1993, após a visita do director geral<sup>338</sup> ao arquipélago e de negociar a proposta com o actual gerente e sócio santomense.

Pela análise da dimensão e da composição da empresa, podemos afirmar que é evidente uma tendência para o crescimento: no início, a agência era constituída apenas por dois trabalhadores, passando a funcionar, em 2003, com seis efectivos, incluindo guias, sendo o número médio de turistas recebido superior a 2.000, por ano de actividade.

Actualmente, e apesar de ser uma sociedade com um “funcionamento integrado” em relação às restantes unidades da empresa, e no que respeita às estratégias promovidas, a agência tem autonomia administrativa e financeira.

---

<sup>337</sup> As informações apresentadas na caracterização da Mistral Voyages foram disponibilizadas pelo sócio gerente Carlos Vila Nova.

<sup>338</sup> O contacto entre o director geral da Mistral Voyages e cônsul da RDSTP em Marselha, Jean Pierre Bensayed e o actual sócio santomense e gerente, Carlos Vila Nova, ocorreu em 1989 com vista à criação de uma delegação no arquipélago.

Os principais condicionalismos referidos, aquando da implementação da empresa, foram de ordem física e material ou financeira. Como exemplos dos factores físicos, podemos referir a inexistência de instalações adequadas para o desenvolvimento da actividade, e dos materiais ou financeiros, o elevado investimento requerido, bem como as despesas de manutenção, dada a falta de enquadramento pelo Código de Investimentos, traduzido na ausência de isenções ou de outros benefícios fiscais.

No que respeita aos apoios recebidos, desde o início da actividade da Mistral, foram consideradas as colaborações, por parte de outras instituições, aquando de deslocações com fins de representação nacional no estrangeiro, tais como os casos das companhias de aviação TAP e Air Gabon, para o transporte de pessoas e de materiais, e das embaixadas de países estrangeiros, com a concessão de vistos de entrada e de permanência.

Por outro lado, foram referidos os apoios concedidos pelas comunidades locais piscatórias, no que respeita à disponibilização de materiais para apresentação promocional do país nos encontros internacionais. Este foi o principal aspecto indicado para caracterizar o relacionamento entre a empresa e os grupos comunitários, estando ausente a metodologia participativa e tendente ao envolvimento, conforme foi defendida anteriormente (cf. Primeira Parte, I., 3.).

Os objectivos presentes, desde o início da criação da agência, não sofreram alterações significativas ao longo do tempo: a rentabilização do capital investido; a possibilidade de participar na promoção do país, a nível internacional; a contribuição para a geração de benefícios indirectos, como a criação de emprego e a melhoria das linhas de acesso aéreo.

A agência é simultaneamente um operador turístico e o representante comercial da Air Gabon e da DHL, oferecendo um leque diversificado de serviços, privilegiando de forma imediata o “grounding”<sup>339</sup>, as reservas e o aluguer de viaturas, organizando também circuitos com guias locais, actividades de “trekking” e visitas a roças.

De acordo com as principais actividades identificadas, podemos considerar que a delegação da Mistral na RDSTP não se encontra especializada num segmento turístico único, nomeadamente no ecológico, tendo adoptado uma estratégia de diversificação da oferta, como meio de sedimentar a sua posição no mercado nacional e internacional.

---

<sup>339</sup> O “grounding” consiste no acolhimento dos turistas no momento em que aterram no aeroporto e no acompanhamento até ao hotel, pelo que está associado ao “transfer”.

Segundo o promotor, o turismo santomense não se caracteriza pela sazonalidade, não podendo ser identificado categorialmente (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2), visto que o turista que mais visita o arquipélago, com o apoio da Mistral, chega em pequenos grupos ou individualmente, sendo oriundo do continente africano, particularmente da costa ocidental ou de França. Esta situação é facilmente explicada pelo facto da empresa ser originariamente francesa e ter representação no Gabão, sendo a proximidade geográfica do continente um factor dinamizador do negócio, fundamentado nos fluxos de turistas oriundos das comunidades francófonas.

Na verdade, da análise das informações e dos dados disponibilizados pelo promotor, não foi evidente a identificação de um segmento de turismo como o mais procurado.

As práticas referidas enquadram-se nas categorias de lazer, heliotrópica, de natureza e rural, sendo motivadas pela possibilidade de desenvolver actividades de contacto com a natureza em ambientes florestais ou marinhos, observar espécies e permanecer em roças.

As actividades que evidenciam maior procura são as enquadradas por ambientes naturais com abundante fauna e flora, destacando-se: os florestais e os montanhosos, por permitirem a prossecução de caminhadas e “trekking”; as praias que favorecem os desportos náuticos; as estadias em roças, permitindo a visita a monumentos históricos e observação da arquitectura colonial, assim como o contacto com as comunidades locais<sup>340</sup>.

A actividade da Mistral tem sofrido os efeitos de alguns condicionalismos, classificados como difíceis de ultrapassar, tais como a falta de envolvimento e de apoio concreto por parte do Estado, a baixa margem de lucro obtida, o relacionamento, qualificado de pouco ético, com alguns parceiros, nomeadamente hotéis e a ENASA, mas também com empresas concorrentes.

O principal resultado positivo enunciado decorre do próprio funcionamento da agência na RDSTP, desde há 10 anos – a possibilidade de trabalhar de forma contínua no sector.

Como já referimos, os contactos entre os promotores e as comunidades locais são definidos como variáveis, sendo, os mais constantes e privilegiados, estabelecidos com os artesãos e

---

<sup>340</sup> Os circuitos organizados pela Mistral Voyages são Lagoa Amélia, Bombaim, Angolares e Pico, podendo associar duas roças, nomeadamente a ligação a pé entre Bom Sucesso e Angolares com estadia em Bombaim. Paralelamente são oferecidas excursões organizadas às roças do Norte – Agostinho Neto, Boa Entrada, Praia das Conchas, Lagoa Azul e Anambô; ao centro da ilha – Monte Café e Cascata de S. Nicolau; ao Príncipe com estadia na roça Belo Monte quando activa e ao Ilhéu das Rolas.

com os guias locais. Os efeitos decorrentes do desenvolvimento da actividade da Mistral, para as comunidades locais e que as têm beneficiado, respeitam principalmente à possibilidade de aumentar as qualificações através de programas de formação adequados, com a consequente criação de emprego local, nomeadamente como guias turísticos independentes, promovendo a melhoria das condições de vida das famílias.

No geral, é considerado que o turismo beneficia o país, promovendo o desenvolvimento integrado, a melhoria das infraestruturas internas e uma inter-relação entre os agentes socioeconómicos envolvidos. Contudo, a especificação sectorial das áreas beneficiadas abrangidas não foi efectuada.

De forma a permitir a continuidade do incremento do sector, os cenários futuros previstos e referidos, respeitam à aplicação do PEDTSTP, mediante um maior envolvimento por parte do Estado, partindo por exemplo da criação e concessão de crédito. Neste sentido, e tendo em conta as características do Plano, podemos concluir que a preocupação de implementação do turismo ecológico é minimizada em favor de uma estratégia de multiplicação da procura turística no arquipélago.

## 2.2. NAVETUR<sup>341</sup>

A Navetur é uma empresa familiar jovem, criada em 1996, associando diferentes actividades – navegação e turismo, podendo ser considerada a segunda agência turística com maior movimento a operar no arquipélago, e a que está mais vocacionada para o ecoturismo. A empresa foi constituída exclusivamente com capital privado nacional, movimentando um volume de negócios na ordem dos 100.000 dólares EUA.

Em 1999, após a associação da agência de navegação com as actividades de promoção turística, verificou-se uma tendência para o crescimento, decorrente da diversificação dos serviços oferecidos. No ano seguinte, os promotores manifestaram preocupação com a qualificação dos colaboradores, em particular dos ecoguias, estabelecendo contactos com a

---

<sup>341</sup> As informações apresentadas na caracterização da Navetur foram disponibilizadas pela gerente Bibi Braunstein. Paralelamente e sempre que necessário complementámos a apresentação com informação disponibilizada pelo Guia, “free lancer”, Luís Mário e com dados disponíveis no site <http://www.navetur-equatour.st>.



ECOFAC, no sentido de garantir a formação específica. Por outro lado, criaram e desenvolveram uma base de dados informativa, com o objectivo da futura disponibilização on line. Em 2001, foi efectuada uma parceria com uma agência estrangeira especializada em ecoturismo, garantindo a recepção de grupos de viajantes, com uma regularidade semanal, o que permitiu consolidar o desempenho económico, reforçando a sua posição no mercado nacional, a partir de 2002.

A empresa é constituída por cinco funcionários, permanentes e “free lancers” contratados para exercer as funções de guia, dependendo das épocas e das necessidades, dado que o número de turistas recebido é variável, sendo em termos médios anuais de 1.000.

Os principais condicionalismos mencionados respeitam tanto a factores internos como externos. Os primeiros relacionam-se com: a fraca qualificação e adequação ao desempenho funcional; os contactos e as parcerias com as unidades hoteleiras; a instabilidade política permanente vivida no país; a falta de financiamento e de linhas de crédito; os elevados impostos e taxas cobradas sobre a actividade; a falta de preservação ambiental e de limpeza dos trilhos necessária para a realização dos percursos pedestres. O principal factor de ordem externa respeita às tarifas aéreas cobradas pelas companhias de aviação, que efectuem as ligações entre o arquipélago e a Europa, e que têm condicionado negativamente o incremento da actividade.

De acordo com a informação recolhida, podemos afirmar que a falta de enquadramento e de apoio por parte do Estado, nos diferentes níveis, associada à instabilidade política vivida indiciam a inexistência de uma estratégia definida e implementada, com base no ecoturismo, que permita viabilizar este segmento.

Desde o início da actividade que os principais apoios recebidos advêm, prioritariamente, dos sócios, sob a forma de financiamento. Para o funcionamento da actividade, foram sobretudo referidas as relações estabelecidas com a associação ambientalista, ECOFAC, nomeadamente no que respeita à disponibilização de monitores e de guias qualificados, no âmbito do programa, especializados em questões técnicas ambientais, e que, na prática, são conhecedores dos caminhos e dos trilhos, por serem oriundos de comunidades locais. Este é o caso do ecoguia, Luís Mário, por nós entrevistado no decorrer da pesquisa.

Os objectivos presentes, desde o início da criação da agência, não sofreram alterações significativas, sendo principalmente referida a rentabilização do capital investido e, de forma secundária, decorrendo do desenvolvimento da actividade, a possibilidade de estimular a economia nacional, sem esquecer a protecção patrimonial, de ordem cultural e natural..

A agência tem oferecido um leque diversificado de serviços, apesar de oficialmente estar especializada no segmento ecológico, nomeadamente as reservas e o “grounding”. As principais actividades promovidas e oferecidas respeitam à realização de circuitos com acompanhamento de guia local, sendo privilegiado o “trekking”, as visitas a roças e a ligação pedestre entre duas unidades ecoturísticas rurais, com alojamento.

Os promotores não consideram existir sazonalidade na procura ecoturística, referindo que o viajante chega em pequenos grupos ou individualmente, tendo idades superiores a 30 anos e sendo oriundo da Europa, principalmente de Inglaterra e de França. De acordo com as tipologias consideradas na Primeira Parte do estudo (cf. II., 1.2.2., 2. e 3.), o turista tipo pode ser classificado nas categorias de explorador, amante da natureza e experimental, dado procurar o contacto directo, tanto com a natureza como com as comunidades locais, procurando observar e conhecer, e sendo receptivo à adopção de comportamentos responsáveis, promotores de preservação ambiental.

O tipo de turismo mais procurado é o que se enquadra na categoria de lazer, de natureza e principalmente rural, associando actividades culturais à possibilidade de realizar percursos pedestres, onde o contacto com meios florestais, propícios à observação de espécies de fauna e de flora, é privilegiado. As actividades ambientalmente enquadradas, e promovidas pela Navetur, permitem a realização de fotografia, o aprofundamento dos conhecimentos através da experiência e a estadia em roças, com recriação da vida rural, onde o contacto com as comunidades locais e com a cultura tradicional é uma característica. Esta prática de lazer turístico é viabilizada dado que as comunidades vivem no interior das roças visitadas, onde os projectos ecoturísticos são desenvolvidos, permitindo aos grupos, não só observar os modos de vida, mas conversar e estabelecer relações diversas e directas com as populações.

As actividades<sup>342</sup> com maior procura são as ambientalmente integradas, onde abunda fauna e flora, destacando-se as zonas florestais e montanhosas, por permitirem a prossecução de actividades integradas: “trekking”, estadias em roças, visita a monumentos históricos, observação da arquitectura colonial e contacto com as comunidades locais.

A actividade da Navetur tem sofrido os efeitos dos condicionalismos já referidos, sendo definidos como difíceis de ultrapassar, entre os quais: a ausência de uma lógica articulada entre a formação, a informação e a comunicação, a nível nacional; os diferentes factores de ordem interna que condicionam o desenvolvimento da actividade no terreno, sobretudo no que respeita aos percursos pedestres; a falta de manutenção das infraestruturas de ligação e dos meios de transporte; a diferenciação marcada entre os meios rurais e urbanos; a falta de apoio por parte do Estado. Dado o contexto, o principal resultado positivo, decorrente do funcionamento da empresa, referido pelos promotores, é o aumento anual da facturação.

No que respeita aos contactos com as comunidades locais, a Navetur tem procurado desenvolver e incentivar uma postura de colaboração mútua e de apoio, traduzida: na realização de reuniões com os promotores das iniciativas e dos alojamentos nas roças, bem como com os líderes comunitários; na contratação de grupos culturais, de dança e de teatro para actuações; no apoio às comunidades, sobretudo de natureza escolar e educativa. Estes casos podem ser exemplificados com situações de suporte financeiro para frequência escolar a jovens que vivem nas roças, bem como de fornecimento de material escolar e de vestuário às crianças. Contudo, é de referir que, de uma forma geral, as iniciativas de colaboração directa, entre a Navetur e as comunidades locais, não tiveram os resultados inicialmente esperados, por razões consideradas estruturais da sociedade santomense. Assim, pode referir-se a coincidência com períodos de campanha eleitoral, em que as acções particulares perdem significado, face às estratégias partidárias, que envolvem uma maior disponibilidade financeira, bem como à importância das redes de influência existentes e incentivadas pelos representantes locais.

---

<sup>342</sup> Os programas organizados e oferecidos pela Navetur são Lagoa Amélia, Pico, a ligação pedestre entre Bom Sucesso e Angolares com estadia em Bombaim; a Costa Este, Monte Café. Paralelamente são oferecidos circuitos de mar, tais como Ilhéu Santana e a Volta à Ilha e actividades culturais como o Danço Congo e o Txiloli.

A Navetur tem procurado incentivar a troca e o aprofundamento de informações, através do estabelecimento de contactos regulares, sob a forma contratual com “free lancers” e através de pedidos de sugestões pontuais, a representantes comunitários.

Os efeitos decorrentes do desenvolvimento da actividade, para as comunidades locais, e que as tem beneficiado, concentram-se na relação existente entre três grandes resultados – a formação, o aumento das qualificações e a criação de novos postos de trabalho.

Dados os contactos permanentes com a ECOFAC, tem-se verificado um aumento na frequência de formação específica para ecoguias que, após a qualificação, ficam aptos a desenvolver a actividade, principalmente de forma independente, mas mantendo contactos com a agência que, em função das características dos grupos e das actividades procuradas, os contratam. Este é o caso de Luís Mário que, além de se ter qualificado como ecoguia frequentando acções de formação, e sendo um dos técnicos mais requisitados para a realização de percursos com um grau de dificuldade elevado, tal como a Subida ao Pico de São Tomé, se tornou mais tarde formador da ECOFAC.

Os benefícios são múltiplos, dado que as iniciativas de turismo ecológico permitem, um intercâmbio cultural diversificado, entre os turistas e as populações locais. Por um lado, são traduzidos na apresentação e divulgação dos traços culturais tradicionais, característicos das comunidades locais visitadas; por outro lado, reflectem-se na aprendizagem que a presença dos turistas proporciona à população local; por fim, a dinamização do turismo favorece a diversificação da produção para comercialização, mas principalmente para consumo interno, gerando uma multiplicidade de mais valias a nível local. Como exemplos, podem ser referidos o artesanato e a produção artística, os sectores que permitem criar sustentabilidade no projecto turístico (cf. Primeira Parte, I., 3. e II., 3.), tais como o agropecuário, a pesca e a construção civil, entre outros.

De uma forma global, é considerado que o turismo beneficia o país, promovendo a melhoria das infraestruturas internas, no que respeita às vias de acesso e de comunicação, mas também porque a nível internacional é um dos principais meios para a divulgação do país. De forma a viabilizar o incremento do sector, os cenários futuros apresentados respeitam, à organização e à dinamização dos diferentes agentes socioeconómicos envolvidos, pela adopção de uma estratégia de intercâmbio permanente.

### 2.3. ECOFAC<sup>343</sup>

A ECOFAC é um programa ambientalista vocacionado para os países da África Central, integralmente financiado pela União Europeia, e presente no arquipélago santomense desde 1992, contando com seis colaboradores permanentes..

Após a criação da delegação no arquipélago, verificou-se a diversificação das actividades da ECOFAC no sentido da preservação ambiental, da protecção de espécies e da valorização das potencialidades nacionais através da dinamização da prática do ecoturismo. Assim, em 1993 foi criado o Parque do Bom Sucesso, na entrada do Parque Natural Obô, permitindo a realização de percursos pedestres no interior da floresta, bem como a observação de espécies. Em 1998, a actividade da ECOFAC foi alargada, com o objectivo de aumentar as qualificações, sendo promovida a realização de cursos de formação para ecoguias, adequados ao desempenho funcional e permitindo a certificação, com posterior integração profissional.

Entre 1999 e 2002, foram publicados guias sobre as espécies existentes no território, nomeadamente pássaros e orquídeas, assim como um guia turístico evidenciando as potencialidades ambientais, florestais e marítimas para a prática do ecoturismo. Paralelamente, foi criado o Jardim Botânico na entrada do Parque Natural, representando um dos pontos de interesse ecoturístico por reunir as principais espécies florísticas e arbóreas, tecnicamente catalogadas e dispendo de informação científica.

A actividade turística tem sido progressivamente incentivada, principalmente após 2000, com a realização de um EDUTOUR com operadores turísticos, para divulgação e promoção das potencialidades ecoturísticas do país. Por outro lado, foi viabilizada a construção de alojamentos no Jardim Botânico do Bom Sucesso, permitindo apoiar os investigadores que desenvolvem o trabalho de investigação no interior do Parque. Por fim foi construído o Acampamento Jalé, no sul da ilha, vocacionado para o turismo de observação, neste caso de tartarugas marinhas, já que é uma das regiões privilegiadas para a desova e nidificação.

Os objectivos presentes, desde o início, não sofreram alterações significativas e respeitam principalmente à preservação ambiental, nomeadamente: à conservação de áreas florestais através da limpeza e da manutenção de trilhos e de caminhos; à criação e gestão de reservas

---

<sup>343</sup> As informações apresentadas na caracterização da ECOFAC foram disponibilizadas pela técnica Eneida Trigueiros e posteriormente complementadas com a informação disponibilizada no site <http://www.ecofac.org>.

ecológicas; à protecção de espécies ameaçadas, como são os casos das tartarugas marinhas e do papagaio do Príncipe. Mas por outro lado, o programa tem evidenciado preocupações de natureza socioeconómica, através do apoio prestado às comunidades locais na geração de benefícios e na melhoria das condições de vida. Por fim, tem-se procurado conceder apoio ao governo santomense no que respeita à gestão de áreas protegidas e à criação de projectos de lei para o enquadramento ambiental.

Os principais condicionalismos para a implementação do programa e para a continuidade no desenvolvimento das actividades, de forma a cumprir os objectivos propostos, foram sobretudo de natureza interna. Por um lado, por estarem relacionados com a instabilidade política frequentemente vivida, e por outro, pela ausência de legislação de enquadramento e de regulamentação, no que respeita às questões ambientais e à actividade turística.

Quanto aos apoios recebidos, foram referidos as parcerias e os contactos estabelecidos com a delegação do PNUD em São Tomé, com os institutos públicos, tais como a Direcção de Florestas e a DTH, com as agências de viagens nacionais, mas também com as ONGs e com as comunidades locais.

As principais actividades promovidas têm sido de diferente natureza, apesar de estarem interligadas – científica, de preservação e ecoturística. O programa tem apoiado a realização de estudos científicos, a formação e a catalogação de plantas, tem promovido a abertura e a limpeza de caminhos e de trilhos, a criação de sinalética indicativa no interior do Parque Obô, a realização de circuitos e de “trekking” para observação, bem como a protecção de espécies.

O turista tipo que tem visitado o arquipélago, com o apoio da ECOFAC, tem chegado individualmente e estabelecido os contactos de forma directa procurando personalização, sendo maioritariamente oriundo da Europa – Portugal, França, Inglaterra, Espanha, Itália e Alemanha. No que respeita à classificação tipológica, podemos considerá-lo como explorador, amante da natureza e experimental (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2.), sendo motivado pela possibilidade de desenvolver estudos e investigações de carácter científico, com base na observação directa de espécies em ambientes florestais, onde a fauna e a flora adquirem importância, e em meios propícios à realização de percursos pedestres. Assim, o tipo de turismo mais procurado é o que se enquadra na categoria de lazer, de natureza e rural, sem esquecer o científico ou de estudo.

A actividade da ECOFAC tem sofrido os efeitos de alguns condicionalismos, que por vezes não têm sido ultrapassados, principalmente de âmbito institucional, tais como a inexistência de legislação e de regulamentação específica para a área florestal e para a protecção de espécies, como forma de garantir a continuidade do trabalho de preservação do meio e de zoneamento do ecoturismo. Paralelamente, tem-se confrontado com problemas relacionados com os hábitos e as práticas comunitárias enraizadas, como por exemplo a frequente invasão de zonas florestais com o objectivo da produção agrícola ou a captura desregrada e não controlada de espécies animais para consumo, comercialização ou transformação, como são os casos das tartarugas marinhas e dos ovos, do papagaio do Príncipe e do macaco.

Os contactos entre a ECOFAC e as comunidades locais têm sido a base do desenvolvimento do programa na RDSTP, pelo que tem existido um relacionamento permanente de colaboração. Por um lado, os representantes do programa têm procurado seleccionar os ecoguias, a partir das comunidades locais, sobretudo nas zonas rurais, como é o caso da Roça de Monte Café que, por se situar na confluência da cidade com o Parque Obô, é considerada uma zona privilegiada em que a população, não detendo à partida de informação técnica, demonstra ter conhecimentos decorrentes da experiência, da tradição oral e do costume. Por outro lado, têm sido desenvolvidas acções de sensibilização, nas aldeias junto à costa, com pescadores, no sentido da protecção da tartaruga, da manutenção dos ninhos de ovos e do consequente lançamento das crias para o mar, após o nascimento<sup>344</sup>. Por fim, tem sido promovida a realização de reuniões comunitárias com ONGs e associações locais, sobre as temáticas ambientais, nomeadamente as que respeitam às ameaças de extinção que algumas espécies têm sofrido, dado o excessivo consumo e exploração.

Os principais resultados positivos respeitam à efectiva sensibilização e consciencialização das populações para a endemidade e para a consequente preservação de espécies. Para as comunidades locais, os principais benefícios directos respeitam ao aumento das qualificações através da formação com possibilidade de inserção profissional e eventualmente com a criação de auto-emprego.

---

<sup>344</sup> Tivemos a oportunidade de acompanhar um grupo no lançamento de tartarugas bebés para o mar, na Praia Lagarto no centro da cidade, que haviam sido trazidas por um pescador de Morro Peixe, a pedido da ECOFAC, que promovera a realização informal da actividade (cf. Terceira Parte, 2.4. e Anexos). A ECOFAC apoia a comunidade piscatória de Morro Peixe, ao norte da cidade de São Tomé, na protecção da espécie, e como meio de compensar os pescadores envolvidos, é acordada com os participantes, uma contribuição monetária.

Os cenários futuros não foram especificados por serem considerados como difíceis de traçar, dependendo de diferentes factores, se bem que passando necessariamente pela adopção de medidas consensuais para a valorização das espécies.

#### **2.4. INICIATIVAS INFORMAIS**<sup>345</sup>

O turismo ecológico na RDSTP, encontrando-se numa fase inicial, no que respeita à implementação de projectos e à exploração de iniciativas, tem tido um carácter marcadamente informal e não oficial. As iniciativas informais de promoção do turismo ecológico têm sido principalmente incentivadas por um grupo de cooperantes residentes no arquipélago, que tem procurado, antes de mais, desenvolver actividades de lazer e de ocupação dos tempos livres, sem evidenciar objectivos tendentes à rentabilização.

No caso das iniciativas informais, constatámos que foram normalmente organizadas e promovidas por um grupo, também de natureza não oficial, denominado Trilhos da Gravana, coordenado por um cooperante português. As principais actividades promovidas tiveram por objectivo o incentivo do bem estar físico e psíquico dos participantes, associando a prática desportiva e a aventura à realização de percursos, principalmente pedestres pelos trilhos e antigos caminhos das roças, propiciando a contemplação e a observação de espécies.

O início da actividade informal do grupo data de 2000, tendo tido uma evolução progressiva, com um ritmo variável de realização de actividades, dependendo do número de participantes. Em 2003, este grupo acabou por dar origem a um outro, também informal, quando o principal promotor e organizador regressou a Portugal. Como já foi referido, as actividades ecoturísticas informais, introduzidas pelos Trilhos da Gravana, tiveram continuidade, até 2004, com a reconstituição do grupo, dinamizado por outro promotor, através do Caminhadas e Descoberta, que passou a associar a observação às práticas de aventura.

No âmbito dos Trilhos da Gravana, foram desenvolvidas, em diferentes momentos da pesquisa, actividades de grupo, programadas pelo organizador e com acompanhamento de

---

<sup>345</sup> No decorrer das actividades informais analisadas e promovidas pelo Trilhos da Gravana, optámos pela aplicação de inquéritos por questionário aos participantes, como forma de complementar a caracterização. Esta metodologia não foi seguida para as iniciativas formais por impossibilidade.



guias locais que, abriam os trilhos, asseguravam o sucesso das iniciativas, limitando os riscos físicos, prestando esclarecimentos aos participantes sobre a localização, as características das paisagens, as espécies que se podiam encontrar e as comunidades por onde se passava.

Da observação pudemos verificar que os guias alternavam em função da actividade desenvolvida e do percurso efectuado, em meio florestal ou marítimo, sendo contratados com um duplo critério – serem oriundos de comunidades próximas do percurso escolhido, pelo que conhecedores dos trilhos e dos locais de passagem, e deterem informações sobre a região, de forma a transmiti-las aos participantes.

Em todas as actividades desenvolvidas, o número de ecoguias variou, entre três e cinco, em função do grau de dificuldade do percurso, dos riscos envolvidos e da dimensão do próprio grupo, tendo sido contratados e remunerados pelos participantes que, por sugestão do organizador, acordavam à partida o valor a pagar. No decorrer das actividades, o contacto entre os guias, o organizador e os participantes foi permanente, destacando-se principalmente através das conversas, fotografias, apoio para ultrapassar obstáculos, explicações, protecção em relação a situações arriscadas, como por exemplo o cruzamento com um dos principais factores de risco do arquipélago, a cobra preta, bem como na prova de frutos locais.

Na maioria dos casos em estudo, os percursos efectuados<sup>346</sup> foram desenvolvidos em meios terrestres e em ambientes rurais, por grupos de pequenas dimensões, em média constituídos por um número inferior a 20 pessoas. A principal motivação evidenciada pelo organizador e pelos participantes foi a possibilidade de, em momentos de lazer, aumentar os conhecimentos sobre as características paisagísticas e acerca das principais espécies de fauna e de flora.

No que respeita à caracterização dos participantes das actividades informais de turismo ecológico, podemos dizer que, em média, tem nacionalidade portuguesa (76% da totalidade dos inquiridos), verificando-se uma ligeira e pouco significativa variação entre sexos (do total, 54% do sexo masculino e 46% do feminino), sendo de destacar uma maior diferenciação em função da origem – dos portugueses, a maioria era do sexo masculino (59%),

---

<sup>346</sup> Realizámos os seguintes circuitos organizados informalmente, acompanhando grupos: Rota das 3 Roças, Baía de S. Miguel, Lagoa Amélia, Potó, Rota dos Carris, Lançamento de Tartarugas Marinhas, Túneis do Contador e Volta à Ilha. Das actividades desenvolvidas apenas três ocorreram em meio marinho, sendo os objectivos inerentes os mesmo dos presentes nas actividades pedestres. Em qualquer das actividades foram aplicados inquéritos por questionário aos participantes, no total de 127, informação tratada mediante o cruzamento de variáveis previamente identificadas.

evidenciando-se um maior peso do sexo feminino para os restantes europeus (67%) ou de outra nacionalidade (53%).

No que respeita aos escalões etários e independentemente do sexo, pode ser definido como adulto jovem, tendo idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos (69% do total), análise confirmada pelos dados relativos à nacionalidade (73% dos portugueses inquiridos). É ainda de destacar que os participantes jovens, com idades inferiores a 20 anos, foram minoritários, bem como os mais velhos, com idades superiores a 61 anos (2%).

Independentemente do sexo, a maioria dos participantes viajou sozinha (46%), sendo os restantes acompanhados por família ou amigos (27% para cada item). Os que viajaram acompanhados pela família foram os mais velhos (53% entre os 36 e os 50 anos), acompanhados por amigos, os mais jovens (69% entre os 26 e os 35 anos) e a maioria dos que viajou sozinha enquadrou-se no adulto jovem (72% entre os 26 e os 45 anos).

As razões referidas para a realização da viagem à RDSTP, foram múltiplas, registando-se uma repartição das respostas obtidas por vários factores, sendo de destacar que, para a totalidade dos casos, se verificou complementaridade entre duas ou mais razões motivacionais. Assim, a maioria dos inquiridos apresentou como justificativo o trabalho, por se encontrar integrado em programas de cooperação, associando actividades de lazer, propiciadas pela permanência num PEID, situado geograficamente na região equatorial.

Os motivos mais referidos como justificativos para a viagem<sup>347</sup> à RDSTP foram o trabalho (35% do total de respostas), a possibilidade de observação de espécies (17%), o lazer e as actividades heliotrópicas (16% cada), as visitas culturais (12%) e com menor relevância o estudo (3%) e as visitas a familiares (1%). Da análise cruzada com a idade podemos referir que o escalão entre os 26 e os 45 anos foi o que mais referiu trabalho (32%), as actividades heliotrópicas (18%), a observação (17%), o lazer (16%), as visitas culturais (13%), com pouco significado para o estudo e as visitas familiares. O cruzamento com o sexo confirma a análise global – variações pouco significativas em relação à valorização por ordem de importância.

No que respeita às motivações percebemos a existência de uma repartição de respostas<sup>348</sup> pelas hipóteses consideradas. Assim, 24% das respostas obtidas indicaram como principal

<sup>347</sup> Esta questão permitia respostas múltiplas, pelo que, de 127 questionários, obtivemos um total de 317 respostas válidas.

<sup>348</sup> A questão relativa às motivações permitia respostas múltiplas pelo que obtivemos um total de 377 respostas.

motivação a observação de espécies, 20% o contacto com as comunidades locais, 19% as visitas a roças, 18% a prática de actividades que envolveram aventura e risco, 12% as actividades heliotrópicas, 3% o descanso, 2% a pesca ou actividades de alto mar e apenas 1% as visitas a monumentos. Da análise cruzada com o sexo, confirmou-se a tendência, destacando-se apenas pequenas oscilações na hierarquização da ordem de importância, nomeadamente relativa ao descanso e à pesca, referidos pelos homens.

No geral, os serviços prestados foram avaliados pelos participantes de forma positiva, a partir de uma escala valorativa<sup>349</sup> previamente definida, e por nós apresentada. Assim, para todos os critérios considerados, a avaliação situou-se entre o bom e o excelente, nomeadamente no que respeita aos locais visitados e à hospitalidade (97% das respostas para cada critério), à organização (87%), à pontualidade (84%) e aos conhecimentos do guia, bem como à relação entre o esforço físico e o percurso (73%)

De forma particular podemos dizer que os aspectos maioritariamente avaliados como excelentes foram os locais visitados (80%), a hospitalidade (73%), a organização (59%), os conhecimentos do guia (57%), a relação entre o esforço físico e o percurso (55%) e a pontualidade (41%). É ainda relevante que a segunda avaliação para estes itens foi de bom, nomeadamente 17% para os locais visitados, 24% para a hospitalidade, 28% para a organização, 16% para os conhecimentos do guia, 18% para a relação entre o esforço e o percurso e 43% para a pontualidade.

Da análise em função da nacionalidade, podemos afirmar que as avaliações indicam que foram os portugueses que apresentaram valorações mais elevadas, factor facilmente explicado por serem estes os participantes mais frequentes nas iniciativas informais analisadas.

Do cruzamento entre os critérios avaliados e o sexo e a idade constata-se que:

- Os elementos do sexo masculino avaliaram como excelente e mais positivamente, do que as mulheres, os itens locais visitados (86%), a hospitalidade (78%), a organização (70%), a relação entre o esforço físico e o percurso (64%), enquanto que as mulheres valorizaram mais do que os homens os conhecimentos do guia (62%).
- No que respeita à análise por escalão etário e sexo, detectaram-se diferenças, nomeadamente nos mais jovens e nos mais velhos, sobretudo relacionadas com a avaliação da pontualidade.

<sup>349</sup> A escala valorativa considerada apresentava uma possibilidade de escolha apenas de uma classificação por critério avaliado. Assim definimos como graus: excelente, bom, razoável, insuficiente e mau.

No que respeita à avaliação dos recursos ambientais observados e com os quais foi estabelecido contacto, os itens considerados foram maioritariamente qualificados como excelente ou bom. Assim, e por ordem decrescente de avaliação, a flora foi o recurso mais bem avaliado em termos médios, recolhendo 59% de avaliação máxima e 11% de bom, a preservação ambiental foi caracterizada de excelente (43%) ou boa (22%); 31% dos inquiridos qualificaram a fauna de excelente ou boa (28%); 33% consideraram os cursos de água excelentes e 14% bons; as praias foram qualificadas de excelentes (35%) ou boas (11%); a água excelente (40%) ou boa (5%) e a qualidade da areia excelente (28%) ou boa (17%).

Da avaliação por sexo, podemos constatar que:

- Os participantes do sexo feminino avaliaram mais positivamente do que os homens, a flora (60%, excelente), a fauna e a qualidade da água (34% cada), enquanto que os homens valorizaram mais a preservação ambiental (43%), as praias (41%), a qualidade da areia (33%).
- Da análise por escalão etário e sexo, detectaram-se pequenas variações de avaliação com pouco significado para a análise global, não permitindo retirar conclusões.

No que concerne aos contactos estabelecidos com as comunidades locais, foram maioritariamente referidos aquando da visitas a roças e a aldeias rurais (58%), sendo as restantes situações minoritárias e não apresentando relevância para a análise. Assim, apenas 12% dos inquiridos referiu ter tido contacto com comunidades em aldeias piscatórias, 7% em aldeias de passagem e 3% na praia. Da análise por idade e sexo, podemos particularizar que os contactos efectuados:

- nas roças e aldeias rurais foram privilegiados pelas mulheres adultas, com idades entre os 21 e os 50 anos ou pelos homens mais jovens ou mais velhos, com idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos ou acima dos 46.
- nas aldeias de pescadores foram mais comuns pelas mulheres jovens, entre os 21 e os 30 anos, e adultos jovens entre os 36 e os 40 anos ou por homens com idades entre os 26 e os 35 anos ou acima dos 51.
- nas aldeias de passagem foram referidos pelas mulheres com idades jovens ou nos homens entre os 26 e os 35.

Os contactos<sup>350</sup> estabelecidos com as comunidades locais foram caracteristicamente diferentes, em função do meio envolvente e do contexto, tendo a maioria referido a conversa, em qualquer um dos locais considerados. Assim e em média:

- Nas roças e nas aldeias rurais os principais contactos estabelecidos foram através de conversa com as comunidades locais (88%) e fotografia (69%), sendo pouco relevantes a compra de produtos agrícolas, as danças e outras práticas culturais, a visita às aldeias (3%) ou a compra de artesanato (1%).
- Nas aldeias de pescadores, a maioria dos contactos foram as conversas (93%) ou a fotografia (80%), com pouca importância para os restantes itens - compra de produtos agrícolas, visita à aldeia ou práticas culturais (13%) e compra de artesanato (7%).
- A totalidade dos contactos nas terras de passagem adquiriu a forma de conversa, 78% fotografia, 22% compra de produtos agrícolas, visita à aldeia ou práticas.
- Na praia, todos os contactos foram sob a forma de conversa e 75% fotografias.

A avaliação dos contactos estabelecidos foi manifestamente positiva, nomeadamente no que respeita aos referentes a conversa e a fotografia, dado que foram definidos com a classificação máxima independentemente do contexto. Assim, as fotografias foram qualificadas de boas ou excelentes nas aldeias de pescadores (80%), nas praias (75%), nas roças e aldeias agrícolas (69%) e nas aldeias de passagem (67%).

As conversas com membros comunitários foram avaliadas como boas ou excelentes nas praias (100%), nas aldeias piscatórias (80%), nas aldeias de passagem (78%) e nas roças (54%).

Procurando sistematizar os principais traços característicos das actividades informais, podemos dizer que têm sido desenvolvidas por grupos de cooperantes residentes no arquipélago, que associam a deslocação por motivos de trabalho à possibilidade de ocupar os tempos livres de forma saudável e em contacto com meios naturais preservados. As actividades foram principalmente realizadas em meio terrestre, na floresta santomense, tendo sido privilegiado o “trekking” e a observação, sendo os grupos acompanhados por guias locais. Os contactos do promotor e dos participantes com os guias foram permanentes, permitindo um aprofundamento dos conhecimentos e a troca de experiências, que foram avaliadas positivamente.

<sup>350</sup> Esta questão permitia uma resposta múltipla, se bem que tenhamos obtido 127 respostas válidas.

## **2.5. LATITUDE ZERO EQUATORIAL CHALLENGE**<sup>351</sup>

O turismo ecológico aparece, com frequência, associado a outros segmentos, que podem ser considerados como complementares (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2). Este é o caso do turismo de aventura, em que a filosofia implícita se fundamenta na possibilidade de praticar actividades que envolvam risco e esforço físico em meios naturais preservados.

O Latitude Zero Equatorial Challenge (LZEC) é um exemplo da tentativa de associação entre as vertentes ecológica e desportiva, sendo o principal objectivo a realização de provas de Todo-o-Terreno (TT), em zonas de acesso dificultado, de grande densidade florestal, tornando-se necessário ultrapassar obstáculos para que as metas fossem atingidas.

A iniciativa foi implementada em 2003, tendo tido um período de preparação e de organização, de cerca de um ano, sendo uma iniciativa da responsabilidade da empresa portuguesa, África Challenge. Entre o representante português e responsável pelo projecto e o Estado santomense foi assinado um protocolo de cooperação, viabilizando a realização do evento, com um carácter de exclusividade, no período de cinco anos consecutivos<sup>352</sup>. No planeamento das actividades colaboraram, de forma permanente, 11 elementos, constituindo uma estrutura organizativa de natureza interdisciplinar.

Sendo uma expedição de TT, as principais características enunciadas foram o elevado grau de dificuldade das provas, associado ao espírito de equipa e ao companheirismo. Além dos promotores pretenderem realizar uma prova envolvendo aventura e risco, a iniciativa foi oficialmente descrita e caracterizada, pelo promotor, como tendo fins humanitários e de cooperação, em dois sectores considerados deficitários, a educação e a saúde<sup>353</sup>. Na verdade, a observação directa e o contacto permitiu-nos perceber que, paralelamente ao evento, a organização previu acções pontuais de cooperação, nomeadamente com a representação da AMI no arquipélago e com as principais instituições de ensino.

---

<sup>351</sup> Os dados e as informações foram disponibilizados pelo organizador, João Brito e Faro, em conversas informais desde Julho de 2002, em entrevista formal realizada em Outubro de 2003, através dos inquéritos aplicados aos participantes, mediante observação directa e através dos testemunhos dos participantes após a realização do evento.

<sup>352</sup> O protocolo foi assinado entre a DTH e as empresas portuguesas Agrométrica e África Challenge em Fevereiro de 2003, após um período de pesquisas e do estabelecimento de contactos, em Portugal e na RDSTP.

<sup>353</sup> O evento viabilizou a entrega de 450 títulos, oferecidos pela Porto Editora, às principais instituições de ensino - o Liceu Nacional, a Escola Portuguesa e o Instituto Diocesano de Formação, bem como à Biblioteca Nacional. Paralelamente, foram entregues medicamentos ao responsável pela Associação Médica Internacional (AMI), residente em Angolares.

Apesar de não ter um objectivo explícito de rentabilização, sendo mesmo contrariado na maioria das afirmações proferidas pelo promotor, a iniciativa contou com parcerias e apoios vários que permitiram, no primeiro ano, realizar o evento a custo zero para os participantes. As colaborações principais resultaram tanto de empresas apoiantes e parceiras, que facilitaram o transporte de viaturas, da organização, dos participantes e dos observadores, bem como o seu alojamento, como do próprio Estado santomense, através da viabilização do projecto pela assinatura do protocolo e isenção de taxas no desalfandegamento. Apesar das parcerias e dos apoios existirem também em 2004, a formalização da inscrição das equipas passou a requerer o pagamento de 3.400 euros, o que evidencia preocupação com a rentabilidade do projecto.

A organização confrontou-se com alguns factores condicionantes, que não foram ultrapassados com a realização do evento, relacionados com a ausência de uma estrutura permanente a trabalhar no terreno e com a escassez de recursos financeiros prévios que suportassem a totalidade dos custos de execução e de publicidade.

Os objectivos apresentados, a médio e a longo prazo, foram abrangentes e, podemos afirmar que ambiciosos, no que respeita ao desenvolvimento do país. Teoricamente, o projecto criaria condições para incentivar o investimento privado, nacional e estrangeiro e, com base em parcerias, possibilitar a criação de novos postos de trabalho, qualificados, recorrendo à reconversão profissional, propiciando a melhoria nas condições de vida da população. Contudo, estes objectivos não se confirmaram com a observação.

No decorrer da expedição, tivemos a oportunidade de contactar com o grupo, tendo entrevistado o promotor, aplicado inquéritos por questionário aos participantes e observadores que faziam parte da delegação, num total de 23 indivíduos e analisado testemunhos, tanto de participantes como de observadores.

O participante tipo era europeu, originário de Portugal (96%), do sexo masculino (83%) e adulto jovem, com idades compreendidas entre os 26 e os 40 anos (69%), sendo de destacar que os homens eram tendencialmente mais velhos (85% com idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos) do que as mulheres participantes (a totalidade com idades inferiores a 30 anos).

A maioria dos participantes viajou acompanhada de amigos (87%), situação evidente pelo facto da viagem ter sido efectuada em grupo e de se conhecerem antecipadamente. É de destacar que a totalidade dos que viajaram em família tinha idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos (2 casos apenas) e a única situação de viajante sozinho, entre 36 e 40 anos.

No geral, as principais motivações referidas pelos participantes foram o lazer e a possibilidade de desenvolver actividades de TT (76% do total de respostas), concentrando-se estas opções no adulto jovem, entre os 26 e os 40 anos (69% para cada) e maioritariamente no sexo masculino (87% para cada opção). O participante no LZEC, pode ser classificado como explorador e amante da natureza, dadas as motivações implícitas às actividades desenvolvidas (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2.) – foi motivado pela possibilidade de realizar uma prova de TT, envolvendo aventura e risco, em meios naturais que possibilitassem a observação de espécies, visitando roças e monumentos culturais, sem esquecer o contacto com a cultura tradicional.

As actividades desenvolvidas foram enquadradas por meios florestais, com abundância de espécies faunísticas e florísticas, associando meios balneares e rurais, nomeadamente roças onde a cultura tradicional adquiriu natural importância. A maioria dos recursos foi avaliada, pelos participantes, como excelente – a floresta, a fauna, a flora e a qualidade da água (100% para cada), sendo excelente (96%) ou boa (4%) a qualidade das praias e os cursos de água. O indicador com maior diversidade de respostas foi o relativo à qualidade da areia, variando entre excelente (88%), bom (8%) e razoável (4%).

A avaliação da organização do evento foi considerada positiva (96% considera-a excelente) para a totalidade dos indicadores considerados. Os locais visitados foram qualificados de excelentes para a totalidade de respostas, 96% avaliaram de excelente a pontualidade, a hospitalidade, a relação entre o esforço e o percurso e os conhecimentos do guia. A análise da avaliação dos serviços foi confirmada pelo cruzamento com os indicadores da idade e do sexo.

Os principais efeitos considerados positivos foram, para os promotores, a possibilidade de concretização de um projecto, associando a rentabilização, com retorno do capital investido, a longo prazo. Idealmente, o país beneficiaria com a melhoria de infraestruturas, que na primeira fase seriam de ligação, através da abertura de caminhos e da construção de pontes, de forma a minimizar o isolamento de algumas comunidades. Na verdade, e após a



observação directa, pudemos constatar que estes efeitos resultaram como mínimos, dado que a expedição não conseguiu atingir os objectivos propostos, de ligação da ilha por estrada. As metas inicialmente definidas podem ser consideradas de ambiciosas, tendo em conta a duração da iniciativa, a inexperiência da maioria dos participantes e a inexistência de meios técnicos adequados.

Segundo o promotor, as comunidades locais puderam usufruir da melhoria das acessibilidades, mas sobretudo do princípio de valorização dos traços culturais característicos, sendo reforçada a auto-estima comunitária, traduzida nos contactos estabelecidos e definidos como espontâneos e qualificados de positivos. A maioria dos contactos estabelecidos decorreram em roças e aldeias rurais, em aldeias piscatórias ou em terras de passagem. Os contactos entre os participantes e as comunidades foram entendidos como o resultado de uma relação de parceria e de colaboração, fundamentada num princípio de respeito mútuo, com valorização das conversas, das histórias e dos relatos, das sugestões e do apoio concedido por guias locais, das fotografias e das filmagens para divulgação.

A avaliação dos contactos, pelos participantes, foi definida entre o razoável e o excelente, para todos os indicadores considerados - 100% para a fotografia, 96% para as conversas, 87% para as visitas às aldeias, 76% para a aquisição de produtos agrícolas, 74% para a representação de práticas culturais e 73% para o artesanato.

Na verdade, pudemos constatar, pela observação e pelo contacto directo, que, apesar das intenções explicitadas, os efeitos sobre a auto-estima e o reforço identitário não resultaram de forma duradoira, criando sustentabilidade, tendo apenas tido um efeito passageiro e transitório.

No período em que o evento decorreu, as expectativas foram elevadas e a curiosidade da maioria da população, sobretudo dos meios rurais caracterizados pelo isolamento, evidenciada. Com a conclusão da expedição, os efeitos para as comunidades esbateram-se, perdendo o significado, tendo-se mesmo deixado de falar no evento após a sua realização. Este facto explica-se pelo reduzido tempo de permanência no arquipélago, das equipas, dos membros da organização e dos observadores, podendo caracterizar-se, os contactos estabelecidos, como superficiais, não tendo revelado sequer um carácter de repetição com as mesmas comunidades.

A atenção para o LZEC, aumentou com a publicitação da reedição da expedição, no decurso de 2004, dada a proximidade da data da realização, mas também porque, desde o início, o evento não teve igual aceitação em todos os círculos no meio santomense<sup>354</sup>, verificando-se mesmo oposição por parte de alguns grupos. As preocupações mais evidenciadas têm-se relacionado com a preservação ambiental, face à possibilidade da expedição entrar no Parque Natural Obô, que se espera que venha a adquirir o estatuto de Reserva Natural, pelas particularidades de endemismo (cf. Segunda Parte, II., 3.). Algumas reacções têm apelado para os princípios inerentes aos conceitos de sustentabilidade e de responsabilização turísticas, abordados na Primeira Parte do estudo (cf. I., 3. e II., 2. e 3.), dado considerarem que o projecto não os respeita, pondo mesmo em causa a protecção da fauna e da flora. Paralelamente, foram manifestadas opiniões considerando como negativos os efeitos para as comunidades locais, decorrentes do projecto, não só por evidenciarem as disparidades socioeconómicas entre comunidades locais e visitantes, mas também por criarem expectativas junto das populações, que não poderão ser cumpridas.

Como cenários futuros para o desenvolvimento do projecto, os responsáveis pelo evento apontaram a introdução de ajustamentos, de forma a aperfeiçoar a estruturação e o planeamento das actividades. A longo prazo, equacionaram a implementação do projecto nos restantes países africanos da CPLP, como forma de incentivar o intercâmbio de experiências.

### **3. ALOJAMENTOS ECOTURÍSTICOS RURAIS**

A importância do turismo na RDSTP, particularmente do segmento ecológico, tem aumentado, situação evidenciada por um conjunto de indícios que sistematizamos. Assim:

- o crescente número de turistas estrangeiros que tem procurado o arquipélago, por motivos de férias, motivado pelas potencialidades ambientais e pelas características culturais do país, privilegiando os contactos directos com as comunidades, além das razões tradicionais – negócios ou trabalho e visita a familiares,
- a tendência crescente para a prática do turismo ecológico, evidenciada não somente pela realização de percursos pedestres e outras actividades complementares mas, sobretudo pela

---

<sup>354</sup> As reacções à realização de um evento de TT no arquipélago foram expressas no principal e-grupo de debates, constituído por cerca de 300 membros - <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/>.

vontade manifestada pelo viajante, no sentido de se alojar em empreendimentos ecológicos. Verificou-se no último ano uma maior preocupação com a reabilitação de antigas unidades de exploração agrícola e a conseqüente reconversão em unidades de hotelaria ecológica.

A dinamização do turismo ecológico em espaço rural faz oficialmente parte da estratégia governamental, sendo considerado um recurso inesgotável e um sector susceptível de promover mudanças estruturais em diferentes níveis, com um carácter duradouro<sup>355</sup>. De forma a viabilizar a estratégia defendida, a DTH promoveu, como já foi referido, a realização de encontros, proporcionando debates sobre as problemáticas relacionadas com o sector. Paralelamente, foram realizados ateliers comunitários, contando com a participação de membros do governo, de promotores turísticos, de operadores e agentes de viagens, de líderes locais<sup>356</sup> e de observadores externos.

No capítulo referente aos alojamentos ecológicos rurais analisamos as cinco iniciativas em curso, concentradas na ilha de São Tomé, implementadas em antigas unidades agrícolas: as roças de Bombaim, de S. João, de Monte Forte, da Colónia Açoreana e do Chamiço. Da observação associada à informação recolhida junto dos promotores e dos representantes comunitários, pudemos perceber que as cinco experiências observadas se caracterizam diferentemente, particularizando-se pelos serviços oferecidos, pelos apoios recebidos e pelas relações estabelecidas com as comunidades envolventes, sendo os resultados diferenciados.

### **3.1. ROÇA BOMBAIM<sup>357</sup>**

A actual Roça Bombaim<sup>358</sup> é uma empresa agropecuária e turística, de natureza familiar, com capital nacional privado, cujos promotores têm procurado dinamizar como projecto integrado, através da conjugação de diferentes actividades produtivas, entendidas como complementares.

<sup>355</sup> Discurso proferido na sessão de abertura do “Seminário Internacional sobre o Ecoturismo”.

<sup>356</sup> Líderes locais são os representantes das comunidades envolvidas nos projectos de turismo (cf. Segunda Parte, I., 2.).

<sup>357</sup> As informações apresentadas para a caracterização do projecto agropecuário e turístico de Bombaim foram disponibilizadas pelos promotores, Luiz Mário e Genoveva, na entrevista comunitária com os representantes, nos diferentes momentos de contactos e visitas informais, bem como no decurso dos ateliers comunitários realizados e promovidos pela DTH, nos quais participámos, sendo ainda desenvolvida a técnica da observação.

<sup>358</sup> A Roça Bombaim era uma antiga dependência da Roça de S. Paulo, tendo sido progressivamente abandonada após a independência, sofrendo os efeitos da degradação por falta de manutenção e de cuidado com a sua recuperação. Em

Originariamente, e durante todo o período colonial, a actividade produtiva da unidade concentrou-se na agricultura de exportação, sobretudo no que respeita aos dois principais produtos – o cacau e o café – tendo adquirido, ao longo do tempo, capacidade de auto-suficiência produtiva, tanto em termos agrícolas como pecuários.

As comunidades residentes na envolvência da Roça, nomeadamente Bombaim e Santa Adelaide<sup>359</sup>, têm estado, desde sempre, maioritariamente dedicadas às actividades do sector primário, nomeadamente à agricultura, à criação de gado, à recolocção e à caça, privilegiando o consumo para subsistência, dadas as dificuldades de acesso e de comunicações que viabilizem as actividades comerciais.

Qualquer uma das comunidades principais é caracterizada pela antiguidade e pela identificação territorial, dado que, apesar da data da fixação não estar identificada, foi referido ter-se processado aquando do início da exploração da unidade agrícola.

As condições de vida<sup>360</sup> das comunidades envolventes revelaram-se precárias, já que as casas evidenciaram um elevado estado de degradação, com um inadequado ratio de número de habitantes por metro quadrado, tendo em conta a dimensão dos agregados familiares. De forma complementar, não dispunham dos requisitos mínimos de saneamento, salubridade e iluminação. A título exemplificativo, da observação efectuada no decorrer das visitas, pudemos constatar que a água potável e corrente era inexistente, não dispoendo, as habitações, de casas de banho.

Os principais objectivos presentes, desde o início da implementação do projecto, com a reabilitação arquitectónica dos principais edifícios da Roça, foram a recuperação do passado histórico da antiga unidade de exploração agrícola e a revitalização da cultura santomense. A Casa Grande começou a ser reabilitada em 1993, procurando os promotores, sempre que possível, adequar os materiais utilizados, recorrendo aos disponíveis na região, tais como a madeira e o bambu, de forma a preservar, não só o traçado original como também, o ambiente marcado pela ruralidade e tradicionalmente vivido. Contudo, da observação directa pudemos

---

1993, e após a entrega da exploração por parte do Estado, os actuais promotores iniciaram o processo de investimento com o objectivo da reabilitação da Casa Grande para aproveitamento turístico, estando em 2003 a iniciar o processo de recuperação de edifícios adjacentes.

<sup>359</sup> As comunidades de Bombaim e de Santa Adelaide foram contactadas através de entrevistas aos representantes no decurso dos ateliers comunitários.

<sup>360</sup> Informação sistematizada a partir da observação directa, dado ter sido particularmente difícil a recolha de dados e a operacionalização das condições habitacionais, educativas, de saúde pública entre outros indicadores possíveis.

constatar a introdução de alguns materiais novos, tais como o cimento e o mosaico, principalmente adaptados às zonas térreas e de transição entre o exterior e o interior da Casa Grande, que os promotores justificaram ter sido apenas utilizados de forma temporária.

Paralelamente, houve uma preocupação com a rentabilização das infraestruturas disponíveis associada à possibilidade de dinamização comunitária, promovendo uma melhoria nas condições de vida da população local e modernizando as mentalidades. Assim, uma preocupação complementar foi a revitalização do sector produtivo, tradicionalmente agrícola, incentivando o desenvolvimento das actividades produtivas tradicionais, gerando emprego com novas e diversificadas ocupações, nomeadamente para os próprios promotores.

Actualmente, uma das prioridades referidas tem sido a dinamização turística, após a conclusão da reabilitação de 11 quartos, dispendo de uma capacidade máxima total de acolhimento de 22 pessoas. Os serviços directos prestados pelo projecto são o alojamento e a restauração<sup>361</sup>.

As principais categorias turísticas (cf. Primeira Parte, I., 1.2.2.) encontradas em Bombaim são as de lazer, de natureza com características rurais e culturais, dado que as motivações do turista que procura a roça são a possibilidade de efectuar percursos pedestres, observar a natureza, descansar, contactar com as comunidades locais e com a cultura autóctone, tirar fotografias e estudar.

No geral, a prática de actividades ecoturísticas tem sido favorecida pelas características ambientais do meio envolvente – além de ser uma roça, situa-se num vale, no interior da ilha de São Tomé, estando rodeada por densa vegetação florestal, onde habitam espécies animais endémicas. Mas por outro lado, vivem comunidades locais, que se regem pelos padrões culturais tradicionais, dado o isolamento e as dificuldades de contacto com os meios urbanos, decorrentes do estado da estrada de ligação<sup>362</sup>. Por fim, pelas características arquitectónicas mantidas, que revelam História e um passado, que os promotores têm procurado recriar e reconstituir com alguma precisão.

O turista tipo que tem procurado alojar-se em Bombaim, pode ser classificado como explorador, amante da natureza e experimental, viajando maioritariamente em pequenos

---

<sup>361</sup> Na Roça de Bombaim é possível associar o alojamento com a restauração, apenas a visita ou a visita com restauração.

<sup>362</sup> A estrada de ligação entre Bombaim e a Milagrosa, sendo picada, encontra-se de tal forma degradada que só permite a passagem de um veículo de cada vez, não só pela largura, mas sobretudo por se caracterizar por declives em precipício.

grupos ou efectuando directamente os contactos com os promotores. Em termos de nacionalidade é tendencialmente oriundo de países da Europa Central.

Dadas as características da iniciativa e as especificidades que caracterizam as comunidades envolventes, os contactos entre os promotores e as populações têm tido um carácter permanente, sendo fundamentados numa filosofia de reciprocidade, de colaboração mútua e incondicional<sup>363</sup>.

Os promotores apoiaram a criação permanente de novos postos de trabalho, nomeadamente os que se relacionam com a prestação directa de serviços turísticos, recorrendo ao trabalho contratado, em função das necessidades<sup>364</sup>.

Por outro lado, os promotores têm garantido a negociação e a aquisição da totalidade de produção agropecuária e do artesanato apresentado, pelo que foi criada uma rede produtiva de base comunitária para o escoamento da produção. De forma complementar, alguns membros das comunidades envolvidas têm colaborado na reabilitação das infraestruturas e sobretudo da Casa Grande. Por fim, e sempre que necessário, dado o excessivo isolamento com que a região se tem confrontado, pelas difíceis acessibilidades, os promotores têm facilitado, sempre que necessário, o transporte e a aquisição de medicamentos.

Os promotores têm revelado preocupação com os problemas ambientais característicos da região, agravados pela utilização e pelo consumo excessivos, por parte das comunidades, em relação a algumas espécies animais e florestais, pelo que têm realizado reuniões periódicas com os líderes, com o objectivo da sensibilização.

Os resultados esperados decorrentes da implementação e do desenvolvimento do projecto são, de forma prioritária, o retorno do investimento efectuado, associando-se também a reabilitação total das infraestruturas e a revalorização do historial da família na Roça.

De forma paralela, espera-se que as comunidades locais beneficiem em diferentes níveis com a iniciativa: pela possibilidade de promover a diversificação produtiva, desenvolvendo as actividades tradicionais do sector primário; pela relação estabelecida, de forma directa, entre os factores formação, reconversão profissional e emprego; pelas alterações no nível dos

---

<sup>363</sup> Informação confirmada pelas entrevistas realizadas com os promotores e com os líderes comunitários, através da observação directa e pelos contactos informais estabelecidos nas diversas visitas realizadas.

<sup>364</sup> A Roça Bombaim conta com 5 empregados directos e permanentes, entre a cozinha, o atendimento e a arrumação e limpeza. Por outro lado e de forma regular contrata 30 empregados para o desempenho de funções indirectas.

rendimentos familiares; pela adaptação dos hábitos, nomeadamente de higiene e limpeza, requeridos pelos promotores, para o contacto com os visitantes.

No que concerne aos resultados positivos para o país, espera-se que a dinamização do projecto permita viabilizar a melhoria nos acessos à capital, principalmente em relação à estrada de acesso e que serve o projecto, mas também as duas principais comunidades envolventes.

O processo de implementação do projecto tem sido moroso, dado que os promotores têm sentido os efeitos de alguns factores condicionantes, tais como a falta de financiamento e de apoios, seja por parte do Estado ou de investidores privados e a dificuldade em estabelecer parcerias, tanto nacionais como internacionais.

Na verdade, as únicas parcerias estabelecidas e referidas pelos promotores não são, de forma imediata, concretas, resultando numa colaboração informal com as agências de viagens santomenses<sup>365</sup>, que prevêm, nos seus programas, a passagem pela Roça recorrendo aos serviços de alojamento e restauração. Por outro lado, os outros apoios recebidos e mencionados pelos promotores respeitam a créditos bonificados para a reabilitação<sup>366</sup>.

Algumas das limitações referidas e sentidas, desde o início, não foram ultrapassadas ao fim de dez anos de trabalho, principalmente no que respeita à carência de apoios. De forma agravada, a continuidade do projecto tem sofrido o efeito de outras contingências, que têm resultado na degradação de algumas infraestruturas de apoio, bem como na má utilização que, em algumas circunstâncias, lhes tem sido dada. Este é o caso das canalizações e do tratamento de água para consumo, que os promotores ainda não conseguiram resolver, mas que esperam no futuro ter os meios necessários para o fazer.

Os limites, que não foram ainda ultrapassados, respeitam sobretudo à inexistência de recursos físicos e sociais de apoio, entre os quais a creche, a escola e os meios hospitalares e sanitários. Tornou-se ainda evidente outro problema, resultante das características e da mentalidade das comunidades envolventes, que consiste na caça excessiva e não controlada de espécies animais para o consumo familiar, pela existência de lógicas tendentes à auto-subsistência, ou

---

<sup>365</sup> A principal parceria, e que tem tido um carácter de regularidade, é com a agência de viagens Navetur e que resulta no alojamento semanal de turistas estrangeiros.

<sup>366</sup> Os promotores beneficiaram de um crédito de 30 mil dólares EUA com bonificação de 5%.

para venda. Nestas comunidades, podem destacar-se principalmente os casos do macaco, do morcego e da cobra preta.

As perspectivas e os cenários futuros para o desenvolvimento integrado do projecto agro-turístico de Bombaim são particularmente inovadoras. Os promotores pretendem diversificar os serviços oferecidos, ousando introduzir uma variante, em termos de segmento turístico, que respeita à vertente do desporto profissional. Assim, têm como ideal a criação de um campo de treino, de forma a viabilizar a dinamização de um centro de estágio para desportistas.

Ao nível comunitário espera-se que, com o desenvolvimento do projecto, os estratos etários mais jovens se fixem na região, encontrando novas formas produtivas e alternativas às tradicionalmente praticadas, evitando a desertificação da zona causada pela deslocação para a cidade, em busca de melhores condições de vida.

### **3.2. ROÇA S. JOÃO<sup>367</sup>**

A actual Roça S. João<sup>368</sup> é, tal como o caso anteriormente analisado, um projecto integrado, que associa o sector agropecuário ao turístico, tendo os promotores, ao longo do tempo de actividade, procurado promover todas as actividades produtivas, com capital nacional privado.

A iniciativa tem sido entendida pelos promotores como um projecto de vida, sendo um espaço que tem sido recriado lentamente, ao longo do tempo, e em função da disponibilidade financeira. O principal traço caracterizador, que distingue esta roça das restantes em estudo, é o espírito inovador e criativo presente na associação entre elementos culturais tradicionais e modernos, evidenciados na recuperação arquitectónica e na decoração, nas actividades desenvolvidas e nos contactos estabelecidos pelos promotores com as comunidades locais e com os visitantes.

---

<sup>367</sup> As informações apresentadas para a caracterização do projecto turístico integrado de S. João foram disponibilizadas pelos promotores, João Carlos Silva e Isaura Carvalho, nos contactos comunitários com os representantes, nos diferentes momentos de contactos e visitas informais, bem como no decurso dos ateliers comunitários realizados e promovidos pela DTH, nos quais participámos, sendo ainda desenvolvida a técnica da observação.

<sup>368</sup> A Roça S. João era uma antiga dependência da Roça de Uba Budo, tendo sido o pai do promotor o administrador. O espaço foi estando progressivamente desaproveitado, até que os promotores deram início à recuperação e reabilitação para fins turísticos.



Originariamente, as principais actividades produtivas da unidade fundamentavam-se na exploração agrícola, nomeadamente de cacau e de café, bem como de produção pecuária. Com a independência a produção estagnou e a Casa Grande sofreu os efeitos da degradação, pelo que, em 1993, os actuais promotores deram início a um longo processo de recuperação e de reabilitação dos principais elementos arquitectónicos, que tem durado até hoje.

As comunidades residentes na envolvência da Roça, nomeadamente S. João e Angolares<sup>369</sup>, têm estado, desde sempre, maioritariamente dedicadas às actividades do sector primário – agricultura, criação de gado e pesca – privilegiando o consumo para subsistência e comercializando os excedentes, através do método tradicional da troca directa ou nas feiras e nos mercados das cidades e das aldeias mais próximas.

Tanto a comunidade de S. João, de origem cabo-verdiana, como a de Angolares, de origem angolana, são caracterizadas pela antiguidade e pela fixação territorial, tendo criado identidade com o espaço físico. A data da fixação das comunidades não está confirmada, sendo comum identificar a origem dos angolares com o início do período colonial, após o naufrágio de um barco de escravos oriundos de Angola (cf. Segunda Parte, II., 1.2.), e a fixação da comunidade cabo-verdiana com a mão-de-obra contratada para o trabalho agrícola nas roças.

Da observação directa, pudemos constatar que as condições de vida<sup>370</sup> das comunidades se revelaram precárias, principalmente em S. João, evidenciando as casas um elevado estado de degradação e encontrando-se a maioria da população a viver na antiga senzala. Particularizando, podemos confirmar a coabitação de um elevado número de indivíduos por metro quadrado, sem se verificarem os requisitos mínimos de saneamento, salubridade e iluminação.

Na verdade, nas diversas visitas efectuadas à roça, pudemos perceber, pelo discurso dos promotores, pelas atitudes que a observação permitiu registar e pelo relacionamento estabelecido com as comunidades, que o processo de reabilitação arquitectónica, associado ao desenvolvimento da iniciativa, tem sido equacionada com objectivos pessoais, revelando-se compensador, pelo prazer implícito. A Roça de S. João foi transformada num projecto de

---

<sup>369</sup> As comunidades de S. João e Angolares foram contactadas através de entrevistas com os líderes e seus representantes.

<sup>370</sup> No decorrer da observação, evidenciou-se difícil a recolha de dados relativos às condições habitacionais, educativas e de saúde pública.

vida, em que os exploradores demonstram gosto e prazer pelas actividades e pela exploração dos recursos, não a entendendo apenas como uma actividade profissional.

Na verdade, podemos afirmar que, por comparação com as restantes iniciativas estudadas, foi adoptada uma estratégia que pode ser considerada única, não só do ponto de vista da integração de vários sectores produtivos, mas sobretudo em relação à integração comunitária.

Neste caso, os contactos entre os promotores, as comunidades e os turistas são o fundamento da estratégia turística, dado que a filosofia implícita se tem baseado na concepção da vida comunitária, da participação e do envolvimento de todos os membros na vida do projecto, na partilha de objectivos, de tarefas e de benefícios. Assim, pode afirmar-se que se tem procurado rentabilizar os recursos disponíveis, a nível material e humano, com valorização dos saberes-fazer técnicos, profissionais e criativos.

A Casa Grande começou a ser reabilitada em 1993, com a utilização dos materiais disponíveis localmente<sup>371</sup>, de forma a preservar o património arquitectónico, recriando o ambiente anteriormente vivido na Roça.

Foi também manifestada, por parte dos promotores, uma preocupação no sentido da rentabilização das infraestruturas disponíveis associada à valorização cultural das comunidades, promovendo a melhoria das condições de vida e a modernização das mentalidades. Assim, foram criados cinco postos de trabalho directos e permanentes, com características de polivalência funcional, sendo contratada mão-de-obra, em regime de prestação de serviços, dependendo das necessidades.

A dinamização turística tem sido bem sucedida, situação confirmada pela elevada taxa de ocupação, estando normalmente completa aos fins de semana, bem como numa parte da semana. A capacidade máxima total de acolhimento é de 12 pessoas, dispondo um total de cinco quartos reabilitados e encontrando-se em fase de recuperação de outros alojamentos.

Aquando das visitas, os serviços turísticos directos prestados eram o alojamento associado à restauração<sup>372</sup>, a venda do artesanato produzido no Centro de Artes, por artesãos locais, e na presença dos visitantes, a animação ao vivo, com o Grupo de Bulaué, constituído também por elementos oriundos das comunidades.

---

<sup>371</sup> Os materiais mais utilizados na recuperação da Casa Grande foram as madeiras, sobretudo Gôgô, recorrendo a recursos como a telha, as velas e as tochas de papaia verde, juta e óleo de palma para a iluminação.

<sup>372</sup> Na Roça de S. João é possível associar o alojamento com a restauração, apenas a visita ou a visita com restauração.

As principais categorias turísticas (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2.) encontradas em S. João são a de lazer, de natureza com características rurais e a cultural, dado que as motivações do turista que visita a roça são a possibilidade de contactar com a natureza, a contemplação e a observação das paisagens, o contacto com as comunidades locais e a fotografia.

No geral, a prática de actividades ecoturísticas tem sido favorecida pelas características ambientais do meio envolvente. Por um lado, é uma roça, que geograficamente se situa num ponto alto e privilegiado, beneficiando de uma vista particular sobre a baía de Angolares, uma panorâmica para o mar e para a floresta, com densa vegetação. Por outro lado, situa-se na proximidade de uma das praias mais apreciadas pelos turistas, Micondó, distando de cerca de 45 km das praias do sul da ilha, que sendo menos procuradas recolhem normalmente as preferências dos visitantes. Assim, o Projecto agro-turístico de S. João associa as actividades balneares às florestais, de observação e ao repouso.

O turista tipo que, ao longo do tempo, tem procurado alojamento na roça, pode ser classificado como explorador, amante da natureza e experimental, viajando maioritariamente em pequenos grupos ou efectuando os contactos com os promotores de forma directa (cf. Primeira Parte, II., 2.), reunindo as principais características do viajante responsável. Em termos de nacionalidade era tendencialmente oriundo de países da Europa Central e Ocidental, com destaque para os portugueses residentes e em missões de cooperação, que têm procurado a roça, principalmente aos fins de semana.

De acordo com a informação anteriormente apresentada, decorrente da observação directa, os contactos entre os promotores e as populações locais têm tido um carácter permanente sendo caracterizados como “teias de relações e de cumplicidades”<sup>373</sup>. De facto, os promotores conhecem as comunidades envolventes, de S. João e de Angolares, há muito, dado que a história familiar do promotor tem sido referenciada na roça.

O projecto de S. João é entendido como comum, não se estabelecendo uma diferenciação entre os objectivos dos promotores e das comunidades<sup>374</sup>, pelo que o trabalho e o desempenho das actividades, é entendido de forma partilhada. A título exemplificativo, podemos referir as tarefas de reconstrução e de manutenção, as actividades produtivas nomeadamente agropecuárias e de transformação e o contacto com os turistas. Assim, os membros das

---

<sup>373</sup> Expressão utilizada frequentemente pelo promotor João Carlos Silva.

<sup>374</sup> Esta informação é confirmada pelas comunidades.

comunidades têm prestado um contributo importante na reabilitação das infraestruturas e sobretudo da Casa Grande, que tem sido aproveitada para fins turísticos. Por outro lado, os promotores têm adquirido a produção obtida pelas populações agrícola, piscatória e de vinhateiros, incentivando à criação de um ritmo produtivo contínuo.

Os promotores contactam permanentemente com os líderes comunitários, no sentido de recolherem sugestões, propostas e informação acerca dos problemas sentidos e sobre a melhor forma de os solucionar, tendo em conta que os representantes estabelecem a ponte com as comunidades.

No que respeita às preocupações ambientais, os promotores têm sensibilizado as comunidades para a necessidade de aproveitamento dos recursos disponíveis, de forma racional e sem que o consumo no futuro seja posto em causa<sup>375</sup>, verificando-se uma tentativa de responsabilizar as famílias, transmitindo-lhes, mesmo que de forma indirecta, noções de sustentabilidade.

Os resultados decorrentes da exploração turística da roça, para os promotores, tem sido a compensação pela concretização de um projecto pessoal, feito à medida, e no qual tem sido investido capital financeiro, tempo e expectativas. De forma secundária, pode ser referida a possibilidade de rentabilização financeira e de recuperação do capital investido, ao longo dos dez anos de trabalho.

Para as comunidades locais, os benefícios resultam na possibilidade de criar novos postos de trabalho, alternativos mas complementares às funções tradicionalmente desenvolvidas, tais como a prestação directa de serviços, com contacto com os turistas, e reconverter alguns dos existentes, vocacionados de forma particular para a população mais velha. Estes são os casos dos contadores de histórias e da possibilidade de recuperação de tradições culturais, por exemplo sob a forma gastronómica, das músicas e das danças, entre outros aspectos.

Os promotores têm incentivado, com um carácter de regularidade, as comunidades, no sentido de incrementar a produção agrícola, pecuária, bovina e piscatória, por serem consideradas como a base do desenvolvimento da actividade turística, permitindo criar uma lógica de sustentabilidade produtiva, através da identificação de uma rede de fornecedores.

A gastronomia que caracteriza as comunidades dos angolares e a cabo-verdiana tem sido particularmente valorizada e divulgada, pela ementa apresentada e pelos pratos servidos, às

---

<sup>375</sup> Informação recolhida aquando da realização dos ateliers comunitários em Junho de 2003.

refeições – pratos típicos confeccionados exclusivamente com os produtos locais e de acordo com as receitas tradicionais, pelo que os traços e as práticas culturais das comunidades são promovidos pela especificidade e pela diferença.

Dadas as características inerentes ao projecto, a auto-estima comunitária tem sido reforçada, nomeadamente pelo incentivo à fixação das populações através da promoção e do aumento das qualificações académicas, formais e informais, com a fixação de um professor com carácter de permanência, bem como pela valorização da produção artística, sobretudo para a população mais jovem. Assim, os promotores têm manifestamente procurado valorizar a vida comunitária, reforçando a noção de identidade, pelo desenvolvimento do trabalho com base no estabelecimento de parcerias entre os diferentes actores envolvidos.

A continuidade do projecto tem sido particularmente dificultada, segundo os promotores, por condicionalismos relacionados com a falta de financiamento e de apoios, com particular destaque para o Estado. Alguns dos problemas sentidos não foram ultrapassados com o desenvolvimento da actividade, nomeadamente os relacionados com a falta de apoios financeiros e com a ausência de envolvimento do Estado. Os promotores referiram ainda as dificuldades de relacionamento com o poder local, sendo caracterizado como insuficiente. Por fim, foi referida a ausência de uma estrutura integrada de formação que viabilize e sustente o projecto educativo em curso na roça, tendo como destinatários a população infantil e jovem das duas comunidades envolvidas.

As perspectivas e os cenários futuros para o desenvolvimento do projecto agro-turístico integrado de S. João respeitam internamente à conclusão da fase de alargamento da Casa Grande, à introdução da electricidade, à transformação da varanda e à reabilitação de mais quartos, permitindo aumentar a capacidade de alojamento e conseqüentemente a oferta.

No sentido de diversificar a oferta de produtos comercializáveis, os promotores pretendem introduzir novos produtos, nomeadamente da criação de uma destilaria de perfume com a essência do ylang-ylang<sup>376</sup>. Paralelamente, têm o objectivo de incentivar o trabalho em rede, com parcerias, dando continuidade às já estabelecidas de ordem comunitária, bem como às

---

<sup>376</sup> O ylang-ylang é a flor perfumada, de uma árvore, muito apreciada pelos principais criadores de perfumes mundiais, pela possibilidade de transformação da essência. Na RDSTP, o ylang-ylang é normalmente utilizado para perfumar as casas, de forma particular os quartos porque lhe são atribuídas afrodisíacas.

institucionais, iniciadas com a DTH. Por fim, espera-se ainda que a estrada de ligação, tanto à capital como ao sul, seja recuperada de forma a facilitar a acessibilidade.

### **3.3. ROÇA MONTE FORTE**<sup>377</sup>

A actual Roça Monte Forte é, de todos os projectos estudados, o mais recente, que procura enquadrar-se na lógica do turismo integrado, iniciado em 2003, que procura associar diferentes actividades produtivas, nomeadamente a produção agrícola, a pecuária, a transformação de matérias primas e o turismo, sendo o capital privado e de origem nacional.

A iniciativa tem sido entendida pelo promotor como um projecto pessoal, por ter uma ligação de natureza familiar com o espaço, tendo dedicado uma parte da sua vida à exploração produtiva. A ideia da recuperação arquitectónica da Casa Grande para fins turísticos foi apoiada e incentivada por familiares e amigos, bem como pelos representantes da agência de viagens dedicada ao ecoturismo, Navetur.

Monte Forte produziu, desde sempre, produtos agrícolas, nomeadamente café e andim, com meios para efectivar a transformação local do óleo de palma, comercializado nas aldeias mais próximas e para consumo local.

As comunidades residentes na envolvência da Roça, nomeadamente Generosa, Neves, Ribeira Palma e Monte Forte<sup>378</sup>, têm estado, desde sempre, ligadas ao sector primário, nomeadamente através das actividades agrícola, piscatória, de recollecção e da caça, destinando-se a produção prioritariamente ao auto-consumo, para subsistência, e para comercializando dos excedentes.

Qualquer uma das comunidades é caracterizada pela antiguidade e por uma referenciação identitária com o território, confrontando-se com problemas directos, no que respeita às acessibilidades e transportes para a capital, mas sobretudo com a educação dos mais jovens, dada a carência de infraestruturas adequadas. Da observação, constatámos que as condições de vida<sup>379</sup> se revelaram precárias, se bem que diferenciadas em função das comunidades, sendo comuns as casas degradadas com um elevado número de habitantes por metro

---

<sup>377</sup> As informações apresentadas para a caracterização do projecto turístico integrado de Monte Forte foram disponibilizadas pelo promotor, Jerónimo, na entrevista comunitária com os representantes, nos diferentes momentos de contactos e visitas informais, bem como no decurso dos ateliers comunitários realizados e promovidos pela DTH, nos quais participámos, sendo ainda desenvolvida a técnica da observação.

<sup>378</sup> As comunidades da Generosa, Neves, Ribeira Palma e Monte Forte foram contactadas através de entrevistas com os líderes e seus representantes.

<sup>379</sup> Informação sistematizada a partir da observação directa, dado ter sido particularmente difícil a recolha de dados e a operacionalização das condições habitacionais, educativas, de saúde pública entre outros indicadores possíveis.

quadrado, sem disporem de requisitos mínimos no que respeita a saneamento, salubridade e iluminação.

O objectivo inicial do projecto foi a reabilitação arquitectónica da Casa Grande e de outros edifícios com interesse turístico, por se encontrarem num estado de degradação considerável. De forma associada, e num curto período de tempo, o promotor procurou encontrar formas complementares de ocupação e de rentabilização dos recursos disponíveis, bem como da sua capacidade de trabalho, adoptando uma estratégia de criação do próprio emprego. Um outro objectivo implícito foi o incentivo à regularidade produtiva, sobretudo no que respeita aos sectores agrícola e pecuário.

Na reabilitação da Casa Grande, que ocorreu em 2003, foram utilizados os materiais disponíveis localmente<sup>380</sup>, de forma a permitir recriar, do ponto de vista patrimonial e arquitectónico, o ambiente tradicionalmente vivido na roça.

Dado o projecto estar ainda numa fase inicial, foram criados apenas três postos de trabalho directos, com um carácter de permanência, sendo caracteristicamente familiares. Pelo facto da criação de emprego ser limitada, têm sido adoptados os princípios da polivalência funcional, contratando-se, sempre que necessário, mão-de-obra em regime de prestação de serviços. No início da actividade, Monte Forte dispunha de capacidade máxima de acolhimento para 15 pessoas, com sete quartos reabilitados, encontrando-se em nova fase de recuperação.

Os serviços turísticos directos prestados, aquando das visitas, foram o alojamento associado à restauração<sup>381</sup>, as visitas guiadas às instalações, com fornecimento de explicações sobre os recursos e o historial da unidade, bem como a possibilidade de realizar percursos pedestres pelos antigos trilhos da roça, acompanhados por guias locais.

As actividades culturais desenvolvidas têm tido um traço de espontaneidade, evidenciando uma fraca contratualização<sup>382</sup> entre o promotor e os grupos comunitários locais, sobretudo no que respeita à actuação musical. No decorrer das sessões culturais observadas, foi percebido o carácter de naturalidade e de improviso, presente nos momentos de lazer da vida comunitária.

As categorias turísticas (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2.) que têm procurado Monte Forte não foram identificadas e definidas, pelo promotor, com facilidade, dado que a actividade se

---

<sup>380</sup> Os materiais mais utilizados na recuperação da Casa Grande foram as madeiras, sendo também aplicados mosaicos, pouco adaptados aos restantes materiais, em algumas zonas da casa.

<sup>381</sup> Na Roça Monte Forte é possível associar o alojamento com a restauração, apenas a visita ou a visita com restauração.

<sup>382</sup> Informação recolhida mediante observação directa.

encontra ainda no início. Contudo, adiantou serem visitantes que procuram o contacto com a natureza, motivados pela possibilidade de contemplação e de observação das paisagens, de realização de percursos pedestres, de contacto com as comunidades e de fotografia. De forma consequente, a identificação do turista tipo apresentou-se dificultada, pela reduzida informação disponível, resultado do início da actividade. Contudo, o visitante da Roça, que procura alojamento, alimentação ou simplesmente conhecer, foi classificado como amante da natureza, viajando em pequenos grupos, e normalmente apoiado pela agência de viagens Navetur.

A prática do turismo ecológico tem sido valorizada, dadas as características ambientais do meio envolvente, e a situação geográfica - situa-se num ponto alto, beneficiando tanto de vista sobre a costa e o mar, como para a floresta densa, onde habitam espécies endémicas de animais e de plantas. O facto de ser a unidade agro-turística, situada mais a norte da ilha beneficia-a pelas especificidades que caracterizam a paisagem, bem como pela proximidade de um marco histórico nacional, Anambô – a zona do primeiro desembarque dos portugueses, no séc. XV. A roça permite a associação de actividades balneares e florestais, de observação e de repouso.

Por fim, dado que é a roça com maior diversidade de comunidades locais envolventes torna-se possível a troca de experiências e a valorização dos contactos entre os turistas e os membros comunitários, seja sob a forma de conversa ou de fotografia.

As relações entre os promotores e as diferentes comunidades locais têm sido definidas como de colaboração mútua e de apoio. O projecto foi considerado, tanto pelo promotor como pelos membros das comunidades envolvidas, como comum, não se diferenciando os objectivos dos promotores das das comunidades<sup>383</sup>, pelo que o trabalho e o desempenho das actividades tem sido entendido de forma partilhada.

Dos contactos que tivemos a oportunidade de estabelecer, constatámos uma preocupação com a colaboração mútua, de forma a ser promovida a concretização dos objectivos, seja a um nível produtivo e laboral, seja em termos de animação. Neste sentido, foi referida a possibilidade de criação de emprego directo e indirecto, para o desempenho de funções relacionadas com a actividade turística, mas também com a manutenção de trilhos e

---

<sup>383</sup> Esta informação é confirmada pelas comunidades.



capinagem, trabalho agrícola e de transformação. Paralelamente e relacionado com as funções de animação, foi referida a constituição de grupos locais, que, na altura das visitas e da observação directa, tinham ainda um carácter espontâneo e pouco estruturado.

No que respeita às preocupações ambientais, percebemos existir, através da realização de acções pontuais, uma tentativa de sensibilizar as comunidades para a limpeza dos trilhos e das praias, mas também de atender para a conservação das espécies, sobretudo animais<sup>384</sup>. Neste sentido, dado tratar-se de hábitos e práticas culturais enraizados, ainda não se verificaram alterações significativas, pelo que a caça e consumo de animais como a cobra preta, o macaco e o morcego continuam a ser uma realidade. A título exemplificativo, tivemos a oportunidade de contactar com caçadores de macaco, que nos explicaram a estratégia para a captura e a forma de o confeccionar, e quando questionados acerca da possibilidade de extinção demonstraram incredulidade.

A exploração turística da roça tem resultado, para o promotor, numa compensação pessoal pela possibilidade de concretizar de um sonho próprio – de reabilitar um espaço, ao qual se sente ligado a nível pessoal, pelo historial familiar.

As comunidades locais beneficiam principalmente com a criação de emprego, não só em actividades turísticas, dado que o projecto se encontra ainda numa fase incipiente de implementação, mas sobretudo pela possibilidade de dinamização das actividades tradicionais. Neste caso, são contempladas as actividades agrícolas, de transformação artesanal e de comercialização, como são os casos do andim e do óleo de palma anteriormente referidos, permitindo diversificar os postos de trabalho e as funções com eles relacionadas. Como efeito benéfico para as comunidades, podemos referir a possibilidade de introduzir melhorias nas condições de vida das populações locais, pelo acréscimo do rendimento das famílias.

A implementação do projecto tem sofrido os efeitos de alguns condicionalismos, directamente relacionados com a falta de financiamento e de apoios vários, entre os quais a ausência de parceiros e a falta de envolvimento por parte do Estado. Estes problemas foram referidos como tendo sido sentidos aquando do início da reabilitação, não tendo sido ainda ultrapassados. Os apoios recebidos foram caracterizados como pontuais, tendo sido

---

<sup>384</sup> Informação recolhida aquando da realização dos ateliers comunitários em Junho de 2003.

concedidos por organismos internacionais ou empresas estrangeiras, sendo particularmente destinados à reconstrução ou à implementação do projecto educativo em curso<sup>385</sup>.

O promotor manifestou ter expectativas quanto à continuidade ao processo de reabilitação da Casa Grande, nomeadamente com a recuperação de oito novos quartos, de forma a permitir, de forma consequente, aumentar a capacidade de acolhimento. Por outro lado, o promotor definiu como prioridade para o futuro, o estabelecimento de parcerias de colaboração com diferentes agentes socioeconómicos, como forma de criar regularidade na prestação de serviços turísticos, dando assim continuidade ao projecto e gerando sustentabilidade interna.

### **3.4. ROÇA COLÓNIA AÇOREANA**<sup>386</sup>

A Colónia Açoreana foi definida como uma empresa agro-turística, constituída com capital nacional e privado, que os promotores têm procurado dinamizar enquanto projecto integrado, pela conjugação de diferentes actividades produtivas, entendidas como complementares.

Originariamente a actividade produtiva da unidade concentrava-se na agricultura principalmente com características de exportação, tendo tido até hoje continuidade.

As comunidades residentes na envolvência da Roça, nomeadamente Colónia e Santa Cecília<sup>387</sup>, têm estado dedicadas ao sector primário, nomeadamente à agricultura e à criação de gado privilegiando a auto-subsistência das famílias.

Qualquer uma das comunidades principais é caracterizada pela antiguidade, e pela fixação de residência na roça, dado que muitas das famílias actuais são descendentes dos antigos trabalhadores agrícolas, de origem cabo-verdiana, que chegaram ao território durante o período colonial. A maioria das famílias continuou a trabalhar maioritariamente no sector primário, sobretudo desenvolvendo actividades agrícolas, produzindo principalmente para consumo próprio e vendendo os excedentes.

---

<sup>385</sup> Os principais apoios recebidos para a implementação do projecto educativo foram concedidos pelo PAM e pela UNICEF, e para a reabilitação, pela SOLAR.

<sup>386</sup> As informações apresentadas para a caracterização do projecto turístico da Colónia Açoreana foram disponibilizadas pela promotora, D. Alda, na entrevista comunitária com os representantes, nos diferentes momentos de contactos e visitas informais e no decurso dos ateliers comunitários, nos quais participámos, sendo ainda desenvolvida a técnica da observação.

<sup>387</sup> As comunidades de Colónia e de Santa Cecília foram contactadas através de entrevistas com os representantes.

As condições de vida<sup>388</sup> das famílias revelaram-se precárias, apesar das casas apresentarem cuidado exterior, confrontando-se contudo com os problemas encontrados nas outras roças visitadas – um elevado número de indivíduos a partilhar o mesmo espaço, habitações que não dispunham dos principais meios de saneamento, salubridade e iluminação; inexistência de água potável e corrente e ausência de casas de banho no interior das habitações.

O principal objectivo, presente na implementação do projecto, foi a rentabilização dos recursos disponíveis, gerando mais valias económicas para os promotores. De forma a dar continuidade, e numa fase inicial, procurou-se reabilitar as antigas casas de apoio à Casa Grande, pretendendo os promotores, a longo prazo, recuperá-la, valorizando o património arquitectónico e aumentando a capacidade de acolhimento na prestação de serviços turísticos. Aquando das visitas pudemos confirmar que a roça dispunha de referências culturais e identitárias, tais como aparelhos de comunicações e máquinas antigas, bem como objectos de valor histórico e patrimonial, pelo que os promotores tiveram a preocupação imediata de recuperar e de reunir esses elementos num museu, de forma organizada e sistematizada, permitindo a valorização do passado da unidade.

O início da reabilitação ocorreu em 1995, procurando os promotores utilizar apenas os materiais<sup>389</sup> disponíveis na região, de forma a preservar, não só o traçado original, como também o ambiente tradicional.

Actualmente, uma das prioridades tem sido a dinamização turística, após a conclusão em 2003 da recuperação de duas casas, com dois quartos cada uma, dispondo de uma capacidade máxima total de acolhimento de 19 pessoas. Os serviços directos prestados são o alojamento associado à restauração<sup>390</sup>, as visitas guiadas ao museu da roça e a venda de produtos agrícolas típicos e transformados localmente através de técnicas artesanais.

Apesar da exploração estar ainda no início, as principais categorias turísticas encontradas na Colónia Açoreana foram a de lazer, de natureza com características rurais e a cultural, dado que as motivações dos turistas se relacionam com a possibilidade de conhecer a história da roça, o contacto com as comunidades locais e a fotografia.

---

<sup>388</sup> Informação sistematizada a partir da observação directa, dado ter sido particularmente difícil a recolha de dados e a operacionalização das condições habitacionais, educativas, de saúde pública entre outros indicadores possíveis.

<sup>389</sup> Os materiais mais utilizados na recuperação das casas de apoio à Casa Grande foram a madeira, o tijolo e o cimento.

<sup>390</sup> Na Colónia Açoreana é possível associar o alojamento com a restauração, apenas a visita ou a visita com restauração e a promoção da História e da cultura através da visita ao museu.

O turismo ecológico tem sido favorecido pelas características ambientais do meio envolvente: a possibilidade de desenvolver a prática balnear, encontrando-se nas proximidades da Praia Colónia e da Praia das Sete Ondas, bem como actividades náuticas; as características do meio florestal; a vantagem de sentir a vida de uma roça, dada a proximidade entre as casas destinadas ao turismo e as habitações comunitárias.

A cultura tradicional tem sido particularmente valorizada pelos turistas que procuram visitar ou alojar-se na Colónia Açoreana, podendo contactar directamente com os hábitos e as práticas culturais, mas também conversar e fotografar.

O turista tipo pode ser classificado como amante da natureza, viajando maioritariamente em pequenos grupos ou efectuando os contactos com os promotores de forma directa. A maioria dos visitantes, até 2003, procurava apenas visitar as instalações e o museu, aumentar o conhecimento sobre o passado, pelo que no que respeita à identificação da origem têm coincidido com os portugueses residentes na cidade de São Tomé.

Dadas as características deste projecto, os contactos entre os promotores e as comunidades locais têm sido permanentes e fundamentados em princípios como a reciprocidade e a colaboração mútua<sup>391</sup>, porque ambas as partes têm entendido que os benefícios resultantes da implementação da iniciativa são múltiplos e com efeitos duradouros. O trabalho tem sido entendido como conjunto, sendo valorizada a troca de ideias e a apresentação de sugestões, tanto no que respeita aos trabalhos de construção, como à transformação e à produção de bens alimentares para venda directa, como são os casos das especiarias e dos doces.

Paralelamente e considerado como principal benefício para as comunidades envolvidas, pode ser referido o funcionamento da creche e da escola, representando iniciativas socioeducativas. Assim, por um lado, no decurso dos períodos escolares, as famílias dispõem de tempo para o desenvolvimento das actividades profissionais e no final das actividades pedagógicas e educativas, as crianças e os jovens não precisam de efectuar deslocações, dado que as instalações se encontram no interior do espaço físico da roça.

Com o projecto, a promotora conseguiu efectivar a criação de novos postos de trabalho que no futuro tendem a ser diversificados, deixando de estar unicamente fundamentados nas tarefas agrícolas, de construção e de transformação, para privilegiarem a prestação de serviços

---

<sup>391</sup> Informação confirmada pelos promotores e líderes comunitários, pela observação directa e pelos contactos informais estabelecidos nas visitas realizadas.

turísticos<sup>392</sup>. No que respeita às funções tradicionais, tem sido incentivada a continuidade produtiva, como forma de criar um ritmo contínuo, eliminando ou reduzindo as anteriores oscilações, dependentes das necessidades. Esta medida tem tido resultados positivos, dado que a promotora tem assegurado o escoamento da produção através da sua aquisição.

Assim, e como benefício para as comunidades, na sequência da criação de emprego, espera-se que as famílias, de qualquer uma das localidades envolvidas, tenham a possibilidade de aumentar os rendimentos, associando uma maior disponibilidade financeira à melhoria das condições de vida.

No que respeita aos problemas ambientais com os quais a roça se tem confrontado, tem-se registado uma preocupação com a limpeza das áreas comuns, nomeadamente as ruas e os jardins, através de acções de sensibilização com as comunidades, envolvendo os seus membros nas actividades programadas.

O processo de implementação do projecto tem sido moroso, dado que os promotores têm sentido os efeitos de condicionalismos, tais como a falta de financiamento e de apoios, não especificados, bem como a dificuldade em estabelecer parcerias.

Os apoios recebidos e referidos pelos promotores foram os concedidos pelas próprias comunidades, não tendo sido, algumas destas limitações, ultrapassadas, principalmente no que respeita à carência de apoios financeiros, por parte do Estado e dos empresários.

As perspectivas futuras para o desenvolvimento do projecto respeitam à recepção regular de turistas e ao estabelecimento de parcerias que viabilizem a recuperação da Casa Grande, esperando-se que seja possível a abertura de caminhos e trilhos para a realização de “trekking”.

### **3.5. ROCA CHAMICO**<sup>393</sup>

---

<sup>392</sup> No que respeita ao número de postos de trabalho directos, a promotora não especifica, situação explicada pelo facto de não terem ainda iniciado a recepção e acolhimento de turistas para pernoitar.

<sup>393</sup> As informações apresentadas para a caracterização do projecto turístico do Chamiço foram disponibilizadas pela promotora, D. Adozinda, na entrevista comunitária com os representantes, nos diferentes momentos de contactos e visitas informais, bem como no decurso dos ateliers comunitários realizados e promovidos pela DTH, nos quais participámos, sendo ainda desenvolvida a técnica da observação.

A actual Roça Chamiço<sup>394</sup> é uma empresa agro-turística com capital nacional e privado, cujos promotores têm procurado dinamizar enquanto projecto integrado, através da associação de diferentes actividades produtivas, entendidas a partir de um princípio de complementaridade.

Durante o período colonial, a principal actividade produtiva da unidade, enquanto dependência da Roça Monte Café, era a agricultura de exportação, sobretudo de café, produção que foi perdendo importância e visibilidade no comércio internacional, após a independência em 1975.

As comunidades residentes na envolvência da Roça – Poiso Alto, Boa Esperança, Água Coimbra e Caldeiras<sup>395</sup> - têm estado ligadas às actividades do sector primário, principalmente à agricultura, tentando diversificar para auto-consumo. Qualquer uma das comunidades é caracterizada pela antiguidade, sendo de origem cabo-verdiana e caracterizando-se por ser uma população jovem.

A observação directa permite-nos caracterizar as condições de vida<sup>396</sup> das populações locais, com base na identificação dos mesmos problemas registados nas situações anteriormente abordadas, como precárias, independentemente da comunidade, evidenciando as casas um elevado estado de degradação. Trata-se de agregados familiares numerosos, não dispoendo dos requisitos mínimos de saneamento, salubridade, iluminação, água potável e corrente ou de casas de banho.

O objectivo imediato foi a reabilitação arquitectónica da Casa Grande e das dependências, se bem que o processo se tenha revelado lento e caracterizado pela existência de factores condicionantes, que, tal como nas situações anteriores, reforça a ausência de apoio financeiro e estatal. A Casa Grande começou a ser reabilitada em 1996, procurando a promotora, sempre que possível, utilizar materiais adequados e disponíveis na região<sup>397</sup>, como meio de preservar o traçado original e o ambiente rural.

A principal prioridade tem sido a dinamização turística, após ter sido iniciada, em 2003, a reabilitação das dependências, permitindo a dinamização da capacidade de oferta de serviços

<sup>394</sup> A Roça do Chamiço era uma antiga dependência da Roça de Monte Café, tendo sido abandonada após a independência em 1975, sofrendo os efeitos da degradação por falta de manutenção e de cuidado com a sua recuperação. O pai da promotora era o feitor e, após a independência, a mãe continuou a viver na Casa Grande, apesar de degradada.

<sup>395</sup> As comunidades de Poiso Alto, Boa Esperança, Água Coimbra e Caldeiras foram contactadas através de entrevistas com os líderes e seus representantes.

<sup>396</sup> Informação sistematizada a partir da observação directa, dado ter sido particularmente difícil a recolha de dados e a operacionalização das condições habitacionais, educativas, de saúde pública entre outros indicadores possíveis.

<sup>397</sup> Os materiais mais utilizados na recuperação da Casa Grande foram as madeiras e o cimento.

turísticos. O projecto tem contado, até ao momento das visitas, com três quartos, dispondo de uma capacidade máxima de acolhimento de seis pessoas, sendo os principais serviços directos prestados, o alojamento e a restauração<sup>398</sup>.

As principais categorias turísticas encontradas no Chamiço são a de lazer, de natureza com características rurais e a cultural, dado que as motivações do turista que visita a roça se relacionam com o ambiente tranquilo propício à observação e à contemplação, bem como à possibilidade de realizar percursos pedestres. Um dos casos analisados no presente estudo recorreram ao Chamiço no decurso das actividades – o LZEC.

O incremento de actividades ecoturísticas tem sido favorecido pelas características ambientais do meio envolvente. Assim, além de ser uma roça, situa-se numa região florestal, rodeada de densa vegetação, onde habitam espécies endémicas faunísticas e florísticas e onde os percursos pedestres de reconhecimento e de contacto com a natureza são privilegiados. Por outro lado, um elevado número de comunidades locais vive de acordo com os padrões tradicionais, permitindo o contacto directo com as populações, os seus hábitos e práticas culturais.

O turista tipo que procura o Chamiço é caracteristicamente explorador, amante da natureza, viajando em pequenos grupos ou efectuando os contactos com os promotores de forma directa. Em termos de nacionalidade é maioritariamente português e residente no arquipélago. Dadas as características da iniciativa e as especificidades que caracterizam as comunidades envolventes, os contactos entre os promotores e as populações têm sido caracterizados pela diferença, dado que são variáveis em função da comunidade em questão<sup>399</sup>. Assim, da observação no decorrer dos ateliers comunitários, pudemos constatar a existência de situações díspares, que diferenciam as comunidades pelo tipo de contacto estabelecido com a promotora: líderes comunitários que se revelaram cooperantes, participando nas actividades de reconstrução, de produção e de comercialização e outros representantes que frontalmente acusaram a promotora de beneficiar umas comunidades em relação às restantes.

---

<sup>398</sup> Na Roça do Chamiço é possível associar o alojamento com a restauração, apenas a visita ou a visita com restauração.

<sup>399</sup> Informação confirmada pelos promotores e líderes comunitários, pela observação directa e pelos contactos informais estabelecidos nas visitas realizadas.

Os promotores viabilizaram a criação de novos postos de trabalho, nomeadamente os que se relacionam, de forma directa, com a prestação de serviços turísticos, tendo em 2003, nove trabalhadores directos e com um carácter de permanência.

De forma a conseguir um adequado atendimento, a promotora tem: introduzido a vertente formativa vocacionada para o desempenho funcional; procurado melhorar os acessos entre aldeias, a roça e a capital, de forma a minimizar os efeitos do isolamento; tem adquirido a produção comunitária, de forma a permitir uma sustentabilidade do projecto turístico, sobretudo no que respeita aos serviços de restauração.

No que respeita aos problemas ambientais, e dadas as características de consumo das comunidades envolvidas, a promotora tem realizado, com um carácter de regularidade, reuniões de sensibilização com os líderes comunitários. Os objectivos prendem-se com os temas da preservação ambiental, florestal e arborística, da capinagem e limpeza dos caminhos e trilhos, do respeito e da protecção de espécies animais.

Os resultados esperados decorrentes da implementação e do desenvolvimento do projecto são, de uma forma geral, a criação de uma rede de roças que tenha possibilidade de desenvolver trabalho no sector do turismo integrado, esperando-se que as comunidades locais beneficiem com a criação de novos postos de trabalho, com o aumento dos rendimentos e com a melhoria das condições de vida.

O processo de implementação do projecto tem sido marcado pela burocracia, dados os condicionalismos, como o elevado investimento necessário para a dinamização do projecto, na fase da reabilitação dos edifícios e da estrada de ligação, bem como os custos de publicidade. Algumas das limitações não foram ultrapassadas, principalmente no que respeita à ausência ou pelo menos insuficiência dos apoios recebidos, principalmente relacionados com as questões financeiras e com o Estado, que tem limitado a concessão de títulos definitivos de propriedade. De forma agravada, os promotores têm sentido dificuldades com a prossecução da formação, dado não existirem mecanismos formais de apoio. O Chamiço recorreu a uma linha de crédito para financiamento de uma parte da reabilitação, tendo também recolhido outros apoios, tais como material e conselhos e sugestões por parte de visitantes e da DTH.



As perspectivas e os cenários futuros para o desenvolvimento do projecto passam antes de mais pela conclusão da reabilitação dos quartos das dependências, que permitirá alargar a capacidade de acolhimento, bem como de reabilitação de infraestruturas de saneamento para que a oferta dos serviços turísticos seja completa e adequada às expectativas do turista. Paralelamente, está prevista a criação de áreas de lazer e a plantação de ylang-ylang. Por fim, a promotora tem expectativas em relação à criação de uma rede de parcerias que viabilizem a criação de sinalética e a melhoria dos meios de transporte, incluindo meios alternativos.

#### **4. OUTROS ALOJAMENTOS ECOLÓGICOS: ROTAS D'ÁFRICA**<sup>400</sup>

A prática do turismo ecológico tem estado referenciada a meios rurais (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2. e 2.), se bem que possa ser promovida e desenvolvida em zonas costeiras, a partir dos recursos marinhos, possibilitando a prática diversificada de um conjunto de actividades, tais como a observação e a protecção de espécies, o descanso e a contemplação.

Na RDSTP, os alojamentos vulgarmente classificados como ecológicos, por preservarem o meio natural envolvente, não têm sido apenas implementados em meio rural, dinamizados e explorados pela iniciativa privada santomense ou apoiados pelas estruturas arquitectónicas e patrimoniais das roças. Ao contrário, nestes casos, o investimento, a promoção e a gestão das iniciativas têm sido privados mas de origem estrangeira, sendo as estratégias promocionais e o marketing turístico desenvolvidos individualmente.

O caso estudado foi o Rolas Island Resort, situado geograficamente no Ilhéu das Rolas, sendo uma área concessionada por 30 anos, após negociação, em 1996, entre o Estado santomense e um grupo estrangeiro, de origem portuguesa com o objectivo da exploração turística. Este foi considerado o principal apoio recebido para a implementação do projecto.

O Rolas Island Resort foi definido pelos promotores como um projecto integrado, de natureza agro-turística, tendo a sua implementação cumprido o faseamento inicialmente previsto. Assim, no decorrer de 2000 foi iniciada a primeira fase de construção, procedendo-se, entre 2001 e 2002, à promoção turística e ao marketing em feiras internacionais, de forma à apresentação da iniciativa e à contratação com operadores internacionais. Durante 2003, os

---

<sup>400</sup> As informações apresentadas para a caracterização do Rolas Island Resort foram disponibilizadas pelo representante dos promotores, Hélder Marques, bem como nos diferentes momentos de contactos e visitas informais.

promotores estabeleceram acordos e parcerias com outras empresas, nomeadamente agências de viagens, operadores turísticos e companhias de aviação, permitindo a comercialização de semanas de férias, em pacotes competitivos relativamente a outros destinos<sup>401</sup>.

O princípio presente na negociação, entre o Estado e os investidores portugueses, foi a criação de um resort de elevada capacidade, que oferecesse serviços de qualidade, num ambiente natural preservado e num espaço marcado pelo simbolismo histórico.

O investimento total inicialmente previsto era de 3.2 milhões de dólares EUA, sem incluir o equipamento náutico, prevendo-se um total de 235 camas<sup>402</sup>.

Nas negociações iniciais foi acordada a criação de 50 novos postos de trabalho, dadas as características do projecto e as necessidades esperadas, tanto ao nível da prestação directa de serviços turísticos, como no que respeita à construção e à manutenção do complexo.

A taxa de ocupação média anual tem evidenciado uma tendência para o crescimento, se bem que progressiva, esperando os promotores atingir índices de 40%, no primeiro ano de actividade efectiva, e de 55%, no terceiro ano<sup>403</sup>.

O resort foi criado tendo presente a vocação para o turismo de elite, encontrando-se em funcionamento, desde o início da fase de reabilitação do edifício principal e da construção e alargamento dos bungalows, em 2000, tendo sido utilizados materiais locais que abundam na região, tais como as madeiras. Contudo, com base na observação directa, podemos registar que a decoração interior reflecte os padrões de conforto ocidentais, principalmente nos quartos, tendo sido os objectos e as peças de mobiliário integralmente importados.

Os promotores confrontaram-se com alguns problemas, que, com o tempo, não foram ultrapassados, representando condicionalismos ao desenvolvimento do projecto, nomeadamente as relações, qualificadas de difíceis, entre os promotores e as comunidades residentes no território do ilhéu. Na verdade, os promotores procuraram negociar, com as famílias fixadas na área concessionada, a saída do ilhéu, prevendo o realojamento em novas aldeias piscatórias, construídas de origem, sendo esta medida considerada, pelos promotores,

---

<sup>401</sup> Os pacotes turísticos mais comercializados foram os promocionais, oferecidos em parceria com a Air Luxor, até ao final de Junho de 2003 com as seguintes condições: 490 euros por pessoa em quarto duplo, em regime de meia pensão, sem bebidas mas com passagem aérea incluída. Após a conclusão do programa promocional, o resort estabeleceu parcerias com as duas companhias aéreas a operar para o arquipélago a partir da Europa.

<sup>402</sup> O número de 235 camas é o objectivo, dado que aquando das visitas por nós efectuadas, a capacidade máxima não ultrapassava as 100 pessoas.

<sup>403</sup> O resort recebeu turistas, cobrando tarifas promocionais para os residentes, desde 2000, antes de ser formalmente inaugurado, inicialmente na casa principal junto ao embarcadouro e mais tarde nos bungalows construídos.

uma iniciativa integrada. Contudo, a tentativa resultou de forma mal sucedida, dado que uma parte da população ofereceu resistência, não abandonando o espaço.

Em conversa informal com um dos promotores<sup>404</sup>, confirmámos que, com a comunidade de agricultores residente, foi negociado o abandono do ilhéu em troca de casas construídas e disponibilizadas pelos promotores. Mas, no que respeita à comunidade dos angolares, pescadores na sua maioria, a negociação verificou-se particularmente dificultada, já que, em 2003, os problemas permaneciam entre o grupo empresarial e as comunidades residentes.

Além destes problemas iniciais e relacionados com a negociação, os promotores referiram que, com frequência, as comunidades de pescadores, ainda residentes no ilhéu, vendiam produtos alimentares aos turistas, confeccionados de forma tradicional, originando que, de forma sucessiva, ocorressem situações de doença, atribuídas aos serviços prestados pelo resort<sup>405</sup>, sendo este factor definido como má publicidade.

As situações de conflito entre o representante dos promotores e as comunidades persistiram, podendo ser exemplificadas com a ocorrência da negação da possibilidade aos pescadores não residentes de aportarem nas praias, em qualquer circunstância.

Em 2003, e no decurso da nossa permanência no arquipélago, ocorreu uma situação de desaparecimento de pescadores durante uma tempestade no mar, após verem negada a autorização<sup>406</sup> para pernoitar numa praia. De acordo com os exemplos apresentados, podemos considerar que as relações entre os grupos comunitários e os promotores têm evidenciado um clima de conflito e não de colaboração mútua, pelo que a lógica de parceria tendente à participação e ao envolvimento comunitário não foram, neste caso, perceptíveis.

Apesar dos contactos com as comunidades estarem pouco facilitados, os promotores procuraram identificar os líderes ou representantes, tanto para a negociação das condições de abandono como para o incentivo à produção contínua, sobretudo agrícola e artesanal.

De forma a dar continuidade ao projecto, e dada a inexistência anterior de adequação funcional das qualificações, a direcção do resort tem procurado, com carácter regular,

<sup>404</sup> O promotor que forneceu a informação foi Manuel Rolo, que acabou por sair da sociedade criada em STP.

<sup>405</sup> É uma realidade o número crescente de reclamações recebidas pela direcção do resort e publicitadas para o exterior, através da internet e do serviço de e-mail, com o conhecimento da DTH. No que respeita a esta questão, não obtivemos informações conclusivas, dado que, por mais do que uma ocasião, nos deslocámos ao complexo e observámos inúmeras situações irregulares, tais como o inadequado tratamento da água da piscina, os cortes de energia eléctrica e o gelo.

<sup>406</sup> Na sequência deste incidente associado a outras situações pontuais de confronto directo com os órgãos de soberania, o responsável pelo resort, sócio e representante dos promotores, que residia no arquipélago desde o início, acompanhando de perto a implementação do projecto, foi expulso do país, mantendo-se contudo ligado à sociedade, mas em Portugal.

valorizar o desempenho nos serviços prestados, através da realização de cursos de formação para os funcionários, direccionados sectorial e funcionalmente.

Os principais objectivos que estiveram presentes, desde a negociação do acordo de concessão, foram prioritariamente a possibilidade de realização de investimento com recuperação do capital aplicado, a longo prazo, dado o elevado volume de negócios envolvido. De forma complementar evidenciaram preocupação com a promoção do turismo, tanto balnear como de natureza e de observação, e a vertente cultural e histórica, associando qualidade nos serviços prestados, o que não era comum no arquipélago, aquando das visitas iniciais efectuadas. Os restantes objectivos que se podem referir foram a valorização ambiental, traduzida na limpeza dos trilhos de ligação entre pontos de interesse, no interior do ilhéu, a preservação cultural e histórica, principalmente relacionada com o Marco do Equador e a integração comunitária.

A integração comunitária, a participação e o envolvimento das populações no projecto não foram confirmadas no decorrer da pesquisa, verificando-se algumas contradições na informação recolhida, em função do interlocutor, mesmo quando contactámos diferentes pessoas da organização do resort e que estiveram presentes desde o início. A informação mais coerente que conseguimos sistematizar foi no sentido dos promotores estarem divididos, desde sempre, entre a integração das comunidades residentes no ilhéu, maioritariamente de pescadores e com características de nomadismo, e a negociação para abandono do território.

Os principais benefícios para as comunidades locais envolvidas pelo projecto têm sido, de acordo com os promotores, diversificados. Assim, tem sido dinamizada a economia regional através da criação de novos postos de trabalho com adequada formação, capacitando as populações abrangidas, para o futuro. Os promotores procuraram ainda viabilizar o sistema de ensino para as populações mais jovens, identificando objectivos educativos, mediante a implementação do “Projecto Escola”.

O envolvimento e a integração das populações locais no desenvolvimento do projecto, conforme foi definido na Primeira Parte (cf. I., 3. e II., 2.), não se verificou. Contudo, têm sido evidente a criação de novos postos de trabalho para a população da região, associados à realização de acções formativas, possibilitando o aumento das qualificações com eventual reconversão profissional.

O representante dos promotores considerou que as comunidades locais têm beneficiado da possibilidade de usufruírem de habitações novas, dotadas de infraestruturas de saneamento, de água canalizada para consumo e de electricidade gratuita fornecida pelo resort<sup>407</sup>.

Em termos nacionais, além da iniciativa proporcionar a dinamização de toda a região sul do arquipélago, com base nas características locais, naturais ou humanas, as principais potencialidades do projecto respeitam à reabilitação da aldeia local, à melhoria das condições de vidas das comunidades envolvidas e à recuperação das instalações pré-existentes.

Os benefícios advindos para o país foram a dinamização do turismo e da prestação de serviços de qualidade, a criação e a manutenção de infraestruturas associadas à preservação ambiental, beneficiando o Estado com a cobrança de impostos e com a retenção financeira, representando a implementação e o desenvolvimento do projecto uma fonte nacional de receitas.

No que respeita à actividade turística, os principais serviços prestados têm respeitado ao alojamento associado à restauração<sup>408</sup>, bem como ao desenvolvimento de actividades de lazer, entre os quais se podem destacar os jogos, as piscinas, a praia, a observação de tartarugas, de baleias e de golfinhos<sup>409</sup>, a observação de pássaros, a realização de percursos pedestres pelo interior do ilhéu e a comemoração da presença no Equador, representada pelo marco histórico.

O tipo de turismo encontrado no ilhéu é tendencialmente vocacionado para o desenvolvimento de actividades de lazer, com valorização do contacto com a natureza, bem como o heliotrópico e o cultural. Os segmentos turísticos referidos têm sido considerados potenciais pelos recursos envolventes, principalmente no que respeita ao meio florestal, à diversidade faunística e florística, às praias e ao simbolismo cultural e histórico.

O turista que tem procurado o ilhéu tem sido particularmente motivado pelo ambiente balnear, nomeadamente pela qualidade da água e da areia, pela possibilidade de realizar caminhadas e pelo descanso. Assim, o turista tipo pode ser classificado como amante da

---

<sup>407</sup> Não conseguimos confirmar as informações relativas aos benefícios com membros das comunidades envolvidas dado os líderes não terem revelado disponibilidade para fornecer formalmente informações. De acordo com a observação desenvolvida e com os contactos informais com membros comunitários, os benefícios referidos pelos promotores são insuficientes face às necessidades sentidas pelas famílias, bem como dado o carácter irregular no fornecimento.

<sup>408</sup> No Ilhéu das Rolas a oferta de serviços de restauração está totalmente limitada ao Rolas Island Resort, pelo que o turista pode apenas visitar o ilhéu, visitar com almoço ou dormir com refeições.

<sup>409</sup> A observação de baleias e de golfinhos está condicionada a determinadas épocas do ano.

natureza, viajando em pequenos grupos ou estabelecendo os contactos de forma directa, sendo oriundo, na sua maioria, de Portugal, inicialmente aos fins de semana, evidenciando-se o destaque para a comunidade portuguesa residente no arquipélago, e mais tarde vinda de Portugal através dos pacotes turísticos e promocionais em associação com a Air Luxor.

Como perspectivas futuras, os promotores pretendem concluir a fase de alargamento do resort como processo de expansão, associando a comercialização dos produtos turísticos característicos da iniciativa, nomeadamente, o segmento balnear, a observação de espécies, as actividades náuticas, os percursos pedestres e a pesca.

## **5. INICIATIVAS TURÍSTICAS CONCORRENCIAIS**

A competitividade e a concorrência são estratégias vulgarmente consideradas importantes para o desenvolvimento do sector e que evidenciam a capacidade, a nível micro, dos promotores e, a nível macro, do país de responder às necessidades sentidas pela procura.

Por um lado, por requererem a definição de campos de actuação, considerados como estratégicos e potenciais; por outro lado, por se fundamentarem na existência de diferentes agentes com desempenho no mesmo segmento; por fim, por implicarem uma capacitação por parte dos diferentes intervenientes, no sentido da adequação entre os serviços prestados e as expectativas da procura. Em São Tomé e Príncipe, para a maioria das organizações, tanto ao nível dos institutos públicos como dos promotores nacionais privados, estes princípios são novos, estando a sua adopção ainda no início.

Esta situação torna-se cada vez mais evidente à medida que analisamos a oferta de serviços turísticos, dado que estes pressupostos estratégicos são incipientes e pouco significativos, sobretudo no que respeita às unidades hoteleiras e de restauração ligadas ao meio rural. Os promotores das roças com vocação turística têm procurado defender essencialmente um princípio de colaboração mútua e de trabalho em rede, de forma a retirar vantagens e mais valias face às dificuldades sentidas por todos.

A estratégia competitiva e a concorrência entre unidades hoteleiras tem-se feito sentir sobretudo entre as iniciativas não rurais, os resorts vocacionados para o turismo balnear, com

tradição de oferecer serviços com elevados padrões de qualidade associados a preços também elevados. Como resultado da observação directa, dos contactos informais e das entrevistas realizadas, detectámos indícios subtis de concorrência entre os agentes e os operadores turísticos estudados, apesar de não serem explicitados nos programas e nas tarifas oferecidas. O principal segmento em que se tornou perceptível e formalizada a concorrência e a competitividade, foi entre as duas principais transportadoras aéreas a operarem a partir de Lisboa, a TAP Air Portugal e a Air Luxor.

### **5.1. TAP AIR PORTUGAL**<sup>410</sup>

A TAP Air Portugal iniciou a rota de São Tomé e Príncipe em 1949, caracterizando-se pela irregularidade<sup>411</sup> na prestação de serviços até ao início da década de 90, altura em que coincide a liberalização económica e política.

O escritório da companhia funciona com cinco funcionários nacionais, desempenhando funções caracterizadas pela polivalência, entre o escritório e o aeroporto.

Os objectivos iniciais foram mantidos ao longo do tempo, fundamentando-se na possibilidade de assegurar as ligações entre a Europa e o arquipélago, minimizando os efeitos característicos dos PEID, relativos ao isolamento e à distância, que se foram sentido (cf. Primeira Parte, I., 4.). No geral, os principais serviços prestados pela companhia respeitam ao transporte de pessoas e de carga<sup>412</sup>, movimentando, em média, 95 passageiros por mês<sup>413</sup>.

O principal tipo de turismo, até aqui praticado, é o de negócios, relacionado por exemplo com os fluxos de cooperantes estrangeiros ou de funcionários ligados a projectos específicos, que viajam ciclicamente entre o arquipélago e a Europa, via Lisboa, estando a surgir o segmento

---

<sup>410</sup> As informações apresentadas para a caracterização da TAP Air Portugal foram disponibilizadas pelo representante delegado em São Tomé e Príncipe, Eugénio Lopes Pereira.

<sup>411</sup> Os voos da TAP, depois de iniciados em 1949, tiveram um reincentivo em 1975 com o objectivo do repatriamento após a independência, adquirindo uma regularidade mensal e quinzenal na década de 80 e semanal após a década de 90, nomeadamente com a criação do escritório na capital. Contudo, apenas no início de 2001 a manutenção da linha foi assegurada por um delegado nacional.

<sup>412</sup> O transporte de carga tem, no caso da TAP, viabilizado a rota, em períodos de quebra dos fluxos de passageiros.

<sup>413</sup> É de reforçar a ideia que quando se fala em indivíduos transportados, a referência é passageiros e não turistas. Assim, são contabilizados os turistas, os cooperantes e os santomenses que entram e saem do país pelas mais diversas razões. Este facto deve-se à inexistência de dados estatísticos que permitam efectuar uma diferenciação de situações, bem como à ausência de tratamento das fichas preenchidas à chegada ao arquipélago e recolhidas pelo Serviço de Emigração e Fronteiras.

de lazer. É ainda de referir que temporariamente os viajantes motivados pelas visitas a familiares têm tido representatividade, nomeadamente em épocas festivas ou de férias. A principal origem dos viajantes, que têm procurado os serviços da TAP, é a Europa, com destaque para Portugal, seguidos de França, Espanha, países da Europa do Norte e Central.

A implementação e o desenvolvimento do projecto TAP no arquipélago foram condicionados por um conjunto de factores interligados e que têm que ver, com três grandes categorias.

Por um lado, os problemas de ordem física, tais como a pequena dimensão do arquipélago e da população nacional, associados à reduzida importância das comunidades migrantes, factores que limitam o fluxo de passageiros. Por outro lado, os factores contextuais internos, como são os casos do fraco desempenho da economia nacional acompanhada de instabilidade cambial<sup>414</sup> e da precariedade vivida, do ponto de vista social e pela ausência de meios eficazes no que respeita ao saneamento e à saúde pública<sup>415</sup>. Por fim, as características do meio internacional que, também derivando dos problemas internos, enquadram o arquipélago numa situação de periferia, dificultando a inserção do destino nos circuitos internacionais.

Na verdade, os principais apoios recebidos para a prossecução das actividades foram concedidos pela própria companhia que, em muitos períodos consecutivos, assegurou a realização dos voos sem rentabilidade. O delegado referiu ainda a inexistência de fontes de financiamento, externas que representassem um incentivo e um meio de dinamização do sector.

Em regra, as relações entre a TAP e as comunidades locais não são muito evidentes, dado que as funções exercidas e a prossecução das actividades de prestação de serviços<sup>416</sup> se centram na cidade, nos contactos com os operadores e promotores turísticos nacionais, e nos efectuados com os parceiros no estrangeiro. No que respeita ao desenvolvimento do turismo,

<sup>414</sup> A instabilidade cambial é uma característica da economia santomense, podendo sofrer variações diárias com significado, situação que foi, desde o início de 2000, uma constante face ao dólar EUA, se bem que, após 2002, com a entrada do euro nos mercados cambiais e com a valorização face ao dólar EUA, as variações cambiais da dobra foram sendo agravadas.

<sup>415</sup> São Tomé e Príncipe confronta-se com problemas agravados de saneamento básico, pela inexistência de redes de esgotos e pela carência de água canalizada em grande parte do território nacional. Associado a estes factores pode referir-se a construção da casa típica santomense, em madeira, sobre estacas, sem janelas ou portas, sem dispor de casa de banho e de outros meios de apoio, rodeada de bananeiras e muitas vezes situada nas proximidades de cursos de água. Estes factores agravam de forma determinante o problema endémico do paludismo que, pela incapacidade nacional de criar infraestruturas no curto prazo, requereria um sistema de saúde e de prestação de cuidados médicos eficaz (cf. Segunda Parte, II., 2.).

<sup>416</sup> Os contactos com as comunidades não são referidos pelo delegado aquando da entrevista, mas pudemos sistematizar informação através da observação directa e do contacto, pelo que podemos caracterizá-la de pontual e pouco significativa, ocorrendo apenas nos momentos em que a população se desloca para a aquisição de bilhete.



tem sido considerado pelo promotor como benéfico, tanto para as comunidades locais como para o país.

As vantagens para o país centram-se principalmente na possibilidade de captar investimentos, tanto nacionais como estrangeiros, para consequentes aplicações na reabilitação e valorização das infraestruturas rurais, nomeadamente no que respeita à recuperação arquitectónica dos principais edifícios, recriando e valorizando a História nacional. De forma associada, torna-se possível dinamizar a produção agrícola, que em muitas situações se encontra degradada e bloqueada pela falta de incentivos e de resultados reais.

A revalorização do sector rural permite fixar as populações, evitando simultaneamente os fluxos migratórios excessivos em direcção aos principais centros urbanos, reduzindo o crescimento atípico e desestruturado, porque não planeado antecipadamente, do urbanismo.

Os principais benefícios para as populações locais estão directamente dependentes dos resultados positivos referidos para o todo nacional. Após a fixação das populações nos meios rurais, o sector primário pode ser dinamizado com um princípio de base fundamentado na diversificação produtiva, destinada ao consumo, sendo caracteristicamente agropecuária. Desta forma, a criação de emprego e a distribuição equitativa dos rendimentos tornam-se viáveis.

No que respeita às perspectivas futuras para a continuidade do projecto TAP na RDSTP, o delegado manifestou-se céptico e com algumas dúvidas, dados os elevados níveis de incerteza causados principalmente pelo surgimento da concorrência no transporte a partir da Europa. Através do estabelecimento da Air Luxor, a companhia de aviação privada, no território santomense, com a abertura da linha Lisboa-São Tomé, oferecendo tarifas competitivas<sup>417</sup> e dois voos por semana, a TAP teve de adoptar uma postura concorrencial mas pouco lucrativa. Desta forma, e dada a incerteza no que respeita á continuidade da linha e a inexistência de lucro compensador, o delegado coloca a hipótese de encerramento do escritório.

---

<sup>417</sup> A Air Luxor deu início às ligações para São Tomé em Dezembro de 2002, introduzindo tarifas 30% mais reduzidas do que as praticadas até aqui pela TAP. A partir de Janeiro, a TAP, através do escritório na capital santomense, passou a oferecer tarifas idênticas, tendo o passageiro direito a mais dez quilos de bagagem, factores competitivos novos.

## 5.2. AIR LUXOR STP<sup>418</sup>

A Air Luxor iniciou a rota para o arquipélago de São Tomé e Príncipe em 2002 com dois voos semanais a partir de Lisboa, possibilitando as ligações para outras cidades europeias.

O escritório da companhia funciona com três empregados, sendo dois nacionais e o delegado expatriado, exercendo funções entre o escritório e o aeroporto. O capital é misto, correspondendo 51%, a investidores santomenses, e 49%, à empresa privada Air Luxor<sup>419</sup>.

Os objectivos presentes nos acordos assinados com o governo santomense foram fundamentalmente a prestação de serviços de transporte aéreo de pessoas e de carga, com qualidade e a preços competitivos, em relação aos praticados até à data pela empresa a operar para o arquipélago. De forma complementar, procurou-se inserir a RDSTP nos circuitos turísticos internacionais, através da definição de medidas estratégicas de marketing, decorrentes de parcerias estabelecidas com unidades hoteleiras locais, também classificadas de acordo com os padrões internacionais.

Os principais segmentos turísticos que a Air Luxor procura abranger respeitam ao lazer, ao turismo de natureza e aos segmentos balnear e cultural, dadas as principais motivações evidenciadas pelos viajantes.

Os factores motivacionais que têm promovido a RDSTP como destino turístico são essencialmente relacionados com os preços, até aqui promocionais mas competitivos, o clima e as actividades possíveis de serem desenvolvidas, tais como a prática balnear, os desportos náuticos e a pesca, a natureza, a contemplação e a observação das paisagens, o contacto com as comunidades e com o exotismo cultural e as visitas a monumentos históricos e o estudo.

O turismo no arquipélago é viável, segundo o delegado residente, pelas características dos recursos físicos e culturais existentes. Do ponto de vista físico, os meios florestais e montanhosos, a diversidade biológica faunística e florística, as características das praias, seja pelos traços físicos que propiciam a observação e o contacto com meios aquáticos pouco

---

<sup>418</sup> As informações apresentadas para a caracterização da Air Luxor foram disponibilizadas pelo representante delegado na RDSTP, João Fialho.

<sup>419</sup> A Air Luxor STP é uma subsidiária da Air Luxor portuguesa, criada em 1988 com o objectivo da prestação de serviços aéreos executivos e de luxo, tendo diversificado os seus serviços a partir de 1997 com a aviação charter comercial, passando em 2001 a realizar voos regulares com renovação da frota.

explorados, seja pela situação privilegiada que as tornam desertas. Em termos culturais, podem referir-se, a disponibilidade patrimonial e arquitectónica e as características culturais propriamente ditas, que tornam específica a população santomense.

O turista tipo que tem procurado visitar o arquipélago através da empresa pode ser classificado de explorador, amante da natureza ou experimental, sendo principalmente oriundo de países europeus, com destaque particular para Portugal.

A implementação e o desenvolvimento do projecto Air Luxor STP foram condicionados por factores vários que não foram contudo especificados, sendo os principais apoios recebidos atribuídos aos investidores locais e à própria empresa.

Em regra geral, as relações entre a Air Luxor STP e as comunidades locais, tal como aconteceu com a empresa concorrente, não são muito evidentes<sup>420</sup>. Na realidade e, por um lado, as funções da empresa, no que respeita à comercialização dos serviços directos, concentram-se na cidade, seja no escritório ou no aeroporto. Por outro lado, há também a referir os contactos privilegiados com operadores e promotores turísticos nacionais, tais como o estabelecimento de parcerias, de forma a garantir um maior índice de competitividade. Por fim, a delegação residente tem procurado estabelecer relações permanentes com parceiros estrangeiros, que viabilizem a comercialização dos produtos turísticos oferecidos<sup>421</sup>.

O desenvolvimento do turismo é considerado benéfico, tanto para os promotores como para as comunidades locais e para o país. Os principais resultados positivos para os promotores são duplos, nomeadamente a possibilidade de rentabilização da rota, com retorno do investimento a curto e a médio prazo, associada à possibilidade de participação no desenvolvimento económico do país, de forma integrada e sustentada.

O país beneficia tanto pela melhoria de infraestruturas relacionadas com o transporte aéreo, como pela redução do isolamento e da distância em relação aos principais centros internacionais. A Air Luxor concretizou o incremento do número de voos para a Europa e apresentou condições competitivas, facilitando as deslocações internacionais.

---

<sup>420</sup> Os contactos com as comunidades não são referidos pelo delegado aquando da entrevista, mas pudemos sistematizar informação através da observação directa e do contacto, pelo que podemos caracterizá-la de pontual e pouco significativa, ocorrendo apenas nos momentos em que a população se desloca para a aquisição de bilhete.

<sup>421</sup> A oferta e a comercialização no exterior dos serviços prestados pela subsidiária Air Luxor STP é desenvolvida pelos escritórios da Air Luxor nos outros países, bem como pela Air Luxor Tours.

A população santomense beneficia também de forma dupla. Por uma lado, pelo intercâmbio cultural com outros povos, sendo possível a valorização cultural pela diferenciação, dando a conhecer a outras culturas os traços específicos e característicos, as suas práticas e mesmo a sua organização social. Por outro lado, porque o turismo passou a ser uma das formas possíveis de promover a melhoria nas condições de vida das populações, pela relação que se estabelece entre a formação, o aumento das qualificações, a diversificação do emprego formal e informal e o aumento dos salários, permitindo alterar alguns hábitos, considerados condicionantes do desenvolvimento integrado.

O desenvolvimento do turismo tem sido condicionado, pelos fracos índices de participação e de colaboração efectiva, evidenciados pela população santomense, rural e urbana, considerados pelo delegado da Air Luxor como factores característicos desta população.

No que respeita aos cenários futuros relacionados com a continuidade do projecto Air Luxor STP, o delegado referiu ser necessário promover a adopção de um conjunto de medidas, tanto de ordem interna como externa.

Do ponto de vista interno, é considerado fundamental a melhoria das infraestruturas de ligação, nomeadamente no que respeita às principais estradas nacionais e secundárias entre cidades e mesmo entre povoações principais, bem como o alargamento da pista do aeroporto. Por outro lado, a captação de investimento nacional, nomeadamente direccionado para a reabilitação do segmento turístico rural, com a requerida recuperação das roças.

Do ponto de vista externo, o delegado indica a necessidade de promover o destino nos mercados europeus, não apenas através do marketing individual e do estabelecimento de parcerias entre empresas, mas sobretudo no que respeita à adopção de uma estratégia nacional virada para o exterior e reconhecidamente considerada comum a todos os agentes envolvidos. Por fim, a estratégia empresarial para o futuro implica a melhoria das ligações entre Lisboa e o arquipélago, bem como, de forma mais ambiciosa, a implementação da rota de Luanda, com ligações via São Tomé de forma a rentabilizar os recursos.

## **6. INICIATIVAS ECOTURÍSTICAS PROJECTADAS**

O incremento do turismo, de forma integrada, com base na planificação e na prévia programação requer a adopção de um conjunto de medidas, de forma generalizada, independentemente da especificidade de cada caso. Assim, é fundamental atender:

1. à compatibilidade entre a prática turística e a conservação ambiental,
2. à preservação da biodiversidade e dos grandes espaços naturais, através da adopção de medidas tendentes para a protecção da fauna e da flora,
3. à utilização durável de recursos, particularmente florestais, de forma a promover a sua renovação, permitindo salvaguardar algumas áreas naturais,
4. à redução do consumo, da produção de detritos e da poluição, recorrendo a acções de sensibilização, promovendo a reciclagem e a utilização de fontes de energia não poluentes,
5. ao respeito pelas comunidades locais, minimizando os efeitos gerados pelo processo de intercâmbio cultural e de aculturação, nomeadamente no que respeita às tradições culturais e aos locais históricos,
6. à mobilização das comunidades locais efectuada, através do seu envolvimento nos projectos turísticos e ambientais,
7. à valorização da formação da mão-de-obra em função de objectivos específicos,
8. à criação de um sistema de informação preciso,
9. à divulgação das regras de segurança, principalmente em actividades que envolvam algum risco, como é o caso daquelas que são desenvolvidas pelo turismo de aventura.

Dadas as características do produto turístico da RDSTP, traduzindo-se na sobre-oferta e no predomínio de viajantes de negócios, o PEDTSTP prevê, de forma prioritária, a valorização do segmento do turismo de lazer, podendo destacar-se os projectos vocacionados para a prática balnear associada à observação, que apresentamos de seguida (cf. Segunda Parte, III., 2.). Esta opção passa pela adopção de duas medidas principais, que podem ser implementadas de forma associada, dando origem à estratégia “pull e push” (PNUD 2001: 13):

- A estratégia “Pull” ou de comunicações, valoriza a captação da procura através de contactos directamente efectuados por parte da clientela potencial.
- A estratégia “Push” ou de comercialização, implica a comercialização do destino turístico e das potencialidades da oferta mediante o estabelecimento de parcerias, bem como da negociação com operadores internacionais, cuja principal função é a revenda ao público, por intermédio das agências de viagens existentes no mercado.

De acordo com as medidas defendidas pelo Estado santomense, e previstas no PEDTSTP, no que respeita ao incentivo da iniciativa privada e à valorização do investimento estrangeiro, algumas áreas têm sido publicamente concessionadas com o objectivo da exploração turística, apesar de, actualmente, a totalidade prevista não se encontrar ainda activa.

As iniciativas projectadas e já concessionadas são enquadradas pelo PEDTSTP, que valoriza o segmento do lazer como forma de promover o arquipélago no mercado internacional, considerando as características balneares de elevada potencialidade (PNUD 2001: 93).

A RDSTP passou a ser considerada como um destino turístico competitivo ao nível internacional, sobretudo no que respeita ao mercado dos destinos tropicais, dado que as características heliotrópicas permitem dar seguimento a uma prática turística mista, que associa à praia, as actividades de descoberta das especificidades ambientais e culturais (cf. Primeira Parte, II., 1.2.2. e 2., Segunda Parte, II., 3. e Terceira Parte, 1.2.).

No contexto da criação de novos projectos de turismo balnear, enquadrados do ponto de vista ambiental, o Plano identifica cinco zonas inexploradas, onde é possível realizar investimentos turísticos com níveis de rentabilidade esperados, das quais apenas uma no Príncipe. Assim, na Praia dos Tamarinos, na Praia Colónia, na Praia Micondo, na Praia Jalé e na Praia Banana.

Quadro 27 – Identificação de zonas para novos projectos de turismo balnear

PRAIA	CARACTERÍSTICAS DO PROJECTO		
	INVESTIMENTO	FÍSICAS	PROCURA
<b>TAMARINOS</b>	5.6 milhões dólares EUA	- 8 hectares - total ocupação da praia - 160 quartos - restaurantes e disco - 2 andares - altura máxima de 7 metros	- média ou superior - férias activas - actividades náuticas - pesca e mergulho
<b>COLÓNIA</b>	2 milhões dólares EUA	- 40 quartos - 1 andar - altura máxima de 5 metros	- média ou superior - actividades desportivas - pesca e mergulho
<b>MICONDO</b>	3 milhões dólares EUA	- edifício central com 7 metros de altura máxima - 4 metros em pavilhões	- calma e conforto
<b>JALÉ</b>	4.2 milhões dólares EUA	- hotel de luxo e grande conforto - tipo pavilhão - meio ambiente preservado	- actividades náuticas - mergulho, barcos com fundo de vidro, catamarans, pesca desportiva - descoberta da ilha em 4X4
<b>BANANA</b>	500 mil dólares EUA	- 5 bungalows duplos - restauração e bar	- actividades náuticas - pesca e mergulho

Fonte: PNUD/OMT (2001)

A proposta apresentada no Plano (cf. quadro 27) sugere diversificação no que respeita aos investimentos necessários, às características da oferta turística e da procura. Contudo, espera-se que todos os projectos estejam enquadrados, do ponto de vista ambiental e paisagístico, pela vegetação característica das zonas específicas da ilha, permitindo o acesso às praias onde os complexos são instalados, valorizando-se as actividades de contacto com a natureza.

No sentido de dar continuidade à concessão de áreas consideradas com interesse turístico, o Estado santomense assinou um protocolo de exploração exclusiva com uma empresa portuguesa, a Turismo da Natureza (TDN). O Protocolo foi assinado, a 15 de Novembro de 2002, entre o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo<sup>422</sup> e o representante legal da TDN, sendo criada uma sociedade cujo capital maioritário pertenceria à TDN (45%), 40% ao Estado santomense, sendo os restantes 15% atribuídos a entidades designadas pelo governo (cf. Anexos, Protocolo TDN, Artigo 1, 2.).

A TDN obteve a concessão para exploração turística de uma larga área territorial, tanto na ilha de São Tomé como no Príncipe (cf. Anexos, Protocolo TDN, art. 2º, 1.). Assim, na ilha de São Tomé, as áreas concessionadas respeitam aos distritos de Lobata, de Cantagalo e de Caué, onde estão localizadas as principais praias com interesse para o turismo pelas características balneares e relacionadas com o lazer:

- No distrito de Lobata, as áreas previstas incluem as praias das Conchas, dos Tamarindos, do Governador, e Fernão Dias;
- No distrito de Cantagalo a roça de Água Izé e as praias de Micondó e da Colónia Açoreana;
- No distrito de Caué, desde a zona de Ponta Baleia à Praia Jalé;
- Na ilha do Príncipe, a costa foi totalmente incluída no protocolo, com excepção das áreas anteriormente concessionadas.

No seguimento do protocolo de concessão, ficou decidido que a TDN se responsabilizaria pela captação dos investimentos necessários, nomeadamente estrangeiros, de forma a viabilizar a implementação de novas unidades hoteleiras e a recuperação das existentes. Neste sentido, o acordo com a empresa portuguesa: permite realizar subconcessões, sendo a TDN

---

<sup>422</sup> Aquando da assinatura do protocolo, o Ministro do Comércio, Indústria e Turismo do Governo de Unidade Nacional era o Arzemiro dos Prazeres, mantendo-se em funções até Agosto de 2003, altura em que, após o golpe de Estado de 16 de Julho de 2003, foi substituído por Júlio Silva. O administrador e representante legal da TDN presente na assinatura do protocolo de colaboração foi Rui Tomás Marques.

uma intermediária em todo o processo, garantindo a elaboração de um plano de acção, de forma a permitir o desenvolvimento futuro do sector.

A viabilidade do protocolo acabou por ser discutida, no decorrer de 2003, pela sociedade civil santomense, residente no arquipélago ou no estrangeiro, sendo inclusivamente avaliada pela Assembleia Nacional, resultando na suspensão dos efeitos previstos, para revisão dos termos contratuais. Neste sentido, foi questionada a razão de ser de uma concessão alargada da totalidade da orla costeira, a uma empresa estrangeira, pondo em causa os pressupostos inerentes ao conceito de soberania nacional. O empresariado nacional relacionado com o sector tem-se, independentemente do investimento realizado e do historial da exploração, confrontado com a dificuldade de obtenção dos títulos de propriedade, tendo a concessão um carácter provisório.

Na ilha de São Tomé estão projectadas cinco iniciativas principais<sup>423</sup> (PNUD 2001: 24; 77), que sistematizamos de seguida, com o objectivo de apresentarmos a sua caracterização:

- o projecto Perles d’Afrique é uma iniciativa de investimento luxemburguês situada ao norte da cidade de São Tomé, dispondo os promotores de uma autorização provisória para utilização de 30 hectares na região da Praia da Juventude (PNUD 2001: 12).
- o Acampamento da Praia Jalé é uma iniciativa promovida pela ECOFAC, encontrando-se construída e em manutenção permanente, destinando-se a ser explorada e comercializada por uma ONG local, apesar de não ter sido identificada ou estabelecido o acordo<sup>424</sup>,
- o Jardim Botânico foi criado, promovido e explorado pela ECOFAC, destinando-se ao turismo de investigação e de observação com fins científicos, situado na entrada do Parque Obô e enquadrado pelo Jardim Botânico, sendo também uma iniciativa do programa,
- o Lobata Village é um projecto a implementar por um grupo português, na zona da Praia das Conchas, tendo já o protocolo de concessão da área aprovado e assinado, encontrando-se, em 2004, a dar início à construção,
- o projecto da Roça Nova Olinda, da responsabilidade de um grupo de investidores portugueses, privilegiando o turismo vocacionado para a classe média-alta.

<sup>423</sup> A informação relativa às iniciativas projectadas foi confirmada pelo Director de Turismo e Hotelaria, Eng. Gaudêncio Costa, em reuniões tidas até Outubro de 2003.

<sup>424</sup> A ECOFAC é uma organização ambientalista da África Central (Ecosystème Forestier en Afrique Centrale), financiada pelo FED, com acções no arquipélago desde 1993, no âmbito da luta contra a desflorestação através da realização de campanhas de sensibilização, da protecção de espécies endémicas, da protecção da fauna, como é o caso das tartarugas marinhas e do papagaio do Príncipe e da flora através do projecto do Jardim Botânico. O projecto da Praia Jalé destina-se, de forma prioritária, à observação de tartarugas marinhas.



De seguida, procedemos à caracterização dos projectos apresentados, excepto do caso do Perles d'Afrique por não dispormos de informação suficiente que permita sustentar a análise. Assim, neste caso, não conseguimos obter mais informação, a não ser a que se encontra apresentada no PEDTSTP, dado que também não tivemos possibilidade de conhecer e contactar directamente com os promotores.

Os projectos promovidos pela ECOFAC<sup>425</sup> procuram associar o contacto com a natureza com a investigação e a prática turística (ECOFAC 2001: 146), dinamizando os segmentos do turismo de natureza, de observação e de aventura, fundamentados na valorização do conceito de ecoturismo, dadas as características ambientais do arquipélago e os objectivos do programa.

A prática turística, além de permitir a rentabilização dos projectos em curso, a modernização das infraestruturas e a formação da mão-de-obra local<sup>426</sup>, evidencia a valorização da biodiversidade pela preservação das espécies que as actividades de observação promovem. A actividade turística incentivada e apoiada pela ECOFAC fundamenta-se, em grande medida, na observação de espécies faunísticas, tais como as ornitológicas, as símias, as tartarugas e outras espécies marinhas, mas também florísticas, pela diversidade botânica existente.

A associação valoriza o estabelecimento de parcerias com organismos locais, apoiando-os na identificação de circuitos turísticos, na manutenção dos trilhos existentes, na formação de técnicos, na elaboração de instrumentos de divulgação e na implementação de projectos.

A iniciativa da Praia Jalé, situada na região sul da ilha, é o resultado de um projecto da ECOFAC no âmbito da concepção do ecoturismo, encontrando-se a sua exploração por atribuir<sup>427</sup>. O complexo caracteriza-se pela pequena dimensão, consistindo na construção de um conjunto de três bungalows, com capacidade máxima para seis pessoas, apoiado por infraestruturas básicas, tais como uma casa de banho comum, uma cozinha e um bar.

Após a observação directa de uma das fases de construção e de posteriores visitas, podemos afirmar que se trata de um projecto que, tendo sido construído de raiz, está ambientalmente

<sup>425</sup> A ECOFAC tem incentivado a realização de estudos vários e de monitorização com posteriores publicações, no que respeita a espécies de flora e de fauna, nomeadamente referentes às tartarugas marinhas, ao papagaio do Príncipe, a espécies ornitológicas e aos macacos mona.

<sup>426</sup> Os guias turísticos e ecológicos formados pela ECOFAC são profissionalmente inseridos em agências de viagens locais efectuando o acompanhamento de grupos, através do exercício isolado da actividade, criando o seu próprio emprego.

<sup>427</sup> O projecto encontrava-se, em Outubro de 2003, em manutenção, se bem que, de acordo com informações recolhidas junto dos responsáveis, em trabalho de acabamentos. A exploração turística do projecto do acampamento foi inicialmente atribuída a uma ONG local, a YOGO, tendo mais tarde surgido dúvidas quanto à sua viabilidade.

enquadrado, dado que os materiais utilizados foram integralmente locais, tendo sido preservada a vegetação existente. Por outro lado, é um alojamento situado na faixa costeira, com acesso directo à praia, dotado de características rústicas e de conforto básico, sendo o objectivo principal o contacto directo e a observação da natureza, nomeadamente no que respeita à observação de tartarugas e ao controle dos ovos.

O PEDTSTP prevê a criação de um equipamento hoteleiro de interior, favorecendo a valorização das potencialidades florestais e o contacto com o meio da floresta primária, na região do Bom Sucesso. Este equipamento hoteleiro destina-se à promoção de actividades de observação, à realização de caminhadas e de “trekking”, propiciando ainda estadias de curta duração e implicando a existência de meios de apoio financeiro e de enquadramento.

Da observação e dos diferentes contactos estabelecidos, pudemos constatar que o projecto do Jardim Botânico coincide com os requisitos apresentados no Plano. Situado na região do Bom Sucesso, numa das principais entradas do Parque Natural Obô, está particularmente vocacionado para a protecção ambiental e para a observação de espécies florestais. Esta iniciativa promovida pela ECOFAC representa uma tentativa de recuperação e de concentração das espécies florestais e arbóreas existentes no território nacional, tendo passado a ser um dos principais pontos de atracção turística do país<sup>428</sup>.

A possibilidade de alojamento está ainda condicionada às disponibilidades, visto que a maioria dos hóspedes são cientistas, nomeadamente biólogos, que se deslocam ao arquipélago, enquadrados por estudos específicos. A comercialização generalizada continua dependente do estabelecimento de acordos entre os responsáveis do Programa no arquipélago e o Estado santomense, requerendo o alojamento fundamentação e autorização prévia.

O projecto Lobata Village foi formalmente aprovado pelo Estado santomense em Março de 2003, com a assinatura do protocolo de concessão<sup>429</sup> com os representantes da sociedade promotora, Turáfica SGPS, após negociação. O planeamento da implementação da iniciativa prevê a existência de um faseamento, desde a assinatura do protocolo até conclusão dos trabalhos de construção para comercialização.

---

<sup>428</sup> Ao criar o Jardim Botânico a ECOFAC facilitou a formação de guias locais especializados e conhecedores das principais espécies, com as funções de catalogar plantas, informar os visitantes e guiá-los à entrada do Parque Natural.

<sup>429</sup> O protocolo de concessão foi assinado com um dos sócios da sociedade promotora, Manuel Rolo, que pertence também à sociedade promotora do resort do Ilhéu das Rolas, Rotas d’África. A fase de construção sofreu atrasos resultantes da burocracia inerente ao processo de concessão, nomeadamente pela falta de alguma documentação requerida (informação facultada pelo promotor em 8 de Outubro de 2003).

Dadas as características da região, as actividades potenciais, que se espera que sejam promovidas e desenvolvidas, são os desportos náuticos, principalmente os não motorizados e os que favorecem a prática da observação. Na verdade, o complexo será construído numa das praias com características privilegiadas para observação de espécies marinhas, sendo uma das mais procuradas pela comunidade estrangeira, a praia das Conchas.

Apesar do início da construção estar previsto para o final de 2003<sup>430</sup> e a sua conclusão para o final de 2004, de forma a viabilizar a comercialização, verificaram-se atrasos e, em 2004, apenas o terreno se encontrava vedado. Em termos de planeamento, na primeira fase conta-se com a criação de bungalows com capacidade para 50 camas, sendo de esperar que sejam criados inicialmente 20 postos de trabalho locais, aos quais será facultada formação interna, recorrendo-se a formadores externos. Dos estudos prospectivos<sup>431</sup> prevê-se uma taxa de ocupação média no primeiro ano de 25% com aumentos graduais até ao sétimo ano.

O projecto da Roça Nova Olinda<sup>432</sup> apresenta uma inovação em relação à generalidade dos alojamentos ecológicos rurais em actividade – esta é a única iniciativa projectada, até 2004, no âmbito do turismo rural promovida por estrangeiros. Além de ser propriedade privada, está vocacionada para o turismo de alta qualidade<sup>433</sup>, em condomínio fechado e sem acessibilidade generalizada, a não ser para os hóspedes. Esta iniciativa recolhe as vantagens de ser implementada numa área geográfica caracterizada pela complementaridade dos meios rural e balnear, estando dotada de praia privativa.

Na ilha do Príncipe<sup>434</sup> estão projectadas, para o ano de 2004, três iniciativas ecoturísticas principais, nomeadamente na Praia Macaco, na Praia Banana e na Roça Belo Monte. As duas primeiras resultarão de uma parceria entre um empresário nacional e um português, com o objectivo de desenvolver actividades balneares e de observação de espécies marinhas.

<sup>430</sup> Em Outubro de 2003, os terrenos onde será construído o complexo haviam sido cercados, se bem que a construção não tivesse ainda tido início.

<sup>431</sup> Informações disponibilizadas em 19/10/2002 pelo representante da empresa promotora, Manuel Rolo.

<sup>432</sup> No que respeita à propriedade verifica-se uma discrepância relativamente a todas as outras iniciativas. De acordo com o exposto anteriormente nos casos estudados, a totalidade das roças exploradas para fins ecoturísticos e integrados estão a cargo de santomenses que detêm apenas títulos de propriedade provisórios. No caso da Roça Nova Olinda, os proprietários que adquiriram a roça são empresários portugueses, detendo de título de posse definitivo, resultando em propriedade privada (informação facultada pelo Director de Turismo e Hotelaria em 6 de Outubro de 2003).

<sup>433</sup> Não nos foi possível contactar os promotores, por estarem ausentes do país, pelo que as informações foram integralmente disponibilizadas pelo Director de Turismo. Assim, não dispomos de informação referente às datas de reabilitação das infraestruturas e de implementação, actividades a desenvolver, entre outras.

<sup>434</sup> As informações relativas aos projectos a implementar na ilha do Príncipe foram facultadas pelo Director de Turismo e Hotelaria, em 6 de Outubro de 2003.

No que respeita à iniciativa da Praia Macaco, no norte da ilha, o investidor português planeou, que na primeira fase, que decorre até ao final de 2003, seja implementado o complexo turístico composto por bungalows, não estando claramente definido o número, tendo como referência um número que pode variar entre os 25 e os 100, por serviços de restauração e de lazer, entre os quais praia privada e piscina.

O projecto da Roça Belo Monte representa uma tentativa de reabilitação de um projecto desactivado, que funcionou durante algum tempo<sup>435</sup>, com objectivos ecoturísticos, integrando outras actividades complementares, particularmente a agrícola e a marcenaria.

No decurso de 2003, algumas empresas estrangeiras visitaram a ilha do Príncipe com o objectivo de analisar as hipóteses de investimento, tendo recaído sobre a empresa Teixeira Duarte, a concessão da área.

No que respeita ao turista potencial, por origem, o PEDTSTP identifica seis tipos diferentes, em termos médios, em função da duração e do tipo da estadia, bem como das actividades desenvolvidas. Assim, distingue e caracteriza o turista:

- Português, que se desloca às ilhas em média por um período de uma semana, procurando associar praia e percursos, fundamentado em ligações históricas e culturais, podendo conciliar uma paragem com estadia em Cabo Verde,
- Francês, que tem particularidades no que respeita à organização da viagem porque individualista, desloca-se ao arquipélago principalmente no inverno e por 2 semanas, valoriza as práticas de diferenciação, procurando associar o conforto à autenticidade e às múltiplas actividades possíveis,
- Suíço, que procura conforto e qualidade, sendo um dos mais exigentes no que respeita à selecção de alojamentos e de restauração, atendendo à relação qualidade-preço e viaja em média durante 2 semanas,
- Alemão, que procura experiências insólitas e diferentes por um período de 2 semanas, optando por diversificar a estadia e desenvolver actividades de aventura, nas quais inclui o trekking e alojamento duplo em hotel e em roça.
- Belga ou Austríaco, com características de exigência, procura destinos de praia e de sol por períodos de 2 semanas, valorizando a qualidade ambiental e cultural,
- Regional, que pode revelar maior especificidade ao entender as ilhas como um destino para pequenos períodos e para o desenvolvimento de actividades temáticas.

---

<sup>435</sup> A Roça Belo Monte foi explorada durante um longo período de tempo por um grupo de sócios, com gerência de um português, o Vítor Egídio. Durante esta gerência, foram tentadas várias iniciativas com o objectivo da rentabilização da unidade agrícola, passando pela sua reconversão para fins turísticos e criando uma unidade denominada de eco-rural pelo gerente. Entre 2002 e 2003 a antiga unidade foi desactivada, tendo o gerente viajado para os Estados Unidos e os sócios entrado em litígio (informação facultada pelo Director de Turismo e Hotelaria em 6 de Outubro de 2003).

No que respeita às iniciativas projectadas, há que referir que, a longo prazo e tendo em conta as expectativas decorrentes dos acordos petrolíferos (cf. Segunda Parte, II., 2.2.), está prevista, desde 1996, a criação de uma zona franca e Off-Shore, na Baía das Agulhas, no Príncipe. Os efeitos resultantes da implementação deste projecto têm sido particularmente debatidos no meio político santomense, bem como pela sociedade civil.

A criação da zona franca e do Off-Shore podem contribuir para a promoção e o incremento do turismo, face ao aumento da circulação de pessoas, a criação de novas infraestruturas e a modernização das existentes, a diversificação produtiva, a criação de emprego e o aumento das qualificações, facilitando o acolhimento e a mobilidade.

Mas, também podem gerar efeitos negativos para o país, sendo promotoras de desequilíbrios vários, dos quais podemos destacar os ambientais, ao porem em causa a preservação paisagística e endémica do arquipélago e, em particular, das zonas seleccionadas. Da mesma forma, os traços culturais específicos que caracterizam as comunidades nacionais, particularizando-as e conferindo-lhes identidade, sofrerão os efeitos da aculturação, decorrentes da presença não controlada de estrangeiros no arquipélago, impondo os seus modelos culturais e de organização social.

O turismo, promovido no âmbito das zonas francas, não se enquadra normalmente no segmento ecológico, dado que as prioridades não tendem para: a preservação ambiental, em meio marinho e florestal, de fauna e de flora, nomeadamente no que respeita a espécies endémicas; a valorização cultural e o envolvimento comunitário nas experiências turísticas.

A dinamização do turismo santomense depende ainda da adopção de um conjunto de medidas de marketing turístico, que se espera que estejam adequadas às características do arquipélago, mas também direccionadas para as diferentes categorias do turista tipo já identificadas.

## **CONCLUSÃO FINAL**

O tema central abordado no presente estudo foi o Turismo Ecológico, concebido como um dos meios privilegiados para a promoção do Desenvolvimento Sustentável na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Com a investigação procurámos apresentar um contributo no sentido de:

- Repensar o conceito de desenvolvimento, no contexto africano, com base na análise das especificidades de um Pequeno Estado Insular, e a partir dos contributos das principais Escolas e Paradigmas, valorizando as abordagens alternativas, em particular do desenvolvimento participativo, local e sustentável.
- Analisar, com base na evolução da prática turística, a importância das novas formas de turismo, ditas alternativas, fundamentadas na conjugação de princípios de responsabilização, de envolvimento e de parceria entre os diferentes actores envolvidos na prossecução dos processos de desenvolvimento socioeconómico.
- Identificar a relação multidimensional entre a prática do turismo ecológico e a promoção do desenvolvimento sustentável.
- Compreender o peso do sector do turismo na economia santomense, identificando as principais potencialidades e os constrangimentos ao incremento do sector.
- Identificar as categorias tipológicas mais comuns da prática turística na RDSTP, com base na apresentação das principais características.
- Caracterizar, com base nos projectos estudados, o envolvimento comunitário e as estratégias participativas de âmbito local, evidenciadas pelas redes de relações estabelecidas entre os diferentes actores, de natureza social e económica e com objectivos produtivos.

A nossa opção epistemológica recaiu na interdisciplinaridade, quer na análise quer na síntese, mediante a conjugação dos contributos de diferentes áreas do conhecimento, como a Economia, a História e a Demografia. Apesar da opção pela interdisciplinaridade, acabámos por privilegiar a Sociologia como área científica principal, valorizando, no terreno, as análises microsociológicas, através da adopção da metodologia do estudo de caso. Neste sentido, podemos dizer que tivemos a preocupação de adoptar a investigação-acção, como forma de aproximar a teoria e a prática no processo de pesquisa.

Assim, procurámos analisar, com um carácter sistemático e exaustivo, a totalidade das iniciativas de turismo ecológico em curso, definidas como formais e informais, prestando serviços relacionados com o alojamento e a restauração ou apenas de enquadramento, programando e acompanhando grupos na realização de actividades em períodos de lazer.

Metodologicamente, no início do estudo, e com o objectivo de analisarmos a relação entre as problemáticas do Desenvolvimento e do Turismo, especificando o segmento ecológico, colocámos um conjunto de questões de partida, que estiveram presentes no decorrer de toda a investigação, e que permitiram estabelecer um fio condutor entre a fundamentação teórica e conceptual e o trabalho de campo. Assim, relembrando as questões de partida:

1. De que forma a proliferação e a diversificação das formas turísticas alternativas podem promover o desenvolvimento e a mudança na República Democrática de São Tomé e Príncipe?
  - 1.1. Que o impacto tem tido o turismo na sociedade santomense e, em geral, no seu desenvolvimento?
  - 1.2. Como, e em que medida, é que as comunidades locais são envolvidas no incremento e na valorização da oferta turística?
  - 1.3. Como são conciliados os interesses, tantas vezes contraditórios, do Estado, da iniciativa privada estrangeira e das comunidades locais?
  - 1.4. Qual a relação entre o turismo alternativo, dito de natureza, verde, ecológico e responsável e a rentabilização dos recursos disponíveis, necessária ao crescimento económico?
  - 1.5. Quais os efeitos reais das iniciativas de turismo ecológico no ambiente e nas comunidades locais santomenses?
  - 1.6. Quais as condições necessárias para que as novas formas de turismo, ditas alternativas, produzam efeitos no sentido do desenvolvimento, na sociedade santomense?

Com base nas questões iniciais apresentadas, procurámos enunciar um conjunto de três hipóteses gerais de trabalho, que também acompanharam toda a pesquisa, auxiliando-nos na análise dos temas seleccionados, em função dos casos estudados no terreno. Dado o carácter geral, a primeira hipótese foi desagregada em três subhipóteses, interrelacionadas, de forma a especificar as variáveis que foram objecto de análise.

- A. Na República Democrática de São Tomé e Príncipe, a partir da década de 90, a oferta de produtos turísticos alternativos é um dos factores de desenvolvimento local sustentável.
  - A.1. Os complexos turísticos criam novas condições para as comunidades locais através da diversificação dos processos produtivos, até aqui tradicionais, do aumento da qualificação da mão-de-obra local e da consequente diversificação das experiências profissionais.
  - A.2. Através da criação de novos postos de trabalho e da dinamização da produção agrícola, o turismo alternativo promove uma melhoria qualitativa das condições de



vida das populações das comunidades locais, nomeadamente mediante o aumento e a diversificação das fontes de rendimento.

- A.3. A identidade cultural das comunidades locais é respeitada, preservada, transmitida e divulgada através de actividades explicitamente orientadas pelos promotores turísticos ao visitante que procura autenticidade e especificidade cultural.
- B. Na República Democrática de São Tomé e Príncipe, o turismo alternativo é particularmente apropriado pelas iniciativas privadas requerendo, nesta fase, a intervenção e o apoio por parte do Estado.
- C. A proliferação das iniciativas privadas neste sector, na República Democrática de São Tomé e Príncipe, está a ter como resultado o aumento da qualidade dos serviços prestados, da concorrência e da competitividade relativamente às formas turísticas tradicionais.

No que respeita à metodologia adoptada, optámos por um conjunto de técnicas de recolha de informação, conseqüente tratamento e posterior análise, em função das fases do estudo.

Assim:

- Privilegiámos a pesquisa bibliográfica e documental, de forma a viabilizar a fundamentação dos principais conceitos em análise, a justificação metodológica e das técnicas de recolha seleccionadas, bem como a caracterização qualitativa do país em estudo. Em relação à informação que nos permitiu identificar os principais traços caracterizadores da sociedade santomense, ao longo dos tempos, confrontámo-nos com a dispersão da informação, nem sempre conclusiva, principalmente no que respeita ao enquadramento histórico.
- Analisámos fontes documentais, maioritariamente quantitativas e estatísticas, produzidas por diferentes organismos, tendo sido privilegiados os nacionais, como meio de viabilizar a fundamentação do enquadramento e da caracterização socioeconómica da RDSTP. Dado que, nas diferentes fontes consultadas, não se verificou cobertura quantitativa e coincidência de dados, para todos os indicadores considerados na análise, sentimos dificuldade na homogeneização de critérios, pelo que optámos por seleccionar a informação, privilegiando as fontes nacionais e, de forma complementar, a produzida por organismos internacionais cientificamente reconhecidos.
- Optámos pela técnica dos estudos de caso, com um carácter sistemático e intensivo, procurando incluir na investigação a totalidade das iniciativas de turismo ecológico em curso no arquipélago, identificando também as projectadas. Neste ponto, sentimos algumas dificuldades, que condicionaram a pesquisa, restringindo a análise à Ilha de São Tomé e ao Ilhéu das Roças.
  - Por um lado, confrontámo-nos com a ausência de classificações oficiais nacionais das iniciativas turísticas existentes, com base em critérios regionais, que facilitassem a identificação, a caracterização e o estabelecimento de contactos.

- Por outro lado, tínhamos previsto incluir no estudo a totalidade de casos de turismo ecológico com actividade, tendo sido inicialmente negociada a pesquisa, no que respeita à Ilha do Príncipe, com o promotor da única iniciativa de ecoturismo rural, a Roça de Belo Monte. Contudo, no decurso da investigação, o projecto foi desactivado, prevendo-se que venha a ser retomado com outros promotores, no decurso de 2004.
- Por fim, tínhamos previsto incluir no ponto referente aos alojamentos ecológicos não rurais uma outra experiência, o Clube Santana, como forma de abranger a totalidade de iniciativas enquadráveis e de enriquecer a análise. Contudo, após diversas tentativas de negociação da pesquisa, junto da gestora, e estando acordada a disponibilização de informações, bem como a realização da entrevista, vimos sucessivamente adiados os encontros, até à impossibilidade de inclusão do caso no estudo, reduzindo a análise deste tipo de projectos às Rotas d'África, com o Rolas Island Resort.
- No decorrer da pesquisa no terreno, associámos um conjunto de técnicas por as considerarmos complementares, permitindo confirmar a informação recolhida, muitas vezes através dos meios formais. Assim: privilegiámos a observação directa propiciada pelas visitas efectuadas e pelos contactos estabelecidos; a realização de entrevistas semidirectivas aos representantes do Estado e aos promotores dos diversos projectos estudados; as entrevistas de grupo aos representantes das comunidades envolvidas. Como técnica secundária, aplicámos inquéritos por questionário aos participantes das actividades realizadas.

Para a análise a que nos propusemos, e numa fase inicial, recorremos à apresentação dos contributos teóricos de fundamentação dos dois principais conceitos – Desenvolvimento e Turismo – privilegiando a dimensão da sustentabilidade, por considerarmos ser este o objectivo último da prossecução de qualquer estratégia. Estes conceitos foram analisados criticamente, com o objectivo de identificar a relação entre os dois, ou seja de que forma a prática e a actividade turísticas podem ser promotoras de mudança e de desenvolvimento nos países de acolhimento.

O conceito de desenvolvimento foi discutido com a preocupação de apresentar sucintamente as principais escolas e paradigmas, desde a emergência da problemática até às abordagens mais recentes, nomeadamente relacionadas com a participação comunitária e a sustentabilidade. Em jeito de síntese podemos dizer que, o desenvolvimento foi definido como um processo de mudança caracterizado pela complexidade, dadas as dimensões que o constituem e as relações de interdependência estabelecidas.

As estratégias adoptadas para a prossecução da mudança são diversas, estando dependentes de uma multiplicidade de aspectos, entre os quais o contexto, as características internas, o

percurso histórico, as relações estabelecidas com o exterior, os objectivos esperados, de curto, de médio ou de longo prazo, e os actores envolvidos.

O desenvolvimento foi perspectivado, com base na multidimensionalidade e a partir de uma perspectiva sistémica, como o processo de mudança, que resulta na melhoria das condições de vida das populações abrangidas, nas vertentes humana, social, económica, financeira e de acesso a bens de consumo, atendendo às dimensões cultural, formativa e relacionada com a qualificação, de garantia das liberdades individuais e dos direitos universais, participativa e de intervenção, ambiental, no sentido da preservação do meio e da protecção da biodiversidade.

Após a discussão teórica, apresentámos e defendemos as perspectivas alternativas, que recorrem à adopção de estratégias de natureza participativa, com mobilização de recursos vários, no sentido da motivação responsável dos actores sociais locais para o envolvimento comunitário. Neste sentido, privilegiámos os “novos protagonistas”, pela valorização das dimensões comunitária e participativa, concebendo o processo a partir do nível local e numa perspectiva de longo prazo, com “empowerment” comunitário, implicando um conjunto de requisitos, tais como a inclusão, a equidade e a autonomia, associados à responsabilização e ao reforço identitário.

Paralelamente, privilegiámos a dimensão ambiental, no sentido da preservação dos meios naturais envolventes, sejam terrestres e florestais ou costeiros e marinhos, não apenas no que respeita ao enquadramento paisagístico, mas também e sobretudo, no sentido de respeitar a biodiversidade de espécies existentes.

De acordo com os pressupostos enunciados, defendemos o desenvolvimento, a partir das diferentes dimensões, numa perspectiva de longo prazo, privilegiando o bem estar das populações no presente, e tendo em vista o das gerações futuras, ou seja identificado com os princípios inerentes à sustentabilidade.

Os critérios apresentados e, por nós, defendidos do ponto de vista estratégico, requerendo uma adequação às realidades – a localidade, a participação, o envolvimento e a sustentabilidade – adquirem maior relevância quando se analisam economias de pequena dimensão, marcadas por condicionalismos vários, como sucede com os PEID. Nestes casos, face à sua condição insular, que tem condicionado o desenvolvimento, pelo isolamento e pela distância, agravando as dependências em relação ao exterior e aprofundando as fragilidades

socioeconómicas internas, o incentivo à criação de redes geradoras de autonomia interna, fundamentadas no reforço identitário e na auto-estima comunitária, foi considerado fundamental do ponto de vista estratégico.

A metodologia de análise utilizada para a explicitação do conceito de turismo coincidiu com a anteriormente adoptada para o de desenvolvimento, pelo que procurámos apresentar os contributos teóricos mais relevantes, através da identificação das diferentes formas que o fenómeno revestiu, ao longo dos tempos, tendo sido privilegiada na análise a relação com o lazer. O turismo tem sido considerado como um sector estratégico porque dinâmico, promotor de mudanças várias, no sentido da melhoria das condições de vida das populações envolvidas e do crescimento económico dos países onde é incrementado.

Por um lado, encerra múltiplas oportunidades e viabiliza a modernização das infraestruturas internas, promovendo um aumento dos conhecimentos e da qualificação da mão-de-obra, gerando a criação de novos postos de trabalho e permitindo um aumento no rendimento das famílias. Paralelamente, foi concebido como um meio de valorizar tanto as potencialidades naturais, através do controle da degradação ambiental, decorrente da exploração e do consumo não controlados, como as características culturais tradicionais, que estão na base do reforço da identidade nacional. Por fim, foi entendido, sobretudo para as realidades insulares de pequena dimensão, como um factor de ligação com o mundo, minimizando os constrangimentos impostos pelo isolamento, pela distância em relação aos principais centros internacionais, e pela própria dimensão.

Como referimos anteriormente, tal como privilegiámos as abordagens alternativas do desenvolvimento, também no que respeita à problemática do turismo, optámos pela valorização das novas formas de turismo, que concebem o desenvolvimento da actividade com um carácter de continuidade, progressivo e sustentável, otimizando os recursos disponíveis, sejam financeiros, naturais ou humanos.

A opção pela pequena dimensão e pela localidade, com envolvimento comunitário, consubstanciado na participação de grupos locais nas actividades quotidianas, apresentando sugestões e colaborando activamente nos projectos ecoturísticos, foi assim considerada determinante. Os resultados efectivos, decorrentes deste tipo de estratégia, de natureza económica e social, revelam-se aparentemente mínimos, mas com o tempo permitem a

aquisição de sustentabilidade e de autonomia, não só para os promotores, como também para as comunidades envolvidas.

A prática turística fundamentada nas abordagens alternativas reúne um conjunto de traços que a identificam e particularizam pela diferença. Assim:

- Defende a adopção de comportamentos responsáveis por parte dos diferentes actores envolvidos, valorizando o respeito com um duplo sentido – pela especificidade ambiental, preservação do meios e protecção de espécies e pelas diferenças socioculturais.
- Sobrevaloriza a categoria do turista “alocêntrico” relativamente às restantes, ao procurar o desenvolvimento de actividades de lazer, em destinos pouco explorados, do ponto de vista ambiental e cultural, entendendo a viagem como uma experiência única.
- Fundamenta-se na pequena dimensão, na promoção nacional e privada dos projectos e na dimensão local da gestão.
- Requer um planeamento integrado, de forma a controlar as pressões exercidas sobre o meio e as comunidades, minimizando os efeitos negativos e potencializando as vantagens.
- Promove a protecção ambiental, de fauna e de flora, já que é uma actividade que é desenvolvida em meios naturais preservados.
- Valoriza o contacto com as comunidades locais e o respeito pelas culturas tradicionais.

No que respeita à valorização do turismo a nível mundial, da análise realizada, podemos afirmar que o sector tem sido desigualmente implementado, do ponto de vista regional, sendo considerado uma prioridade para a maioria dos países do mundo, mas em períodos históricos diferenciados, tendo sido alvo de incrementos ou, ao contrário, sofrido decréscimos de importância ao longo do tempo.

No que respeita ao continente africano, os índices de crescimento da actividades evidenciam a existência de situações de desequilíbrio, nomeadamente com a reduzida importância evidenciada pela sub-região da África Central, quando comparada com outras sub-regiões. No contexto da África Central, o caso da RDSTP pode ser caracterizado como atípico, dado que a tendência das receitas geradas não tem acompanhado, nem o ritmo de crescimento das chegadas de turistas internacionais, nem a crescente valorização do sector.

Enquanto economia insular, a RDSTP tem, por um lado, sofrido os efeitos decorrentes da sua condição – isolamento, distância e reduzida dimensão do arquipélago, factores condicionantes comuns aos PEID. De forma particular, e atendendo para as especificidades do arquipélago, o

país foi caracterizado a partir de um conjunto de factores, entre os quais podemos destacar, com o objectivo da sistematização:

- A instabilidade política vivida, com um carácter cíclico, traduzida na emergência de crises governamentais, que têm apenas desencadeado processos de alternância no poder, situação agravada nos últimos anos, após a negociação dos blocos petrolíferos com a Nigéria, que, por sua vez, também foram objecto de revisões sucessivas.
- A existência de um sistema público marcado pela burocracia, herdada do período colonial, perceptível, por exemplo, no enquadramento legislativo caracteristicamente desactualizado, que se encontra em vigor, bem como na inexistência de um quadro regulamentar adequado e dos respectivos mecanismos de controle, direccionados para as áreas sectoriais do ambiente e do turismo.
- A excessiva concentração das atenções, por parte dos representantes do poder político, e das expectativas da generalidade da população nos supostos benefícios que serão gerados com a exploração petrolífera, estando a ser negligenciada a valorização e o incremento de outros sectores produtivos.
- A fragilidade económica traduzida num sector produtivo incipiente e pouco diversificado, principalmente caracterizado pelo predomínio do sector primário, maioritariamente destinado ao auto-consumo, encontrando-se ainda associado ao incremento de actividades informais.
- O crescimento muito acentuado, repentino e abrangente do sector informal da economia, sobretudo das actividades terciárias, sem se verificar o acompanhamento da capacidade interna de consumo, que tem permanecido, ao longo do tempo, caracteristicamente limitada.
- O rápido crescimento do sector monetário e cambial informal e paralelo, evidenciando a instabilidade e a precariedade do sistema financeiro de natureza formal.
- A fraca capacidade de investimento do empresariado nacional, associada à ausência de medidas generalizadas de incentivo e de apoio à iniciativa privada, nomeadamente evidenciadas pela inexistência de um sistema de créditos com fins produtivos e vocacionado para a modernização da estrutura empresarial, bem como de benefícios concedidos ao investidor.
- As especificidades culturais, que indiciam a ausência de estratégias educativas e formativas, promotoras do aumento das qualificações e da capacitação técnica e profissional direccionada para o desempenho funcional. Esta situação é uma realidade para a população activa, com efeitos agravados quando se analisa a importância dos estratos infante-juvenis em idade escolar, que perfazem cerca de metade da população santomense.
- A degradação ambiental, essencialmente resultante da acção humana, relacionada com a sobre-utilização de recursos naturais, tais como a deflorestação e a extracção de inertes, sobretudo de areia, pondo em causa os habitats florestais e marinhos.
- A captura desregrada e o conseqüente consumo de espécies, principalmente faunísticas, pondo em causa a biodiversidade e ameaçando de extinção espécies endémicas.

Mas, por outro lado e podendo parecer contraditório, do ponto de vista da implementação de uma estratégia fundamentada no segmento do turismo ecológico, a RDSTP tem beneficiado com a influência destes factores normalmente entendidos como condicionantes.

Por um lado, porque só é possível implementar, o segmento ecológico, em meios ambientais preservados, que privilegiem a protecção e a valorização dos ecossistemas terrestre e marinho, viabilizando a observação de espécies de fauna e de flora. Por outro lado, porque as novas formas de turismo procuram associar à observação e ao meio ambiente, o contacto com grupos comunitários caracterizados por elementos culturais tradicionais, entendidos como autênticos, que conferem e reforçam o sentimento identitário e a auto-estima das populações autóctones.

Após a discussão teórica dos principais conceitos, e atendendo às características da RDSTP, enquanto PEID, nomeadamente as relativas à preservação ambiental e à cultura tradicional, considerámos que uma das vias estratégicas de promover o desenvolvimento de longo prazo passava pela dinamização do turismo alternativo, particularmente do segmento ecológico. Assim, considerámos viável, para o desenvolvimento da RDSTP, a associação entre os contributos estratégicos introduzidos pelas novas abordagens do desenvolvimento e as formas alternativas de turismo, o que significa uma complementaridade entre um conjunto de pressupostos estratégicos entre os quais:

- a viabilização de projectos turísticos de natureza ecológica, independentemente do meio natural onde são promovidos – florestal ou costeiro – desde que ambientalmente integrados,
- a valorização da gestão local das iniciativas, enquadrando a promoção no seio comunitário, criando redes endógenas de sustentação dos projectos, com base nos recursos locais, sejam materiais sejam humanos, nomeadamente recorrendo aos sistemas produtivos locais, bem como à mão-de-obra disponível e sub-aproveitada,
- a melhoria das condições de vida das populações abrangidas pelos projectos, através da criação de postos de trabalho locais e permanentes, permitindo às famílias auferir rendimentos com um carácter de continuidade, e favorecendo a sua fixação nas povoações de origem, reduzindo os processos migratórios e os efeitos da desertificação, principalmente em meio rural,
- a possibilidade da população local adquirir novos conhecimentos, “reciclar” os saberes tradicionais e aumentar as qualificações funcionais, através da frequência, mesmo que informal, de ciclos formativos, com características profissionalizantes,

- a promoção da cultura tradicional, permitindo aprofundar o sentimento de pertença comunitária, de identidade nacional e de auto-estima, através divulgação das diferentes manifestações – gastronomia, música, dança, contos tradicionais e poesia popular, festividades, crenças e práticas religiosas, formas artísticas, entre outras,
- o incentivo à preservação ambiental e à protecção de espécies, valorizando-se a ecopedagogia através de campanhas de sensibilização.

O ponto de partida da análise dos estudos de caso foi a concepção de microprojectos de âmbito local, que permitissem o envolvimento comunitário, requerendo a participação das populações locais nas diferentes actividades, adoptando mecanismos de responsabilização.

As iniciativas estudadas foram localmente entendidas como promotoras de desenvolvimento sustentável na RDSTP, tendo, na maioria das situações, reduzida dimensão e gerando apenas efeitos localizados. Apesar de, como foi referido, termos privilegiado a análise micro, não desvalorizámos o enquadramento macrosociológico, tendo-o adoptado como meio de contextualização e de fundamento dos casos em estudo, viabilizando a sua caracterização.

Durante a pesquisa no terreno tivemos a preocupação de privilegiar diferentes actores, em função dos níveis de análise considerados. Assim:

- No nível nacional, valorizámos o papel do Estado, pelo que contactámos os representantes do poder público que mais se relacionam com a temática em estudo – a Direcção de Turismo e Hotelaria, a Secretaria de Estado do Ambiente, a Direcção das Florestas, a Direcção dos Recursos Naturais e a Direcção Geral da Agricultura.
- No nível internacional, privilegiámos um conjunto diversificado de instituições, com ligações variáveis ao tema em estudo: a ECOFAC, programa ambientalista financiado pela União Europeia; as companhias de aviação a operar entre o arquipélago e a Europa, a TAP Air Portugal e a Air Luxor; uma iniciativa de turismo ecológico não rural, que tem adquirido visibilidade com o tempo, as Rotas d'África; um projecto que reveste a forma de turismo de aventura, o LZEC, e as iniciativas informais, através do Trilhos da Gravana.
- No nível local, analisámos, de forma aprofundada, cinco projectos ecoturísticos, de base rural, evidenciando graus diversos, no que respeita à implementação, aos resultados, à participação e ao envolvimento das populações locais, tendo sido privilegiados os promotores e os representantes comunitários – as Roças de Bombaim, de S. João, de Monte Forte, da Colónia Açoreana e do Chamiço.

Após a pesquisa desenvolvida no terreno, que viabilizou a análise, decorrente da conjugação de técnicas qualitativas e quantitativas dos dados recolhidos, podemos afirmar que o turismo é um sector que, na RDSTP, se encontra ainda numa fase inicial de implementação, se bem que



evidencie uma tendência para a expansão da oferta, com diversificação dos produtos turísticos.

A primeira dificuldade com que nos confrontámos relacionou-se com a análise quantitativa dos dados disponibilizados pelos diferentes organismos consultados, nomeadamente no que respeita à especificação das entradas e das saídas do arquipélago, com identificação das diferentes motivações.

Na verdade, os dados consultados e analisados não nos permitiram particularizar as diferentes situações, determinando a importância relativa do ecoturista face a outras categorias anteriormente apresentadas, tais como o turista de negócios e o cooperante, o familiar, o balnear ou heliotrópico e o cultural, entre outros. Assim, a caracterização do turista tipo assentou na conjugação da informação disponibilizada pelos promotores, pelos líderes comunitários, pela observação directa e pela análise dos questionários.

A valorização e a divulgação da RDSTP como destino turístico são medidas recentes, resultando da adopção de estratégias competitivas, principalmente promovidas pelas companhias de aviação. Neste sentido têm-se associado a unidades hoteleiras de características balneares, evidenciando elevada capacidade de acolhimento, em detrimento dos projectos ecológicos rurais, oferecendo pacotes promocionais com tarifas reduzidas. Esta situação adquiriu particular importância com a implementação da Air Luxor STP, representando o principal elemento de competitividade e de concorrência no sector turístico.

De uma forma geral, podemos afirmar que, desde 2002, se registou a diversificação das possibilidades, no que respeita aos serviços prestados, aos alojamentos e às actividades que podem ser desenvolvidas, em período de férias ou de lazer, em função do meio envolvente e dos objectivos da deslocação. Assim encontram-se no arquipélago: alojamentos com características urbanas, rurais e costeiras; meios citadinos, agroflorestais e heliotrópicos; actividades culturais, de “trekking”, de observação de espécies e enquadradas por praia, favorecendo o descanso, a observação e o “snorkeling”.

Em termos gerais, podemos afirmar que, ao longo do tempo, e desde o início da década de 90, aquando da liberalização da economia, o turismo na RDSTP tem evidenciado uma reduzida importância, revestindo, como forma principal, a vertente de negócios (cf. Primeira Parte, II.), dado que a maioria das deslocações efectuadas ao arquipélago teve objectivos profissionais

ou foi enquadrada por missões de curta duração. A diversificação das formas turísticas é recente, posterior a 2000, encontrando-se ainda em fase de implementação, sobretudo no que respeita ao segmento ecológico, fundamentado em meios naturais dotados de especificidade.

As medidas adoptadas, vocacionadas para a preservação ambiental, podem ser definidas como pontuais e sectorialmente direccionadas, sendo maioritariamente promovidas por associações e organizações várias, apoiadas financeira e tecnicamente por programas externos, como a ECOFAC, não dependendo, de forma directa e imediata, do poder instituído.

No que respeita ao Estado, pudemos constatar a existência de uma preocupação por parte dos principais órgãos governamentais, com um triplo sentido:

- A tentativa, por parte da DTH, de adopção de medidas estratégicas, que permitam a viabilização do turismo como sector prioritário, atendendo para uma perspectiva de longo prazo, dadas as vantagens inerentes, sobretudo quando perspectivadas de forma comparativa com outras actividades económicas.
- A preocupação, por parte da Direcção de Florestas, da Secretaria de Estado do Ambiente, e da Direcção de Recursos Naturais, com a preservação ambiental, nomeadamente relacionada com a protecção de espécies faunísticas e florísticas, em meios terrestres, sobretudo florestais e marinhos ou costeiros, mas também com a manutenção do equilíbrio, no que respeita à exploração de recursos naturais, particularmente de inertes.
- A atenção, por parte da DTH, da Direcção Geral da Agricultura, da Direcção das Florestas e da Secretaria de Estado do Ambiente, com a valorização da ruralidade, mediante a reabilitação dos espaços físicos e arquitectónicos das roças, bem como através do envolvimento das populações locais e do incentivo à participação, através da realização de ateliers comunitários e de sessões de esclarecimento e de sensibilização

O Estado definiu o turismo ecológico e as práticas vocacionadas para a preservação do ambiente como a estratégia a implementar a partir de 2002, opções formalizadas em declarações públicas proferidas por diferentes representantes governamentais, como a Primeira Ministra, o Ministro do Turismo e o Director de Turismo e Hotelaria. Ao longo do tempo, e até Maio de 2004, esta opção foi sendo reforçada através da realização de encontros, como o “Seminário Internacional sobre o Ecoturismo” e a “Mesa Redonda”, e a elaboração de documentos orientadores, como é o caso do “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo na República Democrática de São Tomé e Príncipe”.

Apesar das intenções explicitadas, a observação e os contactos directos permitiram-nos constatar que, as iniciativas organizadas e planeadas pelo poder institucional foram marcadas

pela burocracia e condicionadas por um conjunto de factores, tais como a falta de cobertura financeira pelo Orçamento Geral do Estado e de apoios externos, bem como a inexistência de parcerias com as companhias de aviação, originando a morosidade. Na realidade, qualquer uma das iniciativas programadas e realizadas – o EDUTOUR, o Seminário Internacional e a Mesa Redonda – sofreu atrasos sucessivos em relação ao inicialmente previsto, pelo que a implementação do programa definido nos prazos identificados, fica à partida condicionada.

É de destacar que, a partir da análise, identificámos uma contradição entre o objectivo geral, apresentado no PEDTSTP, e a estratégia oficialmente defendida pelos órgãos de soberania, que passamos a sistematizar:

- Por um lado, como já foi referido, a estratégia nacional assente no desenvolvimento turístico do arquipélago está fundamentada no conceito de turismo ecológico: evidenciando as potencialidades naturais; procurando a preservação das zonas florestais e costeiras e a protecção de espécies, particularmente endémicas; incentivando os contactos com as comunidades locais, envolvendo-as nas iniciativas e valorizando os traços e as práticas culturais tradicionais. Este é, como foi anteriormente analisado, o turismo alternativo, que privilegia a pequena dimensão, a baixa densidade e a dispersão, o contacto directo, o atendimento personalizado, a implementação e a gestão local dos projectos, podendo ser particularmente identificado com o que se tem praticado nas roças estudadas.
- Por outro lado, o planeamento apresentado no PEDTSTP prevê que, com o desenvolvimento do sector, através do cumprimento dos requisitos propostos, se atinja em 2010, um número anual de turistas internacionais na ordem dos 25.000. Por outro lado sugere que o planeamento do sector seja efectuado recorrendo, de forma prioritária, à criação de infraestruturas de alta densidade, dotadas de elevada capacidade de acolhimento e concentradas na faixa costeira.

Se o acréscimo de visitantes, previsto no PEDTSTP, se confirmar, a capacidade de acolhimento terá de aumentar, não apenas no sentido da valorização do ecoturismo, que actualmente está a ser implementado e desenvolvido nas roças, como comprovado pelos casos estudados, mas sobretudo através da criação de novos empreendimentos de elevada capacidade, que permitam responder às necessidades da procura.

Este pressuposto, que privilegia a grande dimensão, a capacidade alargada de acolhimento e a criação de infraestruturas de apoio diversificadas e abrangentes, também previstos no PEDTSTP, revela-se contrário aos princípios defendidos pelas novas formas de turismo, pelo que a preservação ambiental tende a ser secundarizada, pelo agravamento da carga exercida sobre os meios, principalmente costeiros, mas também florestais.

Da mesma forma, pela contínua influência externa, os efeitos sobre as comunidades locais e a cultura tradicional são múltiplos, podendo evidenciar-se, de forma particular, os aspectos negativos decorrentes da actividade turística, em detrimento das vantagens, tais como o aumento das qualificações e do emprego formal. Neste contexto, referimo-nos por exemplo aos efeitos perversos, de índole social, que apesar de já se sentirem, têm ainda uma dimensão controlada e reduzida, tendendo facilmente a ser alvo de agravamentos, como é o caso da prostituição infanto-juvenil directamente associada ao turismo sexual

Na verdade podemos mesmo afirmar que, atendendo à dimensão do arquipélago, às características ambientais e às principais potencialidades, à estrutura comunitária do país e aos recursos disponíveis, a valorização do segmento ecológico será posta em causa com o acréscimo do número de turistas esperado, bem como com a implementação linear do PEDTSTP, sem revisões e adaptações.

Além do papel do Estado na promoção do sector, pudemos confirmar, através da observação, a existência de uma multiplicidade de operadores turísticos a desenvolver a actividade, cobrindo, nesta fase de implementação, e na maioria das situações, um leque diversificado, abrangente e pouco especializado de serviços.

Dos dois casos de operadores turísticos estudados, pudemos constatar uma tendência para a especialização na prestação de serviços, sendo privilegiado o segmento ecológico de contornos rurais, as actividades integradas na natureza, a observação e as visitas a localidades com estabelecimento de contactos com as populações locais. A viabilidade deste segmento é duplamente justificada:

- Pelas potencialidades naturais, traduzidas nos recursos turísticos que caracterizam o produto: meios florestais e montanhosos, propícios ao desenvolvimento de actividades de “trekking”, associadas à observação de espécies; meios costeiros, favorecendo a prática balnear e os desportos náuticos, não motorizados.
- Pelas características da procura, já que o tipo de turista é definido de acordo com a categoria alocêntrica, podendo ainda ser considerado maioritariamente como explorador e amante da natureza, sendo motivado, na deslocação, por meios ambientais preservados e pela possibilidade de contactar directamente com comunidades e culturas diferentes.

No que respeita ao envolvimento comunitário na promoção da actividade, constatámos que, na generalidade dos casos estudados, se centra na prestação de serviços, com um carácter temporário, podendo ser equacionado com a criação de emprego, valorizando-se o auto-

emprego, associado à formação técnica e direccionada do ponto de vista funcional. Estes são, por exemplo, os casos dos ecoguias que, tanto acompanham grupos nas actividades, como colaboram na abertura e na manutenção de trilhos e de caminhos, participando nas campanhas de sensibilização e de protecção ambiental.

A participação e o envolvimento comunitários, de acordo com os pressupostos defendidos da Primeira Parte do estudo, verificaram-se apenas com um carácter pontual. Na maioria das situações pudemos perceber:

- A inexistência de tradição participativa nos diferentes grupos comunitários, independentemente da origem ser angolara ou cabo-verdiana. A população santomense tem apresentado, ao longo do tempo, e como efeito do passado colonial, traços característicos de submissão e de passividade, pelo que a participação activa e espontânea na vida comunitária e nacional é entendida com reservas.
- O incentivo à participação nos projectos ecoturísticos rurais, bem como das iniciativas informais é, na generalidade, uma atribuição dos promotores, sendo da sua responsabilidade, sendo evidenciado através da auscultação directa e dos apelos efectuados junto dos líderes e dos representantes comunitários, no sentido da colaboração, principalmente de natureza funcional. De uma forma geral, estas iniciativas têm resultado positivamente, traduzindo-se no envolvimento das comunidades na vida do projecto, com identificação dos objectivos como comuns.
- O envolvimento comunitário nas iniciativas não rurais, não só não é incentivado pelos promotores, como é entendido como um factor de bloqueio ao desenvolvimento do próprio projecto.
- A intervenção do Estado, na procura de envolvimento comunitário, através da realização de acções pontuais e de visitas, é entendida de forma coerciva pelos grupos, condicionando as atitudes participativas dos membros, conferindo-lhes falta de espontaneidade e resultando na retracção comportamental, muitas vezes por desconfiança e incredulidade.

Paralelamente e de forma complementar à actividade dos operadores e das agências turísticas, percebemos que os alojamentos ecológicos, rurais e não rurais, que se enquadram no conceito de turismo alternativo, foram alvo de incentivo, adquirindo expressão e importância, com o tempo. Na realidade, a maioria das iniciativas estudadas – as cinco de natureza rural – tem um âmbito local, é promovida e gerida localmente, estando enquadrada por meios ambientais preservados e conciliando a presença das comunidades, tentando a sua integração.

Da análise dos dados, mas sobretudo da observação directa, pudemos perceber que os projectos rurais em actividade evidenciam, por um lado, aspectos comuns, diferenciando-se, por outro, pelas especificidades particulares. Assim:

- Aspectos comuns – a totalidade dos promotores pretende implementar projectos agroturísticos integrados, associando as actividades produtivas tradicionais à dinamização turística, respeitando a arquitectura original, de características coloniais através de reabilitação arquitectónica. Por outro lado, procuram preservar o ambiente, através da realização de acções de sensibilização junto das comunidades, e o envolvimento comunitário, principalmente evidenciado através da colaboração funcional na reconstrução, na produção e na prestação de serviços. Por fim, o turista tipo que procura o alojamento nas roças é caracteristicamente alocêntrico, explorador e amante da natureza, procurando associar o contacto com os meios envolventes e com as comunidades locais.
- Especificidades – as cinco iniciativas analisadas distinguem-se pelas particularidades relacionadas com o investimento pessoal dos promotores e com o tempo de vida do próprio projecto. Mas sobretudo, pelos serviços prestados, pela intensidade dos contactos mantidos com as comunidades, no sentido da promoção da participação e do consequente envolvimento, pelas medidas adoptadas para a preservação ambiental e pelos resultados obtidos, que são variáveis.

Na verdade, da observação, tornou-se evidente que cada promotor nacional procura particularizar e individualizar as suas experiências e os próprios projectos, com base na personalização dos serviços prestados e na valorização da oferta de produtos típicos, confeccionados e produzidos internamente, representando a tentativa de criação de uma imagem de marca que, com o tempo, tem adquirido importância. É o caso da produção artística, do café torrado, dos licores de jaca e de ananás, ou dos sacos aromáticos com ylang-ylang da roça de S. João, efectivados por membros das comunidades envolventes, bem como das especiarias transformadas, de acordo com as técnicas artesanais, na Colónia Açoreana.

Das iniciativas rurais estudadas, pudemos perceber a existência de uma associação recente, marcada pela informalidade, pelo que não a podemos denominar de parceria, entre o Estado, através do actual Director de Turismo e Hotelaria, e os promotores locais, no sentido da dinamização dos espaços rurais, as actuais roças e antigas unidades de exploração agrícola. Assim, os contactos e as tentativas de incentivo são pautadas pela proximidade dos contactos directos, no sentido do aconselhamento e do apoio moral, conforme foi referido pelos entrevistados, não estando, contudo, previsto qualquer apoio financeiro.

No que respeita ao relacionamento com as comunidades locais envolventes, pudemos constatar que são variáveis, de caso para caso, em função de um conjunto de factores: do tempo de permanência do promotor na roça e do historial dos contactos mantidos com os líderes comunitários; do tempo de vida do projecto; da capacidade do promotor em dinamizar

a participação, não só nas actividades quotidianas, mas sobretudo na auscultação de opiniões e na receptividade evidenciada para acolher sugestões, valorizando-as e aplicando-as; na capacidade criativa de gerar emprego diversificado, do ponto de vista funcional, mesmo com um carácter temporário, e sem discriminação de sexo ou de idade, apostando na reconversão profissional.

Dos cinco casos rurais analisados, podemos afirmar que os mais bem sucedidos são os pioneiros e que funcionam há mais tempo. O que apresenta mais resultados reais é o da Roça de S. João, no que respeita, à preservação ambiental, à capacidade criativa dos promotores, à dinamização dos mecanismos participativos, apresentando resultados efectivos de envolvimento comunitário, de reforço da auto-estima, de aprofundamento do sentimento identitário, bem como de fixação das populações envolvidas, existindo mesmo situações de regresso.

Este é também o caso que melhor ilustra a preocupação formativa e relacionada com a qualificação funcional, bem como com a criação de emprego, com um critério de diversificação e de reconversão profissional, sobretudo dos mais velhos, fazendo, não só com que não sejam excluídos, como é característico na sociedade santomense, mas sobretudo com que se sintam úteis, contribuindo para o desenvolvimento do projecto, fazendo parte dele. Em relação à sustentabilidade, este é também o caso que melhor a traduz, dado ser um projecto que tem sido perspectivado no longo prazo, nas fases de reabilitação arquitectónica, na concepção produtiva agropecuária, na criação artística e no progressivo aumento da capacidade de acolhimento.

O caso de Bombaim é o que, em termos de resultados reais sucede a S. João, sendo de destacar que, de certa forma, são projectos que apresentam ligação. Assim, são os pioneiros e têm sido dinamizados em paralelo, também pelas agências turísticas nacionais.

Os casos que evidenciam maiores fragilidades são Monte Forte, dado ser o mais recente, pelo que não apresentava, no decurso da pesquisa no terreno, resultados efectivos, e o Chamiço, pelas dificuldades no estabelecimento de contactos entre a promotora e uma das comunidades locais, limitando as possibilidades de envolvimento e desincentivando a participação.

Como referimos, no que respeita ao turismo ecológico não rural, vimos o estudo limitado a uma única iniciativa, evidenciando-se, de qualquer forma, um conjunto de características

diferenciadas das apresentadas para os projectos anteriores. O projecto estudado particulariza-se, não apenas pelos objectivos implícitos, pela capacidade de acolhimento, pelos serviços oferecidos e pela forma de gestão, mas também pela aposta na qualidade padronizada à imagem ocidental, traduzida na realização de ciclos de formação internos, direccionados para a oferta de um modelo de serviços standard, aproximando-se dos padrões internacionais.

Neste caso, a promoção e a gestão é da responsabilidade de uma sociedade estrangeira, não requerendo incentivo governamental ou outros apoios, visto que, após a negociação da concessão, adquiriu autonomia na gestão.

Como imagem de marca, privilegiou a integração ambiental e paisagística, em detrimento do envolvimento comunitário e do contacto com os grupos residentes, dado que, ao contrário dos casos de turismo rural analisados, se verificou uma tentativa de afastamento, por negociação com os representantes comunitários, não conseguida na totalidade, das populações locais em relação ao projecto e aos turistas.

É ainda de destacar que não existe entendimento mútuo, entre os promotores das iniciativas de turismo balnear e os promotores dos projectos agroturísticos. Assim, as referências de uns em relação aos outros evidenciam desconforto e não coincidência de concepções e de objectivos. Por um lado, os promotores rurais não consideram as iniciativas estrangeiras de natureza balnear como ecológicas, classificando-as como as promotoras por excelência da extracção de matérias primas, tais como as madeiras e a areia, necessárias para a construção dos complexos, pondo em causa o equilíbrio ambiental.

Por outro lado, os promotores do resort desvalorizam as iniciativas rurais, considerando-as desarticuladas, não apresentando visibilidade no que respeita aos resultados económicos no longo prazo e de forma consequente à sustentabilidade.

Após a análise transversal efectuada, do ponto de vista metodológico, relembramos as hipóteses, com o objectivo da sua verificação, tendo sido, no geral, privilegiados os critérios qualitativos, dada a natureza do estudo, as dificuldades encontradas com as sistematizações quantitativas e as técnicas de recolha por nós valorizadas.

*A.1. Os complexos turísticos criam novas condições para as comunidades locais através da diversificação dos processos produtivos, até aqui tradicionais, do aumento da*



*qualificação da mão-de-obra local e da conseqüente diversificação das experiências profissionais.*

A primeira sub-hipótese confirma-se dado que, em qualquer um dos projectos estudados, seja de natureza rural ou balnear, verificou-se uma aposta na qualificação da mão-de-obra local, evidenciando uma preocupação sectorial e funcional, predominantemente de índole técnica e profissionalizante. Na totalidade dos casos, a formação foi considerada como um requisito para a dinamização do sector e, em particular, do projecto, sendo assegurada localmente, pelos promotores, através de mecanismo informais.

Apesar de considerarmos oportuna a apresentação de dados quantitativos, em termos de certificação da representatividade e da importância de alguns indicadores, não dispomos de quantificações fiáveis que confirmem estatisticamente, por iniciativa, o número de acções formativas realizadas e planeadas, de funcionários abrangidos, de postos de trabalho criados e reconvertidos. Esta questão deve-se à não existência de dados oficiais quantificados e fiáveis, bem como à resistência manifestada pelos promotores em disponibilizar informação quantitativa.

Face à dificuldade encontrada com as quantificações, procurámos justificar e confirmar a preocupação com a qualificação e a efectivação da formação, recorrendo a informação qualitativa, disponibilizada pelos informantes privilegiados, pelos entrevistados, pela auto-verificação dos representantes comunitários envolvidos, bem como pela observação directa.

Por outro lado, pudemos confirmar, através de contacto directo, a existência de iniciativas rurais que apostam na reconversão profissional, como forma de diversificar oportunidades, não só entre a população local activa como nos estratos etários aposentados. Nestes casos, e dado que o “velho” tem um estatuto particular na RDSTP, conotado socialmente de forma negativa, a experiência profissional, fundamentada no saber fazer e no conhecimento tradicional, tem sido valorizada porque entendida como uma mais valia para o projecto, para os promotores, para toda a comunidade e para o turista.

Assim, pudemos perceber a aposta na diversificação das actividades e dos processos produtivos, associando as funções tradicionais às emergentes, nomeadamente as que se relacionam de forma directa com o sector, mas também com as funções colaterais, tais como a

construção, a agricultura, a transformação artesanal de produtos agrícolas, a pecuária, a pesca, o artesanato, os grupos corais, musicais e vocacionados para a animação, entre outros.

Neste sentido, podemos afirmar que as iniciativas de turismo ecológico são promotoras e dinamizadoras de novas oportunidades, incentivando a modernização produtiva associada à adequada qualificação.

*A.2. Através da criação de novos postos de trabalho e da dinamização da produção agrícola, o turismo alternativo promove uma melhoria qualitativa das condições de vida das populações das comunidades locais, nomeadamente mediante o aumento e a diversificação das fontes de rendimento.*

A segunda sub-hipótese foi comprovada, dado que, os projectos estudados são, normalmente definidos como agroturísticos e qualificados de integrados, pelo que associam um conjunto de actividades produtivas consideradas complementares e desenvolvidas no seio das comunidades.

Também no que respeita à segunda sub-hipótese, não dispomos de quantificações que permitam caracterizar com fiabilidade as alterações no rendimento dos agregados familiares, antes e depois da dinamização dos projectos turísticos. Esta informação foi-nos transmitida pelos canais qualitativos, que se revelaram mais pertinentes dada a natureza da pesquisa e a inexistência de quantificações.

As iniciativas têm permitido a criação de novos postos de trabalho, directos e indirectos, criando uma lógica circular na dinamização produtiva: o projecto agroturístico necessita, para o seu funcionamento, de produção agrícola, piscatória e pecuária, sem quebras de fornecimento e com características regulares, no que respeita ao ritmo produtivo. Por sua vez, os produtores locais necessitam que os promotores turísticos adquiram, com continuidade, os bens produzidos, de forma a assegurar o rendimento económico, que permite garantir a subsistência das famílias. Desta forma, e de acordo com as diferentes recolhidas dos diferentes informantes, bem como da observação directa, podemos dizer que tem sido criada e incentivada uma lógica de interdependência entre os diferentes sectores produtivos.

Por outro lado, com a diversificação produtiva, já existente, destinada ao consumo local, e o incentivo à produção regular, o emprego, mesmo que caracteristicamente familiar, aumentou permitindo a aquisição local de um rendimento regular. Este rendimento é, normalmente,

associado ao tradicional, resultante da comercialização dos excedentes agrícolas, em mercados locais e em feiras.

No que respeita à melhoria qualitativa das condições de vida das populações, podemos destacar, que o principal benefício verificado, aquando da observação e das visitas, resultou, nos casos da Roça de S. João, Colónia Açoreana e Monte Forte, numa maior acessibilidade à frequência escolar, com aumento dos graus de ensino, pela implementação de escolas e de serviços de apoio. Assim, verifica-se uma cobertura alargada do sistema de ensino formal, com incentivo do ensino informal, vocacionado para as artes e estimulando a criatividade nas populações infanto-juvenis.

*A.3. A identidade cultural das comunidades locais é respeitada, preservada, transmitida e divulgada através de actividades explicitamente orientadas pelos promotores turísticos ao visitante que procura autenticidade e especificidade cultural.*

A terceira sub-hipótese foi verificada, dado que, nos projectos analisados o turista tipo tem características alocêntricas, demonstrando interesse pela descoberta e pela exploração de ambientes diferentes, do ponto de vista natural e cultural, marcados pela especificidade.

A procura da particularidade cultural, pelo turista, é equacionada com a autenticidade, mais facilmente encontrada nos meios rurais e isolados, onde a tradição, o costume e a oralidade caracterizam a História das comunidades. Na RDSTP, o turista que procura alojar-se nas roças, ou visitá-las, tem por objectivo apreender as diferenças culturais e aprofundar o conhecimento, através da valorização das vivências, da experiência pessoal, do contacto directo e da observação.

A informação recolhida para a confirmação desta sub-hipótese resultou da associação entre as técnicas qualitativas, privilegiadas no decorrer de toda a investigação, a aplicação de inquéritos por questionário a participantes de actividades informais e da iniciativa de turismo de aventura analisada e da observação directa. Em qualquer uma das quantificações conseguidas, pudemos perceber uma sobre-valorização dos contactos com as comunidades, independentemente dos meios onde ocorriam e do tipo de contacto estabelecido, sendo sempre avaliados positivamente.

Na totalidade dos casos estudados, mas com maior evidência no de S. João, a vertente cultural, é propositada e estrategicamente valorizada e promovida, já que a roça, além da função agroturística funciona como um atelier “em embrião”, procurando o promotor estimular a criatividade artística dos mais jovens, garantindo a divulgação e a venda dos trabalhos que revelem qualidade, na capital ou no exterior.

A valorização e a divulgação cultural tem sido efectuada em diferentes níveis, alguns passando despercebidos ao turista – na decoração, na gastronomia, na animação nocturna, nas conversas possíveis com os membros mais velhos, que revestem também o papel do “contador de histórias”, e de vivências na primeira pessoa, nas exposições de pintura e de escultura, mas também na possibilidade de observação e de contacto com os artistas, entre outros aspectos. Estes elementos são apresentados pelos promotores, incentivando o turista a conhecer, a respeitar e a apreciar as diferentes manifestações culturais, bem como os traços tradicionais.

*A. Na República Democrática de São Tomé e Príncipe, a partir da década de 90, a oferta de produtos turísticos alternativos é um dos factores de desenvolvimento local sustentável.*

A primeira hipótese geral confirma-se, visto que, a partir da década de 90, se verificou a proliferação de iniciativas de turismo, que, com o tempo, foram sendo diversificadas, sobretudo a partir de 2000, revestindo diferentes formas, nomeadamente as alternativas, com destaque para o segmento ecológico. No início, os projectos caracterizaram-se por uma certa “timidez” no investimento e reserva nos resultados, para adquirirem maior visibilidade a partir de 2002, com a oficialização da estratégia nacional de promoção do ecoturismo, numa perspectiva de sustentabilidade.

Actualmente e dadas as diferentes potencialidades produtivas e de dinamização, inerentes aos projectos, anteriormente apresentadas, podemos afirmar que são dotados de capacidade criativa, de inovação e de promoção de mudanças a um nível micro, gerando efeitos localizados.

Dada a natureza integrada das iniciativas estudadas e o carácter localizado dos projectos, pode dizer-se que os resultados para os promotores e para as comunidades envolvidas são evidentes. Na verdade, não dispomos de quantificações que nos permitam avaliar as

alterações promovidas, nomeadamente no que respeita aos rendimentos familiares. Mas, de acordo com a informação disponibilizada de forma qualitativa e através da observação directa, podemos afirmar que as comunidades locais são beneficiadas pelo aumento e diversificação das possibilidades laborais e formativas, pelo papel activo na preservação ambiental e na protecção de espécies, bem como na divulgação da cultura comunitária e nacional.

Assim, além de ser promovida a melhoria das condições de vida das populações, é estimulada a capacidade local de recriar soluções endógenas, fazendo emergir novos protagonismos, fundamentados em princípios de pertença e de inclusão comunitária, de natureza local, valorizando as práticas culturais tradicionais e reforçando os símbolos identitários.

As vantagens para as comunidades resultam do próprio envolvimento nos projectos, assumindo as populações locais um papel determinante na prossecução das actividades e no sucesso das iniciativas, em parceria com os promotores. Esta situação decorre da valorização da estratégia participativa, do envolvimento motivacional e responsável, com um carácter duradouro, adquirindo um sentido de permanência e uma dimensão implícita de sustentabilidade, tanto para os promotores como para as comunidades envolvidas.

No que respeita à análise dos benefícios gerados para o país, detectamos uma oposição aos princípios apresentados para os promotores e para as comunidades. Assim, é evidenciada uma perda de importância dos resultados gerados, dado que, sendo o âmbito dos projectos localizado, os benefícios decorrentes da sua implementação apresentam limites, tendendo, neste caso, a ser desvalorizados.

Desta forma, consideramos que as iniciativas ecológicas estudadas valorizam a mudança com durabilidade, se bem que, nesta altura, só seja perceptível a um nível micro ou local, atendendo para a dimensão dos projectos, para o número de comunidades locais envolvidas e para as actividades promovidas.

*B. Na República Democrática de São Tomé e Príncipe, o turismo alternativo é particularmente apropriado pelas iniciativas privadas requerendo, nesta fase, a intervenção e o apoio por parte do Estado.*

A segunda hipótese geral confirma-se, dado que a totalidade das iniciativas de turismo alternativo estudadas, com alojamento ou sem, rurais ou balneares, formais e informais, é promovida pela iniciativa privada. A maioria das iniciativas de turismo ecológico é de propriedade privada nacional, evidenciando fragilidades, principalmente relacionadas com a disponibilidade financeira e com a capacidade de investimento.

Da informação qualitativa recolhida, e com base na observação directa, viabilizada pelos ateliers comunitários em que participaram representantes do poder político, promotores e líderes comunitários, pudemos confirmar a necessidade de uma maior intervenção estatal, no que respeita: à organização e à dinamização da maioria das iniciativas rurais que se encontram a iniciar o processo agroturístico; ao apoio financeiro para investimento, dada as dificuldades evidenciadas pelos promotores; ao aconselhamento na escolha de materiais e na definição de prioridades; ao enquadramento jurídico e legal de enquadramento, nomeadamente no que respeita à preservação ambiental e à protecção de espécies.

Também tivemos oportunidade de confirmar que, nesta fase, o incremento do turismo, mesmo que sectorialmente considerado na vertente ecológica e rural, requer a intervenção planeada do Estado, nomeadamente através dos órgãos governamentais mais directamente relacionados – o Turismo, o Ambiente e os Recursos Naturais.

*C. A proliferação das iniciativas privadas neste sector, na República Democrática de São Tomé e Príncipe, está a ter como resultado o aumento da qualidade dos serviços prestados, da concorrência e da competitividade relativamente às formas turísticas tradicionais.*

A terceira hipótese geral não foi confirmada, por insuficiência de dados, associada à falta de coerência da informação recolhida, entre as afirmações proferidas pelos informantes privilegiados, os entrevistados, a percepção dos actores envolvidos e a observação directa em momentos diferenciados da pesquisa.

Na verdade, as iniciativas de turismo ecológico têm proliferado no arquipélago, concentrando-se na ilha de São Tomé, mas a maioria encontra-se ainda numa fase inicial de projecto ou de implementação. Os projectos em funcionamento e com resultados reais são reduzidos, pelo que não se pode ainda falar no aumento da qualidade dos serviços prestados e,

muito menos, no incremento da concorrência e da competitividade, relativamente a outras formas turísticas.

Na verdade, o turismo na RDSTP, como foi anteriormente caracterizado, revela, no geral, fragilidades decorrentes da limitada procura anual, revestindo principalmente a vertente urbana e de negócios. Os segmentos alternativos têm adquirido importância ao longo do tempo, se bem que ainda não tenham adquirido maturidade, tendo funcionado inicialmente como complemento às outras formas de turismo mais bem implementadas.

Nesta altura, o turismo ecológico tem sido objecto de valorização e de captação de atenções, não só pela existência de novas iniciativas, mas sobretudo pela divulgação que o país tem tido através dos encontros internacionais e das estratégias de marketing promovidas por instituições privadas. As iniciativas ecoturísticas não adoptaram ainda uma estratégia competitiva e concorrencial, antes pelo contrário, entendem-se como complemento umas das outras, facilitando estadias conjugadas no decorrer das actividades.

Da análise efectuada, decorrente da avaliação da importância do turismo ecológico no arquipélago, atendendo às intervenções dos diferentes actores envolvidos, e face ao presente contexto nacional, emergiram ainda um conjunto de questões que nos fazem repensar, não apenas a prossecução da estratégia turística, mas sobretudo todo o processo de desenvolvimento na RDSTP. Assim, as principais razões, para enunciarmos novas questões que apresentaremos de seguida, são:

- A falta de coerência estratégica, de âmbito nacional, na dinamização e na valorização do sector do turismo, evidenciando uma indefinição de opções sectoriais, tanto viabilizando a aprovação de iniciativas de grandes dimensões, propiciando o turismo de massas, de contornos heliotrópicos, como defendendo oficialmente a implementação do segmento ecológico, de pequena dimensão, priorizando os meios rurais e a recuperação de roças.
- A inexistência de uma política alargada de apoio ao empresariado nacional, enquanto são viabilizadas as iniciativas estrangeiras, que não valorizam a retenção de mais valias a nível nacional e local.
- A excessiva concentração de esforços e de atenções na exploração petrolífera, fazendo emergir e proliferar situações conflituais e de instabilidade política e social.
- A ausência de medidas conjugadas entre o Estado e a iniciativa privada nacional, no sentido da diversificação e da articulação produtivas, permitindo a criação de redes internas de auto-sustentação.

- A visível descredibilização do Estado enquanto parceiro prioritário, do ponto de vista económico e social, face à incapacidade de solucionar os principais problemas que se traduzem num empobrecimento da população.

Após a análise efectuada, e dadas as inúmeras carências evidenciadas, do ponto de vista estratégico, apresentamos sugestões de medidas que consideramos que a RDSTP necessita de adoptar, privilegiando a coerência, para que o segmento ecológico do turismo seja implementado com sucesso. Assim:

1. que seja criado, do ponto de vista governamental, um sistema de promoção turística em rede, envolvendo dois ministérios principais – o do Comércio, Indústria e Turismo e o das Recursos Naturais e Ambiente – identificando medidas conjuntas, que permitam simultaneamente incentivar o turismo e preservar o ambiente,
2. que seja aprovado o pacote legislativo que envolve, de forma prioritária o ambiente, mas que tem repercussões ao nível da actividade turística, nomeadamente viabilizando a criação da Reserva Natural Obô, que actualmente é Parque Natural, regulamentando a exploração de recursos naturais em áreas protegidas, bem como a extracção de inertes e protegendo espécies ameaçadas,
3. que sejam criados meios eficazes de fiscalização ambiental, nomeadamente no que respeita à utilização desregrada de recursos naturais e à captura, consumo e comercialização de algumas espécies animais,
4. que seja criado um sistema nacional de apoio ao investidor, privilegiando o empresariado nacional, disponibilizando uma rede de créditos bonificados, como forma de incentivar o investimento e a modernização do turismo, bem como dos sectores colaterais e com ele relacionados,
5. que seja criada uma rede nacional de turismo rural,
6. que seja implementado um sistema de formação profissional, vocacionada para o turismo, prevendo a diversidade funcional, cobrindo os serviços directos de hotelaria, a restauração, o acompanhamento de grupos, os tradutores e intérpretes, os animadores,
7. que seja criado um sistema de informações, com tratamento de dados, entre a Direcção de Turismo e Hotelaria e o Serviço de Migração e Fronteiras, permitindo identificar situações e tendências, bem como definir as estratégias mais adequadas,
8. que seja criado um banco de dados com carácter sistemático, e em actualização permanente, com classificação e caracterização das iniciativas com alojamento, recreativas sem alojamento e de restauração, a partir dos critérios internacionais utilizados,
9. que seja criado um sistema de informação turística, prevendo a introdução de sinalética, identificando os principais pontos de interesse turístico.



Neste sentido, colocamos um conjunto de questões que emergiram das reflexões propiciadas pela análise e que permitem levantar pistas para novos desenvolvimentos temáticos, fazendo mesmo repensar alguns dos procedimentos até aqui seguidos.

- De que forma o Estado santomense conseguirá adequar os objectivos da estratégia turística defendida no PEDTSTP, à preservação do ambiente, à protecção de espécies e à valorização cultural?
- Quais os mecanismos adequados para o aumento da qualidade dos serviços prestados, num país que estrategicamente não tem apostado nos meios formais de ensino, de educação e de formação, face às necessidades funcionais?
- De que forma, a futura exploração petrolífera beneficiará o incremento do turismo?
- Em que medida, a preservação ambiental e a protecção de espécies será posta em causa pelo advento da nova era?
- Como é concebido pelo Estado o protagonismo comunitário e local do desenvolvimento, através dos projectos ecoturísticos, quando as facilidades são concedidas de forma prioritária à iniciativa privada estrangeira, que evidencia maior capacidade de investimento?
- Quais as formas previstas pelo Estado, no sentido da redução da dependência em relação ao exterior, criando mecanismos de autonomia e de sustentabilidade?
- De que forma, as novas formas de turismo permitem associar a prossecução dos interesses nacionais, evidenciados pelas políticas governamentais, ao reforço da identidade nacional, pela valorização da cultura tradicional?

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

- ABRAMOVAY, R. (1999) - *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural* in Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza (<http://www.dataterra.org.br/Semce/abramovay.htm>).
- ADDA, J. (1997) - *A mundialização da economia 1 e 2 – Gênese e Problemas*. Lisboa, Terramar.
- ALBARELLO, L. et al (1995) - *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.
- ALCAÑIZ, E. et al. (2000) - *Marketing de destinos turísticos, análisis y estrategias de desarrollo*. Madrid, Escuela Superior de Gestion Comercial y Marketing.
- ALMEIDA, J. et al (1987) - *Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais* in SILVA et PINTO (1987) *Metodologias das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- AMARAL, F. (2000) - *Turismo-Habituação, Turismo Rural, Turismo Outro* in *JA – Jornal Arquitectos*, nº 196, Maio-Junho.
- AMARO, R. (1990a) - *Desenvolvimento e injustiça estrutural* in *Communio*, 5, Lisboa.
- \_\_\_\_\_ (1990b) - *O puzzle territorial dos anos 90: uma territorialidade flexível*. Vértice, nº33, Dezembro.
- \_\_\_\_\_ (1991a) - *Algumas notas gerais sobre o planeamento regional e local em Angola*. Lubango.
- \_\_\_\_\_ (1991b) - *Métodos e etapas de elaboração de um plano de desenvolvimento regional e/ou local*. Lubango.
- \_\_\_\_\_ (1998) - *O desenvolvimento local em Portugal: as lições do passado e as exigências do futuro*. A Rede para o Desenvolvimento Local, Novembro, Ed. Especial.
- \_\_\_\_\_ (2004) - *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria*. Cadernos de Estudos Africanos, nº 4.
- AMARO, R. et al (1999) - *Análise das necessidades e das potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia) numa perspectiva de criação de emprego e de desenvolvimento local*, Lisboa, PROACT e S.A.E./ISCTE.
- AMBASSADE DE LA RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (1994) - *São Tomé e Príncipe*. Bruxelles.
- AMIN, S. (1975) - *Capitalismo periférico e comércio internacional*. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- \_\_\_\_\_ (1990) - *Maldevelopment. Anatomy of a global failure*. London, Zed Books.
- ARCHER, B. (1979) - *Tourism in the Third World: some economic considerations*. Surrey, University of Surrey.
- ARNDT, H. (1987) - *Economic development, the history of an idea*. Chicago, The University of Chicago Press.
- ARGYLE, M. (1996) - *The social psychology of leisure*. New York, Penguin Books.
- BAIROCH, P. (1988a) - *Desenvolvimento/Subdesenvolvimento* in Enciclopédia Einaudi, vol.7, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- \_\_\_\_\_ (1988b) - *Indústria* in Enciclopédia Einaudi, vol.7, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BALLANTYNE, P. (1998) - *Small islands, big issues – special treatment for the most vulnerable?* Maastricht, Oneworld. ([http://www.oneworld.org/owe/news/owns/pb1\\_en.htm](http://www.oneworld.org/owe/news/owns/pb1_en.htm))
- BAPTISTA, M. (1990) - *O turismo na economia: uma abordagem técnica, económica, social e cultural*. Lisboa, Instituto Nacional de Formação Turística.
- \_\_\_\_\_ (1997) - *Turismo, Competitividade Sustentável*. Lisboa, Editorial Verbo.
- BARAN, P. (1957) - *The Political Economy of Growth*. New York, Monthly Review Press.
- BARBOSA, A. et REGO, C. (1999) - *Recreio e Turismo* in FERRÃO, João (org) *Ambiente e emprego: situação actual e perspectivas*. Viseu, ICS, Estudos e Investigação, nº 12.
- BARDIN, L. (1979) - *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- BARRÉ, H. et MICHAUD, J. (1997) - *Culture, tourisme, développement: les enjeux du XXIème siècle*, Table ronde d'experts organisée à Paris, UNESCO/AIEST, Collection culture et développement, Paris.
- BARROS, H. (1981) - *Economia e ecologia: dois textos*. Lisboa, Livros Horizonte.
- BATEMAN, I. et al (1994) - *Environmental economics: an elementary introduction*. London, Harvester Wheatsheaf.
- BAUER, I. (2001) - *Tourism and the environment, the other side of the coin*. Tourist Studies, London, Sage.
- BEAUD, M. (1986) - *L'Art de la thèse - Comment préparer et rédiger une thèse de doctorat, un mémoire de DEA ou de maîtrise ou tout autre travail universitaire*. Paris, Éditions La Découverte.
- BEAUD, M. et al (1995) - *Estado do ambiente no Mundo*. Lisboa, Instituto Piaget.

- BECKERMAN, W. (1995) - *O pequeno é estúpido: uma chamada de atenção aos verdes*. Lisboa, Dinalivro.
- BELL, J. (1997) - *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa, Gradiva.
- BERMAN, M. (1989) - *Tudo o que é Sólido se Dissolve no Ar*. Lisboa, Ed. 70.
- BERNSTEIN, H. (1992a) - *Agrarian structures and change: subsaharan Africa in Rural livelihoods - crises and responses*. Oxford, The Open University Press.
- \_\_\_\_\_ (1992b) - *Poverty and the poor in rural livelihoods - crises and responses*. Oxford, The Open University Press.
- BHALLA, A. S. (1994) - *Ambiente, emprego e desenvolvimento*. Lisboa, Centro de Línguas Comunicantes, Conselho Económico e Social.
- BIROU, A. (1988) - *Dicionário de Ciências Sociais*, Círculo de Leitores.
- BLONDEL, J. (2000) - *Birding in the sky: only fun, a chance for ecodesvelopment or both?* CEFE, CNRS.
- BOAVENTURA, E. (2004) - *Metodologia da Pesquisa*. São Paulo, Editora Atlas.
- BOORSTIN, D. (1961) - *The Image: Or What Happened to the American Dream*. Nova Iorque, Atheneum.
- BOSCH, R. et al (1998) - *Turismo y medio ambiente*. Madrid, Centro de Estudios Ramón Areces.
- BOUDON, R. (s.d.) - *Os métodos em Sociologia*. Lisboa, Rolim.
- BOYER, M. (1972) - *Le tourisme*. Paris, Seuil.
- BRABANT, P. (1992) - *La dégradation des terres en Afrique* in PONTIÉ, G. e GAUD, M. (1992) *Afrique contemporaine, l'environnement en Afrique*. La Documentation Française.
- BRAUDEL, F. (1985) - *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa, Teorema.
- BRAVO, R. S. (1988) - *Técnicas de investigación social – teoria y ejercicios*. Madrid, Paninfo.
- BRENDON, P. (1991) - *Thomas Cook: 150 years of popular tourism*. London, Secker & Warburg.
- BRITO, B. (2003a) - *S. Tomé e Príncipe, um Pequeno Estado Insular em contacto com o Mundo* in Janus2004, Anuário de Relações Exteriores, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa – Jornal Público
- \_\_\_\_\_ (2003b) - *Turismo Ecológico e Desenvolvimento Sustentável em S. Tomé e Príncipe* in Revista Piá, S. Tomé e Príncipe, Junho
- \_\_\_\_\_ (2002) - *Do Lazer à Prática Turística: Contributos para Análise*, Anais de Sociologia, Série III, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa
- \_\_\_\_\_ (2001) - *As férias dos residentes em Portugal in Janus 2002, Anuário de Relações Exteriores*, Universidade Autónoma de Lisboa – Jornal Público.
- \_\_\_\_\_ (2000a) - *O Turista e o Viajante: Contributos para a Conceptualização do Turismo Alternativo e Responsável*, comunicação apresentada no IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra, APS.
- \_\_\_\_\_ (2000b) - *Turismo, Cultura e Economia in Janus 2001, Anuário de Relações Exteriores*, Universidade Autónoma de Lisboa – Jornal Público.
- \_\_\_\_\_ (2000c) - *Migrações e Economia: para uma optimização das mais valias económicas das mulheres migrantes nos Estados membros da União Europeia*. Lisboa, Organização internacional para as Migrações.
- \_\_\_\_\_ (2000d) - *Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento* in SANGREMAN, C. et al (2001) *A Cooperação Portuguesa de Segunda Geração, Programa Indicativo de Cooperação, S. Tomé e Príncipe, 2002-2004, Estudos Preparatórios: Luta contra a Pobreza*. Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa
- BRITO, P. (s.d.) - *São Tomé e Príncipe 1975-1990: evolução da economia e das relações económicas com Portugal*. Pol.
- BRUYNE, P. et al (1991) - *Dinâmica de pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- BRYMAN A. (1989) - *Research Methods and Organizations Studies*. London, Routledge.
- BUCKLEY, R. (2001) - *Turnover and trends in Tourism Ecolabels* in FONT, X. et BUCKLEY, R. (2001) *Tourism ecolabelling certification and promotion of sustainable management*. Wallingford, Cabi Publishing.
- BULL, A. (1994) - *La Economía del sector Turístico*. Madrid, Alianza Editorial.
- BURGESS, R. (1997) - *A pesquisa no terreno*. Oeiras, Celta.
- BUTLER, R. (1980) - *The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management resources*. Canadian Geographer.

- CARDOSO, F. H. (1973) - *Associated Dependent Development: Theoretical and Practical Implications*. Yale University Press.
- CARVALHO, A. (1998) - *Desenvolvimento florestal sustentável - entre o nada e a ambição necessária* in *Revista Especial Ambiente*, Quercus - Associação Nacional de Conservação de Energia, Lisboa, Junho.
- CARVALHO, G. (1998) - *A mudança global da zona costeira* in *Revista Especial Ambiente*, Quercus - Associação Nacional de Conservação de Energia, Lisboa, Junho.
- CASANOVA, J. L. (1991) - *Turismo e Território, Alguns Apontamentos* in *Sociedade e Território*, nº 13, Ano 5, Junho.
- CASASOLA, L. (1990) - *Turismo y ambiente*. México, Ed. Trillas.
- CASTELLS, M. (1998) - *El reverdecimiento del yo: el movimiento ecologista* in *La Factoría*, nº 5.
- CATER, E. (1987) - *Tourism in the least developed countries*. *Annals of Tourism Research*, 14.
- CATER, E. et LOWMAN, G. (1994) - *Ecotourism. A sustainable option?* Chichester, John Wiley and Sons.
- CATSRI, F. (s.d.) - *Scenarios of tourism in easter island* ([http://egis.cef.cnrs\\_mop.fr/adobe%20files/easter%20island.pdf](http://egis.cef.cnrs_mop.fr/adobe%20files/easter%20island.pdf))
- CAUET, J-M. et VELLAS, F. (1997) - *Le tourisme et les îles*. Paris, L'Harmattan.
- CAVACO, C. (1998) - *Turismo(s) de ontem e de amanhã* in *Turismo, uma actividade estratégica*, *Revista Economia e Prospectiva*, vol. I, nº 4, Janeiro-Março, Ministério da Economia.
- CAZES, G. (1989) - *L'île tropicale, figure emblématique du tourisme internationale* in *Les cahiers du tourisme*, nº 112, série C, Aix-en-Provence, Centre des Hautes Études Touristiques.
- CHAUCHAR, P. (1967) - *Travail et Loisirs*. Mame.
- CHAVES, M. C. (1994) - *A dimensão ecológica do desenvolvimento. Elementos de reflexão sobre o conceito de ecodesenvolvimento* in *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, Ed. Afrontamento, nº 14, Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1999) - *Análise teórico-metodológica das relações entre ambiente e emprego* in FERRÃO, João (1999) *Ambiente e emprego: situação actual e perspectivas*. Viseu, ICS, Estudos e Investigação, nº 12.
- CHENERY, H. (1977) - *Da abordagem estruturalista à política do desenvolvimento* in FERREIRA, E. (1977) *Economia política do desenvolvimento*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, CEDEP.
- CHENERY, H. et al (1974) - *Redistribution with Growth*. Oxford, Oxford University Press.
- COHEN, E. (1979) - *Rethinking the sociology of tourism*. *Annals of Tourism Research*, 6.
- COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO (1987) - *O Nosso Futuro Comum*. Lisboa, Milibérica Liber.
- CONCEIÇÃO, C. (1998) - *Promoção turística e (re)construção social da realidade* in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 28, CIES, Celta.
- CORTESÃO, Armando (1971) - *Descobrimientos e cartografia das ilhas de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, LXII.
- COSTA, António Firmino (1987) - *A pesquisa de terreno em Sociologia* in SILVA, A. S. et PINTO, J. M. (1987) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Afrontamento.
- COTRIM, João Paulo - coord. (1993a) - *Tratado sobre o consumo e o estilo de vida. No Pós ECO 92 de planeta nas mãos*. Lisboa, Colecção Habitar a Terra, Edições Colibri.
- \_\_\_\_\_ (1993b) - *Agenda 21, brevíssimo resumo* in *No Pós ECO 92 de planeta nas mãos*. Lisboa, Colecção Habitar a Terra, Edições Colibri.
- \_\_\_\_\_ (1993b) - *Declaração do RIO sobre ambiente e desenvolvimento* *No Pós ECO 92 de planeta nas mãos*. Lisboa, Colecção Habitar a Terra, Edições Colibri.
- \_\_\_\_\_ (1993c) - *Um diário dos Ecos* in COTRIM, João Paulo (1993) *No Pós ECO 92 de planeta nas mãos*. Lisboa, Colecção Habitar a Terra, Edições Colibri.
- \_\_\_\_\_ (1993d) - *Tratado dos modelos económicos alternativos* *No Pós ECO 92 de planeta nas mãos*. Lisboa, Colecção Habitar a Terra, Edições Colibri.
- CROZIER, M. et FRIEDBERG, E. (1977) - *L'acteur et le système*. Paris, Ed. Seuil.
- CUENCA, M. (1995) - *Temas de pedagogía del ocio*. Bilbao, Deusto.
- CUNHA, L. (1997) - *Economia e Política do Turismo*. Lousã, McGraw-Hill.

- CURÉ, R. (2000) - *Mission d'appui sectoriel en vue de la réalisation d'un plan stratégique de développement du tourisme de la République de São Tomé e Príncipe par l'OMT*. OMT
- DAG HAMMARSKÖLD FOUNDATION (1982) - *What Now? Another Development*. The 1975 Dag Hammarsköld Report on Development and International Cooperation. Sweden, Motala Gafiska.
- DALY, H. et COBB (1989) - *For the common good*. Boston, Beccon Press.
- DAMÁSIO, A. (1994) - *O Erro de Descartes*. Publicações Europa-América.
- D'AMORE J. L. (1992) - *Promoting sustainable tourism - the canadian approach* in *Tourism Management*, nº 3, vol. 13, Kent, Ed. Butterworth Heineman Ltd.
- DAVIDSON, R. (1992) - *Tourism in Europe*. Londres, Pitman Publishing.
- DAVIS, T. (1999) - *What is sustainable development?* ([www.menomnee.com/sdi/articles/whatis.htm](http://www.menomnee.com/sdi/articles/whatis.htm))
- DEBANANCE, K. (s.d.) - *The Challenge of sustainable management for small islands* (<http://www.insula.org/islands/small-islands.html>).
- DEBARBIEUX, B. (1995) - *Tourisme et montagne*. Paris, Economica.
- DEBORD, E. (1972) - *A sociedade do espectáculo*. Lisboa, Ed. Afrontamento.
- DE KADT, E. (1979) - *Tourisme, passeport pour le développement?* Paris, Economica.
- DEWAILLY, J. M. et FLAMENT, E. (1993) - *Géographie du tourisme et des loisirs*. Paris, Sedes.
- DIEKE, P. (2000) - *The nature and scope of the political economy of tourism development in Africa* in DIEKE, P. (2000) *The political economy of tourism development in Africa*. New York, Cognizant Communication Corporation.
- DIEREN, W. (1995) - *Taking nature into account. A report to the Club of Rome*. New York, Springer-Verlag.
- DOBSON, A. (1997) - *Pensamiento político verde - una ideología para el siglo XXI*. Paidós, Estado y Sociedad, Barcelona.
- DOCKÈS, P. e ROSIER, B. (1988) - *L'Histoire Ambigue, croissance et développement en question*. Paris, Presses Universitaires de France.
- DOGSÉ, P. (2000) - *Tourism and biodiversity: critical challenges and management tools for good global governance*. Paper prepared for the *Entretiens de Port Cros*, September.
- DUMAZEDIER, J. (1972) - *Vers une civilization du loisir?* Paris, Seuil.
- \_\_\_\_\_ (s.d.) - *Comment conceptualiser le temps libre*. *Temporalistes*, nº 5.
- DUNCAN, S. (1986) - *What is locality?* Working paper, nº 51, Urban and Regional Studies, University of Sussex, Brighton.
- DUNNING, E. et ELIAS, N. (1986) - *Sport et Civilisation – La Violence Maîtrisée*. Paris, Fayard.
- \_\_\_\_\_ (1992) - *O Lazer no Espectro do Tempo Livre* in *A Busca da Excitação*. Lisboa, Difel.
- DURAND, G. (1982) - *Os grandes textos da Sociologia moderna*. Edições 70.
- DURAND, J. P. et WEIL, R. (1989) - *Sociologie Contemporaine*. Paris, Ed. Vigot.
- DURANTAYE, M. (1993) - *Évolution Culturelle, vie quotidienne et temps libre* in ATTIAS-DONFUT, Claudine et SAMUEL, N. (1993) *Temps Libre et Modernité*, Paris L'Harmattan.
- ECOFAC (2000) - *Bilan des activités, seconde phase (1997-2000)*. ECOFAC, pg. 177-190.
- \_\_\_\_\_ (2001) - *Rapport d'activités Janvier-Juin*. ECOFAC, pg. 140-149.
- ENGLISH, E. (1986) - *La grande évasion? Un examen du tourisme Nord-Sud*. Ottawa, L'Institut Nord-Sud.
- ESTANQUE, E. (1995) - *O laser e a cultura popular, entre a regulação e a transgressão: um estudo de caso* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, Outubro.
- ESTEVA, G. et PRAKASH, M. S. (1997) - *From global thinking to local thinking* in RAHNEMA, M. (1997) *The post-development reader*. London, Zed Books, pg. 277-289.
- ESTEVÃO, J. (1989) - *Desenvolvimento endógeno e integração económica regional em Africa – algumas considerações sobre a estratégia caboverdiana de desenvolvimento* in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº10/11, Jan-Dez
- \_\_\_\_\_ (2000) - *Pequenos Estados Insulares*, Conferência proferida em 25 de Fevereiro de 2000, Lisboa, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/Centro de Estudos Africanos (CEA).
- FAO (1999a) *Conferencia Ministerial Especial sobre la Agricultura en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo*, Comité de Agricultura, Roma. (<http://www.fao.org>).

- \_\_\_\_\_ (1999b) - *Plan de Acción sobre la Agricultura en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo*, Roma. (<http://www.fao.org>).
- \_\_\_\_\_ (1999c) - *Cuestiones de Comercio con que se enfrentan los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, Conferencia Ministerial Especial sobre la Agricultura en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo*, Roma. (<http://www.fao.org>).
- \_\_\_\_\_ (1999d) - *Medio Ambiente y Recursos Naturales en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo, Conferencia Ministerial Especial sobre la Agricultura en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo*, Roma. (<http://www.fao.org>).
- \_\_\_\_\_ (1999e) - *Producción Sostenible, Intensificación y Diversificación de la Agricultura, la Actividad Florestal y la Pesca en los Pequeños Estados Insulares en desarrollo, Conferencia Ministerial Especial sobre la Agricultura en los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo*, Roma. (<http://www.fao.org>).
- FARIA, M. (1995) - *Museus: Educação ou Divertimento* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, Outubro.
- FAURE, G. (1982) - *Métodos qualitativos* in *Dicionário de Sociologia*. Viseu, Ed. Verbo.
- FAZAR, A. (1994) - *Development for people*. (<http://iisd.ca/pcdf/1994/70fazal.htm>).
- FEATHERSTONE, M. (1992) - *Postmodernism and the aestheticization of everyday life*.
- FEIFER, M. (1985) - *Going places*. London, MacMillan.
- FERRÃO, J. (1999) - *Ambiente e emprego: situação actual e perspectivas*. Viseu, ICS, Estudos e Investigação, nº 12.
- \_\_\_\_\_ (1999) - *Análise estatística do emprego verde: comparações internacionais e o caso de Portugal* in FERRÃO, João (1999) *Ambiente e emprego: situação actual e perspectivas*. Viseu, ICS, Estudos e Investigação, nº 12.
- FERREIRA, C. (1995) - *Estilos de vida, práticas e representações sociais dos termalistas. O caso das termas da Curia* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, Outubro.
- FERREIRA, M. (1994) - *Planeamento regional do turismo*. Comunicação apresentada no IV Encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Estoril (pol.).
- FIAS, IFC e The World Bank (2000) - *Sao Tome e Principe, climat des investissements: diagnostic et recommendations*. USA
- FIGUEIREDO, A. et COSTA, C. (1982) - *Do subdesenvolvimento, vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito*. Vol. I, Porto, Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (1986) - *Do subdesenvolvimento, vulgatas, rupturas e reconsiderações em torno de um conceito*. Vol. II, Porto, Afrontamento.
- FILGUEIRAS, R. (1998) - *Turismo sustentável - utopia ou realidade* in *Revista Especial Ambiente, Quercus - Associação Nacional de Conservação de Energia*, Lisboa, Junho.
- FILIPE, J. L. (1995) - *Turismo: qualidade como factor de desenvolvimento* in *Revista Sociedade e Território*, nº 22, Ano 9, Setembro.
- FINNEY, M. (1989) - *Áreas protegidas - serão o turismo, o recreio e o lazer actividades compatíveis?* In *Actas do 2º Congresso de Áreas Protegidas*, Lisboa, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- FLICK, U. (s.d.) - *An Introduction to Qualitative Research* (pol.)
- FORTE, A. (1998) - *A vertente empresarial da estratégia de promoção turística* in *Turismo, uma actividade estratégica*, *Revista Economia e Prospectiva*, vol. I, nº 4, Janeiro-Março, Ministério da Economia.
- FORTUNA, C. (s.d.) - *Cidadãos, Turistas e Flanêurs: Reflexões sobre o Turismo, o Turista e a Cidade*
- \_\_\_\_\_ (1995a) - *Sociologia e Práticas de Lazer* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, Outubro.
- \_\_\_\_\_ (1995b) - *Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, Outubro.
- FORTUNA, C. et FERREIRA, C. (1996) - *O Turismo, o turista e a Pós-Modernidade*. Coimbra, Oficina do CES. Centro de Estudos Sociais, Outubro, nº 80.
- FOUQUIN, M. et PINEYE, D. (s.d.) - *Economie Mondiale: De Berlin a Bagdad*. Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales, Paris, Economica.
- FRANK, A. G. (1966) - *Le développement du sous-développement*. Paris, Maspero.
- \_\_\_\_\_ (1986) - *Capitalismo e desenvolvimento do subdesenvolvimento* in FIGUEIREDO, A. (1986) *Do subdesenvolvimento* vol II, Porto, Ed. Afrontamento.

- FRIEDMANN, J. e WEAVER, C. (1978) - *Territory and function. The evolution of regional planning*. London, E. Arnold Publication.
- FRIEDMANN, J. (1992) - *Empowerment, the politics of alternative development*. Cambridge, Blackwell.
- FÚSTER, L. F. (1991) - *Historia General del Turismo de Masas*. Madrid, Alianza Editorial.
- GARCÍA, J. (1997) - *Psicosociología del Ocio y del Turismo*. Málaga, Ediciones Aljibe.
- GARCIA, O. (1992) - *Nos Caminhos e Atalhos das Práticas Intersticiais* in *Actas do Congresso Mundial do Lazer, New Routes for Leisure*. Lisboa, Ed. ICS, Universidade de Lisboa.
- GABURN, N. H. (1989) - *Turismo: el viaje sagrado*. Madrid, Endymion.
- GÉLÉDAN, A. et BRÉMOND, J. (1988) - *Dicionário das teorias e mecanismos económicos*. Lisboa, Livros Horizonte.
- GHAURI, P. et al (s.d.) - *Research Methods in Business Studies, a practical guide* (pol.)
- GIDDENS, A. (1994) - *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras, Celta.
- \_\_\_\_\_ (1998) - *Sociology*. Cambridge, Polity Press.
- GIRI, J. (1987) - *Le développement rural, une priorité* in BRUNEL, S. (1987) *Tiers Mondes, controverses et réalités*. Paris, Économica Liberté sans Frontières.
- GOODMAN, A. (2000) - *Implementing sustainability in service operations at Scandic Hotels*. Interfaces, May-June, 30.
- GOIS, A. (1965) - *Importância do trabalho de grupo e intergrupo num processo de desenvolvimento comunitário* in *Desenvolvimento Comunitário, Seminário de estudo sobre desenvolvimento comunitário e técnicas auxiliares de promoção social comunitária*. Lisboa, Ministério da Saúde e Assietência.
- GRELLET, G. (1986) - *Structures et stratégies du développement économique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- GREENWOOD, G. (1965) - *Métodos de investigação empírica em Sociologia* in *Análise Social*, nº 11, Lisboa.
- GRUPO DE LISBOA (1994) - *Limites à competição*. Ed. Europa América.
- GUERRA, C. (1989) - *O Turismo pelos recursos naturais e culturais e não à sua custa* in *Actas do 2º Congresso de Áreas Protegidas*, Lisboa, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- GUERRA, I. (1991) - *Changement urbain et modes de vie dans la Péninsule de Setubal 1974-86*. Thèse de Doctorat, Tours.
- GULYURTLU, I. et CABRITA, I. (1996) - *Desenvolvimento sustentável* in *Janus 97, Anuário de Relações Exteriores*, UAL – Público.
- HANTEM, F. (1990) - *Le concept de “développement soutenable”* in *Economie, Prospective Internationale*, nº44, Paris, La Documentation Française.
- HARRIS, J. et al (2001) - *A survey of sustainable development – Social and economic dimensions*. Washington, Island Press.
- HARRISON, D. (2000) - *Tourism in Africa: the social and cultural framework* in DIEKE, P. (2000) *The political economy of tourism development in Africa*. New York, Cognizant Communication Corporation.
- HARRISON, P. (1991) - *Une Afrique verte*. Paris, Karthala.
- HAYES, N. (2000) - *Doing psychological research - gathering and analysing data*. Open University Press.
- HENRIQUES, I. (2000) - *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*. Lisboa, Vega.
- HENRIQUES, J. (1990a) - *Subdesenvolvimento local, iniciativa municipal e planeamento territorial*. Sociedade e Território, nº 12.
- \_\_\_\_\_ (1990b) - *Caminhos possíveis, iniciativa municipal e desenvolvimento*. Lisboa, Municipalis.
- HERRIOT, P. (1999) - *Organizational Culture*. The Official journal of the European Association of Work and Organizational Psychology.
- HOMENS, R. (1998) - *Políticas públicas de turismo* in *Turismo, uma actividade estratégica*, Revista *Economia e Prospectiva*, vol. I, nº 4, Janeiro-Março, Ministério da Economia.
- HONEY, H. (1999) - *Ecotourism and sustainable development*. Washington, Island Press.
- HOSELITZ, B. (1986) - *Estrutura social e crescimento económico* in FIGUEIREDO, A. (1986) *Do subdesenvolvimento* vol II, Porto, Ed. Afrontamento.
- HUGON, Ph. (s.d.) - *L'économie africaine en 1990: entre la réforme et la marginalité* in FOUQUIN, M. e PINEYE, D. (s.d.) *Economie mondiale: de Berlin a Bagdad*. Centre d'Etudes Prospectives et d'Information Internationales, Économica.



- HUNT, D. (1989) - *Economic theories of development*. London, Harvester.
- HUNTER, C. et al (1995) - *Tourism and environment*. London, Routledge.
- ICP (2001) - *Cooperação Portugal-S. Tomé e Príncipe. Programa indicativo de cooperação 2002-2004*. Lisboa, ICP.
- INE (1999) - *São Tomé e Príncipe em números*. São Tomé e Príncipe, Instituto Nacional de Estatística.
- \_\_\_\_\_ (2002) - *III Recenseamento Geral da População e da Habitação, RGPH-2001. Síntese dos Resultados Definitivos*. República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Outubro.
- INKELES, A. (s.d.) - *A model of the modern man: theoretical and methodological issues*.
- IOVANE, A. e VALENTINO, P. (1982) - *L'Occidente e la crisi: du paradigmi interpretativi* in *Politica Internazionale*, nº 9, Setembro.
- JARDEL, J. (1994) - *Le tourisme international entre tradition et modernité*. Actes du colloque international de Nice, Nov. 1992, Laboratoire d'Ethnologie.
- JOAQUIM, G. (1994) - *Turismo e Ambiente: complementaridade e responsabilidade. Contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*. Lisboa, ISCTE, Setembro (pol.)
- \_\_\_\_\_ (1997) - *Da Identidade à Sustentabilidade ou a Emergência do «Turismo Responsável»* in *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 23.
- JOHNSON, H. (1992) - *Rural livelihoods: action from below in rural livelihoods - crises and responses*. Oxford, The Open University Press.
- JOLLIVET, M. et MATHIEU, N. (1989) - *Du rural à l'environnement - la question de la nature aujourd'hui*. Paris, L'Harmattan.
- KAAE, B. (2001) - *The perceptions of tourists and residents of sustainable tourism principles and environmental initiatives* in McCOOL, S. et al *Tourism recreation and sustainability: linking culture and the environment*. Wallingford, CABI Publishing.
- KADAT, E. (1979) - *Turismo: passaporte al desarrollo*. Madrid, Ed. Endymion.
- KELLY, J. (1996) - *Leisures*. A. Simmon & Schuster Company.
- KOFI, O. (1989) - *São Tomé e Príncipe, onde está a vontade está o caminho*. S. Tomé e Príncipe, UNICEF.
- KORTEN, D. (1992) - *People-centered development: alternative for a world in crisis* in BAUZON, K. (1992) *Development and democratization in the third world: myths, hopes and realities*. New York, Crane Russak.
- \_\_\_\_\_ (1994a) - *Sustainability and the global economy: beyond Bretton Woods*. A Feature of the People Centered Development Forum (<http://iisd.ca/pdcf/1994/bretton.htm>).
- \_\_\_\_\_ (1994b) - *Sustainable livelihoods: redefining the global social crisis*. A Feature of the People Centered Development Forum (<http://iisd.ca/pdcf/1994/suslive.htm>).
- \_\_\_\_\_ (1995) - *Sustainable development: conventional versus emergent alternative wisdom*. A Feature of the People Centered Development Forum (<http://iisd.ca/pdcf/1994/wisdom.htm>).
- \_\_\_\_\_ (1996) - *There's a dangerous flaw in global economy concept*. A Feature of the People Centered Development Forum (<http://iisd.ca/pdcf/1994/16korten.htm>).
- KOTLER, Ph. (1996) - *Marketing of hostality and tourism*. Prentice Hall.
- KRACAUER, S. (1995) - *The mass ornament*. Cambridge, Harvard University Press.
- KRIPPENDORF, J. (1987) - *Les Vacances et Après? Pour une Nouvelle Compréhension des Loisirs et des Voyages*. Paris, Logiques Sociales, L'Harmattan.
- LALANDA, M. P. (1998) - *Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica* in *Análise Social*, Vol. XXXIII, nº 148.
- LANFANT, M. F. (1991) - *Tourisme Internationale Reconsiderée: Milieu exclu, tiers exclu? Le principe de l'alternative*. Les cahiers du tourisme, nº 165, série C, Aix-en-Provence, Centres des Hautes Études Touristiques.
- \_\_\_\_\_ (1992) - *L'identité en jeu dans l'échange touristique international*. Sociologia Urbana e Rurale, nº 38, Bolonha, Univ. de Bolonha.
- LANFANT, M. F. et al (1995) - *International Tourism, identity and change*. Surrey, Sage Publications.
- LANQUAR, R. (1985) - *Sociologie du tourisme et des voyages*. Paris, PUF.
- \_\_\_\_\_ (1987) - *L'économie du tourisme*. Paris, PUF.

- LARRAIN, J. (1989) - *Theories of development. Capitalism, colonialism and dependency*. Cambridge, Polity Press.
- LASH, S. et FRIEDMAN, J. (s.d.) - *Modernity and identity*. Oxford, Blackwell.
- LASH, S. et URRY, J. (1987) - *The end of organized capitalism*. Cambridge, Polity.
- \_\_\_\_\_ (1994) - *Economies of signs and spaces*. Londres, Sage.
- LATOUCHE, S. (1997) - *Paradoxical growth* in RAHNEMA, M. (1997) *The post-development reader*. London, Zed Books.
- LAWLWE, E. et al (1985) - *Doing research that is useful for theory and practice*. London, Jossey-Bass Publishers
- LEA, J. (1988) - *Tourism development in the third world*. London, Routledge.
- LESSARD-HÉBERT, M. et al (1994) - *Investigação qualitativa. Fundamentos e práticas*. Lisboa, Instituto Piaget.
- LIMA, C. (1997) - *Angola no contexto da turistificação do mundo: análise de um processo*. Lisboa, ISCTE (Tese de Mestrado, pol.)
- LIMA, J. (2002) - *História do Massacre de 1953 em S. Tomé e Príncipe. Em busca da nossa verdadeira história*. FCIL.
- LIMA, S. et PARTIDÁRIO, M. R. (2002) - *Novos turistas e a procura da sustentabilidade, um novo segmento de mercado turístico*. Lisboa, GEPE, Ministério da Economia.
- LOPES, C. (1997) - *Compasso de espera. O fundamental e o acessório na crise africana*. Porto, Ed. Afrontamento.
- LUNDQVIST, J. (1981) - *Tanzania: socialist ideology, bureaucratic reality and development from below* in STOHR, W. (1981) *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries*. Chichester, John Wiley and Sons.
- MAROY, Ch. (1997) - *A análise qualitativa de entrevistas* in ALBARELLO, L. et al (1997) *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- MARQUES, A. (1978) - *História de Portugal*. Vol. I, Lisboa, Palas Ed.
- MARQUES, V. S. (1998a) - *Modelos emergentes no sistema internacional concorrente* in *Janus 98 - Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e Universidade Autónoma de Lisboa.
- \_\_\_\_\_ (1998b) - *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*. Lisboa, Publicações Europa América.
- MATHIESON, A. et WALL, G. (1982) - *Tourism: economic, physical and social impacts*. London, Longman.
- MATHIESON, A. et al (1990) - *Turismo: repercusiones económicas, físicas y sociales*. México, Ed. Trillas.
- MATOS, A. (1988) - *As escalas do Atlântico no séc. XVI*. Lisboa, ICT, Série Separatas, 197.
- MATOS, M. (2000) - *Turismo e território: notas sobre uma relação* in *JA – Jornal Arquitectos*, nº 197, Setembro-Outubro.
- McCANNEL, D. (1973) - *Staged authenticity: arrangements of social space in Tourist Settings*. *American Journal of Sociology*, 79.
- \_\_\_\_\_ (1989) - *The tourist. A new theory of the leisure class*. Nova Iorque, Schocken Books.
- MCELROY, J et MORRIS, L. (2002) - *African island development experiences: a cluster of models* in *Bank of Valletta Review*, nº 26, Autumn.
- MEADOWS, D. (1972) - *The limits to growth*. New York, Universe Books.
- MELO, A. (1998) - *Ditos e reditos em torno do desenvolvimento local* (<http://www.in-loco.pt>).
- MERSAROVIC, M. et PESTEL, E. (1974) - *Mankind at the turning point*. New York, Dutton.
- MICHAUD, J. L. (1983) - *Le tourisme face à l'environnement*. Paris, PUF.
- MILANI, C. (2002) - *Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal, Lições metodológicas a partir de uma experiência local*. UNESCO.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E FINANÇAS (1998) - *São Tomé e Príncipe, uma retrospectiva. Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo*, Projecto STP/95/004.
- \_\_\_\_\_ (2000) - *Mémorandum de politique économique et financière pour 2000*. STP.
- \_\_\_\_\_ (2001a) - *Profil de la pauvreté 2000*. República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Maio.
- \_\_\_\_\_ (2001b) - *Diagnóstico da situação da população e género em S. Tomé e Príncipe*. Resumo, Vol I, II, III Componente Projecto STP/99/004, «Integração das questões da população e género no desenvolvimento», Fevereiro.
- \_\_\_\_\_ (2001c) - *Saúde, nutrição e população*. São Tomé e Príncipe, Julho.

- \_\_\_\_\_ (2001d) - *Estratégia de Resolução da Pobreza, Oportunidades de Rendimento para os mais pobres*. Síntese de contribuição do grupo temático nº2, STP, Julho.
- \_\_\_\_\_ (2001e) - *Análise e Seguimento da Pobreza em STP*, Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, STP, Julho.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E FINANÇAS; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002) - *Rapport de l'Enquête Nationale sur les Conditions de Vie des Ménages 2000*. Mai.
- MONDROS, J. et WILSON, S. (s.d.) - *Organizing for power and empowerment*. New York, Columbia University Press.
- MOREAU, E. (1989) - *Tourisme et conservation de la nature, l'eau et le feu?* In *Actas do 2º Congresso de Áreas Protegidas*, Lisboa, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- MORENO, L. (2002) - *Desenvolvimento local em meio rural, caminhos e caminantes*. Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (tese de doutoramento).
- MORTENSEN, B. (2002) - *The destination is the main focus, the destination 21 concept*. Denmark.
- MOULIN, C. (1980) - *Plan for ecological and cultural tourism involving participation of local population and associations* in HAWKINS, D. (1980) *Tourist planning and development issues*, Washington, Georges Washington University.
- MOURA, R. (1987) - *Factores negativos para o desenvolvimento local sustentado. Algumas sugestões para os ultrapassar* in *Actas do 2º Congresso de Áreas Protegidas*, Lisboa, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- MOZZICAFREDDO, J. (1993) - *Estratégias políticas de desenvolvimento local* in SILVA, M. et COSTA, J. P. (1993) *Autarquias locais e desenvolvimento*. Porto, Afrontamento.
- MUNNÉ, F. (1980) - *Psicosociología del tiempo libre. Un enfoque crítico*. Mexico, Trillas.
- MURTEIRA, M. (1990) - *Lições de economia política do desenvolvimento*. Lisboa, Editorial Presença.
- \_\_\_\_\_ (1995) - *Economia Mundial. A emergência duma Nova Ordem Global*. Lisboa, Difusão Cultural.
- NASCIMENTO, A. (2001) - *Mutações sociais e políticas em S. Tomé e Príncipe nos séc. XIX e XX, uma síntese interpretativa*. Lisboa, Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, IICT
- NETO, V. (1998) - *Pensar turismo em termos de futuro* in *Turismo, uma actividade estratégica*, Revista *Economia e Prospectiva*, vol. I, nº 4, Janeiro-Março, Ministério da Economia
- ODUM, E. (1988) - *Fundamentos de ecologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- OLIVEIRA, J. (1993) - *A economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa, IICT.
- OLSEN, K. (2002) - *Authenticity as a concept in tourism research, the social organization of the experience of authenticity*. Tourist Studies, London, Sage.
- OMAN, C. et WIGNARAJA (1991) - *The postwar evolution of development thinking*. Londres, MacMillan.
- OMT (1980) - *L'integration du tourisme a l'environnement local*. Manila, Conference Mondiale sur le Tourisme (pol.)
- \_\_\_\_\_ (1993) - *Sustainable tourism development. Guide for local planners*. WTO.
- \_\_\_\_\_ (1994) - *Global Tourism Forecasts to the Year 2000 and Beyond*. Madrid, Organización Mundial del Turismo.
- \_\_\_\_\_ (1997) - *Lo que todo gestor turístico debe saber, Guía Práctica para el Desarrollo y Uso de Indicadores de Turismo Sostenible*. Madrid, Organización Mundial del Turismo.
- \_\_\_\_\_ (1998a) - *Final Report, International Conference on sustainable tourism in Small Island Developing States (SIDS) and other islands*. Lanzarote.
- \_\_\_\_\_ (1998b) - *Tourism Economic Report 1998*. Madrid, Organización Mundial del Turismo.
- \_\_\_\_\_ (1998c) - *Coastal Tourism and Recreation*.
- \_\_\_\_\_ (1999a) - *Código Ético Mundial para o Turismo* ([www.wto.org](http://www.wto.org)).
- \_\_\_\_\_ (1999b) - *Changes in Leisure Time: The Impact on Tourism*, Madrid, World Tourism Organization.
- \_\_\_\_\_ (1999c) - *Turismo Panorama 2020, Nuevas Previsiones*, Madrid, World Tourism Organization.
- \_\_\_\_\_ (1999d) - *Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible*. Madrid, Organización Mundial del Turismo.
- \_\_\_\_\_ (1999e) - *Compendio de Estadísticas del Turismo 1993-1997*. Madrid, Decimonovena Edición, Organización Mundial del Turismo.

- \_\_\_\_\_ (1999f) - *Anuario de Estadísticas de Turismo, vol. I, II.* Madrid, Organización Mundial del Turismo.
- \_\_\_\_\_ (1999g) - *Tourism Market Trends, Africa.* Madrid, Organización Mundial del Turismo.
- \_\_\_\_\_ (2001a) - *Conférence sur le développement et la gestion durables de l'ecotourisme dans les petits états insulaires en Développement et autres petites îles.* Mahé, Décembre.
- \_\_\_\_\_ (2001b) - *Seminar on planning, development and management of ecotourism in Africa.* Maputo, March.
- OMT, PNUMA (2002) - *Cumbre Mundial del Ecoturismo, Informe Final,* Ciudad de Québec.
- ONU (2001) - *Mémoire de São Tomé et Príncipe. Troisième Conférence des Nations Unies sur les Pays les Moins Avancés. Programme d'Action pour le Développement de Sao Tome et Principe,* Bruxelles, 14-20 Maio.
- PAIS, J. M. (1992) - *A Vida como Aventura: uma nova ética de lazer?* In *Actas do Congresso Mundial do Lazer, New Routes for Leisure.* Lisboa, Ed. ICS, Universidade de Lisboa.
- PARDAL, L. et CORREIA, E. (1997) - *Métodos e técnicas de investigação social.* Porto, Areal Editores.
- PARSONS, T. (1952) - *The Social System.* London, Tavistock.
- PARTIDÁRIO, M. R. (1993) - *A integração da componente ambiental no processo de planeamento* in *Sociedade e Território*, nº 18, Porto, Ed. Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (1998) - *Ambiente e turismo* in *Turismo, uma actividade estratégica*, Revista *Economia e Prospectiva*, vol. I, nº 4, Janeiro-Março, Ministério da Economia.
- \_\_\_\_\_ (1999) - *Critérios para um turismo ambientalmente responsável.* Lisboa, FCT-UNL.
- PEARCE, D. (1988) - *Tourism development.* Londres, Longman.
- \_\_\_\_\_ (1993) - *Géographie du tourisme.* Paris, Éditions Nathan.
- PEARCE, D. et al (1990) - *Sustainable development: economics and environment in the Third World.* Aldeshot, Ed. Elgar.
- \_\_\_\_\_ (1997) - *Blueprint for a green economy.* London, Earthscan Publications.
- PEARCE, D. et PROOPS, J. (1996) - *Models of sustainable development.* Brookfield, Wallace e Oates.
- PEARCE, D. et TURNER, R. (1990) - *Economics of natural resources and the environment.* New York, Harvester Wheatsheat.
- PECQUEUR, B. (1987) - *De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire.* Grenoble, Université des Sciences Sociales de Grenoble
- \_\_\_\_\_ (1989) - *Développement local.* Syros.
- PÉNOUIL, M. (1987) - *Emploi et chômage: des réalités complexes et ambiguës* in BRUNEL, S. (1987) *Tiers mondes, controverses et réalités.* Paris, Économica Liberté sans Frontières.
- PERETZ, H. (2000) - *Métodos em Sociologia.* Lisboa, Temas e Debates.
- PERROUX, F. (1987) - *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- PESTANA, D. (1998) - *Grupo Pestana - um caso de internacionalização* in *Turismo, uma actividade estratégica*, Revista *Economia e Prospectiva*, vol. I, nº 4, Janeiro-Março, Ministério da Economia.
- PINHARANDA, J. L. (2000) - *Tourisme vem de tour mas hoje já não dá a volta* in *JA – Jornal Arquitectos*, nº 197, Setembro-Outubro.
- PINTO, J. M. (1984) - *Questões de Metodologia Sociológica I* in *Cadernos de Ciências Sociais.* Porto, Ed. Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (1985) - *Questões de Metodologia Sociológica II* in *Cadernos de Ciências Sociais.* Porto, Ed. Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (1986) - *Questões de Metodologia Sociológica III* in *Cadernos de Ciências Sociais.* Porto, Ed. Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (1987) - *Uma visão global sobre as ciências sociais* in SILVA, A. S. et PINTO, J. M. (org) *Metodologia das Ciências Sociais.* Porto, Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (1991) - *Considerações sobre a produção social da identidade* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- PINTO, J. M. et SILVA, A. S. (1986) - *Metodologia das Ciências Sociais.* Porto, Edições Afrontamento.
- PLANO, J. (1998) - *África: retos y esperanzas.* Documentos Intermon, Fundación para el Tercero Mundo, Barcelona.
- PLANO NACIONAL DO AMBIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DURÁVEL (s.d.). - S. Tomé e Príncipe.

- PNUD (1995) - *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Lisboa, Tricontinental Editora.
- \_\_\_\_\_ (1996) - *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Lisboa, Tricontinental Editora.
- \_\_\_\_\_ (1998a) - *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Lisboa, Tricontinental Editora.
- \_\_\_\_\_ (1998b) - *Relatório do Desenvolvimento Humano São Tomé e Príncipe 1998*. San Sebastian, Egia.
- \_\_\_\_\_ (1999a) - *Relatório de Desenvolvimento Humano 1999*. Lisboa, Trinova Editora.
- \_\_\_\_\_ (1999b) - *Exercice de consultation auprès des groupes vulnérables à la pauvreté*.
- \_\_\_\_\_ (2000) - *IDH 2000, Informe sobre desarrollo humano 2000* ([www.undp.org/hdr2000/spanish/HDR2000.html](http://www.undp.org/hdr2000/spanish/HDR2000.html))
- \_\_\_\_\_ (2002) - *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002*. Lisboa, PNUD.
- \_\_\_\_\_ (2003) - *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003* (<http://hdr.undp.org/reports/global/2003/>)
- PNUD/OMT (2001) - *Plan stratégique pour le développement du tourisme*. République Démocratique de São Tomé e Príncipe (STP/01/004), Vol. 1, 2, 3, Madrid.
- PRESTON, P. W. (1982) - *Theories of development*. London, Routledge e Kegan Paul.
- PRESVELOU, C. (1998) - *Acções inovadoras em turismo rural* in ALMEIDA, A., RIEDL, M. et FROELICH, J. (org.) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Centro de Ciências Rurais.
- PROENÇA, C. S. (2003) - *As políticas de ajustamento e o bem estar das famílias, na cidade de Bissau, República da Guiné Bissau no período de 1986-2001*. Lisboa, ISCTE (tese de doutoramento).
- PROVONOST, G. (1993) - *Comprendre la société: un bilan critique de la sociologie du loisir* in ATTIAS-DONFUT, C. et SAMUEL, N. (1993) *Temps Libre et Modernité*, paris L'Harmattan.
- PROVONOST, G. et al, Nicole (1993) - *Temps Libre et Modernité*. Paris, L'Harmattan.
- QUIVY, R. et CAMPENHOUDT, L. V. (1992) - *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.
- RAHNEMA, M. (ed) (1997) - *The post-development reader*. London, Zed Books.
- RATO, J. M. (1993) - *Políticas e Ambiente* in Revista Nova Economia, nº 7, 2º Trimestre, Lisboa, Público.
- RAYNOUARD, Y. (1986) - *Le tourisme social: de l'illusion au renouveau*. Paris, Editions Syros.
- REDCLIFT, M. (1992) - *Sustainable development. Exploring the contradictions*. London, Routledge.
- REIS, J. (1987) - *A recolha de informação não estatística em Economia* in SILVA, A. S. et PINTO, J. M. (1987) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Afrontamento.
- REIS, V. M. (2000) - *Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a independência*. Lisboa, ISCTE (Tese de Mestrado, pol.).
- RIBEIRO, M. (1998) - *Turismo rural em Portugal* in ALMEIDA, A., RIEDL, M. et FROELICH, J. (1998) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Centro de Ciências Rurais.
- RIDDELL, R. (1981) - *Ecodevelopment - economics, ecology and development, an alternative to growth imperative models*. New York, St. Martin's Press.
- ROBERTS, K. (1993) - *De quelle société du loisir s'agit-ill?* in ATTIAS-DONFUT, Claudine et SAMUEL, Nicole (1993) *Temps Libre et Modernité*, paris L'Harmattan.
- ROCHA, C. et al (2000) - *Organización y Gestión de Empresas Turísticas*. Madrid, Pirâmide.
- RODRIGUES, A. (1998) - *Turismo eco-rural* in ALMEIDA, A., RIEDL, M. et FROELICH, J. (1998) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Centro de Ciências Rurais.
- ROJEK, C. (1993) - *Ways of Escape. Modern Transformations in Leisure and Travel*. Houndmills, MacMillan Press.
- \_\_\_\_\_ (1995) - *Decentring Leisure, Rethinking Leisure Theory*. London, Sage Publications.
- ROMANA, H. (1997) - *São Tomé e Príncipe, elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Lisboa, ISCSP.
- ROSTOW, W. (1978) - *As etapas do desenvolvimento económico*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- ROTA, A. (s.d.) - *La sostenibilidad en el desarrollo turístico de los nuevos destinos*. AUNIAK.
- ROXBOROUGH, I. (1991) - *Theories of underdevelopment*. London, McMillan.

- RUQUOY, D. (1997) - *Situação de entrevista e estratégia do entrevistador* in ALBARELLO, L. et al (1997) *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- RUSCHMANN, D. (1997) - *Turismo e planeamento sustentável*. S. Paulo, Papirus.
- SACHS, I. (1986) - *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. S. Paulo, Vértice
- SAMATER, I. (1986) - *De crecimiento a necesidades básicas, la evolución de la teoría del desarrollo* in *Selección de artículos de la Monthly Review*.
- SAMUEL, N. (1992) - *The Future of Leisure Time* in *Actas do Congresso Mundial do Lazer, New Routes for Leisure*. Lisboa, Ed. ICS, Universidade de Lisboa.
- SANTOS, B. S. (1987) - *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (1989) - *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto, Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (1994) - *Pela mão de Alice – o social e o político na pós modernidade*. Porto, Afrontamento.
- SANTOS, H. (1992) - *O Trabalho para Inventar o Não Trabalho* in *Actas do Congresso Mundial do Lazer, New Routes for Leisure*. Lisboa, Ed. ICS, Universidade de Lisboa.
- SANTOS, M. E. (1990) - *Rotas Atlânticas, o caso da carreira de S. Tomé*. Lisboa, ICT, Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, Série Separatas, 226.
- SANTOS, V. (1998) - *Editorial* in *Turismo, uma actividade estratégica*, Revista *Economia e Prospectiva*, vol. I, nº 4, Janeiro-Março, Ministério da Economia.
- SANTOS, Th. (1971) - *The structure of dependence* in KAN and HODGES (rd) *Underdevelopment and Development*. Penguin
- SCHUMACHER, E. F. (1985) - *Small is beautiful, um estudo em que as pessoas também contam*. Lisboa, Dom Quixote.
- SCOTT, H. (1999) - *Ecotourism, Tourism as a Force of Peace*, in *International Institute for Peace through Tourism*, 17-21 Outubro, <http://ecotourism.about.com>.
- SEERS, D. (1979) - *Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir?* in *Análise Social*, vol. XV.
- SEIBERT, G. (1998) - *A questão da origem dos angolares em São Tomé*. Brief Papers, nº 5/98, Lisboa, CESA.
- \_\_\_\_\_ (2001) - *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em S. Tomé e Príncipe*. Lisboa, Vega.
- SEQUEIRA, E. M. (1998) - *A natureza e a agricultura* in *Revista Especial Ambiente Quercus - Associação Nacional de Conservação de Energia*, Lisboa, Junho.
- SERAGELDIN, I. (1993) - *Making development sustainable*, *Finance and Development*, 30.
- SERRA, A. (1994) - *O(s) Modelo(s) de desenvolvimento da Ásia Oriental e da África Subsaariana*. Brief Papers, nº 1/94, Lisboa, CESA.
- SERRÃO, J. V. (1980) - *História de Portugal*. Vol. II, Ed. Verbo.
- SERRÃO, J. (1979) - *Dicionário de História de Portugal*. Vol. V, Iniciativas Ed.
- SHANIM, T. (1997) - *The idea of progress* in RAHNEMA, M. (ed) *The post-development reader*. London, Zed Books.
- SHARMA, V. (1992) - *Leisure: A Vedantic View* in *Actas do Congresso Mundial do Lazer, New Routes for Leisure*. Lisboa, Ed. ICS, Universidade de Lisboa.
- SHIELDS, R. (1992) - *Spaces for the subject of consumption* in *Lifestyle shopping: the subject of consumption*, Londres, Routledge.
- SIDSNET (1999) - *Pequenos Estados Insulares en Desarrollo*. (<http://www.sidsnet.org>).
- SILVA, A. S. (1987) - *A Ruptura com o senso comum nas Ciências Sociais* in SILVA, A. S. et PINTO, J. M. (1987) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Afrontamento.
- \_\_\_\_\_ (2000) - *Produto nacional vivo, uma cultura para o desenvolvimento* in *Cultura e Desenvolvimento, Estudos sobre a relação entre Ser e Agir*. Oeiras, Celta.
- SILVA, J. A. (1998) - *Turismo, o Espaço e a Economia*. Documentos de Trabalho, Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica. Ministério da Economia.
- SILVA, J. A. et SILVA, J. (1998) - *A importância do turismo na economia* in *Turismo, uma actividade estratégica*, Revista *Economia e Prospectiva*, vol. I, nº 4, Janeiro-Março, Ministério da Economia.

- SILVA, M. (1962) - *Desenvolvimento comunitário, uma técnica de progresso social*. Lisboa, AIP.
- \_\_\_\_\_ (1964) - *Oportunidade de Desenvolvimento Comunitário em Portugal* in *Análise Social*, nº 7/8.
- \_\_\_\_\_ (1965) - *O desenvolvimento comunitário como técnica de aceleração do desenvolvimento sócio-económico* in *Desenvolvimento Comunitário, Seminário de estudo sobre desenvolvimento comunitário e técnicas auxiliares de promoção social comunitária*. Lisboa, Ministério da Saúde e Assistência.
- \_\_\_\_\_ (1999) - *Novas desigualdades, novas solidariedades e a reforma do Estado – uma breve reflexão*, Coimbra, Colóquio Comemorativo dos 20 anos da Revista Crítica de Ciências Sociais (<http://www.ces.fe.uc.pt>).
- SILVA O. (2001) - *Cores e sombras de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa, Colibri.
- SIMMEL, G. (1981) - *Sociologie et epistemologie*. Paris, PUF.
- SMITH, V. (1990) - *Hosts and guests: anthropology of tourism*. University of Pennsylvania Press.
- SO, ALVIN Y. (1990) - *Social change and development. Modernization, dependency and world system theories*. California, Sage.
- SOARES, M. I. (1994) - *Algumas notas sobre a relação entre os recursos naturais e a teoria económica* in *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, Ed. Afrontamento, nº 14, Janeiro.
- SOBRAL, J. (1992) - *Estilos de Vida, Consumos e Lazer num Espaço Rural Português: Alguns Aspectos* in *Actas do Congresso Mundial do Lazer, New Routes for Leisure*. Lisboa, Ed. ICS, Universidade de Lisboa.
- STAUDT, K. (1991) - *Managing development. State, society and international contexts*. California, Sage.
- STÖHR, W. (1990) - *Global challenge and local response*. London, Mansell
- STÖHR, W. et TAYLOR, D. (1978) - *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries*. Chichester, John Wiley and Sons.
- SUTTON, P. (1998) - *Small States and a successor Lomé Convention*, Background Paper (<http://oneworld.org/ecdpm/en/events/98013/sutton.htm>).
- SUTTON, W. A. (1967) - *Travel and understanding: notes on the social structure of touring*. International Journal of Comparative Sociology, 8.
- SYRETT, St. (1995) - *Local development*. Avebury, Ashgate Publishing Company.
- SWARBROOKE, J. et HORNER, S. (1999) - *Consumer behavior in tourism*. Oxford, Butterwrth-Heinemann.
- TAP Air Portugal (2002) - *Estatísticas*. São Tomé e Príncipe
- TARR, B. (1990) - *Political developments and environment in Africa* in *The long term perspective study of sub-saharan Africa*. Washington, Institutional and Sociopolitical Issues, The World Bank, vol 3.
- TAVARES, M. S. (2000) - *S. Tomé e Príncipe: as ilhas maltratadas* in *Sul Viagens*. Lisboa, Relógio d'Água.
- \_\_\_\_\_ (2003) - *Equador*. Lisboa, Oficina do Livro.
- TEULON, F. (1992) - *Croissance, crises et développement*. Paris, Presses Universitaires de France.
- TINBERGEN, J. (1976) - *RIO report: reshaping the international order*. New York, Dutton.
- TRINDADE, A. (1997) - *Turismo Português: Reflexões sobre a sua Competitividade e Sustentabilidade*. documentos de Trabalho, Lisboa, Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica. Ministério da Economia.
- TRINDADE, L. (1998) - *Uma parceria estratégica a favor da competitividade no turismo* in *Turismo, uma actividade estratégica*, Revista *Economia e Prospectiva*, vol. I, nº 4, Janeiro-Março, Ministério da Economia
- UN (s.d.) - *List of Small Island Developing States, United Nations Sustainable Development*. <http://www.un.org>.
- \_\_\_\_\_ (1998) - *São Tomé e Príncipe: common country assessment*. United Nations System in STP, November.
- \_\_\_\_\_ (1999a) - *Comercio y Ayuda las Islas Pequeñas afrontan dificultades económicas, Crónica sobre las Islas Pequeñas*, Nueva York. (<http://www.un.org>).
- \_\_\_\_\_ (1999b) - *Los Pequeños Estados Insulares cinco años después – Situación Actual*, Nueva York. <http://www.un.org>.
- \_\_\_\_\_ (1999c) - *Problemas en el Paraíso, Las Islas Pequeñas luchan por Preservar el Medio Ambiente, Crónica sobre las Islas Pequeñas*, Nueva York. <http://www.un.org>.
- \_\_\_\_\_ (1999d) - *Sesion Especial de la Asamblea General de las Naciones Unidas para revisar el Programa de Acción para los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo*, Nueva York. <http://www.un.org>.

- \_\_\_\_\_ (s.d.) - *Agenda 21 for the travel and tourism industry, towards environmentally sustainable development*, Progress Report nº 1.
- \_\_\_\_\_ (s.d.) *Agenda 21 Report of the United Nations Conference on Environment and Development* (1992) Rio de Janeiro.
- UNICEF (2000) - *Inquérito sobre os indicadores múltiplos MICS*, São Tomé e Príncipe, Dezembro.
- URRY, J. (1990) - *The tourist gaze* Londres, Sage.
- \_\_\_\_\_ (1995) - *Consuming Places*. Londres, Routledge.
- URRY, J. et CRAWSHAW, C. (1995) - *Turismo e Consumo Visual* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, Outubro.
- VALA, J. (1987) - *A análise de conteúdo* in SILVA, A. S. et PINTO, J. M. (1987) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Afrontamento.
- VALLS, J. F. (1996) - *Las Claves del Mercado Turístico, Como competir en el nuevo entorno*. Bilbao, Ediciones Deusto Turismo.
- VALVERDE, P. (2000) - *Máscara, mato e morte em S. Tomé*. Lisboa, Antropologia e Etnologia, Celta.
- VAN MAELE, B. (1998) - *Rapport de mission, elaboration des comptes nationaux. Assistance préparatoire au programme de renforcement des capacités de gestion*. STP/96/003, Juillet.
- VELLAS, F. (1996) - *Le Tourisme Mondial*, Paris, Economica.
- \_\_\_\_\_ (2002) - *Monitoring the costs and benefits of ecotourism: equitable distribution between all actors*. WTO/UNEP, World Ecotourism Summit.
- VIEDERMAN, S. (1993) - *Sustainability: principles behind the vision* (<http://iisd.ca/pcdf/1993/58vieder.htm>).
- VIEIRA, J. (1997) - *A Economia do Turismo em Portugal*. Lisboa, publicações Dom Quixote.
- VILA NOVA, C. (2001) - *O turismo como forma de preservação do património cultural e ecológico*. Comunicação apresentada no XI Forum de Desenvolvimento *Cultura e Desenvolvimento*, São Tomé e Príncipe, Centro Cultural Português, Abril.
- YIN, R. (s.d.) - *Case study research; design and methods*.
- WALLERSTEIN, I. (1979) - *The capitalist world-economy*. New York, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1984) - *The politics of the capitalist world-economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_ (1987) - *World-System analysis* in GIDDENS, A. (1987) *Social Theory today*. Sanford, Stanford University Press.
- \_\_\_\_\_ (1995) - *Mudança Social?* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 44. Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- WADCO (s.d.) - *Memorandum de entendimento entre o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe e a Cooperação para o Desenvolvimento da África Ocidental (WADCO) para a criação de uma zona franca na ilha do Príncipe*.
- \_\_\_\_\_ (1996) - *Agulhas Bay concession free zone* (pol.).
- \_\_\_\_\_ (1998) - *Agulhas Bay concession free zone, Principe Island, Democratic Republic of Sao Tome and Principe*, Status Report.
- WEAVER, D. et OPPERMANN, M. (2000) - *Tourism management*. Milton, John Wiley and Sons.
- WELLS, M. (1997) - *Economic perspectives on nature tourism, conservation and development*. Environmental Economics Series, The World Bank Group.
- WIGHT, P. (1994) - *Environmentally responsible marketing of tourism* in CATER, E. et LOWNNAN, G. (1994) *Ecotourism: a sustainable option?* New York, John Wiley and Sons.
- WOODHOUSE, P. (1992) - *Social and environmental change in sub-saharan Africa in Rural livelihoods - crises and responses*. Oxford, The Open University Press.
- WORLD ECOTOURISM SUMMIT (2002) - *Declaração de Ecoturismo de Quebec*, Carta Quebec.
- ZAPATA, T. et al (2001) - *Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos* in SILVEIRA, C.; REIS, L. (2001) *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro, RITS.



**LEGISLAÇÃO E PROJECTOS DE LEIS DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

- Código de Investimento, lei n° 13/92 de 15 de Outubro
- Constituição Política Revista de 10 de Setembro de 1990, lei n° 7/90
- Despacho conjunto n° 1181-A/2000, Diário da República n° 298 de 28 de Dezembro
- Projecto de Lei Quadro do Turismo
- Projecto de Utilidade Turística
- Protocolo de Concessão de áreas de interesse turístico para exploração entre o Governo Santomense e a empresa Turismo da Natureza, TDN, Sociedade Anónima

**JORNAIS E REVISTAS PERIÓDICAS**

- Revista Elo, Janeiro-Março
  - Janeiro-Março – *São Tomé e Príncipe, o feitiço das ilhas encantadas*
  - Julho-Agosto – *Entre falcões e papagaios*
- Revista Grande Reportagem
  - nº 2, Ano I, Março-Junho 1990 – *Presidente Pinto da Costa. Chegou a hora da democracia*
  - nº 2, Ano I, Março-Junho 1990 – *Miguel Trovoada, não bastam boas intenções*
  - nº 51, Ano VI, Junho 1995 – *Pelas sete partidas de África*
  - nº 65, Ano VII, Agosto 1996 – *São Tomé e Príncipe*
  - nº 66, Ano VII, Setembro 1996 – *Debaixo do cruzeiro do sul*
  - nº 76, Ano VIII, Julho 1997 – *A última lição do Príncipe*
  - nº 118, Janeiro 2001 – *Foto reportagem de S. Tomé e Príncipe*
- Jornal Público, 18-10-2003
  - *Cacau dá lugar ao petróleo em São Tomé e Príncipe*
  - *Se a hierarquia está em crise o povo entra na agência funerária*
  - *Um arquipélago à deriva*
  - *Autores do golpe de Julho continuam sem controlo*
  - *São Tomé e Príncipe, o apelo da selva*
- Revista Fugas, Jornal Público, 25-10-2003
  - *São Tomé e Príncipe, Magia sobre o Equador*
  - *Latitude Zero, Beleza Infinita*
  - *Uma viagem pela ilha afortunada*
  - *Um arquipélago paradisíaco à espera de turistas*
- Expresso Revista,
  - 02-03-2002 – *Camaradas uma vez, compadres para sempre*
  - 18-05-2002 – *A Ilha dos Vendavais*
- Canopée, Bulletin sur l'environnement en Afrique Centrale
  - nº 5, Maio de 1995 – *Les poisons côtiers de São Tomé: abondance et diversité* (Jean Worms)
  - nº 5, Maio de 1995 – *Les tortues marines des îles du Golfe de Guinée* (David Graff e Javier Juste Ballesto)
  - nº 10, Dezembro de 1997 – *Étude des oiseaux marins de São Tomé e Príncipe* (Rita Covas e R. Pedro Dias)
  - nº 13, Janeiro de 1999 – *Réalisme et planification* (Olivier Langrand)
  - nº 13, Janeiro de 1999 – *Tourisme et conservation ou le mariage de la carpe et du lapin?* (D. Wilkie)
  - nº 15, Outubro de 1999 – *Les orchidées de São Tomé et Príncipe* (Tariq Stevart)
  - nº 16, Fevereiro de 2000 – *Exploration du Pico de Príncipe* (Jonathan Baillie)
- Le Courrier, nº 136, Nov/Dec 1992 – *Sao Tome et Principe, a la recherche d'une solution alternative au cacao*
- Revista Tempo Livre, nº 121, Outubro 2001 – *S. Tomé e Príncipe, Ilhas de encantos*. Lisboa, INATEL
- Revista Viajar, Aviação Comercial de Turismo – *No Ilhéu das Rolas (S. Tomé e Príncipe) Equator's Line oferece o paraíso perfeito no centro do mundo*. Nº 91, 2ª quinzena, Janeiro 2002.
- Téla Nón (Nossa Terra), Diário Digital de São Tomé e Príncipe:
  - 08-05-2002 – *STP vai fazer a validação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo*
  - 09-05-2002 – *Turismo já tem norte, mas falta injeção de capital para ser factor de desenvolvimento*
  - 11-05-2002 – *Governo santomense procura financiamento para a implantação do turismo*

- 23-05-2002 – *Air Luxor prepara-se para entrar no mercado santomense de transporte aéreo*
- 24-05-2002a – *Mini barragens hidroeléctricas poderão brevemente ser construídas no país*
- 24-05-2002b – *Governo santomense vai apostar seriamente no sector empresarial*
- 28-05-2002 – *Dentro de cinco anos não pode haver um analfabeto no Ilhéu das Rolas*
- 30-05-2002 – *Empresários portugueses avaliam as potencialidades santomenses*
- 04-06-2002 – *Ilhéu das Rolas vocacionado para um turismo de elite*
- 06-06-2002 – *A situação do ambiente é más mas as perspectivas são boas*
- 15-06-2002 – *Mais jovens lançados para o mercado de emprego*
- 18-06-2002 – *Já existem vestígios de desertificação em S. Tomé e Príncipe*
- 11-07-2002 – *São Tomé e Príncipe tem mais uma Companhia Aérea*
- 15-07-2002 – *Air Luxor a operar brevemente em São Tomé e Príncipe*
- 17-07-2002 – *São Tomé vai estar ligado a outras paragens do mundo*
- 21-07-2002 – *Governo vai rever todo o processo de concessão de praias para o turismo*
- 21-09-2002 – *Governo quer turismo como principal fonte de receitas para o país*
- 16-09-2002 – *Artesanato, elemento chave para o desenvolvimento do turismo*
- 26-09-2002 – *Ilha do Príncipe tem potencialidades para o desenvolvimento do turismo*
- 25-10-2002 – *São Tomé e Príncipe tem potencialidades para desenvolver o turismo*
- 04-12-2002 – *Governo prepara fundo de risco para estimular investimentos privados no Ecoturismo*
- 16-02-2003 – *Por mar, São Tomé mostra o paraíso*
- 17-02-2003 – *São Tomé e Príncipe, filtro de poluição mundial*
- 06-03-2003 – *São Tomé e Príncipe mostra o seu potencial turístico em salão mundial de Paris*
- 19-03-2003 – *Bombaim ressuscita para mostrar ao país que o turismo rural é futuro*
- 11-05-2004a – *Direcção de Turismo cria departamento para despachar com celeridade projectos de desenvolvimento turístico*
- 11-05-2004b – *Governo aposta na extracção de areia submarina, para conter o desastre ecológico que se regista nas zonas costeiras do país*
- A Vitrina, diário digital de São Tomé e Príncipe
  - nº 59 – *Air S. Tomé e Governo em rota de colisão*
  - nº 123 – *TAP baixa em cerca de 60% a tarifa de ligação aérea com São Tomé e Príncipe*
  - nº 152 – *Turismo, aposta para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe*
  - nº 159 – *Empresários de Cantanhede querem investir em S. Tomé e Príncipe*
- Jornal.st, 08-05-2004 – *São Tomé e Príncipe procura apoios para o desenvolvimento do Turismo*
- Revista Piá, ano 0, nº 1, Dezembro de 2002 – *Turismo deverá ser principal fonte de receitas de STP*, pg. 16-19
- Jornal Tropical, nº 10 – *STP, rumo ao desenvolvimento turístico*

**PRINCIPAIS SITES CONSULTADOS**

[http://212.54.130.168/sites/gabinetepm/prog\\_gov.htm](http://212.54.130.168/sites/gabinetepm/prog_gov.htm)  
<http://earthcharter.org>  
<http://ecotourism.about.com>  
<http://iisd.ca/>  
<http://instcoop.pt/PICST2002.doc>  
<http://oneworld.org/ecdpm/en/events/98013/sutton.htm>  
<http://personal.menta.net/antropogeo/home/africa/saotome/saotomehome.htm>  
<http://www.afdb.org>  
<http://www.american.edu/TED/Class/cstudy.htm>  
<http://www.apad.pt/actinicesp.htm>  
<http://www.ecofac.org>  
<http://www.equatorsline.com>  
<http://www.eurosur.org/guiadelmundo/paises/sao-tome/>  
<http://www.fao.org>  
<http://www.ine.st>  
<http://www.in-loco.pt/loco/publica/rede/60.htm>  
<http://www.insula.org/islands/small-islands.html>  
<http://www.sidsnet.org>  
[http://www.sspp.net/archive/papers/1\(1\)dasilva.htm](http://www.sspp.net/archive/papers/1(1)dasilva.htm)  
<http://www.stome.net>  
<http://www.un.org>  
<http://www.uneptie.org/pc/tourism.htm>  
<http://www.worldbank.org/data>  
<http://www.world-tourism.org>



*Maria Leonor Leitão de Araújo Muralha, assessora principal do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, de harmonia com o despacho exarado em requerimento que fica arquivado no processo individual, certifica que Brígida João Benedito Farinha da Rocha Brito, natural da freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, concelho de Lisboa, distrito de Lisboa, filha de António Lopes da Rocha Brito e de Maria José Benedito Farinha da Rocha Brito, concluiu aos quinze dias do mês de Março de dois mil e cinco, as provas a que se refere o artº 17º do Decreto-Lei nº 216/92, de 13 de Outubro, tendo o resultado final sido expresso por "Aprovado com Distinção e Louvor" por unanimidade, o que lhe dá o direito ao grau de Doutor em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais na especialidade de Economia e Empresários em África.*

*A presente certidão vai autenticada com o selo branco deste Instituto.*

*Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em 17 de Março de dois mil e cinco.*

**O Gabinete de Provas e Graus Académicos**

*Maria Leonor Leitão de Araújo Muralha*